



German Commission  
for UNESCO

United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization



# Manual de Gestão para as Reservas da Biosfera da UNESCO em África

Um guia prático para Administradores



# Manual de Gestão para as Reservas da Biosfera da UNESCO em África

*Um guia prático para Administradores*

*Prof. Dr. Wafaa Amer, Sheila Ashong e Dr. Djafarou Tiomoko*

*editado pela  
Comissão Nacional para a UNESCO da Alemanha  
em colaboração com a AfriMAB, a ArabMAB e  
o Secretariado do MAB da UNESCO*

# IMPRESSÃO

## Manual de Gestão para as Reservas da Biosfera da UNESCO em África

### Um guia prático para administradores

#### Editor

Comissão Nacional para a UNESCO da Alemanha  
Martin-Luther-Allee 42 | 53175 Bonn | Alemanha  
www.unesco.de

**Autores:** Professor Doutor Wafaa Amer, Sheila Ashong e Doutor Djafarou Tiomoko

**Editor responsável:** Doutor Lutz Möller

**Ilustrações gráficas:** Gareth Williams, Sparx Media Illustrators, www.sparx.co.za  
Os autores das fotografias estão indicados nas legendas.

**Coordenação da tradução:** Comissão Nacional para a UNESCO de Moçambique

**Layout da tradução:** Panatom Corporate Communication

**Data de publicação da publicação original:** junho de 2015

**Data de publicação desta tradução:** setembro de 2020

**Licença Creative Commons CC BY-SA 4.0 Internacional** (excluindo ilustrações e fotografias com direitos de autor)



**ISBN:** 978-3-947675-03-6

A Biblioteca Nacional Alemã lista esta publicação na Bibliografia Nacional Alemã.  
Dados bibliográficos detalhados estão disponíveis em: <http://dnb.ddb.de>

#### Citação sugerida:

Comissão Nacional para a UNESCO da Alemanha (2015/2020).  
Manual de Gestão das Reservas da Biosfera da UNESCO em África.

**Para baixar a versão digital deste Manual:** <https://bit.ly/2OGQYYp>

As designações utilizadas e a apresentação da matéria ao longo desta publicação não implicam a expressão de nenhuma opinião por parte da UNESCO ou da Comissão Nacional para a UNESCO da Alemanha relativamente ao estatuto legal de qualquer país, território, cidade ou área ou das suas autoridades, ou relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são dos autores, não são necessariamente da UNESCO ou da Comissão Alemã para a UNESCO.

**Esta publicação foi financiada e apoiada pela Agência Federal para a Conservação da Natureza da República Federal da Alemanha, com financiamento do Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear.**

# ÍNDICE

|  |           |
|--|-----------|
| <b>SECÇÃO 1: RESERVAS DA BIOSFERA</b> .....  | <b>14</b> |
| <i>1.1 Por que precisamos deste Manual de Gestão?</i> .....                                      | 14        |
| <i>1.2 Quem deve ler este Manual e porquê?</i> .....   | 15        |
| <i>1.3 A UNESCO e o seu Programa MAB</i> .....   | 16        |
| <i>1.4 Reservas da Biosfera da UNESCO – Características essenciais</i> .....                     | 17        |
| Características principais.....  | 17        |
| Três funções e três zonas.....   | 17        |
| Documentos principais.....   | 18        |
| Diferentes abordagens institucionais e um objetivo.....  | 18        |
| Um instantâneo: O que significa realmente “gerir uma Reserva da Biosfera”?.....                  | 19        |
| <i>1.5 O contexto e os benefícios das Reservas da Biosfera da UNESCO em África</i> .....         | 20        |
| As Reservas da Biosfera apoiam o desenvolvimento sustentável em África.....                      | 21        |
| Reservas da Biosfera da UNESCO e áreas protegidas.....   | 21        |
| Principais realizações e principais benefícios das Reservas da Biosfera da UNESCO.....           | 22        |
| Exemplos concretos das Reservas da Biosfera Africana da UNESCO.....                              | 23        |
| <b>SECÇÃO 2: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – POPULAÇÃO – CONFLITOS – CONHECIMENTO</b> .....        | <b>25</b> |
| <i>2.1 Desenvolvimento Sustentável</i> .....   | 26        |
| Definição de desenvolvimento sustentável.....  | 26        |
| Melhoria dos meios de subsistência e geração de rendimento para as comunidades.....              | 28        |
| Biodiversidade e Serviços Ecossistémicos.....  | 29        |
| Utilização sustentável dos solos e dos recursos.....   | 33        |
| Restauração de ecossistemas.....   | 34        |
| Redução de riscos de desastres e gestão de riscos.....   | 35        |
| Turismo.....   | 36        |
| Mudança climática.....   | 38        |
| <i>2.2 Gestão e participação</i> .....   | 40        |
| Gestão.....  | 40        |
| Planificação.....  | 41        |
| Participação na gestão e planeamento.....  | 41        |
| O que é a população, o que são as partes interessadas?.....                                      | 43        |
| Grupos vulneráveis.....  | 44        |
| Princípios fundamentais da participação.....   | 45        |
| <i>2.3 Gestão de conflitos</i> .....   | 46        |
| Gestão de conflitos dentro da Reserva da Biosfera.....   | 47        |
| Gestão de pressões externas.....   | 48        |
| Partilha de benefícios.....  | 49        |
| Co-gestão.....   | 50        |
| Escalada aguda de conflitos.....   | 51        |
| <i>2.4 O papel do conhecimento na gestão</i> .....   | 54        |
| Que conhecimentos e que investigação são necessários para gerir uma Reserva da Biosfera?.....    | 55        |
| Ciência e conhecimento tradicional.....  | 58        |
| Monitorização.....   | 60        |
| Monitorização e avaliação (M&A).....   | 60        |
| Conhecimento e poder.....  | 61        |
| Limites ao Conhecimento.....   | 62        |
| O que é gestão adaptativa?.....  | 63        |
| <b>SECÇÃO 3: FINANCIAMENTO E GESTÃO DA RESERVA DA BIOSFERA</b> .....                             | <b>65</b> |
| <i>3.1 Estrutura de administração de uma Reserva da Biosfera</i> .....                           | 66        |
| A unidade de gestão /secretariado.....   | 67        |
| O conselho de gestão.....  | 69        |
| O Conselho Consultivo.....   | 70        |
| <i>3.2 Contexto institucional e parcerias</i> .....  | 72        |
| O sistema MAB internacional.....   | 72        |
| As redes MAB regionais.....  | 73        |
| As Comissões Nacionais da UNESCO e as Comissões Nacionais do MAB.....                            | 74        |
| Nomeação, designação e da revisão periodicidade das Reservas da Biosfera.....                    | 76        |
| As Reservas da Biosfera e as suas regiões circunvizinhas.....                                    | 79        |
| <i>3.3 Planos de gestão e documentos relacionados</i> .....                                      | 80        |
| Razões e requisitos para um plano de gestão.....   | 80        |
| Um plano de gestão aborda todas as zonas.....  | 81        |
| Planos de implementação: Controlo de atividades ilegais e motivação para mudanças positivas..... | 84        |

|   |            |
|---|------------|
| Planos de gestão e respetiva monitorização.....   | 85         |
| 3.4 <i>Promovendo quadros legais, administrativos e éticos</i> .....                          | 85         |
| Promocao da lei.....  | 85         |
| Alavancar os instrumentos internacionais.....   | 86         |
| Incorporação das Reservas da Biosfera nos planos de ação a nível nacional.....                | 89         |
| Avaliação de Impacto Ambiental.....   | 90         |
| Ética Ambiental – O Princípio da Precaução.....   | 91         |
| 3.5 <i>Financiamento das Reservas da Biosfera</i> .....                                       | 92         |
| Possíveis fontes de financiamento a nível local.....  | 93         |
| Possíveis fontes de financiamento a nível nacional.....                                       | 94         |
| Doadores bilaterais.....  | 95         |
| Doadores multilaterais.....   | 96         |
| Parcerias com o setor privado.....  | 97         |
| Rendimento da Economia Verde.....   | 98         |
| <b>SECÇÃO 4: ORGANIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE, ferramentas práticas</b> .....        | <b>99</b>  |
| 4.1 <i>Razões e oportunidades para envolver as partes interessadas e as comunidades</i> ..... | 100        |
| Nomeação e revisão periódica.....   | 100        |
| Planos de gestão.....   | 102        |
| Zoneamento (ou rezoneamento) e mapeamento – como proceder.....                                | 102        |
| Planeamento do uso do solo.....   | 104        |
| Determinação de ameaças e avaliação da vulnerabilidade.....                                   | 105        |
| Identificação e definição de prioridades de intervenções.....                                 | 106        |
| Angariação de apoio para as políticas e intervenções governamentais.....                      | 106        |
| Avaliação participativa.....  | 107        |
| Pesquisas biofísicas, socioeconómicas e culturais.....  | 108        |
| 4.2 <i>Organização de consultas e audiências públicas</i> .....                               | 110        |
| Técnicas de entrada na comunidade, incluindo grupos vulneráveis.....                          | 110        |
| Que resultados podem ser alcançados e em que tipo de reuniões.....                            | 112        |
| Como inspirar um diálogo aberto?.....   | 113        |
| Como priorizar as principais partes interessadas e líderes de opinião?.....                   | 114        |
| “Factos concretos” e como discuti-los.....  | 116        |
| Como gerir conflitos de expetativas com “factos concretos”?.....                              | 116        |
| O caso dos ambientes multilingues.....  | 116        |
| Principais questões logisticas.....   | 117        |
| 4.3 <i>Realização do diálogo</i> .....  | 119        |
| Concentração nos benefícios.....  | 119        |
| Envolvimento das partes interessadas e as comunidades no trabalho real.....                   | 119        |
| Reuniões anuais das partes interessadas.....  | 120        |
| Grupos de trabalho ad-hoc.....  | 120        |
| Visitas.....  | 121        |
| Concursos e pesquisas rápidas.....  | 122        |
| Criação de uma associação de partes interessadas.....   | 122        |
| Representantes da comunidade.....   | 123        |
| Criação de uma rede de “Amigos da Reserva da Biosfera”.....                                   | 124        |
| 4.4 <i>Organização do processo de formulação de um plano de gestão</i> .....                  | 124        |
| Garantia do mandato para o processo.....  | 125        |
| Grupos de direção.....  | 126        |
| O processo de formulação de um plano de gestão.....   | 127        |
| Ideias sobre como organizar um seminário de planificação interativo condensado.....           | 128        |
| Limites de participação, incluindo restrições de gestão.....                                  | 131        |
| 4.5 <i>Educação e relações públicas como formas de envolvimento comunitário</i> .....         | 132        |
| Educação nas Reservas da Biosfera.....  | 133        |
| Trabalho com grupos de jovens e com escolas.....  | 135        |
| Intervenções de aprendizagem para adultos.....  | 136        |
| As relações com a média como forma de envolvimento comunitário.....                           | 137        |
| <b>SECÇÃO 5: CASOS ESPECIAIS DE RESERVAS DA BIOSFERA</b> .....                                | <b>141</b> |
| 5.1 <i>Reservas da Biosfera Transfronteiriças (RBTs)</i> .....                                | 142        |
| Benefícios.....   | 142        |
| Como proceder.....  | 145        |
| 5.2 <i>Cidades nas Reservas da Biosfera</i> .....   | 148        |
| 5.3 <i>Reservas da Biosfera costeiras e insulares</i> .....                                   | 149        |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | <b>154</b> |
| <b>ANEXOS</b> .....   | <b>166</b> |

## PREFÁCIO da ex-Diretora-Geral (2009–2017) da UNESCO

O Programa da UNESCO Homem e a Biosfera, e a sua Rede Mundial das Reservas da Biosfera, pintam um novo mapa do mundo – um mapa que atravessa todas as fronteiras, que reúne mulheres e homens em harmonia com o planeta, pela inclusão e pela sustentabilidade.

Esta Rede compreende atualmente 631 locais em 119 países, incluindo 14 que são transfronteiriços – com o objetivo de compreender melhor as ligações entre as questões ambientais, culturais e socioeconómicas que sustentam o bem-estar humano.

As Reservas da Biosfera têm estado na vanguarda dos esforços da UNESCO para uma integração mais eficaz da conservação da natureza e do desenvolvimento humano, para fins de sustentabilidade, cooperação e paz. Com o apoio das ciências exatas para melhorar os meios de subsistência e a sustentabilidade ambiental, as Reservas da Biosfera são, de facto, poderosos locais de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável, abordando questões globais por meio de soluções locais.

A UNESCO está totalmente empenhada no apoio à nova agenda global de desenvolvimento sustentável, a ser adotada pelos Estados nas Nações Unidas em setembro de 2015, e o Programa Homem e Biosfera é um componente importante da nossa ação. De acordo com a Estratégia de Médio Prazo da UNESCO, a *Estratégia MAB 2015–2025* garantirá que as Reservas da Biosfera terão papel de destaque na implementação da nova agenda global.

A gestão eficaz das Reservas da Biosfera requer o pleno envolvimento das comunidades e de todas as partes interessadas relevantes, por meio de abordagens de planificação e gestão equitativas, inclusivas e participativas. Para isso, a capacitação é fundamental, especialmente para os administradores, especialmente em África, uma Prioridade Global da UNESCO. Essa é a importância deste *Manual de Gestão para as Reservas da Biosfera da UNESCO em África*, visando os administradores, bem como os seus colaboradores, parceiros importantes e partes interessadas.

Este Manual aborda como envolver as comunidades e as partes interessadas na gestão das Reservas da Biosfera em todo o continente. Ele fornece um compêndio de conhecimentos pertinentes, bem como know-how prático para a gestão do dia-a-dia. Foi estruturado através de uma série de seminários em toda a África, que reuniram os conhecimentos e experiências de uma vasta gama de representantes de Administradores e comités nacionais do MAB em toda a África. Este processo tem por si só valor acrescentado, promovendo o trabalho em rede e a colaboração entre as Reservas da Biosfera na região. Ao abordar a necessidade expressa pela Rede Africana do MAB, estou confiante de que este Manual preenche uma lacuna fundamental nos atuais materiais de formação.

Felicitó e agradeço a todos os autores e colaboradores deste Manual. Estou profundamente grata ao Governo da Alemanha e à Comissão Nacional para a UNESCO da Alemanha pela sua liderança contínua no programa MAB e pelo seu apoio para a concretização deste Manual.

Irina Bokova

Diretora-Geral (2009–2017) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## PREFÁCIO da ex-Ministra do Ambiente (2013–2018) da Alemanha

A Alemanha aprecia o Programa Homem e Biosfera (MAB) da UNESCO pela sua contribuição tangível para o desenvolvimento sustentável através da investigação e implementação de uma relação harmoniosa entre o Homem e a natureza. O conceito de Reservas da Biosfera desempenha um papel essencial na cooperação multifacetada entre parceiros na Alemanha e em muitos países africanos. Estou convencida de que as Reservas da Biosfera oferecem diferentes soluções para os desafios que a humanidade enfrenta no futuro.

As Reservas da Biosfera promovem uma abordagem sofisticada para integrar a biodiversidade e a conservação dos serviços ecos sistêmicos nas estratégias locais de subsistência e desenvolvimento. Elas constituem um quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. Essa estrutura precisa de ser mais desenvolvida por uma série de partes interessadas. A Alemanha é um parceiro constante e fiável no reforço das capacidades para a implementação efetiva do programa MAB e apoia atualmente mais de 30 Reservas da Biosfera em todo o mundo.

De um modo geral, os países industrializados não estão na vanguarda da construção de uma relação harmoniosa entre o Homem e a natureza. África pode ser uma inspiração a este respeito. O programa MAB permite explicitamente a aprendizagem mútua e parcerias em pé de igualdade.

“Pensar global – agir local”: O Programa MAB da UNESCO pode levar-nos a um importante passo em frente para “o futuro que queremos” no que diz respeito à agenda pós-2015. Este manual aborda, portanto, os inúmeros relacionados com os Administradores das Reservas da Biosfera na implementação do Programa MAB. A informação e a orientação são ilustradas por boas práticas, que esperamos que inspirem imitações.

O Ministério Federal do Ambiente e a Agência Federal para a Conservação da Natureza, em cooperação com a Comissão Nacional para a UNESCO da Alemanha, têm muito prazer em apresentar este manual, desenvolvido em estreita colaboração com os nossos homólogos das Reservas da Biosfera Africana. Estou convencida de que o manual fornecerá uma orientação muito útil. Estou igualmente confiante de que irá reforçar consideravelmente o MAB em toda a África e que será também uma base para reforçar ainda mais a cooperação com a Alemanha nos quadros multilaterais e bilaterais.



Dra. Barbara Hendricks  
Ministra Federal do Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (2013–2018)

## PREFÁCIO CONJUNTO da AfriMAB e ArabMAB

Há mais de quatro décadas, as Reservas da Biosfera da UNESCO contribuem grandemente para alcançar o desenvolvimento sustentável em África. Através das oportunidades únicas oferecidas pelo Programa MAB e pelo conceito de Reserva da Biosfera, problemas comuns na conservação da biodiversidade e na gestão dos recursos naturais, tais como o excesso de exploração de recursos, a pobreza, a degradação dos solos e o aumento do desemprego juvenil, têm sido abordados através de várias intervenções ao nível da reserva.

Desde o estabelecimento da Rede Africana de Reservas da Biosfera (AfriMAB) em 1996, a Rede foi firmemente estabelecida através de um quadro institucional, que assistiu à eleição de duas mesas sucessivas. Esta continuidade é, ela mesma, uma conquista fundamental. Atualmente, o AfriMAB é membro de 64 Reservas da Biosfera que cobrem diversos ecossistemas em 28 países. O número de membros da rede aumenta a cada ano no que diz respeito à participação dos países membros, que também demonstram cada vez mais um sentido de propriedade tangível.

Por sua vez, a Rede ArabMAB foi lançada pela Declaração de Amã em 1997, promovendo a cooperação entre as partes interessadas do MAB no mundo árabe, em particular os Comitês Nacionais do MAB. O Conselho de Coordenação (CCA) da Rede ArabMAB reúne-se a cada três anos num país diferente, sua sétima reunião mais recente foi realizada na Jordânia em 2013. Atualmente, onze Estados Árabes (no Norte de África e no Médio Oriente) nomearam com êxito 24 Reservas da Biosfera da UNESCO. No total, no continente africano, existem 80 Reservas da Biosfera, com reservas adicionais da biosfera previstas para serem designadas pela UNESCO em junho de 2015.

No entanto, os principais obstáculos para melhorar o saneamento e o funcionamento das nossas Reservas da Biosfera, a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a otimização da participação das partes interessadas e a partilha dos benefícios com as comunidades locais ainda estão por superar devido aos desafios de capacidade que exigem uma ferramenta para a gestão sistemática desses desafios.

Este manual, o primeiro deste tipo, foi iniciado pelo AfriMAB e aprovado pelo ArabMAB para melhorar a capacidade dos Administradores das Reservas da Biosfera Africana em enfrentar os desafios do dia-a-dia face às mudanças climáticas, urbanização e degradação da biodiversidade. A Declaração de Desdém de 2011 e o Rh Comunique impulsionaram a preparação deste manual para enfrentar estes desafios. É, de facto, uma honra ter um manual desenvolvido por membros do AfriMAB e do ArabMAB trabalhando em conjunto para fornecer a base para a colaboração na gestão das Reservas da Biosfera: “Um manual desenvolvido por África para a África. Reconhecemos o apoio técnico prestado pelo Secretariado do MAB da UNESCO, pela Agência Federal Alemã para a Conservação da Natureza (BOM) e pelo Ministério Federal Alemão para o Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMUB) pelo apoio financeiro; a Comissão Nacional Alemã para a UNESCO pela coordenação do projeto, o boreal do AfriMAB e todos os membros do AfriMAB e ArabMAB pela contribuição para o sucesso dos seminários de formação e do processo de revisão online. Além das versões deste Manual em inglês e francês, o ArabMAB, em cooperação com os nossos parceiros, planeia traduzir o Manual para a língua árabe a fim de promover a sua aplicação também nos Estados Árabes.

Enquanto toda a Rede Mundial se prepara para implementar a nova estratégia (2015–2025), a AfriMAB e ArabMAB esperam que os Administradores das Reservas da Biosfera e todas as outras partes interessadas que usam este manual coloquem em prática os conceitos delineados para permitir que as Reservas da Biosfera concretizem o seu papel como ferramentas para o desenvolvimento sustentável a escala local, regional e global.

Daniel S. Amlalo  
Ex Presidente do AfriMAB

Prof. Dr. Samir Ghabbour  
Ex-Membro do Gabinete do ArabMAB, antigo Presidente do ArabMAB

## PREFÁCIO

Este documento é um Manual *para* os Administradores das Reservas da Biosfera da UNESCO em África, bem como para o seu pessoal, parceiros importantes e partes interessadas.

Este Manual foi elaborado *por* especialistas e Administradores africanos das Reservas da Biosfera da UNESCO.

- Os *autores* são o Professor Doutor Wafaa Amer do Egito, Sheila Ashong do Gana e o Doutor Djafarou Tiomoko do Benim.
- O Índice foi definido por cerca de *20 especialistas de toda a África* num seminário em Mombaça, Quênia, em fevereiro de 2013.
- Após os três autores finalizarem o primeiro esboço, este foi colocado a debate e melhorado através de *quatro seminários consecutivos* em 2014: em maio, em Acra, Gana; em julho, em Dar-es-Salam, República Unida da Tanzânia; bem como em outubro e novembro em Tunis, Tunísia.
- Os representantes de todas as Reservas da Biosfera da UNESCO em África foram convidados para estes seminários. Deste modo, cerca de *110 participantes* destes seminários contribuíram para uma revisão e melhoria profundas.
- A forma final do Manual foi alcançada através de uma ampla *consulta online* em 2015.

Este Manual responde a uma *exigência expressa pelo AfriMAB* em cooperação com os representantes da região do *ArabMAB* em 2011, no Rhön Comunique. O projeto foi coordenado pela Comissão Nacional para a UNESCO da Alemanha, em estreita cooperação com o Bureau do AfriMAB, o ArabMAB e o Secretariado do MAB da UNESCO. O projeto da elaboração deste Manual, incluindo todos os seminários, foi apoiado financeira e politicamente pela Agência Federal Alemã para a Conservação da Natureza (BfN) com fundos do Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMUB) a pedido do AfriMAB e do Secretariado do MAB da UNESCO.

Este Manual foi finalizado pouco antes da adoção da nova Estratégia MAB 2015–2025. Foi assegurado que o conteúdo principal e o impulso da Estratégia estão totalmente refletidos no Manual. Este Manual é um documento de referência abrangente que fornece um “quadro geral”, com orientação prática focada no envolvimento da comunidade. Este Manual irá acrescentar valor, em particular, ao enfatizar as diferenças e semelhanças entre a gestão de uma área protegida e uma Reserva da Biosfera, ao contextualizar a informação teórica à situação em África e ao fornecer exemplos que possam ser replicados.



todas as fotos © Comissão Alemã para a UNESCO

## AGRADECIMENTOS

Este Manual foi elaborado com base no compromisso, experiência e contribuições tangíveis:

- Dos três autores, nomeadamente Professor Dra. Wafaa Amer, Sheila Ashong e Dr. Djafarou Tiomoko,
- Dos Administradores de todas as Reservas da Biosfera da UNESCO em África que participaram num ou vários dos cinco seminários organizados em toda a África em 2013 e 2014,
- Dos representantes da Secretaria do AfriMAB e do ArabMAB como conselho consultivo do projeto,
- Das contribuições para a consulta em linha em 2015,
- De Noeline Raondry-Rakotoarisoa do Secretariado do MAB da UNESCO, Chefe de Secção, Redes da Biosfera e Capacitação, e seus colegas,
- Do Dr. Lutz Möller, Claudia Marggraf e Sonja Mühlenfeld, assim como de Kathrin Wolf e Laura Jäger da Comissão Alemã para a UNESCO, e seus colegas,
- De Florian Carius e Olga Borkner do BfN, e seus colegas,
- Marc Auer, Martin Waldhausen, e Dra. Christiane Paulus da BMU, e
- Dos governos e instituições parceiras dos países anfitriões dos cinco seminários em 2013 e 2014,
- De vários outros peritos individuais que contribuíram para a elaboração e para os seminários como pessoas de apoio ou formadores, em particular o Dr. Thomas Schaaf.
- Além disso, para esta tradução em 2020: Augusto Nunes da Comissão Nacional para a UNESCO de Moçambique, Dra. Bettina Hedden-Dunkhorst do BfN e Denise Schlichting da Comissão Alemã para a UNESCO



## RESUMO EXECUTIVO

As Reservas da Biosfera da UNESCO são regiões que se assemelham a áreas protegidas, mas que vão muito além da mera proteção. O seu objetivo é **equilibrar a conservação da natureza com o desenvolvimento socioeconómico e o alívio da pobreza**. Elas só podem fazê-lo com sucesso usando duas ideias no centro do conceito de Reserva da Biosfera: **envolvimento com as comunidades locais** (participação, co-gestão) e **uso de uma abordagem baseada no conhecimento** (conhecimento tradicional, investigação científica, monitorização e educação). As Reservas da Biosfera da UNESCO são regiões modelo para o desenvolvimento sustentável, equilibrando as necessidades humanas de hoje com as das gerações futuras e da natureza.

Este Manual fornece orientação aos administradores, seus principais parceiros e partes interessadas sobre esta questão central das Reservas da Biosfera da UNESCO: **Pois é a trabalhar com as comunidades locais**, tanto para o benefício directo das comunidades quanto como um facilitador para alcançar objetivos como a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos. Os Administradores podem usar este Manual para introduzir novos funcionários ao conceito e ao trabalho numa Reserva da Biosfera da UNESCO. Eles também podem usá-lo para tornar o seu trabalho mais bem compreendido pelas partes interessadas e superiores, políticos e outros decisores. O Manual também fornece argumentos para potenciais doadores e outros patrocinadores e decisores.

Este Manual concentra-se em **aspectos práticos**, tais como a forma de abordar e gerir os conflitos locais entre as partes interessadas, como partilhar benefícios com as comunidades ou como elaborar um plano de gestão. Também apresenta várias opções para quadros legais e administrativos das Reservas da Biosfera da UNESCO e, de forma muito tangível, como organizar consultas e audiências. Também se concentra na co-gestão com as comunidades locais e na partilha dos benefícios. Além disso, visa promover uma terminologia e metodologia atualizadas das diversas Reservas da Biosfera no continente africano e apoiar o seu trabalho em rede.

Este Manual também explica a **singularidade das Reservas da Biosfera** como sendo designadas pela UNESCO de acordo com critérios globais vinculativos. Têm, portanto, uma marca de qualidade e um selo de aprovação de uma organização intergovernamental mundialmente muito respeitada. Pelo menos de 10 em 10 anos, as Reservas da Biosfera têm de realizar uma revisão periódica obrigatória. Se a revisão periódica não for feita ou se uma revisão periódica revelar grandes deficiências, a Reserva da Biosfera da UNESCO arrisca o seu estatuto. Este sistema de designação e avaliação tem consequências importantes, ou seja, as Reservas da Biosfera como regiões modelo podem ser transformadas em instituições muito estáveis e globalmente visíveis que são atraentes para os doadores e outros parceiros.



# SECÇÃO 1 RESERVAS DA BIOSFERA

*Introdução*



# SECÇÃO 1

## RESERVAS DA BIOSFERA

### Introdução

*Esta secção apresenta o contexto e os objetivos das Reservas da Biosfera da UNESCO. Explica por que o desenvolvimento sustentável é necessário e como as Reservas da Biosfera da UNESCO contribuem para o seu alcance. Ao ler este capítulo, você deve compreender:*

- *Os principais benefícios que as Reservas da Biosfera oferecem às comunidades Africanas*
- *As principais realizações das Reservas da Biosfera*
- *As diferenças e pontos comuns com áreas protegidas*
- *As características mais importantes*

### 1.1 Por que precisamos deste Manual de Gestão?

Precisamos do desenvolvimento sustentável. Portanto, precisamos das Reservas da Biosfera da UNESCO.

O desenvolvimento do mundo, incluindo o desenvolvimento de África, não é sustentável. Precisamos de mudar este desenvolvimento insustentável. O desenvolvimento sustentável não se resume apenas ao meio ambiente. O desenvolvimento sustentável também tem a ver com uma melhor saúde, é com empregos condignos e meios de subsistência sustentáveis. Trata-se de envolver e capacitar os cidadãos, sensibilizá-los de que todos os indivíduos e comunidades podem fazer parte do problema e da solução (para saber mais sobre desenvolvimento sustentável, ver secção 2.1). Portanto, precisamos das Reservas da Biosfera da UNESCO, porque elas ajudam a tornar o nosso desenvolvimento mais sustentável, inclusivamente através do envolvimento e capacitação das comunidades.

Muitas Reservas da Biosfera da UNESCO em África até hoje são geridas de uma forma de cima para baixo. Normalmente, os governos definem objetivos, políticas e intervenções de gestão. Até o momento, não foi suficientemente bem explicado que uma abordagem de cima para baixo não é suficiente e nem apropriada para a gestão das Reservas da Biosfera da UNESCO.

As Reservas da Biosfera precisam de participação ativa

Este Manual procura contribuir para mudar isso. Este Manual explica aos governos, autoridades e Administradores locais a necessidade da participação. Oferece apoio prático aos Administradores das Reservas da Biosfera da UNESCO na implementação de instrumentos de gestão participativa, para cumprir melhor os seus deveres, tarefas e responsabilidades.

**Este Manual destina-se a apoiar os Administradores das Reservas da Biosfera da UNESCO em África na melhoria dos seus métodos de gestão. O Manual pretende promover e aumentar a participação das comunidades e das partes interessadas na gestão – e como fazê-la**

Os objetivos deste Manual

Os objetivos deste Manual são:

- Colocar as comunidades no centro do trabalho das Reservas da Biosfera Africana
- Apoiar o estabelecimento de uma gestão participativa e adaptativa nas Reservas da Biosfera da UNESCO em África e gerir melhor os conflitos
- Orientar os Administradores das Reservas da Biosfera da UNESCO em África a usar processos “padrão”, como nomeação e revisão periódica, para melhorar a participação na gestão
- Orientar os Administradores das Reservas da Biosfera da UNESCO em África a formular, implementar e avaliar planos de gestão por meio de processos participativos
- Inspirar os governos centrais ou provinciais a permitir, incentivar e apoiar processos participativos locais de baixo para cima nas Reservas da Biosfera da UNESCO
- Inspirar as partes interessadas locais a se tornarem parceiras da gestão das Reservas da Biosfera da UNESCO, aceitando os direitos e responsabilidades associados.

Como um documento de referência abrangente, este Manual fornece uma “imagem geral”, muita informação já conhecida pelo administrador experiente de uma área protegida.

Ao melhorar os métodos de gestão, realizando revisões periódicas participativas e de alta qualidade e implementando planos de gestão participativos, as Reservas da Biosfera da UNESCO Africanas não serão afetadas pela “Estratégia da Saida”, que pode excluir um local da Rede Mundial das Reservas da Biosfera a partir de 2016 (ver também Anexo 6).

## 1.2 Quem deve ler este Manual e porquê?

Este Manual tem os gestores e Administradores das Reservas da Biosfera da UNESCO em África como seu principal grupo-alvo. Ele pretende apoiá-los na maioria dos aspetos do seu trabalho e rotinas diárias, especialmente quando desejam trabalhar mais de perto com as comunidades locais – e, assim, desejam saber como fazê-lo melhor. Para onde quer que esta vontade ainda não tenha sido manifestada, este Manual fornece argumentos e inspiração.

Este Manual é para os administradores

Este Manual também aborda, como alvo secundário, todos os parceiros das Reservas da Biosfera da UNESCO em África (partes interessadas e comunidades) localmente e para além das regiões atuais, a fim de facilitar a interação e colaboração mútuas.

Este Manual é também para todos os parceiros

Este Manual deve ser útil para qualquer Reserva da Biosfera da UNESCO em África. Deve ser útil para vários tipos de gestão de Reservas da Biosfera, por exemplo, aqueles que são similares aos de um parque nacional, gerido por uma autoridade nacional, com comunidades que vivem apenas nas áreas circundantes. Também deve ser útil para as Reservas da Biosfera lideradas pela comunidade com 3 zonas projetadas conforme estabelecido pela UNESCO e com pessoas que vivem na zona tampão e na área de transição. Também deve orientar as autoridades e comunidades interessadas no estabelecimento de uma nova Reserva da Biosfera.

Útil para todos os tipos de Reservas da Biosfera...

... e também para futuras Reservas da Biosfera

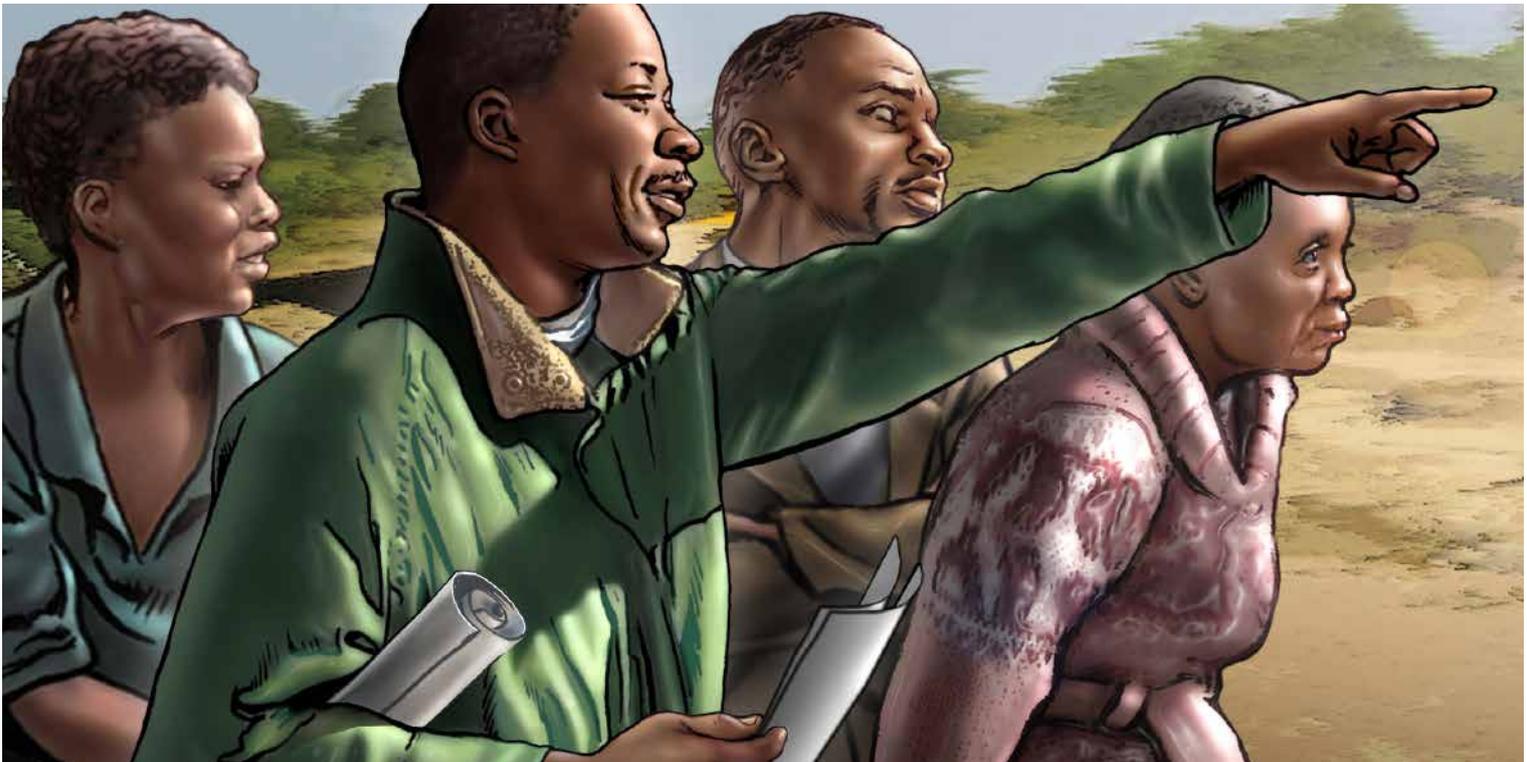
Por um lado, este Manual tem um foco limitado. Não pode fornecer orientações sobre todos os problemas concretos, tais como: conservação da natureza, adaptação às mudanças climáticas, promoção do turismo, comercialização de produtos ou angariação de fundos. Também não estão cobertas questões específicas, como problemas de posse resultantes da restituição de terra à respetiva comunidade nas Reservas da Biosfera.

Por outro lado, este Manual defende que este foco limitado é realmente a dimensão mais importante do trabalho de uma Reserva da Biosfera: se a colaboração com as comunidades locais funcionar bem, inspirará facilmente soluções para os problemas mais práticos.

A participação é essencial

Este Manual deve ser lido por:

- Administradores das Reservas da Biosfera da UNESCO principalmente em África (a gestão do topo e equipa do projetos/programa), porque é essencial que cada membro da equipa acolha, incentive e permita a participação
- Superiores dos Administradores da Reserva da Biosfera da UNESCO nos ministérios e outras agências
- Instituições das partes interessadas locais interessadas em aumentar a participação na gestão
- Representantes de comunidades locais interessadas em aumentar a participação na administração
- Consultores, por exemplo, para a gestão de recursos naturais
- Outros parceiros, incluindo membros dos Comitês Nacionais do MAB e parceiros fora de África, como agências de financiamento



### 1.3 A UNESCO e o seu Programa MAB

As Reservas da Biosfera têm uma longa tradição na UNESCO

As Reservas da Biosfera da UNESCO são designadas no quadro do Programa da UNESCO sobre o “Homem e a Biosfera” (MAB), estabelecido em 1971. A UNESCO é uma organização intergovernamental e agência especializada das Nações Unidas com quase 200 estados membros. Promove a paz e o desenvolvimento sustentável por meio da cooperação internacional na educação, ciência, cultura e comunicação. A UNESCO faz isto através de várias dezenas de programas e instrumentos legais; O MAB é um dos programas mais bem-sucedidos e conhecidos da UNESCO.

O MAB promove abordagens científicas

O MAB explora estratégias de conservação da biodiversidade e melhoria dos serviços ecossistémicos – estratégias *que ao mesmo tempo permitem o seu uso sustentável e o desenvolvimento comunitário*. Como programa científico, o MAB promove investigação científica sobre a interação das populações humanas com os ecossistemas. Além disso, o MAB promove ainda a cooperação entre todas as disciplinas científicas necessárias para entender melhor as interações homem – natureza através da ciência, educação, formação e capacitação das comunidades.

O desenvolvimento sustentável está no centro do MAB

O MAB promove um dos objetivos centrais da UNESCO, ou seja, o **desenvolvimento sustentável**. Num mundo sustentável, os recursos são usados de forma justa e equitativa – globalmente. Um mundo sustentável limita o seu consumo de recursos para que as gerações futuras também tenham oportunidades justas. O MAB promoveu o conceito de desenvolvimento sustentável mesmo antes de o termo ser explicitamente usado na política mundial, ou seja, mesmo antes dos anos 80. Desde 1971, o MAB tenta superar os conflitos entre os meios de subsistência das pessoas e a natureza através do uso “racional” dos recursos naturais, para estabelecer ou restabelecer a “harmonia” entre as pessoas e o seu meio ambiente. Na verdade, o conceito de desenvolvimento sustentável é uma versão mais detalhada e científica de “harmonia entre as pessoas e a natureza”. Trata-se de superar a alienação da modernidade das pessoas do seu meio ambiente natural.

A paz está no centro do MAB

Desde 1971, o MAB também promove explicitamente o objetivo central da UNESCO, a **paz internacional**, entre outros através da:

- Melhor cooperação científica internacional
- Cooperação na gestão de ecossistemas transfronteiriços, bem como
- Superação dos meios de subsistência insustentáveis e, portanto, propensos a conflitos.

O MAB é um Programa Intergovernamental

O MAB é um “**programa intergovernamental**” da UNESCO. Isto significa que as decisões são tomadas em nome da comunidade mundial pelo “*Conselho Internacional de Coordenação*” (abreviado: CIC ou Conselho do MAB), que é constituído por representantes de governos de 34 estados (rotativos). O MAB é regido por uma série de documentos estratégica chave (ver abaixo “Documentos importantes”), até 2015, em particular pelo Plano de Ação de Madrid, posteriormente pela Estratégia MAB 2015–2025.

Desde 1976, o MAB designa especificamente locais ambientalmente importantes e globalmente representativos, chamados Reservas da Biosfera da UNESCO. A definição oficial diz: “*As Reservas da Biosfera são áreas de ecossistemas terrestres e costeiros/ marinhos onde, por meio de padrões de zoneamento e mecanismos de gestão apropriados, a conservação dos ecossistemas e sua biodiversidade são combinadas com o uso sustentável dos recursos naturais em benefício das comunidades locais, incluindo atividades relevantes de investigação, monitorização, educação e formação*”.



Rede Mundial 2014/2015; gráfico da Comissão Alemã para a UNESCO

Há mais de 600 Reservas da Biosfera em mais de 110 países, 631 locais em 119 países em maio de 2015, para uma apresentação, ver [[UNESCO2011]]. Há também vários livros de boas práticas, por exemplo, [[UNESCO2013-1]], sobre a África Subsaariana e [[UNESCO2010]], sobre a Ásia. As Reservas da Biosfera cooperam numa rede global, a [Rede Mundial das Reservas da Biosfera](#). Para uma breve visão geral, ver [[ISH2008]]. Desde 2013, o Conselho do MAB aumentou a supervisão da Rede Mundial, exigindo total conformidade com os requisitos da revisão periódica para cada local. As Reservas da Biosfera em inconformidade estão ameaçadas de exclusão (“Exit Strategy”, ver Anexo 6). O objetivo deste Manual é apoiar os países a melhorarem o seu desempenho também a este respeito.

## 1.4 Reservas da Biosfera da UNESCO – Características essenciais

### Características principais

A IUCN define *áreas protegidas* como “espaços geográficos claramente definidos, reconhecidos, dedicados e geridos por meios legais ou outros meios eficazes, para alcançar a conservação da natureza a longo prazo com valores culturais e serviços ecossistémicos associados” [[IUCN2012]]. À primeira vista, esta pode ser vista como uma definição sensata para as Reservas da Biosfera da UNESCO, mas a sua ambição como conceito holístico e integrado desde o início *estende-se além da mera conservação da natureza*. Para as Reservas da Biosfera, é tão importante a promoção do desenvolvimento económico e social sustentável nas comunidades locais, como a participação, educação, investigação e monitorização – *o desenvolvimento sustentável da comunidade não é apenas um meio de alcançar a conservação da natureza, é um objetivo por si próprio*.

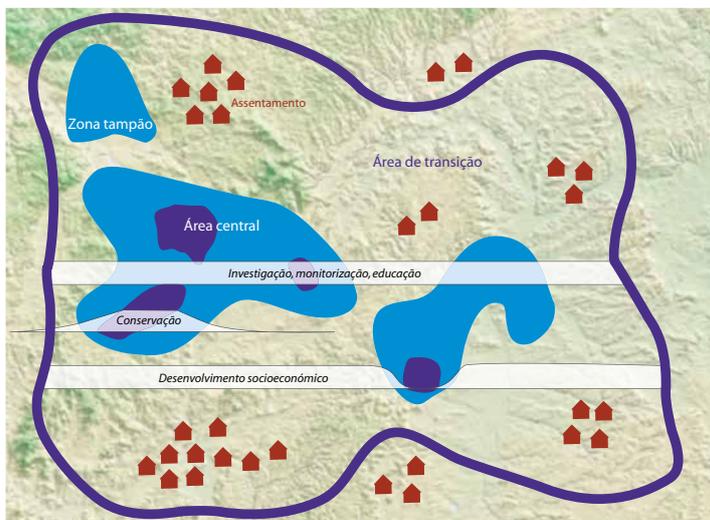
Outro aspeto importante é que as Reservas da Biosfera da UNESCO são designadas de acordo com *critérios globalmente idênticos* – todas as áreas protegidas, como parques nacionais, áreas selvagens, florestas nacionais ou refúgios de vida selvagem, são especificadas apenas pelas leis nacionais, que diferem de país para país. Apenas alguns países têm leis nacionais específicas para as Reservas da Biosfera.

As Reservas da Biosfera da UNESCO são paisagens e ecossistemas onde as pessoas vivem e trabalham – outra palavra para isto é *sistemas sócio-ecológicos*. Ainda hoje em África, muitas Reservas da Biosfera protegem apenas florestas primárias ou outra natureza virgem, como a Reserva da Biosfera de Tai, na Costa do Marfim. Uma enorme floresta verde e densa, sob proteção rigorosa. Mas, na verdade, as Reservas da Biosfera são muito mais do que isso. Elas também podem ser usadas para conservar paisagens culturais, isto é, paisagens e ecossistemas que foram criados ao longo de séculos através de um uso humano específico, por exemplo, Pastoreio ou agricultura extensiva. Em muitos casos, foi criada uma biodiversidade única *através* desse uso humano. Muitas vezes, a *diversidade cultural* anda de mãos dadas com a diversidade biológica.

### Três funções e três zonas

Na linguagem usada pela UNESCO, as Reservas da Biosfera têm três *funções* principais:

1. **Conservação** da biodiversidade e ecossistemas funcionais
2. **Desenvolvimento** socioeconómico
3. Apoio logístico, que significa principalmente **investigação, monitorização e educação**.



Zoneamento esquemático (incluindo funções). Gráfico da Comissão Alemã para a UNESCO

Todas as *três funções* são igualmente importantes – a conservação bem-sucedida depende do desenvolvimento socioeconómico bem-sucedido e vice-versa. Um aspeto importante do MAB vem à tona: Precisamos de *compreender* a conservação e o desenvolvimento e criar conhecimento através da investigação. Precisamos de transferir as habilidades, atitudes e conhecimentos sobre sustentabilidade para as gerações futuras. Precisamos de monitorizar as mudanças e trocar experiências. Sem estes esforços baseados no conhecimento, qualquer conservação e desenvolvimento não serão eficazes a longo prazo. É por essa razão que a função do chamado apoio logístico é igualmente importante.

Talvez a característica mais conhecida das Reservas da Biosfera seja o seu **zoneamento**: a “área central” normalmente está estritamente protegida no sentido jurídico; geralmente é bastante pequena em comparação com toda a Reserva da Biosfera; de toda a

As diferenças chave em relação às áreas protegidas são, na verdade, características-chave

Três funções

A importância da função logística  
Três zonas

atividade humana, normalmente apenas a investigação é permitida lá. Pode haver várias áreas centrais. A área central deve estar cercada (ou adjacente) por uma “zona tampão”, normalmente com algumas restrições também – a atividade humana nestas áreas deve ser compatível com os objetivos da conservação. A terceira zona é a “área de transição”, onde o foco não está nas “restrições”, mas na “promoção” de práticas sustentáveis. Este zoneamento apoia, em particular, as “abordagens ecossistêmicas” para a gestão [[UNESCO2000]].

Embora a UNESCO tenha liderado globalmente esta abordagem de zoneamento nos termos jurídico-institucionais desde os anos 70, o conceito é muito antigo e amplamente difundido em África, em termos práticos. Muitas comunidades indígenas Africanas vêm praticando um “método de zoneamento” de conservação e adquirindo meios de subsistência de forma sustentável há séculos, em particular respeitando locais sagrados “proibidas de tocar”.

### Documentos principais

- A Estratégia de Sevilha** A **Estratégia de Sevilha para as Reservas da Biosfera** de 1995 estabelece objetivos específicos para as Reservas da Biosfera da UNESCO e apela ao envolvimento total das partes interessadas. As partes interessadas devem estar envolvidas na gestão e no estabelecimento de estruturas consultivas. Elas também precisam de receber formação para garantir a sua plena participação no planeamento, gestão e monitorização nas Reservas da Biosfera (para texto completo ver Anexo 3).
- O Quadro Estatutário** O **Quadro Estatutário da Rede Mundial das Reservas da Biosfera** de 1995 apresenta critérios e condições muito específicos – tanto para nomear os locais como Reservas da Biosfera da UNESCO quanto para revê-los periodicamente (para texto completo ver Anexo 2).
- O Plano de Ação de Madrid** O **Plano de Ação de Madrid** de 2008 identificou três desafios principais no século XXI, nomeadamente a urbanização, as mudanças climáticas e a degradação da biodiversidade. Sublinhou mais uma vez que as Reservas da Biosfera da UNESCO são locais de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável que reúnem todas as partes interessadas. O Plano de Ação de Madrid foi o documento estratégico principal para o período 2008–2013. Os seus resultados são a base da Estratégia MAB para além de 2015 (para texto resumido ver Anexo 4).
- A Declaração de Dresden** A **Declaração de Dresden** de 2011 reconheceu as Reservas da Biosfera da UNESCO como ferramentas para a mitigação e adaptação efetivas às mudanças climáticas. Também apela às Reservas da Biosfera que preparem e implementem planos de gestão para se adaptarem às mudanças climáticas, com base em avaliações de vulnerabilidade e envolvendo as comunidades locais. (para texto completo ver Anexo 5). Os Administradores de Reservas da Biosfera Africanas, num seminário em 2011, emitiram o **Rhön Communiqué** (ver Anexo 5), apelando às Reservas da Biosfera para que preparem e implementem planos de gestão participativa para se adaptarem às mudanças climáticas.
- Quatro conferências importantes** Estes documentos são o resultado das quatro conferências mais importantes da história do Programa MAB: três Congressos da Reserva da Biosfera serviram para rever a implementação do MAB e planificar a sua estratégia futura. O **Primeiro Congresso da Biosfera**, em 1983, em Minsk, Bielorrússia, havia elaborado um primeiro Plano de Ação para as Reservas da Biosfera. O **Segundo Congresso Mundial** em Sevilha, Espanha, em 1995, observou uma implementação bem-sucedida do conceito de Reserva da Biosfera, mas também desafios. Assim, adotou a Estratégia de Sevilha e o Quadro Estatutário (cp. Apêndices 2 e 3). Também o **Terceiro Congresso Mundial sobre as Reservas da Biosfera** foi realizado em Espanha, em Madrid, em 2007 (cp. Anexo 4). A **Conferência de Dresden “Pela vida, pelo futuro”** em 2011 comemorou 40 anos do Programa MAB (cp. Anexo 5). Além de adotar a Declaração de Dresden, um seminário de Administradores das Reservas da Biosfera Africana emitiu o Rhön Communiqué (cp. Anexo 5), apelando às Reservas da Biosfera para preparar e implementar planos de gestão participativos para se adaptarem às mudanças climáticas.
- Está previsto que o CIC do MAB em 2015 adote a nova **Estratégia do MAB 2015–2025**. O **Quarto Congresso Mundial sobre as Reservas da Biosfera**, em Lima, Peru, em Março de 2016, adotará previsivelmente o correspondente Plano de Ação.

### Diferentes abordagens institucionais e um objetivo

- Um conceito e diferentes implementações** A gestão das Reservas da Biosfera varia de região para região (para definição de “gestão”, ver secção 2.2). Esta diversidade de abordagens de gestão é algo claramente positiva. É uma consequência da peculiaridade de cada região. As Reservas da Biosfera da UNESCO variam em termos de biodiversidade de paisagem para paisagem, de ecossistema para ecossistema. O mesmo acontece com o uso dos recursos naturais, com a constituição dos grupos das partes interessadas, a “governança” e instituições. Para os resultados de dois estudos globais sobre governança e em particular a participação da comunidade, cp. [[STOLL2005]] e [[STOLL2010]].

A UNESCO dá ênfase à importância de explorar e manter esta diversidade, incluindo as abordagens de gestão, ou seja, o trabalho dos administradores. Toda a “governança” das Reservas da Biosfera varia substancialmente (“governança” refere-se às regras para a tomada de decisões e os quadros legais, ou seja, a estrutura institucional; em outras palavras, governança é a palavra para descrever a totalidade dos comités, textos jurídicos, estatutos, sua implementação etc.). Algumas Reservas da Biosfera têm respaldo a nível nacional através de uma legislação separada e por fazer parte de uma administração nacional. Em outras, apenas a área central está publicada em diplomas legais? De facto, as abordagens de governança, em particular no que diz respeito ao envolvimento das comunidades e das partes interessadas, variam frequentemente substancialmente, mesmo dentro de um país, de uma Reserva da Biosfera para a outra.

A diversidade institucional é valorizada

Esta diversidade de abordagens de gestão e governança representa um valor em ela mesma e deve ser promovida, desde que as abordagens sejam baseadas nos mesmos valores e objetivos subjacentes. A UNESCO incentiva o intercâmbio internacional sobre as vantagens e desvantagens de tais abordagens de gestão/governança. Cada Reserva da Biosfera da UNESCO é uma oportunidade para novas inovações institucionais, além de poder tirar proveito de uma vasta experiência global. Cada Reserva da Biosfera da UNESCO é, antes de tudo, uma **estrutura para criar oportunidades**.

O zoneamento esquemático permite flexibilidade

Esta é também a razão pela qual o padrão de zoneamento das Reservas da Biosfera da UNESCO (brevemente introduzido acima) é apenas *esquemático*, porque precisa de ser aplicado a todas as Reservas da Biosfera globalmente. Na prática, muitas abordagens diferentes podem implementar este zoneamento esquemático em ecossistemas específicos, como regiões costeiras, savanas, terras secas ou florestas. Em alguns casos, toda a Reserva da Biosfera está legalmente publicada em diplomas legais como uma “área protegida”. Outras Reservas da Biosfera incorporam várias áreas protegidas como áreas centrais e as combinam através de “corredores ecológicos” entre elas. Na maioria dos casos, especialmente nas novas Reservas da Biosfera da UNESCO, as áreas centrais e as zonas tampão estão mais ou menos estritamente protegidas, e a zona de transição tem baixa ou nenhuma proteção; ao mesmo tempo, a sua base legislativa foi projetada de forma abrangente para responder aos objetivos da Reserva da Biosfera na sua totalidade.

Assim, **na prática, as Reservas da Biosfera da UNESCO parecem bem diferentes** – em objetivos, zoneamento, gestão e governança. Um dos objetivos da Rede Mundial é também partilhar experiências de sucesso ou fracasso com diferentes quadros institucionais.

Os especialistas do Programa MAB falam com frequência sobre as Reservas da Biosfera “da primeira geração”. Esta expressão refere-se às Reservas da Biosfera designadas pela UNESCO até 1995 e à adoção da Estratégia de Sevilha e do Quadro Estatutário – muitas delas quase não têm população. Frequentemente, estas primeiras Reservas da Biosfera são exatamente aquelas que estão estritamente protegidas na sua totalidade; elas geralmente coincidem com os parques nacionais e podem ser bons locais de conservação e investigação. No entanto, estes locais não são Reservas da Biosfera no sentido moderno. Atualmente, a UNESCO está num processo de lembrar aos seus estados membros para adaptarem o estatuto de muitas primeiras Reservas da Biosfera – é de esperar que até 2016, várias primeiras Reservas da Biosfera possam perder o seu estatuto.

O foco principal deste Manual está nas Reservas da Biosfera mais recentes, que trabalham em estreita colaboração com as pessoas que vivem e trabalham nas zonas tampão e de transição e para promover o desenvolvimento socioeconómico sustentável. As Reservas da Biosfera “da primeira geração” podem encontrar ideias neste Manual sobre como transformar-se na próxima geração que incentiva o envolvimento da comunidade local para melhorar a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável.

Reservas da Biosfera “antigas” versus “novas” Reservas da Biosfera

### Um instantâneo: O que significa realmente “gerir uma Reserva da Biosfera”?

Os Administradores das Reservas da Biosfera da UNESCO, que têm a tarefa de promover o desenvolvimento sustentável, precisam de abordar uma região de maneira abrangente, não apenas os ecossistemas legalmente protegidos (um aviso: “região” não significa necessariamente uma unidade territorial ou administrativa). Eles precisam de abordar fatores abióticos (clima, água, solo e paisagem na sua totalidade, etc.), as comunidades locais (culturas, tradições, conhecimento, património etc.) e as suas práticas (pesca, silvicultura, agricultura, pecuária, turismo, etc.).

Locais de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável

As Reservas da Biosfera da UNESCO são instrumentos para a *gestão integrada de sistemas socioecológicos ou paisagens culturais* – ou seja, os Administradores devem fazer muitas intervenções diferentes a vários níveis diferentes, visando, por exemplo, ao mesmo tempo, proteger espécies individuais, melhorar o ciclo da água, apoiar a comercialização de produtos agrícolas, capacitar as comunidades locais e monitorizar o meio ambiente.

Os Administradores das Reservas da Biosfera precisam de trabalhar numa equipa que reúna um vasto conjunto de habilidades e conhecimentos; os Administradores precisam e agir mais como moderadores que guardas florestais. Os Administradores também precisam de habilidades específicas para *manter* uma Reserva da Biosfera além da indicação inicial. Iniciar um projeto é sempre muito mais fácil do que manter a dinâmica a longo prazo. Às vezes,

São necessárias diversas competências, em particular a moderação

Concentre-se em favorecer o desenvolvimento, não nas restrições

os “lançadores” de uma Reserva da Biosfera nem sequer são as melhores pessoas para geri-la por longos períodos de tempo. Além disso, os recursos financeiros costumam estar mais disponíveis no início de uma iniciativa do que durante períodos prolongados. Qualquer que seja o contexto, a gestão de uma Reserva da Biosfera tem essencialmente a ver com a capacitação das comunidades locais, e não com a sua restrição. A tarefa mais importante dos Administradores é motivar, moderar e negociar, além de interagir com as comunidades locais, a fim de capacitá-las e inspirar formas sustentáveis de vida e trabalho, e não restringi-las.

Neste Manual, discutimos especificamente todos os meios e abordagens para envolver um grupo mais amplo de partes interessadas na gestão – estruturalmente, a longo prazo, além de estruturas *ad-hoc*. As Reservas da Biosfera exigem um envolvimento mais amplo e intenso das partes interessadas do que o habitual em áreas protegidas.

A participação é essencial

Os Administradores das Reservas da Biosfera da UNESCO, trabalhando como uma equipa de especialistas e generalistas, devem planificar com antecedência, para identificar as próximas mudanças no clima, na natureza, na sociedade e na economia. Eles devem integrar todas as formas de conhecimento no seu plano. Juntamente com as comunidades, eles devem igualmente estabelecer este planeamento em estratégias de consenso e planos de gestão. Eles devem implementar estes planos – por meio de intervenções próprias, através da captação de recursos e da coordenação de intervenções de outros atores e das comunidades. Eles precisam de identificar se desenvolvimentos imprevistos são ameaças ou oportunidades, se um roteiro consensualmente planificado é uma defesa contra ameaças ou se novos desenvolvimentos são realmente enriquecedores. Eles precisam de fazer amplas consultas e ao mesmo tempo poderem tomar decisões rápidas, conforme a necessidade.

Este Manual não é um modelo

Gerir uma Reserva da Biosfera da UNESCO não é fácil – mas é um dos desafios mais emocionantes que se pode imaginar. Não há um modelo para a gestão, governança ou envolvimento das partes interessadas; cada caso é diferente e deve ser decidido de acordo com as necessidades locais e ameaças específicas, por exemplo, adaptação às mudanças climáticas. Este Manual também não fornece um modelo; fornece apoio e ideias.

## 1.5 O contexto e os benefícios das Reservas da Biosfera da UNESCO em África

O desenvolvimento sustentável é uma prioridade Africana

A União Africana (UA), o mecanismo cooperativo de 54 estados africanos, definiu o desenvolvimento sustentável como um dos 14 objetivos de seu ato constitutivo: “*promover o desenvolvimento sustentável nos níveis económico, social e cultural, bem como a integração das economias Africanas*”. A proteção ambiental é uma atividade obrigatória do Conselho Executivo da UA. O Plano Estratégico da UA, adotado em 2009, disse: “*Para alcançar o desenvolvimento sustentável em todo o continente, a África deve preservar o seu ambiente natural; e, de facto, o que fazemos hoje não deve de forma alguma comprometer o ambiente natural em que trabalharemos amanhã. Neste aspeto, enquanto procuramos melhorar a qualidade das nossas vidas, não devemos elevar o equilíbrio da natureza, como aconteceu com as atividades que desencadearam as mudanças climáticas*”[[AU]].

Os principais instrumentos políticos, operacionais e institucionais da UA para implementar iniciativas para abordar o desenvolvimento sustentável através de uma abordagem integrada são a *Agenda África 2063* (agenda2063.au.int), a *Nova Parceria para o Desenvolvimento de África* (NEPAD) e os organismos sub-regionais africanos / Comunidades Económicas Regionais (CERs). A NEPAD reconhece oficialmente que uma boa gestão ambiental é um pré-requisito para alcançar o crescimento e desenvolvimento sustentáveis, uma vez que o desenvolvimento económico precisa de ser reconciliado com o uso sustentável dos recursos (“iniciativa ambiental da NEPAD”). Os princípios orientadores da NEPAD incluem boa governança, parcerias dentro e fora de África, participação e propriedade de todas as pessoas.

Os desafios do desenvolvimento sustentável de África

Nos seus dois “*Relatórios de Desenvolvimento Sustentável sobre África*” (cp. [[UNECA]], também [[UNEP2008]] e [[UNEP2012-1]]), a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) destaca os seguintes desafios:

- Quadros institucional e legal inadequados para a gestão ambiental
- Ferramentas institucionalizadas de gestão e planeamento ambiental pouco aplicadas devido a capacidades inadequadas
- Taxas de crescimento populacional não controladas
- Gestão transfronteiriça de recursos ambientais
- Alta rotatividade de especialistas e funcionários nacionais

Os seguintes desafios típicos de África são citados repetidamente por todas as organizações internacionais: super-exploração de recursos naturais, perda de biodiversidade, degradação e desertificação da terra, segurança alimentar e agrícola, proteção social para grupos pobres e marginais, igualdade de género, planos de gestão de riscos de desastres, acesso a instalações de água e saneamento, bem como desemprego juvenil. Os países do Norte e as suas empresas geralmente apoiam estas práticas insustentáveis, pelo menos, implicitamente, por exemplo, impondo preços mínimos de mercado para os recursos ou não apoiando o processamento de recursos na própria África. Tanto os ecossistemas quanto as leis ambientais são frequentemente vítimas de investimentos, por exemplo, nas plantações de café, borracha ou cacau, geralmente em variedades de OGM. Em poucas palavras, África, como todos os outros continentes, precisa de se desenvolver de maneira mais sustentável.



### As Reservas da Biosfera apoiam o desenvolvimento sustentável em África

Ninguém sabe com antecedência o que o conceito de desenvolvimento sustentável realmente significará para uma paisagem ou sociedade específicas, como uma comunidade específica viverá e trabalhará de maneira sustentável. O desenvolvimento sustentável é específico para um contexto ecológico, institucional e cultural. É um processo de aprendizagem e de negociação, que deve envolver todas as partes interessadas.

As Reservas da Biosfera da UNESCO fazem exatamente o seguinte: elas exploram e demonstram abordagens de desenvolvimento sustentável muito específicas em ecossistemas e paisagens específicos por meio de um processo de aprendizagem conjunto. As Reservas da Biosfera demonstram os benefícios do desenvolvimento sustentável – benefícios para meios de subsistência aprimorados, capacitação da comunidade, conservação da biodiversidade e mitigação das mudanças climáticas. Elas ajudam a melhorar a eficácia das instituições de gestão e ajudam a reorientar as partes interessadas e os parceiros.

Uma resposta aos desafios africanos

### Reservas da Biosfera da UNESCO e áreas protegidas

Durante muitas décadas, as Reservas da Biosfera da UNESCO estabeleceram padrões globais na integração da conservação e benefícios da comunidade. Elas superaram as limitações das “áreas protegidas clássicas”, sendo “pioneiros nas modernas áreas protegidas”, mas muitas outras áreas protegidas estão “aproximando-se”.

Pioneiros para um novo tipo de áreas protegidas

A designação de áreas protegidas é uma resposta padrão desde meados do século XX para conservar a integridade dos ecossistemas e proteger as espécies (para visões gerais de todas as áreas protegidas, cp [[WDPA]] e [[DOPA]]. No passado, as áreas protegidas eram muitas vezes, criadas sem levar em consideração as comunidades locais, suas opiniões, necessidades, reclamações e interesses. Às vezes, as comunidades eram despejadas de uma área, dando prioridade à conservação da natureza acima de todas as outras preocupações. Estas áreas protegidas podem efetivamente cumprir os seus objetivos por algum tempo. No entanto, a sua continuidade e aceitação a longo prazo permanecem ameaçadas quando não atendem às necessidades das comunidades locais.

Os teóricos e praticantes da conservação da natureza já advertiram há muito tempo que esta prática de conservação da natureza “contra” as comunidades não será eficaz a longo prazo. As áreas protegidas modernas geralmente têm objetivos, propriedades e práticas muito semelhantes às Reservas da Biosfera da UNESCO: zoneamento, salvaguarda de meios de vida condignos para as comunidades, participação, gestão adaptativa e integração da ciência. Quase todos os tópicos cobertos por este Manual também são cobertos por excelentes diretrizes e manuais emitidos por ONGs de conservação da natureza, em particular pela IUCN. Portanto, este Manual faz referência a grande parte desta literatura de alta qualidade. A UNESCO também editou excelentes guias, por exemplo, há mais de 20 anos para a gestão dos locais de Património Mundial em África [[UNESCO1992]].

A conservação da natureza “contra” as comunidades não é eficaz

Portanto, as Reservas da Biosfera da UNESCO não podem reivindicar hoje exclusividade de conceitos como zoneamento, promoção de meios de vida sustentáveis ou participação. “No Quarto Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (...) em 1992, os responsáveis de planificação e Administradores de áreas protegidas do mundo adotaram muitas das ideias (envolvimento da comunidade, os vínculos entre conservação e desenvolvimento, a importância da colaboração internacional) que são aspetos essenciais das Reservas da Biosfera “(cp. Estratégia de Sevilha, Anexo 2). Existem relatórios convincentes sobre este impacto mais amplo, por exemplo, de áreas protegidas no Sudeste Asiático [[ICEM]], na Europa [[MOSE]], a sua eficácia foi avaliada globalmente [[IUCN2010-1]] e foram formulados objetivos ambiciosos para a sua governança [[GRAHAM]]. No entanto, as Reservas da Biosfera da UNESCO ainda acentuam e equilibram estas questões de maneira bem diferente de outras áreas protegidas. A conservação da natureza simplesmente não é seu objetivo principal – seu objetivo principal, desde o início, é harmonizar a relação Homem – natureza através do *equilíbrio de três funções* (cp. Abaixo). Isto faz uma diferença fundamental em muitos casos práticos. Embora as áreas protegidas também atendam a propósitos adicionais, como

Um equilíbrio único de objetivos

educação, serviços ecossistémicos, iluminação espiritual, prazer estético, recreação, caça (dentro de limitações), a variedade de propósitos adicionais das Reservas da Biosfera é muito maior. Para uma análise de como as Reservas da Biosfera (não) se encaixam no sistema de categorias de áreas protegidas da IUCN, cp. [[BRIDGE]] e [[IUCN2008]].

#### Critérios globalmente vinculativos e seus efeitos

O que torna as Reservas da Biosfera também únicas é que elas são **designadas pela UNESCO de acordo com critérios globais vinculativos**. Uma Reserva da Biosfera da UNESCO carrega uma marca de qualidade, um selo de aprovação da gestão e desenvolvimento de qualidade. O sucesso é **monitorizado e avaliado regularmente**. Uma revisão periódica é obrigatória a cada 10 anos; o que aumenta ainda mais a credibilidade da marca de qualidade. Esta designação tem consequências importantes:

- As Reservas da Biosfera são **globalmente visíveis**. Isto significa que existe uma área inequivocamente delimitada, que é globalmente conhecida e reconhecida, e que existe uma estrutura de gestão e uma equipa de gestão que são globalmente conhecidas e reconhecidas. As Reservas da Biosfera não podem facilmente “desaparecer” – se forem feitas alterações a uma Reserva da Biosfera, o mundo inteiro vai notar.
- As Reservas da Biosfera são **instituições estáveis**; elas são criadas a longo prazo, em princípio para sempre. Esta é uma diferença crucial para um “projeto”, que tem um começo e um fim. De facto, muitas vezes, as Reservas da Biosfera são criadas no final de um projeto de desenvolvimento, a fim de salvaguardar os seus resultados a longo prazo.
- Como instituições estáveis e visíveis globalmente, são **atraentes para doadores e parceiros de financiamento**. Os doadores que apoiam um projeto numa Reserva da Biosfera podem ter certeza de que os efeitos do projeto serão salvaguardados a longo prazo; se ocorrerem mudanças localmente, não só o doador perceberá, mas a UNESCO e toda a sua rede de parceiros também.

#### Diferenças chave entre as Reservas da Biosfera e as “áreas protegidas”

Para resumir algumas das principais diferenças entre Reservas da Biosfera e áreas protegidas (todas estas diferenças serão mais óbvias mais adiante neste Manual):

- A nível dos objetivos principais: **equilibrar** a conservação da biodiversidade com o seu uso sustentável, desenvolvimento comunitário, promoção de oportunidades económicas e erradicação da pobreza
- **Critérios globalmente idênticos**, marca de qualidade, visibilidade global, incluindo para doadores e turistas
- Gestão participativa como **requisito**; não como intervenção útil
- Foco na investigação, monitorização, educação, troca global de **conhecimentos**
- Foco na valorização do conhecimento tradicional e da diversidade cultural
- Foco nos sistemas sócio-ecológicos
- Zoneamento inequívoco
- Incentivos especiais para a gestão coletiva de ecossistemas transfronteiriços, devido à designação intergovernamental e a um consenso conceitual baseado na ONU.

### Principais realizações e principais benefícios das Reservas da Biosfera da UNESCO

#### Várias realizações globais

As Reservas da Biosfera da UNESCO têm **alta reputação global** devido a muitas realizações importantes a nível político, na ciência e, mais importante, na prática.

- A realização mais importante é defender com êxito a mudança de paradigma conceitual e político para a conservação da natureza *com e através* das pessoas. Esta abordagem é cada vez mais copiada por áreas protegidas modernas (como por meio de Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento [[WELLS]]).
- Elas estabeleceram e promoveram com sucesso os conceitos de *zoneamento, locais transfronteiriços e corredores ecológicos*.
- Elas são caracterizadas por uma abordagem totalmente inclusiva, pois abordam preocupações das áreas protegidas E não protegidas num esquema de gestão holístico.
- A *Rede Mundial* das Reservas da Biosfera facilita *efetivamente* o intercâmbio de informações e experiências.
- As *redes regionais e temáticas* promovem a cooperação em regiões ecológicas semelhantes; exemplos são AfriMAB para a África Subsaariana e ArabMAB para os países árabe.
- Elas apoiam uma cooperação global bem-sucedida na *investigação de ecossistemas* (que anteriormente havia sido organizada em 14 prioridades temáticas).

#### Benefícios e oportunidades para as comunidades locais

As Reservas da Biosfera da UNESCO bem-sucedidas oferecem muitos **benefícios e oportunidades às comunidades locais**:

- Elas podem criar *oportunidades de rendimento e emprego*, por exemplo, através do turismo e da comercialização de produtos agrícolas, ajudando assim a erradicar a pobreza.
- Elas apoiam e melhoram os meios de subsistência, a capacitação social e um desenvolvimento social estável, por exemplo, através de intervenções que melhoram a saúde e educação ou através do apoio à criação de associações e parcerias locais.
- Elas ajudam a reduzir *conflitos* e melhorar a cooperação com as partes interessadas e o processo coletivo de tomada de decisões.

- Através da gestão de ecossistemas e adaptação às mudanças climáticas, elas promovem a viabilidade a longo prazo de uma paisagem.
- Elas apoiam a criação da *identidade e orgulho locais*, incluindo através do reconhecimento pelos esforços locais de conservação. Elas ajudam a preservar o património intangível, o conhecimento tradicional e a diversidade cultural, também através do reconhecimento internacional da UNESCO.
- Ao criar oportunidades económicas, elas podem *parar a migração externa* das zonas rurais e, assim, mitigar a urbanização.
- Através da investigação, elas melhoram a *base de evidências para a tomada de decisões*.
- Elas apoiam a *cooperação internacional* e a paz em locais transfronteiriços, reduzindo conflitos e reduzindo economias propensas a conflitos.

As Reservas da Biosfera da UNESCO servem como locais de aprendizagem cujas melhores práticas podem ser emuladas em outros lugares. Elas não têm apenas benefícios locais, mas muitos benefícios para o mundo inteiro: uma compreensão mais abrangente das regiões bio-geográficas na sua totalidade; a comparação baseada na investigação de desenvolvimentos nos continentes; a promoção de abordagens conjuntas do desenvolvimento sustentável a nível global; uma compreensão mútua dos desafios e oportunidades a nível global; e um sentimento de pertença coletiva entre os continentes.

Além disso, as Reservas da Biosfera da UNESCO trazem os seguintes **benefícios concretos para as comunidades locais, em particular em comparação com outros tipos de áreas protegidas:**

Benefícios para as comunidades locais, em comparação com outras áreas protegidas

- A designação da UNESCO torna uma determinada região *visível* ao mundo e a seus próprios habitantes. Frequentemente, os habitantes criam um *forte sentido de identidade e orgulho* pela sua Reserva da Biosfera. Isso geralmente resulta em tendências sociais e demográficas positivas.
- Os turistas consideram a designação da UNESCO como um *selo de qualidade*. Está provado que os turistas visitarão algumas regiões exatamente porque são designados pela UNESCO; portanto, as Reservas da Biosfera oferecem novas oportunidades económicas no turismo. As Reservas da Biosfera bem geridas agregam mais receita apenas através do turismo que supera os custos de administração.
- O rendimento da agricultura pode ser aumentada: Cada vez mais produtos orgânicos e/ou de comércio justo vêm das Reservas da Biosfera e têm uma grande procura no mercado mundial – como o óleo de Argão, mundialmente famoso, da Reserva da Biosfera de Arganeraie, em Marrocos ou o “Mel de Comoé”, da Reserva da Biosfera na Costa do Marfim (cp. Abaixo).
- Para praticamente qualquer problema local de desenvolvimento sustentável, a Rede Mundial é uma fonte de *soluções de melhores práticas* e uma oportunidade de geminação e parcerias. Como parte de uma rede global, a *cooperação internacional* torna-se muito mais fácil.
- As Reservas da Biosfera precisam de abranger um ecossistema típico (“representativo”); portanto, elas geralmente atravessam fronteiras provinciais ou nacionais e reúnem todas as partes interessadas que são *realmente* necessárias para abordar um problema.
- A *participação* e geralmente “difícil” e, portanto, muito frequentemente não é realizada. As Reservas da Biosfera precisam de facto e necessariamente de participação – não há desculpa para não envolver a população local na conceção e gestão integrada de uma Reserva da Biosfera.
- Muitos cientistas cooperam globalmente no Programa MAB – isso faz da Reserva da Biosfera um *local de estudo atraente para os cientistas*. Muitas vezes, os projetos de investigação levam a projetos de desenvolvimento.

### Exemplos concretos das Reservas da Biosfera Africana da UNESCO:

Na Reserva da Biosfera de Waterberg, na África do Sul, a colaboração da equipa de gestão com 13 comunidades produziu inúmeros benefícios. Os projetos incluem a formação e a venda de artesanato, como artesanato em couro, trabalhos com missangas e bordados. Os benefícios incluem igualmente o envolvimento das mulheres locais para realizar excursões e educação ambiental na Lapalala Wilderness School (Escola da Região Selvagem de Lapalala). As florestas da Reserva da Biosfera de Kafa da Etiópia são geridas de maneira participativa. Os resultados são: florestas virgens foram preservadas e foram criadas plantações comunitárias de lenha. Além disso, foi estabelecido um esquema de micro crédito, são criados empregos no turismo e, portanto, os meios de subsistência da comunidade são melhorados.

Exemplo da África do Sul

Exemplo da Etiópia

As associações da vila, na Reserva da Biosfera do Delta do Saloum, no Senegal, estão ativamente envolvidas no reflorestamento, por exemplo, através de viveiros de árvores comuns. As práticas de pesca tradicionais são preservadas através da combinação de novas técnicas e, assim, reduzem a degradação costeira e de mangais. 1.000 painéis solares foram instalados para fornecer energia às comunidades.

Exemplo do Senegal

Em Marrocos, a designação da Reserva da Biosfera de Argan apoiou o crescente interesse global pelo óleo da árvore de Argan. A maior parte desse óleo é colhida pelas “cooperativas de óleo de Argão” das mulheres e a Reserva da Biosfera garantiu que o aumento no preço de exportação chegasse efetivamente às pessoas locais. O boom permitiu que as famílias rurais aumentassem os seus rebanhos de cabras, e as famílias podem mandar as suas meninas para escola secundária.

Exemplo de Marrocos

Exemplo da Costa do  
Marfim

O mel da Reserva da Biosfera de Comoé, na Costa do Marfim, é produzido, engarrafado e comercializado por uma associação na vila de Kakpin, com o apoio do projeto “Parcs et Réserves de Côte d’Ivoire” (PARC-CI). Este projeto foi bem-sucedido ao mudar o hábito de colher o mel da área central e de seus arredores, de deitar fogo descontrolado. Através da parceria dos Administradores do parque com as comunidades locais, pode gerar-se rendimento e proteger-se a área central.

## SECÇÃO 2

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL POPULAÇÃO – CONFLITOS – CONHECIMENTO

*Dimensões chave das Reservas da Biosfera da UNESCO*



## SECÇÃO 2

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## POPULAÇÃO – CONFLITOS – CONHECIMENTO

### *Dimensões chave das Reservas da Biosfera da UNESCO*

Esta secção discute em profundidade o que é o desenvolvimento sustentável, o papel dos intervenientes – intervenientes específicos e a população local em geral – bem como argumentos, razões e necessidades para a sua participação e envolvimento na gestão de uma Reserva da Biosfera. Esta secção também discute como lidar com conflitos, e apresenta vários aspetos chave do papel do “conhecimento” – especificamente a investigação científica e o conhecimento tradicional. Ao ler este capítulo, você deve entender:

- Que as Reservas da Biosfera podem proporcionar benefícios tangíveis e únicos em termos de desenvolvimento sustentável e resolução de conflitos
- Que as Reservas da Biosfera requerem uma abordagem orientada pelo conhecimento
- Por que a participação é tão importante e o que queremos dizer com ela

### 2.1 Desenvolvimento Sustentável

#### Definição de desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável tem a ver com a equidade, globalmente e entre gerações

De acordo com a definição mais conhecida (do Relatório de 1987 “O nosso futuro comum” [[WCED]]), o desenvolvimento sustentável é um “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”. O desenvolvimento sustentável estabelece um equilíbrio: por um lado, promove a equidade e a equidade globais, e o direito de todos os indivíduos e comunidades de desenvolver e viver uma vida digna. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento sustentável procura preservar os recursos naturais necessários para a sobrevivência a longo prazo das nossas crianças. O desenvolvimento sustentável tem a ver com a eliminação da pobreza, e a promoção da equidade e da oportunidade – globalmente hoje e entre gerações.



*Não é verdade* que o desenvolvimento sustentável significa negar ao Sul as suas oportunidades de desenvolvimento; significa algo muito diferente no Norte e no Sul [[REDCLIFT]]. É **universalmente reconhecido que os países em desenvolvimento têm a necessidade urgente e o direito de se desenvolverem ainda mais**. Também se reconhece que os países industrializados devem reduzir fortemente o seu consumo de recursos. Mas também para o Sul, não é aconselhável *nenhum* desenvolvimento; muitas ideias foram propostas segundo as quais o Sul pode “dar o salto”, inclusive através da cooperação técnica, para uma vida melhor e uma economia moderna que não exija o uso pesado e ineficiente dos recursos dos países industrializados.

O desenvolvimento sustentável significa um melhor desenvolvimento

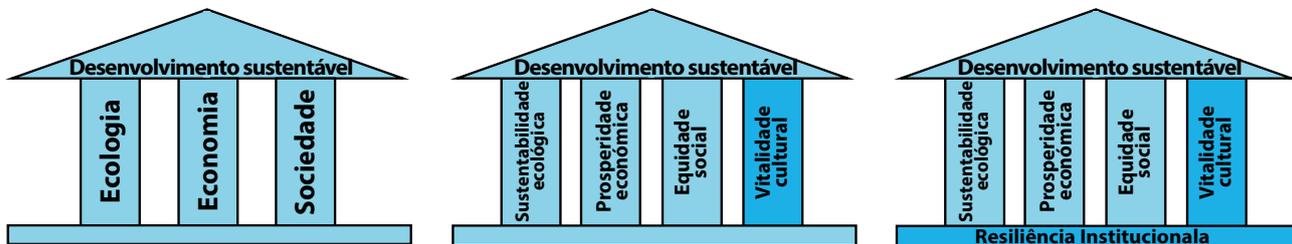
O conceito de desenvolvimento sustentável implica *incerteza*: do ponto de vista atual, sabemos o que foi insustentável no passado, mas é difícil prever o que será sustentável no futuro. Sabemos que a pobreza é insustentável; sabemos que o uso excessivo de recursos é insustentável; mas não sabemos quão ricos todos nós podemos ser sem usar excessivamente os recursos. Até agora, faltam-nos uma visão integrada, bem como dados, metodologia e instrumentos políticos para nos aproximarmos *realmente* da sustentabilidade ambiental.

O conceito implica incerteza

Em regiões com baixos níveis de sucesso educacional, a utilização de um conceito abstrato, como a palavra “sustentabilidade”, é difícil de comunicar. No entanto, o conceito tem precursores e correspondências em muitas comunidades tradicionais, também em África. **Não é necessário em todos os contextos usar esta palavra “sustentabilidade” explicitamente no discurso público**. Muitas vezes é suficiente explicar o *significado* e as conexões causais numa determinada comunidade, por exemplo, de pobreza e degradação da terra. É mais importante *implementar o desenvolvimento sustentável* em termos práticos, em benefício das pessoas e da natureza. Em outras palavras: é mais importante que as pessoas, **de facto, vivam e trabalhem de forma sustentável** – o que muitas vezes é um facto em África.

Concentre-se na mensagem, não no termo

Uma explicação muito simples, mas não totalmente correta, do desenvolvimento sustentável, no que diz respeito ao desenvolvimento de uma aldeia: *“Viver e trabalhar de tal forma que a terra disponível, a água, a madeira, a vida selvagem etc. sejam usadas de tal forma que todas as pessoas na aldeia tenham uma vida condigna e que também as crianças e netos tenham terra, água, madeira, vida selvagem etc. suficientes para uma vida condigna”*. Alguns aspetos que não estão totalmente corretos nesta explicação: “usado como tal” implica um limite quantitativo, mas o uso qualitativo dos recursos é igualmente importante (por exemplo, irrigação gota-a-gota) Além disso, talvez as gerações futuras não precisem usar um recurso como a madeira, por exemplo, por causa do progresso tecnológico, de modo que os recursos individuais não contam necessariamente. Além disso, mesmo as comunidades rurais fazem parte de um mundo globalizado, pelo que utilizam recursos de outros continentes, por exemplo, combustível e plástico – uma abordagem puramente local não é suficiente. Também uma distribuição justa de recursos entre as pessoas de uma aldeia deve ser levada em conta, não apenas um padrão mínimo de decência.



Existem muitos “modelos” de desenvolvimento sustentável. Aqui usamos uma mistura dos modelos mais utilizados. O modelo clássico introduz três “pilares” do desenvolvimento sustentável: *o ambiental, o social e o económico*. Outros modelos frequentemente discutidos têm um “quarto pilar”, a cultura; outros modelos têm uma camada “institucional” suplementar. No modelo de três pilares, o desenvolvimento é sustentável se abordar os desafios dos três pilares. Muitas vezes isso não é possível; há muitos conflitos possíveis entre os diferentes pilares, e a verdadeira arte consiste em resolver esses conflitos. Os modelos suplementares concentram-se no facto de que os padrões culturais e comportamentais regem todas as nossas atividades humanas e que o desenvolvimento sustentável requer a criação de instituições apropriadas: instituições capazes de negociar soluções apropriadas entre os três pilares, especialmente em tempos de conflito. Os compromissos são possíveis e necessários, mas precisam ser negociados.

O modelo dos três, quatro ou cinco pilares

O importante é que todos estes modelos tornem transparente que o **desenvolvimento sustentável não é apenas ambiental**. É também uma questão de pobreza, de normas laborais e de direitos dos trabalhadores, de educação, de comércio justo e do papel do crescimento económico.

O desenvolvimento sustentável permite interligar muitos desafios, como as mudanças climáticas, a dinâmica populacional, a capacitação das mulheres, a desertificação, a escassez de água e a poluição, ou o acesso ao saneamento. Nas Nações Unidas, mais de 30 temas diferentes são negociados em conjunto sob o título de desenvolvimento sustentável – o conceito de desenvolvimento sustentável é particularmente essencial para nos lembrar constantemente que temos de evitar abordagens demasiado estreitas, técnicas e setoriais, por exemplo, em relação às mudanças climáticas.

O desenvolvimento sustentável é um guarda-chuva conceptual

## Estudo de caso: Desafios da sustentabilidade da Reserva da Biosfera do Zambezi, Zimbabwe

A Reserva da Biosfera, designada em 2010 pela UNESCO, é a primeira no Zimbabwe e uma área de biodiversidade prioritária. Abrange uma área de cerca de 2.160.000 hectares, incluindo o enorme reservatório do lago Kariba, mata ciliar e florestas ribeirinhas, e os Mana Pools e Chewore Património Mundial. Além do aquecimento global, a pressão humana é uma ameaça crescente à biodiversidade e aos recursos naturais. Quando o Lago Kariba foi criado, o povo Tonga foi transferido para terras marginais, que não tinham experiência de gestão. É por isso que eles continuam sendo a comunidade mais empobrecida e deficitária em alimentos do país. Além disso, também não lucram com as receitas do turismo. O alojamento turístico ao longo da frente ribeirinha também tem um forte impacto na vida selvagem. Entre as questões com impacto negativo na natureza e na vida selvagem estão: incêndios provocados pelo homem, desenvolvimento não planeado e gestão imprudente de pragas como a mosca tsé-tsé. No vale do Zambeze, a caça ilegal de produtos da fauna bravia, como chifres de rinoceronte e presas de elefantes, provou que as espécies podem ser levadas à beira da extinção num período muito curto. A Reserva da Biosfera aborda a caça furtiva como um crime com uma determinação resoluta e tenta apoiar as comunidades locais a lucrar com o valor económico da biodiversidade. Outras abordagens são: geração de rendimento baseado na família, oportunidades do mercado de carbono, criação de instituições para gestão de recursos naturais baseada na comunidade, educação e desenvolvimento de habilidades para impulsionar o mercado de trabalho, bem como a resolução de conflitos entre humanos e animais selvagens. [[UNESCO2013-1]]

### Desenvolvimento sustentável na ONU

A Cimeira Mundial “Rio+20” de 2012 decidiu estabelecer “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” globais até 2015, que darão seguimento aos “Objetivos de Desenvolvimento do Milénio” [[UN2012]]. Uma agenda universal para o Norte e o Sul está assim no horizonte, unificada sob o título de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é hoje o objetivo explícito das Nações Unidas.

O antigo Secretário-geral da ONU, Kofi Annan, disse em Março de 2001: *“O nosso maior desafio neste novo século é considerar uma ideia que parece abstrata – o desenvolvimento sustentável – e torná-la uma realidade para todos os povos do mundo”*. Isso é exatamente o que as Reservas da Biosfera da UNESCO tentam fazer todos os dias.

### As Reservas da Biosfera organizam processos de aprendizagem

Apesar da sua diversidade, as Reservas da Biosfera da UNESCO partilham um objetivo: apoiar a abordagem mais eficaz para o desenvolvimento sustentável, que é o desenvolvimento local participativo e a gestão dos recursos. Que as Reservas da Biosfera são muitas vezes chamadas de **“Locais de Aprendizagem para o Desenvolvimento Sustentável”** significa que elas envolvem as partes interessadas e as pessoas na “experimentação” conjunta do que é sustentável e do que não é, que práticas económicas apoiam a conservação e as que não, que desenvolvimento de infra-estrutura ajuda a erradicar a pobreza e as que não. As Reservas da Biosfera tentam “formalizar a aprendizagem pela prática”.

### Principais desafios nas Reservas da Biosfera Africana

As questões de desenvolvimento sustentável mais frequentemente citadas pelos Administradores das Reservas da Biosfera Africana são:

- Pobreza, crescimento populacional e problemas de saúde
- Desemprego dos jovens
- Conflitos entre o homem e a vida selvagem
- Caça furtiva, exploração madeireira ilegal, incêndios florestais ilegais, caça à carne de animais selvagens
- Erosão e degradação do solo
- Demanda de terra e invasão da agricultura em florestas e outras áreas naturais
- Perda de biodiversidade em termos mais gerais, incluindo espécies exóticas invasoras
- Esgotamento dos recursos naturais, incluindo a água
- Mudanças climáticas
- Mineração (legal e ilegal)
- Ocupação de terras em termos mais gerais
- Falta de meios de subsistência alternativos
- Eliminação e gestão inadequada de resíduos
- Falta de instituições adequadas, responsabilização, transparência; governação fraca
- Falta de base jurídica e de legitimidade

### Melhoria dos meios de subsistência e geração de rendimento para as comunidades

#### A geração de oportunidades de rendimento tem efeitos colaterais positivos

As Reservas da Biosfera da UNESCO devem ajudar a eliminar a pobreza extrema e a fome que fazem parte da sua função de desenvolvimento. A melhoria dos meios de subsistência e a geração de oportunidades reais de rendimento têm vários efeitos positivos. Em primeiro lugar, os próprios meios de subsistência e as vidas mais dignas e seguras dos indivíduos e comunidades. Em segundo lugar, pessoas extremamente pobres podem devastar os recursos naturais, inclusive através da caça, da recolha de raízes e de partes de plantas. Em terceiro lugar, a melhoria dos meios de subsistência significa capacitação e cidadania responsável.

Os Administradores das Reservas da Biosfera da UNESCO podem trabalhar com os agricultores para melhorar a produtividade agrícola, afastando-se da agricultura de subsistência pura, levando a maiores rendimentos agrícolas e rurais e à segurança alimentar das famílias. Os projetos poderiam ser, por exemplo, a melhoria da produção e conservação de forragem, irrigação ou duplo cultivo. Uma melhor organização das explorações agrícolas de pequenos agricultores também pode criar mais emprego agrícola e não agrícola e tem um forte efeito de redução da pobreza. Para mais detalhes sobre como combinar a conservação com a segurança alimentar, a cp. [[FAO2014]]. Eles também podem apoiar a identificação de alternativas à caça insustentável.

A multiplicidade de ações é possível

Os Administradores de Reservas da Biosfera da UNESCO normalmente não estão bem treinados para implementar projetos nas áreas de saúde, agricultura ou nutrição propriamente ditas – mas podem servir como coordenadores e moderadores de projetos implementados por agências parceiras – e têm a legitimidade para fazê-lo. Através de sua visão holística do desenvolvimento sustentável, eles podem garantir que as mudanças nos sistemas agrícolas não tenham um efeito negativo sobre os recursos naturais.

Reservas da Biosfera como plataformas

### Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos

A conservação da biodiversidade é uma das *três funções* das Reservas da Biosfera da UNESCO e uma dimensão do desenvolvimento sustentável que está particularmente próxima dos corações dos administradores. Biodiversidade significa a diversidade de ecossistemas, organismos vivos, incluindo espécies animais e vegetais, bem como a diversidade genética dentro das espécies (entre populações). Serviços ecossistêmicos são os benefícios proporcionados pela natureza que tornam a vida humana possível e digna de ser vivida. Os seres humanos precisam dos ecossistemas e dos seus serviços. Só podemos erradicar a pobreza e a fome se os ecossistemas funcionarem bem. Não podemos sobreviver sem ecossistemas que sustentem os meios de subsistência, as sociedades e as economias humanas.

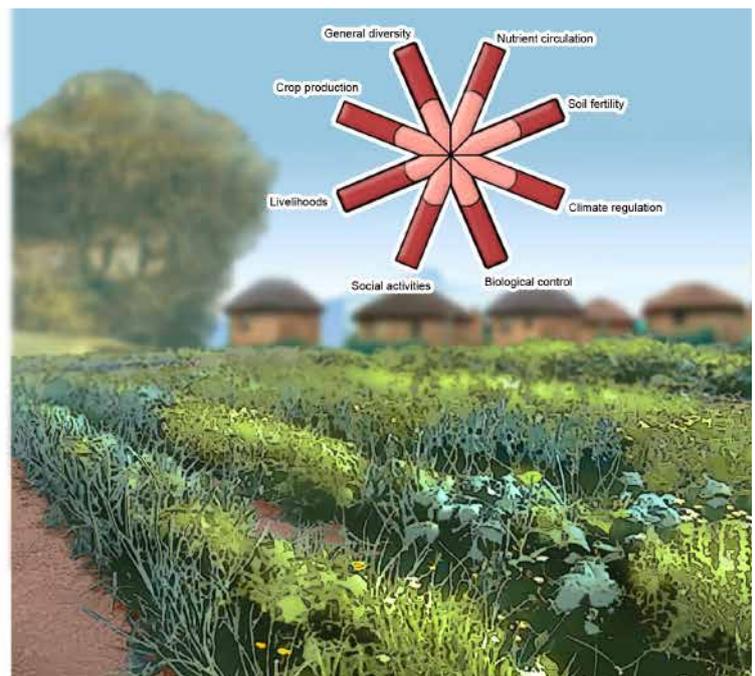
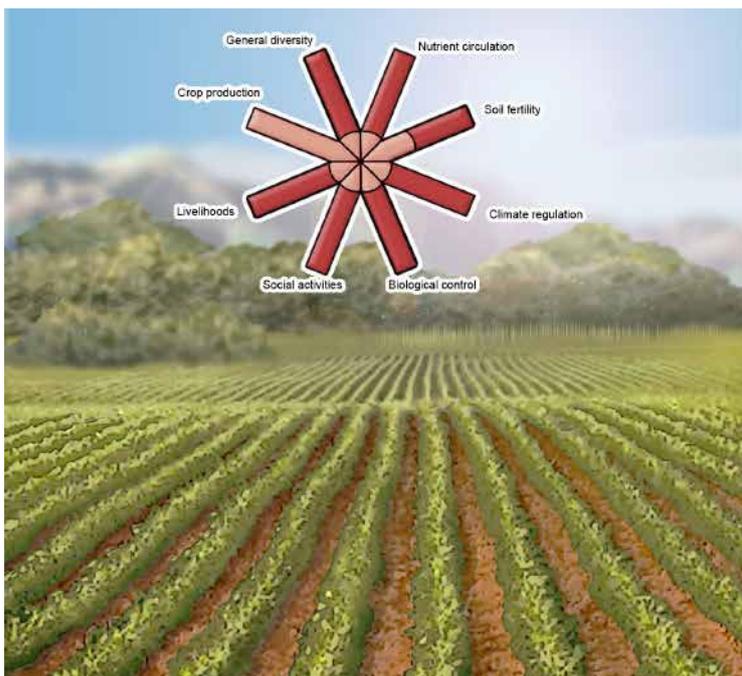
A biodiversidade é a base da sobrevivência da humanidade

As sociedades tradicionais conhecem bem a importância dos ecossistemas. Também a ciência moderna sabe bem disso, mas os nossos modelos económicos, políticos e empresas voltam a reconhecê-lo lentamente, depois de um longo período de terem sido ignorados. Só muito recentemente, houve tentativas de medir o PIB, levando em conta o enorme valor económico do “capital natural”. É uma tarefa urgente explicar aos políticos, mas também ao público em geral, que precisamos da biodiversidade, para nossa própria sobrevivência. É uma tarefa urgente conservar a biodiversidade, não só nos locais cruciais [[MYERS]], [[CEPF]] ou nas 200 Eco-regiões Globais [[WWF2012]] ou nas Áreas Importantes para a Avifauna [[BIRDLIFE2012]]. – No entanto, em África [[EGOH]], as zonas protegidas com elevado valor de biodiversidade e elevada pressão humana coincidem frequentemente com esses pontos críticos [[HARTLEY]], mas também estão demasiado isoladas [[NEWMARK]].

A necessidade de explicar o valor da biodiversidade

Esta tarefa é muito urgente, uma vez que a investigação científica mostra inequivocamente que a biodiversidade está extremamente ameaçada. A perda de biodiversidade é verdadeiramente alarmante, desenfreada e “fora de controlo”: Já ultrapassámos a chamada “fronteira planetária”, cp. [[ROCKSTRÖM]] e [[STEFFEN]]. Dependendo da estimativa, entre 1 e 100 espécies desaparecem todos os dias.

A perda de biodiversidade está fora de controlo

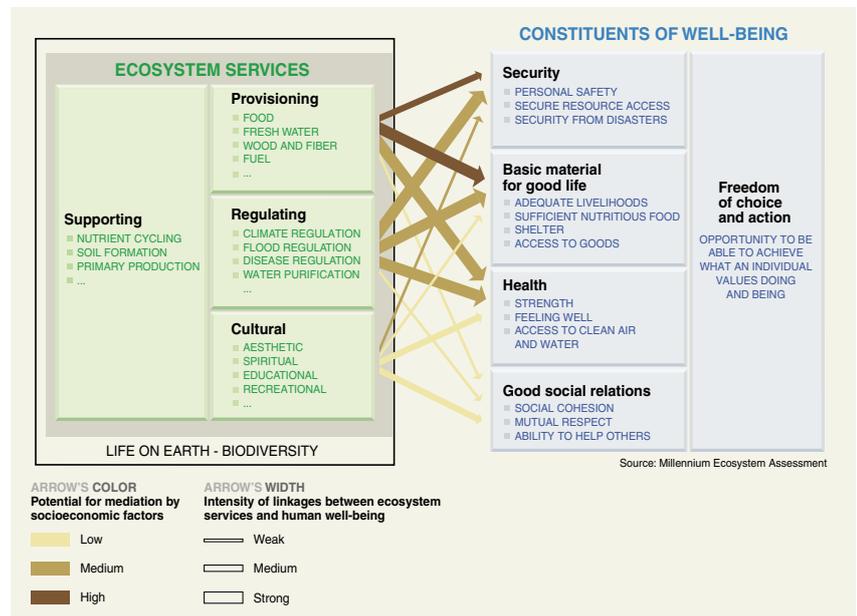


A Convenção da ONU ainda não está bem implementada

Como a mais importante tentativa de deter a perda de biodiversidade, as Nações Unidas adotaram em 1992 a *Convenção sobre Diversidade Biológica*. Quase todos os Estados africanos a ratificaram (desde o início de 2014). Esta convenção solicita aos governos de todo o mundo que elaborem estratégias e planos de ação nacionais em matéria de biodiversidade e que apresentem relatórios regulares sobre a sua implementação. No entanto, muitos governos ainda não implementam efetivamente suas próprias leis e políticas.

O que são serviços ecossistémicos?

**Serviços ecossistémicos:** A conservação moderna concentra-se em ecossistemas inteiros em vez de em espécies individuais. A ciência voltou a reconhecer algo bem conhecido das sociedades tradicionais: nenhuma espécie pode sobreviver sozinha. Existem ecossistemas minúsculos e enormes: No intestino humano, pelo menos 500 espécies diferentes de bactérias são necessárias para a nossa sobrevivência. Cogumelos e árvores vivem em simbiose. A experiência do Parque de Yellowstone nos EUA demonstrou que os ecossistemas podem mudar drasticamente após a reintrodução de apenas uma espécie: Mais uma vez houve lobos no Parque de Yellowstone em 1995, até mesmo os cursos dos rios mudaram por causa das mudanças na cadeia alimentar.



Os ecossistemas realizam “serviços” para o bem-estar humano através da interação de plantas, animais e microrganismos. O termo “serviço ecossistémico” foi popularizado pela “Millennium Ecosystem Assessment” (2005) [[MA]] que os reconheceu, e a biodiversidade como componentes essenciais do bem-estar humano, contribuindo para a segurança humana, as necessidades básicas de vida, boa saúde e boas relações sociais.

- Os serviços ecossistémicos de *provisão* são produtos ecossistémicos, por exemplo, alimentos, água, peles de couro, lenha, energia, ornamentos como ouro, peles ou flores, recursos medicinais.
- A *regulamentação* dos serviços ecossistémicos abrange a decomposição de resíduos, o sequestro de carbono, a purificação do ar e o controlo de pragas.
- Os serviços ecossistémicos *culturais* incluem o seu valor estético, recreativo, educacional, espiritual e religioso.
- Os serviços ecossistémicos de *apoio* são a produção primária (por exemplo, do solo), a dispersão de sementes (através do vento, água e animais) e o ciclo de nutrientes (por exemplo, azoto, fósforo).

Uma Reserva da Biosfera é um excelente quadro para destacar a importância dos ecossistemas para a sobrevivência humana, os meios de subsistência humana, as relações sociais e a nossa economia. Várias Reservas da Biosfera, como a Reserva da Biosfera intercontinental do Mediterrâneo (Marrocos) ou a Reserva da Biosfera de Badiar (Guiné), consideram-se “torres de água”, fornecendo água como um serviço ecossistémico ao seu ambiente. Evidentemente,

### Estudo de caso: Serviços ecossistémicos na Reserva da Biosfera de Mount Kulal, Quênia

Designado em 1976, o Monte Kulal é a única Reserva da Biosfera de propriedade comunitária no Quênia. A paisagem ao redor da montanha vulcânica com a sua cratera profunda inclui vários habitats extremos, como uma paisagem vulcânica e fontes termais, o deserto de sal de Chalbi ocasionalmente inundado, dunas de areia e cursos de água sazonais. Os habitantes predominantemente pastoris do Samburu, Rendille e El Molo vivem da criação de gado, da pesca e do abate de árvores. Os serviços ecossistémicos incluem o fornecimento de alimentos e água para o gado, particularmente durante a longa estação seca. A madeira é utilizada como lenha, matéria-prima para carvão vegetal, madeira de construção, etc. Outros serviços ecossistémicos incluem a provisão de medicamentos e valores socioculturais, incluindo valores espirituais. As ameaças incluem a forma como o gado é alimentado durante a seca, o excesso de exploração da madeira, a poluição da água, o excesso de pastagem das áreas de sub-bosque e a erosão por incêndios florestais. A Reserva da Biosfera tenta mitigar as ameaças aos serviços ecossistémicos, nomeadamente através do policiamento florestal pela polícia nacional e pelos anciãos tradicionais do samburu.

a procura da manutenção dos serviços ecossistémicos remete para a questão da utilização sustentável dos solos – que formas de utilização dos solos são sustentáveis, quais não o são? Devido à elevada pressão humana, temos uma necessidade urgente de colocar a questão da “Reserva da Biosfera” – conservação pelo uso. Tal abordagem é cada vez mais aceite, mesmo para ecossistemas frágeis como as zonas húmidas [[WOOD]], [[MEDWET]].

O conceito de serviços ecossistémicos permite uma perspetiva de uso da terra que é ao mesmo tempo ampla (focando não apenas a água ou o solo) e *antropocêntrica* (ou seja, de uma perspetiva puramente humana). O uso desses conceitos na discussão com os usuários da terra não evita conflitos, mas enquadra os conflitos num contexto que não coloca “nós, humanos” em oposição à “natureza”. O conceito de serviços ecossistémicos permite integrar a conservação da natureza e o alívio da pobreza. Portanto, o conceito de serviços ecossistémicos é frequentemente usado em conjunto com o conceito de “economia verde”, enfatizando o valor económico dos ecossistemas para os decisores [[TEEB]].

Se os Administradores estiverem bem informados sobre o valor económico dos seus ecossistemas individuais, podem também apresentar estimativas gerais sobre os “ativos económicos totais” de uma Reserva da Biosfera. Tais estimativas podem também ser usadas para fornecer argumentos contra projetos de investimento prejudiciais ou para fazer lobby nos parlamentos nacionais. Para uma visão geral das estimativas de certos tipos de serviços fornecidos por um determinado ecossistema, compare [[DEGROOT]]. No entanto, adverte-se que tais dados e argumentos sejam usados com grande cuidado. Uma vez que haja uma “etiqueta de preço” amplamente divulgada, alguém pode fazer uma “oferta mais alta”.

**Pagamentos por Serviços Ecossistémicos:** (PSE) como um conceito que foi estabelecido em muitos países ao redor do mundo, incluindo muitos países em desenvolvimento. Tipicamente, PSA significa incentivos financeiros para agricultores ou proprietários de terras em troca da gestão das suas terras de alguma forma específica, o que é benéfico para os serviços ecossistémicos. O PSA é voluntário – mas baseado em contratos. Um exemplo típico são os pagamentos feitos pelas concessionárias de água da cidade aos agricultores na área de captação, de modo que eles não usem fertilizantes. Para a concessionária de água isso é geralmente muito mais barato do que construir uma estação de purificação de água. Em outros exemplos, os agricultores são pagos se colherem feno de uma forma que preserve as aves nidificantes; às vezes, as plantações de café são pagas se suas práticas melhorarem a capacidade de sumidouro de carbono do solo da plantação; os pequenos agricultores são pagos pela silvicultura sustentável. Um esquema de PSA é o “substituto da economia de mercado” para sistemas integrativos disfuncionais; tais pagamentos protegem benefícios que de outra forma não ocorreriam de forma alguma.

O que são “pagamentos por serviços ecossistémicos”?

**Conflitos entre o homem e a vida selvagem:** Muitas áreas protegidas e Reservas da Biosfera na África são criadas com o objetivo predominante de conservar grandes mamíferos (“mega fauna”, como elefantes ou rinocerontes). Normalmente, a área central destas Reservas da Biosfera serve para proteger estes mamíferos. No entanto, os mamíferos vagueiam por vastas áreas e, especialmente em tempos de crescente procura de alimentos e aumento da população, as áreas em torno das áreas centrais (talvez incluindo a zona tampão, talvez não) são cada vez mais utilizadas para a agricultura. Portanto, os conflitos entre o homem e a vida selvagem são consequências quase necessárias. Atualmente, a maioria dos esforços para reduzir esses conflitos concentra-se em tentar manter os mamíferos dentro da área central. Várias medidas têm sido propostas, como a escavação de valas, a instalação de cercas, incluindo cercas elétricas ou mesmo paredes, ou utilizando chili, pendurando as cascas inteiras de chili nas árvores ou pulverizando uma mistura de água e óleo de chili em torno da área do núcleo. A eficácia destas medidas está ainda em debate.

Conflitos entre o homem e a vida selvagem

### Estudo de caso: Espécies exóticas invasoras na Reserva da Biosfera do Delta do Senegal, Senegal

No final da década de 1980, muitos dos corpos de água na África Ocidental foram invadidos por espécies de plantas exóticas muito agressivas: jacinto de água, alface de água e feto de água. Elas foram introduzidas como plantas ornamentais ou para uso em aquários, desde a sua área de distribuição nativa na América do Sul até muitas partes do mundo onde se transformaram em espécies invasoras. Eles produzem grande biomassa, na maioria das vezes cobrindo toda a superfície dos corpos de água, ameaçando a sobrevivência de comunidades ribeirinhas e do litoral, matando outras vidas aquáticas ao bloquear a luz, e abrigando cobras, malária e bilharziose. Em 1999, a invasão do feto de água ameaçou a rica avifauna da Reserva da Biosfera do Delta do Senegal. As ervas daninhas de água flutuante podem ser controladas por meios físicos e biológicos, isto é, remoção manual ou com equipamento mecanizado, por herbicidas e por controlo biológico. Este último consiste na libertação de inimigos naturais específicos do hospedeiro, geralmente insectos, ácaros, mas também agentes patogénicos. Numa abordagem diferente, a utilização das ervas daninhas aquáticas é por vezes considerada como um meio de controlo, porque grandes quantidades são removidas, por exemplo, para a produção de biogás, como alimento para o gado, para a produção de papel, como estrume orgânico, para o tratamento de água poluída e para o fabrico de cordas, tapetes, artesanato ou mobiliário. Num projeto a nível da CEDEAO nos anos 2000, o ênfase foi colocado na gestão integrada das pragas, ou seja, na combinação do controlo biológico com a remoção física para compostagem para a produção vegetal. No Delta do Senegal, estas medidas permitiram eliminar 90% da alface aquática e 95% do feto de água. [[DIOP]] [[AJUNU]].



Mesmo que essas medidas sejam eficazes, elas não impedirão que todos os casos de animais saiam da área central. Assim, têm de ser introduzidos regimes de compensação para a perda de colheitas e mesmo para a perda de vidas humanas. Seja qual for o regime, é aconselhável utilizar abordagens ligadas às condições, por exemplo, para a perda de colheitas para compensar apenas as perdas superiores a um determinado montante mínimo e oferecer maior compensação para as zonas mais afastadas da zona principal do que para as zonas diretamente adjacentes ao seu limite. Uma comissão independente pode ser encarregada de investigar cada sinistro. Para o caso de ferimentos ou perda de vidas, é muito importante oferecer procedimentos justos, transparentes e rápidos.

#### Espécies exóticas invasoras

**Espécies exóticas invasoras:** A globalização e mudanças de ecossistemas têm levado globalmente a uma intensa pressão de espécies exóticas sobre espécies endêmicas. Muitas vezes, as espécies exóticas foram originalmente introduzidas com boas intenções de abordar um determinado problema ecológico. Na maioria dos países, algumas espécies já se espalharam até um ponto que não é mais controlável. Os Administradores de Reservas da Biosfera têm de adotar uma abordagem muito pragmática, uma vez que, com recursos muito limitados, não serão capazes de conter a propagação de todas as espécies invasoras exóticas. Para cada espécie invasora, você deve fazer uma análise cuidadosa para saber se ela prejudica suas objetivos prioritárias, se existem métodos comprovados disponíveis em qualquer lugar do mundo para conter essa espécie e se é realista conter essa espécie com as possibilidades financeiras e o conhecimento disponível. Talvez seja sensato procurar aconselhamento junto do seu Comité Nacional do MAB ou de outros cientistas.

#### Diversidade biocultural

**Diversidade biocultural:** Há vários anos, as Nações Unidas e a UNESCO em particular observaram uma crescente sensibilização da “inextricável ligação entre a diversidade biológica e cultural e o reconhecimento do papel crucial que ela desempenha no desenvolvimento sustentável e no bem-estar humano em todo o mundo”. As diversidades biológica e cultural evoluíram em conjunto, são “interdependentes e reforçam-se mutuamente”. Cada cultura possui seu próprio conjunto de representações, conhecimentos e práticas culturais que dependem de elementos específicos da biodiversidade para sua contínua existência e expressão. ... A manutenção do conhecimento tradicional da natureza local e indígena, bem como das inovações e práticas relevantes para a salvaguarda da diversidade biológica, exige a sua transmissão intergeracional contínua, que ocorre principalmente através da linguagem como um meio eficaz de comunicar, classificar e organizar a informação”. [[UNESCO2007]]

Conceitos importantes a este respeito são “diversidade biocultural”, “património biocultural” e “paisagens culturais”. Especialmente relevantes neste contexto são os povos indígenas e os seus conhecimentos tradicionais (cp. secção 2.4). A IUCN observou que “a gestão dos recursos naturais e os sistemas de conservação dos povos indígenas e das comunidades locais e móveis, a estabilidade e a força das suas instituições e as regras e práticas relativas à sua utilização da terra e dos recursos estão geralmente relacionadas com a força da sua identidade cultural coletiva”. Assim, a IUCN recomenda documentar e reafirmar a dimensão cultural da conservação, respeitar e empregar os sistemas de gestão de recursos étnicos e locais existentes, promover o amplo respeito social pelos povos indígenas e comunidades locais e móveis e garantir os seus direitos, promover a co-gestão e promover a sobrevivência e vitalidade das línguas locais. [[IUCN2004-2]].

## Utilização sustentável dos solos e dos recursos

“Recursos naturais” é um termo para falar sobre qualquer parte da natureza na perspectiva da sua utilização (ou não utilização deliberada) pelas sociedades humanas. Eles podem ser diferenciados em bióticos (plantas, florestas e animais e materiais derivados deles, mais combustíveis fósseis) e abióticos (água, ar, terra, minério), ou em renováveis e não renováveis.

As formas sustentáveis de uso da terra não exageram nem destroem os recursos naturais. Sustentam a capacidade dos ecossistemas para prestarem os seus serviços também no futuro. Exemplos:

- Mantém a qualidade do *solo* e a sua constituição microbiológica e evitam a erosão, a degradação do solo e a desertificação, cp. (ECJRC)].
- Mantém o ciclo da *água*; água de boa qualidade, disponibilidade de água subterrânea, organismos aquáticos, etc.
- Mantém a *biodiversidade* nas florestas, prados e savanas, nas zonas agrícolas, etc.
- Não poluem *o ar, o solo e a água* e não alteram o *clima*.
- Não geram *riscos* incontrolláveis (por exemplo, organismos geneticamente modificados).

Há muitas opções de uso sustentável da terra: agricultura orgânica; manutenção de cadeias de fronteira na agricultura; pastoreio restrito de pradarias marginais; agroflorestação ou silvicultura com base nos padrões do “Forest Stewardship Council” (FSC); cultivo de plantas medicinais; agricultura integrada; aquicultura ou pesca integrada com base nos padrões do “Marine Stewardship Council” (MSC).

O que é o uso sustentável da terra?

Determinar se uma certa forma de uso dos solos é sustentável *depende do contexto*. O pastoreio sazonal pode ser necessário para os prados em alguns ecossistemas; a mesma intensidade de pastoreio pode destruir os prados em outro ecossistema. Se uma determinada forma de uso da terra é sustentável pode ser julgada *apenas* pelas consequências: se um recurso é esgotado ou destruído, o uso da terra é insustentável. *Por conseguinte, não existem soluções fáceis para uma utilização sustentável dos solos*. Em geral, parece sensato utilizar os recursos renováveis apenas em função da sua capacidade de regeneração e dos recursos não renováveis se estes não puderem ser substituídos por outros recursos.

Não existem soluções fáceis para uma utilização sustentável dos solos

*No entanto, há muitas formas de utilização dos solos, que já sabemos serem insustentáveis, sem necessidade de as testar.* Muitas formas de uso da terra foram implementadas em todos os ecossistemas e em todo o lado, provaram ser prejudiciais para os recursos naturais e exceder a capacidade do ecossistema. Exemplos:

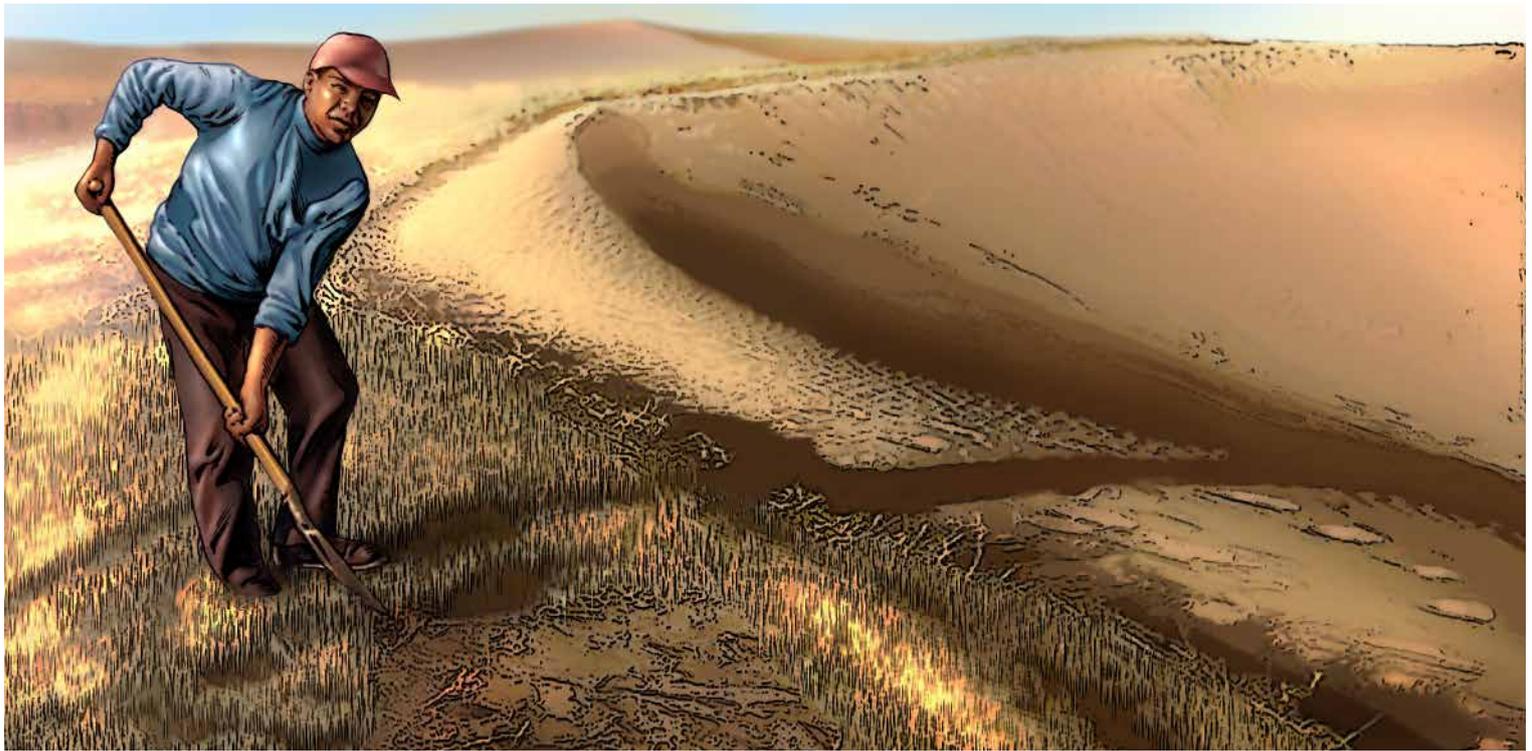
Há formas claramente insustentáveis de utilização dos solos.

- As indústrias extrativas, como a *desflorestação* (que nas zonas montanhosas é frequentemente seguida de erosão maciça) e a exploração *mineira* (em particular a exploração de ouro à base de cianeto) são quase sempre tão destrutivas e irreversíveis que deveriam ser proibidas nas Reservas da Biosfera – e noutros locais. Em alguns casos, como a Reserva da Biosfera do Monte Nimba, a designação da UNESCO tem sido a única barreira eficaz contra a mineração.
- *Agricultura intensiva* baseada em monoculturas, uso pesado de pesticidas e fertilizantes sintéticos.

Várias formas de uso tradicional dos solos podem também tornar-se insustentáveis se forem feitas de forma destrutiva e excessiva, como a *caça aos troféus*, a *caça à carne* de animais selvagens, a apanha de caracóis, formas de *Pastoreio nómada* descuidado, a criação de animais e a pesca. O mesmo aplica-se a formas de economia verde que não são sabiamente implementadas, como a proliferação de turismo descontrolado. Se um determinado uso da terra é sustentável ou insustentável não depende apenas da ecologia de uma região, mas também dos direitos de uso da terra, direitos de herança, planificação económica e outros fatores socioeconómicos dentro de uma comunidade e além dela.

### Estudo de caso: Indústrias extrativas nas Reservas da Biosfera, o exemplo do Peru

A estrutura de investigação suíça “NCCR Norte-Sul” de 12 anos implementou uma investigação transdisciplinar globalmente, incluindo nesta Reserva da Biosfera na Oxapampa-Asháninka-Yánesha. Em interação com as autoridades locais, os investigadores identificaram a falta de uma estratégia para lidar com as indústrias extrativas. Mais de 85 concessões de mineração e quatro concessões de petróleo sobrepuseram-se a algumas das principais bacias hidrográficas e áreas agrícolas da Reserva da Biosfera. Os investigadores identificaram que, globalmente, os Administradores de áreas protegidas parecem combater as indústrias extrativas caso a caso e numa base ad hoc. Eles defenderam padrões e diretrizes globais que protegem as biosferas da extração destrutiva, mas também pediram inovação: eles argumentam que as Reservas da Biosfera podem encontrar abordagens completamente novas em relação às zonas interditas que abrangem avaliações de impacto ambiental, direitos indígenas, procedimentos de consulta e consentimento e, em última análise, permitem que as questões sociais, culturais e ambientais sejam plenamente abordadas em paralelo. [[LARSEN]].



### Restauração de ecossistemas

Restauração – muitas vezes uma tarefa importante

“Restauração” significa tentar trazer a terra que foi modificada pelo uso humano de volta à direção de seu estado original. A restauração de ecossistemas pode ser uma tarefa importante dos Administradores das Reservas da Biosfera da UNESCO nos casos em que tenha havido formas muito insustentáveis de uso da terra, conflitos ou desastres. Em vez de “restauração do ecossistema”, às vezes o termo “reabilitação da terra” é usado, as diferenças entre os dois conceitos não são excessivamente importantes; geralmente o primeiro termo tem mais ambição de alcançar o estado previamente dado. Naturalmente, os Administradores devem, em primeiro lugar, tentar evitar formas insustentáveis de uso da terra, mas às vezes elas chegam tarde demais.

Limites à restauração

Uma “restauração completa” para um estado “original” raramente é realista, por várias razões: apenas se houver uma monitorização abrangente é possível conhecer o estado “original”; os ecossistemas não são um estado, mas dinâmicos. Além disso, poderia ter havido mais mudanças naturais desde que a modificação terminou ou talvez a modificação já tenha sido há muito tempo atrás para ser conhecida. Em alguns casos, as modificações também podem ser irreversíveis: por exemplo, quando a mineração a céu aberto ou a erosão do solo mudaram a base física de um ecossistema ou apenas porque a restauração “completa” seria muito cara. Por essas razões, a restauração é frequentemente limitada a uma recriação “aproximada” do habitat.

A restauração não requer necessariamente uma intervenção técnica. Como exemplo, depois de deixar uma mina a céu aberto para si mesma (“sucessão”), muitos processos ambientais desenvolvem-se novamente desde que populações de espécies-chave ainda existam nas proximidades. No entanto, este pode ser um processo longo, que pode ser acelerado pela intervenção humana. Também as espécies exóticas invasoras podem ser um problema neste contexto.

Quando é necessária a intervenção humana?

A intervenção humana torna-se vital se um ecossistema nunca se recuperar naturalmente, seja por ter sido fisicamente transformado, seja porque as espécies não podem migrar para repovoar a área. Exemplos de ações possíveis são a remoção de todas as instalações regulatórias de um rio (barragens, rectificações, etc.); ou a construção de passagens de peixes para barragens; ou a construção de pontes para mamíferos migratórios em rodovias. A restauração pode depender fortemente da reintrodução de espécies mantidas *ex-situ*, em outras províncias, outros países ou mesmo em zoológicos ou jardins botânicos. Talvez certas sementes de plantas só estejam disponíveis em bancos de sementes. As intervenções humanas consistem muitas vezes na melhoria da base do solo, na replantação de espécies vegetais, na reconexão de florestas fragmentadas, etc. Hoje em dia, também há esforços de realocização de espécies e ecossistemas inteiros, por exemplo, devido às mudanças climáticas (por exemplo, habitats intertidais na costa leste angliana no Reino Unido). Nos últimos anos, o interesse está a aumentar na restauração, que é mais sensível às condições locais e devolve responsabilidade às comunidades locais, incluindo as populações indígenas. Os peritos científicos devem ser envolvidos na medida do possível. Desde os anos 80, surgiu o campo académico da “ecologia da restauração” e os cientistas que trabalham neste campo estão organizados na Sociedade para a Restauração Ecológica.

O status quo dos assuntos de restauração

Caso haja necessidade de restauração do ecossistema no seu local, ou caso alguma agência ou “Organização da Sociedade Civil” (CSO) proponha um projeto concreto de restauração, comece sempre com uma análise adequada:

Perguntas a fazer sobre restauração

- A restauração (em geral e/ou a intervenção proposta) é a melhor opção, a mais eficaz e eficiente?
- Qual é o estado atual do ecossistema, quão degradado ele está? Que serviços presta? Que serviços o ecossistema restaurado forneceria?
- Quão razoáveis são as objetivos propostos? São razoáveis em tempos de mudança climática, reduzem a vulnerabilidade? São compatíveis com os objetivos da Reserva da Biosfera, o plano de gestão e o zoneamento? Você precisaria alterar seus objetivos e planos?
- Quão realistas são os objetivos propostos? Há fundos suficientes? Os objetivos da restauração podem ser salvaguardadas após uma intervenção ter sido finalizada (manutenção, monitorização)?
- Qual é a opinião das comunidades e partes interessadas, proprietários de terras, cientistas? Eles podem estar envolvidos na planificação e implementação, inclusive através do conhecimento tradicional? Quais são os benefícios para as comunidades?
- Usar projetos de restauração conforme apropriado para o seu contexto de gestão mais amplo, por exemplo, para atualizar o zoneamento e mapeamento, o plano de gestão e outras ferramentas-chave de gestão. A diretriz da IUCN sobre “Restauração ecológica para áreas protegidas” de 2012 fornece mais orientações.

### Redução de riscos de desastres e gestão de riscos

Uma catástrofe natural é um grande acontecimento nocivo, em que as pessoas vulneráveis são fortemente afetadas por processos naturais, como o sistema meteorológico, o ciclo hidrológico ou a própria Terra. Exemplos são: secas, inundações, tempestades, tornados, deslizamentos de terra, incêndios, erupções vulcânicas, terremotos e tsunamis. Um desastre natural é sempre a combinação de um fenômeno natural com uma grande perda de vidas ou bens. *A maioria dos fenômenos naturais não pode ser inibida; mas os fenômenos naturais podem ser inibidos de se transformarem em desastres.* Para tal, é necessário gerir os habitats naturais (por exemplo, reduzindo os riscos de inundações ao longo dos rios) e trabalhar com as comunidades (por exemplo, melhorando a vigilância ou deslocando as povoações em locais perigosos).

Os fenômenos naturais podem ser inibidos para se transformarem em desastres

As catástrofes podem ser um retrocesso para os esforços de desenvolvimento sustentável, mas também podem ser as consequências de formas insustentáveis de utilização dos solos, por exemplo, incêndios florestais, deslizamentos de lama ou secas. Assim, os Administradores das Reservas da Biosfera da UNESCO têm claramente de ter em conta a dimensão dos desastres – prevenindo-os e reduzindo os seus efeitos. Eles podem promover estudos e intervenções para identificar potenciais áreas de risco, para identificar alternativas, para promover e melhorar as práticas de preparação e recuperação de desastres. Isso também inclui a criação de sistemas de alerta precoce, planificação de contingência e preparação para resposta a emergências. “A degradação ambiental é um fator chave para transformar eventos climáticos extremos em desastres naturais” [[WWF]]. Planícies de inundações intactas e florestas ribeirinhas mitigam as inundações; manter a qualidade do solo através da agricultura extensiva mantém a capacidade do solo de armazenar chuvas fortes – o que pode mitigar as inundações. A manutenção de florestas saudáveis previne a erosão e os deslizamentos de terra; mangues costeiros intactos e recifes de corais protegem contra tempestades.

Por vezes um efeito de uso insustentável dos solos

Portanto, a conservação dos ecossistemas – inclusive através da criação de áreas protegidas e Reservas da Biosfera – é uma abordagem eficaz para reduzir o risco de desastres. Muitas vezes é também a abordagem mais barata: o WWF informa que as comunidades do Vietname investiram cerca de US\$ 1 milhão para replantar mangais, economizando mais de US\$ 7 milhões por ano. Esse dinheiro seria necessário para manter os diques contra os perigos do mar. [[WWF]]. E mesmo qualquer forma de intervenção preventiva (ecossistêmica ou técnica) será sempre mais barata do que enfrentar com o impacto dos desastres.

Uma redução eficaz do risco de desastres

Portanto, a redução do risco de desastres pode ser um argumento poderoso para a conservação dos ecossistemas. É claro que este argumento não se aplicará a todas as circunstâncias. Mas os Administradores de Reservas da Biosfera devem chamar a atenção das partes interessadas e das comunidades também para esta dimensão crítica do seu trabalho, que é diretamente benéfica para a vida, segurança e propriedade das comunidades.

Os Administradores também podem desempenhar um papel importante na moderação das discussões sobre a prioridade das intervenções preventivas contra desastres, inclusive entre desastres diversos: introduzir culturas mais resistentes à seca? Devemos construir melhores moradias por causa da ameaça de tempestades mais fortes? Devemos construir um dique ao longo do rio? Os Administradores das Reservas da Biosfera podem moderar essas discussões e trazer conhecimento científico sobre os diferentes riscos.

Um papel para moderadores

Os Administradores também podem desempenhar um papel importante na valorização da importância do conhecimento local para a gestão de desastres. Na Suazilândia, “as inundações podem ser previstas a partir da altura dos ninhos das aves perto dos rios. O número de traças pode prever a seca. A posição do sol e o grito de um pássaro específico nas árvores perto dos rios pode prever o início da estação chuvosa para a agricultura. A presença de certas espécies de plantas indica um lençol freático baixo”. [[UNEP2007]].

Aproveitar o conhecimento tradicional

**Envolve-se também na educação**

Em geral, a redução do risco de desastres deve ser integrada num contexto global de gestão do risco. A gestão de risco é uma abordagem estruturada para lidar com a incerteza sempre presente e tentar garantir que a incerteza não prejudique uma gestão sólida orientada para os objetivos. A gestão de riscos implica prever e identificar riscos, construir cenários, tentar reduzir probabilidades e efeitos negativos ou mesmo “aceitar” algumas consequências potenciais. Existem vários padrões de gestão de riscos e modelos de monitorização.

**Uma oportunidade única**

Os Administradores podem também desempenhar um papel importante na educação para a prevenção de desastres; as pessoas precisam saber o que fazer no caso de tempestades, inundações, terremotos ou tsunamis. Para muitos desastres, há um excelente conhecimento tradicional, mas devido à mudança global (trazendo novos tipos desconhecidos de desastres), nem todas as técnicas antigas de prevenção de desastres são ainda válidas hoje. A redução do risco de desastres e a prevenção relacionada com a educação, formação e sensibilização devem ser incluídas em todos os processos e práticas relevantes de aprendizagem e educação em curso.

**Turismo**

**Números estatísticos**

O turismo, em condições favoráveis, tem grande potencial para gerar rendimento e oferecer meios de subsistência às comunidades através dos serviços recreativos de uma Reserva da Biosfera – especialmente onde outras formas de subsistência foram dificultadas, por exemplo, pela mudança ambiental global, globalização económica ou crescimento populacional. Em 2012, pela primeira vez, o número de turistas internacionais ultrapassou 1 bilhão por ano; a maior parte do dinheiro foi gasto no exterior por turistas da China, Alemanha e EUA.

**Um grande potencial para o turismo**

Em 2011, aproximadamente 50 milhões de turistas vieram à África, mais de 4 vezes mais do que há 20 anos. Marrocos, África do Sul, Tunísia e Zimbabué juntos representam 25 milhões de visitantes [[UNAR]]. No entanto, apenas 10 países africanos estão entre os 100 destinos turísticos mais competitivos [[WEFORUM]]. 60% dos clientes dos operadores turísticos em África viajam em busca de atrações naturais e de vida selvagem e 11% em busca de atrações culturais. Aproximadamente metade dos turistas internacionais em África provém de outros países africanos [[UNWTO]]. O relatório do Banco Mundial “Turismo em África” considerou que o Botsuana, Cabo Verde, Namíbia, África do Sul e Tanzânia têm grande potencial para expandir o turismo. Muitos outros países africanos estão à beira do sucesso. No entanto, os obstáculos à rápida expansão incluem a falta de estabilidade política, segurança e infra-estruturas, bem como de saúde.

As Reservas da Biosfera da UNESCO têm potencial para o turismo, uma vez que têm uma designação/marca internacional, que pode estar relacionada com valores naturais e culturais elevados; no entanto, esta ligação não é automática e tem de ser apoiada para que a atratividade turística seja realmente realizada. Um relatório de 2014 da Alemanha, pela primeira vez, demonstrou a atratividade turística das Reservas da Biosfera: as 15 Reservas da Biosfera alemã são visitadas por 65 milhões de turistas por ano, o que permite a subsistência de 86.000 pessoas [[JOB]].



Dependendo do local e dos esforços para fortalecer a atratividade turística, mais de 20% (ou menos de 5%) dos turistas podem visitar uma Reserva da Biosfera *por causa desta designação de Reserva da Biosfera da UNESCO*. O elevado potencial turístico de uma designação da UNESCO está também bem documentado noutros países – no entanto, necessita de conhecimentos profissionais especializados para desenvolver ofertas adequadas que satisfaçam as necessidades reais dos turistas e que respeitem as necessidades das comunidades locais.

O turismo também pode representar ameaças, tanto para as comunidades quanto para os ecossistemas, e pode criar conflitos. Em primeiro lugar, há o perigo de um crescimento descontrolado e insustentável do turismo – para o qual devem ser desenvolvidas estratégias pró-ativas [[OBRIGADO]]. As instalações turísticas devem empregar a população local e pagar salários suficientes. Muitas instalações turísticas desperdiçam recursos hídricos escassos, não dispõem de esgotos, nem de eliminação ou reciclagem de resíduos sólidos. Muitos destinos turísticos são afetados pelo aumento do tráfico de droga, do crime e da prostituição. Muitas instalações turísticas nos locais mais panorâmicos ficam inacabadas ou são abandonadas após uma curta utilização devido a um planeamento deficiente, mutilando a paisagem.

Uma ameaça potencial também

O “turismo sustentável” é, pelo contrário, o turismo que contribui ativamente para o desenvolvimento sustentável. Ecoturismo é o turismo sustentável para as áreas naturais. Turismo sustentável significa criar emprego e um rendimento condigno para a população local. O turismo sustentável utiliza apenas os recursos naturais disponíveis e não polui. O turismo sustentável cria incentivos para a conservação da biodiversidade e o respeito pela diversidade cultural. O turismo sustentável não significa pequenos lucros; significa um planeamento cuidadoso a longo prazo.

O que é turismo sustentável?

- O turismo sustentável necessita de sensibilizar todos os decisores locais para as más e boas práticas do passado, evitando a atração de alegados “grandes lucros”.
- O governo local e o setor privado devem cooperar em estruturas adequadas para um melhor planeamento, com base numa visão e objetivos que possam ser partilhados por todas as partes, incluindo benefícios partilhados com as comunidades.
- O turismo sustentável necessita de um planeamento adequado a nível macro (o que será oferecido aos turistas, que estradas, infra-estruturas de eletricidade, abastecimento de água devem ser postas em prática). Também requer uma planificação cuidadosa no nível micro (como políticas de emprego, esgoto e eliminação de resíduos). A planificação deve ser feita de forma participativa e envolver as partes interessadas na conservação,

### Estudo de caso: Análise do potencial turístico na Reserva da Biosfera de Kafa, Etiópia

A Reserva da Biosfera, recentemente designada em 2013, desenvolveu-se como um dos seus objetivos para “atrair turistas para visitar a área de forma responsável”. A base da análise são os seguintes dados: em 2008, cerca de 330.000 pessoas visitaram a Etiópia, turistas de férias representando 31 por cento destas chegadas globais, e uma taxa média de crescimento anual de cerca de 13%. Os dez principais países de origem do turismo de férias são os EUA, Canadá, Reino Unido, Itália, Alemanha, França, Holanda, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos. A maioria dos visitantes estrangeiros à Etiópia estão na faixa etária de 50 a 60 anos, são viajantes experientes e bem instruídos, conscientes da qualidade, mas preparados para as condições básicas e principalmente interessados no património cultural e histórico. A grande maioria (95%) viaja em grupos organizados por agências de turismo ao longo dos circuitos Norte e Sul. Embora a região de Kafa não esteja atualmente incluída nestes circuitos, cerca de 200 estrangeiros visitaram Kafa em 2008. Foram identificados os seguintes instrumentos-chave de comunicação para atrair turistas: criar um conjunto de excelentes imagens e audiovisuais com imagens que transmitam sentimentos, despertem sonhos, inspirem as pessoas e lhes dêem a primeira ideia de como decidir um destino; endereços de média impressa/transmitida e guias de viagem (e sua presença online), bem como sites e fóruns de viagens. O website do Kafa BR deve ser uma fonte chave de informação, a terra deve estar ligada a portais de turismo proeminentes da Etiópia, mas é importante estar presente em outros sites, tais como blogs de viagens e sites de revisão de viagens. [[BERGHÖFER]].

### Estudo de caso: Turismo sustentável na Reserva da Biosfera de Songor, Gana

Songor, o segundo maior sítio Ramsar de Gana, foi designado Reserva da Biosfera da UNESCO em 2011. O estuário do rio Volta e a lagoa de Songor, os seus mangais, pântanos e praias, são um importante local de descanso para aves migratórias no Atlântico Leste. Vinte e três espécies de andorinhas-do-mar, 3 espécies de tartarugas marinhas, bem como crocodilos e macacos podem ser encontrados. Turistas locais e internacionais visitam Songor para recreação, observação de pássaros e tartarugas, para passeios de barco, bem como para o festival Asafotufiam em agosto. A cidade de Ada é uma das principais áreas turísticas de Gana. A população local está bem ciente de que os recursos naturais proporcionam seus rendimentos e meios de subsistência, desde que haja bênção das autoridades tradicionais. A autoridade nacional de conservação e o conselho nacional de turismo promovem em conjunto abordagens de turismo sustentável. Os exemplos incluem a comercialização de produtos culturais e artesanato; a sensibilização para as preocupações das comunidades indígenas; o seu envolvimento nos serviços turísticos locais. Os membros da comunidade local estão empregados em hotéis e outras instalações turísticas. Os “mecenas do turismo” concedem bolsas de estudo a alunos carenciados e doam materiais didáticos e infra-estruturas escolares.

planificação do uso da terra, negócios, etc. Uma orientação adequada para o planeamento do turismo sustentável é fornecida, por exemplo, pelos critérios globais para o turismo sustentável do GSTC ([www.gstcouncil.org](http://www.gstcouncil.org)), pelo sistema de certificação “European Charter for Sustainable Tourism in Protected Areas” [[EURO-PARC]] ou pela norma de turismo “EcoMark Africa” ([www.ecomarkafrika.com](http://www.ecomarkafrika.com)), pela ONG “Fair Trade Tourism” ([www.fairtrade.travel](http://www.fairtrade.travel)) na África Austral ou pelo manual de turismo GIZ [[GIZ2014-2]]. O “conceito de marketing” da Reserva da Biosfera Kafa na Etiópia pode ser uma excelente inspiração [[BERGHÖFER]].

- As oportunidades de emprego para a população local podem exigir formação específica e micro créditos (por exemplo, trabalhar em hotéis e alojamentos, trabalhar como guias turísticos, retalhistas, operadores de barcos e outros prestadores de serviços). Também para os investidores é muito mais sensato trabalhar com as comunidades locais e, assim, integrar as instalações turísticas numa economia local que funcione bem em vez de importar pessoal de outros locais ou mesmo do estrangeiro

Em 2015, a IUCN oferecerá um livro de melhores práticas sobre estudos de casos de turismo sustentável; uma cópia antecipada está disponível. A IUCN2015]] Para uma discussão aprofundada sobre turismo em áreas protegidas, cp. [[IUCN2002]] e [[BUSHELL]]. Para um guia sobre o planeamento do turismo nas Reservas da Biosfera na Europa Oriental, cp. GEF2007-2]].

Quando a sua Reserva da Biosfera estiver “pronta para os turistas”, deve também atraí-los, nomeadamente fornecendo informações em linha, incluindo sobre atracções e instalações, como alojamento e infra-estruturas de transporte. Isto pode ser feito num sítio Web separado da sua Reserva da Biosfera, em sítios Web de organizações de marketing turístico locais ou nacionais ou em sítios Web como o TripAdvisor, que muitos viajantes estão a utilizar para planear as suas viagens. Por favor, cp. abaixo (secção 4.5) sobre outras medidas eficazes, como o uso da Wikipédia.

### Mudança climática

As mudanças climáticas ameaçam seriamente a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. As mudanças climáticas são o resultado das atividades humanas, em especial das emissões excessivas de gases com efeito de estufa durante os últimos 150–200 anos da era industrial. A maior parte das emissões históricas deve-se aos países do Norte, mas os países em transição e os países em desenvolvimento emitem atualmente ainda mais gases com efeito de estufa do que o Norte. Atualmente, cerca de 20% das emissões devem-se à desflorestação, incluindo os mangais com elevado teor de carbono e as turfeiras florestais tropicais.

#### Uma ameaça à sustentabilidade

As mudanças climáticas hoje em dia são o desafio dominante para o desenvolvimento sustentável numa perspetiva global, mesmo questionando as pré-condições conceituais do desenvolvimento sustentável (“a adaptação constante é compatível com a sustentabilidade?”). No entanto, a mudança climática não é o único desafio. Nenhum dos outros desafios bem conhecidos à sustentabilidade desapareceu, mas é exacerbado pela mudança climática: por exemplo, pobreza, desnutrição, perda de biodiversidade e serviços ecossistémicos, mudança demográfica, desertificação, escassez de água, urbanização, um ciclo de nitrogénio alterado ou poluição.

#### Agravando todos os outros desafios

*Qualquer política isolada centrada apenas nas mudanças climáticas é susceptível de causar mais danos que benefícios.* As Reservas da Biosfera da UNESCO são os lugares certos para resolver conflitos intratáveis. As Reservas da Biosfera em todo o mundo podem ser lugares muito adequados onde novas e abrangentes políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas são testadas e implementadas, a fim de salvaguardar sua viabilidade prática, uma vez que todas as outras variáveis precisam ser incluídas na equação [[GUC2011]].

#### Necessidade de soluções integradas

Para as Reservas da Biosfera Africana, em particular nos Estados menos desenvolvidos e frágeis, os desafios que enfrentam atualmente serão exacerbados pelas mudanças climáticas, por exemplo através de: aumento da frequência e/ou intensidade de eventos extremos (por exemplo, inundações, secas), aumento da temperatura média, redução da precipitação, em particular nas zonas secas, subida do nível do mar, acidificação dos oceanos ou perda de espécies). Estas mudanças serão substancialmente diferentes em toda a África e quase nenhuma previsão é realmente robusta até agora. Mas é muito provável que o efeito médio em África seja mais grave do que na média global. Algumas previsões prevêem um aumento médio da temperatura em África de mais de 2° Célsius em relação ao nível pré-industrial até 2050.

#### Impactos em África

Os impactos esperados das mudanças climáticas em África incluem

- Reduções nos rendimentos da agricultura de sequeiro (em alguns países, talvez menos 50% já em 2020) [[IPCC]].
- Maior propagação de doenças infecciosas nas terras altas
- Perda de habitat, aumento do tamanho das áreas áridas e semi-áridas, impacto em zonas húmidas e ecossistemas aquáticos
- Extinção de espécies, isolamento de algumas populações de espécies, redução do tamanho da população de muitas espécies (especialmente espécies montanhosas), mudanças na história de vida das espécies (fenologia)
- Difusão de espécies invasoras
- Outras migrações humanas e refugiados



Prevê-se que as mudanças climáticas tenham impactos negativos significativos nas populações de África, afetando a segurança alimentar, o acesso à água e à energia, a equidade, meios de subsistência sustentáveis e, em especial, conduzindo a mais conflitos sobre os recursos naturais [[MWITUR]]. A capacidade de atenuação das mudanças climáticas das Reservas da Biosfera Africana não deve ser ignorada (utilização dos solos, energias renováveis e economia verde), mas esta capacidade de atenuação é, no entanto, bastante limitada. As Reservas da Biosfera Africana devem concentrar-se no desenvolvimento e teste de *opções de adaptação*, incluindo a salvaguarda de meios de subsistência sustentáveis de grupos vulneráveis, por exemplo, [[IUCN2010-2]]. A discussão atualmente intensa sobre a *adaptação baseada nos ecossistemas* fornece muitas boas lições sobre como proceder.

As mudanças climáticas aumentam a incerteza associada à gestão. As mudanças climáticas enfatizam a necessidade de uma gestão adaptativa (cp. abaixo) para garantir que os planos de gestão e as intervenções tenham em conta de forma consistente as mudanças e as lições aprendidas ligadas à variabilidade climática. As mudanças climáticas e a forma como são abordadas devem ser uma questão importante (ou mesmo uma prioridade emblemática) no plano de gestão de cada Reserva da Biosfera, com base numa análise da vulnerabilidade e tendo em conta as preocupações de conservação da biodiversidade; deve existir uma rubrica orçamental específica para ações relacionadas. O plano de gestão deve não só responder reativamente às ameaças, mas também reduzir proativamente a vulnerabilidade.

Incerteza crescente

As Reservas da Biosfera devem também ser integradas nas estratégias/planos de ação nacionais em matéria de mudanças climáticas. As lições aprendidas devem ser disseminadas em AfriMAB, ArabMAB e na Rede Mundial em geral.

As seguintes intervenções são *exemplos* de ações relacionadas com as mudanças climáticas que podem ser integradas num plano de ação local:

Lugares para aprendizagem

- Redução de emissões por desflorestação e degradação florestal (REDD+) ou reflorestamento
- Preservar ou restaurar mangues, zonas húmidas, turfeiras e outros ecossistemas com elevado teor de carbono
- Gestão adaptativa dos rios e planícies aluviais à luz do aumento previsto dos fenómenos extremos
- Controlar as práticas de corte e queima
- Revitalização dos métodos agrícolas que têm evitado a erosão e mantido o carbono no solo agrícola
- Descontinuando o cultivo em mudança
- Controlar a erosão marinha/recessão da linha costeira
- Monitorização da intrusão de água salgada em aquíferos costeiros
- Uso de fogões melhorados em residências que requerem biomassa simples
- Utilização de fontes sustentáveis de eletricidade
- Melhorar a eficiência hídrica e energética nos agregados familiares
- Criar rendimento a partir de um mecanismo de crédito de carbono do turismo local – isto significa permitir que os turistas compensem suas emissões de carbono de voos em projetos locais que mitiguem a mudança climática.

## Estudo de caso: Adaptação às mudanças climáticas na Reserva da Biosfera do Delta do Saloum, Senegal

A Reserva da Biosfera do Delta do Saloum, com um tamanho de 200.000 hectares, cobre o enorme delta de dois rios no Senegal. Quatro espécies de mangais dominam o ecossistema, que é um sumidouro de carbono crucial; os mangais são acompanhados por dunas de areia, florestas e ilhas. O delta é crítico para aves migratórias, como a andorinha-do-mar real, para a qual o delta do Saloum é o local de nidificação mais importante do mundo. Os ecossistemas de mangais sofrem muitas pressões humanas, por exemplo, do cultivo de arroz, da limpeza de lenha, da pesca excessiva e da destruição de colônias de aves. As mudanças climáticas tornaram-se uma questão central da gestão das Reservas da Biosfera. O foco está na restauração de mangais como sendo altamente relevante para o ecossistema em geral, como sumidouros de carbono e para a proteção costeira. Foram criadas seis áreas comunitárias protegidas na zona tampão terrestre; além disso, existe a área marinha protegida de Bamboung, que se encontra na área de transição. Estas áreas comunitárias protegidas foram criadas para satisfazer a procura de lenha e de produtos florestais não lenhosos. Outras medidas incluem a construção de uma barragem para isolar as terras agrícolas do fluxo de água do mar. As associações de aldeias apoiam programas de recuperação de mangais, nomeadamente através de viveiros de árvores e da combinação de práticas tradicionais e modernas de pesca, tendo criado “guardas ecológicas”.

## 2.2 Gestão e participação

### Gestão

**O que significa “gestão”?** Gestão significa *procurar alcançar os objetivos de uma organização através da implementação eficiente e eficaz dos recursos disponíveis*. Se a organização é uma empresa de negócios, eles fazem a gestão do negócio; se a organização é uma Reserva da Biosfera, eles fazem a gestão da Reserva da Biosfera. Entre os recursos que um administrador pode utilizar para a implementação, estão os recursos humanos (pessoal empregado, voluntários, parceiros, membros de comitês voluntários e honorários, etc.), recursos financeiros, recursos de conhecimento, recursos administrativos (implementação de leis e estatutos, portarias, etc.).

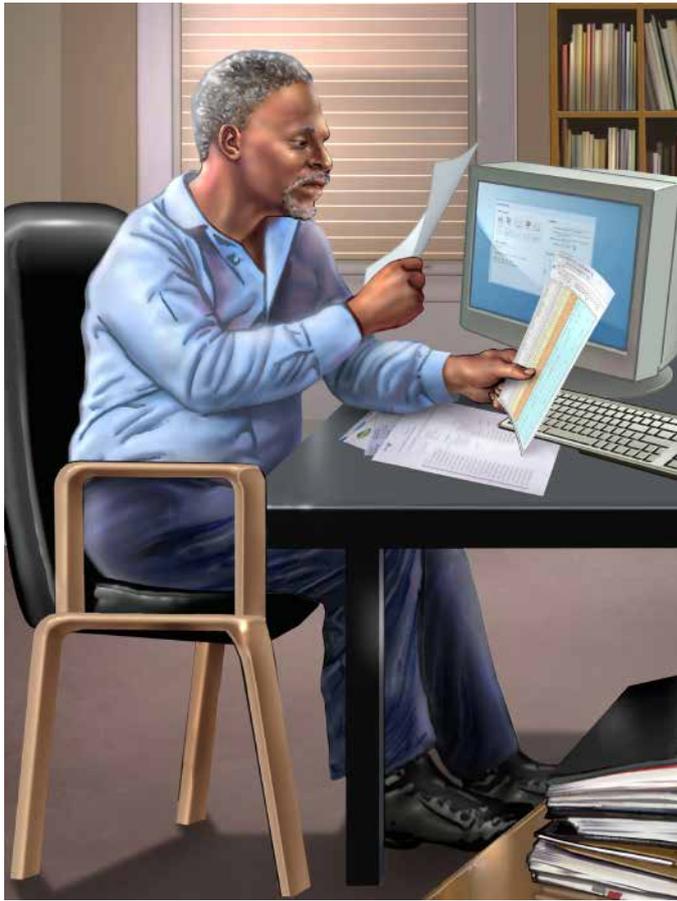
O essencial é que os objetivos de uma organização estejam em primeiro lugar. Os recursos são alocados e as atividades são implementadas *para alcançar os objetivos*.

**Combinando três funções** Os objetivos de uma Reserva da Biosfera derivam das “3 funções” (cp. acima): conservar a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, promover o desenvolvimento sustentável da comunidade; e o apoio fornecido pela investigação, educação e monitorização. **Estas 3 funções ainda não especificam totalmente os objetivos de uma determinada Reserva da Biosfera.** Cada Reserva da Biosfera tem de identificar claramente quais serão os seus objetivos. Por exemplo, existem Reservas da Biosfera que se concentram principalmente na preservação de grandes florestas não-dissecadas; outras que se concentram principalmente na preservação de uma forma particular de agricultura tradicional. O que torna as Reservas da Biosfera especiais é que elas sempre unirão conservação da natureza e desenvolvimento comunitário. Nos exemplos mencionados, isto pode significar: Preservar florestas ou uma espécie *através* da criação de alternativas de subsistência para derrubar florestas ou caçar espécies; preservar a agricultura tradicional *por causa* da alta agro-biodiversidade. As “3 funções” são muito gerais – e devem ser entendidas não como “objetivos conflitantes”, mas como objetivos compatíveis.

Em outras palavras, as intervenções de gestão precisam melhorar a sustentabilidade da Reserva da Biosfera. Portanto, é importante que elas sejam planeadas e implementadas sabiamente – e que *realmente melhorem a sustentabilidade*; isso pode ser apoiado por uma “lista de verificação de sustentabilidade” (por exemplo [[K2CCHECKLIST]]).

**Continuidade e mudança** Os objetivos de uma Reserva da Biosfera podem permanecer constantes durante muitos anos. Mas também podem mudar, à luz de novos desenvolvimentos. Se, por exemplo, o objetivo global é preservar uma espécie emblemática e esta espécie se extingue localmente devido às mudanças climáticas, o objetivo global tem de ser adaptado. No entanto, se as objetivos precisarem ser adaptadas rapidamente, isso é um sinal de que as objetivos não foram bem escolhidas; por exemplo, proteger uma espécie ameaçada pode ser um “objetivo secundário”.

**Diferentes níveis de gestão** Há *diferentes níveis de gestão*. Em qualquer organização, há uma gestão geral que coordena todos os outros esforços para alcançar os objetivos gerais da organização. Além disso, há a gestão de projetos ou programas que precisam alcançar os objetivos de projetos individuais, que normalmente são limitados no tempo. Dentro de cada organização maior sempre haverá departamentos, divisões, secções, instalações, sub-instituições com seu próprio conjunto de responsabilidade mais limitada e objetivos secundários mais estreitos.



## Planificação

A planificação é uma parte importante da gestão. A planificação é uma forma analítica de pensar sobre o futuro; não um futuro qualquer, mas um estado concreto de um futuro desejado: a planificação parte do pressuposto otimista de que será possível alcançar os objetivos da organização.

A Planificação é então o processo de conectar este estado no futuro (talvez a 5, 10 ou 15 anos no futuro) com a situação presente. A Planificação tenta *identificar as medidas necessárias hoje para alcançar o objetivo desejado no futuro*.

A planificação não é um processo científico; o futuro não é conhecido nem mesmo pelo melhor planificador. Os bons planificadores trabalham com probabilidades, contingências e diversos cenários. A planificação contém uma fase de “brainstorming” especulativo; também contém uma fase estruturada de formalização de suposições e conclusões e verificação de sua viabilidade e probabilidade. A planificação também implica em anotar o resultado da planificação, geralmente começando com as objetivos de longo prazo (impacto), das quais as objetivos secundárias de médio prazo são deduzidas (resultado), depois os resultados concretos do trabalho (resultado) e, em seguida, as atividades. Um plano também deve conter os pressupostos subjacentes, os riscos potenciais e as condições básicas necessárias.

O que é a planificação?

A planificação é prática

A planificação é um processo

processo e não um evento único. O planeamento terá de ser adaptado em caso de mudança de objetivos, condições e eventos inesperados. Naturalmente, os planos de gestão precisam de alguma estabilidade ou “resiliência” de tal forma que nenhuma circunstância mutável exija uma mudança de plano. Para um guia sobre o planeamento da gestão das áreas protegidas, cp. [[NCC]], [[ONTARIO]], e [[IUCN2003-2]]].

A gestão é comunicação

O planificação tenta levar em conta, tanto quanto possível e sensato:

- Todos os conhecimentos e análises disponíveis sobre o passado e o presente, incluindo conhecimentos tradicionais e indígenas
- Melhores práticas
- “Prós e contras”, prioridades de diversos grupos
- Desenvolvimentos prováveis do futuro e como reagir a eles
- Políticas e regulamentação atuais

## Participação na gestão e planeamento

Difícilmente qualquer objetivo pode ser alcançado por uma pessoa ou uma organização sozinha. Portanto, a gestão e a planificação devem ser orientados para as pessoas; um dos principais objetivos da planificação é reunir uma coligação mais ampla de parceiros e apoiantes em torno de um objetivo comum. A gestão e o planeamento são um processo de coordenação e *comunicação* – com os funcionários, com os seus superiores (por exemplo, num ministério) e com todas as partes interessadas, incluindo as comunidades locais.

A gestão e a planificação participativas tentam envolver o maior número possível de participantes (cp. abaixo), os seus pontos de vista, as suas ideias e o seu compromisso. A planificação introduz prioridades e negocia compromissos, que são sempre necessários em casos de recursos escassos. A gestão participativa permite que as Reservas da Biosfera e as principais partes interessadas definam os seus papéis mútuos, responsabilidades, benefícios e autoridades na gestão de um recurso natural. A participação permite que as comunidades compreendam porque é que a conservação é importante. A participação leva as comunidades a assumirem responsabilidades. Além disso, as abordagens participativas valorizam, usam e preservam o conhecimento tradicional e indígena. A investigação tem demonstrado que a participação melhora a gestão [[BRODY]]. E, afinal, a participação também é um direito humano: “*Todos têm o direito de participar do governo de seu país, diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos*” [[DUDH]].

O que é a gestão participativa?

“Ótima”, não “maxima”.

Ainda assim, a **participação só pode ser “ótima”, não “máxima”**. Nem todas as questões de gestão precisam de uma consulta; para uma proposta de critérios, cp. [[POLLOCK]]. Algumas decisões precisam ser tomadas rapidamente; algumas decisões são simplesmente complicadas demais para serem explicadas a um público mais amplo. Algumas decisões precisam ser implementadas por uma ordem ministerial ou presidencial. Algumas questões são um segredo nacional. Além disso, é irrealista resolver todas as necessidades individuais. Tudo dito, cada administrador deve *verificar qualquer decisão se é realmente impossível envolver as partes interessadas e a população*. O número de questões para as quais a participação faz sentido é sempre superior ao que qualquer administrador individual pensa inicialmente. Otimização significa: priorização das questões mais relevantes e das partes interessadas.

Melhor tomada de decisões

Se a gestão e a planificação participativas forem levadas a sério, alguma restrição à liberdade futura dos Administradores para tomar decisões é a consequência. Mas esta perda de liberdade é compensada por uma **melhor tomada de decisões**:

- A gestão participativa proporciona aos Administradores **melhores argumentos** e razões para tomarem decisões porque se baseia em todo o conhecimento disponível.
- A gestão participativa confere aos Administradores **maior legitimidade** para tomar decisões, pois todos fazem parte do processo.
- A gestão participativa melhora a **aceitação social**, porque argumentos, “prós e contras”, prioridades e compromissos são transparentes para todos. Há mais “racionalidade” na cooperação.
- A gestão participativa fortalece as **parcerias com as comunidades locais** para implementar decisões. Isso fortalece a confiança, a equidade, o pluralismo e a boa governança na comunidade local.
- A gestão participativa ajuda a **resolver conflitos** associados ao uso de recursos naturais.
- A gestão participativa **reforça a capacidade** das partes interessadas, capacita os grupos marginalizados e conduz a um melhor reconhecimento dos seus direitos e responsabilidades.

Provas empíricas para o sucesso

O desenvolvimento será mais sustentável se a gestão for participativa – isto foi provado empiricamente numa meta-análise de todos os estudos de caso disponíveis em 2013 [[ECOPAG]]. Foi provado que a participação tem impactos ambientais substantivos e melhora a entrega dos projetos e os resultados sociais.

A participação oferece uma oportunidade para conectar e integrar as Reservas da Biosfera em outros marcos de planificação do desenvolvimento.

Participação na ONU

O “documento de base” do desenvolvimento sustentável, a Agenda 21, tem mais de 150 referências à necessidade de participação [[AGENDA]]. A ONU e a UNESCO exigem uma gestão participativa dos recursos naturais, em particular das Reservas da Biosfera. A participação é também um direito humano: *“É um direito que cada pessoa pode participar no seu governo e ter igual acesso aos funcionários que trabalham no serviço público. A vontade do povo será a base do governo”* (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo 21, [[DUDH]]).

Participação nos documentos MAB

No Programa MAB da UNESCO, a participação é exigida por todos os documentos-chave; exemplos são as referências na Estratégia de Sevilha de 1995 (cp. Anexo 3):

*Objetivo II.1: Garantir o apoio e o envolvimento da população local.*

*5. Levantar os interesses dos vários atores e envolvê-los plenamente na planificação e na tomada de decisões sobre a gestão e o uso da reserva.*

*Objetivo II.2: Assegurar uma melhor harmonização e interação entre as diferentes zonas de Reserva da Biosfera.*

*4. Estabelecer um quadro consultivo local em que os agentes económicos e sociais da reserva estejam representados, incluindo a gama completa de interesses (por exemplo, agricultura, silvicultura, caça e extração, abastecimento de água e energia, pesca, turismo, lazer, investigação).*

*Objetivo II.3: Integrar as Reservas da Biosfera no planeamento regional.*

*3. Organizar fóruns e criar locais de demonstração para a análise dos problemas socioeconómicos e ambientais da região e para a utilização sustentável dos recursos biológicos importantes para a região.*

*Objetivo III.4: Melhorar a formação de especialistas e administradores.*

*Incentivar programas de formação para as comunidades locais e outros agentes locais (tais como decisores, líderes e agentes locais que trabalham na produção, transferência de tecnologia e programas de desenvolvimento comunitário), a fim de permitir a sua plena participação nos processos de planeamento, gestão e monitorização das Reservas da Biosfera.*

O *Quadro Estatutário* recomenda “disposições organizacionais [...] para o envolvimento de um leque adequado de, entre outros, autoridades públicas, comunidades locais e interesses privados na conceção e execução das funções de uma Reserva da Biosfera” (cp. Anexo 2). A participação das partes interessadas nas Reservas da Biosfera já foi discutida em profundidade em 1999 para a África francófona [[UNESCO1999]].

Em essência, a participação permite que as comunidades locais tomem decisões essenciais sobre a sua própria vida e o seu futuro. A participação ajuda a harmonizar interesses e abordagens conflitantes na gestão de recursos de diferentes setores e grupos de utilizadores. A participação capacita as comunidades locais e outras partes interessadas.

## O que é a população, o que são as partes interessadas?

A “população”, muito diretamente, é toda a gente que vive e/ou trabalha na Reserva da Biosfera, a tempo inteiro ou a tempo parcial. A população também abrange as pessoas que têm uma casa e família na Reserva da Biosfera, mas que trabalham durante a semana num resort de férias ou numa cidade fora dos limites do local; também inclui as pessoas que vêm de fora, mas que trabalham durante vários meses numa instalação de turismo local. Inclui também pastores ou nômadas que vivem apenas durante alguns meses na Reserva da Biosfera. Em contraste com as áreas protegidas que trabalham principalmente com pessoas que vivem nas proximidades de uma área, há uma diferença clara em que as Reservas da Biosfera têm *habitantes* reais, vivendo dentro de uma área.

O que é a população?

Do ponto de vista de um administrador de Reservas da Biosfera, os migrantes ou estrangeiros (presentes legal ou ilegalmente) devem ser considerados como qualquer outro membro da população. Uma equipa de gestão de Reservas da Biosfera normalmente não tem “função de policiamento” – mas é claro que eles precisam de parar práticas prejudiciais e ilegais tais como a pesca excessiva ou a exploração ilegal da floresta, que a população residente frequentemente (errada ou legitimamente) atribui a estranhos. Quando necessário, os Administradores devem procurar o apoio da polícia comum; mas os Administradores também devem desconfiar de alegações indiscriminadas ou evitar fazer dos estrangeiros bodes expiatórios.

E os migrantes?

Uma boa gestão das Reservas da Biosfera procura envolver a população – em princípio, na sua totalidade. O envolvimento direto de toda a população quase nunca é possível; os Administradores têm de *trabalhar através de redes de multiplicadores, representantes e partes interessadas especiais*.

Trabalhando através das partes interessadas

Uma *parte interessada* é definida como alguém (pessoa ou grupo) que tem um *interesse válido num processo, numa instituição ou num pedaço de terra* – por exemplo, com base em estruturas tradicionais ou com base no uso de recursos. Pode haver participantes do conhecimento, participantes da comunidade, etc. Um interessado pode ser um indivíduo, um grupo informal ou uma instituição formal. Todas as pessoas são participantes, que vivem numa Reserva da Biosfera e que têm um interesse consciente no seu desenvolvimento futuro. As pessoas e grupos com interesses “inconscientes” não são tipicamente referidos como interessados diretos. Isto significa que a educação e a formação irão aumentar o número de participantes. Se os participantes forem cuidadosamente selecionados, eles serão representativos de toda a população e seus vários grupos de interesse, incluindo aqueles que não estão cientes ou não se consideram como partes interessadas.

Interesses válidos

Em suma, uma parte interessada é qualquer indivíduo, grupo informal ou instituição que *afeta uma Reserva da Biosfera e/ou que é afetada por uma Reserva da Biosfera* – e que, portanto, tem um *interesse (consciente) e justificado no seu sucesso ou fracasso*.

Interesses justificados como parte da definição

- Um interessado pode, portanto, ser uma pessoa cujas ações afetam uma Reserva da Biosfera, como um usuário de seus recursos biológicos ou outros recursos e/ou seu território – por exemplo, um pescador ou um agricultor.
- Um interessado pode ser uma empresa que reivindica determinados recursos ambientais, por exemplo, uma empresa de mineração.
- Uma parte interessada também pode ser um proprietário de terras que é expropriado pelo governo quando uma área protegida está sendo instalada ou um pastor que não está mais autorizado a usar alguma pastagem.
- As partes interessadas incluem parceiros institucionais e decisores, ministérios do governo, UNESCO, doadores internacionais, cientistas, operadores turísticos, etc.
- Também os próprios Administradores são intervenientes.

A [[UNESCO 2008]] diferenciou três tipos de partes interessadas (co-Administradores que estão ativamente envolvidos, “partes interessadas de recursos” por causa do seu conhecimento ou da competência, e cidadãos), bem como partes interessadas primários e secundários. Em princípio (embora não para necessidades práticas), num mundo globalizado, as partes interessadas incluem todos, incluindo as gerações futuras. Tem havido muitos estudos sobre reservas individuais da biosfera, por exemplo, [[SCHULTZ2007]] ou [[STRINGER]] para analisar e categorizar a vasta diversidade de partes interessadas e como melhor envolvê-las na gestão.

Enquanto não houver “conflitos”, muitos habitantes não terão consciência de que são ou deveriam ser partes interessadas – ser parte interessada muitas vezes só se torna visível num conflito. *Uma boa gestão torna toda a população consciente de suas participações na Reserva da Biosfera, antes que os conflitos surjam, a fim de evitar conflitos* (cp. abaixo). Isto é semelhante a “terceiros ausentes” como em [[UNESCO2008]].

As partes interessadas tornam-se “visíveis” nos conflitos

Às vezes, as comunidades podem não se considerar realmente como partes interessadas, enquanto ainda temem, talvez erroneamente, que a Reserva da Biosfera afete as suas vidas. Por exemplo, na Reserva da Biosfera dos Cárpatos na Ucrânia, as pessoas tendem a ligar o alto preço da madeira diretamente à existência da Reserva da Biosfera, quando de facto não havia conexão causal [[WALLNER]].

### Outras diferenciações das partes interessadas

Às vezes pode ser sensato diferenciar ainda mais as partes interessadas:

- Partes interessadas primárias” que diretamente afetam/estão afetadas negativamente ou positivamente; por exemplo, aquelas cuja subsistência depende exclusivamente dos recursos da Reserva da Biosfera ou de um investidor industrial/turístico;
- Partes interessadas secundárias” que desempenham um papel intermediário e cujos interesses são apenas parcial ou indiretamente afetados;
- Intervenientes-chave” que influenciam a tomada de decisões e as atividades de uma forma significativa, por exemplo, o ministro provincial do meio ambiente, o deputado local ou um líder de opinião dentro de uma comunidade.

### O que é uma análise das partes interessadas?

Uma “análise das partes interessadas” é um método frequentemente utilizado na gestão de projetos que ajuda a determinar as partes interessadas, bem como as necessidades, habilidades, papéis e responsabilidades de cada parte interessada. A análise também identifica o respetivo grau de afetação do projeto. O objetivo da análise das partes interessadas é priorizar os atores mais relevantes num projeto – tais como o planeamento e gestão de Reservas da Biosfera. Com tempo e recursos financeiros limitados, a atenção deve ser focada nas principais partes interessadas.

### Matriz de envolvimento das partes interessadas

Uma “matriz de envolvimento de partes interessadas” *pode ser* um segundo passo adicional. É uma categorização dos participantes importantes de acordo com a “intensidade de seus interesses” e o seu “poder”. Você pode tentar diferenciar:

- Poderoso e interessado” – concentre a atenção da gestão neles.
- Poderosos e menos interessados” – mantê-los satisfeitos e tentar aumentar o seu interesse – pode haver opositores à Reserva da Biosfera entre eles.
- Menos poderosos e interessados” – mantenha-os pelo menos informados; se possível, dê-lhes poder.
- Menos poderosos e menos interessados” – pelo menos monitorizar seus interesses, tentar aumentar seus interesses, se possível, fortalecê-los.

Existem muitos outros modelos de “matrizes de participantes” ou “círculos de participantes” etc. Use tais modelos como “matriz de envolvimento de participantes” com muito cuidado e apenas para situações específicas – *nunca trate alguém com desrespeito apenas porque ela/ele está menos interessada ou menos poderosa*. Há um alto risco de que tal análise crie “élites” e crie suspeitas em relação a você como administrador.

## Grupos vulneráveis

### A inclusão é mais do que “evitar a exclusão”.

Embora o uso de matrizes de participantes seja muito útil, pode ser muito perigoso desviar sua atenção das necessidades e expectativas de grupos vulneráveis – eles podem parecer os menos poderosos e podem parecer os menos interessados; entretanto, isso pode não ser verdade. Grupos vulneráveis são aqueles que precisam de atenção pró-ativa, você precisa de alcançá-los. Um administrador de Reservas da Biosfera da Suécia disse: “Temos uma política de ‘Porta Aberta’, mas não temos tempo suficiente para incluir alguns grupos que não estão atualmente na mesa” (Hertzman 2011). Isto é típico: a maioria dos Administradores da biosfera diria que vão ouvir toda a gente, que “têm uma porta aberta” e que não excluem ninguém. Mas “inclusão” é mais do que “evitar a exclusão” – *você deve procurar ativamente incluir grupos vulneráveis e desfavorecidos*.

### Definição de grupos vulneráveis

Vulnerabilidade refere-se à incapacidade de resistir a choques (por exemplo, desastres naturais) e à incapacidade de se adaptar a um ambiente hostil, são os mais afetados por situações de dificuldades súbitas ou permanentes, como desastres ou pobreza. “As pessoas são mais vulneráveis se forem mais prováveis de serem gravemente afetadas por acontecimentos fora do seu controlo. Action Aid]].

### Exemplos

Não há uma definição universal do que é um “grupo vulnerável” numa determinada sociedade. Muitas vezes, diz-se que os seguintes grupos de pessoas são vulneráveis (*não por ordem hierárquica*):

- Povos indígenas
- Minorias étnicas, minorias linguísticas
- Minorias religiosas
- Minorias migrantes
- Grupos socialmente excluídos, por exemplo, comunidades móveis, nómadas, pastores, etc.
- Pessoas analfabetas
- Pessoas extremamente pobres
- Pessoas desnutridas e famintas
- Pessoas com doenças e incapacidades
- Os idosos
- Crianças
- Mulheres (especialmente mulheres grávidas)
- Pessoas com “sexualidades não-normativas e expressões de género”.

Os jovens não são normalmente considerados um grupo vulnerável, mas devido às atuais tendências demográficas em muitos países e ao elevado desemprego juvenil, devem ser considerados como um grupo-alvo especial.

## Princípios fundamentais da participação

Este Manual enfatiza o papel da “participação”, quase como uma quarta função das Reservas da Biosfera. As comunidades locais e partes interessadas não devem participar em todos, mas nos aspectos mais importantes da gestão das Reservas da Biosfera e da tomada de decisões; a participação é conceptualmente importante e pragmaticamente benéfica. **A participação é benéfica tanto para os Administradores da Reserva da Biosfera como para os intervenientes e comunidades** – e para a natureza ao mesmo tempo. A participação aumentará o apoio das partes interessadas e tornará a gestão mais eficaz. A participação leva à capacitação e constrói capacidades. Credibilidade e confiança são construídas em relação às práticas implementadas. Para as partes interessadas e as comunidades, a participação é igual a um papel melhorado na tomada de decisões e ter uma palavra a dizer sobre questões vitais de suas vidas.

Quase uma quarta função

Para a participação na gestão de uma Reserva da Biosfera, há muitas ocasiões, incluindo a nomeação de locais e revisões periódicas das Reservas da Biosfera existentes.

Para que a participação seja bem sucedida, muitas vezes é preciso superar suspeitas e outras formas de preconceito. A participação pode assumir muitas formas – não existem “*soluções universalmente aplicáveis*”: audições públicas com discussões presenciais, grupos de trabalho e planeamento interativo, negociação e construção de consensos, brainstorming e resolução de problemas, capacitação, concursos, inquéritos e questionários, consulta eletrónica (e-mail, redes sociais como o facebook ou twitter, websites como o surveymonkey ou o doodle, tecnologias de telecomunicações como o skype, etc.). As discussões e negociações frente a frente têm vários benefícios adicionais e são, portanto, mais eficazes do que qualquer outra forma de participação.

Decidir sobre as formas apropriadas em função do contexto

As atitudes abaixo são essenciais para estabelecer confiança:

**Seriedade:** Os métodos participativos só devem ser usados se os resultados puderem realmente ser adotados. Seja realista, honesto, não crie falsas expectativas.

**Respeito:** A participação deve aproveitar e valorizar o conhecimento, a opinião, as necessidades, as reclamações e o compromisso tanto das partes interessadas como das comunidades locais. A “*má participação*” impõe novos conceitos e ideias. Uma Reserva da Biosfera como conceito flexível pode e deve ser adaptada aos conceitos, tradições e ideias de uma dada região, e não o contrário. Uma Reserva da Biosfera pode transferir conceitos e tradições locais para um ambiente institucional.

**Partilha de benefícios:** A participação não é apenas “falar”. Trata-se também de partilhar custos, benefícios e impactos económicos e socioculturais de forma equitativa. Isso inclui os benefícios do acesso a serviços ecossistémicos e recursos genéticos.

**Transparência e boa governança:** Um processo participativo precisa de estabelecer objetivos e regras claras e transparentes; essas regras precisam ser respeitadas por todos os parceiros. Todas as informações relevantes devem ser acessíveis às partes relevantes. Os litígios devem ser resolvidos de forma justa.

**Participação ótima, não máxima:** Para algumas perguntas, o maior número possível de membros da comunidade deve ser consultado. Para outras questões, o trabalho deve ser feito em grupos menores. Isto implica a escolha das partes interessadas certas: quem tem o conhecimento necessário sobre todos os aspectos relevantes de um problema?

- Quem é o representante de quais grupos?
- Quem tem influência e autoridade “oficial”?
- Quem tem influência “oculta”?
- E quanto aos proprietários, e quanto aos “anciãos”?
- E quanto às comunidades indígenas e locais, e quanto aos parceiros externos?
- Você precisa de preparar alguns participantes com antecedência para que eles possam participar efetivamente (capacitação)?

Foi demonstrado que o envolvimento de algumas partes interessadas melhora a eficácia da gestão, enquanto outros envolvimento podem até ser prejudiciais [[SCHULTZ2010]].

## 2.3 Gestão de conflitos

Onde e quando as pessoas vivem e trabalham juntas, há conflitos. Os conflitos surgem de recursos escassos, de desacordos e de *interesses* e necessidades diferentes (lembre-se de que as partes interessadas são *definidas* pelos seus interesses). Mesmo nas melhores circunstâncias possíveis, entre pessoas com as melhores intenções, surgirão conflitos. **Os conflitos são algo verdadeiramente normal para todos os seres humanos. Se os conflitos forem reconhecidos como tal, numa abordagem respeitosa e orientada para a solução, podem ser tratados, geridos e resolvidos positivamente.** Evitar lidar com conflitos existentes é o *primeiro passo para a escalada e grande dano*. A resolução de conflitos é uma oportunidade para fortalecer os laços numa relação, numa equipa, numa comunidade e na sociedade.

Os conflitos são algo normal



A gestão de conflitos é uma tarefa chave numa reserva da biosfera

Um administrador da Reserva da Biosfera é um moderador das partes interessadas e das comunidades e dos seus interesses divergentes. A gestão e resolução de conflitos é uma das principais tarefas de cada trabalho diário de um administrador da Reserva da Biosfera. Por vezes pode ser um moderador neutro, outras vezes precisa de tomar partido e representar os “interesses” da “natureza” e/ou das “gerações futuras” – então o administrador não é um moderador, mas sim uma parte em conflito. Tente permanecer no papel de moderador o máximo de tempo possível. Sempre que possível, faça com que um terceiro (por exemplo, uma OSC de proteção da natureza) represente os “interesses da natureza”.

A moderação precisa de confiança

Como já foi dito acima, as partes interessadas e seus interesses muitas vezes só se tornam “visíveis” no caso de conflitos. Caso lhe seja pedido que modere um conflito, mas uma das partes em conflito ainda não o conheça e não tenha confiança em si, é muito difícil ser reconhecido como um moderador neutro. Esta é uma razão importante para alcançar todos os potenciais participantes, *antes* que eles formulem “oficialmente” seu interesse numa Reserva da Biosfera.

O [[HYMAN]] fez uma observação adicional importante sobre a gestão de uma Reserva da Biosfera: “Se nenhum conflito surgir da atividade da Reserva da Biosfera, então provavelmente não está fazendo as perguntas que realmente importam”. – Isto significa que os Administradores de Reservas da Biosfera ativamente envolvidos podem eles próprios desencadear conflitos. Você não deve procurar tais conflitos, mas não deve evitá-los a qualquer custo.

Tipos de conflito

Para os Administradores de Reservas da Biosfera é essencial distinguir entre **conflitos entre a população**, ou seja, entre indivíduos, partes interessadas e comunidades que vivem dentro da Reserva da Biosfera, e **conflitos com pessoas de fora**.

### Gestão de conflitos dentro da Reserva da Biosfera

Razões de conflito

As seguintes *razões de conflito* são bastante frequentes em qualquer ambiente natural, incluindo em Reservas da Biosfera:

- Conflitos baseados em usos incompatíveis de recursos naturais idênticos e lugares particulares (por exemplo, excesso de pastoreio de terras comuns por um membro da comunidade ou se formas tradicionalmente bem adaptadas de uso da terra deixam de ser adequadas devido ao crescimento populacional ou devido às mudanças climáticas)
- Conflitos de poder entre pessoas que procuram fortalecer sua posição
- Conflitos entre diferentes crenças, culturas e tradições (por exemplo, entre um conhecimento tradicional e alguma investigação científica ou se alguns grupos insistirem em práticas tradicionais como o consumo de carne de animais selvagens, apesar do declínio do número de espécies)

- Conflitos sobre a metodologia de como abordar uma determinada situação (por exemplo, através da imposição de uma solução de cima para baixo ou através de uma abordagem participativa)
- Conflitos estruturais porque as instituições de governança são exclusivas de alguns interesses ou porque as instituições não são reconhecidas (por exemplo, os caçadores simplesmente negam os limites reais de uma área central)
- Abordagens setoriais aos problemas

Há uma série de *técnicas* para lidar, gerir ou até mesmo resolver conflitos. Embora a resolução de conflitos exija experiência e seja até mesmo um campo acadêmico por si só, muitas técnicas são realmente simples e podem ser implementadas com *bom senso*. A resolução de conflitos pode ser vista como um conjunto de *abordagens psicológicas*, mas também pode ser vista como uma *abordagem semi-legal*. Neste último sentido, a resolução de conflitos está relacionada à arbitragem, negociação, conciliação e mediação; pode ser apoiada por moderadores (externos) e, no caso de escalada jurídica, por advogados.

Resolução de conflitos

Alguns aspetos importantes são comuns a todas as abordagens de resolução de conflitos:

- Promover a **abordagem ativa de conflitos**, em vez de evitar falar sobre eles, ou negar que um problema existe (embora possa haver situações em que “esperar para ver” ajuda, porque as razões do conflito podem desaparecer com o tempo).
- Promover um estilo de **diálogo e negociação** entre os parceiros de conflito – o diálogo evita a escalada do desacordo para uma hostilidade total.
- Ajudar a evitar a perspectiva de um conflito em que há um vencedor e um perdedor (situações competitivas ou situações de “luta”); ajudar a reconhecer que pode haver **situações em que todos ganham**. A resolução cooperativa de conflitos é quase sempre a melhor opção. “Perder a vergonha” é um resultado muito negativo de qualquer conflito; sempre terá consequências a longo prazo. Uma realização concreta é a “Abordagem de Ganhos Mútuos na Negociação” apoiada pela iniciativa de África de BIOPAMAMA [[BIOPAMA2014]].
- Ajudar as partes em conflito a explorar **opções novas e alternativas** de compromisso, com base em áreas de interesse comum (pensar fora da caixa).
- Ajudar a explorar as **causas subjacentes do conflito** (isto pode *não* ser sensato numa fase *aguda* do conflito), com vista a evitar futuras repetições.

Os pontos mais salientes

Como moderador, como deve abordar a gestão de conflitos dentro de uma Reserva da Biosfera?

- **Diferenciar entre conflito emergente e conflito agudo**. Em casos de conflito agudo, pondere cuidadosamente cada palavra, cada intervenção – em casos de conflito emergente, uma abordagem mais descontraída pode ser o caminho certo a seguir.
- Sempre que possível, use **métodos tradicionais de resolução de conflitos bem comprovados**, baseados, por exemplo, na lei tribal (por exemplo, o procedimento tradicional de Gacaca em Ruanda). Quando os métodos tradicionais parecerem inadequados, tente integrá-los em outras abordagens na medida do possível, melhorando assim a legitimidade.
- Se você for o moderador, **seja realmente neutro**, mesmo que ache que uma parte em conflito realmente tem melhores razões e interesses mais legítimos. Para uma solução cooperativa, cada parte tem de ganhar. Se você estiver trabalhando como um funcionário do governo com foco principal na conservação, ser aceito como neutro não será fácil.
- Você **precisa de um mandato** para intervir como moderador. Se as partes em conflito não se aproximarem de você, então você deve ter muito cuidado. Pode ser sensato oferecer a sua moderação através de uma terceira parte, por exemplo, sugerindo uma abordagem específica de resolução de conflitos.
- Talvez você mesmo não seja o melhor moderador, talvez um outro membro da equipa, talvez um cientista externo, ancião ou consultor. Isto é obviamente necessário se os Administradores de Reservas da Biosfera forem vistos como uma parte com um interesse pessoal no conflito.
- Criar **transparência** sobre o conflito e o que está em cima da mesa, que benefícios podem ser partilhados, que “acordos” podem ser feitos.
- Tente entender por si mesmo, o melhor possível, o conflito, as partes em **conflito e seu contexto social**, suas redes de poder e as razões/argumentos/interesses apresentados (publicamente declarados e também razões ocultas) e os significados e conceitos que eles dão. Tente entender os interesses individuais “a partir da perspectiva do outro”, e tente entender até que ponto alguém argumenta por causa de um interesse da vida real ou por causa de uma luta pelo poder.
- Convide as partes em conflito para um **local neutro** ou “fórum de negociação” e proporcione-lhes uma atmosfera “agradável” – mostre-lhes que você, como moderador, investiu tempo e esforço na preparação de um compromisso. Isso pode tornar mais fácil para as partes também fazer um esforço.
- Você também deve considerar mudar para um **local de negociação diferente** ou para um formato de negociação diferente (por exemplo, com um grupo menor ou representantes) se não houver progresso; por exemplo, encontrar um compromisso apenas entre duas ou quatro pessoas.
- Consoante o contexto, convide não só as partes em conflito diretas, mas também **atores de fundo** importantes.

O que fazer como gestor?

- Permitir que as partes em conflito discutam suas questões entre si de forma transparente e **privada**; isso pode exigir que nenhuma informação sobre a reunião se torne pública desnecessariamente.
- Na medida do possível, tente **evitar falar sobre “valores”, “cultura” e “tradições”** no processo de negociação. Eles são absolutos e não conduzem a um compromisso; ninguém aceitará publicamente que foram feitos compromissos sobre valores. Esteja ciente de que a propriedade imobiliária está intimamente ligada aos valores e à cultura na maior parte da África.
- Mude a atenção das **posições para os interesses**; para isso, comece por explicar os interesses e as necessidades das partes em conflito, tal como são percebidos da sua perspectiva; ao fazer isso, escolha formulações abertas de modo que cada parte possa corrigir ou complementar a sua apresentação; concentre-se em factos empíricos e tente esclarecer diferentes pontos de vista sobre esses factos.
- Enfatize o **alto status do compromisso justo em todas as culturas** tradicionais e nas técnicas modernas de resolução de conflitos usadas globalmente.
- Ajude as partes em conflito a **formular opções alternativas** de solução (situação de ganho mútuo, repartição de benefícios), usando também o pensamento “fora da caixa”, ampliando os horizontes das partes em conflito.
- Apoiar as partes em conflito na formulação dos benefícios e **prós e contras** associados.
- Se quiser afastar as partes das suas posições, trate-as como elas poderiam ser e não como são. Somente se você lhes der **espaço para mudar suas posições**, eles podem realmente fazer isso.
- Se for razoável, prepare um **acordo por escrito** (para ter certeza do que exatamente foi acordado) e apoie sua legitimidade (talvez com um advogado ou com tribunais, talvez com outras hierarquias de poder) e sua implementação.

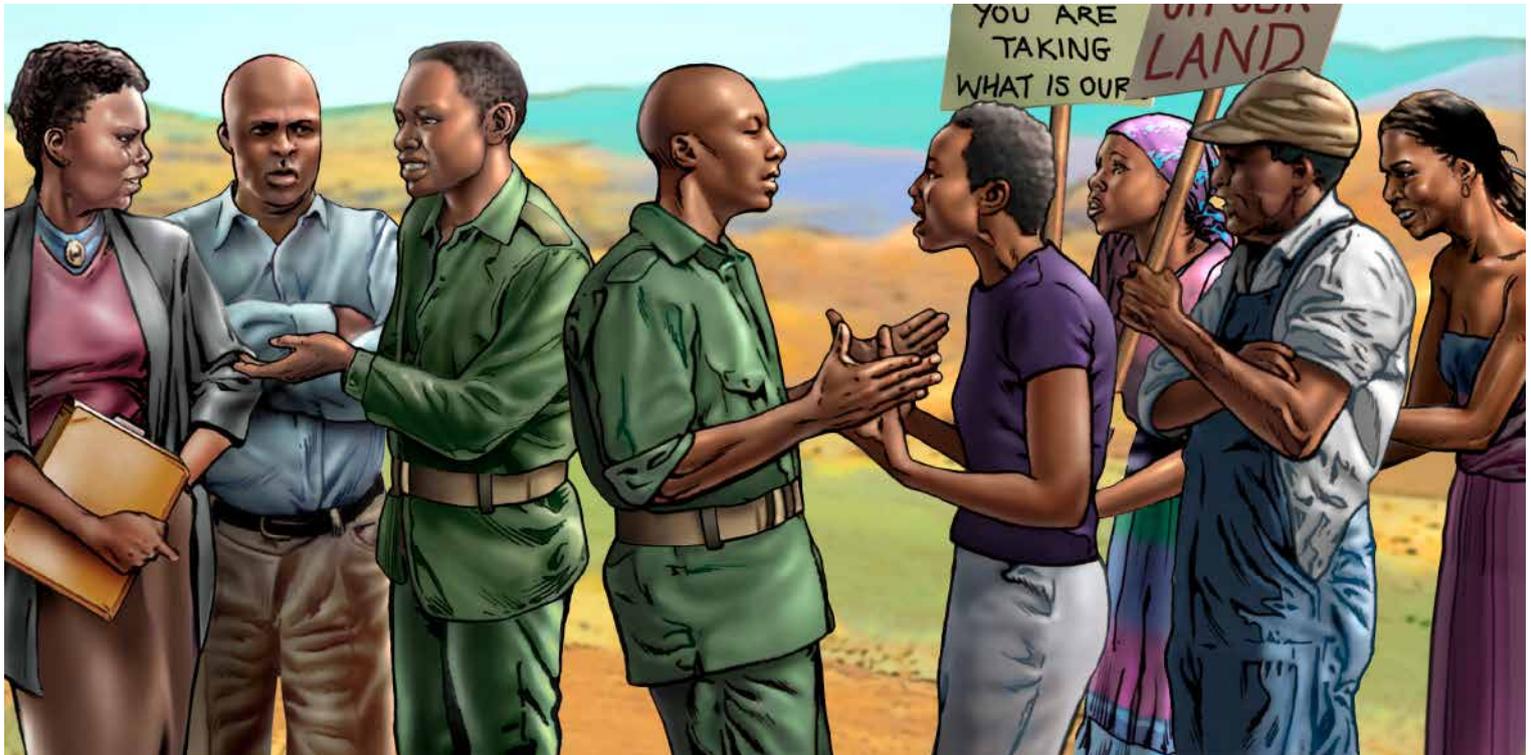
### Gestão de pressões externas

Um contexto de conflitos totalmente diferente

Há também muitos casos de conflitos em que há “partes internas” e “partes externas”. O caso típico é que um investidor externo propõe uma intervenção como o desenvolvimento de infra-estrutura (hotéis, estradas), mineração, caça de troféus, aquisição de terras para iniciar a monocultura. Esses partidos externos, muitas vezes apenas pelos grandes investimentos financeiros que têm à sua disposição, podem ter acesso fácil aos decisores políticos e às administrações estatais.

Menos razão para ser neutro

Tipicamente, a tomada de decisões em tais casos é tendenciosa; o investidor ou qualquer outro partido externo poderoso será muito mais bem ouvido, totalmente independente de potenciais subornos. Um investidor pagará claramente impostos e, assim, criará um rendimento confiável e rastreável para o Estado, talvez muito mais do que a soma dos impostos dos residentes locais. Um investidor normalmente expressa os seus planos de forma inequívoca. Quando se depara com oposição local, a oposição tende a ser dividida e utilizará argumentos divergentes e contraditórios.



Se houver uma indicação de que uma intervenção externa não será benéfica para o desenvolvimento sustentável de uma Reserva da Biosfera da UNESCO, os Administradores *não devem ser neutros* como no caso de conflitos internos. Eles devem tomar uma posição para defender os objetivos estabelecidos no plano de gestão. Embora normalmente não seja possível ou até mesmo sensato participar de protestos, uma vez que muitas vezes são funcionários públicos, eles devem se posicionar como “moderadores tendenciosos”. Nos casos de desenvolvimento externo em grande escala e potencialmente negativo, é necessário um contrapeso que os Administradores das Reservas da Biosfera podem apresentar se tiverem competências adequadas de coordenação e moderação.

Há vários esforços em curso neste contexto, tais como a abordagem BIOPAMA da IUCN para promover áreas protegidas como um “uso legítimo da terra agora e no futuro” [[BIOPAMA2013]].

### Partilha de benefícios

A partilha de benefícios é por vezes usada como sinónimo de “win-win-situation” (situação de vantagem mútua), no caso de resolução de conflitos. De forma mais abrangente numa Reserva da Biosfera, partilha de benefícios pode significar uso dos recursos naturais, *tanto* para os conservar como para melhorar a subsistência e aumentar as oportunidades económicas para a população local. Conservar ecossistemas e os seus serviços é bom para a natureza e para a população. A partilha dos benefícios também pode ser feita por diferentes grupos sociais e económicos (comunidade local, agricultura de pequena escala, produtores agro-industriais, produção industrial e governo). Isto também poderia proibir formas de desenvolvimento económico que não sejam benéficas para a comunidade local.

O que é a partilha de benefícios?

Mas também há **dois significados diferentes**, mas muito claros, de “partilha de benefícios”: o primeiro é a partilha dos benefícios financeiros que têm origem na Reserva da Biosfera, direta e indiretamente. O segundo é uma noção utilizada a nível internacional no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (cp. abaixo).

**Partilha dos benefícios financeiros:** Algumas Reservas da Biosfera Africana têm rendimentos substanciais provenientes do turismo, por exemplo, através de taxas de entrada em parques ou através de impostos e taxas sobre operadores turísticos e hotéis – ou através do pagamento de serviços ecossistémicos (um “benefício direto”). Algumas autoridades de gestão das Reservas da Biosfera utilizam um modelo no qual transferem cerca de 10% da sua receita financeira (quer seja cobrada diretamente ou atribuída pelo Estado) para as comunidades – no entanto, essas transferências assumem frequentemente a forma de investimento em infra-estruturas. As comunidades podem obter melhores estradas ou novas escolas, mas talvez não recebam contribuições financeiras diretas. O estudo de caso de Amboseli é típico; o estudo de caso do Parque Nacional da Baía de Jozani Chwaka oferece uma abordagem mais democrática sobre como esse rendimento pode ser compartilhado com as comunidades locais. O pagamento de indemnizações por danos à vida selvagem é outro exemplo. A seguir, na secção 3.5, discutiremos até que ponto esse rendimento pode ajudar a financiar a gestão das Reservas da Biosfera.

Os benefícios indiretos têm um carácter muito mais diversificado e, portanto, muito mais difícil de partilhar. Um benefício indireto, por exemplo, seria que ecossistemas intactos levam a uma água mais segura e isto, por sua vez, a menos gastos com cuidados de saúde. “Partilha de benefícios indiretos” na realidade refere-se à própria palavra “indireta”: se os Administradores de uma Reserva da Biosfera investirem na restauração dos ecossistemas que pode levar a melhores serviços ecossistémicos, então as comunidades podem ter um benefício imediato (por exemplo, melhor saúde e menos despesas para o médico), mas este é um benefício *indireto* do investimento original nos ecossistemas. PES são um exemplo (cp. secção 2.1)

### Estudo de caso: “Antes do APB” na Reserva da Biosfera de Taï, Costa do Marfim

A Reserva da Biosfera de Taï cobre a maior floresta natural preservada da África Ocidental. Foi designada Reserva da Biosfera em 1978 e património mundial em 1982. Ele contém o parque nacional de Taï com as suas 1300 espécies de plantas, 230 de aves e 54 de mamíferos. É também a região cacauera mais produtiva do mundo e muitos recursos genéticos parecem adequados para a bioprospecção.

Um exemplo de bioprospecção comercialmente bem sucedida desta Reserva da Biosfera, do substituto de açúcar Thaumatin, teve lugar no início dos anos 90, antes de se pensar em ABS. A Thaumatina é uma proteína natural das sementes do fruto Katemfe, que as comunidades locais há muito usam como adoçante. A Thaumatina é 2000-3000 vezes mais doce do que o açúcar, foi patenteada nos EUA e no Reino Unido e é utilizada comercialmente na produção de sabores e doces à base de chocolate. Neste caso, como no país não houve nem sensibilização nem regulamentação de ABS, as comunidades locais não receberam nenhum benefício. No futuro, é preciso fazer provisões para que as empresas internacionais (farmacêuticas, cosméticas, alimentícias, etc.) tenham acesso ao conhecimento e aos recursos genéticos somente através de regimes de ABS.

### Estudo de caso: Partilha de receitas na Reserva da Biosfera de Amboseli, Quênia

Já no início dos anos 90, a Reserva da Biosfera na fronteira do Quênia e da Tanzânia tinha adotado um sistema inicial de partilha de receitas com os pastores Maasai locais, operados pelo Serviço de Vida Selvagem do Quênia, com base na proporção da vida selvagem migratória de Amboseli acomodada por cada um dos grupos de ranchos adjacentes, particularmente na estação das chuvas. Isso incluiu formação, o estabelecimento de centros culturais e incentivos para promover a escolaridade. No entanto, a capacitação da comunidade continuou a ser um desafio. [[UNESCO2000]].

### Estudo de caso: Partilha de receitas no parque nacional de Jozani Chwaka Bay, Tanzânia

Um modelo interessante foi estabelecido pelo Parque Nacional Jozani Chwaka Bay, que é uma potencial Reserva da Biosfera na ilha de Zanzibar. Aqui, a autoridade do parque convida regularmente toda a comunidade para reuniões públicas nas quais todas as receitas e todas as despesas (devido à gestão do parque) são exibidas publicamente, até cada xelim tanzaniano. O que sobrar depois de deduzidas as despesas das receitas é partilhado 50-50 entre o orçamento do governo e as comunidades locais. A parte que vai para as comunidades é transferida para as contas bancárias das comunidades com base em propostas concretas de projetos que são votadas nas reuniões da aldeia. Portanto, não há transferências financeiras em branco, mas sim total transparência e responsabilidade sobre cada xelim para cada cidadão.

**Partilha dos benefícios desde o acesso até ao conhecimento e aos recursos genéticos:** Como dito acima, o termo “partilha de benefícios” também tem um segundo uso na conservação da natureza moderna. A “*Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica*” (CDB) tem como um dos seus três objetivos a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos. O “*Protocolo de Nagoya*” à CDB de 2010 estabelece um quadro jurídico previsível para o acesso aos recursos genéticos e para assegurar a partilha dos benefícios associados.

#### O que é APB?

O “**Acesso e Partilha de Benefícios**” (APB) procura basicamente evitar a situação até agora frequente de investigadores ou empresas explorarem o conhecimento tradicional de curandeiros, grupos indígenas e outras comunidades locais, com o objetivo de obter lucro comercial e não compartilhar tal lucro com as comunidades. O APBS também procura evitar a exploração comercial dos recursos genéticos que são particulares de um país ou região, por exemplo, em produtos farmacêuticos ou cosméticos. O APBS deve estabelecer formas confiáveis de pagamento, se tais informações e conhecimentos forem realmente utilizados.

#### Co-gestão

#### O que é a co-gestão?

O termo *co-gestão* pode significar coisas diferentes. A definição da IUCN é “uma situação em que dois ou mais atores sociais negociam, definem e garantem entre si uma partilha justa das funções de gestão, direitos e responsabilidades para um determinado território, área ou conjunto de recursos naturais” [[BORRINI]].

A co-gestão está em grande parte relacionada com o tema deste Manual:

- Procurar uma verdadeira participação na gestão da Reserva da Biosfera, também com vista a melhorar a capacitação, a justiça e a democracia
- Incorporar parceiros e partes interessadas, juntamente com seus conhecimentos, suas ideias e sua capacidade financeira/potencial, para melhorar a conservação, o desenvolvimento sustentável e a repartição de benefícios

#### A co-gestão é a gestão participativa, com foco nos conflitos

Muito frequentemente, “co-gestão” refere-se à capacidade muito substancial das comunidades de tomar decisões sobre como usar os recursos naturais na sua área – isto é “co-gestão de recursos”. A questão do grau adequado de co-gestão dos recursos não pode ser respondida independentemente do contexto, depende do zoneamento de uma Reserva da Biosfera, das leis e regulamentos nacionais, provinciais, locais e tradicionais sobre o uso da terra, e outros fatores. Em muitas circunstâncias, a co-gestão é uma abordagem muito eficaz. O que focalizamos aqui é a “co-gestão da Reserva da Biosfera”, que de facto se sobrepõe consideravelmente à noção de “participação”.

#### A participação não é de cima para baixo, mas um processo interativo de resolução de conflitos

A definição da IUCN, citada acima, foca também no processo de negociação e, portanto, destaca que a participação não é de cima para baixo, mas um processo interativo de resolução de conflitos. Isto significa que um administrador de Reservas da Biosfera não deve considerar-se apenas um moderador neutro dos “conflitos de terceiros”. Pelo contrário, todo o processo de participação é um processo de resolução de conflitos. Na definição da IUCN a co-gestão requer “pleno acesso à informação (...), liberdade e capacidade de organização, liberdade para expressar necessidades e preocupações, um ambiente social não discriminatório, a vontade dos parceiros de negociar, a confiança no respeito dos acordos, etc.”. E ainda assim, será “um processo complexo, muitas vezes longo e por vezes confuso,

envolvendo mudanças frequentes, surpresas, informações por vezes contraditórias e a necessidade de refazer os próprios passos”. “Não há uma solução única e objetiva para a gestão dos recursos naturais, mas sim uma multiplicidade de opções diferentes, compatíveis tanto com o conhecimento indígena quanto com as evidências científicas e capazes de atender às necessidades de conservação e desenvolvimento” [[BORRINI]].

A co-gestão precisa de ser pluralista, respeitando a diversidade de diferentes valores, interesses, preocupações e visões, bem como a diversidade de estilos de gestão, tanto fora como dentro das comunidades locais; precisa também de respeitar diferentes tipos de direitos (não apenas os direitos formalmente legais). Precisa de ser transparente e buscar a equidade, capacitando as comunidades e as organizações da sociedade civil, aproveitando a complementaridade de capacidades e vantagens comparativas dos diferentes atores institucionais. A co-gestão deve ser adaptativa (experimental, incremental, aprendendo com a experiência passada, valorizando a incerteza). A co-gestão como processo é mais importante do que os produtos de curto prazo, cp. abaixo: gestão adaptativa. Para uma análise aprofundada da noção de co-gestão, cp. [[CARLSSON]].

Características chave da co-gestão

### Escalada aguda de conflitos

Os conflitos têm sempre várias razões, quer sejam internacionais ou dentro de um país, agudos ou latentes, mesmo que se transformem em guerra civil e conflito armado internacional. As razões frequentemente incluem *disputas sobre o acesso a recursos naturais*, tais como minerais, combustíveis fósseis, madeira ou água, e sobre a partilha equitativa dos benefícios deles decorrentes. Os recursos naturais *quase nunca são a única razão* para um conflito, quase nunca a razão que poderia mobilizar as massas. Mas os recursos naturais, como fontes de rendimento, indústria e identidade, desempenham *quase sempre, pelo menos, um papel de pano de fundo*. Promover o desenvolvimento sustentável e o uso sustentável dos recursos significa, portanto, também promover a paz.

Os recursos naturais como motivo de conflito

Especialmente nos países em desenvolvimento, as comunidades dependem muito diretamente dos recursos naturais locais para sua subsistência como fonte primária de rendimento, como agricultura, pesca e madeira. A maior parte destes recursos locais é consumida diretamente a nível local, enquanto alguns são também comercializados. Também os recursos locais podem criar conflitos que, por vezes, ameaçam espalhar-se fora de controlo; um exemplo é o conflito no rio Tana, no Quênia 2012–2013, que surgiu de um conflito em torno dos recursos naturais [[PRACTICAL]].

Conflitos de recursos locais podem espalhar-se fora de controlo

Os recursos naturais, além de serem motivo de conflito, têm duas outras relações importantes com os conflitos: Primeiro como “vítima” de conflitos e, em segundo lugar, como “construtor da paz”, resolvendo e gerindo conflitos e evitando a repetição da violência num ambiente pós-conflito.

**Os recursos naturais como vítimas de conflitos:** O PNUMA explica que os recursos naturais são frequentemente afetados pelas partes em conflito, a fim de assegurar uma vantagem estratégica, de desmoralizar as comunidades ou de subjugar a resistência. “Os poços de água foram poluídos, as culturas incendiadas, as florestas derrubadas, os solos envenenados e os animais mortos. Exemplos disso são a drenagem dos pântanos do Delta do Eufrates-Tigre durante as décadas de 1980 e 1990; ou o uso do agente desfolhante Laranja durante a guerra do Vietname. “Embora existam muitos outros exemplos de recursos naturais usados como arma de guerra, a maioria dos danos ambientais que ocorrem em tempos de conflito são colaterais. [[UNEP2009]] Em 2001, a IUCN emitiu um “esboço de código” apelando às partes em conflito para que continuem a observar os princípios e regras das leis ambientais e humanitárias internacionais; os recursos naturais e culturais não devem ser pilhados em nenhuma circunstância [[IUCN2001]].

Recursos naturais como vítimas

### Estudo de caso: De-escalada na Reserva da Biosfera Maia, Guatemala

A Guatemala tem uma longa história de conflito político sobre a propriedade da terra. Cerca de 50 por cento da cobertura florestal foi perdida nos últimos trinta anos na região próxima à fronteira guatemalteca com o México. As razões são o abate comercial, a criação de gado, exploração de petróleo e plantação ilegais de drogas. Para enfrentar os crescentes conflitos ambientais, exacerbados por anos de conflito político, a Guatemala escolheu o modelo de Reservas da Biosfera, equilibrando a conservação da natureza com as necessidades de uma população crescente. A Reserva da Biosfera Maia abrange uma vasta floresta com recursos naturais vitais, bem como a rica história cultural e ecológica da civilização Maia. A Reserva da Biosfera Maia inclui um quadro institucional que responsabiliza agricultores de subsistência indígenas pela degradação dos solos. Isto despolitizou o uso da terra a nível local e regional. A Reserva da Biosfera é apoiada pelo governo guatemalteco, ONGs, parceiros de ajuda internacional, e pela população local, incluindo os povos indígenas e as populações migrantes.

### Recursos naturais como construtores de paz

**Os recursos naturais como construtores da paz:** Historicamente, a cooperação em matéria de recursos naturais tem frequentemente ajudado a apoiar uma cooperação internacional mais ampla. Um exemplo útil é a cooperação no domínio da água, como bem documentado pela UNESCO: os acordos sobre rios compartilhados são muitas vezes os primeiros acordos que os Estados estabelecem. Na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, a cooperação no domínio do ferro e do carvão foi o primeiro passo para a criação da União Europeia de hoje. As Reservas da Biosfera, incluindo as reservas transfronteiriças (RBT), podem ser criadas como “parques de paz”. Houve mesmo propostas de Reservas da Biosfera em zonas militares entre dois países em conflito, bem como ao longo de fronteiras há muito disputadas. Esses “parques de paz” teriam um duplo objetivo: conservar os ecossistemas, os habitats e a biodiversidade e realizar progressos a nível político-diplomático, especialmente se aprovados pelas Nações Unidas e pela UNESCO. Esse conceito vem ganhando popularidade desde a declaração da IUCN de princípios da “Conferência Parques pela Paz”, em 1997 [[IUCN1997]].

### Modere, mas proteja a sua vida

**O que se pode fazer em casos agudos?** Os conflitos armados são situações que quase sempre estão fora do alcance dos administradores. Nesses casos, os Administradores podem precisar se concentrar em proteger suas próprias vidas, bem como em evitar os piores impactos nas comunidades e ecossistemas.

### Convocar a UNESCO

Como administrador de um local designado por uma organização da ONU, você pode voltar-se para a UNESCO, sozinho, através de seu governo, sozinho ou em conjunto com suas partes interessadas, para procurar os *bons officios da UNESCO*. De facto, a UNESCO tem frequentemente apoiado missões de averiguação ou outras atividades de apoio aos seus sítios (embora a maioria das atividades diga respeito a sítios designados pela UNESCO como Património Mundial). A UNESCO, no programa “Conservação da biodiversidade em regiões de conflito armado” [[UNESCOWEB]] teve uma cooperação com o Instituto Congolês de Conservação da Natureza e ONGs de 2000 a 2013. Ele tem apoiado política e diplomaticamente a conservação de cinco sítios na República Democrática do Congo, com sucesso. Uma conferência internacional de doadores foi organizada e planos de ação de emergência foram implementados.

### Convocar outros parceiros internacionais

A UNESCO, com o seu Secretariado Internacional do MAB e os seus escritórios de campo na África, não é, naturalmente, o único parceiro internacional. Você também pode recorrer ao PNUMA e outras agências da ONU, incluindo os coordenadores residentes (cp. secção 3.5).

Você pode dirigir-se às embaixadas dos países doadores (anteriores ou atuais), incluindo os representantes da UE. Pode dirigir-se à União Africana ou a uma das oito Comunidades Económicas Regionais Africanas (CERs: SADC, IGAD, ECOWAS, ECAS, EAC, CEN-SAD, COMESA e UMA). Se um sítio do Património Mundial ou um sítio Ramsar estiver em perigo, dirija-se ao respetivo Secretariado. Se a caça furtiva resultar da procura de espécies ameaçadas de extinção, contatar o Secretariado da CITES. Se uma ONG internacional como a WWF ou a The Nature Conservancy tiver trabalhado na sua área, dirija-se a ela. A IUCN pode ser abordada em todos os casos; a IUCN tem experiência especial através do seu Grupo de Especialistas “Conflito Armado e Meio Ambiente” [[IUCNWEB]].



Se pessoas deslocadas ou refugiados chegarem à sua região em números significativos, é necessário cooperar estreitamente com o ACNUR para minimizar conflitos sociais adicionais e impactos adversos sobre os recursos naturais.

É provável que, do seu ponto de vista, nem todos os parceiros respondam de forma tão imediata ou adequada quanto desejar, especialmente em situações de urgência. Não tenha expectativas irrealistas; mesmo que você tenha um conflito local que ameace se tornar violento, não haverá imediatamente uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, não haverá uma missão de paz da ONU. Uma missão de averiguação será provavelmente o melhor resultado possível. Portanto, é importante que você use qualquer reação internacional como um sinal importante de sensibilização e apoio, seja uma nota diplomática, recomendação ou ameaça de sanção. Use qualquer sinal desse tipo para tentar proteger e mitigar o conflito local.

Tenham expectativas realistas

Finalmente, você também pode querer voltar-se para partes externas. Nenhum conflito é sem conexões com partes externas. Os conflitos sobre recursos de importância internacional, tais como minerais, por exemplo, são direta ou indiretamente motivados pela demanda internacional, investidores estrangeiros e parceiros comerciais internacionais. A cooperação destes atores é fundamental para a resolução de conflitos. Em primeiro lugar, é útil distinguir o nível de envolvimento: alguns atores externos podem estar *ativamente envolvidos* no conflito com interesse numa mudança no poder local; não conte com eles para resolver o conflito. Outros atores externos (ou pelo menos seus principais decisores) podem nem mesmo saber que sua demanda por minerais, por exemplo, pode promover um conflito violento. Talvez o representante local de um grande conglomerado de empresas tome decisões isoladas. Tente transformar esses atores em seus apoiantes. Nesses casos, cartas a CEOs de empresas, a organizações de direitos humanos ou a “organizações de defesa do consumidor” (por exemplo, Global Witness, Oxfam e Transparency International), bem como campanhas de mídia social podem ajudar a aumentar a sensibilização pública. Para o caso de vários minerais, existem mesas redondas de empresas como o “International Lead and Zinc Study Group”, o “International Nickel Study Group” ou o “Kimberley Process” (para diamantes) ou o “Conflict-Free Gold Standard” do World Gold Council. Abordar tais mesas redondas pode criar pressão e apoio para o seu caso dentro de um grupo industrial. Outras partes externas e parceiros potencialmente bons são investidores, por exemplo, em instalações turísticas, que têm interesse econômico em conter e resolver o conflito. Ao se voltar para qualquer parte externa, incluindo uma organização internacional, é sensato relatar de forma tão neutra e analítica quanto possível. Um relatório do IISD de 2009. O relatório do IISD, que introduz e compara várias técnicas de “análise de conflito”, pode ser uma inspiração sobre como relatar uma situação de conflito. No entanto, as próprias técnicas são demasiado técnicas para serem utilizadas numa situação de emergência.

Apelo aos investidores e à sociedade civil

Relatar de forma neutra e analítica

**Situações pós-conflito:** Após um conflito, a primeira prioridade deve ser a assistência às vítimas humanas, às pessoas deslocadas, aos refugiados e a outras vítimas, o apoio à construção da paz e à reconciliação imediatas – e, por conseguinte, a prevenção de uma nova escalada do conflito. Uma vez que o tempo esteja novamente adequado para cuidar dos recursos naturais, o primeiro passo deve ser *identificar e avaliar os danos* causados ao ecossistema, bem como as ameaças contínuas, como as minas terrestres ou as fontes de poluição. O segundo passo é consultar todas as autoridades envolvidas (e intactas), representantes legítimos das comunidades locais, bem como outras partes interessadas, sobre as *prioridades* em relação à sua resposta de gestão. As prioridades certamente terão mudado em comparação com a situação pré-conflito. Todos os participantes e representantes da comunidade têm que concordar na propriedade que se deve abordar:

Avaliar os danos e fazer novas prioridades

- Combater a fome e a privação, fornecer abrigo, restabelecer os serviços básicos, como a provisão de saúde e a educação
- Apoio à reconciliação entre as partes em conflito
- Suprir as necessidades dos refugiados
- Reconstrução de comunidades e meios de subsistência, incluindo a reabilitação da agricultura e da pecuária, bem como a reconstrução de infra-estruturas como pontes, estradas e eletricidade
- Restauração dos ecossistemas

Como administrador de Reservas da Biosfera, você não deve enfatizar exclusivamente as preocupações do ecossistema, especialmente em situações de emergência. Será o melhor sinal possível para uma Reserva da Biosfera “funcional”, se você não for o primeiro a abordar o tema dos ecossistemas em tal reunião. Para implementar as intervenções primariamente mais importantes, pode ser sensato estabelecer uma confiança de emergência com doadores anteriores. Também pode ser uma forma de pensar sobre pagamentos para compensação e reparação que também podem financiar a restauração do ecossistema.

**Reconciliação:** O que quer que faça no terreno após um conflito, esteja ciente de que acontecerá num contexto frágil de reconciliação e construção da paz. Pode acontecer facilmente que um interveniente local possa ter tido um papel ativo num conflito, mas talvez a comunidade, apoiada pelo Estado, tenha decidido dar prioridade à reconciliação em detrimento da acusação. Então será também a sua tarefa voltar a envolver-se com esta parte interessada, desde que possa aceitá-la com a sua consciência. Muitas dificuldades morais, para as quais ninguém lhe pode dar recomendações, podem surgir após um conflito. Se você, como administrador, trabalha numa autoridade governamental, você também pode ser convidado a participar do processo contra aqueles que alegadamente cometeram delitos.

## 2.4 O papel do conhecimento na gestão

Porquê o conhecimento?

A “Gestão” foi definida como “procurar alcançar os objetivos de uma organização através da implementação eficiente e eficaz dos recursos disponíveis”. Para administrar, você precisa de *conhecer* os seus recursos (como funcionários, parceiros, fundos ou instrumentos, você precisa de conhecer os objetivos (como conservação da biodiversidade, uso sustentável de recursos naturais ou redução da pobreza) e precisa de *saber* como a implementação de seus recursos pode levar à realização dos seus objetivos.

Um bom conhecimento de um sistema é pré-requisito para sua gestão eficaz. Efetivamente, planear e gerir uma Reserva da Biosfera requer muito conhecimento sobre características biofísicas (paisagem, clima, biodiversidade, etc.) e socioeconómicas (meios de subsistência, poder, cultura, conflitos, etc.) da Reserva da Biosfera (cp. abaixo em mais detalhes).

Dados – informação – conhecimento

Sem entrar em detalhes, você precisa de diferenciar:

- *Dados* (por exemplo, a precipitação anual de 2014 no topo da colina é de 230 mm)
- *Informação* (por exemplo, até agora este ano, a precipitação está significativamente abaixo da média anual da sua região)
- *Conhecimento* (por exemplo, a baixa pluviosidade deste ano requer a formulação de estratégias de emergência para agricultores e animais selvagens). O conhecimento não é apenas os dados brutos (biofísicos ou socioeconómicos), não apenas a sua interpretação, mas a sua contextualização num sistema de conceitos culturais e científicos.

A Reserva da Biosfera é tudo sobre conhecimento – desde o seu início

Uma diferença fundamental das Reservas da Biosfera da UNESCO em comparação com as áreas protegidas regulares é a abordagem muito consciente da “gestão baseada no conhecimento”. As primeiras Reservas da Biosfera foram estabelecidas em torno de estações de monitorização de classe mundial e laboratórios de investigação ambiental. As Reservas da Biosfera de hoje são excelentes para reunir diferentes formas de conhecimento. As Reservas da Biosfera da UNESCO podem ser consideradas como “guardiãs do conhecimento” para uma determinada região. Elas reconhecem que o conhecimento pode emergir de fontes indígenas/tradicionais, da experiência do senso comum e da investigação científica e reúnem essas fontes conforme necessário. No entanto, é importante identificar denominadores comuns dessas fontes de conhecimento. O conhecimento precisa de ser adequadamente validado, porque tradição, senso comum e investigação científica podem resultar em dados falsos e conhecimento falso. As Reservas da Biosfera da UNESCO também devem desempenhar um papel importante no tratamento adequado do conhecimento, por exemplo, no que diz respeito aos direitos de propriedade intelectual (cp. “Partilha de benefícios” na secção 2.3).



## Estudo de caso: Investigação na Reserva da Biosfera Mare aux hippopotames, Burquina Faso

A floresta ao redor do “Lago Hipopótamo”, onde vivem cerca de 100 hipopótamos, e as piscinas e pântanos na planície inundável do Rio Volta Negro, no oeste de Burquina Faso, foram designados em 1987 pela UNESCO. Ele tinha sido protegido por decreto em 1937, e por uma ordem de 1968. Infelizmente, essas medidas de proteção foram tomadas sem a participação real das comunidades vizinhas: a hostilidade veio à tona desde que os habitantes locais sentiram que o Estado estava negando-lhes suas melhores terras agrícolas e pastagens. Os resultados têm sido a caça furtiva, os incêndios florestais, a desflorestação agrícola, o pastoreio ilegal, etc., e assim a deterioração dos recursos naturais. Uma vez estabelecida a Reserva da Biosfera, as medidas para combater a degradação ambiental têm recebido vários apoios, incluindo do GEF e do Banco Mundial. As abordagens incluíram o envolvimento ativo das populações locais (líderes tradicionais, delegados de aldeia, professores), administração (Presidente da Câmara e líderes de serviços locais) e os ministérios envolvidos. O estatuto de Reserva da Biosfera também ajudou a atrair a investigação científica sobre questões hidrológicas, piscicultura, vida selvagem e silvicultura. Por exemplo, foram realizados inventários abrangentes da diversidade de espécies da flora e da fauna. Além disso, a investigação sobre a abundância de espécies de peixes, juntamente com as cooperativas de pescadores das aldeias ribeirinhas, demonstrou que as espécies de interesse económico principal podem manter taxas de crescimento elevadas se forem respeitadas as regras de gestão adequadas. [[UNESCO2013-1]]

De acordo com a Estratégia de Sevilha, as Reservas da Biosfera devem promover e utilizar a investigação interdisciplinar e outros conhecimentos para melhorar a estratégia de gestão e implementação – e a interação do homem com os ecossistemas em geral. A investigação e a monitorização devem ser combinadas com avaliações da eficácia da gestão e de projetos individuais (cp. secção 4).

Até hoje, as Reservas da Biosfera funcionam como “*laboratórios de aprendizagem*”, explorando abordagens do desenvolvimento sustentável e estabelecendo normas para a geração de conhecimentos, por exemplo [[NGUYEN2009]], [[NGUYEN2013]]. Muitos cientistas adoram fazer a sua investigação em Reservas da Biosfera *porque aqui eles podem ter acesso imediato a dados e conhecimentos, recolhidos em anos e décadas anteriores*. A monitorização e os projetos de investigação de longo prazo (ao longo de décadas) podem ser feitos melhor aqui do que em qualquer outro lugar, mesmo que por vezes os dados sejam disseminados entre as autoridades.

“Laboratórios de aprendizagem”

### Que conhecimentos e que investigação são necessários para gerir uma Reserva da Biosfera?

Muito frequentemente, na sua procura de conhecimento, os Administradores concentram-se apenas nos recursos naturais (espécies ameaçadas de extinção, ciclo da água, etc.) e na descrição biofísica da sua Reserva da Biosfera.

Os Administradores precisam de saber muitas mais coisas, para além das perguntas imediatas feitas no formulário de nomeação da Reserva da Biosfera. Por exemplo, eles precisam conhecer *aspectos socioeconómicos*:

O que precisa de ser conhecido?

- Quantas pessoas vivem numa Reserva da Biosfera, onde vivem, qual é a composição étnica, de género e etária da população, quais são as principais fontes de rendimento, quão urgente é a pobreza, quão alfabetizados são os habitantes, qual é a taxa de matrícula escolar, há alterações na demografia e que pressões migratórias existem de e para o local?
- Quais são os meios de subsistência, as oportunidades de emprego e as formas de uso da terra exercidas pela população?
- Quem são as partes interessadas, quais são as suas perspetivas e interesses sociais e económicos, que estruturas de poder existem?
- Quais são as pressões externas sobre a Reserva da Biosfera, quais são as vulnerabilidades?
- Que relações causais existem entre diferentes tendências e fenómenos, por exemplo, mudança global, uso local da terra e perda de biodiversidade observada?
- Que medidas podem melhorar a conservação, que medidas podem melhorar os meios de subsistência e que interações entre essas medidas podem aumentar a eficácia?

Responder a estas perguntas requer *ou*:

Como pode responder a estas perguntas?

- Pequenos ou grandes projetos de investigação dedicados implementados por especialistas de uma disciplina científica (bastante dispendioso) ou
- Projetos de investigação interdisciplinares que reúnam muitas disciplinas científicas ou
- Acompanhamento a longo prazo (por exemplo, por uma estação meteorológica ou pelo Serviço Nacional de Estatística) ou
- Projetos específicos de valorização de conhecimentos tradicionais ou
- brainstorming conjunto de todas as partes interessadas ou
- Uma combinação de todas estas abordagens

|  |   |
|--|---|
| É necessário um enquadramento de investigação participativa                      | A maioria das perguntas só pode ser respondida se forem conceptualmente bem enquadradas num diálogo e intercâmbio entre cientistas, Administradores de Reservas da Biosfera, comunidades locais, “Organizações da Sociedade Civil” (OSCs) e partes interessadas (cp. abaixo: co-design, co-produção).   |
| É necessária uma abordagem estrutural  | A maioria das perguntas exige uma abordagem estrutural à geração de conhecimento que também envolve o armazenamento e a disseminação adequados do conhecimento, a tradução do conhecimento científico em linguagem comum e a apresentação do conhecimento numa linguagem específica de um grupo-alvo para os decisores.   |
| Nem toda a investigação é útil para os gestores                                  | Em muitas Reservas da Biosfera, a pesquisa de muitos tipos diferentes é implementada: investigação fundamental, investigação aplicada, engenharia, sociológica e económica, ou mesmo investigação filosófica. <i>Nem toda esta pesquisa é útil para Administradores de Reservas da Biosfera – demasiada investigação inútil pode levar à “fadiga da investigação”.</i>  |
| Co-design e co-produção como critério  | A questão da <i>utilidade ou da relevância social</i> da investigação não pode ser decidida com base no critério de a investigação ser fundamental ou aplicada, nem mesmo se é feita por cientistas naturais ou por cientistas sociais. O critério de utilidade para as Reservas da Biosfera é o seguinte: Os administradores, partes interessadas e comunidades <i>participam no enquadramento da questão de investigação</i> (isto é frequentemente designado por “co-design” da investigação); participam na conceção de <i>métodos e/ou participam na geração de conhecimento</i> (isto é frequentemente designado por “co-produção” do conhecimento)?  |
| Investigação interdisciplinar e transdisciplinar                                 | Os métodos científicos que envolvem diferentes disciplinas científicas são chamados “ <i>interdisciplinares</i> ” ou “ <i>multidisciplinares</i> ”. Os métodos que envolvem tanto as ciências naturais como as ciências sociais são frequentemente designados por “ <i>fortemente interdisciplinares</i> ”. Os métodos que envolvem as partes interessadas na conceção da investigação e na produção de conhecimentos (“co-design” e “co-produção”) são frequentemente designados por “ <i>transdisciplinares</i> ”.  |
| Ciência da Sustentabilidade  | Desde cerca do ano 2000, tem havido muitos esforços para promover a “ <i>Ciência da Sustentabilidade</i> ” [[KATES]]. Estas novas abordagens de investigação têm exatamente os mesmos objetivos que as Reservas da Biosfera. Os Administradores das Reservas da Biosfera devem exigir que os projetos de investigação no seu território sigam os princípios da “ <i>Ciência da Sustentabilidade</i> ” – o que pode melhorar grandemente a relevância e a utilidade dos projetos de investigação.  |
| Os mesmos objetivos que as Reservas da Biosfera                                  | No entanto, os <i>Administradores de Reservas da Biosfera não podem considerar os investigadores científicos apenas como “prestando um serviço” para eles</i> . Os investigadores têm os seus próprios objetivos (por exemplo, geração de conhecimentos “puros”, publicações, ensino). Estes objetivos são também úteis para a sociedade, mas sobretudo de uma forma indireta. A interação de Administradores e cientistas deve ser uma <i>situação de ganho mútuo</i> , da qual ambos se beneficiam. Atualmente, com demasiada frequência, só os cientistas beneficiam da sua investigação – que não é da sua responsabilidade pessoal, mas que se deve a sistemas científicos que não proporcionam incentivos suficientes para orientar a investigação no sentido da relevância e utilidade para a sociedade. Para situações em que todos ganham, Para situações de vantagem mútua, Administradores e cientistas precisam de discutir abertamente os objetivos da investigação para identificar as suas respetivas expectativas, regras e constrangimentos.   |
| Em relação aos investigadores como parceiros                                     | Diz-se que a “ <i>Ciência da Sustentabilidade</i> ” faz exatamente isso: a investigação orientada para problemas que envolve Administradores e partes interessadas já na formulação do desenho da investigação (isto significa que a questão da investigação é gerada em conjunto, não é imposta desde o início) e a investigação é implementada através da interação próxima de cientistas, partes interessadas e administradores, cp. também [[UNESCO2006]]. Se bem sucedidos, os resultados são tanto academicamente interessantes como, pelo menos parcialmente, uma solução para um “problema da vida real”.   |
| Exemplos de necessidades de investigação que podem ser identificadas num diálogo | <p>Em termos de partilha de benefícios da investigação, o Protocolo de Nagoya da Convenção sobre Diversidade Biológica com o seu esquema ABS fornece orientações sobre os conceitos mais atualizados e a implementação legal da propriedade e partilha de conhecimentos (cp. secção 2.3). Em resumo, o consentimento informado para a extração de conhecimento deve ser obtido com antecedência e os benefícios da exploração comercial de qualquer investigação devem ser partilhados de forma equitativa.</p> <p>Como foi explicado, as necessidades de investigação de uma Reserva da Biosfera devem ser identificadas num diálogo entre cientistas, administradores, partes interessadas e comunidades, independentemente de a investigação estar ou não em curso, cp. também [[ISH1994]]:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Avaliação das tendências dos dados físicos, incluindo a ocorrência de eventos extremos</li> <li>— Caracterização e inventário da biodiversidade, compreensão da dinâmica da biodiversidade e previsão de mudanças, caracterização das necessidades de cada espécie</li> <li>— Avaliar os serviços ecossistémicos</li> <li>— Avaliar os impactos ecológicos, económicos e sociais das alterações dos ecossistemas</li> <li>— Avaliação das mudanças socioeconómicas e culturais (para técnicas de pesquisa participativa, cp. Anexo 12)</li> <li>— Avaliando atitudes e expectativas das comunidades e dos turistas</li> </ul> |

- Desenvolver práticas de uso sustentável do solo, de economia verde, de conservação (dos recursos biológicos, da água e do solo) e de reabilitação de ecossistemas degradados
- Detecção de pressões externas e medição de vulnerabilidades
- Participar em iniciativas internacionais de investigação orientadas para a sustentabilidade, como a “Future Earth”, ou em outros programas científicos intergovernamentais da UNESCO, como o “Programa Hidrológico Internacional” (IHP)

A terceira Assembleia Geral do AfriMAB, em 2013, enfatizou particularmente a necessidade de mais investigação sobre os serviços ecossistêmicos e a sua relevância para avançar para economias verdes nas Reservas da Biosfera [[UNESCO2013-2]].

Os administradores, como coordenadores, podem apoiar de muitas formas para melhorar e intensificar a investigação relevante sobre a Reserva da Biosfera:

O que se pode fazer como administrador?

- Identificando todas as bases de dados, artigos e relatórios disponíveis sobre pesquisas anteriores sobre a Reserva da Biosfera; se necessário, revalidando-os tornando-os acessíveis numa biblioteca local e/ou bibliografia, física ou eletronicamente ou online (dentro dos limites dos Direitos de Propriedade Intelectual).
- Ajudando a criar inventários de dados empíricos, incluindo gestão de dados, e de resultados de investigação e monitorização.
- Promovendo a criação de capacidades de monitorização a longo prazo de dados biofísicos e socioeconómicos (cp. abaixo sobre Monitorização).
- Promovendo a criação de capacidades locais para apoiar a investigação, por exemplo, um pequeno laboratório ou capacidades de processamento de dados e de construção de modelos baseados em TI.
- Pedindo a todos os investigadores (no início de um projeto) que tornem acessíveis à Reserva da Biosfera todos os dados primários ou secundários (na medida do possível dentro dos limites dos Direitos de Propriedade Intelectual).
- Melhorando a capacidade de mapeamento da Reserva da Biosfera, incluindo dados referenciados por SIG, zoneamento exato e sobreposições de mapas, incluindo de locais culturais e históricos.
- Recolhendo e documentando/reportando estrategicamente as suas perguntas não respondidas e os seus limites de conhecimento (da autoridade de gestão da Reserva da Biosfera, das partes interessadas e das comunidades – *necessidades de investigação da comunidade*); estabelecendo um grupo de trabalho local que identifique quais destas lacunas de conhecimento podem realmente ser colmatadas através da troca de conhecimento dentro da Reserva da Biosfera; sempre que encontrar um cientista, tentando descobrir se já existem novos resultados de investigação que colmatem alguma das suas lacunas de conhecimento; assim, tentando avançar para uma lista de “perguntas de investigação não respondidas”.
- Tentando identificar aquelas “perguntas de pesquisa não respondidas” que poderiam ser tratadas por teses de licenciatura, mestrado ou doutoramento – para promover a sua aceitação efetiva.
- Organizando um “dia de investigação da biosfera” – seja localmente na Reserva da Biosfera ou na universidade/instituto de investigação apropriada mais próxima, apresentando as suas “perguntas não respondidas” para uma comunidade maior de cientistas, especialmente as perguntas enquadradas nas teses individuais – também apresentando a valorização do conhecimento tradicional neste contexto.
- Assinando acordos-quadro ou memorandos de entendimento com universidades e institutos de investigação apropriados.
- Examinando, juntamente com as partes interessadas e peritos, propostas de investigação, protocolos e procedimentos de investigação, inventários, programas de monitorização, para recomendar melhorias que satisfaçam às suas necessidades.
- Usando efetivamente recomendações de investigação que visam melhorar a gestão nas suas rotinas e práticas.
- Apresentando recomendações de investigação para outros níveis adequados de tomada de decisão.
- Tendo cuidado para que qualquer pesquisa, especialmente na área central, seja “não destrutiva”.
- Promovendo abordagens de investigação que tenham o valor acrescentado de dar poder às comunidades, por exemplo, avaliação rural participativa ou pesquisa participativa; cp. Anexo 12.

Identificar e avaliar as necessidades de investigação da comunidade

Usar os resultados da investigação

Através da UNESCO, você também pode ter acesso aos dados de monitorização via satélite, cp. a “Iniciativa Aberta”, apoiada em particular pelo Centro Aeroespacial Alemão [[OPENINI]].

### Estudo de caso: Investigação sobre o conhecimento das comunidades na Reserva da Biosfera Mare aux hippopotames, Burquina Faso

Cientistas de várias instituições de investigação do Burquina Faso conduziram uma investigação em 2006 sobre as comunidades da Reserva da Biosfera, incluindo suas atividades económicas, conflitos entre humanos e animais selvagens e conhecimento e atitudes em relação à Reserva da Biosfera e à fauna selvagem. Esta investigação teve como objetivo abordar melhor alguns dos principais problemas locais, como incêndios florestais, caça furtiva, conflitos com hipopótamos, pesca ilegal com máquinas, pastoreio ilegal e uso ilegal de madeira verde. Os dados foram recolhidos através de levantamentos formais em seis aldeias e campos de pesca dentro e na fronteira da Reserva da Biosfera. A amostra do levantamento consistiu de 8 a 9 agregados familiares selecionados aleatoriamente em cada aldeia, independentemente dos grupos étnicos. O inquérito foi realizado na língua nacional Dioula. As entrevistas foram conduzidas de forma semi-estruturada, seguindo o método de Avaliação Rural Rápida [[GUEYE]]. Todos os indivíduos inquiridos são principalmente agricultores. A criação de gado é a principal atividade secundária para 32%, 14% trabalham como guardas de patrulha para a Reserva da Biosfera secundariamente. Os danos causados às culturas pelos macacos, hipopótamos e elefantes são citados por 35%, 30% e 14% dos indivíduos inquiridos. Também foi pedido aos indivíduos que indicassem o nome da vida selvagem que encontraram na Reserva da Biosfera. Mais de 30 espécies de fauna (principalmente mamíferos) foram nomeadas por pelo menos metade dos inquiridos (sem apoio), demonstrando uma consciência considerável da diversidade da vida selvagem – no entanto, o número real de diferentes espécies encontradas atualmente na Reserva da Biosfera é inferior. Quatro dessas espécies de fauna silvestre são usadas na medicina tradicional ou para forças sobrenaturais. Um exemplo é queimar os ossos da cauda do hipopótamo e usá-los para tratar a sinusite. Para 50% da população, há costumes ligados à caça. 60% das pessoas pensam que existe autorização verbal ou escrita para esta prática. 96% da população está ciente da designação UNESCO, 91% deles atribuem a melhoria da diversidade da vegetação e o retorno da fauna selvagem à região ao trabalho da Reserva da Biosfera. [[UNESCO2013-1]]

#### Ciência e conhecimento tradicional

##### Definição de conhecimento tradicional

A Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB) define “*conhecimento tradicional*” como “o conhecimento, inovações e práticas das comunidades indígenas e locais que incorporam estilos de vida tradicionais” (cp. CDB, Artigo 8 (j)). Analogamente e por simplicidade, usaremos apenas o termo “conhecimento tradicional”, e não “conhecimento tradicional, local e indígena”. Portanto, não diferenciamos se o conhecimento é o de comunidades indígenas ou “não-indígenas”, ou se é “realmente antigo” ou apenas “bem estabelecido”.

### Estudo de caso: Capacitação de comunidades indígenas em Kruger para a Reserva da Biosfera de Kruger 2 Canyons, África do Sul

A Reserva da Biosfera “K2C” cobre uma enorme região de 2,6 milhões de hectares e inclui os campos da escarpa Mpumalanga Drakensberg, as florestas de montanha dos mares e encostas superiores, e a savana das planícies. Oito rios perenes têm a sua nascente na escarpa, incluindo o rio Olifants e o rio Blyde (rio Mophlatse). A Reserva da Biosfera foi designada em 2001 pela UNESCO. Desde 2007, a entidade gestora da K2C tem a forma de uma associação voluntária, o Conselho de Representantes da K2C, que elege um comité executivo. A Empresa Sem Fins Lucrativos da Região de Reserva da Biosfera K2C, com um Conselho de Administração de seis, foi subsequentemente registada para facilitar a gestão. A maioria da população indígena é muito pobre e vive no campo, sendo altamente dependente de recursos naturais, incluindo plantas medicinais para cuidados de saúde tradicionais. Os curandeiros tradicionais que trabalham na Reserva da Biosfera colhem essas plantas com base no conhecimento tradicional, o que também gera rendimento. Alguns produtos começaram a ser comercializados para empresas cosméticas na África do Sul. A Reserva da Biosfera faz grandes esforços para enfatizar e valorizar o papel dos curandeiros como importantes guardiões de conhecimentos complexos, bem como transmissores de valores tradicionais.

##### Origens do conhecimento tradicional através da tentativa e do erro

Os sistemas de conhecimento tradicionais podem ser muito complexos, consistindo em conhecimento, know-how, habilidades e práticas, que podem ser entrelaçadas com valores, crenças espirituais, narrativas e representações. Tais sistemas de conhecimento muitas vezes têm sido desenvolvidos e mantidos por comunidades ao longo de muitos séculos. Muitos elementos do conhecimento tradicional são posições filosóficas, éticas ou religiosas, que surgiram através da introspecção ou observação anedótica do mundo. Mas, *muitos outros elementos do conhecimento tradicional têm surgido através da tentativa e do erro e do refinamento subsequente das “teorias”, com base na observação atenta dos processos naturais*, por exemplo:

- Doenças e sua cura, em particular plantas medicinais
- Métodos agrícolas bem sucedidos e sustentáveis
- Sementes, seu cruzamento e armazenamento
- Comportamento dos animais migratórios, incluindo para navegação
- Interações de espécies e ecossistemas
- Ameaças a espécies e ecossistemas e métodos para a sua conservação e monitorização do comportamento humano



### Estudo de caso: Monitorização na Reserva da Biosfera de Ichkeul, Tunísia

A Reserva da Biosfera, designada em 1977, contém o lago e as zonas húmidas que são um importante ponto de paragem para centenas de milhares de aves migratórias, tais como patos, gansos, cegonhas e flamingos cor-de-rosa, que vêm alimentar-se e nidificar neste local. É uma Reserva da Biosfera bastante pequena, com 12.600 hectares. Ichkeul é o último lago remanescente numa cadeia que uma vez se estendeu pelo Norte da África e é caracterizada por um regime hidrológico muito específico, uma dupla alternância sazonal de níveis de água e salinidade – com água salgada fluindo do oceano e voltar com as estações do ano. Ichkeul é também um Ramsar e um Património Mundial, pelo que a designação da Reserva da Biosfera e o desenvolvimento sustentável nunca estiveram antes no centro das atenções. Seis departamentos governamentais têm responsabilidades por diferentes aspetos da Reserva da Biosfera. No entanto, em termos de conservação da natureza, tem havido enormes esforços, apoiados por pesquisa (por exemplo, sobre o modelo hidrológico e investigação ornitológica) e monitorização. Particularmente eficaz é a monitorização, baseada num programa desenvolvido em conjunto com a IUCN em 2002, incluindo os recursos hídricos e as aves aquáticas. Entre 2003 e 2008, o GEF financiou a preparação e implementação de um Plano de Gestão e de um Plano de Desenvolvimento Comunitário, aprovados por todas as partes em 2007. As suas principais características são: uma estrutura de gestão progressivamente mais autónoma; desenvolvimento do zoneamento; gestão dos recursos hídricos; gestão participativa com as comunidades locais; e geração de rendimentos através do turismo sustentável. O Comité de Gestão do Parque Nacional de Ichkeul também foi formado com representantes dos habitantes locais, o Grupo de Desenvolvimento Agrícola de Ichkeul (uma associação de agricultores e habitantes locais), departamentos governamentais e outras partes interessadas. [[RAMSAR2012]]

Na verdade, muitas formas de conhecimento tradicional têm implicitamente aplicado o “método científico” (se muito amplamente definido como “tentativa e erro”). Embora tais investigações raramente tenham sido sistemáticas (ou com o objetivo de “falsificar” teorias existentes), as investigações têm sido *conduzidas ao longo de décadas e séculos e ainda estão em andamento*, e, portanto, resultam em conhecimento muito robusto.

Muitas vezes, os cientistas ou outras pessoas “modernas” têm descartado o conhecimento tradicional, porque esses sistemas muitas vezes usam “teorias de fundo” espirituais. Mas um sistema de conhecimento pode ser de alta qualidade, mesmo que a “teoria de fundo” não seja convencional. O conhecimento tradicional pode estar errado. *Mas também a ciência pode estar errada*. Se o conhecimento tradicional é confiável ou não, não pode ser julgado apenas com base no facto de ser ou não um conhecimento tradicional. Enfatizar: Algumas formas específicas de conhecimento tradicional *podem claramente não* ser celebradas – formas que infringem os direitos humanos ou que empiricamente resultam em práticas insustentáveis.

Desde que o conhecimento tradicional cumpra essa última condição, e desde que seja conhecimento real, ele deve ser celebrado não apenas como um “contribuição do conhecimento”, mas também *culturalmente*, como um elemento importante da *diversidade cultural do mundo*.

A “teoria de fundo”  
não é decisiva

Tomar uma posição  
equilibrada em relação  
ao conhecimento  
tradicional

Resumo: posicionamento em relação ao conhecimento tradicional e às comunidades

Os Administradores de Reservas da Biosfera devem

- Ter uma *mente aberta* ao conhecimento tradicional
- Promover a sua utilização como *complemento da investigação científica*, melhorando a eficácia da gestão
- Concentrar-se particularmente no conhecimento tradicional das mulheres como guardiãs do conhecimento sagrado e poder, como especialistas médicos, educadores, curandeiros e especialistas em rituais, incluindo seus estilos de vida, padrões de vida e tradições orais
- Capacitar as *comunidades indígenas* como guardiãs importantes mas vulneráveis do conhecimento único
- Envolver ativamente as comunidades no *co-design da investigação*
- Promover o reconhecimento das práticas legais e culturais tradicionais, desde que sejam consistentes com os direitos humanos, dentro dos sistemas legais locais e nacionais formais

### Monitorização

Diferenças de investigação e monitorização

A investigação científica é diferente da monitorização científica. A investigação é direcionada à identificação de novos métodos, dados ou teorias; a pesquisa pode ser aberta ou fechada, mas é organizada em *projetos individuais e limitados no tempo*. A monitorização, pelo contrário, pode ser caracterizada por uma *abordagem a longo prazo*, detetando mudanças a longo prazo. A monitorização *aplica continuamente um padrão metodológico e uma forma de protocolos de dados* – enquanto a investigação procura otimizar padrões metodológicos ou protocolos de dados. Em resumo, monitorização significa observação repetida (de dados biofísicos ou socioeconómicos), de acordo com cronogramas pré-estabelecidos no espaço e no tempo e usando métodos comparáveis de recolha de dados. Hoje em dia, há cada vez mais esforços nos padrões africanos ou globais de monitorização, ver por exemplo [[UNEP2006]].

As Reservas da Biosfera são úteis para a monitorização

A monitorização sempre foi uma dimensão chave do trabalho de uma Reserva da Biosfera – exatamente porque as Reservas da Biosfera não são “baseadas em projetos”, mas são instituições que deveriam existir pelo menos durante muitas décadas. Uma vez que as Reservas da Biosfera são também representativas de um determinado ecossistema, são os locais ideais para uma monitorização comparativa global dos ecossistemas e das variáveis que os influenciam. A monitorização também é necessária para avaliar se uma Reserva da Biosfera cumpre o seu propósito e se uma visão é *realmente alcançada* – Será que a pobreza é *realmente* reduzida? O número de espécies pode *realmente* ser mantido?

Monitorização como acompanhamento da investigação

Muitas vezes, os sistemas de monitorização são iniciados através de projetos de investigação, quando os métodos desenvolvidos num projeto de pesquisa são continuados. No entanto, a simples continuação de um projeto de pesquisa a longo prazo não é necessariamente a melhor abordagem, pois os métodos usados num projeto de investigação pontual podem ser bastante caros. Para serem mantidos a longo prazo, os métodos de monitorização devem ser o mais barato possível. A monitorização também deve seguir, na medida do possível, padrões de protocolos nacionais e internacionais, sempre que possível, os dados devem ser fornecidos a bancos de dados internacionais (por exemplo, para escoamento de águas de rios, o “Global Runoff Database”) – isso normalmente requer passar por um serviço nacional (por exemplo, serviço meteorológico nacional). Outros exemplos de monitorização são pesquisas socioeconómicas regulares, por exemplo, de rendimento familiar, composição de comunidades, expectativas e atitudes; tais dados devem ser desagregados por dados relevantes, como sexo, idade, etc. (cp. Anexo 12)

M&A como um aspeto da gestão de projetos

A Estratégia de Sevilha propõe, *nomeadamente*, o seguinte acompanhamento: “fazer inventários da fauna e da flora, recolher dados ecológicos e socioeconómicos, efectuar observações meteorológicas e hidrológicas, estudar os efeitos da poluição, etc.” e “desenvolver indicadores de sustentabilidade (em termos ecológicos, económicos, sociais e institucionais)” (cp. Anexo 3).



## Monitorização e avaliação (M&A)

A ênfase na monitorização científica contínua é particular para as Reservas da Biosfera da UNESCO no contexto do seu Programa Científico MAB. Não deve ser confundido com o “monitorização e avaliação” (M&A), que é um elemento normal e necessário do trabalho de cada administrador, em particular no contexto da gestão de projetos. Tal M&A não tem necessariamente que seguir padrões científicos – embora para demonstrar realizações reais e mudanças sociais, o impacto de um projeto precise ser medido com métodos quase científicos, por exemplo, em projetos direcionados à sociedade através de pesquisas com grupos de teste.

Na verdade, o M&A não começa no final de um projeto, mas antes do seu início, através da definição de objetivos; estes devem ser mensuráveis e acompanhados de indicadores de sucesso adequados e de requisitos de dados e parâmetros de referência associados (indicadores genéricos ou específicos da situação).

Este é o ciclo da gestão de projetos:

- Etapa 1: Definir objetivos, resultados esperados e indicadores de sucesso associados.
- Etapa 2: Definir os resultados que são necessários para alcançar os resultados.
- Etapa 3: Durante e após a implementação do projeto, medir o progresso.
- Etapa 4: Resumir o sucesso em alcançar as objetivos de acordo com os indicadores.
- Etapa 5: Melhorar a sua abordagem (lições aprendidas).

Seja sempre claro: o que exatamente é avaliado, por quem, de acordo com que padrões e por quê? O que será feito com os resultados, como podemos otimizar o uso dos resultados em benefício das Reservas da Biosfera e das suas comunidades?

A Monitorização e Avaliação devem ser consideradas como a oportunidade de aprendizagem mais importante para melhorar a gestão das Reservas da Biosfera. Tais avaliações, mesmo de projetos de pequena escala, podem influenciar positivamente a dinâmica da mudança social numa comunidade. Para a implementação de cada estratégia ou projeto, a Monitorização e Avaliação é uma parte necessária e integral. Sem Monitorização e Avaliação, você pode apenas afirmar que teve sucesso, mas não muitas pessoas podem acreditar em si; resultados positivos de avaliação são um excelente feedback para todas as pessoas que investiram seu tempo e recursos. Por outro lado, a falta de avaliação e acompanhamento levará os parceiros a não levarem esses processos a sério no futuro.

Oportunidade de aprendizagem mais importante

A Monitorização e Avaliação pode ser abordada formalmente, puramente através da definição antecipada e da monitorização de indicadores quantitativos e qualitativos de desempenho; se não houver indicadores de desempenho avançados, pode ainda usar uma abordagem de “lições aprendidas”. Para um exemplo sobre este último, cp. [[K2CLESSONS]].

## Conhecimento e poder

A gestão precisa de conhecimento, mas esta é uma relação bidirecional. Aqueles que adquirem conhecimento também adquirem poder. O conhecimento não é verdadeiramente a única fonte de poder, mas uma fonte importante. O filósofo Francis Bacon em 1598 escreveu “o conhecimento é poder”; 600 anos antes, um poeta persa usou uma expressão semelhante. Para o filósofo Michel Foucault, o conhecimento permite mais controle que por sua vez permite o inquérito melhor e assim o conhecimento melhor. Para Foucault, o conhecimento técnico de motores a vapor e pistolas do século 19 permitiu que missionários e exploradores preparassem o *imperialismo e o colonialismo*.

“Conhecimento é poder” – uma observação antiga

O que é crucial: melhor conhecimento numa dada situação *significa mais opções disponíveis*. Um agrônomo estudado conhece culturas alternativas que podem ser cultivadas numa determinada região climática do que é tradicionalmente conhecido: assim, se pragas ameaçam cultivos tradicionalmente plantados, mais opções transformam um “desastre sem esperança” num “problema manejável”. Conhecimento significa mais opções, o que significa mais liberdade e, portanto, mais poder – não necessariamente sobre outras pessoas, mas *poder de não ser vítima de pressões externas adversas*.

O conhecimento torna disponíveis mais opções de ação

Para os Administradores de Reservas da Biosfera, a ligação entre o conhecimento e o poder significa cinco coisas:

O que é que isto significa para as Reservas da Biosfera?

- Os Administradores têm de estar conscientes do “aspecto do poder” da sua própria posição de conhecimento pessoal privilegiado – e evitar a todo o custo o abuso deste poder.
- Os Administradores têm de melhorar as abordagens baseadas no conhecimento para a conservação e desenvolvimento, através da alavancagem do conhecimento tradicional e através do envolvimento da investigação científica na medida do possível.
- Os Administradores têm de procurar e partilhar experiências com outras Reservas da Biosfera, mas também com locais (a nível nacional ou internacional) que não gozam do estatuto de Reserva da Biosfera.

- Os Administradores devem agir de forma adequada aos seus conhecimentos (*subsidiariedade*).
- Os Administradores têm de capacitar as comunidades através da partilha de conhecimentos com eles.

O poder não é apenas conhecimento

No entanto, o poder não se baseia apenas no conhecimento. O poder pode derivar, por exemplo, da representação democrática, da delegação estatal, da propriedade imobiliária, da linhagem aristocrática ou do acesso a grandes recursos financeiros. Os Administradores das Reservas da Biosfera não podem ser enganados quanto ao facto de que tomar decisões baseadas no conhecimento e em argumentos racionais é suficiente contra estruturas de poder entrencheadas. As instituições poderosas não aceitarão a racionalidade e a base de evidências dos argumentos que são dirigidos contra seus interesses – eles insultarão e rejeitarão tais argumentos por serem apenas “movidos por interesses ou pelo poder” e bloquearão todas as tomadas de decisão relacionadas.

O conhecimento não é suficiente para uma gestão eficaz

Por isso, é importante enfatizar mais uma vez que a gestão de uma Reserva da Biosfera exige estar plenamente ciente de todos os interessados existentes e dos seus interesses, procurando consensos e situações de ganho mútuo com eles, dando aos interessados um sentido de propriedade.

### Limites ao Conhecimento

É impossível de gerir sem incerteza

A gestão, incluindo a gestão dos recursos naturais, está sempre associada à *incerteza*; o conhecimento nunca é completo, para cada forma de conhecimento, há limites – às vezes limites muito definidos, às vezes limites vagos. Por mais cuidadoso que um administrador de uma Reserva da Biosfera analise as relações causa-efeito entre os diferentes fenómenos, bem como entre as intervenções de gestão e os seus potenciais resultados, ele terá sempre de lidar com a incerteza. Em qualquer situação de decisão concreta, um “quadro completo” e um modelo científico “completo” nunca estarão disponíveis. Por causa da mudança ambiental global, por causa das crises financeiras globais e da crescente fragilidade de muitos estados, as *pressões externas e suas incertezas* aumentam consideravelmente.

Três tipos de incerteza de conhecimento

Há pelo menos três **tipos de incerteza do conhecimento**:

- A incerteza como *conceito científico é algo muito preciso. Refere-se à probabilidade de que uma determinada predição* (sobre um experimento de laboratório ou sobre o mundo inteiro) ocorra como previsto. As margens de erro podem ter muitas origens, por exemplo, o número de repetições de um experimento, ou em casos de experimentos irrepetíveis (por exemplo, mudanças climáticas), variações de variáveis abertas e modelos científicos. Para os cientistas, *esta incerteza* pode ser descrita muito bem e apoia a melhoria do conhecimento; estas incertezas são tipicamente descritas em termos de “erros-padrão” ou “desvios-padrão”.
- Outra fonte de incerteza é que *as teorias/modelos não podem ter em conta todos os fatores* (por exemplo, porque isso exigiria demasiado poder de cálculo ou porque dominam mecanismos de feedback não lineares). Esta é uma das razões para uma incerteza substancial a longo prazo nas previsões das mudanças climáticas. Também a sociedade humana e as suas instituições são tão complexas que não podem ser adequadamente descritas por um modo.
- Outra fonte de incerteza é que qualquer modelo sobre algum fenómeno se baseia em *pressupostos sobre outros fenómenos*. Mais uma vez, no exemplo das mudanças climáticas, o aumento da temperatura a longo prazo dependerá significativamente do facto de a humanidade reduzir ou não em breve as emissões de gases com efeito de estufa. A isto chama-se *“construção de cenários”*. Este tipo de incertezas sobre o futuro persistirá, mesmo para teorias/modelos perfeitos: mesmo que você saiba muito bem que sob condições políticas estáveis sua biodiversidade local pode ser conservada, este conhecimento será de pouco valor se uma revolução ou uma guerra civil eclodir.

Incertezas de ação

Numa situação específica, há também muitas outras formas de **“incerteza de ação”**:

- Incerteza sobre *o que realmente é o problema* numa dada situação; qual é o *problema* a ser abordado – e qual é o seu *contexto* que não pode ser mudado.
- Incerteza sobre *que tipo de abordagem*, teoria ou modelo deve ser usado para descrever e resolver o problema: Você pode aplicar uma teoria conhecida? Você precisa de desenvolver um modelo inteiramente novo?
- Incerteza sobre a *ação de outros parceiros*. As partes interessadas se unirão a uma coligação necessária para resolver um problema? Outro departamento do governo aborda o problema a partir de uma perspectiva diferente, mas em paralelo?

Em questões práticas concretas, mesmo que você se esforce para aproveitar todos os conhecimentos disponíveis e obter conhecimentos adicionais, há limites. Há limitações para uma abordagem baseada no conhecimento, há discordâncias sobre requisitos de dados, investigação a ser realizada, necessidade e valor para previsões e avaliações de risco, etc.

Não prever o futuro, possibilitar o futuro

Muitas pessoas dizem que não se deve preocupar muito com o futuro porque, pela sua natureza, ele é imprevisível. Contrariamente, mulheres e homens têm dito que **se você planifica para o futuro, você faz o futuro acontecer; se você não planifica, mais tarde você vai perguntar-se o que aconteceu. A incerteza não é desculpa para a inação**. Malcolm X disse que “O futuro pertence àqueles que se preparam para ele hoje. Antoine de Saint-Exupéry disse que “Quanto ao futuro, a sua tarefa não é prever, mas possibilitá-lo”.

Uma parte importante para **possibilitar o futuro é lidar adequadamente com as incertezas**. Esteja atento aos diferentes tipos de incertezas (incertezas como partes intrínsecas de um modelo, incertezas como partes ainda não compreendidas de um modelo, contingências externas imprevisíveis). Use previsões, mas não confie muito nas previsões. Conhecer os limites do conhecimento.

Possibilitar o futuro necessita de uma abordagem construtiva à incerteza

Os Administradores de Reservas da Biosfera não podem eliminar a incerteza. Mas, ao possibilitar o diálogo entre todas as partes interessadas e comunidades, podem ajudar os parceiros a compreender e valorizar uma abordagem baseada no conhecimento e na aprendizagem pela prática, que também leva em conta as incertezas [[WALTERS]]. A compreensão conjunta da incerteza e dos riscos associados às intervenções de gestão e o desenvolvimento conjunto de cenários melhoram a qualidade da gestão e o envolvimento das partes interessadas.

Estabelecer uma cultura do conhecimento

## O que é gestão adaptativa?

As mudanças ambientais globais são um facto; o número de crises económicas e financeiras aumenta, o número de Estados frágeis aumenta. Para cada administrador de uma Reserva da Biosfera, isto significa que a incerteza das estratégias de gestão está a aumentar – tanto no que respeita à gestão dos recursos naturais como às intervenções socioeconómicas. [[USDA]] “*Gestão adaptativa*” é a resposta direta à crescente incerteza. Foi definida como “um processo estruturado e iterativo de tomada de decisão robusta em face da incerteza, com o objetivo de reduzir a incerteza ao longo do tempo através da monitorização do sistema”. [[DOI]]

A gestão adaptativa é uma resposta às crescentes incertezas

A “gestão adaptativa” pode ser descrita em termos muito científicos e abstratos; a abordagem científica remonta aos dois ecologistas canadianos C.S. Holling e C.J. Walters, com início no final dos anos 70. [[WALTERS]] Mas os conceitos básicos são simples. *A gestão adaptativa significa que há monitorização, feedback e aprendizagem dos resultados das decisões passadas para a tomada de decisões futuras, de modo que as ações futuras sejam adaptadas. Um segundo aspeto crucial é abraçar a incerteza. Um terceiro aspeto crucial é a gestão participativa.*

As ideias básicas são simples

Os “Padrões Abertos para a Prática da Conservação” de 2007, publicados pela “Conservation Measures Partnership” (CMP) são uma implementação concreta dessa gestão adaptativa. [[CMP]] Em milhares de projetos de conservação da natureza, a gestão adaptativa como entendida pelos “Padrões Abertos” tem sido implementada desde então em todo o mundo: em projetos dirigidos por OSCs, projetos governamentais, projetos de ODA, etc. A WWF e a Nature Conservancy, por exemplo, assumiram a gestão adaptativa como seu próprio padrão de gestão. As Reservas da Biosfera Africana assumiram tipicamente a gestão adaptativa apenas em princípio, não na prática e não seguindo um padrão. Contudo, a crescente incerteza da gestão de sistemas sócio-ecológicos complexos em tempos de mudança climática torna a gestão participativa adaptativa uma necessidade prática.

Os “Padrões Abertos” estabeleceram um verdadeiro padrão



A gestão adaptativa integra diferentes formas de conhecimentos, incluindo conhecimentos científicos tradicionais e interdisciplinares, em modelos dinâmicos, na condição de incerteza, a fim de permitir melhores previsões sobre os impactos de determinadas ações de gestão. Os resultados das intervenções anteriores na mesma região e em outras regiões são retroalimentados na tomada de decisões, *como um processo de aprendizagem*. A aprendizagem é baseada na monitorização e na avaliação.

A gestão adaptativa é baseada no conhecimento

A gestão adaptativa pode mais facilmente dar errado por causa de erros na monitorização dos resultados. Esta etapa de monitorização normalmente não é suficientemente prioritizada. Por exemplo, a monitorização dos resultados é feita de forma bastante imprecisa ou incompleta, os dados monitorizados não são devidamente analisados ou interpretados.

As técnicas diferem na sua ambição

Vários investigadores, por exemplo, [[STOLL2008]], propuseram que uma forma de gestão adaptativa, chamada “gestão como aprendizagem mútua”, deveria ser o estilo de gestão mais apropriado para as Reservas da Biosfera.

Há várias técnicas de gestão adaptativa; diferem substancialmente em detalhes. Mais adiante neste Manual, na secção 4, voltaremos a esta questão. Algumas técnicas de gestão adaptativa têm “pouca ambição”, ou seja, concentram-se apenas na melhoria *incremental* ou reativa das ações, mas não no diálogo ou numa direção estratégica e proposital geral. A *gestão adaptativa passiva* utiliza dados anteriores de forma muito consistente para determinar a abordagem mais adequada numa nova situação; mas tais abordagens “passivas” têm uma consciência limitada da incerteza e têm a convicção implícita de que pode haver um modelo “certo”. A *gestão adaptativa ativa* integra consistentemente o uso da “experiência” e da incerteza no desenho e implementação da gestão. As técnicas de *gestão adaptativa integrada* centram-se no reforço das interações dos Administradores com as partes interessadas e os cientistas – promovendo assim a aprendizagem e a construção de relações. Este Manual promove abordagens integrativas.

#### Algumas recomendações gerais

Qualquer que seja a técnica que use, certifique-se de que:

- Você permanece focado nos seus problemas e não na técnica (não se deixe confundir por uma abordagem técnica).
- A técnica *melhora o diálogo* dos Administradores com as partes interessadas e outros especialistas externos, tais como cientistas.
- A técnica não introduz um *quadro artificialmente distorcido da realidade* ou viés.
- A técnica *fortalece a sua instituição de gestão* – a melhor técnica é inútil, se o implementador sofrer por implementá-la.
- A técnica realmente o faz avançar, ampliando o *espaço de opções* e/ou eliminando opções que, sob inspeção mais próxima, dificilmente farão muito bem.
- Você *identifica lacunas de conhecimento úteis* e que o resultado não é “que você não sabe nada”.

A aplicação de uma técnica simples e de apoio à gestão adaptativa pode levar a experiências úteis de combinação da geração/aplicação de conhecimento com a gestão. Eles podem ajudar a reinventar a gestão como uma fonte de aprendizagem, ou seja, aprender a gerir, gerindo a aprender. Através de muitos ciclos iterativos, por “tentativa e erro conjuntos”, e moderado por você, partes interessadas, grupos inteiros e sociedades é melhor aprender a responder às mudanças, ou seja, eles podem adaptar-se.

### SECÇÃO 3 FINANCIAMENTO E GESTÃO DA RESERVA DA BIOSFERA



todas as fotos © Sheila Ashong

## SECÇÃO 3

# FINANCIAMENTO E GESTÃO DA RESERVA DA BIOSFERA

Esta secção descreve de forma detalhada porquê as Reservas da Biosfera devem ser administradas por certas comissões com composições específicas e mandatos. Também descreve porquê as Reservas da Biosfera necessitam de certos documentos, em particular um plano de gestão (incluindo a sua implementação e monitorização, e quais as estruturas legais, administrativas e de financiamento parecem adequadas. Ao ler este capítulo irá entender:

- Que pode haver muitas estruturas diferentes para gerir uma Reserva da Biosfera
- Que as Reservas da Biosfera têm forte legitimidade internacional e também muitos parceiros que podem ser abordados por uma boa causa
- Que as revisões periódicas são necessárias e úteis para si
- O que é um plano de gestão e porquê é preciso?
- Como pode dirigir-se aos doadores?

### 3.1 Estrutura de administração de uma Reserva da Biosfera

Nenhum modelo estrutural universal

A UNESCO não especifica nem mesmo descreve que tipo de estrutura organizacional deve ser criada de modo a implementar o conceito de uma reservada biosfera. Apenas espera que haja estruturas apropriadas – prontas no processo de nomeação. A seguir apresentamos dois “modelos” que habitualmente têm sido usados como uma estrutura de administração adequada – não somente nas Reservas da Biosfera, mas em todas as organizações que estão interessadas em ser mais inclusivas com as partes envolvidas.

3 componentes: secretariado, comité e conselho consultivo

Ambos os modelos têm essencialmente três constituintes principais:

1. Um “secretariado” ou uma “unidade de gestão” da reserva constituído por profissionais remunerados que trabalham a tempo inteiro todos os dias em atividades da Reserva da Biosfera
2. Uma “comissão de gestão” ou “comissão diretiva” ou “comissão executiva” como órgão com poder de tomada de decisão principal
3. O “conselho consultivo” que também pode ter um mandato científico específico

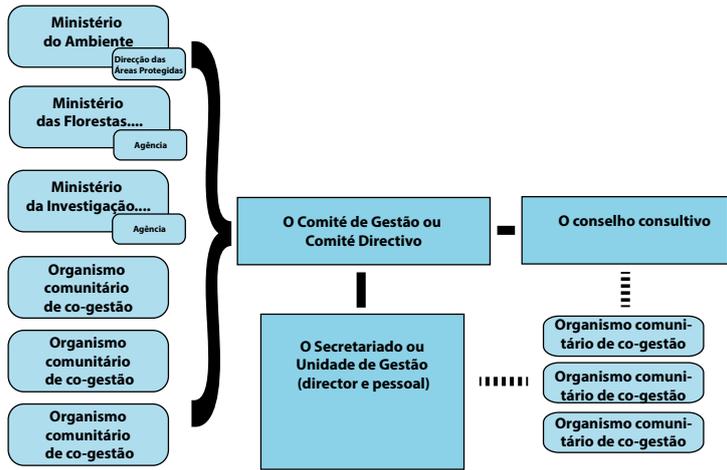
O “modelo de autoridade”

O primeiro modelo é tipicamente o mais usado em África; chamamos de “modelo de autoridade”. Neste modelo o “secretariado” ou a “unidade de gestão” depende mais ou menos de um ministério ou mesmo de parte desse ministério – seja o Ministério de Meio Ambiente ou o Ministério de Florestas ou um ministério similar. A dependência pode ser diretamente ou através de “Direção das Áreas Protegidas” que em alguns países faz parte do ministério, em outros países são mais autónomas. Em moldes similares, o “secretariado”/ “unidade de gestão” depende de outra autoridade nacional (ou provincial).



Se neste modelo houver uma “comissão de gestão” é tipicamente instituída pelo respetivo ministério ou direção. A cooperação com as comunidades locais e outras autoridades locais pode ser feita, não tipicamente através da comissão da gestão. Deve haver um conselho consultivo, porém é uma associação frouxa.

O que é típico neste modelo é que a própria “unidade de gestão” tem um mandato soberano e “autoridade máxima”, pelo menos no que diz respeito a um tópico (o tópico pelo qual o ministério é responsável), como a conservação da natureza. Como consequência, muitas vezes é difícil para a “unidade de gestão” tornar-se ativa em outras áreas como envolvimento da comunidade ou desenvolvimento sustentável. Como outra consequência, as referidas “unidades de gestão” muitas vezes são somente responsáveis da área central, isto é, da área protegida.



Neste Manual promovemos um segundo modelo, intitulado “modelo de ONG” que até o momento não é amplamente difundido em Reservas da Biosfera Africana (as novas reservas de biosfera da Etiópia seguem este segundo modelo e também muitas das Reservas da Biosfera da África do Sul). Neste modelo a “comissão de gestão” como órgão supremo de tomada de decisão é composta por várias instituições e autoridades diferentes. Portanto, a “unidade de gestão” possui menos autoridade formal ou poder executivo como é o caso de combate à caça furtiva, mas pode estar ativo em várias áreas e em todas as zonas. Pode funcionar mais como uma plataforma para reunir interesses diversos e as comunidades podem ter um papel direto no modelo de administração supremo. Também pode reagir com flexibilidade a novas situações e prover resolução de conflitos[[HAHN]].

O “modelo ONG”

Embora o “modelo de autoridade” da reservada biosfera possuía pelo menos uma relevância setorial para algumas zonas, o “modelo de ONG” da Reserva da Biosfera deve adquirir a sua aceitação mostrando a sua relevância social. Isto é natural: “Quando a UNESCO designa uma Reserva da Biosfera, este estatuto por si só não a torna um ator relevante em gerir a sua área. Pelo contrário os seus ajustes institucionais devem tornar pertinente a Reserva da Biosfera” [[HYMAN]]. Para um estudo sobre alguns ajustes institucionais das Reservas da Biosfera na Europa Oriental, cp. [[GEF2007-1]].

**A unidade de gestão / secretariado**

**Composição:** A equipa de gestão ou o secretariado é constituída por todos os trabalhadores no ativo; também pode incluir consultores, voluntários ou internos (nacionais ou internacionais) conforme for apropriada. Exemplo de trabalhadores da Reserva da Biosfera:

Um possível quadro de pessoal

- Guardas florestais que trabalham no campo, por exemplo em patrulhas, em projetos de conservação da natureza, nas florestas, ou como guias turísticos
- Trabalhadores da comunidade e/ou especialistas em envolvimento comunitário
- Contabilistas ou coordenadores de ciclo de vida do projeo
- Trabalhadores administrativos, funcionários e secretárias
- Biólogos ou outros cientistas ou coordenadores de investigação
- Especialistas em comunicação e educação
- Gestor de Sistema de monitorização de IT/GIS/base de dados, técnico de estatística, fotógrafo e bibliotecário (para a função de GIS, [[SWETNAM]])
- Porta-voz de imprensa/gestor de relações públicas e administrador da página web
- Especialista em marketing de turismo
- Consultor agrícola
- Angariador de fundos, perito em cooperação internacional, ponto focal de doadores e
- Diretor ou (“Diretor Executivo”)

A UNESCO não recomenda cargos e perfis de trabalho específicos na administração de Reservas da Biosfera; a UNESCO exige que a Reserva da Biosfera cumpra as suas funções. Deste modo, algumas Reservas da Biosfera têm equipas de gestão com 40 ou mais trabalhadores, outras têm muito menos; o número mínimo de trabalhadores depende das tarefas atribuídas e do tamanho da área; mas mesmo uma Reserva da Biosfera com muito poucas tarefas oficiais “tipo autoridade” deve ter no mínimo cerca de 10 trabalhadores.

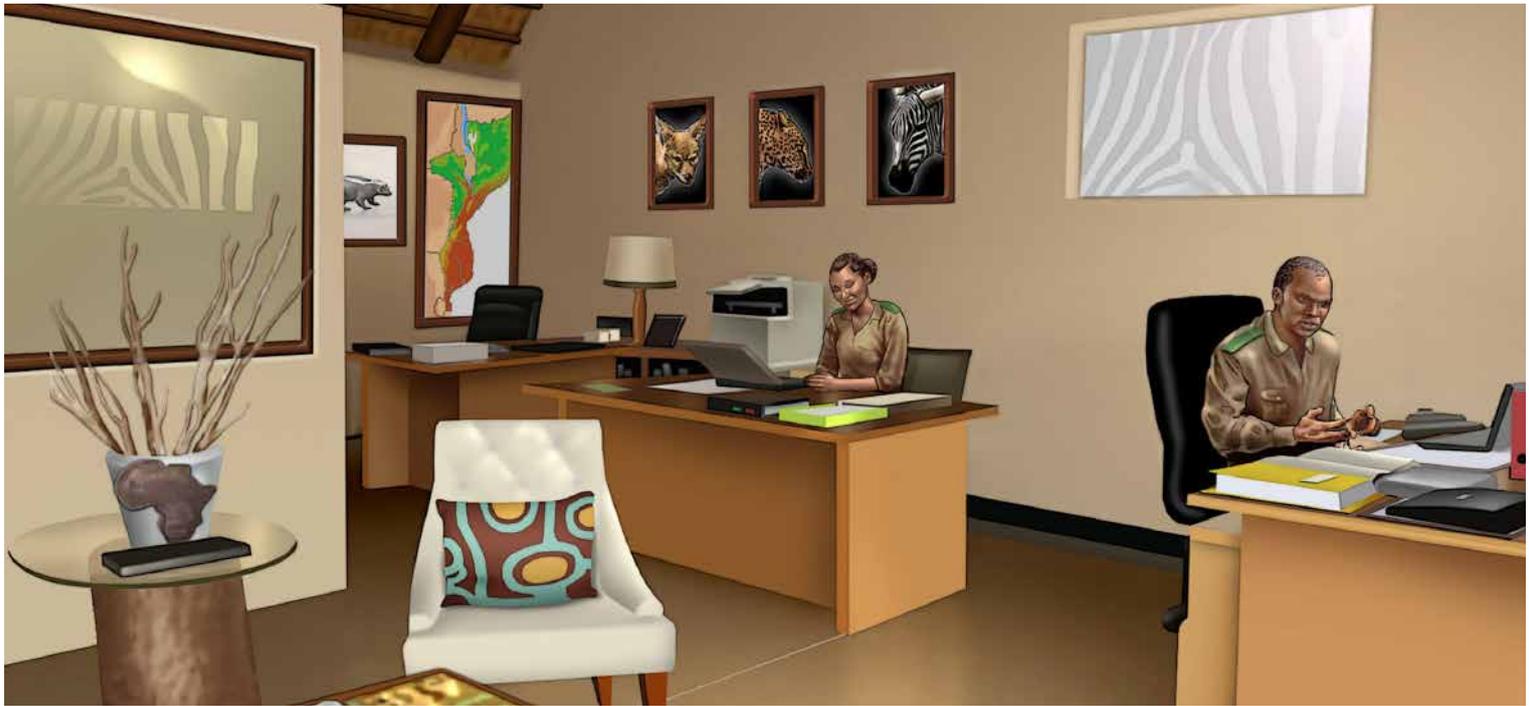
Nenhum modelo universal prescrito

Empregar trabalhadores (permanentes ou sazonais) diretamente através da organização da reserva da biosfera pode por vezes ser difícil, especialmente se a organização for uma autoridade governamental; hoje, muitas autoridades governamentais são solicitadas a diminuir o número de seus funcionários; algumas Reservas da Biosfera contudo cooperam estritamente com “associações de amigos” (cp. Secção 4) que pode ser usado para contratar trabalhadores. Desta forma há Reservas da Biosfera com “trabalhadores oficiais”de somente 2 ou 3, mas com *acesso efectivo a mão-de-obra* de mais de 20 trabalhadores.

Inovação e flexibilidade para o pessoal

O perfil de trabalho mais típico da lista acima é o dos guardas florestais, muitas Reservas da Biosfera têm vários guardas, algumas têm mais de 10 guardas florestais. Muitas Reservas da Biosfera ainda precisam perceber que *não basta* empregar guardas florestais; os guardas florestais são necessários, mas visam propriamente apenas uma das três funções da Reserva da Biosfera. Com certeza, pelo menos são necessários alguns trabalhadores com conheci-

Precisa de guardas florestais, mas também precisa de um conjunto de habilidades muito mais diversificado



mentos profundos dos ecossistemas mais importantes na reserva biosfera. Mas existem muitos outros perfis de trabalho e os trabalhadores correspondentes precisam ter um nível de educação e aptidões profissionais adequados. *Em especial*, precisam de habilidades para interagir estritamente com as comunidades. Isto inclui habilidades de comunicação e negociação, comunicação (multi) línguas, respeito ao trabalhar com as comunidades, bem como a valorização das diferentes formas de conhecimentos. *Várias habilidades podem ser melhoradas através da formação no trabalho.*

O edifício de escritórios deve ser de fácil acesso

A equipa de gestão deve estar instalada num escritório em edifício devidamente equipado (ou em vários edifícios) dentro da reserva biosfera, em locais que permitem fácil acesso a toda a região. A localização do escritório também deve permitir as comunidades a ter acesso fácil à unidade de gestão. O edifício do escritório deve funcionar em pleno, não precisa de ser talvez não deve mesmo ser – representativo; os Administradores servem as comunidades como moderadores; eles não são “governadores”. Obviamente, o edifício do escritório deve estar equipado de acordo com as suas funções: por exemplo se houver um arquivo, necessita de ser protegido contra a humidade e insectos; fazer investigação em amostras biológicas requer um frigorífico. Eletricidade, tecnologias de comunicação e transportes são necessários em qualquer caso.

Tarefas e responsabilidades típicas da unidade de gestão

As **responsabilidades** da unidade de gestão variam grandemente de uma Reservas da Biosfera para outra. Um secretariado apropriado deve ter os *estatutos, perfis de trabalho e normas de procedimentos bem definidos*. Normalmente, o secretariado tem a tarefa de implementação de decisões tomadas pelo conselho directivo/ de administração, ou no “caso de autoridade”, pelo governo. Com certeza, o secretariado também irá necessitar de preparar e fazer resumos de reuniões ( por exemplo do conselho de administração e do conselho consultivo), e irá precisar de preparar esboços como o do plano de gestão, para estratégias, visões ou revisão periódica. Outras tarefas típicas permanentes incluem:

- Coordenação do projeto, gestão ou implementação, incluindo através de atividades no terreno, através de seminários/workshops, auscultação pública, sensibilização, educação, pesquisa bem como através de planificação, contabilidade e documentação
- Envolvimento com as partes interessadas e com as comunidades
- Patrulhamento da reserva da biosfera e fazer outras formas de vigilância
- Facilitação de investigação científica e monitorização, através da recolha e padronização de dados bem como atualização dos mapas
- Desenvolvimento do projeto e angariação de fundos
- Comunicação com parceiros internos e externos, incluindo a comunicação por via eletrónica, por meio de relações públicas e manutenção da página web
- Partilha e divulgação de conhecimentos e histórias de sucesso a outras Reservas da Biosfera e ao público no geral
- Manutenção de um calendário prospetivo e retrospectivo
- Gestão do arquivo, documentação e base de dados
- Contabilidade financeira
- Manter contactos com os órgãos da UNESCO e da MAB
- Preparação de relatórios regulares, anuais e do final dos projetos

Muitas destas tarefas, especialmente o acesso e a manutenção do acesso a portfólios diversificados de fundos (cp, secção 3.5) dependem das *habilidades de gestão de projetos*. Só poderá obter os fundos se apresentar uma proposta bem redigida com um método estratégico de corte claro e prioridades bem definidas. Se administrares os fundos corretamente, poderá recebê-los na próxima vez. A elaboração da proposta, planificação do projeto, delegação de responsabilidade, controle, monitorização do ciclo de vida do projeto, contabilidade e relatórios apropriados são todos necessários. Estas são habilidades que podem ser aprendidas; mas para ser proficiente em todas elas é necessário experiência prática de muitos anos. Assim, é  *muito importante planificar longos “períodos de transferências” para a transferência de habilidades e conhecimento específico do em casos de substituição ou transferência de trabalhadores.*

São necessárias habilidades de gestão de projetos

### O conselho de gestão

“Conselho de gestão” é o termo escolhido neste Manual para o órgão de tomada de decisões, contudo pode haver muitos nomes diferentes. O referido órgão de tomada de decisões existe nos casos em que uma reserva de biosfera é gerida por uma organização independente, como “associação de comunidades”, “empresa sem fins lucrativos” CSO, ou fundação.

O órgão decisório

Existem muitos casos em que a “organização que administra” a reservada biosfera é uma *autoridade governamental: seja uma autoridade autónoma ou um Departamento ou filial da autoridade nacional ou provincial*. Nestes casos, é muito provável que não haja um “conselho de administração”. Nestes casos, várias tarefas do “conselho de administração” serão executadas pelo “conselho consultivo”.

Entre os dois “modelos” de administração das reservas de biosfera da UNESCO, o “modelo de ONG” e o “modelo de autoridade” também existem combinações dos dois em que uma das três funções de uma Reserva da Biosfera é implementada não no “modelo de autoridade”, e as outras duas funções num modelo de ONG. Ambos modelos têm seus benefícios e suas deficiências.

Os dois “modelos” podem ser misturados

As **responsabilidades** incluem:

- Aprovação a médio e longo prazos de estratégias, visões e em especial o plano de gestão, bem como suas atualizações
- Aprovação dos planos de trabalho e orçamentos anuais, incluindo provisões de trabalhadores, requisitos de infra-estrutura e custos de funcionamento
- Monitorização e avaliação do progresso dos planos de implementação e estratégias, com base em relatórios regulares da unidade de gestão
- Adoção de normas financeiras e administrativas e procedimentos de gestão de trabalhadores em conformidade com a legislação nacional
- (se for apropriado) Nomear o diretor e a equipa
- Adoção de relatórios (anuais) oficiais para a Comissão Nacional de MAB e para UNESCO
- Discussão temática e oportunidades estratégicas e novas parcerias

Tarefas e responsabilidades típicas

**Composição:** A composição adequada tem de ser escolhida localmente, em conformidade com a estrutura legal e as necessidades específicas. Alguns conselhos de administração irão consistir quase exclusivamente de representantes das comunidades locais; outros têm uma composição muito diversificada. Sobre esta questão, este Manual não faz qualquer recomendação, mas deseja fornecer inspiração.

Não é possível nenhuma recomendação geral sobre composição

### Estudo de caso: Modelo de gestão da reservada biosfera de Cape Winelands na África do Sul

A Reserva da Biosfera de alguns 300.000 hectares, que cobre parte das mundialmente famosas Cape Winelands, a 40 km do interior a partir da Cidade de Cabo, foi designada em 2007 após um processo extensivo de participação pública, focado principalmente nos proprietários de terra privados, e realizado por uma equipa de consultores, indicados e financiados pelo Município do Distrito. Esta Reserva da Biosfera é administrada por uma empresa privada com fins não lucrativos, registada sob o Ato de Empresas Sul Africanas na Secção 21. A administração é feita em colaboração com as partes interessadas relevantes, a comissão de gestão que incorpora um Conselho de Administração, uma comissão técnica que fornece consultoria técnica ao Conselho e uma unidade de coordenação. Esta estrutura é similar a de outras duas Reservas da Biosfera na Província Sul Africana de Cabo Ocidental – Kogelberg e Cape West Coast. “Ato de Reservas da Biosfera do Cabo Ocidental” faz provisão para assistência financeira a partir do governo provincial e estipulou que “todo o uso da terra e os planos de uso dentro da Reserva da Biosfera deve estar em conformidade ou enquadrar-se no plano estrutural em questão”. O esboço do plano estrutural especial baseia-se nos princípios de planificação bio-regional. Embora vise abordar por igual as três funções, existe um foco na elevação social e no desenvolvimento sustentável. Das áreas centrais, 93% são administradas por uma outra instituição, nomeadamente o – Conselho de Conservação da Natureza do Cabo Ocidental – “Western Cape Nature Conservation Board” (CapeNature). [[UNESCO2013-1]]

|  |   |
|--|---|
| Inclua as comunidades locais                             | Quem quer que faça parte do conselho diretivo deve ter uma boa reputação local. Onde for possível, os representantes das comunidades locais devem fazer parte do conselho. Dependendo da legislação nacional, quer esses representantes sejam democraticamente eleitos ou escolhidos de acordo com as normas tradicionais. As normas de representação devem ser aceites por todos (por exemplo pode levar a conflito que uma cidade seja representada pelo presidente municipal eleito e uma aldeia por um ancião). Não inclui apenas representantes de cidades grandes, mas também de aldeias pequenas (rotativamente).  |
| Inclua agências e setores económicos                     | É aconselhável incluir os representantes de 2 a 5 agências/autoridades governamentais provinciais relevantes. Também é aconselhável incluir os representantes dos setores económicos mais importantes, por exemplo agricultura, pecuária, turismo ou mineração. A importância dos setores económicos pode ser determinada em termos de PIB e em termos de emprego – emprego formal e informal. Os representantes individuais de ONGs/OSCs importantes, de entidades educacionais e de imprensa também devem ser incluídos. O diretor da unidade de gestão/secretariado deve também ter um assento <i>ex-officio</i> no conselho.  |
| O conselho precisa de legitimidade para as suas decisões | O aspeto mais importante a considerar na composição do conselho de administração é: <i>quem deve fazer parte da tomada de decisões? Terão as decisões a legitimidade devida e autoridade e serão aceites por todos?</i> Claro, você como representante do secretariado terá de implementar estas decisões. Por isso, é importante incluir representantes “poderosos”; no entanto é igualmente importante incluir representantes de “grupos vulneráveis” (cp. Secção 4) e minorias. A boa governação não ausculta apenas as maiorias, mas cuida das necessidades das minorias, especialmente se forem vulneráveis.   |
| Incluir as mulheres                                      | O mesmo motivo exige um envolvimento ativo das <i>mulheres</i> no conselho de administração, e também dos jovens. Se todos os representantes das comunidades locais forem homens, procura identificar mulheres adequadas como representantes de setores económicos e ONGs. Ao convidar uma certa comunidade ou associação para se tornar membro do conselho de administração, deve vincar a prioridade que dá à capacitação das mulheres. Caso o seu conselho de gestão (ou qualquer outro conselho) continue a ser dominado por homens, procura capacitar as mulheres através de apoio às associações das mulheres (incluindo cooperativas económicas), formação e intervenções administrativas incluindo a promoção do acesso aos proprietários de terra e a oportunidades de investimento gratuitos. |
| Nos primeiros dias, comece de forma pragmática           | Como chegar a acordo sobre a composição do conselho de gestão? Nos primeiros dias de uma reservada biosfera, comece de forma pragmática a partir de um pequeno grupo consistente de pessoas que foram as “principais motivadoras” da nomeação da reserva de biosfera, juntamente com os representantes principais do governo e das comunidades. Este <i>conselho de administração “inicial”</i> deve ser transformado o mais rápido possível num órgão com representação ideal. O <i>tamanho do conselho de administração</i> pode variar substancialmente; existem conselhos com 5 membros, existem conselhos com 30 a 40 membros. Como regra geral os reuniões de conselho com <i>até 15 membros participantes</i> são eficazes na promoção de discussão e troca de pontos de vista.                  |
| Não crie conselhos demasiado grandes                     |   |
| A rotação pode permitir minimizar o tamanho              | Mesmo em termos de <i>rotação</i> , os membros de um conselho de administração podem ter títulos diferentes; muito provavelmente, 2 a 5 agências/autoridades governamentais mais relevantes devem ser continuamente representadas. Mas, por exemplo, os representantes das comunidades podem ser rotativos: um representante rotativo de todas as cidades grandes com mais de (por exemplo) 5.000 habitantes; um representante rotativo de aldeias grandes; e um ou dois representantes rotativos de aldeias pequenas. Em caso de população nómada também deve ser representada.  |
| O presidente e o papel da unidade de gestão              | O <i>presidente</i> do conselho de gestão deve ser eleito em conformidade com os seus conhecimentos, habilidades comprovadas de moderação e sua ampla aceitação em todo o conselho, com base em certa neutralidade. A função de diretor e suas equipas de gestão consiste na preparação de discussão, em conjunto com os conselhos consultivos, incluindo os documentos de trabalho e documentos de decisão; no fornecimento de informação adicional conforme for necessário/solicitado; e na documentação de decisões (e discussão se necessário).   |

### O Conselho Consultivo

|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| Os conselhos consultivos não decidem | A principal justificação para a composição do conselho consultivo é a legitimidade. O conselho consultivo, por sua vez, tem o dever de envolver todas as outras pessoas que você como administrador necessita para apoiar a <i>tomada de decisões estratégicas baseadas em evidências</i> na Reserva da Biosfera. Os conselhos consultivos não decidem: eles <i>preparam as decisões</i> (do conselho de administração ou qualquer entidade governamental relevante) através de recomendações. Idealmente, estas recomendações são baseadas em dois fatores: o melhor conhecimento possível disponível e ampla participação. A outra palavra para o conselho consultivo pode ser “conselho de curadores”. A composição do conselho consultivo normalmente será decidida pelo conselho de administração mediante uma proposta dos administradores. A proposta deve estar baseada exatamente nestas duas considerações: |
| Conhecimento e participação          | — <i>Quem são os que possuem conhecimentos importantes</i> que podem dar os conselhos necessários quando você atingir os seus limites próprios de conhecimentos? Estes podem ser vários cientistas que fazem investigação na Reserva da Biosfera num tópico especial ou abrangente. O Este pode ser um ancião que reuniu décadas de experiência, pode ser um médico tradicional, também pode ser um homem de negócios com longa experiência e com muitas ligações no exterior.  |

- *Como podemos melhorar a participação* – que grupos sociais não estão bem representados no grupo de gestão? Podem ser representantes de um grupo vulnerável ou de outro grupo minoritário; podem ser representantes adicionais das comunidades locais ou de certos setores económicos.

Nunca pense do conselho consultivo como a “irmã pequena” do conselho de administração. Eles têm funções muito diferentes, e cada uma é tão importante como a outra. O conselho de administração rapidamente entrará numa longa agenda e tomar muitas decisões, talvez após breve discussão. Por seu lado, o conselho consultivo é o lugar para ter estas discussões aprofundadas e “recomendar ao conselho de administração o que decidir”.

Tarefas complementares, sem hierarquia

O conselho consultivo deve ter o tamanho apropriado às suas necessidades. Deve ter entre 8 a 15 membros. Os cientistas não devem ser mais que metade do conselho, idealmente eles representam todas as disciplinas científicas relevantes, incluindo peritos em assuntos sócio-culturais, económicos, e ambientais, ou de planificação e uso de terra.

Limite o tamanho

### Estudo de caso: Comitês de gestão na Reserva da Biosfera de Bia, Gana

A Reserva da Biosfera de Bia, designada em 1983, cobre uma floresta no oeste do Gana com algumas das árvores mais altas do país. Bia tem muitos tesouros: o bosque sagrado Apaaso e sua piscina, famosa por seu poder curativo, espécies como o elefante da floresta Africana, o bongo em extinção, mais de dois terços das espécies de borboletas do Gana e o caramujo gigante africano. A área central é composta por duas áreas protegidas, incluindo o Parque Nacional de Bia; a área de transição compreende cerca de 43 comunidades, que extraem madeira, caracóis, cogumelos e outros recursos da floresta. A maioria das comunidades vive com baixos rendimentos provenientes da agricultura do cacau e de culturas alimentares. Atualmente, a Divisão de Vida Selvagem da Comissão Florestal do Gana gere a área central; as comunidades gerem os recursos na área de transição. De acordo com a Lei 462 do governo local do Gana (e seus estatutos), a autoridade tem sido devolvida às comunidades em grande parte. As comunidades estão organizadas em quatro comitês de gestão de recursos com membros executivos eleitos, cujas atividades são definidas numa constituição e apoiadas por um certificado de devolução apresentado a eles pelo governo nacional. Os comitês são supervisionados por um conselho consultivo de gestão multidisciplinar envolvendo a autoridade de gestão, OSCs, líderes tradicionais, grupos comunitários (por exemplo, mulheres) e outros grupos relevantes de partes interessadas. Apenas os membros da comunidade têm direito a voto quando se trata de tomar decisões sobre os recursos na área de transição. Os membros da comunidade também são responsáveis pelo policiamento dos recursos e pela determinação de penalidades, cujos lucros são usados para financiar projetos coletivos que atendem às necessidades da comunidade.

### Estudo de caso: Modelo de gestão envolvente da Reserva da Biosfera do Mount Mulanje, Malawi

A Reserva da Biosfera, designada pela UNESCO em 2000, cobre a maioria do meio ambiente montanhoso em volta desta montanha de 3.000 metros de altura com as suas chuvas fortes, que se destacam nas áreas circunvizinhas no sudeste do Malawi. A área é marcada por alta densidade populacional com recursos naturais limitados. Desde 2002, o “Mulanje Mountain Conservation Trust”(MMCT) procura responder ao desafio dado usando uma abordagem participativa.

O monte foi declarado uma reserva florestal em 1927 e ocupada e gerida como uma área florestal modelo. A conservação da biodiversidade tornou-se um problema apenas mais recentemente, com o processo de nomeação de reservada biosfera levado a cabo pelos cientistas. A gestão de 80 reservas florestais no Malawi, criada principalmente para a conservação de bacias hidrográficas, é feita através do Departamento de Florestas, que não tem recursos financeiros suficientes e mandato prioritário para implementar as suas tarefas. Os parques nacionais e reservas de vida selvagem são um setor paralelo no Malawi, não ligado à silvicultura. Assim, o Monte Mulanje como reserva florestal não foi administrada com o objetivo de conservar a biodiversidade. Devido a recursos financeiros mínimos, tornou-se vulnerável a invasões e explorações ilegais. Além disso, uma abordagem estritamente focada nas restrições parece terá aumentado apenas as atividades ilegais.

O MMCT foi designado como uma ponte pioneira entre as agências de gestão de florestas, organizações de Apoio, comércio, investigadores, comunidades vizinhas e partes interessadas públicas. Em 2002 o MMCT foi assistido pelo projeto do Banco Mundial e uma doação do GEF no montante de USD 5.5 milhões para criar um fundo de doações para financiamento contínuo de cerca de USD 1 milhão por ano. O Departamento de Florestas permaneceu como agência mandatada pelo governo, com a assistência do MMCT. Este acordo está atualmente em revisão, com o objetivo de criar um acordo mais abrangente.

Paulatinamente, Malawi adotou os princípios e práticas de – Gestão de Recursos Naturais Baseada na Comunidade – “Community-Based Natural Resource Management”. O Departamento de Florestas adotou seis contratos de gestão colaborativa com as aldeias vizinhas. Foi criado – o Conselho de Administração Local da Floresta de Mulanje e o plano estratégico para assistir a gestão da reserva. [[UNESCO2013-1]]

### Tarefas e responsabilidades

As responsabilidades incluem:

- Discutir as questões apresentadas pelo conselho de administração (e pelo secretariado) com vista a formular recomendações
- Discutir oportunidades temáticas e estratégicas e novas parcerias
- Promover a gestão baseada no conhecimento, incluindo nova investigação científica, e a supervisão dos programas de pesquisa em curso
- Promover maior participação, incluindo através de fundação de grupos de trabalho adicionais e outros modelos de divulgação.

## 3.2 Contexto institucional e parcerias

### O sistema MAB internacional

#### O Conselho do MAB

O *Programa Homem e Biosfera* (MAB) é um Programa Intergovernamental da UNESCO desde 1971. O MAB coordena os esforços dos 195 Estados Membros da UNESCO (desde 2014) na investigação de ecossistemas e na criação e gestão das Reservas da Biosfera da UNESCO. O programa MAB tem uma comissão de tomada de decisões do topo, o **Conselho Internacional de Coordenação** (abreviado “Conselho” ou CIC). Reúne-se anualmente no verão para discutir, *inter alia*, a designação e o período de revisão das mais de 600 reservas de biosfera na Rede Mundial (incluindo as modificações nas já existentes) este conselho não é composto por peritos individuais mas por representantes dos 34 Estados Membros da UNESCO – alguns Estados Membros são representados por diplomatas, outros por especialistas científicos.



O programa MAB foi fundado em 1971. (foto © Thomas Schaaf)

O CIC é eleito por um mandato de 4 anos pela Conferência da UNESCO. As decisões urgentes podem ser tomadas pelo “Bureau” do CIC que tem um membro de cada região das 6 regiões geopolíticas (África, Ásia, etc.), nas sessões do CIC, que são abertas a observadores, as organizações como IUCN, UNEP e FAO participam regularmente.

O CIC estabelece as prioridades no Programa MAB e supervisiona a implementação de todas as atividades. As decisões mais importantes do CIC relacionam-se com a designação de novas reservas de biosfera e avaliação dos seus relatórios de revisão periódica. De facto, as Reservas da Biosfera são a única rede global *intergovernamental* de locais similares para áreas protegidas, por causa da sua designação pelo CIC intergovernamental. Apesar desta designação intergovernamental, as Reservas da Biosfera permanecem sob autoridade exclusiva do estado em que está localizado o seu território. A outra tarefa do CIC é propor novos projetos de investigação que necessitam da cooperação internacional. O CIC também salvaguarda a cooperação das Reservas da Biosfera com outros programas da UNESCO e não somente, por exemplo o Património Mundial e outros programas de investigação sobre água doce e oceanos.

#### O Secretariado do MAB e os Escritórios Nacionais

Em maio de 2015, MAB tinha um **Secretariado** de cerca de 10 membros no Escritório-Sede da UNESCO em Paris e com funcionários especializados em vários dos mais de 50 Escritórios Nacionais da UNESCO em todo o mundo. A partir de 2013, a UNESCO tem 5 escritórios grandes na África Subsaariana, os chamados Escritórios Sub-Regionais Multissetoriais (Dacar, Abuja, Nairobi, Harare e Yaoundé) principalmente com peritos em Reservas da Biosfera, e ainda 11 pequenos Escritórios Nacionais, bem como 15 “antenas” baseadas em projetos. No Norte de África, o escritório regional para Ciência está no Cairo. Os Administradores das reservas individuais da biosfera *não* interagem frequentemente com MAB, CIC, exceto quando são convidados a apresentar um estudo de caso. Os Administradores interagem mais com os Escritórios Nacionais da UNESCO ou com as Comissões Nacionais MAB, em projetos individuais, capacitação, ou em redes de projetos temáticos, por exemplo, sobre mudanças climáticas, ou sobre economia verde. É claro, que também interagem com o secretariado MAB quando participam das redes regionais ou das reuniões temáticas, quando submetem os seus relatórios de revisão periódica (“Periodic Review”), e quando respondem a questionários.

#### O que a UNESCO pode oferecer

Tanto o Secretariado MAB da UNESCO como os escritórios de campo da UNESCO podem oferecer vasta gama de apoio às Reservas da Biosfera, contudo não no fornecimento do acesso direto a fundos financeiros. A UNESCO oferece algo que é único e inestimável. Pode fornecer apoio técnico especializado para muitas questões que são relevantes para a reserva da biosfera e também podem dar contactos de outros especialistas. A UNESCO é uma organização global com nível elevado de especialistas de alto nível como membros funcionários e com contactos praticamente com qualquer especialista em qualquer campo. Os especialistas da UNESCO podem ligá-lo a qualquer outro especialista que você precise, por exemplo em questões de necessidade de investigação científica, de zonas, de financiamento, ou na elaboração de um plano de gestão.



Neste momento existem 9 redes regionais e 2 temáticos no Programa MAB. Entre eles, o AfriMAB e ArabMAB (cp subsecção seguinte), estas redes regionais provavelmente são a plataforma mais importante para a cooperação internacional e troca de conhecimento no MAB. As referidas redes também podem ser ad-hoc através de contactos bilaterais; também podem ser estruturadas através da participação em assembleias regionais regulares.

As redes regionais

Outra forma de cooperação, que surgiu apenas nos últimos 10 anos, é a geminação intercontinental de Reservas da Biosfera, por exemplo entre a Reserva da Biosfera de Malindi-Watamu (Quênia) e a Reserva da Biosfera North Devon (Reino Unido) e a Reserva da Biosfera de Kruger 2 Canyons (África do Sul) e a Reserva da Biosfera Rhön (Alemanha).

Geminação entre Reservas da Biosfera

### As redes MAB regionais

As Reservas da Biosfera trocam conhecimentos e cooperam nacional e internacionalmente – em projetos individuais, em parcerias a longo prazo e em redes institucionais. Na prática, a partilha de experiências é essencialmente a função das redes nacionais, sub-regionais, regionais e internacionais (na terminologia da UNESCO, “África Subsariana” é uma região, África Oriental é uma sub-região). O que é possível a nível inter-regional são as parcerias geminadas das Reservas da Biosfera.

O que é uma região?

As redes nacionais das Reservas da Biosfera até agora existem apenas em poucos países. Por exemplo na Alemanha, os Administradores de todas as Reservas da Biosfera reúnem duas vezes por ano há 20 anos; cp. [[GMC]] e [[GUC2007]] para mais informação acerca da implementação do MAB na Alemanha. As Sub-redes regionais existem em algumas partes do mundo. Uma boa experiência é a da Rede de Reserva da Biosfera do Atlântico Oriental, REDBIOS, que compreende as Ilhas Canárias (Espanha), Cabo Verde, Maurítânia, Ilhas da Madeira e Açores (Portugal), Marrocos e Senegal.

Redes nacionais

**AfriMAB** é uma rede MAB regional da UNESCO para África Subsariana. Foi criado em 1996 em Dacar no Senegal, durante a “Conferência Regional para Cooperação Externa sobre as Reservas da Biosfera em África para a Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentado”. A sua adesão é baseada nas comissões nacionais da MAB – as referidas comissões ou pontos focais para MAB existem em 33 estados Africanos, 28 dos quais são membros da AfriMAB. A AfriMAB cobre 68 Reservas da Biosfera (todos os números são de 2013). A AfriMAB tem objetivos gerais usar as Reservas da Biosfera como meio de (a) conservação da diversidade natural e cultural, (b) de desenvolvimento regional e como locais de aprendizagem para o desenvolvimento sustentado, e (c) na investigação, monitorização contínua, educação e formação. Finalmente apoia a colocar em prática o conceito de Reservas da Biosfera. O aspeto importante das suas atividades é advocacia para MAB em África, fortalecimento das capacidades, fortalecimento das sinergias e angariação de fundos.

A estrutura do AfriMAB

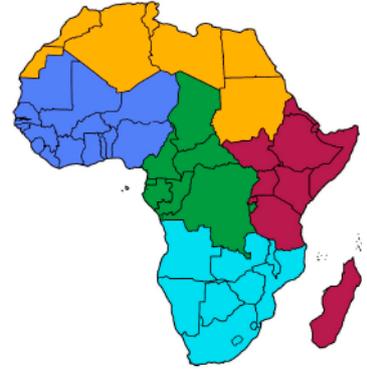
## Trabalho do AfriMAB

AfriMAB promove a cooperação regional através de projetos concretos na Reserva da Biosfera – isto é entre Administradores de estados diferentes. Intercâmbio através do trabalho em projetos conjuntos é importante. a AfriMAB trabalha particularmente sobre quatro tópicos para intercâmbio de conhecimentos e melhorar a gestão [[AFRIMABWEB]]:

- Zonas e melhorias do funcionamento da reserva da biosfera
- Participação e partilha de benefícios das Reservas da Biosfera e comissões locais e partes interessadas
- Reservas da Biosfera transfronteiriças
- A função de apoio lógico das Reservas da Biosfera

As sub-regiões do AfriMAB são:

- **África Austral:** Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia, Zimbabue
- **África Oriental:** Comores, (Djibuti), Eritreia, Etiópia, Quênia, Madagascar, Maurícias, Ruanda, Seychelles, Somália, Sudão do Sul (Sudão), Tanzânia, Uganda.
- **África Central:** Burundi, Camarões, República Centro Africana, Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, São Tomé e Príncipe, Chade.
- **África Ocidental:** Benim, Burquina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guine, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo.
- **Norte de África (parte da ArabMAB):** Argélia, Djibuti, Egito, Líbia, (Mauritânia), Marrocos, (Somália), Sudão, Tunísia.



## Reuniões da AfriMAB

O AfriMAB teve as suas reuniões subsequentes em 1999, 2000 e 2005. A partir de 2007, a cada dois a três anos todos os membros da AfriMAB se reúnem numa reunião constitucional chamada “**Assembleia**”. Nestas reuniões fazem a revisão das atividades da rede e discutem opções para uma implementação mais eficiente do conceito de Reservas da Biosfera nos seus estados respetivos. Também incluem a capacitação técnica (sobre zonas em 2007, sobre financiamento sustentável em 2010 e sobre os serviços de ecossistemas e economia verde em 2010). A AfriMAB é administrada por um “**Bureau**” que é constituído pelo Presidente do AfriMAB, coordenadores de quatro sub-regiões, para África Ocidental, África Central, África Oriental e África Austral bem como pelo Secretariado do país anfitrião. O Bureau é eleito novamente em cada Assembleia. A Assembleia da AfriMAB ocorrida em 2010 em Nairobi no Quênia endossou o estatuto e a carta da AfriMAB [[AFRIMAB]] acordou sobre um mecanismo de financiamento para o Secretariado da AfriMAB [[UNESCO2013-2]]. A AfriMAB também inspirou países Africanos para criarem os seus planos de ação MAB nacionais de forma individual, por exemplo [[RWANC]].

## ArabMAB

**ArabMAB**, por sua vez, é o MAB regional da UNESCO para os Estados Árabes, incluindo a África do norte de Sahara. As primeiras discussões sobre a criação desta rede tiveram lugar na 2ª reunião regional das Comissões Nacionais do MAB da região Árabe que teve lugar no Cairo em 1994, bem como em Alexandria em 1996. A rede foi oficialmente lançada em Amã em 1997, conforme consta na *Declaração de Amã*. São parte da Sub-região Árabe: Argélia, Djibuti, Egito, Jamahiriya Árabe Líbia, Mauritânia, Marrocos, Somália, Sudão e Tunísia. 12 outros estados também fazer parte da ArabMAB.

O objetivo principal da Rede da ArabMAB é promover a cooperação entre as Comissões Nacionais Árabe de MAB, para e menos extensiva entre as Reservas da Biosfera. Através do aumento da cooperação, a Comissões Nacionais trocaram experiências acerca da criação das Reservas da Biosfera e prepararam a implementação de projetos comuns sobre investigação e consciencialização pública.

## Estrutura do ArabMAB

O **Conselho Coordenador do ArabMAB (CCA)** reúne-se de três em três anos para adotar um programa de trabalho e rever o progresso. As reuniões do Conselho normalmente são acompanhados por encontros de especialistas e seminários técnicos. O Conselho também elegeu um **Bureau**. As reuniões do Conselho tiveram lugar em Agadir, em Marrocos (1999), em Damasco, na Síria (2001), em Beirute, no Líbano (2004), em Sharm El-Sheikh, no Egito (2007), na Reserva da Biosfera de Al-Shouf Cedar, no Líbano (2010) e a reserva da biosfera de Dana, na Jordânia (2013).

### As Comissões Nacionais da UNESCO e as Comissões Nacionais do MAB

#### O que é uma Comissão Nacional?

Todos os 195 Estados Membros da UNESCO têm a chamada “**Comissão Nacional**”. A criação dos referidos órgãos já estava prevista na constituição da UNESCO de 1945; a UNESCO é a única Agência das Nações Unidas com órgãos nacionais de ligação previstos constitucionalmente. Estas Comissões Nacionais são instituições dos Estados Membros; não são parte da hierarquia institucional da UNESCO. São considerados os primeiros parceiros da UNESCO nesse Estado Membro, recebem cópia de toda a informação relevante e pode ter acesso a fundos especiais, mediante um concurso competitivo, do Programa de Participação da UNESCO.

Algumas destas Comissões Nacionais são intrinsecamente parte de uma hierarquia ministerial, frequentemente do Ministério da Educação, Ministério das Relações Exteriores. Mas existem vários outros modelos; dezenas de Comissões Nacionais são independentes; estes últimos em especial podem ter um número alargado de colaboradores. Algumas das Comissões Nacionais são independentes, como na Alemanha ou na República da Coreia têm um programa de parceria com África, que como um continente é prioridade global da UNESCO.

As tarefas são propostas pela “Carta das Comissões Nacionais” de 1978, mas diferem na prática. Normalmente, elas apoiam a implementação nacional de todas as atividades da UNESCO; também procuram sinergias nacionais entre diversos programas, incluindo entre Reservas da Biosfera, sítios do Património Mundial, Geoparques Globais, cadeiras da UNESCO e Escolas Associadas. As Comissões Nacionais têm o mandato de regulamentar o uso do logótipo da UNESCO a nível nacional.

Tarefas das Comissões Nacionais

Um governo (de um estado membro da UNESCO) normalmente participa no Programa MAB através da criação de uma **Comissão Nacional MAB**. O que é que a referida comissão nacional faz na prática, varia de estado para estado. A UNESCO em 1997 publicou um guião para as referidas Comissões Nacionais MAB. Normalmente, uma Comissão Nacional MAB é composta por representantes de vários ministérios, de “Organizações da Sociedade Civil” (OSC ou ONGs) e por associações das partes interessadas bem como de cientistas e Administradores de Reservas da Biosfera. Normalmente, uma Comissão Nacional MAB age como uma ponte entre a UNESCO e todas as autoridades nacionais interessadas e está envolvido em todos os processos de nomeação e revisão periódica das Reservas da Biosfera individuais. Normalmente, em conjunto com a Comissão Nacional da UNESCO do estado mantém e expande os contactos internacionais. Nos princípios de 2014 havia Comissões Nacionais MAB e pontos focais em 157 países a nível mundial e 40 países em África (números a partir de 2014).

O que é um Comité Nacional do MAB?

Em muitos países, a Comissão Nacional da MAB é parte da Comissão Nacional da UNESCO. Normalmente, as subcomissões com mandatos puramente consultivo têm tarefas que o Secretário-geral da Comissão Nacional ou seu Presidente (geralmente o ex officio o Ministro da Educação) atribui a eles. Neste cenário, a Comissão Nacional MAB também é convidado a apresentar recomendações em qualquer questão relacionada com MAB e a submeter as propostas gerais relacionadas com aspetos do meio ambiente.

Relação com a Comissão Nacional

Entretanto, existe outro modelo com crescimento significativo: a Comissão Nacional MAB é criada como uma comissão de especialistas sob a tutela do ministério responsável, geralmente o ministério de meio ambiente (como alternativa para agricultura ou para ciência). Este cenário tem a vantagem de acesso melhorado para fundos de setores relevantes para projetos relacionados com ecossistemas. Por exemplo, Alemanha e Coreia do Sul têm tais Comissões MAB independentes que não obstante mantêm cooperação muito estreita com as Comissões Nacionais da UNESCO.

Comissões Nacionais do MAB Independentes

Em 2013, Makenzi forneceu uma vista geral dos estatutos e instituições anfitriãs das Comissões Nacionais do MAB na África Oriental [[UNESCO2013-1]]. No Quênia e Uganda foram criados sob a Comissão Nacional, em Madagáscar e Etiópia sob o Ministério da Investigação/Ciência e Tecnologia e na Tanzânia sob o “Conselho Nacional de Gestão de Meio Ambiente” (NEMC). a.

As *responsabilidades das Comissões Nacionais* do MAB variam de país para país. Devem ser sempre ajustadas às necessidades nacionais e maximizar os benefícios tangíveis para a sociedade e para o meio ambiente. Infelizmente, para muitas Comissões Nacionais MAB ainda focalizam exclusivamente nas tarefas estatutárias como a seleção de candidatos para prémios da UNESCO. Contrariamente, as Comissões Nacionais MAB podem e devem desempenhar um papel vital e insubstituíveis [[UNESCO1997]]:

Tarefas e responsabilidades dos Comités Nacionais do MAB

- Apoiar o fortalecimento institucional das Reservas da Biosfera existentes
- Facilitar a cooperação e intercâmbio de conhecimentos entre todas as reservas nacionais da biosfera
- Facilitar a implementação dos projetos que são relevantes para várias Reservas da Biosfera
- Facilitar a cooperação internacional, geminação, e parcerias, tanto dentro da Rede Mundial de Reservas da Biosfera e com outros parceiros
- Apoiar a criação e nomeação das Reservas da Biosfera
- Apoiar a revisão periódica das Reservas da Biosfera
- Escrutinar o território nacional para locais para potenciais Reservas da Biosfera e avaliar a sua viabilidade
- Emitir relatórios anuais de boa qualidade

Também a *composição das Comissões Nacional MAB* variam de país para país. Os cientistas de uma variedade ampla de disciplinas relevantes devem estar presentes como regra. Muitos países também envolvem os representantes dos ministérios mais relevantes e agências governamentais, por exemplo aqueles responsáveis pelo meio ambiente, agricultura, educação, investigação água, e cooperação internacional. Também as ONGs envolvidas, fundações e empresas do setor privado podem ser convidados. Algumas Comissões Nacionais MAB têm apenas 5 membros, outras cerca de 15. Onde for possíveis as Comissões Nacionais MAB devem reunir-se em reservas de biosfera, de forma a obter impressões diretas no terreno.

Composição típica de um Comité Nacional do MAB

**O seu parceiro principal** Em África como em qualquer outro lugar, os órgãos como Comissões Nacionais da UNESCO e Comissões Nacionais MAB sofrem frequentemente com pouca continuidade de trabalhadores e especialistas. Não há alternativa a construir pacientemente contactos um atrás de outro. A partir *da perspectiva de um administrador de uma Reserva da Biosfera*, as Comissões Nacionais do MAB devem ser o seu principal interlocutor a nível nacional. Estas comissões devem estar presentes para ajudá-lo e promover a sua causa politicamente; devem ter o mandato de comunicar com os ministérios no nível mais alto. Devem ajudá-lo a encontrar especialistas para melhor abordar os seus problemas. A comissão e seus membros devem explicar a importância das Reservas da Biosfera para os cientistas e jornalistas. Quem sabe podem até ajudá-lo na obtenção de fundos.

Se uma Comissão Nacional do MAB está a funcionar bem, depois você pode ser uma “ligação nacional e internacional” em todos os assuntos concernentes. Onde as Comissões Nacionais MAB não funcionam bem, os Administradores da Reserva da Biosfera devem tornar-se ativos para inspirarem melhorias.

### Nomeação, designação e da revisão periodicidade das Reservas da Biosfera

**Uma nomeação requer tempo** O processo de nomeação de uma reserva da biosfera parece complicado e confuso. Porém, não há nenhuma “complicação burocrática” – todas as etapas são necessárias para dar uma base sólida institucional e reguladora para a gestão adequada do futuro da Reserva da Biosfera, por exemplo a Suécia cp. [[SANDSTRÖM]]. *A nomeação de Reserva da Biosfera nunca é um processo curto*; houve exemplos que duraram 2 a 3 anos; também houve exemplos que levaram mais de 10 anos.

### Estudo de Caso: A Comissão Nacional do MAB do Egito

A Comissão Nacional MAB do Egito existe desde 1972, formalmente como uma subcomissão da Comissão Nacional da UNESCO. Devido a grande continuidade teve três presidentes. Na década 70 era o único órgão oficial no Egito a cuidar de questões de meio ambiente, considerando-se defensor da segurança ambiental e defender um sistema de administração do meio ambiente. Já nos anos 1970 publicou relatórios sobre a necessidade da introdução da educação ambiental, na incorporação dos aspetos ambientais na planificação do desenvolvimento e na criação de uma agência governamental de meio ambiente. Estes relatórios mostram que desde o início a Comissão Nacional MAB do Egito tentou alongar o seu mandato o mais possível que for para atender as necessidades reais do Egito. Nunca foi uma caixa postal. Nos anos 1970 também, a Comissão apoiou a investigação de dois grandes projetos multidisciplinares sobre ecossistemas do deserto ao longo do Mediterrâneo na costa ocidental da Alexandria (SAMDENE e REMDENE). Estes dois projetos resultaram na designação da reserva da biosfera Omayed em 1981, um ano antes de o Egito adotar uma lei sobre as reservas naturais. Em finais da década 80, um projeto de investigação maior similar resultou na designação de Wadi Allaqi como uma reserva da biosfera, 180 quilómetros a sudoeste de Aswan. Nos anos 1990 e 2000, a Comissão trabalhou na melhoria da implementação da Convenção do Património Mundial da Unesco. Organizou quatro cursos de formação nos países árabes para gestão das Reservas da Biosfera, áreas protegidas, e tentativas de locais naturais de património mundial. A Comissão apoiou com sucesso o dossier para a inscrição de dois novos locais no Egito à Lista do Património Mundial em 2002 e em 2005. A partir de 2002 até 2013, a Comissão participou no projeto SUMAMAD estudando a gestão sustentável e conservação das áreas secas marginais da África, Estados Árabes, Ásia, e América Latina. O projeto orientado por metodologias harmonizadas para nove locais de pesquisa, isto permitiu comparar os resultados e partilhar conhecimentos. A partir de 1977, a Comissão emitiu o Boletim MAB de Egito bianual bilingue de cerca de 200 páginas cada. Vários cientistas jovens Egípcios ganharam o Prémio de Cientistas Jovens MAB após a proposta da Comissão que por si premeia anualmente seis prémios nacionais aos cientistas jovens (quarto por ano durante 1982 a 2012).

**Uma nomeação requer a recolha de muita informação** Qual é o problema? Com certeza, a nomeação exige o preenchimento de um formulário (disponível em Inglês, Francês ou Espanhol na [www.unesco.org/mab](http://www.unesco.org/mab), para uma versão resumida cp. Anexo 7) e esse formulário em branco (não preenchido) tem já 37 páginas. Por exemplo, a nomeação requer demonstrar que uma Reserva da Biosfera

- Abrange uma diversidade de sistemas representativos das maiores regiões bio-geográficas, incluindo a graduação das intervenções humanas;
- É um local importante para a conservação da diversidade biológica e diversidade cultural;
- Permite explorar e demonstrar abordagens para o desenvolvimento sustentável.
- Tem um tamanho adequado para servir as 3 funções;
- Inclui a identificação de 3 zonas características;
- Providencia o envolvimento e participação de uma série apropriada de autoridades públicas, comunidades locais e interessados privados;
- Tem um plano de gestão/política, autoridade de gestão e programas de investigação e de formação; e
- Tem o apoio total de todas as partes interessadas relevantes locais e da Comissão Nacional MAB.

— A recolha de toda a informação e dados com qualidade desejada não é fácil e muitas vezes exige investigação adicional. Mas esta não é a parte mais difícil; claramente, não é a parte mais importante.

## Estudo de Caso: A Comissão Nacional do MAB do Gana

A Comissão Nacional MAB do Gana é coordenada pela Agência de Proteção do Meio Ambiente em cooperação estrita com a Comissão Nacional da UNESCO, bem como o escritório do campo da UNESCO. Tem 24 membros e 16 membros afiliados: dois ministérios nacionais, a Divisão da Vida Selvagem/Comissão das Florestas, que é a autoridade administradora para as áreas protegidas, a Comissão Nacional, duas outras instituições reguladoras, Administradores de Reserva da Biosfera, um representante da autoridade tradicional, e um da autoridade local (assembleias distritais), uma ONG (Sociedade da Vida Selvagem do Gana) bem como alguns 10 representantes da investigação e da academia. A Comissão faz reunião geral anualmente uma ou duas vezes dependendo dos recursos financeiros e tem sete subcomissões sobre questões específicas: áreas pantanosas, áreas montanhosas, florestas, ilhas/áreas costeiras, assentamentos, turismo, formação/educação. A nível da subcomissão são organizadas 10 visitas de campo por ano. A Comissão Nacional organiza contactos internacionais para a Rede Mundial e para AfriMAB incluindo a cooperação Sul-Sul.

Entre as atividades recentes, há atividades internacionais, como ser anfitrião da Assembleia AfriMAB em 2013, a visita de intercâmbio pela delegação da Etiópia, participação em seminários na África do Sul e no Botsuana, a criação da página de Facebook ou a atualização dos mapas de todas as Reservas da Biosfera. A nível das duas Reservas da Biosfera existente, o foco está no projeto de Economia Verde na reserva da biosfera de Bia financiada pela República da Coreia; em Songor o foco está na consciencialização, a revisão do plano de gestão e a harmonização da reserva da biosfera com a designação Ramsar. Na proposta da Reserva da Biosfera Lake Bosomtwe, a comissão ajudou na preparação dos estudos de base, a estrutura legal e o plano de gestão.

O elemento decisivo numa nomeação é uma visão comum e a obtenção de apoio das partes interessadas e das comunidades localizadas na Reserva da Biosfera. Formalmente isto significa as assinaturas de todas as autoridades, governantes eleitos localmente e/ou representantes das comunidades. Pela experiência, a obtenção dos referidos apoios muitas vezes é muito demorado. Às vezes é o presidente municipal relutante de uma vila que pode fazer demorar o processo de nomeação por anos. *Os argumentos contra uma reserva da biosfera são sempre os mesmos: as autoridades temem restrições indevidas para o desenvolvimento económico futuro, as pessoas estão com medo de “viver em gaiola”.* Qualquer que promova uma futura Reserva da Biosfera deve tomar com seriedade estas questões e trabalhar arduamente *A experiência mostra que é possível convencer com sucesso todas as partes interessadas que uma Reserva da Biosfera traz oportunidades, não restrições*, e que existem grandes benefícios socioeconómicos. Uma Reserva da Biosfera é o oposto de uma “gaiola”. Uma cooperação recente da Tanzânia com o Reino Unido estabeleceu um guião muito valioso na nomeação de Reservas da Biosfera, com enfoque no envolvimento das mulheres e tendo em consideração os aspetos culturais [[BELL]].

Uma nomeação requer o apoio de todas as partes interessadas locais

Portanto, a “participação” numa Reserva da Biosfera tem de iniciar *antes* da designação pela UNESCO. A fase da nomeação é o melhor momento para iniciar com o processo participativo. Se o processo não for participativo as populações podem por muito tempo considerar as Reservas da Biosfera como algo “artificial” imposta pelo exterior. Muito pode ser alcançado com relação as reservas através de estudos de *viabilidade e/ou de linha de base* frequentemente são o primeiro passo de uma nomeação. Existem casos de Reservas da Biosfera em que a iniciativa foi totalmente tomada pelas comunidades locais. Também existem casos em que a iniciativa foi tomada a nível da autoridade nacional ou provincial, por exemplo por governantes, autoridades ou por cientistas.

Participação desde o primeiro momento

As etapas seguintes no processo de designação são formalmente regidas pelo Artigo 5 da “Quadro Estatutário” (cp. Anexo 2). Uma nomeação juntamente com os documentos de apoio deve ser submetidas à UNESCO por uma entidade governamental, onde for adequado, através da Comissão Nacional MAB ou um ponto focal MAB. Isto significa que todas as entidades para as Reservas da Biosfera devem envolver o governo nacional. O Artigo 5 do Quadro Estatutário também exige que os governos façam a *revisão* da nomeação com base no critério internacional; um governo não pode simplesmente reencaminhar uma nomeação à UNESCO. O Quadro Estatutário também permite que o estado membro especifique o critério internacional de modo a adaptá-lo à situação nacional (por exemplo, a Alemanha fê-lo).

Papel crucial do governo nacional

Uma vez submetido à UNESCO (a data limite é **30 de setembro** de cada ano), o seu secretariado verifica o conteúdo do ficheiro da nomeação e a sua documentação de apoio: em caso de uma nomeação incompleto, solicita-se a informação em falta. Concluídas as nomeações são depois discutidas pela “Comissão Consultiva da Reserva da Biosfera” (“Advisory Committee for Biosphere Reserves”) um pequeno grupo de trabalho de especialistas. Este grupo formula as recomendações de como lidar com a nomeação. A recomendação é transmitida ao MAB CIC (cp. Secção 1.2) que toma a decisão se aprova ou adia uma nomeação. Normalmente isto acontece na sessão do verão do CCI, que significa cerca de nove meses após a data limite da nomeação. Frequentemente acontece que o CIC em cada sessão aprova uns 10 a 15 nomeações; *não* aprova uns 3 a 8 nomeações. O Diretor Geral da UNESCO depois notifica o Estado acerca da decisão do CIC. Cada Reserva da Biosfera aprovada recebe um certificado oficial da UNESCO. As propostas para a extensão da Reserva da Biosfera já existente seguem o mesmo procedimento.

O que faz a UNESCO com uma nomeação?

## Estudo de Caso: Nomeação da Reserva da Biosfera proposta de Niimi, Gâmbia

A proposta Reserva da Biosfera de Niimi na parte Norte da Gâmbia supõe-se que cobre 132.000 hectares (ou mais de 10% do país) da terra detida tradicionalmente/comunalmente, privada e co-gerida entre a fronteira do Senegal e o estuário do rio Gâmbia, com cerca de 90.000 habitantes. Esta primeira Reserva da Biosfera da Gâmbia que se estende para o interior a partir de um parque pequeno (Ramsar) com o mesmo nome, que protegeu ma das últimas florestas virgens de mangais na Costa Ocidental de África a norte do equador, e também compreende um local de Património Mundial cultural, um segundo parque nacional e duas florestas de estado. Também pode estar adjacente a Reserva da Biosfera Delta do Saloum no Senegal, formando uma Reserva da Biosfera transfronteiriça. O objetivo é usar a Reserva da Biosfera para melhor abordar os problemas tais como o corte/abate de árvores, queimadas das florestas, salinização, erosão costeira, métodos e artes de pesca destrutivos, espécies invasivas, posse de terra, pastagens excessivas e acima de tudo a pobreza.

A participação das partes interessadas para a preparação da nomeação começou em 2002. Antes foi criado uma Comissão de Consultoria Técnica na preparação do processo mais detalhado que iniciou em 2005, financiada pelo IUCN. A Comissão é acompanhada por uma Equipa de Facilitação Multidisciplinar, ao nível da base deve facilitar a participação efetiva de todas as partes interessadas e promover a propriedade. Contudo, estes mecanismos não funcionam como previsto devido a insuficiência de recursos financeiros. A Comissão Nacional MAB formou um grupo de trabalho que envolve todos as partes interessadas como instituições do governo, ONGs e autoridades locais; reúnem-se regularmente para planificar e implementar as atividades designadas em colaboração com a população local. Foi concluído o esboço do plano de gestão e está em vias de aprovação. Durante o processo todo foram feitas consultas às comunidades locais para alcançar consenso. As comunidades locais foram consultadas também no processo de mapeamento para evitar conflitos sobre a terra ou do uso da terra. Isto foi possível graças a atividades de sensibilização como a visita de intercâmbio à Reserva da Biosfera Delta do Saloum que incluía membros comunitários. A nomeação da UNESCO está planificada para ser concluída em breve [[UNESCO2013-1]].

A cada 10 anos, uma  
revisão periódica

A **revisão periódica** (periodic review), pelo menos de dez em dez anos, que também deve ser submetida com a data limite de 30 de setembro, é um momento importante para cada Reserva da Biosfera. As revisões periódicas levam uma bagagem de funcionamento, zonas, e alterações no contexto da reserva de biosfera e determina os responsáveis dessas alterações. Também fornece oportunidade para discutir a atualização das zonas e o plano de gestão, questiona os objetivos e significados das políticas de gestão e examina os problemas da implementação. Os Administradores devem pensar acerca da revisão periódica – não como um dever burocrático irritante de produzir um documento – mas como uma oportunidade única para legitimar a Reserva da Biosfera assim como o seu trabalhos, e como uma oportunidade única para melhorar a qualidade de trabalho da Reserva da Biosfera. Uma revisão periódica também pode ser um bom momento para considerar um re-zoneamento de uma Reserva da Biosfera ou para reconsiderar a bases legal.

A revisão periódica  
requer a participação  
das partes interessadas  
locais

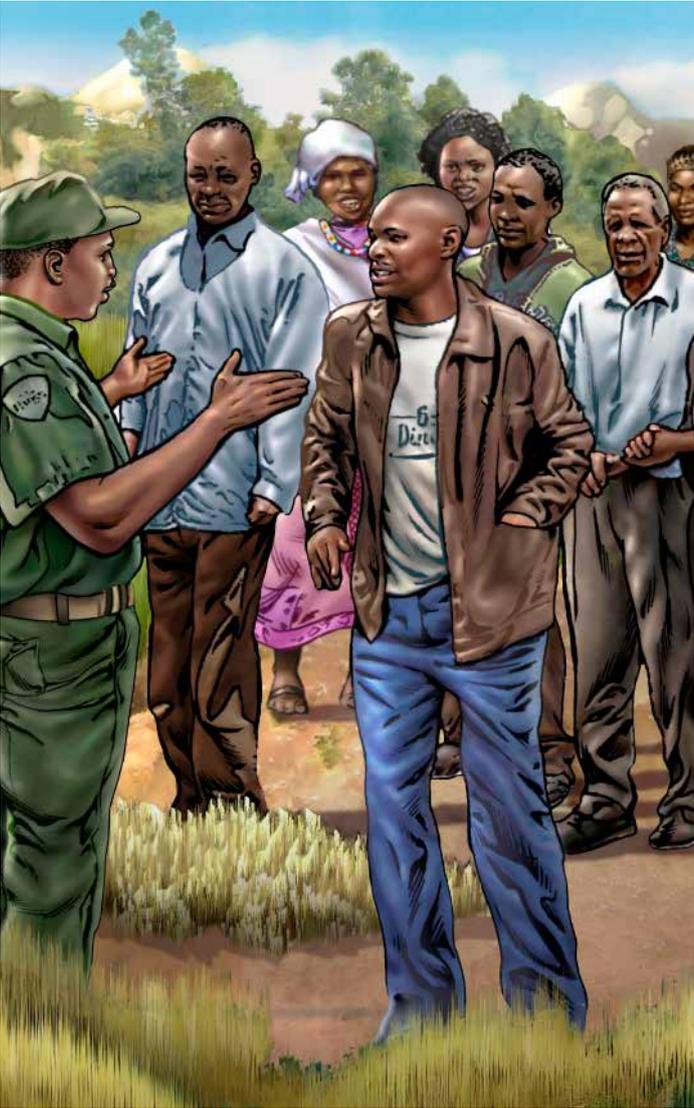
A revisão periódica deve a todos os níveis envolver as partes interessadas e a população, por vários motivos: primeiro, de modo a criar um fórum para expressar o apoio às Reservas da Biosfera – preocupação com os problemas. Se o resultado de uma consultoria for que as comunidades não pensam que a Reserva da Biosfera seja benéfica, aí a Reserva da Biosfera tem problemas sérios. *É somente neste momento de reportar à UNESCO que a alteração substancial para abordar o referido problema sério deve ser facilmente legitimado.* Também existe muitos motivos pragmáticos para procurar participação: a comunidade tem uma riqueza de informação incluído conhecimentos tradicionais sobre alterações em espécies e ecossistemas. Geralmente os sistemas ou indicadores de rastreamento tradicional podem servir como ferramentas vitais para informar estas revisões. Tais estruturas participativas para a recolha de dados devem ser usada e mantida a partir da nomeação até à revisão. Para mais informação sobre a revisão periódica, cp. [[PRICE]].

O que a UNESCO faz  
com a revisão  
periódica?

O relatório formal da revisão periódica (formulário está disponível em Inglês, Francês e Espanhol na página [www.unesco.org/mab](http://www.unesco.org/mab) ,para uma versão resumida cp. Anexo 8) será submetido à UNESCO pela autoridade de estado relevante, em geral através da Comissão Nacional MAB. Alguns estados bem-sucedidos exigem relatórios anuais de Reservas da Biosfera a suas Comissões Nacionais MAB para facilitar e expedir a compilação da informação. O relatório formal da revisão periódica pode também ser considerado pela Comissão Consultiva para Reservas da Biosfera para recomendação ao CCI. O CIC irá reconhecer formalmente um título satisfatório ou melhorado ou gestão da Reserva da Biosfera, conforme comparado à designação ou a última revisão. Em caso de qualidade insuficiente, o CIC pode recomendar que o estado em questão tome as medidas inerentes, se necessário com a assistência da UNESCO.

O que acontece se os  
critérios não forem  
cumpridos

Se de acordo com o julgamento do CIC, a Reserva da Biosfera ainda não satisfazer o critério dentro de um período razoável, a área pode perder o seu título como uma Reserva da Biosfera da UNESCO, de acordo com a **estratégia de saída** (“Exit Strategy”). Os Estados podem por si próprios retirar da Rede Mundial uma Reserva da Biosfera sob sua jurisdição. Desse modo, 13 Reservas da Biosfera a nível mundial, que não reuniram os critérios do Quadro Estatutária, foram retirados da WNBR por solicitação pelos devidos estados. Em conjunto, 293 relatórios de revisão periódica foram examinados pelo MAB CCI, incluindo 46 de África. 6 Reservas da Biosfera de África já foram revistas duas vezes (todos números conforme 2013).



Em 2013, o CIC adotou uma “estratégia de saída” para as Reservas da Biosfera que ainda não tinham submetido um relatório da revisão periódica ou que não cumpriram completamente com os critérios. Após vários avisos às Reservas da Biosfera em questão e suas Comissões Nacionais MAB, várias áreas estão em vias de perder os títulos como uma Reserva da Biosfera designada pela UNESCO (a decisão do Conselho do MAB sobre “estratégia de saída” está disponível no Anexo 6). A “estratégia de saída” é de preocupação particular para África, já que somente 33 Reservas da Biosfera em África realizaram as revisões periódicas, enquanto 17 nunca fizeram a revisão (conforme em setembro de 2013, [[UNESCO2013-2]]).

### As Reservas da Biosfera e as suas regiões circunvizinhas

Alguns cientistas e políticos dizem que o mundo inteiro devia ser uma reserva da biosfera. De forma abstrata, estão certos: o mundo inteiro necessita tornar-se sustentável de modo que as nossas crianças possam viver condignamente. No entanto, uma Reserva da Biosfera é muito mais que um “estabelecimento de objetivos” ou uma “filosofia”. As Reservas da Biosfera necessitam de uma zona, revisão periódica, planos de gestão, equipas de gestão, participação e gestão com base no conhecimento. Tudo isto pode ser feito numa “escala ampla”, mas a experiência mostra como é difícil mesmo na escala quase pequena das Reservas da Biosfera existentes.

O mundo inteiro como uma Reserva da Biosfera?

As Reservas da Biosfera têm a tarefa de desenvolver **soluções que funcionam na verdade**. Isto significa que as Reservas da Biosfera não podem ficar em ideias teoricamente interessantes como proposto pelos cientistas. Necessitam demonstrar, por exemplo, que podem convencer agricultores e suas famílias, caçadores e silvicultores a implementarem esta solução, que esta solução será mantida pelos utilizadores a longo prazo, que a solução não tem efeitos colaterais negativos, que é economicamente viável, ou que tem um efeito ecológico prometido.

A “filosofia” não é suficiente, é preciso implementá-la  
Soluções que funcionam de facto

As Reservas da Biosfera são um dos muito poucos lugares na terra com esta ambição elevada. Na verdade devia ser “modelos”. Mas também significa que deviam esforçar-se a disseminar os seus ensinamentos, e histórias de sucesso, inspirando a repetição das boas práticas. Não deviam tentar tornar-se “ilhas da felicidade” isoladas – pelo contrário devem procurar afetar positivamente as regiões circunvizinhas a partir do primeiro dia da sua existência. *Devem liderar-se por exemplos positivos, não por “pregações”*.

Sem “ilhas de felicidade”

Geralmente, uma reserva da biosfera tem interações fortes com seus arredores: já que as Reservas da Biosfera geralmente têm fronteiras naturais como cadeias de montanhas ou rios, as vezes atravessam limites administrativos e assim cobrem apenas do distrito ou provincial. Assim os Administradores e presidentes municipais normalmente participam em reuniões de intercâmbio do distrito e da provincial. Para além disso, os habitantes das Reservas da Biosfera deslocam-se para a região circunvizinha a procura de emprego, ou vice-versa. Existem também intercâmbios em caso de conflitos com as redondezas e a negociação sobre soluções. A Comissão Nacional da UNESCO e a Comissão Nacional MAB também devem disseminar aprendizagens e sucessos nacionais e internacionais.

Interações fortes interagem de qualquer maneira

### 3.3 Planos de gestão e documentos relacionados

#### Razões e requisitos para um plano de gestão

A estrutura de governação (unidade de gestão, conselho de gestão, conselho consultivo, cp. secção 3.1) de uma Reserva da Biosfera deve gerir com base numa estratégia detalhada. Não devem tomar decisões “ad-hoc”, num “limbo” não estratégico.

O que seria a gestão ad-hoc?

O que significa gestão “ad-hoc”? Vejamos um exemplo: na segunda-feira, o administrador A decide proibir o pastoreio de gado num determinado pasto para proteger as aves migratórias recém-chegadas. Na terça-feira, após reclamações dos agricultores, o administrador B permite o pastoreio. Na quarta-feira, o diretor C decide proibir o pastoreio. Este exemplo mostra falta de hierarquia clara e falta de delegação da tomada de decisões; *mas também mostra falta de estratégia e falta de um plano de gestão*. Numa Reserva da Biosfera com uma estratégia e um plano de gestão claros, todos os Administradores A, B e C (e os agricultores) devem ter a mesma abordagem de como equilibrar os interesses das aves migratórias com os do pastoreio de gado, porque a abordagem foi acordada entre todos os Administradores e entre todas as partes interessadas, incluindo os criadores de gado.

Exigência cristalina da UNESCO

*Um plano de gestão é um quadro multianual oficial (processo e documento) para alcançar seus objetivos (por exemplo, conservação de recursos naturais, erradicação da pobreza) de forma estruturada.* A Estratégia de Sevilha (cp. Anexo 3) requer “que cada Reserva da Biosfera tenha uma política ou plano de gestão eficaz e uma autoridade ou mecanismo apropriado para implementá-la” ... “que inclua todas as zonas de Reservas da Biosfera”. A Estratégia de Sevilha exige igualmente que “se proceda ao levantamento dos interesses das várias partes interessadas e que estas sejam plenamente associadas ao planeamento e à tomada de decisões em matéria de gestão...”. Também encoraja a formação das comunidades locais para permitir a sua plena participação no planeamento e gestão. Um plano de gestão também deve ajudar os Administradores a adaptar-se “adequadamente” à mudança – um plano de gestão não é definitivo, mas evita que cada novo desenvolvimento ou tendência afete imediatamente os objetivos acordados.

7 razões para um plano de gestão

Um plano de gestão é necessário porque

- A UNESCO exige isso (Estratégia de Sevilha, Quadro Estatutária, formulário de nomeação, formulário de revisão periódica; cp. Apêndices 2, 3, 7, 8);
- O seu governo provavelmente irá exigí-lo para a prestação de contas (também qualquer outro parceiro-chave de financiamento o fará);
- Qualquer doador em potencial provavelmente exigirá que ele entenda como um projeto individual se encaixa numa abordagem geral;
- Qualquer parceiro local espera um documento escrito sobre o que pretende fazer;
- A gestão sem um plano é “ad-hoc” e não é eficaz;
- A gestão sem um plano levará a “mudanças estratégicas” para longe de suas principais objetivos, como a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, talvez apenas dentro de alguns meses ou anos (é claro que em casos imprevistos você precisa de divergir de um plano);
- Formulá-lo é uma das melhores oportunidades para se envolver em profundidade com as partes interessadas e as comunidades.

Conteúdos de um plano de gestão como um documento

Um plano de gestão *como um documento* deve conter vários itens (o seguinte é *uma* possibilidade; esses itens podem ser intitulados de forma diferente, pode haver também itens adicionais ou menos; para todos os detalhes, consulte a secção 4.4):

- Análise de status quo de oportunidades e ameaças, pontos fortes e fracos
- Análise de status quo das prioridades para a Reserva da Biosfera, do ponto de vista dos interesses das partes interessadas
- Desenvolvimento de cenários, incluindo análise de pressões externas e vulnerabilidades internas
- Uma visão a longo prazo (seja uma breve “declaração sumária” ou visões para vários temas prioritários)
- Objetivos a médio prazo que devem ser atingidos para tornar a visão uma realidade, acompanhados de indicadores e parâmetros de referência
- Projetos prioritários, cuja execução conduzirá à realização dos objetivos a médio prazo

Apesar de todos os padrões elevados que se podem exigir dos planos de gestão, estes devem, naturalmente, ser também *realistas e exequíveis*. Para toda *responsabilidade* anunciada deve haver a *autoridade* encarregada de a cumprir.

São necessários documentos realistas

Por vezes, os Administradores perguntam se devem formular os seus planos de gestão de forma “muito” realista, ou seja, sem quaisquer pressupostos otimistas, incluindo apenas projetos e ideias que tenham a certeza de que podem realmente implementar. Ou deveriam antes formular “listas de desejos blue-sky”, assumindo tendências muito otimistas e enumerando qualquer ideia de projeto potencial que seja imaginável? A resposta está entre os dois extremos, mas mais perto do lado do realismo. Os planos de gestão devem orientar os Administradores no seu trabalho *real*, tendo em conta os seus desafios *reais* em colaboração com as suas partes interessadas *reais*. Uma “lista de desejos blue-sky” só é confusa para o trabalho real uma vez que confunde a dura realidade do dia-a-dia com ideias demasiado

ousadas. Por outro lado, ser “demasiado realista” levará ao pessimismo. Um plano de gestão deve respirar um espírito de otimismo; ele também deve retratar um futuro do que poderia ser possível se algumas das principais tendências positivas continuassem inabaláveis. Muitas organizações experimentaram o reforço do poder do “pensamento positivo” – isto não é nada esotérico, mas é a ideia muito simples de que as pessoas vão trabalhar mais para um futuro que é fácil de entender e que vale a pena alcançar.

Outra questão típica é *se um plano de gestão deve ser um “plano integrado”* que abranja todos os aspetos do planeamento, desde a visão e a estratégia, desde a lista de projetos prioritários até aos recursos financeiros e humanos necessários para os implementar. Ou deveria o plano de gestão ser antes um conjunto de vários documentos, tais como um “plano de negócios” [[RUZZIER]] e uma “tabela de pessoal” e uma “visão” separada? Embora o MAB ICC tenha dado veredictos que podem ser interpretados no sentido de que um plano de gestão deve ser “integrado”, nenhuma resposta definitiva pode ser dada, depende da situação. Um “documento integrado” tem claramente muitas vantagens; por exemplo, ligar a implementação do projeto aos recursos financeiros e humanos resultará num documento muito mais convincente, interna e externamente. Também é valioso ter todos os documentos estratégicos disponíveis num só lugar. Por outro lado, um foco excessivo na tentativa de encaixar tudo num único documento é, por si só, irrealista: com alta probabilidade, você precisará produzir algum tipo de documento estratégico de vez em quando, para os doadores e para o governo. Portanto, recomenda-se que o seu plano de gestão seja tão abrangente quanto praticável no momento de escrever, para servir como uma referência imediata (para copiar e colar) para qualquer estratégia subsequente. Por exemplo, se precisa de um “plano de negócios”, ele não deve necessariamente ser incluído no plano de gestão, mas você deve ser capaz de escrever o plano de negócios com base num bom plano de gestão dentro de algumas horas ou dias.

Formule planos integrados

A maioria das Reservas da Biosfera em África tem algum tipo de plano de gestão. No entanto, algumas existem apenas no papel e nunca foram oficialmente adotadas pela entidade governamental relevante, outras não são implementadas por outras razões e outras estão desatualizadas. Ao mesmo tempo, em particular nos últimos cinco anos, um número crescente de Reservas da Biosfera Africana adotou excelentes planos de gestão que também são sinceramente implementados.

Alguns planos existem apenas no papel

### Um plano de gestão aborda todas as zonas

Se ainda não houver zoneamento no momento da formulação do plano de manejo, a identificação das zonas deve ser feita em primeiro lugar:

Nenhum plano de gestão sem zoneamento

- Qual deve ser o objetivo de cada zona?
- Onde estão localizadas as três zonas e onde estão os limites?
- São suficientemente grandes para alcançar os seus objetivos?
- De que proteção jurídica dispõem?
- Que atividades são permitidas e proibidas para alcançar os objetivos?
- Como é monitorizado/controlado o cumprimento das restrições?

Os planos específicos de zoneamento devem sempre fazer concessões entre os diferentes direitos e reivindicações (uso tradicional direitos, propriedade legal, etc.) e futura utilização e/ou conservação pretendidas.

Os planos de zoneamento devem sempre encontrar acordo com as comunidades locais (cp. secção 4.1) porque o zoneamento pode afetar os direitos de uso e propriedade das comunidades. Como já foi dito na secção 1, o conceito de zoneamento pode estar relacionado com ideias muito antigas e largamente difundidas em África, uma vez que as comunidades indígenas adquiriram meios de subsistência de forma sustentável durante séculos, incluindo através do respeito pelos locais sagrados “sem contacto”.

Zoneamento participativa

Uma zoneamento deve levar em conta

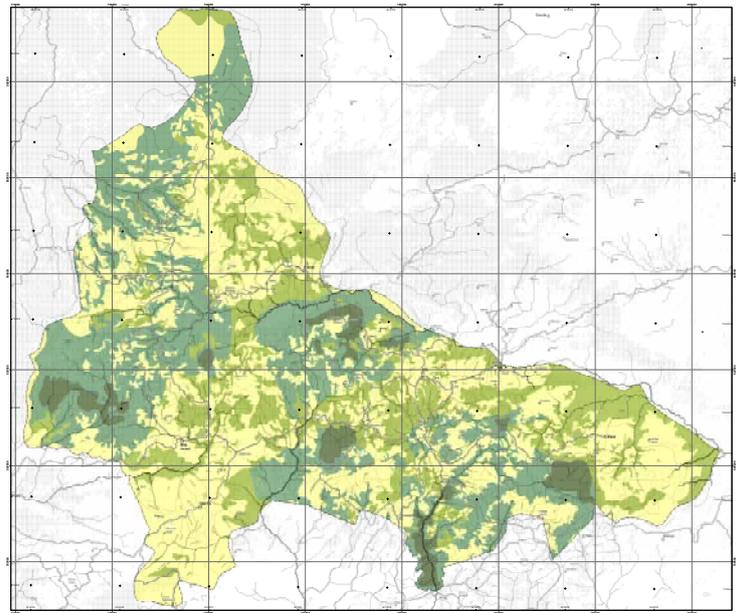
O zoneamento deve ser baseado em muitos critérios diferentes

- Territórios importantes para espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, com base em taxonomia e listas vermelhas
- Territórios com perturbações mínimas, florestas primárias, “zonas de natureza selvagem”
- Saúde dos ecossistemas e tamanho mínimo para que os ecossistemas possam realmente prestar os seus serviços (cp. secção 2)
- Conetividade dos ecossistemas e corredores
- Configurações do ambiente físico (bacias hidrográficas, cadeias montanhosas, vales sem saída, etc.)
- Direitos de propriedade, incluindo as terras comuns
- Uso do solo histórico e recente e tendências
- Terras agrícolas, áreas de pastagem, áreas de mineração e outras “pressões antropogénicas e sua direção”.
- Pressões ecológicas e sua direção” e outras ameaças, tais como terras propensas à desertificação ou espécies exóticas invasoras com base numa análise da ameaça
- Cidades, aldeias, infra-estruturas lineares (estradas, linhas elétricas, canais, etc.), outros locais e corredores de perturbação
- Tradições socioculturais, incluindo locais históricos e sítios sagrados

Assim, o estabelecimento de uma zoneamento requer um conhecimento considerável; nem todo o conhecimento estará disponível, algumas anteriores estarão desatualizadas. Faça uma priorização preliminar dos fatores que influenciam o zoneamento. Em seguida, proceda como proposto na secção 4.1.

Um plano de gestão para as três zonas

Um plano de gestão abordará igualmente todas as zonas de uma Reserva da Biosfera. A conservação da biodiversidade é necessária em todas as três zonas, mas vários instrumentos estão disponíveis nas diferentes zonas. Promover o desenvolvimento económico e social sustentável é necessário em todas as três zonas, mas significa algo diferente em cada zona. A investigação e a educação devem ser promovidas nas três zonas. Como exemplo de orientações específicas para a ação numa Reserva da Biosfera, cp. [[K2CGUIDELINES]].



Exemplo de zoneamento: Reserva da biosfera Kafá na Etiópia

Muitas Reservas da Biosfera têm um desafio diferente: *têm zonas devido a vários instrumentos políticos*. Embora a “zoneamento” tenha sido inventada pelo Programa MAB da UNESCO, a abordagem foi assumida por outras designações nacionais e internacionais: os parques nacionais modernos têm um certo zoneamento, os sítios Ramsar têm um e os sítios do Património Mundial também têm zonas tampão. Como lidar com zoneamentos “conflituantes”? Você deve diferenciar dois aspetos: como atribuir um propósito específico a qual zona – e como comunicar publicamente estas zonas com o suas objetivo específico.

Em primeiro lugar, as zoneamentos devidas a designações diferentes têm realmente de ser conceitualmente e juridicamente coerentes. Se uma determinada “zona Ramsar” apoia exclusivamente a conservação, deve ser a área central da Reserva da Biosfera. Se duas “zonas de um parque nacional” diferentes apoiarem apenas a conservação, combine as duas na área central da Reserva da Biosfera. Se a função de uma zona de proteção do Património Mundial se encaixar na função de uma zona de proteção da Reserva da Biosfera, elas devem coincidir; se a zona de proteção da Reserva da Biosfera precisar ser maior, amplie-a além da zona de proteção do Património Mundial. Em princípio, em nível conceitual e legal, há muita flexibilidade. A UNESCO precisa exatamente de três categorias de zonas – se, de acordo com sua legislação nacional ou por causa de especificidades locais, parece mais sábio definir realmente quatro ou cinco categorias diferentes (por exemplo, dois tipos diferentes de “áreas de transição”) – não há problema, apenas ao traduzir sua abordagem para a UNESCO, combinar os “dois tipos de áreas de transição” numa.

O zoneamento tem de ser acordado com as comunidades locais

No entanto, deve ter cuidado com a forma como comunica essas questões ao público em geral. vários zoneamentos diferentes devido a vários instrumentos diferentes serão muito difícil explicar, com certeza, as pessoas considerarão isso irrelevante para suas vidas e não o elogiarão por seu trabalho. Você deve otar por apresentar publicamente e usar apenas a terminologia da designação que a maioria das pessoas conhece e que é mais relevante para suas vidas. Em muitos casos, esta será a Reserva da Biosfera, noutros casos será o parque nacional. Uma situação particularmente difícil surge quando uma Reserva da Biosfera é fundada num local com uma designação há muito estabelecida e bem conhecida que é realmente incompatível com o conceito de Reserva da Biosfera. Mudar fundamentalmente a conhecida zoneamento pública pode ser um processo de muitos anos; a Reserva da Biosfera de Songor, no Gana, experimentou isso mesmo.

Descrição básica da área central

**Gestão da área central:** A área central consiste num ou vários locais estritamente e legalmente protegidos com o objetivo principal de conservar a diversidade biológica. Muitas vezes, a área central é um parque nacional, um sítio do Património Mundial ou uma reserva natural igualmente rigorosa. Não há um tamanho mínimo globalmente válido de uma área central. No entanto, os países podem adotar critérios nacionais para a implementação do Programa MAB (por exemplo, Áustria e Alemanha [[GUC2007]], também a Índia tem recomendações próprias [[IMEF]]) que então exigem um tamanho mínimo, em termos de percentagem da área total.

A área central deve ser suficientemente grande para incluir todos os habitats e ecossistemas naturais e quase naturais que possam ser mantidos livres de perturbações externas. Se a área central consistir de várias partes, todas as partes devem ser maiores que um tamanho mínimo; isso pode ser necessário, por exemplo, para que os animais vagueiem em busca de presas ou de forragem; mais habitats e nichos significam mais espécies. A continuidade da área central na zona tampão também é crucial, incluindo a acessibilidade dos animais (migração, nidificação, etc.) e das plantas (sementes, esporos, frutos, pólen, etc.).



O foco da gestão na área central é efetivamente o controlo, ou seja, o controlo rigoroso das atividades humanas. Nas áreas centrais de algumas Reservas da Biosfera, *não* é permitida qualquer atividade humana (exceto investigação científica não destrutiva, monitorização e educação de baixo impacto), outras permitem aos turistas caminhar em caminhos preparados; outras permitem atividades humanas específicas, que são sempre controladas de forma a minimizar as perturbações dos recursos biológicos. Depende dos costumes do país se é sensato delinear as fronteiras da área central com sinais claros ou mesmo portões. Sempre que possível, faça um mapeamento usando coordenadas satélite/GPS, mantenha estes dados num mapa eletrónico e estabeleça um sistema de monitorização funcional.

Foco no controlo

**Gestão da zona tampão:** A zona tampão deve cercar ou unir a(s) área(s) central(is) como seu cordão de proteção; ao mesmo tempo, promove o uso sustentável dos recursos naturais. Não existe um tamanho mínimo globalmente válido da zona tampão, embora alguns países tenham estabelecido regras para um tamanho mínimo.

Um cordão de proteção

A gestão deve assegurar que as atividades humanas sejam compatíveis com a conservação da biodiversidade. Além das atividades permitidas na área central, atividades de baixo impacto, como o ecoturismo e o pastoreio de baixo impacto, são tipicamente permitidas, bem como a infra-estrutura de energia renovável e água (ecologicamente aceitável). Orientar os visitantes e, se necessário, impor restrições e quotas. Também as instalações de energias renováveis podem ter impactos negativos, por exemplo, turbinas eólicas em aves e morcegos ou turbinas hidráulicas em peixes; alguns países só as permitem na área de transição.

Somente atividades compatíveis com a conservação

O que acabamos de descrever é o objetivo “clássico” ou principal da zona tampão – garantir que as atividades humanas na área de transição não afetem negativamente a zona central. No entanto, em muitos ecossistemas, a zona tampão tem um objetivo diferente. Ela é frequentemente usada para restaurar ambientes degradados (por exemplo, através da arborização). Também é ideal para preservar as formas tradicionais de uso da terra, que *criaram* um ecossistema específico induzido pelo homem. Exemplos disso são a agricultura extensiva ou o pastoreio extensivo. Para que isso aconteça, avalie o impacto ambiental das tradições e sua produção económica, e avalie tanto em termos de viabilidade a longo prazo, sob ambos os pressupostos de que esses sistemas foram mantidos ou que foram alterados. Para um estudo de caso sobre a eficácia da zona tampão, cp. [[MEHRING]].

**Gestão da área de transição:** No quadro esquemático, a área de transição é a parte “restante” da Reserva da Biosfera (a área que marca a “transição” para a área circundante). Aqui, todas as atividades humanas ocorrem, incluindo assentamentos, agricultura, pecuária ou indústria. Tipicamente não há restrições legais, mas as atividades precisam ser “sustentáveis”. A mineração destrutiva ou indústrias poluidoras não são admissíveis mesmo numa área de transição. No momento da nomeação, nem todas as atividades precisam de ser sustentáveis – é tarefa dos Administradores de Reservas da Biosfera *torná-las sustentáveis*, por exemplo, através de projetos-piloto sobre emprego, comercialização de produtos, energia renovável, água e eliminação de resíduos. As comunidades precisam de benefícios reais da Reserva da Biosfera e dos seus esforços para o desenvolvimento sustentável; estes benefícios devem ser distribuídos equitativamente. Assim, *as comunidades devem, de facto, ser o centro das atenções de uma unidade de gestão da Reserva da Biosfera*.

Tornar uma área sustentável

O zoneamento de uma Reserva da Biosfera é verdadeiramente especial e não pode ser facilmente mapeado nas categorias da IUCN para áreas protegidas. Em suas diretrizes mais recentes para a categorização de áreas protegidas, a IUCN recomendou que as áreas centrais e as zonas tampão devem ser de categoria I, II, III, ou IV [[IUCN2008]]. A área de transição deve ser de categoria V, ou VI, ou não estar protegida.

### Planos de implementação: Controlo de atividades ilegais e motivação para mudanças positivas

Algumas atividades são ilegais em todo o lado

Existem algumas atividades que são ilegais em todas as zonas de uma Reserva da Biosfera (porque são *sempre ilegais*, como a caça furtiva; ou *temporariamente ilegais*, como certas práticas agrícolas durante a época de nidificação das aves). Existem também algumas atividades que são proibidas apenas em certas zonas de uma Reserva da Biosfera. Recentemente, o combate ao crime contra a vida selvagem tem recebido uma atenção política muito elevada, cp. a Declaração de Yaoundé de 2013, [[YAOUNDE]], a Declaração de Marraquexe 2013 do Banco Africano de Desenvolvimento [[MARRAKECH]], a Cimeira do Elefante Africano de 2013 [[GABORONE]], o evento paralelo da Assembleia Geral da ONU do Gabão/Alemanha [[SIDE]], a Declaração de Londres de 2014 [[LONDRES]], a Declaração de Arusha de 2014 [[ARUSHA]] ou a Declaração de Kasane de 2015 [KASANE], cp. [[CITES2014]]. Um guia recente propõe medidas sobre como envolver as comunidades no combate aos crimes contra a vida selvagem – uma estratégia com a qual várias Reservas da Biosfera já têm tido sucesso há alguns anos [[ROE]]. A investigação científica não destrutiva (seguindo um regime de ABS, se apropriado), a monitorização e a educação de baixo impacto devem ser legais em todas as partes de uma Reserva da Biosfera. Dificilmente existem restrições numa área de transição.

O plano de gestão, o zoneamento e, se apropriado, os textos legais para as zonas individuais em conjunto identificam o que é legal e o que é ilegal na área central e na zona tampão. Por exemplo, eles podem regulamentar a quantidade de turistas permitidos na área central por dia; também podem regulamentar quais técnicas agrícolas tradicionais são permitidas nas zonas tampão durante as estações do ano.

Para melhor controlar as atividades ilegais, o quadro legal pode ser especificado de forma mais concreta, através de decretos governamentais e de protocolos de uso estabelecidos com os proprietários de terras e outros beneficiários. Pode ajudar se os limites da zona forem claramente marcados por sinais ao longo dos caminhos e estradas.

Patrulhas para controlo

Geralmente, cada Reserva da Biosfera terá alguns guardas para patrulhar o terreno. Depende da autoridade policial destes guardas florestais, do que estão autorizados a fazer no terreno para impedir atividades ilegais e promover a aplicação da lei. Na Europa, as recentes patrulhas a cavalo foram reintroduzidas em algumas Reservas da Biosfera com êxito considerável. Se as violações da lei forem persistentes, poderá ser convocada uma audiência pública para abordar as razões subjacentes à violação da lei. Várias Reservas da Biosfera, incluindo em África, introduziram patrulhas conjuntas de guardas-florestais e caçadores comunitários.

### Estudo de caso: A caça furtiva na Reserva da Biosfera de Bia, Gana

A Reserva da Biosfera cobre parte do “bloco florestal Bia-Goaso” no oeste do Gana, uma porção significativa da área de distribuição de elefantes florestais no Gana. Ela é baseada numa reserva criada em 1935, que foi designada como Reserva da Biosfera em 1985. A agricultura intensiva do cacau destruiu grande parte da vegetação original. Um projeto da UNESCO com a sigla BRAAF (1995-1999) promoveu a criação de caramujos e cogumelos na zona tampão. Moinhos de milho para processamento de mandioca foram fornecidos a 2 das 42 comunidades ao redor da Reserva da Biosfera para geração de rendimento. Existem quatro “áreas de gestão de recursos comunitários” ao norte, apoiadas por 34 Comitês de Gestão de Recursos Comunitários, que alimentam o Conselho Consultivo de Gestão de Áreas Protegidas (PAMAB) da Bia. O PAMAB é constituído por 3 chefes, 2 representantes da Divisão Nacional de Vida Selvagem, 2 de grupos de jovens, 2 de Assembleias Distritais; 1 do Serviço de Polícia, 1 do Serviço de Bombeiros, 2 agricultores e outros membros cooptados.

Outra parte do bloco florestal é protegida pelas “reservas florestais de Goaso”. Diferentes métodos de proteção foram testados e avaliados e a eficácia geral da proteção dos conceitos de Reserva da Biosfera vs. reserva florestal também. Cientistas da Universidade Kwame Nkrumah em Kumasi, Gana, acompanharam as mudanças na atividade de caça furtiva, e monitorizaram as tendências do número e distribuição de elefantes nas duas regiões. Os resultados indicam que a Reserva da Biosfera de Bia parece ser consideravelmente mais eficaz. Em Bia, a atividade de caça furtiva caiu significativamente por um fator de 3 de 2007 a 2009 e o “núcleo de elefantes” aumentou muito de 45% em 2004 para 78% em 2009. Estes dados têm sido corroborados por muitos relatórios, portanto efeitos a curto prazo, tais como movimentos aleatórios-elefantes e variabilidade da pluviosidade podem ser excluídos. Comparativamente, na área de Goaso, os números permaneceram nos seus níveis anteriores. Os cientistas atribuem estas alterações aos diferentes regimes de conservação e gestão da Reserva da Biosfera, cuja aplicação da lei incluindo a patrulha da vida selvagem foi apoiada por um projeto (PADP II) financiado pela UE nesse período, em comparação com as reservas florestais. Os cientistas atribuem o estatuto cada vez mais ameaçado dos elefantes no Goaso não só ao enfoque nos regimes de abate de árvores, mas também ao rápido aumento da população humana [[UNESCO2013-1]].

A patrulha e sancionamento de atividades ilegais é uma das faces da moeda. O outro lado enquadra-se muito melhor no espírito das Reservas da Biosfera: motivar mudanças positivas. As atividades ilegais devem ser prevenidas desde o início através da educação e sensibilização dos habitantes locais, começando pelas crianças e jovens. Orientações escritas sobre como comportar-se com tato podem ser oferecidas aos turistas; elas podem ser tão valiosas como folhetos com recomendações para os agricultores. Negociar e mediar diferentes interesses para evitar a escalada de conflitos deve ser a tarefa diária de um administrador de Reservas da Biosfera, em pequenas sessões privadas ou em grandes audiências públicas. O mesmo se aplica à promoção da partilha de interesses.

Prevenção de ações ilegais

### Planos de gestão e respetiva monitorização

Nenhum plano faz sentido se os resultados da sua implementação não forem monitorizados. Todo o bom plano precisa de especificar indicadores de sucesso com limite de tempo. Sempre que possível, os indicadores devem ser quantificados e acompanhados por indicadores de referência. Os indicadores dão uma indicação se os objetivos de médio e longo prazo da Reserva da Biosfera são susceptíveis de ser alcançadas. Dependendo do objetivo e da intervenção que é monitorizada, pode fazer sentido monitorizar várias vezes por ano ou apenas anualmente. Há também alguns indicadores que só podem ser monitorizados a cada poucos anos, por exemplo, devido ao alto custo da recolha dos dados.

Indicadores de sucesso

A monitorização do plano de gestão deve andar de mãos dadas com todas as outras monitorizações relevantes, para otimizar os recursos humanos e financeiros. Por exemplo, deve estar totalmente alinhado com o ciclo da revisão periódica a ser enviada à UNESCO. Também deve estar em linha com a monitorização de qualquer projeto de grande escala, financiado por um ou vários doadores.

Não duplique o monitorização

Certifique-se de que você também “monitoriza” o processo de formulação e implementação do plano de gestão: quantas pessoas participam das audiências públicas? Quantos participantes de grupos vulneráveis participam?

Quanto aos indicadores adequados para o plano de gestão, depende criticamente dos objetivos que você estabeleceu para a Reserva da Biosfera. Certifique-se de escolher indicadores que possam ser realmente medidos. Por exemplo, é fácil declarar o número de espécies de besouros como um indicador; mas se a contagem das espécies de besouros exigir um projeto de investigação multimilionário, o indicador não faz sentido. Também “rendimento médio das comunidades” ou “número de turistas” só fazem sentido como indicadores se houver uma instituição que possa realmente fornecer estes dados. Também tenha cuidado com os indicadores de “satisfação” se você não estiver realmente certo de como fazer uma de acordo com os padrões metodológicos apropriados.

Os indicadores devem ser mensuráveis

## 3.4 Promovendo quadros legais, administrativos e éticos

### Promocao da lei

Para implementar um plano de gestão, para promover os objetivos gerais de uma Reserva da Biosfera e para apoiar a prevenção de ameaças, os Administradores devem recorrer a todos os instrumentos disponíveis disponibilizados pelo Estado e pela cultura e comunidades locais. Em muitos casos, uma ferramenta eficaz para evitar ameaças pode ser o direito consuetudinário local e as tradições locais – no entanto, isto não pode ser abordado por este Manual. A seguir, são apresentadas as questões de recursos legais, instrumentos administrativos e ferramentas políticas/éticas.

A UNESCO não requer uma base jurídica específica para uma Reserva da Biosfera. É apenas claramente exigido (no Quadro Estatutário, cp. Anexo 2 que as áreas centrais sejam legalmente constituídas ou publicadas. Para a legislação sobre áreas protegidas em geral, cp. [[IUCN2011]]).

Sem base legal padrão

Muitos países constituem legalmente tanto as áreas centrais como as zonas tampão nos termos da legislação nacional. Alguns países têm legislações que se referem especificamente às Reservas da Biosfera como um todo (por exemplo, Austrália, Brasil, Alemanha, Quirguistão, Níger e Espanha; tipicamente, não existe “lei de Reserva da Biosfera separada”, mas a lei sobre conservação da natureza ou a lei sobre desenvolvimento sustentável tem um parágrafo sobre Reservas da Biosfera. Alguns países como o Burquina Faso, Congo ou Mali referem-se nos seus atos de conservação às Reservas da Biosfera como uma categoria específica, mas não ao entendimento expresso na Estratégia de Sevilha [[GUEDEGBE]]. Este foi também o resultado de um inquérito para a sessão de 2009 do MAB ICC [[BONNIN2009-1]]. Ainda no âmbito do mesmo inquérito, mais de 20 países responderam que as Reservas da Biosfera não são uma categoria jurídica específica. Para mais detalhes, cp. Anexo 15.

Textos legais especiais sobre Reservas da Biosfera

Obviamente, a questão de saber se um país deve estabelecer uma lei sobre as Reservas da Biosfera não pode ser decidida do exterior. Também a questão mais detalhada sobre se uma lei separada é necessária ou se uma lei existente deve ser alterada. É necessária uma análise jurídica detalhada para evitar a sobreposição e o conflito da legislação. Se existirem lacunas, deve ainda ser realizada uma análise das vantagens e desvantagens.

O seu país precisa de uma lei?

**Fundação através da lei ou por decreto** Além dos países mencionados, foram estabelecidas várias Reservas da Biosfera em todo o mundo através de uma lei específica, por exemplo a lei colombiana sobre a Reserva da Biosfera de Seaflower ou a lei sobre a Reserva da Biosfera de Bliesgau, na Alemanha. Mas também existem outras soluções, como uma portaria ou decreto como base legal. Por exemplo, a Reserva da Biosfera de Pendjari no Benim foi estabelecida pelo decreto n.º 94–6, com base na lei-quadro ambiental.

Outros países criaram uma legitimidade específica para as Reservas da Biosfera através de referências em estratégias ou planos de ação, por exemplo, para a biodiversidade (cp. o caso da Tanzânia mais adiante nesta secção). Em países com legislações específicas, é ainda mais importante procurar a participação e alcançar um consenso comunitário antes de iniciar qualquer processo de nomeação.

**Tomada de medidas legais como agência pública** Independentemente da questão de uma Reserva da Biosfera ter ou não uma base legal, os Administradores devem recorrer a todos os recursos legais disponíveis. No caso de muitos países, se o órgão de gestão é uma agência de acordo com o direito público, então tem de ser consultado de qualquer forma em qualquer caso de “interesse público”, por exemplo, antes de qualquer empresa fazer um investimento com potencial impacto no ambiente. Se essa consulta não se realizar ou se, de qualquer outra forma, as regras não forem respeitadas, o órgão de administração pode intentar uma ação judicial, normalmente apenas se tiver “capacidade jurídica” formal, o que não acontece no caso de todos os órgãos de gestão.

### Alavancar os instrumentos internacionais

**Faça uso da designação da UNESCO** O conselho de gestão e a unidade de gestão de uma Reserva da Biosfera devem utilizar plenamente o facto de a Reserva da Biosfera ser designada pela UNESCO, uma *agência* da ONU. Este contexto internacional confere maior legitimidade a uma abordagem que qualquer área protegida poderia usar – mas que raramente é feita, quanto mais não seja devido ao desconhecimento da possibilidade.

**Use o que está escrito nos tratados internacionais** Os Administradores de Reservas da Biosfera devem estar cientes da opção de alavancar tratados, protocolos, acordos e convenções internacionais que tenham sido ratificados ou adotados pelo seu país. Para África, são sobretudo os instrumentos da ONU que se aplicam; a União Africana tem também alguns acordos intergovernamentais relevantes e existem convenções regionais para os recursos marinhos.

**A CDB e seus protocolos** — *Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica* (CDB): Entrou em vigor em 1993; todos os países africanos a ratificaram/admitiram (abril de 2014) [[CDB]]. Por conseguinte, os seus princípios e objetivos são vinculativos para todos os governos africanos. Os seus três objetivos são quase idênticos à abordagem das Reservas da Biosfera: conservação da biodiversidade; utilização sustentável da biodiversidade; e partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos. A CDB requer a formulação de estratégias nacionais de biodiversidade (NBSAP, cp. abaixo). A CDB confere muita legitimidade às ações dos Administradores de Reservas da Biosfera.

— *Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança*: Este protocolo à CDB entrou em vigor em 2003; a maioria dos países africanos já o ratificou/acedeu (47 – em abril de 2014). Este protocolo ao Artigo 19.3 da CDB obriga suas partes a procedimentos apropriados para o manuseio e uso seguro de qualquer organismo vivo modificado, o que pode ter efeitos adversos sobre a biodiversidade.

— *Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Partilha de Benefícios* (ABS): Este protocolo à CDB entrou em vigor em outubro de 2014; já 26 países africanos o ratificaram/acederam a ele (em abril de 2015). Trata-se de um acordo internacional que visa partilhar os benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos de uma forma justa e equitativa (cp. secção 2.3).

**Convenção sobre espécies migratórias** — *Convenção das Nações Unidas sobre Espécies Migratórias* (CMS, “Convenção de Bona”): Ela entrou em vigor em 1983; todos os países africanos, exceto 9, ratificaram-na/admitiram-na (abril de 2014) [[CMS]]. Os princípios vinculativos desta “convenção-quadro” especificam a conservação das espécies migratórias (terrestres, aquáticas e aviárias) em toda a sua área de distribuição migratória. Em 2014, tratou da conservação de 519 espécies. Tem igualmente sub-convenções, como o *Acordo sobre a Conservação das Gorilas e dos seus Habitats*. Use CMS para seus esforços de conservação de espécies.

**Comércio de espécies ameaçadas de extinção** — *Convenção das Nações Unidas sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção* (CITES, “Convenção de Washington”): Ela entrou em vigor em 1975; quase todos os países africanos a ratificaram/acederam a ela. Por conseguinte, os princípios vinculativos especificam as condições em que o comércio internacional de animais e plantas selvagens se torna uma ameaça para a sua sobrevivência – e que comércio é, portanto, proibido. Utilizar a CITES no contexto da caça furtiva [[CITES2009]].

— *A Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos* (IPBES) segue o modelo do IPCC e apresentará relatórios de avaliação científica integrada semelhantes – mas é apenas implicitamente normativa. Estabelecerá novas normas para equilibrar os conhecimentos científicos e tradicionais [[IPBES]].

**Desertificação** — *A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação* (UNCCD) entrou em vigor em 1996; quase todos os países africanos a ratificaram [[UNCCD]]. A CNUCD vincula o ambiente à gestão sustentável dos solos e aborda especificamente as zonas áridas, semi-áridas e secas sub-húmidas, com alguns dos ecossistemas e povos mais vulneráveis.



- A *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas* (UNFCCC) entrou em vigor em 1994; quase todos os países africanos a ratificaram [[UNFCCC]]. A UNFCCC estabelece um quadro geral para enfrentar os desafios das mudanças climáticas sob o princípio de “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” para as reduções de emissões nacionais..
- O *Protocolo de Quioto à UNFCCC* está em vigor desde 2005. Compromete os Estados através de objetivos de redução de emissões internacionalmente vinculativas. O primeiro período de compromisso foi de 2008 a 2012.
- O *Programa Colaborativo da ONU para Redução de Emissões do Desflorestação e Degradação Florestal* (REDD) foi lançado em 2008. Ele apoia processos de REDD+ liderados nacionalmente em 48 países parceiros por meio de apoio direto à conceção e implementação e por meio de análises, metodologias, ferramentas, dados e melhores práticas [[REDD]].
- O *Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas* (IPCC) é bem conhecido por seus relatórios de avaliação científica integrada – mas é apenas implicitamente normativo. Fique atento aos seus relatórios regulares para ver o que você deve fazer pela adaptação às mudanças climáticas (cp. secção 2.1) [[IPCC]].
- *Convenção do Património Mundial da UNESCO*: Ela entrou em vigor em 1975; quase todos os países africanos a ratificaram [[WHCWEB]]. Ela fornece a base para a designação e gestão dos mais de 1000 Sítios do Património Mundial – em 2015, 41 deles são sítios do Património Natural em África, alguns dentro das Reservas da Biosfera. Esta convenção confere ao mundo inteiro uma responsabilidade partilhada pela conservação destes sítios de “Valor Universal Excepcional” (OUV).
- *Convenção Ramsar*: entrou em vigor em 1975; quase todos os países africanos a ratificaram/acederam a ela (47 – em abril de 2014), [[RAMSAR]]. Esta convenção melhora a proteção das zonas húmidas de importância internacional; cerca de 150 zonas húmidas em África já foram designadas como sítios Ramsar, algumas dentro das Reservas da Biosfera.
- O *Avaliação Ecosistémica do Milénio* (MA) foi um relatório global publicado em 2005, com foco nos impactos das mudanças ecosistémicas no bem-estar humano [[MA]]. O *Global Environment Outlook* (GEO) é uma série de cinco relatórios globais do UNEP [[UNEP2012-2]]. A semelhança da série GEO, o *African Environment Outlook* (AEO) é o principal instrumento de avaliação ambiental para África. Sua terceira edição foi publicada em 2013. A *Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade* (TEEB) foi outro importante estudo global publicado em 2010/2011 e em curso [[TEEB]].
- O *Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura* (ITPGRFA ou “Tratado das Sementes”) entrou em vigor em 2004. Tem 45 Estados Partes na África. Está em conformidade com a CDB, garantindo a segurança alimentar através da conservação, intercâmbio e utilização sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura [[ITPGRFA]].
- A *Avaliação Internacional do Conhecimento, Ciência e Tecnologia Agrícola para o Desenvolvimento* (IAASTD) avaliou todo o conhecimento agrícola num relatório global em 2007 [[IAASTD]]. Desde 1993, a FAO publica (bi) anualmente os seus relatórios *O Estado da Alimentação e da Agricultura* [[SOFA]] e *O Estado das Pescas e Aquacultura no Mundo* [[SOFIA]].

Mudanças Climáticas

Património Mundial

Zonas Húmidas

O Tratado das Sementes



Conservação da natureza da União Africana

— **União Africana:** A *Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais* (“Convenção de Argel”) entrou em vigor em 1969 e foi revista em Maputo em 2003. Cerca de 30 países africanos ratificaram-na/acederam-na. O seu objetivo é encorajar ações conjuntas para a conservação, utilização e desenvolvimento do solo, água, flora e fauna, comprometendo os seus Estados Partes a adotar medidas apropriadas “de acordo com princípios científicos e tendo em devida consideração os melhores interesses da população”. As questões são: gerir os habitats, controlar a caça, a captura e a pesca, proibir o uso de venenos, explosivos e armas automáticas na caça, prevenir e controlar a poluição da água, estabelecer áreas de conservação e considerar fatores ecológicos nos planos de desenvolvimento [[ALGIERS]].

Oceano da África Oriental

— **África Oriental:** A *Convenção para a Proteção, Gestão e Desenvolvimento do Meio Marinho e Costeiro da Região da África Oriental* (“Convenção de Nairobi”) entrou em vigor em 1996 e foi alterada em 2010. Os seus Estados Partes são as Comores, França, Quênia, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Seicheles, Somália, Tanzânia e África do Sul. Promove a cooperação e coordenação regional em questões ambientais costeiras e marinhas, incluindo questões nacionais e transfronteiriças críticas [[NAIROBI]].

Oceano da África Ocidental

— **África Ocidental/Central:** A *Convenção para a Cooperação na Proteção e Desenvolvimento do Ambiente Marinho e Costeiro da Região da África Ocidental e Central* (“Convenção de Abidjan”) entrou em vigor em 1984 e foi alterada em 2010. Os seus Estados Partes são Angola, Benim, Camarões, Cabo Verde, República Democrática do Congo, Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mauritânia, Namíbia, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, África do Sul e Togo. Trata-se de um acordo-quadro abrangente para a proteção e gestão das zonas marinhas e costeiras, que enumera as fontes de poluição que exigem controlo: navios, descargas, atividades em terra, exploração e exploração dos fundos marinhos e poluição atmosférica. Também trata da erosão costeira, especialmente as áreas protegidas, do combate à poluição em casos de emergência; e da avaliação do impacto ambiental [[ABIDJAN]].

Resíduos e produtos químicos

— Igualmente interessante é a *Convenção de Bamako sobre a Proibição da Importação de Resíduos Perigosos para África da União Africana*, que entrou em vigor em 1998. Tem cerca de 25 Estados Partes da África. No domínio dos produtos químicos e resíduos, existem vários outros instrumentos das Nações Unidas: a *Convenção de Basileia sobre Resíduos Perigosos*, a *Convenção de Roterdão relativa ao Procedimento de Prévia Informação e Consentimento*, a *Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes* e a *Convenção de Minamata sobre o Mercúrio*. É também de referir a *Abordagem Estratégica Internacional para a Gestão das Substâncias Químicas (SAICM)* do PNUMA.

- **União Europeia:** *Aplicação da Legislação, Governança e Comércio no Setor Florestal (FLEGT):* Este plano de ação da UE, adotado em 2003, contém várias medidas destinadas a excluir a madeira ilegal das importações para a Europa e a desencorajar a exploração madeireira ilegal, promovendo simultaneamente a silvicultura sustentável nos países exportadores. A UE vai ainda mais longe do que o Fórum das *Nações Unidas sobre as Florestas* (que se realiza de dois em dois anos), que adotou, em 2007, o Instrumento *não Juridicamente Vinculativo sobre Todos os Tipos de Florestas*, posteriormente adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Madeira ilegais e florestas

Além destes acordos ambientais, poderíamos enumerar dezenas ou centenas de tratados da ONU, da UA e da CER em domínios como

### Incorporação das Reservas da Biosfera nos planos de ação a nível nacional

Demasiados Administradores de Reservas da Biosfera trabalham demasiado isolados das discussões políticas. Demasiados Administradores parecem estar convencidos de que, se fizerem um bom trabalho, o resto do mundo prestará atenção. Infelizmente, fazer um bom trabalho não é suficiente. Nós vivemos hoje num “mundo da comunicação”, em que aqueles que não dizem seus sucessos, simplesmente se tornam inaudíveis. Eles são “silenciados” por centenas de outros que têm sucessos para contar e muitos milhares que não são bem sucedidos, mas reivindicam sucesso, no entanto.

Precisa de fazer lobbies para a sua Reserva da Biosfera

Em suma, **precisa de fazer “lobbies” para sua Reserva da Biosfera** visando Presidentes da Câmara, parlamentos municipais, governadores provinciais, parlamentos provinciais, governo nacional, parlamento nacional, coordenador nacional da ONU, ou embaixadas. Os bons esforços de lobby contam ao interlocutor uma história que o excita, porque a história ou contém um argumento para a reeleição, ou porque apoia uma estratégia política do interlocutor. É melhor não fazer lobby sem boas histórias e argumentos; é claro que não basta pedir dinheiro. E, *claro*, não subornar – lobbying é uma prática perfeitamente aceitável, e é estritamente separada da corrupção.

Fazer lobbies precisa de boas histórias

A melhor maneira possível de promover a sua Reserva da Biosfera não é convencer um oficial ou político (que pode ter um emprego diferente no dia seguinte). **A melhor maneira possível é incorporar a sua Reserva da Biosfera em estratégias ou planos de ação provinciais ou nacionais.** É claro que cada estratégia ou plano de ação pode ser reescrito; mas tais planos de ação podem proporcionar um reforço a longo prazo e uma legitimidade permanente. Um plano de ação muitas vezes se transformará numa política e mais tarde em lei. Já a Estratégia de Sevilha exigia incorporar as Reservas da Biosfera em planos de desenvolvimento sustentável, em estratégias para a conservação da biodiversidade, em planos para áreas protegidas e em “Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação” (NBSAPs), bem como em outros projetos de desenvolvimento e planeamento do uso da terra.

O melhor sucesso de lobbies: Incorporação nos planos de ação

Exemplos de estratégias ou planos de ação:

- O *Quadro de Assistência ao Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDAF)/ Plano de Assistência ao Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDAP)* é um documento acordado entre um governo e a equipa da ONU que reúne as ações prioritárias acordadas conjuntamente para períodos de 5 anos. Quase todos os países africanos têm UNDAFs, alguns até vão no seu quarto para 2012–2016. Os UNDAFs são mais recentes e não são conhecidos em todo o continente. As Avaliações Comuns dos Países (CCA) são também documentos importantes no contexto do UNDAF.
- Os *Documentos da Estratégia de Redução da Pobreza (DERP)* são documentos abrangentes que são amplamente consultados pelas partes interessadas nacionais, doadores bilaterais e supervisionados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial. Quase todos os países africanos têm DERPs. São atualizados através de relatórios de progresso anuais; descrevem as políticas macroeconómicas, estruturais e sociais dos países em apoio do crescimento e da redução da pobreza, bem como as necessidades de financiamento externo associadas e as principais fontes de financiamento.
- O *Documento de Programação Nacional da UNESCO (DPCD)* fornece uma descrição sucinta, baseada em resultados, de todas as atividades em curso e recentes da UNESCO e identifica os resultados para futuros exercícios comuns de programação por país. A UNESCO tem cerca de 50 UCPDs, um terço das quais para países africanos.
- As *Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável (NSDS)* foram estipuladas pela Cimeira Mundial de Joanesburgo 2002 [[UN2002]]. Até 2010, 106 países tinham NSDS que implementaram, incluindo 20 da África [[NSDS]].
- *Plano Nacional de Ação Ambiental (PNUA):* Os NEAPs foram exigidos pelo Banco Mundial na década de 1990; já não são muito relevantes.
- *Plano de Ação para a Biodiversidade (NBSAP):* Tais planos foram exigidos pela CDB; quase todos os países estabeleceram um, sendo um exemplo recente a Estratégia Nacional de Biodiversidade e o Plano de Ação de 2015 do Gana. A Assembleia AfriMAB de 2013 exigiu maiores esforços para incorporar as Reservas da Biosfera exatamente nessas NBSAPs. A EPANB da Tanzânia concentra-se no uso sustentável do Lago Manyara, uma Reserva da Biosfera da UNESCO.

UNDAF

PRSP

Estratégias de Desenvolvimento Sustentável

Planos de Ação em matéria de Biodiversidade

### Estratégias para as mudanças climáticas

- *Estratégias de mudanças climáticas*: A maioria dos países tem essa estratégia; também muitas províncias têm a sua própria. Algumas estratégias focam na mitigação da mudança climática (redução de emissões), outras focam na adaptação. “Programas nacionais de adaptação de ação” (NAPA) e documentos de REDD são bastante padronizados. Exemplos: Estratégia de Resposta às Mudanças Climáticas da África do Sul, 2004; NAPA de Mudanças Climáticas da Etiópia, 2007; Estratégia Nacional de Resposta às Mudanças Climáticas do Quênia, 2010; Estratégia Nacional de Resposta às Mudanças Climáticas da Zâmbia, 2010; Estratégia Nacional de Adaptação e Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas da Nigéria, 2011; Estratégia Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas do Gana, 2012.

Como se pode ver acima, este planeamento estratégico a nível nacional é frequentemente motivado por instrumentos jurídicos internacionais e realizado através de um amplo processo de participação. Obviamente, isto é benéfico – uma vez que a planificação participativa, tal como promovida por este Manual, é necessária não só localmente, mas também a nível nacional.

### Quando houver um novo plano, tente ter a Reserva da Biosfera incluída

Você deve estar ciente das discussões nacionais sobre novos planos de ação, políticas, esforços legislativos e revisões de leis – bem como, a nível provincial, de projetos de ordenamento do território e de infra-estruturas (água, estradas, transportes públicos, mercados e energia). O mesmo se aplica aos programas nacionais de educação ambiental e de investigação sobre as mudanças climáticas e a biodiversidade. Quando começar a elaboração de novos planos, tente promover tanto quanto possível os objetivos da Reserva da Biosfera neste contexto. Se for permitido: tente obter um convite para as audiências públicas; apresente uma opinião por escrito.

### Avaliação de Impacto Ambiental

#### O que são Avaliações de Impacto?

A *Avaliação de Impacto* é usada para identificar as consequências futuras de uma ação ou projeto proposto. “Impacto” é a diferença entre o que aconteceria num determinado sistema (por exemplo, um ecossistema), se a ação fosse tomada – ou não [[IAIA]]. As *Avaliações de Impacto Ambiental* (AIA) são legalmente prescritas em muitos países em todo o mundo para projetos de infra-estruturas de grande escala, por exemplo, a construção de uma estrada. Há mais e há versões menos rigorosas da AIA. Em alguns países, o impacto ambiental de um determinado projeto tem de ser “compensado” por intervenções compensatórias noutros locais (por exemplo, replantar o mesmo número de árvores noutros locais). Há o mesmo número de versões da *Avaliação de Impacto Social*. Diferentes tipos de Avaliações de Impacto podem ser combinados numa *Avaliação de Impacto Ambiental e Social Integrada* ou numa *Avaliação de Impacto Ambiental e Social*.

A OCDE sugeriu, há mais de 20 anos, a realização de AIA para projetos de ajuda ao desenvolvimento, a fim de integrar as preocupações ambientais na cooperação para o desenvolvimento, bem como abordar as questões da participação pública e da boa governação. A maioria das técnicas de AIA requer métodos participativos e a consulta das partes interessadas. As Reservas da Biosfera Africana trabalham frequentemente com a AIA, mas na maior parte dos casos não são suficientemente coerentes e não estão de acordo com os padrões; demasiadas aplicações de AIA são impulsionadas por projetos e não fazem parte da caixa de ferramentas institucional.

#### A lógica básica

As AIA são técnicas úteis na tomada de decisões, à semelhança do princípio da precaução, uma vez que “não requerem a adesão a um resultado ambiental predeterminado, mas antes exigem que os decisores tenham em conta os valores ambientais nas suas decisões e justifiquem essas decisões à luz de estudos ambientais detalhados e comentários públicos sobre os potenciais impactos ambientais” [[HOLDER]].

### Estudo de caso: EIAs e envolvimento da comunidade na Reserva da Biosfera de Vhembe, África do Sul

O distrito sul-africano de Vhembe, que faz fronteira com o Zimbabué, Botsuana e Moçambique, foi designado como Reserva da Biosfera em 2009. O maior desafio é combater o legado da pobreza baseada no Apartheid, que é agravado pelo crescimento populacional, desenvolvimento inadequado contínuo, destruição de habitat e mudanças climáticas adversas. Vhembe, governado por um órgão representativo em quatro municípios e por um grupo consultivo de diversas partes interessadas, e apoiado pelo município do distrito de Vhembe e pelo governo provincial, tornou prioritário o envolvimento das comunidades locais, das organizações sem fins lucrativos e das estruturas de liderança e curandeiros tradicionais. A Reserva da Biosfera tem estado envolvida no debate sobre a mineração na área e participa ativamente na Avaliação de Impacto Ambiental. Ela também apoia o debate sobre uma zona tampão para proteger o Sítio do Património Mundial Mapungubwe da mineração. Vhembe trabalha numa estratégia de longo prazo que inclui a preparação de um Quadro de Gestão Ambiental como base para a tomada de decisões baseadas em princípios de desenvolvimento sustentável. A Reserva da Biosfera está ativamente envolvida no processo de restituição de terras comunitárias. As reivindicações de terras não são apenas consideradas um direito de propriedade constitucional, mas também são baseadas no direito consuetudinário. As comunidades comprometem-se com o uso sustentável e participativo da terra, apoiado por uma ONG local e usando o Conhecimento Indígena, complementado pelo conhecimento científico. A Reserva da Biosfera trabalha com a Universidade de Venda, seus cursos de mestrado e doutorado e, em particular, sua Cátedra de Biodiversidade. O apoio a projetos comunitários é frequentemente dado sob a forma de materiais de trabalho, em vez de dinheiro na mão.

Os Administradores de Reservas da Biosfera podem utilizar técnicas de AIA como ferramentas técnicas de planeamento para analisar o vasto espaço de potenciais consequências de uma intervenção planeada (estratégia, plano, projeto), que pode incluir resultados como poluição pesada e conflitos. A AIA promove a transparência e a participação pública; conduz à identificação de procedimentos e métodos de monitorização para mitigação das consequências adversas. A AIA nas Reservas da Biosfera deve ter em conta a zoneamento, cp. também [[MENDOZA]].

Como utilizá-los nas Reservas da Biosfera?

Uma Avaliação de Impacto diferencia, entre outros, entre impactos localizados e generalizados, entre impactos individuais e cumulativos, entre temporários e permanentes, evitáveis e inevitáveis, reversíveis e irreversíveis, imediatos e diferidos, diretos e indiretos, a curto e longo prazo, bem como impactos pontuais, intermitentes ou contínuos.

### Documentos da ONU de apoio à avaliação do impacto ambiental

**Declaração do Rio, Princípio 17:** A avaliação do impacto ambiental, enquanto instrumento nacional, será realizada para as atividades propostas que possam ter um impacto negativo significativo no ambiente e que estejam sujeitas a uma decisão de uma autoridade nacional competente.

Os “Princípios do Equador”, baseados nos padrões ambientais do Banco Mundial, são utilizados por 66 instituições financeiras para assegurar a justiça ambiental e social no financiamento global de projetos.

Outros instrumentos incluem: Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica, de 1992; Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982; Convenção Regional da UNECE sobre a AIA num Contexto Transfronteiriço, de 1991.

A AIA não deve ser prevista para todos os projetos de desenvolvimento, especialmente para projetos comunitários de pequena escala que beneficiem as populações indígenas em termos de subsistência. Com o aumento da escala dos projetos, a AIA é recomendada ou legalmente exigida, por exemplo, para a construção de instalações turísticas, infra-estruturas energéticas, povoações e habitação, desenvolvimento agrícola industrial, introdução de espécies, dragagem e infra-estruturas de recursos hídricos, construção de estradas, minas ou barragens.

Quando usar a AIA, quando não usá-la

### Ética Ambiental – O Princípio da Precaução

Ética é o termo para as escolas do pensamento que discutem sistematicamente questões da moralidade humana. A ética pode ser “normativa”, dizendo-nos o que *devemos* pensar; o que é bom e o que é mau. A ética também pode ser descritiva, explicando o que *efetivamente pensamos*; se é bom ou mau. A ética está relacionada com a filosofia, a psicologia, a cultura e a religião. A *ética ambiental* desenvolveu-se na década de 1970 e ainda mais na de 1990. Uma questão importante é se a natureza tem seu próprio valor (“valor intrínseco”, “ecologia profunda”) ou se tem valor “apenas para os seres humanos” (“antropocentrismo”). Outras questões incluem limites ao uso dos recursos finitos, obrigações para com as gerações futuras, “direitos” dos animais, plantas ou mesmo ecossistemas.

O que é ética ambiental?

As Nações Unidas adoptaram textos de referência como a Declaração de Estocolmo de 1972 ou a “Carta Mundial da Natureza” de 1982. A Declaração do Rio de 1992 produziu consenso sobre a necessidade de normas legais ambientais. A “Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes para as Gerações Futuras”, adotada pela Conferência Geral da UNESCO em 1997, afirmou que “as gerações presentes devem preservar para as gerações futuras os recursos naturais necessários para sustentar a vida humana e seu desenvolvimento”.

Textos relevantes da ONU

Até agora, *não existe um consenso político ou jurídico global abrangente* sobre a maioria dos conceitos de ética ambiental, tais como “poluidor-pagador” ou “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”. Estes princípios só são acordados caso a caso, este último está contido na UNFCCC. Este é o caso porque muitos governos temem que esses princípios tenham pesadas implicações financeiras. Durante muitos anos, os Estados-membros da UNESCO já não conseguiram chegar a um acordo sobre se deveriam começar a negociar uma Declaração de Princípios Éticos da Mudança Climática.

Limites do consenso político

*O princípio da precaução* apoia a antecipação, a prevenção e a prevenção de danos ambientais – nos casos em que ainda não há evidências claras de que tais danos ocorrerão definitivamente. A precaução muda o equilíbrio na tomada de decisões para uma “previsão prudente”, em favor do monitorização, prevenção ou mitigação de ameaças potenciais incertas. *O princípio da precaução pede aos políticos, Administradores e cientistas que abordem muito cuidadosamente as questões da incerteza e do risco.*

O que é princípio da precaução?

“Risco” tem muitas definições, a mais amplamente utilizada é a probabilidade de que algo indesejável aconteça multiplicado pela quantidade de danos que se espera que ocorra. Numa aplicação típica desta definição, os reatores nucleares têm um alto risco: embora um acidente com um reator nuclear seja pouco provável, o dano potencial é extremamente alto.

O que é o risco?

### Instrumentos da ONU de apoio ao princípio da precaução

**Declaração do Rio, 1992, Princípio 15:** A fim de proteger o ambiente, a abordagem de precaução deve ser amplamente aplicada pelos Estados de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaças de danos graves ou irreversíveis, a falta de certeza científica total não deve ser usada como motivo para adiar medidas eficazes em termos de custos

para prevenir a degradação ambiental.

**Convenção sobre a Diversidade Biológica, 1992, preâmbulo:** Quando existe uma ameaça de redução significativa ou de perda de diversidade biológica, a falta de certeza científica total não deve ser utilizada como motivo para adiar medidas destinadas a evitar ou minimizar essa ameaça.

**Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CoP13 Resolução 9.24):** Em virtude da abordagem de precaução e em caso de incerteza, quer quanto ao estatuto de uma espécie quer quanto ao impacto do comércio na conservação de uma espécie, as Partes agirão no interesse da conservação das espécies em causa e adotarão medidas proporcionais aos riscos previstos para as espécies.

#### Resumo do princípio

Elementos do princípio da precaução

- *Quando é que se aplica?* Em casos de danos “graves ou irreversíveis” ao ambiente e à saúde humana
- *Relação com a incerteza:* A falta de certeza científica não pode ser usada como argumento contra a ação de prevenção/proteção economicamente viável
- *Mudança do ónus da prova:* Proponentes de atividades potencialmente nocivas a serem exigidos para demonstrar a segurança ou aceitabilidade de sua ação

Para mais detalhes, cp. Publicação da UNESCO “O princípio da precaução” de 2005 [[UNESCO2005]].

#### O princípio é semelhante à abordagem das Reservas da Biosfera

O que significa o princípio da precaução para as Reservas da Biosfera? Globalmente, o princípio da precaução é reconhecido como um princípio ético – e cada vez mais político – de elaboração e gestão de políticas *sob condições de incerteza*. O princípio é realmente um princípio – somente em poucas situações se pode decidir claramente o que fazer, apenas com base em sua base. Mas o princípio da precaução *ajuda* no contexto da gestão sob incerteza. Já dissemos acima que a gestão é sempre acompanhada de incertezas – se a incerteza e o risco são “favorecidos demais”, os riscos são assumidos de forma muito alta. O princípio excluirá as opções “demasiado arriscadas” de uma carteira de alternativas potenciais. O princípio não lhe dirá o que fazer, mas lhe aconselhará o que não fazer. Assim, você deve incluir o princípio em quadros legais, institucionais e políticos. Mas tenha cuidado – não espere uma panaceia e *não use indevidamente o princípio da precaução*; sempre especifique claramente a incerteza a que as medidas cautelares estão respondendo e adote medidas que sejam *proporcionais e economicamente viáveis* às ameaças potenciais.

#### Não faça mau uso do princípio

### 3.5 Financiamento das Reservas da Biosfera

*A UNESCO não fornece financiamento para Reservas da Biosfera.* Esta é a resposta geral à pergunta talvez mais frequentemente feita pelos Administradores de Reservas da Biosfera. Claro que existem algumas exceções, quando a UNESCO coordena projetos comparativos globais ou regionais, por exemplo, recentemente na África Ocidental. E há a proposta da Assembleia AfriMAB em 2010 para investigar a viabilidade do AfriBioFund, um fundo especial para Reservas da Biosfera em África. O projeto de arranque do AfriBioFund ainda não foi financiado.

A longo prazo, cada Reserva da Biosfera tem de ser financiada por fontes nacionais, ou melhor ainda, provinciais ou municipais.

#### Selo de qualidade para atrair doadores Em geral, nenhum financiamento da UNESCO

Até que isso seja possível, a designação da UNESCO deve ser usada como um “selo de qualidade”, a fim de atrair uma grande variedade de financiamentos de fontes nacionais, internacionais e privadas. Que isso é realmente possível e comparativamente “fácil”, por exemplo, através do GEF, deve-se à combinação específica de fatores que é especial para as Reservas da Biosfera. Através de uma *carteira de financiamento diversificada*, as Reservas da Biosfera devem adquirir financiamento de várias fontes diferentes para projetos individuais, por exemplo de instituições científicas, doadores de APD, instituições intergovernamentais, ONG internacionais ou fundações de caridade. Uma abordagem razoável é formular uma estratégia de financiamento como a Reserva da Biosfera Kafa, Etiópia [[BERGHÖFER]].

#### Elaboração de propostas de financiamento

Qualquer que seja o financiamento que você esteja procurando, esteja ciente de que você precisará escrever propostas de financiamento de alta qualidade. A IUCN fornece orientações sobre o financiamento de áreas protegidas [[IUCN2003-1]] e [[IUCN2006]]. Você pode encontrar muitos guias práticos gratuitos online sobre como escrever propostas de financiamento. Você pode usar qualquer Motor de Busca na Internet, basta digitar “escrever uma proposta de subsídio” ou “como escrever uma proposta de financiamento”. Qualquer proposta de financiamento precisa de ser bem estruturada e precisa de conter conteúdo realmente forte – a agência de financiamento precisa de ter uma ideia de *que você sabe exatamente o que quer e que você tem a equipa, o conhecimento e a experiência de como fará isso quando tiver o dinheiro*.

#### Possíveis fontes de financiamento a nível local

#### Os beneficiários devem pagar

A longo prazo, tem de ser criada uma base de financiamento estável a nível local, com financiamento dos governos provinciais, comunidades locais e outros parceiros do setor privado, por exemplo, instalações turísticas. Uma Reserva da Biosfera também deve ser “financeiramente sustentável”. Conceitualmente, aqueles que se beneficiam dela devem

pagar por ela. É claro que você pode afirmar que o mundo inteiro se beneficia da conservação da biodiversidade na África; no entanto, pelo menos até hoje, mecanismos internacionalmente aceitos para pagar aos países em desenvolvimento como “compensação” pela conservação de ecossistemas específicos ainda não existem, embora uma discussão controversa esteja surgindo, cp. REDD], [[YASUNI]]; países individuais fornecem financiamento em escala global para cumprir sua responsabilidade específica.

Nessas Reservas da Biosfera Africana cujas áreas centrais são parques nacionais ou outras áreas protegidas com controlos de entrada, com guardas em patrulha – e com taxas de entrada para visitantes – há rendimento direto para a gestão da Reserva da Biosfera e/ou para as autoridades responsáveis. Algumas Reservas da Biosfera recebem financiamento suficiente das taxas de entrada para que o pessoal do secretariado, bem como um orçamento para projetos, manutenção e investimento possam ser totalmente financiados. Através de uma abordagem de partilha de benefícios, estas Reservas da Biosfera turísticas atrativas e bem sucedidas podem beneficiar grandemente as comunidades locais (cp. secção 2.3 para alguns modelos concretos).

Nos casos de Reservas da Biosfera que são capazes de levantar taxas substanciais dos turistas (diretamente através de taxas de entrada ou indiretamente através de impostos e taxas locais sobre operadores turísticos e hoteleiros), uma questão importante é: Como são partilhados os rendimentos entre todas as diferentes partes que reivindicam, i.e. (a) governos nacionais, (b) governos provinciais e locais, (c) a autoridade de gestão/conservação incluindo a equipa de gestão das Reservas da Biosfera, e (d) comunidades locais.

Claramente não pode haver uma fórmula universalmente aplicável sobre a qual a percentagem das receitas do turismo tem de ir para o pessoal de gestão local – a “nação como um todo” tem também o seu direito moral e económico para uma parte considerável das receitas, uma vez que o governo nacional estabelece aeroportos e estradas onde os turistas chegam. O mesmo raciocínio aplica-se aos governos provinciais e locais. Mas é claro que uma grande parte das receitas dos turistas tem de beneficiar as comunidades locais e o funcionamento de uma Reserva da Biosfera – caso contrário, a pressão local sobre o património torna-se demasiado grande e o pessoal de gestão não será capaz de o proteger eficazmente.

Nos países industrializados, as Reservas da Biosfera recebem o seu financiamento principal principalmente de fontes locais, ou seja, quer de governos provinciais, quer de um “modelo de associação”, sem estarem ligadas a receitas diretas, tais como taxas de turismo. Estas últimas podem ser

- Uma associação estatutária de comunidades (cidades e vilas) ou
- Uma associação de apoio com membros mistos. Por exemplo, a Reserva da Biosfera Fundy no Canadá recebe algum financiamento limitado através da sua “carta constitutiva” aberta a agências governamentais, municípios, ONG/OSC, escolas e indivíduos.

No entanto, a maioria das Reservas da Biosfera nos países industrializados depende também de um financiamento considerável dos governos provinciais. Na maioria dos países africanos, o financiamento dos governos locais ou provinciais parece hoje uma possibilidade remota, onde qualquer administração pública, mesmo para áreas protegidas com elevado número de turistas, luta para obter financiamento estatal. Mas a diversificação das fontes de financiamento é um requisito absolutamente necessário para as Reservas da Biosfera Africana, hoje e ainda mais no futuro. Nenhum modelo realmente convincente foi testado até agora, mas a primeira experimentação está em andamento. Um exemplo interessante são os Fundos Fiduciários (cp. abaixo e estudo de caso sobre a Reserva da Biosfera do Monte Mulanje no início da secção 3) ou o trabalho com fundações.

Os governos locais e provinciais em África precisam de pagar mais

A angariação de fundos a nível local pode visar especificamente o setor privado local, através de parcerias com empresas locais. No entanto, as parcerias que resultam num financiamento considerável e estável exigem relações duradouras e a criação de confiança mútua. Uma Reserva da Biosfera normalmente não pode “cobrar impostos ambientais” e não deve ter a pretensão de o fazer. Uma Reserva da Biosfera deve também ter cuidado com os “benefícios” a anunciar às empresas locais em troca de contribuições: os “benefícios para as empresas” nunca podem entrar em conflito com as objetivos de desenvolvimento sustentável acordadas com as comunidades locais, tais como objetivos de conservação da biodiversidade, objetivos de participação ou quaisquer outros objetivos acordados. Caso contrário, uma Reserva da Biosfera iria contradizer e corromper tudo o que ela representa.

Fundos de empresas locais: limitações

A gestão da Reserva da Biosfera deve fazer todos os esforços para apresentar os benefícios consideráveis que proporcionam aos operadores económicos locais, incluindo os mercados dos operadores turísticos de grande escala. Na maioria dos casos, os turistas virão a uma região exatamente por causa da natureza autêntica. Portanto, é justo que as instalações turísticas contribuam substancialmente para o financiamento das intervenções necessárias para manter a natureza intacta. Isto pode ser modelado como “patrocínio de caridade” para projetos individuais de conservação da paisagem e do património natural e cultural, por exemplo, através de eventos de angariação de fundos; no entanto, um financiamento estável a longo prazo não deve ser baseado em “doações de caridade” no sentido de “doações voluntárias e benevolentes”; os operadores turísticos precisam de compreender que a Reserva da Biosfera aborda interesses comerciais fundamentais que não estão disponíveis gratuitamente. Repetindo: os objetivos acordados pela comunidade não podem ser comprometidos.

Rumo a uma parceria de longo prazo com empresas locais



Também outras empresas locais (de pequena escala) podem ter benefícios significativos da Reserva da Biosfera – e devem, portanto (a longo prazo), contribuir para o seu financiamento. No entanto, os Administradores da Reserva da Biosfera *não* devem começar a envolver-se com empresas locais de pequena escala nesta motivação. Devem aumentar a sensibilização e o interesse pelos objetivos e atividades da Reserva da Biosfera, explicando os possíveis benefícios *para* as empresas. Isto pode incluir estratégias conjuntas nacionais e internacionais de comercialização de produtos como o algodão orgânico ou o café orgânico, por exemplo [[ORGÂNICO]] e [[KULLMANN]]. Isso também pode incluir o apoio à comunidade local para melhorar a produção artesanal e os alimentos tradicionais, por exemplo, através da melhoria da qualidade dos produtos, da melhoria do material ou do acesso aos mercados. Um modelo possível é estabelecer um “protocolo de cooperação” com as empresas locais e outros parceiros com base na partilha de benefícios.

Este co-financiamento das empresas locais exigirá frequentemente uma alteração dos estatutos ou do ato jurídico da Reserva da Biosfera. O estabelecimento desse co-financiamento local representa um desafio considerável em África, e os Administradores não serão capazes de implementar tais abordagens sozinhos. O apoio de especialistas mais experientes para identificar o modelo certo para a sua reserva específica da biosfera é altamente recomendado.

### Possíveis fontes de financiamento a nível nacional

#### Fundos dos governos nacionais

Em muitos países, incluindo em África, as Reservas da Biosfera são operadas por autoridades e agências governamentais nacionais, por exemplo, o serviço nacional de fauna bravia ou a agência nacional de conservação da natureza, sob a supervisão geral do ministério do ambiente ou da investigação científica. Os modelos diferem substancialmente nos detalhes [[GUEDEGBE]], mas no “modelo de autoridade” (cp. secção 3.1), as decisões são tomadas directa ou indirectamente por um ministério que também fornece o orçamento. Tais orçamentos podem ter origem no sistema fiscal regulamentar ou no financiamento da APD, ou podem estar especificamente ligados a rendimentos de impostos sobre a hotelaria, impostos sobre a compra de terras, sobretaxas imobiliárias, royalties mineiras, taxas de oleodutos ou servidões de conservação [[SPERGEL]]. Também as Reservas da Biosfera financiadas pelo ministério, se forem autorizadas a fazê-lo, devem aventurar-se a diversificar os seus rendimentos, tanto de fontes locais como internacionais.

Também as Reservas da Biosfera “modelo ONG” devem procurar fontes nacionais para potencial co-financiamento. Estes poderiam ser “fundos ambientais nacionais” que existem em muitos países, incluindo em países africanos, por exemplo

- Fundo de Investimento Ambiental da Namíbia
- Fundação Rural da África Ocidental do Senegal, e
- O Green Trust da África do Sul.

Por vezes, são criados fundos fiduciários para áreas protegidas específicas, por exemplo, o Mulanje Mountain Conservation Trust para a Reserva da Biosfera de Mulanje Mountain no Malawi, um fundo fiduciário financiado pelo Banco Mundial através do seu Global Environmental Facility (GEF).

Fundações nacionais e fundos fiduciários

### Doadores bilaterais

Como foi explicado acima, há muitos aspetos do *conceito de Reserva da Biosfera da UNESCO* que os tornam “queridos dos doadores”, ideais para o *financiamento bilateral do desenvolvimento*. Para repetir os ativos de uma Reserva da Biosfera, eles oferecem:

As Reservas da Biosfera podem ser “queridinhas dos doadores”

- Um quadro estável, jurídico e administrativo a longo prazo
- Uma unidade de gestão que pode ser responsabilizada
- Um conjunto claro de objetivos multidimensionais formulados no plano de gestão
- Uma cultura de participação
- Uma gestão adaptativa baseada em revisões periódicas
- Grande visibilidade global em caso de problemas emergentes
- Uma designação e rótulo de qualidade fornecidos pela UNESCO que é atraente para os turistas

Em suma, existem muitas razões pelas quais um doador bilateral (uma ONG internacional ou um governo doador) deve preferir investir em qualquer projeto específico na sua Reserva da Biosfera em vez de num projeto semelhante a 100 quilómetros de distância, onde não existe tal estrutura ou designação internacional. E há muita informação disponível sobre o financiamento, por exemplo, em [[CFA]]. A cena está evoluindo rapidamente, portanto as visões gerais podem ser rapidamente desatualizadas [[GUTMAN]].

Na verdade, vários doadores internacionais têm apoiado financeiramente as Reservas da Biosfera:

Exemplos de doadores bilaterais

- União Europeia (por exemplo, Reserva da Biosfera transfronteiriça da região W)
- Espanha (Ministério da Agricultura e do Ambiente, por exemplo, IberoMAB; e Fundo para a realização dos ODM)
- Reino Unido (através do DFID, por exemplo, Tanzânia e Reserva da Biosfera das Flores do Mar na Colômbia)
- Estados Unidos (através da USAid, por exemplo, Reserva da Biosfera maia na Guatemala)
- França (AFD, por exemplo, Reserva da Biosfera de Pendjari no Benim)
- República da Coreia (projeto KOICA sobre “Economia Verde em Reservas da Biosfera” com locais piloto na Tanzânia, Nigéria e Gana)
- Alemanha (BMZ, BMUB, BMBF e AA através de GIZ, KfW, BfN e DUK, por exemplo na Etiópia, Gana, Quênia, Nigéria, Marrocos, Tanzânia, Uganda para citar apenas alguns)

O Ministério do Desenvolvimento da Alemanha publicou em 2011 uma brochura sobre as Reservas da Biosfera como instrumento premium para a cooperação para o desenvolvimento [[GIZ2011]]. Em 2014, o apoio alemão às reservas internacionais de biosfera em projetos atualmente em atividade somou mais de 110 milhões de euros. Anualmente, o governo alemão investe 500 milhões de euros em projetos internacionais de conservação da natureza.

Mais de 100 milhões de euros da Alemanha

Também os países do Leste Asiático e do Golfo (Kuwait, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Catar) e outros aumentaram significativamente sua cooperação para o desenvolvimento, mas até agora não se concentraram nas Reservas da Biosfera. Alguns governos provinciais, como o da ilha sul-coreana Jeju ou o da ilha espanhola Menorca, também investiram em projetos de cooperação internacional de Reservas da Biosfera.

Outros financiamentos bilaterais

As parcerias de geminação intercontinental entre Reservas da Biosfera, como a que existe entre Kruger e Canyons, África do Sul, e Rhön, Alemanha, [[K2C]] ou a que existe entre Malindi-Watamu, Quênia e Branton Burrows, Reino Unido, não são “parcerias de doadores”, mas “parcerias de aprendizagem mútua”. No entanto, elas podem facilitar o acesso a *outros* doadores. Os orçamentos da AOD e as áreas prioritárias são negociados entre os governos dos países doadores e receptores. Assim, antes de abordar um doador bilateral estrangeiro, você deve tentar convencer o governo do seu próprio país da necessidade de apoio à sua proposta de projeto. Pode ser aconselhável abordar primeiro o Comitê Nacional do MAB do seu país, que está em melhor posição para descobrir que funcionários irão definir a agenda para as negociações bilaterais da AOD. Esses negociadores podem discutir as suas ideias com os representantes dos doadores.

A geminação não tem a ver com financiamento

Você mesmo deve abordar os doadores bilaterais apenas com muito cuidado. Esteja ciente de que existem apenas alguns doadores de grande escala, e um projeto que poderia apoiar uma equipa de gestão de Reservas da Biosfera durante vários anos só pode ser apoiado por alguns doadores. Se um ou vários representantes locais de doadores potenciais pensarem que você não é profissional, o acesso ao financiamento estrangeiro pode ser ilusório durante décadas – você nunca poderia ter uma “segunda oportunidade”. Portanto, prepare-se cuidadosamente e certifique-se de que sua proposta de financiamento realmente “se encaixa no doador”. Se não tiver a certeza, procure aconselhamento externo. Em primeiro lugar, tente descobrir em que tipo de projetos o doador está interessado e que instrumentos de financiamento eles oferecem:

Como abordar um doador bilateral

- Um determinado doador coopera com o seu país?
- O doador apoia atividades na área de desenvolvimento rural, participação comunitária, conservação da natureza, adaptação às mudanças climáticas, capacitação das mulheres, educação para o desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza, energia renovável, redução do risco de desastres?
- O doador apoia projetos concretos no terreno? De acordo com os “Princípios de Paris sobre a eficácia da ajuda”, a “Agenda de Ação de Acra” e a “Parceria de Busan”, os doadores da APD acordaram numa divisão do trabalho. Cada doador da AOD cooperará apenas com alguns países parceiros, e apenas em setores específicos, com base em vantagens comparativas. Assim, os custos de transação para a coordenação dos doadores são reduzidos para os países de acolhimento. Em alguns casos, os doadores apenas prestam apoio orçamental e consultivo e já não financiam atividades no terreno.
- O doador apoia apenas projetos de uma determinada dimensão? Alguns doadores não poderão aceitar projetos de pequena escala através dos seus instrumentos regulamentares; para outros instrumentos, está previsto um limite orçamental máximo.
- Que tipo de projetos é que um doador apoia? Apenas projetos anuais ou apenas projetos plurianuais? O doador apoiará a contratação de pessoal local ou apenas consultores? O doador apoia a compra de equipamento? O doador apoia atividades de investigação científica ou apenas atividades de execução, reforço das capacidades ou investimentos concretos?
- Quem pode ser elegível para a apresentação de projetos? A equipa de Reserva da Biosfera? Apenas o ministério? Apenas uma ONG local? Apenas uma agência internacional/ONG? Apenas uma ONG baseada na fê? Apenas numa estrutura cooperativa?
- Existem diretrizes oficiais para a submissão de projetos? Existem prazos?
- O doador já tem experiência (no seu país e globalmente) em trabalhar com Reservas da Biosfera?
- Houve desenvolvimentos recentes, por exemplo, visitas de estado de um presidente ou de um ministro que resultaram em algum Memorando de Entendimento ou acordo similar? Que outros acordos bilaterais relevantes entre o doador e o seu país já existem?

Informe-se sobre os doadores através da sua rede

Se possível, recolha informação sobre os doadores relevantes e as suas prioridades atuais e emergentes nos seus websites ou através de parceiros existentes. Estes podem ser cientistas internacionais ou ONGs internacionais ativas na sua área, mas também podem ser membros do conselho consultivo ou do Comité Nacional do MAB ou do Escritório Nacional da UNESCO. Somente se você estiver devidamente preparado e somente se souber muito bem para que projeto você procura apoio, você deve abordar o doador para uma primeira reunião. Às vezes isso tem que ser feito através da embaixada, às vezes é possível diretamente. Às vezes é sábio ter uma proposta de projeto completa já preparada, às vezes é melhor apenas apresentar um breve esboço de sua ideia de projeto. Talvez o doador insista num estudo de viabilidade como primeiro passo, se se tratar do desenvolvimento de uma nova Reserva da Biosfera.

Se você trabalha com um doador apenas indiretamente, assegure a transparência e a co-design dos projetos

Talvez não seja necessário que você se dirija diretamente ao doador para uma primeira reunião. Em alguns casos, é inevitável que uma ONG internacional como a WWF, Birdlife International ou Conservation International, uma ONG doador-país ou uma agência de implementação do país doador como a GIZ se encarregue da gestão dos doadores – no entanto, isto não é obviamente ideal no que diz respeito à apropriação local do projeto, capacitação e capacitação do pessoal nacional e local. Certifique-se de que, nestes casos, a sua voz é plenamente respeitada na conceção e implementação do projeto (se necessário, incluindo direitos de veto), que há total transparência sobre o orçamento e as suas despesas e que a maior parte dos fundos fornecidos chega realmente ao terreno na sua Reserva da Biosfera, e não fique com a ONG internacional.

### Doadores multilaterais

GEF é uma fonte de financiamento chave

As mesmas recomendações dadas acima para os doadores bilaterais também se aplicam aos doadores multilaterais. São várias; a mais importante é claramente a “Facilidade Ambiental Global” (FAM), que funciona sob os auspícios do Banco Mundial, do PNUD e do PNUMA. O GEF financiou muitos projetos de grande escala em Reservas da Biosfera.

Parceiros da ONU REDD

A ONU tem várias agências que podem (em princípio) fornecer fundos limitados para projetos em Reservas da Biosfera: PNUD, UNECA, UNESCO, PNUMA, FAO, ONU Habitat, os secretariados das convenções da CBD, UNCCD e UNFCCC. Isso inclui instrumentos específicos como REDD, ou Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Algumas palavras sobre REDD: a sigla significa “Redução de Emissões por Desflorestação e Degradação”. Este instrumento foi fundado em 2007 e seu objetivo é tornar a preservação das grandes florestas – que são consideradas como sumidouros de carbono no âmbito deste instrumento, e não em termos de biodiversidade – mais atrativa financeiramente para os governos. Particularmente relevantes são as florestas tropicais. Uma revisão do REDD, chamada REDD+, aborda não apenas a conservação florestal, mas também o gestão sustentável das florestas e intervenções em benefício das comunidades envolvidas. REDD+ também aborda e monitoriza florestas ainda não protegidas, mas sob ameaça imediata da exploração madeireira. Tudo isso dito, atualmente o REDD+ é mais uma coleção de conceitos diversos e ainda não totalmente operacionalizados. No momento não está claro se

REDD+ será realmente relevante em breve para os Administradores de Reservas da Biosfera; recomenda-se que os Administradores se mantenham regularmente atualizados sobre novos desenvolvimentos. Um artigo recente explorou sinergias de REDD+ com a conservação da biodiversidade, olhando para o exemplo de Uganda [[UNEP2015]].

As instituições Africanas também podem ser importantes: a União Africana com sua NEPAD, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BAD), o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD) e o Banco de Desenvolvimento dos Estados da África Central (BDEAC).

Bancos de desenvolvimento

Mais uma vez, aborde qualquer doador potencial apenas se conhecer bem os mecanismos e as prioridades desse doador. Recomenda-se que você se dirija primeiro ao escritório da UNESCO responsável pelo seu país (mais o Comitê Nacional do MAB), ou como alternativa, ao escritório do “coordenador residente da ONU” presente em 53 países da África [[UNDG]]. Você deve conhecer referências à Reserva da Biosfera (ou à conservação da natureza em geral) em seus documentos nacionais de programação por país do UNDAF, PRSP e UNESCO (cp. secção 3.4).

Trabalhe através do Escritório Nacional da UNESCO

Aos doadores multilaterais, você deve apresentar preferencialmente uma ideia que seja multipaíses ou global em escopo e interesse, mas que aborde também um desafio local. Mais uma vez, saiba muito bem o que você quer; mas esteja ciente de que nenhuma regra geral pode ser dada se você deve preparar um documento de projeto com antecedência; se o fizer, prepare-o de acordo com os padrões internacionais e os requisitos do doador específico.

Pense multilateralmente

Um conselho geral neste contexto é que *tenha sempre preparado esboços de propostas de projetos gerais na sua gaveta*. Os projetos de propostas devem cobrir uma diversidade de desafios agudos da sua Reserva da Biosfera, os quais não podem ser financiados por fontes regulamentares. Por exemplo, poderia ser sábio ter um esboço de um projeto sobre recursos hídricos, um projeto sobre adaptação às mudanças climáticas, ou um sobre eletrificação. Tais projetos preparados permitem-lhe responder rapidamente a um convite à apresentação de propostas em caso de concursos internacionais: consulte o conselho consultivo da Reserva da Biosfera, o Comitê Nacional do MAB e outros peritos para desenvolver proposta(s) de projeto “padrão”.

Preparar propostas abrangentes

### Parcerias com o setor privado

Até agora, houve apenas alguns casos de parcerias do setor privado com Reservas da Biosfera. A maioria delas (Espanha: Grupo Abertis; Alemanha: Danone Waters Alemanha, Honda Alemanha) abordou apenas as Reservas da Biosfera nesse país. São poucos os casos conhecidos de um apoio intercontinental, por exemplo, o de uma empresa alemã (Merck) para um projeto relacionado com as mudanças climáticas na Reserva da Biosfera de Kruger a Canyons (África do Sul) durante dois anos.

Parcerias com o setor privado: poucas, mas em crescendo

Um exemplo interessante é a Ecopia, uma empresa etíope que apoia pequenos produtores em todas as Reservas da Biosfera etíope; a Reserva da Biosfera de Giam Siak Kecil-Bukit Batu na Indonésia foi mesmo iniciada pelo setor privado. O “Centro UNESCO para as Reservas da Biosfera Mediterrânica”, inaugurado em abril de 2014 em Barcelona, é uma instituição de financiamento privado que apoiará as Reservas da Biosfera no Norte de África.

Certamente, o número de parcerias internacionais com o setor privado irá aumentar no futuro. No entanto, não é fácil assegurar proativamente o financiamento a partir de fontes privadas. Se você for abordado por um potencial parceiro privado, talvez seja prudente procurar o apoio da ampla rede da “família UNESCO”, em particular dos Escritórios Nacionais da UNESCO. Você também pode se dirigir à Comissão Nacional da UNESCO do país de origem do potencial parceiro privado. Muitas vezes, eles desejam ter acesso ao “logótipo da UNESCO”, que você, como administrador de uma Reserva da Biosfera, não tem o direito de transmitir a outros parceiros.

Trabalhe através do Escritório Nacional da UNESCO

Uma alternativa poderia ser apresentar a sua Reserva da Biosfera em “sites de doação de caridade online” como [www.betterplace.org](http://www.betterplace.org), [www.helpdirect.org](http://www.helpdirect.org) ou [www.justgiving.com](http://www.justgiving.com). Especialmente nos dois primeiros portais, o registo é gratuito e pode apresentar a sua organização e o seu trabalho. Se bem feito, isso pode atrair doações de pequeno e médio porte para apoiar projetos individuais. Antes de o fazer, veja exemplos bem sucedidos nestes websites, como outros conseguem apresentar eficazmente as suas ideias.

### Rendimento da Economia Verde

Até agora, nesta secção 3.5, falámos apenas do financiamento da Reserva da Biosfera como uma estrutura. No entanto, não pode esquecer que, num sentido mais abstrato, a sua função é facilitar o desenvolvimento das suas comunidades. Portanto, a sua principal preocupação não deve ser maximizar o seu rendimento como unidade de gestão, mas sim maximizar o *rendimento da Reserva da Biosfera* e das suas comunidades – de fontes sustentáveis.

Não se concentre no dinheiro, concentre-se nos objetivos

### Estudo de caso: Economia Verde na Reserva da Biosfera de Argan, Marrocos

A floresta de Argan no sudoeste de Marrocos foi designada Reserva da Biosfera da UNESCO em 1998. A árvore de Argan é a espécie que define a sua eco-região, da qual dependem mais de 1.200 outras espécies vegetais e animais, 140 das quais são endémicas. Até agora, a árvore Argan tem desafiado a domesticação. Durante séculos, o óleo da árvore de Argan foi um pilar para os berberes da região. Desde 1999, coincidindo basicamente com a designação pela UNESCO, o azeite tem sido alvo de um enorme interesse e valorização na Europa e noutros mercados de elevado valor. Atualmente, o óleo de argão a 300 dólares americanos por litro é o óleo comestível mais caro do mundo. A Reserva da Biosfera também é apoiada pela empresa Procter and Gamble.

A maior parte deste óleo é colhida pelas “cooperativas de óleo de Argão” de mulheres, que têm sido apoiadas por ONGs, agências de desenvolvimento nacionais e inter-nacionais. Juntos, estes parceiros têm feito todos os esforços para que o aumento do preço de exportação realmente escorra para a população local e que ele preserve a saúde da floresta de Argan, através de uma constelação win-win. Análises detalhadas dos dados das famílias sugerem que pelo menos o primeiro objetivo foi atingido, que o boom permitiu que as famílias rurais aumentassem o consumo e o investimento, em particular para aumentar o rebanho caprino – mas com efeitos negativos na floresta de Argan. Ao mesmo tempo, as famílias podem enviar suas meninas para a escola secundária, de modo que os resultados educacionais, especialmente para as meninas, melhoraram muito. Além disso, o aumento do retorno do trabalho feminino pode melhorar a posição das mulheres na negociação intra-familiar [[LYBBBERT]].

Portanto, se o funcionamento da sua equipa estiver assegurado, não se concentre primeiro na aquisição de fundos adicionais para o seu escritório. Foque primeiro em alcançar os objetivos da sua Reserva da Biosfera, por exemplo, através do turismo sustentável, da comercialização de produtos orgânicos, incluindo a colheita sustentável de plantas medicinais, e do uso sábio dos serviços ecossistêmicos. Certifique-se de desenvolver boas ideias de projetos que cumpram estas objetivos: se a ideia do projeto for realmente boa e apresentada profissionalmente, você encontrará fundos. Certifique-se também de que as receitas dessas atividades sejam compartilhadas de forma equitativa e transparente com a comunidade local; em particular, assegure-se de que grupos vulneráveis (povos indígenas, mulheres, sem-abrigo, extremamente pobres, doentes, analfabetos, etc.) também sejam beneficiados.

## SECÇÃO 4 ORGANIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

*Ferramentas práticas*



todas as fotos © Sheila Ashong

## SECÇÃO 4

# ORGANIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

### Ferramentas práticas

*Esta secção explica com maior detalhe, o que é a gestão participativa, o que é a participação dos participantes e da comunidade, por que eles são necessários e quando eles devem ser utilizados. É fornecida orientação prática concreta especificamente para permitir aos administradores trabalhar com grupos maiores, organizar seminários de planeamento, manter vivo o interesse e usar a educação como um instrumento de alcance. Ao ler este capítulo, você deve entender:*

- *Que há muitas necessidades e razões para envolver as comunidades e as partes interessadas, e como manter um diálogo, uma vez estabelecido*
- *Como organizar audiências e consultas*
- *Em particular, como organizar o processo de formulação de um plano de gestão*
- *Que você pode considerar a educação como um processo de compromisso comunitário*

### 4.1 Razões e oportunidades para envolver as partes interessadas e as comunidades

Como descrito na secção 1.3, “gestão” significa perseguir os objetivos de uma organização através da implementação eficiente e eficaz dos recursos disponíveis (humanos, financeiros, de conhecimento e recursos administrativos). A gestão tem muito a ver com coordenação e comunicação, tanto dentro de uma organização (aqui: a equipa ou autoridade de gestão da Reserva da Biosfera) como fora dela (partes interessadas, comunidades, superiores nos ministérios, parceiros internacionais, etc.).

Mesmo instituições governamentais fortes não podem facilmente impor objetivos, regras e regulamentos que as partes interessadas e comunidades locais não apoiem – quase sempre o sucesso de “regulamentos puramente impostos” é muito limitado. Afinal, a participação também é um direito humano: “Toda a pessoa tem o direito de participar do governo seu país, diretamente ou através de representantes livremente escolhidos” [[UDHR]].

A abordagem de baixo para cima precisa de complementar as abordagens de cima para baixo

As unidades de gestão/autoridades de sucesso a longo prazo sabem como manter uma Reserva da Biosfera. Manter não significa apenas ter estratégias adequadas, adquirir os fundos necessários, ter o pessoal adequado para implementar as estratégias através da imposição de regulamentos de uma forma “de cima para baixo”. As unidades de gestão/autoridades ouvem as necessidades e os desejos das partes interessadas e das comunidades e estabelecem prioridades em conformidade; criam apoio, compromisso e valores partilhados; envolvem as partes interessadas nos processos de implementação. *O envolvimento da comunidade e compromisso da comunidade* são palavras às vezes usadas de forma intercambiável para a gestão participativa. Envolvimento, compromisso e valores compartilhados nunca podem ser impostos; eles devem ser criados, por processos “de baixo para cima”.

Ocasões oficiais como pontos de entrada para a participação

A seguir, apresentaremos primeiro as ocasiões oficiais para o envolvimento das partes interessadas e das comunidades *exatamente sob esta perspectiva*; estas são as instâncias em que a UNESCO exige oficialmente que você, como administrador, use métodos de gestão participativa. Como administrador deve considerar estas ocasiões oficiais como “pontos de entrada” para fazer gestão de forma participativa – a UNESCO dá-lhe toda a legitimidade para organizar um evento de divulgação, um grupo de trabalho ou uma audiência pública.

A participação pode e deve ser aprendida

Através destes eventos, espera-se que o benefício da participação se torne muito evidente para todos e, passo a passo, a participação se torne a norma na gestão das suas Reservas da Biosfera. Porque, na verdade, a necessidade de participação vai muito mais fundo do que as ocasiões oficiais.

### Nomeação e revisão periódica

Como explicado na secção 3, a nomeação de uma Reserva da Biosfera é um processo complexo e demorado. Para decidir sobre uma nomeação, o Conselho Internacional de Coordenação (ICC) do Programa MAB da UNESCO requer

uma quantidade considerável de dados sobre a futura Reserva da Biosfera. São necessários dados, por exemplo, sobre a biodiversidade local e o seu significado; sobre a geografia; ou sobre a subsistência das pessoas. No entanto, a recolha de dados é a parte mais “fácil” da preparação de um dossier de nomeações.

Para repetir uma mensagem chave mais uma vez: as Reservas da Biosfera não são designadas pela UNESCO pelas suas belas paisagens ou por espécies ameaçadas de extinção. **As Reservas da Biosfera são designadas porque uma região inteira, com todas as comunidades locais, aspira de forma credível tornar-se uma região modelo para o desenvolvimento sustentável de importância global.** Isto significa que um elemento chave de um processo de nomeação é uma visão credível para o desenvolvimento futuro de uma região inteira. Esta é uma visão do que deve ser alcançado nos próximos 10 ou 20 anos, como será alcançado e qual será o papel da designação da UNESCO neste contexto. Uma visão deve ser desenvolvida em conjunto com as partes interessadas e as comunidades; não pode ser formulada por um responsável pelo programa numa mesa na capital.

Você precisa de uma visão credível para a Reserva da Biosfera

Uma visão pode ser um texto bastante curto, centrado em muito poucos aspetos; pode também ser um texto mais longo, abrangendo muitos aspetos diferentes (por exemplo, conservação, mudanças climáticas, tendências demográficas, migração, tendências económicas, coesão social, investigação, educação). Não existe um plano para tal visão; apenas exemplos podem ser dados aqui. As visões devem orientar a ação e criar compromisso. É evidente que as visões muitas vezes não são alcançadas quando a realidade toma um rumo diferente. É importante que as partes interessadas e as comunidades estejam de facto de acordo sobre uma visão – juntamente com as autoridades governamentais responsáveis. Por exemplo, as comunidades locais podem querer tornar-se líderes mundiais na produção orgânica de sorgo, mas o governo provincial quer expandir a produção de algodão em larga escala. Pode haver boas razões para ambos os caminhos – mas obviamente, neste caso, *não* há uma visão conjunta. Neste caso, a visão conjunta *deve* ser formulada e estabelecida primeiro.

O que é uma “visão”?

As visões não são “fantasia do céu azul”; não são “desejos”. As visões também devem ser SMART – este é um conceito bem conhecido da teoria da gestão de projetos, exigindo que os objetivos dos projetos (e as visões das organizações) sejam **E**specíficos, **M**ensuráveis, **A**ceites, **R**azoáveis e **T**emporais. Mas isto também implica que qualquer visão deve ser apoiada por uma estratégia que descreva como alcançar a visão.

As visões são SMART

O processo de nomeação também deve conter os detalhes sobre o zoneamento e informações sobre como a Reserva da Biosfera pretende cumprir suas “três funções”. O dossiê de proposta de inscrição deve também fornecer os planos para os instrumentos de participação futura. A proposta de inscrição deve também conter pelo menos os elementos básicos do futuro plano de gestão. Tudo isto tem a ver com a participação.

Zoneamento e três funções

O processo da **nomeação** requer também a assinatura de todas as autoridades competentes, governos locais eleitos, titulares de mandatos ou porta-vozes representativos das comunidades a todos os níveis (municipal, provincial e nacional). A maioria das autoridades e dos representantes não se limitará a assinar um dossiê de nomeação, mas terá de estar convencida de que uma Reserva da Biosfera da UNESCO acrescenta valor à comunidade. Todas estas tarefas – desenvolver uma visão preliminar, desenvolver elementos do futuro plano de gestão e gerar apoio político – são possibilidades de iniciar um verdadeiro diálogo sobre o futuro de uma região. A nomeação requer participação – este requisito não deve ser considerado como um fardo burocrático, mas como uma oportunidade única e legitimidade para começar com algo que é importante e necessário de qualquer forma. Sem participação, as nomeações falharão [[GOEDEKE]]; também para outras designações da UNESCO, a participação se torna a regra, cp. IREDALE].

Todas as assinaturas são necessárias

Como administrador, nunca deve ir ao encontro de um Presidente da Câmara para conseguir uma assinatura, mas para entusiasamá-lo com a ideia da Reserva da Biosfera e para entender melhor quais são os seus interesses particulares. Nunca deve ficar satisfeito com uma assinatura se não tiver também um novo parceiro.

Não apenas assinaturas – parcerias

A participação requer tempo e recursos, mas geralmente é rentável a longo prazo, pois reduz conflitos, aproveita ideias inovadoras das comunidades e reduz a necessidade de uma aplicação dispendiosa. Uma recente cooperação da Tanzânia com o Reino Unido estabeleceu um guia muito valioso para a nomeação de Reservas da Biosfera, com foco no envolvimento das mulheres e levando em conta os aspetos culturais [[BELL]].

A **revisão periódica** de uma Reserva da Biosfera já foi introduzida. É um processo de relatório obrigatório para a UNESCO, a ser realizado a cada dez anos. As revisões periódicas fazem um balanço do funcionamento da Reserva da Biosfera, das mudanças e das razões para essas mudanças, se os objetivos foram alcançados ou não, se as ações foram adequadas e entregues de forma apropriada. As revisões periódicas são uma oportunidade para o compromisso e para ganhar apoio e para melhorar a eficácia da Reserva da Biosfera através de mudanças na estrutura de governança e no plano de gestão, se necessário. As revisões periódicas não são um dever burocrático, mas uma oportunidade para destacar algumas questões que precisam ser resolvidas, para atualizar procedimentos e estruturas, para melhorar a legitimidade e a qualidade do trabalho. As partes interessadas e as comunidades são necessárias para dar uma perspectiva mais ampla e abrangente nas revisões periódicas, sobre cada detalhe, mas também sobre a eficácia geral da Reserva da Biosfera.

## Estudo de caso: Desenvolvimento de uma visão para a Reserva da Biosfera proposta do Lago Tana, Etiópia

Dois seminários de partes interessadas criaram o impulso que conseqüentemente ajudou a defender a ideia e ganhar apoiantes a nível regional para a preparação de uma proposta de Reserva da Biosfera. Os participantes regionais e representantes de todos os níveis administrativos relevantes e líderes religiosos das comunidades cristã e muçulmana tinham sido convidados para os seminários. Os seminários foram realizados em língua amárica e traduzidas para o inglês. Com base em várias apresentações e discussões vibrantes, os participantes finalmente concordaram sobre uma visão e sobre os objetivos planeados para a Reserva da Biosfera. Chegou-se a um consenso para uma ação imediata para salvaguardar o ecossistema do Lago Tana.

Porquê é necessária a participação na revisão periódica

A UNESCO coloca grande ênfase na participação na revisão periódica. De fato, as primeiras “questões reais” na forma do relatório de revisão periódica são as seguintes:

1.5 Descrever em detalhe o processo pelo qual a atual revisão periódica foi conduzida:

1.5.1 Quais foram as partes interessadas envolvidas?

1.5.2 Que metodologia foi utilizada para envolver as partes interessadas no processo (por exemplo, seminários, reuniões, consulta com especialistas)?

1.5.3 Quantas reuniões, seminários, etc. ocorreram ao longo do processo de realização desta revisão?

1.5.4 Eles foram bem assistidos, com representação plena e equilibrada?

Naturalmente, o formulário para o relatório de revisão periódica também contém perguntas sobre o lugar que a participação tem no trabalho diário da Reserva da Biosfera.

### Planos de gestão

Documento e processo

Na secção 3, apresentamos amplamente porque um plano de gestão é necessário e que elementos deve conter. Um plano de gestão deve ser um *documento abrangente e ambicioso* – e a sua elaboração deve ser um *processo*. É absolutamente necessário desenvolver um plano de gestão em conjunto com as partes interessadas e as comunidades. Tal processo nem sempre será fácil e curto. Além de produzir um bom plano de gestão, este processo proporcionará muitos benefícios adicionais, especialmente para o envolvimento e propriedade da comunidade. *Somente através do compromisso criado no processo* você será capaz de implementar o plano de gestão mais tarde.

### Zoneamento (ou rezoneamento) e mapeamento – como proceder

Um zoneamento não pode ser decidido com base num critério

Nas secções 1 e 3, foi introduzido o esquema de zoneamento único das Reservas da Biosfera: *área(s) central(is)* estritamente protegida(s), rodeada(s) por *zona(s) tampão(s)* e as *áreas de transição*, onde o foco não está nas restrições, mas na promoção de práticas económicas e sociais sustentáveis. Também já foi dito que este esquema de zoneamento pode ser implementado de diferentes maneiras em ecossistemas específicos. Em muitos casos, uma

Reservas da Biosfera engloba várias áreas protegidas menores que estão ligadas através de “corredores” (zonas tampão e de transição) através de uma abordagem de gestão global. Infelizmente, porém, demasiadas Reservas da Biosfera Africana ainda não têm um zoneamento adequada a este respeito.

*Em geral*, um zoneamento deve respeitar o gradiente de uso humano: tipicamente, florestas primárias, zonas húmidas únicas e outras “áreas selvagens intocadas” podem ser a área central, enquanto florestas secundárias, zonas de reabilitação ou áreas de agricultura orgânica podem ser a zona tampão. No entanto, esta é uma orientação demasiado simples. É insuficiente para determinar o zoneamento apenas com base no uso humano e na vegetação. Cada pedaço de terra deve ser discutido separadamente. Questões de propriedade têm de ser consideradas, e planos de desenvolvimento orientados para o futuro, tais como estradas, fábricas, minas, barragens ou linhas de eletricidade, têm de ser levados em conta. Uma vez que as áreas centrais em geral devem ser legalmente contempladas, muitas vezes será difícil ter áreas centrais na propriedade privada sem compensação financeira.



### Estudo de caso: Zoneamento na Reserva da Biosfera de Kafa, Etiópia

O ponto de partida para o zoneamento da Reserva da Biosfera Kafa na Etiópia tem sido as práticas culturais tradicionais das comunidades locais: lugares sagrados e práticas de ação de graças. Esta abordagem tem sido bastante fácil e muito bem sucedida, minimizando desde o início as controvérsias e conflitos de interesses. Na medida do possível, não foi criada nenhuma “zona artificial” que não tenha uma base nas práticas culturais tradicionais. Foram realizados “seminários de zoneamento” a nível de aldeia e foi organizado um “procedimento participativo de demarcação e endosso” a nível comunitário, distrital e regional. Na região de Kafa, existem restos muito preciosos dos Ecossistemas Florestais de Afromontane Evergreen. Estas partes das florestas, que as comunidades locais sempre consideraram como lugares sagrados “sem toque”, foram designadas como áreas centrais. Onze dessas áreas centrais existem, imediatamente cercadas por zonas tampão. A maioria das zonas tampão também consiste em florestas que são amplamente utilizadas, por exemplo, para a colheita de café selvagem. Ao longo da interface externa entre a zona tampão e a zona de transição, 878 hectares de florestas degradadas foram reabilitados com árvores indígenas. Isto foi feito após extensas consultas com as comunidades locais. Nestes casos, o resultado é um zoneamento muito bem visualizada. O zoneamento funcional resultante foi totalmente referenciado por SIG.

### Estudo de caso: Zoneamento na Reserva da Biosfera proposta do Lago Bosomtwe, Gana

Durante vários anos, o Lago Bosomtwe tem sido discutido já como uma Reserva da Biosfera. O lago circular, a cratera de um impacto de meteorito, tem cerca de 8 km de diâmetro e é o único lago natural de Gana. Cerca de 70.000 pessoas vivem em 30 vilarejos ao redor da cratera, que está situada perto da cidade de Kumasi e, portanto, uma área de recreação popular. Os desafios ambientais devidos ao crescimento da população incluem a pesca excessiva e métodos agrícolas inadequados. A pesca excessiva levou a uma diminuição constante das capturas, forçando o aumento da dependência da agricultura, com a erosão do solo como um desafio posterior.

Várias áreas centrais para a Reserva da Biosfera foram identificadas perto da margem do lago, mas o que torna a zona especial é que o centro do lago foi designado como uma área central cultural. Isto deve-se ao fato do povo Ashanti considerar o lago como sagrado e, em particular, os pescadores nunca pescam no seu centro. Este “tabu” é assim traduzido num esquema de zoneamento. O zoneamento resultante é assim quase um conjunto de círculos aninhados.

Se a sua aspirante a) Reserva da Biosfera pretende estabelecer um zoneamento, familiarize-se com a história da área em questão, suas tradições e valores culturais e, em particular, adquira uma compreensão profunda de sua propriedade fundiária e direitos de propriedade. Identifique os proprietários de terras importantes, as partes interessadas importantes e os líderes de opinião críticos. Identifique e tente mapear áreas de particular importância para a biodiversidade e funções do ecossistema – por exemplo, através da referência a listas vermelhas de espécies para o continente ou o país – e também mapeie as ameaças emergentes. Identifique e tente mapear áreas que estão num bom estado ecológico, mas que ainda não estão legalmente protegidas. Identifique os recursos naturais e os serviços ecossistêmicos. Identifique potenciais “corredores ecológicos” e habitats de espécies migratórias entre potenciais áreas centrais. Identifique também “regimes de governança” além da proteção legal rigorosa que poderiam apoiar a conservação efetiva de potenciais áreas centrais ou zonas tampão.

Comece com a recolha de informações

Uma vez recolhida esta informação, você poderia discutir internamente um esboço muito esquemático e provisório de zoneamento, para não ser circulado. Depois disso, a equipa de gestão deve discutir *com cada comunidade, se e onde* cada comunidade gostaria de estabelecer uma determinada zona no seu território e vizinhança. As discussões devem ser abertas e os seus resultados devem ser respeitados.

Entre em diálogo com um rascunho de zoneamento

Em alguns casos, os objetivos de uma zona central podem coincidir totalmente com as tradições locais (por exemplo, sítios naturais sagrados, zonas “no-touch” ou “no-go” (“intocáveis” ou “proibidas de entrar”). Em alguns casos, os aldeões terão orgulho em viver perto de uma área central e proporão áreas muito maiores do que as que seriam economicamente viáveis; em alguns casos, as comunidades cederam alegremente propriedades comunitárias para estabelecer áreas centrais; em outros casos, os aldeões desaprovaram estritamente uma área central na sua vizinhança. Os administradores precisam de respeitar opiniões e reclamações, mas também são capazes de fornecer argumentos adicionais e benefícios estatais.

Um primeiro mapa de uma zona só deve ser produzido e distribuído *após* a primeira ronda de consultas a nível local. Todos os outros níveis administrativos devem então ser consultados, conforme apropriado. Chegar ao mapa final pode exigir muitas iterações de consultas.

Um primeiro rascunho oficial

O zoneamento *não é apenas um mapa* – o zoneamento também precisa de especificar o que é proibido/permitido em cada zona (leis e regulamentos específicos da zona, cp. secção 3.3) e o que é promovido; para esta última, cp. como exemplo [[K2CGUIDELINES]].

Os mesmos passos devem ser seguidos nos casos em que já existe uma zona – mas que não é apropriada para as tarefas de uma Reserva da Biosfera. O rezonamento pode ser feito em particular em contextos de revisões periódicas.

### Planeamento do uso do solo

- O que é planeamento de uso do solo?** “Planeamento de uso do solo” é um termo que se refere a políticas governamentais (tipicamente integrativas) que procuram ordenar o uso do solo de forma eficiente, de acordo com alguns objetivos gerais. O objetivo do planeamento do uso do solo é maximizar os benefícios de uma área sem causar danos e prevenir conflitos sobre o uso do solo entre diferentes atores. Isto inclui a prevenção do uso excessivo de recursos como a degradação da terra e a erosão do solo. O planeamento do uso do solo avalia sistematicamente a disponibilidade da terra, água e outros recursos, assim como a demanda por esses recursos. Desenvolve cenários e alternativas para o uso do solo. Os planos de uso do solo não são, na maioria das vezes, isolados, mas fazem parte de planos mais abrangentes, por exemplo, um plano de gestão de Reservas da Biosfera.
- É “necessário”?** A UNESCO exige que as Reservas da Biosfera estabeleçam um plano de gestão. A UNESCO não exige explicitamente que as Reservas da Biosfera estabeleçam um plano de uso do solo separado. No entanto, já na fase de nomeação, é necessário documentar o seguinte: os usos do solo existentes e históricos, os principais utilizadores, as regras (incluindo as habituais e tradicionais) e o acesso e controlo das mulheres sobre o solo. Assim, a UNESCO requer implicitamente uma visão abrangente do uso da terra existente e dos diferentes atores necessários para atingir os objetivos de uma Reserva da Biosfera dentro e fora do seu território.
- Normalmente, já existem muitos planos.** Normalmente, uma equipa de gestão de Reservas da Biosfera tem de lidar com a *existência de vários planos e deve tentar* torná-los compatíveis com os objetivos das Reservas da Biosfera. Tipicamente, no passado, foram definidos planos diferentes em diferentes instâncias. Tipicamente, existem planos a diferentes níveis administrativos: alguns podem dizer respeito a uma província inteira, enquanto outros podem aplicar-se apenas a uma parte de uma Reserva da Biosfera (algumas aldeias, uma cidade). Diferentes instituições estatais podem ter estabelecido planos (por exemplo, para industrialização, turismo, urbanização, expansão agrícola, infra-estrutura de água) e atores não estatais podem também ter estabelecido planos. Alguns planos podem ser congruentes, outros muito divergentes. Alguns podem ser juridicamente vinculativos, mas podem estar factualmente desatualizados; outros podem existir apenas no papel; outros planos ainda podem estar atualmente em preparação, sem que você esteja ciente.
- Faça você a papel de moderador e ajude no alinhamento dos planos** As Reservas da Biosfera são sempre parte de uma paisagem maior e, portanto, a administração precisa de lidar com planos e jurisdições sobrepostos e, às vezes, conflitantes propriedade e direitos de uso. É sensato que uma gestão de Reservas da Biosfera tente estabelecer-se como moderador e coordenador da região em questão, uma vez que um “papel de moderador” é muitas vezes mais bem sucedido do que um “papel de supervisor”. Isto pode ajudar muito a alinhar e racionalizar os planos entre setores, clarificando papéis e responsabilidades e na obtenção de segurança jurídica.
- Integre os objetivos da Reserva da Biosfera em outros planos** Os administradores de Reservas da Biosfera devem começar por se envolver com todos os intervenientes estatais e não estatais relevantes para obter uma boa visão geral de todos os níveis do planeamento existentes. Isto por si só pode ajudar a integrar os objetivos da Reserva da Biosfera nos planos existentes, em particular os seus objetivos de conservação. Isto pode ser um processo de negociação, porque os custos e benefícios associados à conservação precisam de ser redistribuídos e compartilhados adequadamente. As preocupações específicas podem incluir a manutenção do acesso aos recursos necessários, a gestão de conflitos entre o homem e a vida selvagem ou o recebimento de uma parte equitativa dos benefícios económicos gerados pela Reserva da Biosfera (por exemplo, através de pagamentos por serviços ecossistémicos (PSA), a criação de empregos ou mercados para produtos locais).

### Estudo de caso: Abordagem da vulnerabilidade na Reserva da Biosfera Omayed, Egito

A Reserva da Biosfera no deserto costeiro 80 quilómetros a oeste de Alexandria acolhe cerca de 6.000 habitantes. Vivem da criação de rebanhos através do pastoreio, exploração intensiva de pedreiras e culturas de cereais, produtos hortícolas e pomares em regime de sequeiro, portanto dependente da disponibilidade de água. O projeto de investigação internacional da UNESCO “Gestão Sustentável das Terras Secas Marginais” (SUMAMAD) investiu possíveis soluções para combater a desertificação, inclusive em Omayed. Uma opção identificada, baseada em discussões comunitárias e necessidades do mercado, foi a de fazer um melhor uso económico das figueiras: embora os frutos sejam de alta qualidade, eles foram vendidos a um preço baixo devido à falta de acesso ao mercado. A produção interna de compota e figos secos é uma das atividades geradoras de promovidas como resultado do projeto; os figos secos poderiam então ser vendidos a preços mais altos e transportados sem perdas. Foram estabelecidas equipas de produção, incluindo familiares e vizinhos. Foram fornecidas às mulheres máquinas de costura que geraram rendimentos adicionais ao nível do agregado familiar. A SUMAMAD, entre outros objetivos, também avaliou a vulnerabilidade social e biofísica da comunidade local na Reserva da Biosfera Omayed. Como principais fatores do aumento da vulnerabilidade às mudanças climáticas, identificaram a degradação e fragmentação dos ecossistemas e o declínio dos serviços ecossistémicos.

As comunidades locais têm um amplo conhecimento sobre a biodiversidade local e desenvolveram ao longo do tempo estratégias e instituições sustentáveis de gestão de recursos, baseadas também em tradições éticas. Dê prioridade ao seu envolvimento no planejamento do uso do solo.

Seja o defensor do uso comunitário do solo

### Determinação de ameaças e avaliação da vulnerabilidade

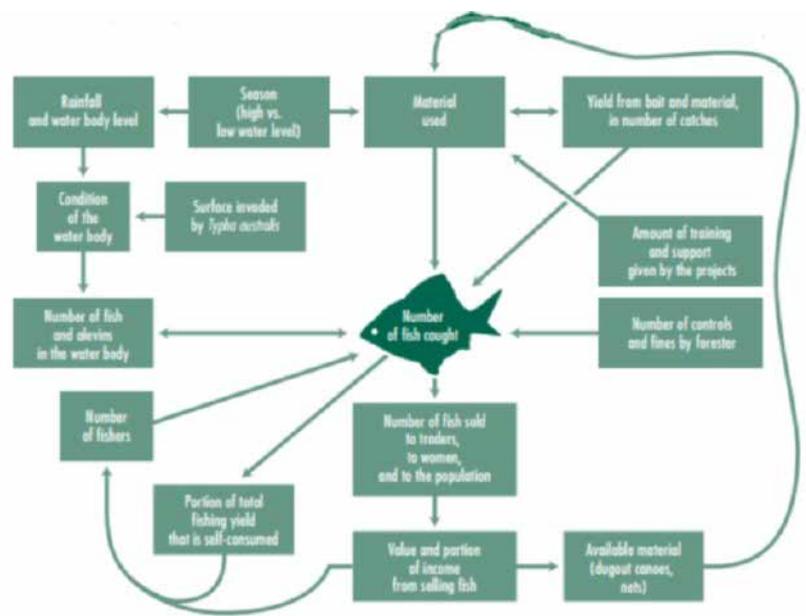
Como já definido acima (cp. seção 2) a vulnerabilidade refere-se à incapacidade de resistir a choques (por exemplo, desastres naturais) e à incapacidade de se adaptar a um ambiente hostil. “As pessoas são mais vulneráveis se tiverem maior probabilidade de serem gravemente afetadas por eventos fora do seu controle”. [[ActionAid]]. As comunidades podem ser vulneráveis, por exemplo, às mudanças climáticas, às doenças infecciosas, à exclusão social. A vulnerabilidade está fortemente ligada à pobreza. Os ecossistemas podem ser vulneráveis, por exemplo, ao aumento da temperatura, à variabilidade da pluviosidade, a espécies exóticas invasoras, ou a enxames de gafanhotos. Um “sistema/grupo vulnerável” é mais ou menos o oposto de um “sistema/grupo resiliente”. A resiliência refere-se à capacidade de absorver choques e de se adaptar à mudança. [[BIOVERSIDADE]] Propôs indicadores para medir a resiliência das paisagens sócio-ecológicas. [[GIZ2014-1]] publicou o “Guia de Vulnerabilidade” para apoiar avaliações de vulnerabilidade padronizadas.

O que é vulnerabilidade?

Haverá ameaças – conheça-as.

O nosso mundo está a mudar rapidamente: mudanças climáticas, perda da biodiversidade, degradação da terra, urbanização, globalização econômica, etc. Todas as regiões do mundo são afetadas por estas mudanças. A comunidade mundial negocia para minimizar algumas tendências claramente negativas, como o aquecimento global, mas até agora com sucesso limitado. Portanto, todas as regiões do mundo terão que passar por mudanças e terão que se adaptar. Determinar as ameaças e avaliar a vulnerabilidade das comunidades e dos ecossistemas torna-se cada vez mais uma tarefa de gestão de rotina.

Há uma vasta literatura acadêmica acerca de diferentes metodologias de análise de ameaças/risco e avaliação da vulnerabilidade. Há também diferentes conceitos, indicadores e índices usados, por exemplo, que comparam a redução do risco de desastres e a adaptação às mudanças climáticas. Para um não perito, não é fácil identificar as diferenças, os custos e benefícios de cada método assim como os seus defeitos. Este Manual não pode sugerir nenhum método, mas indica algumas referências chave: *Avaliação Participativa da Vulnerabilidade* [[ACTIONAID]], *MARISCO* [[GIZ2012]] [[IBISCH]], *Análise Participativa da Vulnerabilidade*, *VAMManual* [[NATSOL]]. Talvez se basear em ideias como “Systems Thinking” [[TRI]].



Análise da reserva da Biosfera Mare aux hippopotames, Burquina Faso, [[UNESCO2006]]

É importante notar que:

- Todas as metodologias requerem um trabalho intensivo com as partes interessadas e as comunidades locais.
- Todas as metodologias também recomendam trabalhar com detentores de conhecimento externos, tais como cientistas.
- Todas as metodologias devem ser usadas com muito cuidado: um método deve sempre *catalisar o diálogo* – ele nunca deve substituir o diálogo. Um método nunca pode ser um fim em si mesmo. Os métodos nunca devem ser usados de forma manipuladora.
- Uma análise de vulnerabilidade deve ser feita pelo menos uma vez – dependendo do âmbito das ameaças potenciais determinadas e do tamanho da área investigada, talvez uma repetição num estágio posterior possa ser aconselhável.
- Para os administradores de Reservas da Biosfera, *não é necessário tornar-se um especialista* em métodos muito específicos, por exemplo, em avaliações de vulnerabilidade que precisam de ser aplicadas talvez apenas uma vez a cada poucos anos. É melhor cooperar com especialistas externos.
- Os administradores de Reservas da Biosfera devem ter o cuidado de trabalhar apenas com especialistas que saibam realmente o que estão a fazer. Não é necessariamente o método mais complicado que é o melhor – talvez uma abordagem mais simples seja muito mais eficaz: uma análise de vulnerabilidade deve fornecer contribuições orientadas para a ação, e não conhecimentos abstratos. *Se você não está convencido de um método, não o utilize.*

Rica variedade de ferramentas

Metodologias não são ciência aeroespacial

## Estudo de caso: Avaliação da vulnerabilidade no parque nacional Takamandea, nos Camarões.

Uma avaliação de vulnerabilidade para as comunidades ao redor de Takamandea resultou em riscos económicos, sociais e ecológicos “associados à mudança nas estratégias de subsistência de produtos florestais não madeireiros para a produção de culturas de rendimento [por causa] da incerteza dos preços e da produção, da ausência de facilidades de poupança e de um desequilíbrio de género no acesso ao rendimento”. Do ponto de vista da conservação, o maior risco é o deslocamento da pressão sobre os recursos naturais do interior da área protegida para a fronteira, com o aumento da desflorestação e destruição dos principais habitats nessas áreas”. [[VLIET]]

**Aceite o risco** A mensagem mais importante para os administradores, contudo, é aceitar que a adaptação a um mundo em mudança e a gestão de novas ameaças e riscos é uma parte cada vez mais importante do seu trabalho. Isto também implica a necessidade de aprendizagem ao longo da vida durante todo o período de trabalho profissional de um administrador.

### Identificação e definição de prioridades de intervenções

**Tenha ideias de projetos na manga** Muitas Reservas da Biosfera têm fundos bastante limitados para as suas intervenções de gestão. Isto significa que têm de ser angariados fundos externos para investimentos tais como medidas de conservação de espécies, construção de um centro de informação, melhoria do acesso à água ou à energia, formação de agricultores em novas técnicas, ou oferta de programas de educação. Para resolver esta falta de financiamento, muitas Reservas da Biosfera recolhem carteiras de possíveis projetos e intervenções. Tais carteiras de projetos também podem ser úteis no caso de um novo parceiro de financiamento ou doador aparecer “inesperadamente”.

**Baseie-se na ingenuidade das partes interessadas** A carteira e a prioridade de tais intervenções podem ser bastante claras se um plano de gestão tiver sido criado recentemente (cp. abaixo). Mas se este plano já estiver um pouco ultrapassado, pode ser útil organizar regularmente sessões de consulta com as partes interessadas e a comunidade. Tais consultas podem ajudar a identificar novos projetos emergentes, apagar ideias de projetos desatualizados da carteira e reorganizar prioridades. Os administradores de Reservas da Biosfera podem não esperar que as partes interessadas as abordem ativamente com novas ideias – às vezes é necessário perguntar especificamente por elas.

Sobre a definição de prioridades: faça-o junto todas as partes interessadas relevantes, inspeccionando cada intervenção proposta a partir de muitas perspetivas em paralelo. Envolve o conselho consultivo na definição de prioridades.

Um excelente exemplo de criação de um “plano de ação regional” para uma Reserva da Biosfera baseado na ampla participação com as partes interessadas e uma análise aprofundada foi publicada para a Reserva da Biosfera Kruger-Canyons em 2012. Os autores, Marisa Coetzee e Harry Biggs, receberam o Prémio Michel Batisse 2013 [[COETZEE]].

### Angariação de apoio para as políticas e intervenções governamentais

**Há limites para o modelo de baixo para cima** Em princípio, as Reservas da Biosfera devem ser geridas, na medida do possível, num estilo ascendente, envolvendo as comunidades na criação de visões, ideias de projetos e tomada de decisões. No entanto, nenhuma Reserva da Biosfera é e só pode ser gerida da base para o topo. Cada Reserva da Biosfera é substancialmente afetada por políticas e leis de cima para baixo que foram adotadas a nível provincial, nacional ou mesmo internacional. Os governos nacionais têm de implementar convenções globais (aquelas que ratificaram); têm de implementar leis nacionais em toda a nação.

**Casos em que o modelo de baixo para cima é indispensável** No entanto, há intervenções que nunca devem ter lugar sem o *consentimento informado livre e prévio*. São intervenções que infringem os direitos humanos fundamentais das comunidades, incluindo limites ao acesso a recursos fundamentais, limites ao uso dos próprios bens imobiliários/propriedades ou mesmo reassentamentos. Isto é particularmente verdade para grupos vulneráveis, como as comunidades indígenas. É especialmente o caso se a intervenção visar a criação de uma Reserva da Biosfera e das suas áreas centrais legalmente protegidas.

**O diálogo deve ser aberto, não é “marketing”** Nestes casos, um envolvimento pró-ativo com as comunidades locais pode ajudar a construir consenso, criar maior aceitação ou mesmo mudar a opinião local. Um diálogo interativo e transparente pode melhorar a compreensão dos “prós” e “contras” de uma política e da razão pela qual foi tomada; um diálogo pode ajudar a identificar a liberdade de interpretação e opções para a adaptação das políticas às necessidades locais. Pode também identificar argumentos inteiramente novos que poderiam ser transmitidos às capitais.

## Estudo de caso: Unidades pastorais na Reserva da Biosfera de Ferlo, Senegal

O conceito de “unidade pastoral” foi desenvolvido no Senegal nos anos 80 pelo projeto “Desenvolvimento da Pecuária no Leste do Senegal” (PDES), seguido de vários projetos em Matam e Ferlo (PRODAM, PAPEL, EFAP, e HPDP). Finalmente, o projeto “Gestão Integrada de Ecossistemas no Senegal” (PGIES), que levou à designação da Reserva da Biosfera Ferlo, desenvolveu a abordagem de “unidades pastorais” em toda a área protegida para mitigar as tensões antropogênicas muitas vezes diferentes. A unidade pastoral é definida como “um grupo de agricultores que vivem em aldeias pertencentes a uma mesma terra, unidos por uma solidariedade que surge da vizinhança, com interesses comuns, explorando o mesmo recurso e, sobretudo, tendo optado livremente por se unir. Divide-se em terrenos de pastagem que compreendem algumas aldeias próximas para garantir um maior envolvimento da comunidade na implementação do plano de gestão reforçado pelos princípios definidos no código de conduta local”. Em outras palavras, a unidade pastoral é uma área geográfica onde vivem populações que compartilham os mesmos interesses económicos, as mesmas serras, usam água das mesmas lagoas e poços, e usam as mesmas áreas agrícolas. Ligadas pela história e pela vizinhança, elas têm a ambição comum de otimizar o seu bem-estar social e económico. O seu funcionamento baseia-se em duas ferramentas principais: primeiro, no plano de gestão estabelecido de forma participativa; aborda uma melhor gestão do espaço agrícola, florestal e pecuário, uma melhor gestão da transumância (políticas de acolhimento, respeito pelas regras estabelecidas, etc.), a facilitação de métodos comuns de gestão das infra-estruturas mineiras e a ação sinérgica na luta contra os incêndios florestais. Em segundo lugar, no código de conduta local, uma grande inovação, cujo principal objetivo é aprofundar os mecanismos de implementação do plano de gestão e a recuperação dos recursos florestais. Ela também encarna o consenso das comunidades locais em relação ao acesso, uso e exploração dos recursos partilhados.

## Estudo de caso: Negociação do compromissos na Reserva da Biosfera de Pendjari, Benim

Durante muito tempo, os residentes de Pendjari queixaram-se publicamente da insuficiente disponibilidade de terras aráveis. Após longa discussão, a gestão das Reservas da Biosfera mudou a sua abordagem, concordando que essa demanda era justificada e procurava uma solução de forma proativa. Uma faixa de terra adjacente à fronteira da zona protegida, onde a agricultura era considerada aceitável com os objetivos de conservação, foi atribuída após dois anos de negociações. Dez anos mais tarde, a demanda por terras aráveis adicionais diminuiu. A invasão agrícola hoje é impedida pela própria comunidade, uma vez que impede qualquer indivíduo que cultive além dos limites acordados.

Contudo, tal diálogo *não deve ser “marketing”* de uma política ou propaganda política. É preciso respeitar as vozes discordantes e levar a sério os contra-argumentos.

Organizar tais diálogos requer muito cuidado; sempre que for possível e onde houver habilidades disponíveis, os próprios administradores da Reserva da Biosfera devem estar no papel de moderadores, e não como apresentadores de políticas externas.

Seja um moderador

### Avaliação participativa

Na secção 2.4, introduzimos o “monitorização e avaliação” (M&A) como um elemento normal e necessário da gestão de cada projeto.

Participação não só para a revisão periódica, mas também para a avaliação do projeto

As partes interessadas e as comunidades devem ser envolvidas na M&A da implementação de estratégias e até mesmo na monitorização e avaliação do maior número possível de projetos e atividades individuais – pelas mesmas razões: para responder às necessidades e interesses locais, para melhorar as evidências para o sucesso real de uma estratégia/projeto, para aproveitar um conhecimento mais amplo para a otimização do acompanhamento, ou para criar aceitação.

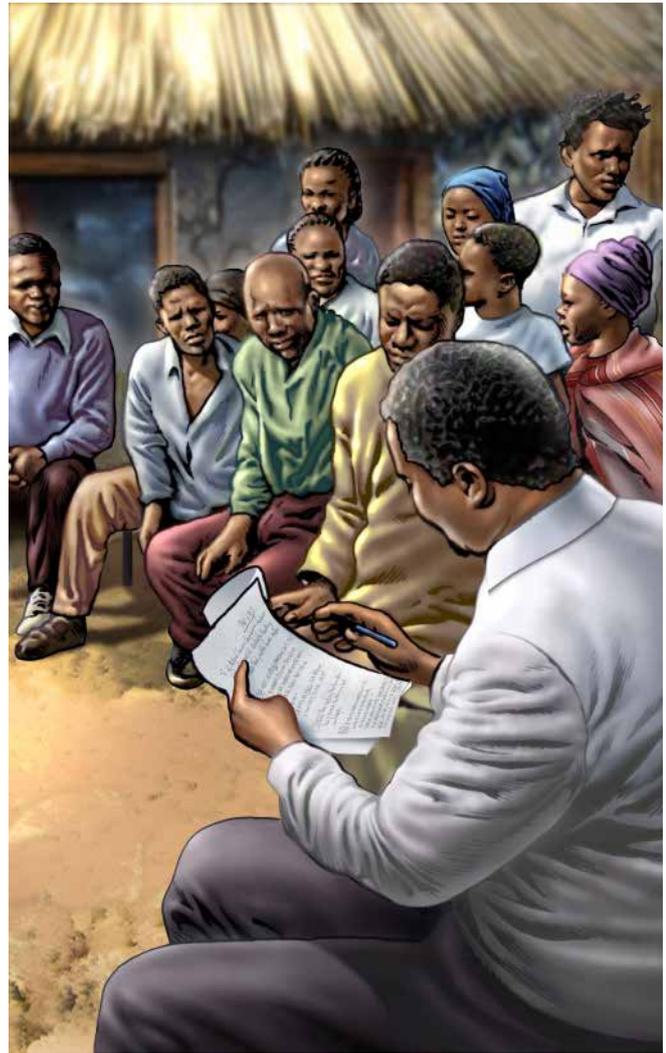
Na “*monitorização e avaliação participativa*”, cp. [[PNUD]] e [[MANDAKINI]], as comunidades não são questionadas apenas sobre o sucesso de uma estratégia/projeto, elas estão envolvidas no planeamento de uma avaliação, no desenho do processo, bem como na recolha e análise de dados. Tal como na “monitorização e avaliação convencional”, os indicadores de sucesso devem ser definidos *antes* da implementação de uma estratégia ou projeto; um “retrofitting” de dados não é aceitável.

Algumas mensagens chave sobre a avaliação

Se você formulou indicadores de sucesso para atingir os objetivos do seu plano de gestão (cp. abaixo), então esses indicadores também precisam de monitorização – monitorização participativo, de acordo com uma metodologia coerente.

Mude a abordagem da avaliação

Algun feedback, tal como sobre a eficácia da sua governação, gestão e análises de lacunas, deve ser procurado regularmente. Cada uma das cinco etapas da gestão do projeto introduzidas na secção 2.4 pode ser implementada através da participação da comunidade/tomador. Ferramentas relevantes para monitorização e avaliação participativa incluem análises de *custo-benefício* e *análises SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats)* [[QUINCY]]. [[CELLINI]].



A avaliação fornece provas de sucesso

Avaliações participativas, mesmo de projetos de pequena escala, podem influenciar positivamente a dinâmica da mudança social numa comunidade. Inversamente, um projeto que é *implementado* participativamente e *não avaliado* (participativa ou convencionalmente) é quase uma perda de tempo.

A avaliação beneficia muito da participação; a participação na avaliação e na monitorização beneficia da participação no planeamento e na implementação do projeto.

A avaliação participativa e a monitorização às vezes requerem *tempo e fundos adicionais*; se bem planeado, estes requisitos adicionais são mínimos. Para alguns participantes de uma avaliação, a expressão de opiniões críticas será nova: refletir juntos pode levar a ideias e comportamentos transformadores e a novas habilidades.

As revisões periódicas são às vezes facilitadas por *consultores* externos experientes. Isto *podia ser uma vantagem*, porque pode ajudar a construir confiança quando os participantes podem expressar suas preocupações de forma mais “anónima”; mas *também pode ser uma desvantagem* importante porque os administradores perdem a oportunidade de se envolverem intensamente com o “processo de aprendizagem” de uma revisão.

Divulgue os resultados das revisões

Os resultados das revisões periódicas e da avaliação do projeto devem ser divulgados imediatamente após a adoção; sempre que possível, pelo menos o resumo nas línguas locais.

### Pesquisas biofísicas, socioeconómicas e culturais

Que dados são necessários para a nomeação e revisão?

A descrição das *características biofísicas* é uma parte necessária da nomeação de uma Reserva da Biosfera: topografia, altitudes, clima, geologia, solos, bioclima, biologia, habitats, serviços ecossistémicos e biodiversidade. Da mesma forma, é preciso descrever as *características socioeconómicas e culturais*: populações humanas, assentamentos, valores espirituais e culturais, turismo, património, ética e tradições, religião, educação, agricultura e benefícios económicos. Na revisão periódica, devem ser feitas atualizações sobre as mudanças significativas.

A obtenção de dados exatos é muitas vezes difícil

A abordagem tradicional para obter dados originais, bem como para atualizar dados, é fazer duas coisas: procurar publicações científicas relevantes (por exemplo, sobre o clima ou sobre a biodiversidade) e recolher dados das autoridades (por exemplo, dados dos censos ou números do turismo). No caso da maioria das Reservas da Biosfera, quase nunca há dados exatos e atualizados disponíveis sobre todas estas questões. Uma razão é que normalmente uma Reserva da Biosfera cobre um ecossistema e não uma unidade administrativa; é por isso que os dados de vários escritórios administrativos teriam de ser combinados. Por isso, muitas Reservas da Biosfera normalmente apresentam apenas valores aproximados, por exemplo, para os seus habitantes, para os seus pobres ou desempregados, ou para a sua situação económica. No entanto, tem havido exemplos bem sucedidos de Reservas da Biosfera que atravessam as fronteiras administrativas e que recolheram com sucesso todos os dados relevantes das autoridades de todas as províncias de forma credível. Estas Reservas da Biosfera beneficiam muito de tais esforços. A recolha de dados não é um ato burocrático. Também tem havido vários estudos culturais sobre a aceitação das Reservas da Biosfera na população com o resultado surpreendente de que muitas vezes é muito superior ao que os administradores esperavam, já que muitas vezes eles lidam com muitos conflitos no seu trabalho diário [[STOLL2011]].

## Estudo de caso: Pesquisa participativa na Reserva da Biosfera Kruger 2 Canyons, África do Sul

A fonte predominante da medicina para os Profissionais de Saúde tradicionais na África do Sul são as plantas indígenas, com pelo menos 771 espécies de plantas registadas no comércio. Estima-se que 20.000 toneladas de plantas indígenas são colhidas em pastagens, florestas, bosques e matas no leste da África do Sul todos os anos; apenas algumas dezenas de toneladas (máximo de 50 toneladas por ano) são cultivadas. É importante ressaltar que 86% das partes das plantas colhidas resultarão na morte de toda a planta. Isto tem implicações significativas para a sustentabilidade do abastecimento. Um grupo de Médicos Tradicionais foi auxiliado pela gestão da Reserva da Biosfera na elaboração de um “Protocolo Biocultural” para delinear quem eles são, qual é o seu papel na comunidade, quais são as suas preocupações e o que é necessário para iniciar a interação com eles no que diz respeito aos seus Conhecimentos Tradicionais, juntamente com as potenciais opções de remuneração que seriam necessárias. Uma longa lista de plantas foi estabelecida nas línguas Pedi e Shangaan/Tsonga para identificar as plantas medicinais que são mais urgentes para a causa do excesso de colheita e que são mais adequadas para a plantação; sempre que possível, procuraram-se equivalentes em inglês e botânicos (em latim).

Há uma terceira forma emergente e cada vez mais importante de recolha de dados (para além da investigação científica e dos dados das autoridades oficiais). Trata-se da *pesquisa participativa ou ciência do cidadão*. Em muitos estados do mundo, tais pesquisas são utilizadas, por exemplo, para a monitorização da biodiversidade. Os dados recolhidos podem consistir em informações sobre a ocorrência de espécies, sobre as datas em que as plantas florescem e quando os animais se reproduzem. Enquanto algumas pesquisas são feitas principalmente para aumentar a

sensibilização pública sobre a biodiversidade, outras seguem manuais rigorosos [[UKEOF]] que de facto resultam em dados padronizados. Em África, mais pessoas vivem em contacto mais próximo com a natureza do que na Europa, pelo que tais observações são mais fáceis.

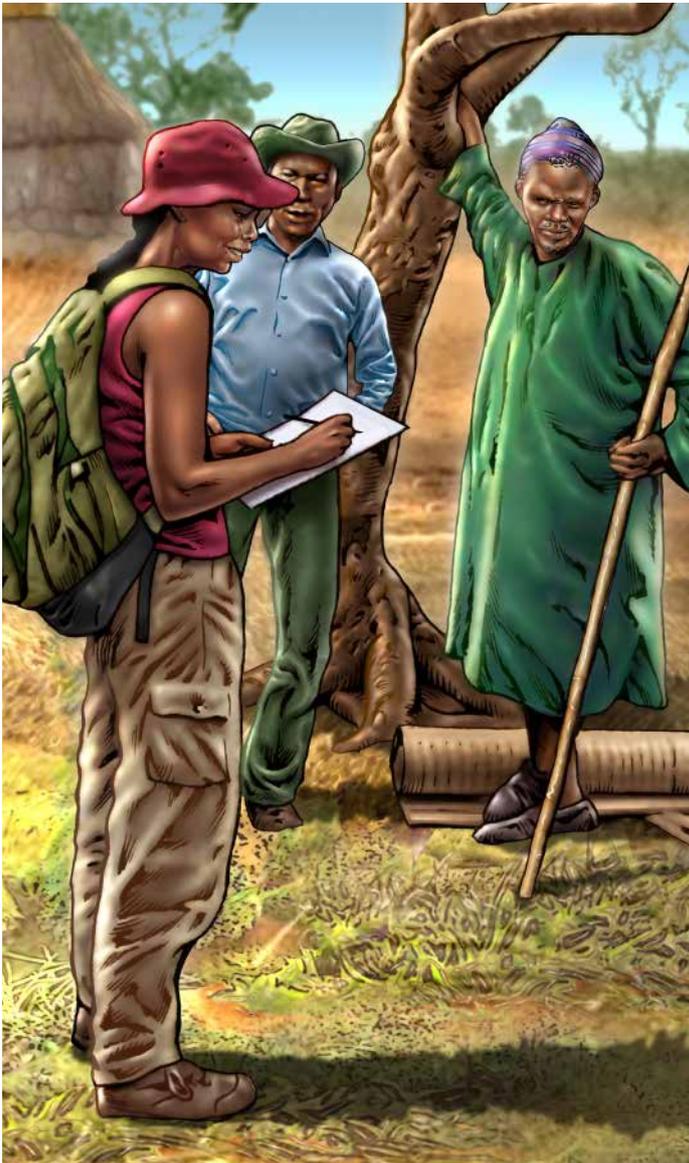
No entanto, a recolha de conhecimentos dos povos locais e indígenas não se trata apenas de partilhar informação – o conhecimento tradicional específico tem um elevado valor particular que é por vezes mal utilizado economicamente pelas empresas. Por esta razão, no contexto da Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica, foi estabelecido em 2010 o Protocolo sobre o Acesso e Partilha de Benefícios” (Protocolo de Nagoya ou ABS). Assim que este Protocolo for traduzido na sua legislação nacional, poderá salvaguardar que as empresas internacionais e outros actores partilhem os benefícios (incluindo ganhos financeiros) do acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional com as comunidades locais (cp. também secção 2.3).

Os administradores de Reservas da Biosfera devem estar plenamente conscientes do ABS e também sensibilizar as suas comunidades sobre esta questão. Eles devem prestar atenção para não dar casualmente acesso a terceiros ao conhecimento específico das comunidades – especificamente não sem o seu consentimento. O caso dos “protocolos comunitários bioculturais” que foram estabelecidos na África do Sul, inclusive na Reserva da Biosfera Kruger to Canyons, é um exemplo particularmente útil de como a questão pode ser promovida localmente [[NATJUS]]. Existem também muitos métodos de pesquisa participativa para recolher informação sobre questões sociais e económicas, por exemplo sobre pobreza, práticas agrícolas, conhecimento local, estruturas de poder. O que normalmente se pretende é uma recolha de dados mais qualitativa e informal em comparação com métodos estatísticos formais e rígidos.

Ciência do cidadão  
e pesquisas  
participativas

O papel específico  
do conhecimento  
tradicional

Promova o cuidado  
em relação ao acesso  
ao conhecimento local



Um exemplo: resultados de uma pesquisa participativa aos agricultores [[FAO3]]: durante os últimos cinco anos, tenho notado uma diminuição na fertilidade da terra: a diminuição da produção tem sido principalmente na batata-doce: não sei qual é a causa desta queda na produção: minha terra está sujeita à erosão.

Pesquisas socioeconómicas participativas

Os administradores das Reservas da Biosfera podem beneficiar-se muito com o envolvimento das comunidades na aquisição de dados. Isto aumenta o compromisso e melhora significativamente a base de conhecimento, especialmente em África, onde as estatísticas formais ainda não estão facilmente disponíveis e a investigação científica é um recurso precioso.

## 4.2 Organização de consultas e audiências públicas

Esta secção é sobre reuniões com muitas pessoas

Esta secção fornece informações práticas sobre como organizar uma forma particular de eventos participativos – eventos para grandes grupos. Esta secção é sobre *sessões de informação*, *reuniões de consulta* e *audiências públicas*. A maioria dos administradores de uma Reserva da Biosfera já participou em muitas pequenas reuniões com a equipa de gestão e parceiros externos. Deste modo, assume-se que se tenha conhecimento de como organizar uma pequena reunião com sucesso. Organizar com sucesso grandes reuniões com audiências muito diversas requer muito mais preparação.

### Técnicas de entrada na comunidade, incluindo grupos vulneráveis

Uma Reserva da Biosfera só é interessante para as pessoas se afetar as suas vidas

A participação é um processo de aprendizagem coletiva que muda a forma como as pessoas pensam e agem – tanto a forma como os administradores pensam e agem, quanto a forma como a comunidade pensa e age. Depois de ler este Manual, esperamos que compreenda os benefícios que a participação tem *para si* (implementação mais eficaz, tomada de decisões de qualidade, legitimidade, etc.). Passemos agora à pergunta: **e benefícios existem para a comunidade – como você pode convencer as comunidades a disponibilizar o seu tempo para escutá-lo e dar-lhe as suas ideias?** Pense sobre o conceito económico “incentivos”: o incentivo mais importante para uma comunidade é participar nas decisões que afetam as suas vidas. **Mas para que isso seja verdade, a Reserva da Biosfera deve de facto afetar as suas vidas.**

Informe-se sobre a história

Portanto, antes de procurar um diálogo, *informe-se muito bem* se uma determinada comunidade conhece de todo a Reserva da Biosfera, qual tem sido a história de interação com a equipa de gestão, se tem havido conflitos, se tem havido benefícios oficialmente registados. Olhe também para o passado: houve conflitos históricos entre a subsistência local e a conservação da natureza (a conservação da natureza é vista como um “inimigo”?). Fale com os funcionários governamentais locais (por exemplo, funcionários da saúde pública, professores).

Informe-se sobre conflitos e práticas concretas

Informe-se sobre conflitos locais no uso de recursos, sobre conflitos no uso da terra, sobre a pobreza e tendências de emprego, sobre as oportunidades de turismo e ameaças. Procure identificar o mais claramente possível, que tópicos podem ser considerados sustentáveis ou não numa determinada comunidade. *Quando visitar a comunidade, fale apenas sobre temas concretos e sobre o que a Reserva da Biosfera poderia proporcionar em relação a esses temas; não fale muito em geral sobre a Reserva da Biosfera. Informe-os em particular sobre quem você é!*

Informe-se sobre os interlocutores adequados

Informe-se sobre os períodos adequados para a primeira visita (por exemplo, nas vésperas de ocasiões festivas), sobre relações tradicionais de poder e líderes comunitários (líderes religiosos, chefes de famílias proeminentes, líderes de grupos de mulheres). Informe-se sobre se é sensato reunir-se primeiro com o líder local, talvez depois com alguns outros representantes da comunidade e só depois toda a comunidade. Lembre-se de que em qualquer comunidade há conflitos políticos – as comunidades sentir-se-ão relutantes se os seus esforços para vincular múltiplos interessados e interesses resultarem em novos conflitos [[COOKE]].

Não há garantias de que uma abordagem participativa seja eficaz para si e/ou para a comunidade. *Não crie expectativas demasiado altas – para si para a comunidade.*

### Estudo de caso: Apoio das partes interessadas à Reservas da Biosfera proposta do Lago Tana, Etiópia

Em 2014, a Reserva da Biosfera do Lago Tana ainda se encontrava em fase de estabelecimento. Mas já havia um forte apoio das principais partes interessadas da região. Isso foi expresso de duas formas principais. Primeiro, numerosas reuniões com as partes interessadas e cidadãos mostraram não só a consciência dos problemas ambientais do Lago Tana, mas que estes são uma preocupação primordial e que existe um forte consenso para uma ação imediata. Assim, existe um compromisso de fundo para a ação ambiental. Em segundo lugar, dois seminários das partes interessadas na cidade de Bahir Dar sobre a Reserva da Biosfera potencial resultaram num forte compromisso explícito para enfrentar os desafios ambientais através do instrumento de uma Reserva da Biosfera da UNESCO.



Talvez nas suas primeiras visitas não apareçam muitas pessoas. Agradeça aos que apareceram, de facto, e olhe para eles como catalisadores para distribuir a informação para o resto da comunidade.

Se os membros da comunidade continuarem *relutantes em cooperar*, nada pode fazer senão demonstrar excelência em governança: **excelência em cooperação, envolvimento, inclusão, abertura e transparência** [[JACKSON]]. A cooperação é “fazer com que cada parte contribua o que puder para melhor servir as suas necessidades de uma forma mutuamente benéfica”. O envolvimento é “um ideal de comunicação e responsabilização nas organizações e comunidades onde as motivações, os fatores impulsionadores e os impactos de todas as decisões e ações são tornados públicos”. A inclusão é “assegurar que as necessidades das partes interessadas sejam reconhecidas e respeitadas mesmo que elas não contribuam ativamente para o processo”. A abertura é quando “uma comunidade ou organização tem vontade de pensar e rever os seus próprios valores e processos”. A transparência é “um ideal de comunicação e responsabilidade nas organizações e comunidades onde as motivações, os fatores impulsionadores e os impactos de todas as decisões e ações são tornados públicos”.

O que fazer com pessoas sem vontade?

Para os parceiros relutantes, pode também tentar mostrar que cooperar é mais atraente do que não cooperar; tente mostrar que, como administrador da Reserva da Biosfera, você não é “o defensor do meio ambiente”, mas um moderador o mais neutro e imparcial possível para a região; enfatize que você vai continuar a procurar uma solução justa para eles, mesmo sem a sua cooperação.

**Grupos vulneráveis:** como administrador de uma Reserva da Biosfera, você não é responsável por tudo. Uma Reserva da Biosfera *não pode resolver todos os desafios* da sua comunidade, incluindo os dos grupos vulneráveis e desfavorecidos. No entanto, você deve fazer todos os esforços para *incluir a voz e os interesses* desses grupos vulneráveis e desfavorecidos em decisões importantes, por exemplo, um plano de gestão. Um bom plano de gestão *pode e deve melhorar* a situação dos grupos vulneráveis; *nunca deve piorar* a sua situação. Se formular o seu plano de gestão com financiamento de parceiros internacionais, poderá ser-lhe exigido que, de alguma forma, salvguarde os interesses dos grupos vulneráveis.

Como envolver as pessoas vulneráveis

Deve abordar o envolvimento de grupos vulneráveis e desfavorecidos na formulação de um plano de gestão como um processo de 2 passos: **como primeiro passo**, pode organizar *eventos específicos de consulta* para um ou vários dos grupos. Seja sempre respeitoso e não sobrecategorize os grupos-alvo (por exemplo, não deve dizer: “todas as mulheres na Reserva da Biosfera”, nem: “todos os povos indígenas” – mas: “as mulheres das aldeias A, B, C” e “um grupo de povos indígenas”). Seja específico para pessoas específicas, não sobre-categorizar as pessoas). Durante tais eventos especiais, deve, antes de tudo, explicar o papel da Reserva da Biosfera e o plano de gestão, de uma forma compreensível para os grupos; identificar os seus interesses e necessidades para discutir os objetivos e prioridades planeadas.

Para grupos vulneráveis: um processo de 2 etapas

O **segundo passo** deve ser salvaguardar que os interesses e prioridades específicos dos grupos vulneráveis identificados em conjunto sejam *adequadamente refletidos no documento final* do seu plano de gestão. Caso contrário, algo típico irá acontecer: a pressão/lobbying de outros grupos, mais poderosos, levará à eliminação ou baixa priorização dos objetivos dos grupos vulneráveis. Ainda acontece com demasiada frequência que “eventos de consulta” são organizados com grupos vulneráveis, mas que nada acontece com os resultados. Se você também cair nesta armadilha, isso será prejudicial para os grupos vulneráveis e *para si*: suas fontes de financiamento não aceitarão “pseudo consultas”, você perderá muita credibilidade localmente – e o plano de gestão simplesmente não será o que devia ser, ou seja, uma visão conjunta de um futuro conjunto na Reserva da Biosfera.

Tente visar múltiplos benefícios

Você deve combinar qualquer consulta com intervenções específicas para o benefício dos grupos vulneráveis:

- **Fortalecer a sua identidade** e consciencializar-lhes novamente do papel importante que desempenham na gestão e conservação dos recursos naturais, em particular a identidade cultural ou bio-cultural dos povos indígenas e comunidades móveis.
- Discutir a sua situação na linguagem dos **direitos (incluindo os direitos humanos) e responsabilidades**, incluindo como os sistemas dos direitos tradicionais das comunidades indígenas e móveis podem ser compatibilizados com os sistemas legais formais, incluindo os que regem a Reserva da Biosfera; fortalecer os direitos e aumentar a compatibilidade dos diferentes sistemas de direitos e responsabilidades pode ser um componente importante de um plano de gestão.
- Se a legislação nacional prevê instrumentos de conservação para as áreas das comunidades indígenas, tais como “Áreas Protegidas Co-geridas” e “Áreas Conservadas Comunitárias”, discuta tais instrumentos como um fortalecimento legal adicional da Reserva da Biosfera.
- **Identificar intervenções prioritárias concretas**, incluindo o fortalecimento da capacidade de co-gestão e conservação comunitária.

### Que resultados podem ser alcançados e em que tipo de reuniões

O envolvimento comunitário é “prática na qual uma ampla gama de pessoas trabalham juntas para alcançar um objetivo comum, orientadas por um compromisso para um conjunto de valores, princípios e critérios comuns” [[SARKISSIAN]].

Sessões de informação – não participação

Nas **sessões de informação**, você apresenta a Reserva da Biosfera ou um aspeto particular; você dá palestras e responde a perguntas. *Não considere isto como uma verdadeira participação*. As sessões de informação mantêm as comunidades informadas, mas elas podem voltar para casa frustradas porque não foram capazes de contribuir ativamente.

As consultas servem de intercâmbio

Nas **consultas**, você apresenta um problema particular e talvez diferentes propostas de soluções adequadas; procura a opinião da comunidade sobre o problema e sobre as diferentes soluções propostas. Talvez esteja interessado em obter ideias para soluções alternativas. Talvez esteja a discutir os prós e os contras, e/ou as conexões causa-efeito. Isto é participação, *mas num formato fechado* – o problema e a forma de pensar sobre o mesmo e sobre possíveis soluções foram pré-estruturados por si. Ainda assim, se organizar uma consulta de forma muito aberta, a consulta pode levar a um excelente intercâmbio, interação dinâmica e muita motivação e compromisso com os participantes – se isso é suficiente depende do problema.

As audiências públicas são uma participação plena

Nas **audiências públicas** (entendidas como análogas a uma audiência no parlamento nas fases iniciais de um processo legislativo), você apresenta apenas um esboço do problema aos participantes. Eles próprios devem contribuir com avaliações sobre a gravidade do problema; devem contribuir com argumentos, ligações causais e priorizações prós e contras. O apresentador/moderador é um receptor, apenas estruturando as contribuições. Esta é a forma mais intensa de participação, com um formato verdadeiramente aberto. O perigo deste formato é que ele pode levar à expectativa de que todos os argumentos e opiniões serão atendidos.

As sessões de informação, consultas e audiências são todas reuniões para grupos maiores de pessoas. Além disso, há muitos formatos para grupos menores (cp. abaixo).

### Como inspirar um diálogo aberto?

Não é fácil criar as condições para um diálogo aberto bem sucedido com grupos grandes. Foram desenvolvidas muitas teorias sobre como conseguir tal diálogo. Para a maioria dos usos práticos é suficiente observar algumas recomendações gerais [[UNESCO2008]], que são apresentadas abaixo.

O público terá atitudes diversas

Muitas pessoas sentem-se pouco à vontade para expressar publicamente a sua opinião. Algumas têm medo de espaços públicos, outras têm medo de perturbar as hierarquias sociais. Algumas pessoas podem nunca aparecer num evento público (para chegar a grupos vulneráveis, cp. acima). Outras pessoas participam das reuniões, mas não dizem uma única palavra; ainda assim, outras pessoas podem participar, mas talvez apenas de forma agressiva e perturbadora.

A gestão da Reserva da Biosfera deve ser “inclusiva” e servir a toda comunidade. Isto só é possível num “clima de cooperação voluntária”, onde os participantes se sintam seguros. Para reuniões públicas de sucesso (para audiências maiores, com mais de 100 pessoas e para reuniões pequenas), há várias condições:

Como criar um clima de cooperação positiva

- **Boa abertura:** As primeiras atas de uma reunião são importantes. Saude não só os convidados externos e os participantes com elevado estatuto social, *todos os participantes devem sentir-se pessoalmente bem-vindos*. Infelizmente não é possível uma ronda de apresentação mesmo que com nomes apenas num grupo grande. *Diga, de forma clara, os objetivos da reunião* de tal forma que ninguém fique com a impressão de estar lá “só para conversar”.
- **Participação voluntária:** A participação num diálogo deve ser verdadeiramente voluntária, não deve ser exercida qualquer pressão direta ou indireta. *Não deve haver nenhuma pré-condição*, como “se você participar, tem que aceitar o resultado”. Todos os participantes no diálogo devem ser *livres de aceitar os resultados ou rejeitá-los* se não estiverem satisfeitos. Ninguém deve ser obrigado a contribuir explicitamente: se alguém preferir apenas assistir, não o force a dizer algo.
- **Procura de contribuições:** Em geral, uma consulta e ainda mais uma audiência tem o propósito de que *os participantes forneçam o conteúdo*. O presidente/moderador fornece os objetivos e a estrutura, mas não o conteúdo. Convide os participantes a contribuir com as suas ideias, problemas e interesses; convide-os a desenvolver novas ideias. A sabedoria coletiva e a experiência das partes interessadas e da comunidade é uma fonte inestimável de inovação. Um “diálogo” que procura consenso para ideias pré-fabricadas não é participação. Procurar consenso para ideias pré-fabricadas leva a sentimentos de manipulação e desconfiança. Se possível, os próprios participantes devem *decidir as regras* que regem o debate no início da reunião
- **Moderador:** O presidente/moderador e o responsável pelas anotações da discussão devem ouvir com cuidado e respeito a intervenção de cada participante, e dar provas de que *cada intervenção é levada a sério*, quer se trate de uma nova ideia brilhante ou de uma opinião padrão. *Tente separar fatos e emoções* – isso levará a muito contacto visual e também melhorará a compreensão do lado do moderador e do responsável pelas anotações. Apenas interrompa as intervenções que estejam a utilizar indevidamente o espaço do diálogo aberto: por exemplo, se alguém falar desrespeitosamente sobre outras pessoas ou se alguém com alto estatuto social tentar dominar fortemente o diálogo. O presidente/moderador deve ajudar cada participante a *sentir-se seguro ao fazer uma intervenção*. Não julgue imediatamente a exatidão factual de uma declaração ou a sua relevância para a discussão, há que as declarações erradas ou irrelevantes muitas vezes serão rapidamente esquecidas de qualquer forma. O presidente/moderador deve *abster-se de tomar posições fortes* ele mesmo. Prestar atenção às suas próprias palavras tanto quanto às do interlocutor é a melhor opção, pois um bom diálogo significa cuidado e escuta mútuos.
- **Encerramento da reunião:** A qualidade de uma reunião também depende muito do seu encerramento, porque as pessoas se lembrarão nitidamente do último momento. Isto pode ser particularmente difícil, porque o presidente/moderador pode já estar cansado e ter a impressão de que “todos querem ir para casa”. *Encerre a reunião com uma síntese final dos principais progressos realizados*. Se necessário, procure o acordo explícito dos participantes sobre esta síntese. *Recorde as decisões tomadas*, e as ações adotadas para a implementação. Termine comunicando até cinco mensagens chave e deseje a todos uma viagem segura para casa. Agradeça ao pessoal técnico, tais como tradutores ou catering. Todos concordarão que isto é importante.

Em muitos casos, pode fazer sentido ou mesmo ser necessário contratar um moderador externo e profissional para o apoiar na implementação de consultas e audições públicas. Muito depende da alta qualidade da preparação do presidente/moderador. As tarefas são idênticas, quer seja você ou um moderador externo a fazer o trabalho. O mais importante é que seja absolutamente claro sobre o propósito da reunião. Trace antecipadamente as linhas e marcos importantes da reunião, mas permita flexibilidade e não pré-fabrique soluções. Tenha especialistas à disposição como pessoas de recurso; identifique os participantes que você sabe que podem apoiá-lo na promoção de consensos.

Trabalho com um moderador profissional

Em algum momento de uma audiência pública, pode ser bom realizar debates em grupos pequenos. Isto seria prático pelo menos para estruturar melhor um longo dia de discussões plenárias. Contudo, apenas discussões em grupos pequenos permitem que todos expressem a sua opinião. Para discussões em grupo, é útil ter um moderador, que deve ser escolhido entre os participantes. Nos grupos pequenos também o moderador deve ser o mais neutro possível, com funções semelhantes às descritas acima. Contudo, os moderadores nos grupos pequenos podem assumir um papel mais ativo do que na plenária.

Realização de sessões de break-out em grupos

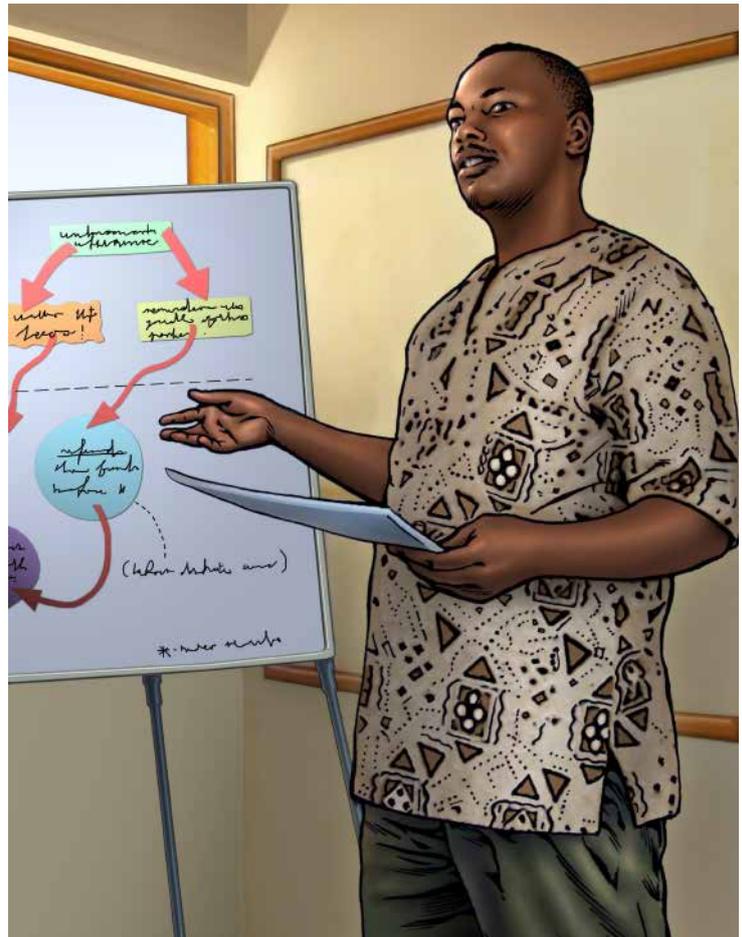
Além da inclusão, as reuniões também devem ser, naturalmente, *eficazes*. Se qualquer diálogo deve criar confiança e apoio, todo diálogo também tem um propósito específico e deve ter resultados concretos. Pode se deixar os seguintes conselhos:

Uma parte interessada pode estar interessada no sucesso ou no fracasso

- O presidente/moderador pode apoiar o entendimento mútuo entre todos os participantes, se ela/ele **resumir ou reformular a sua compreensão das preocupações** que um interlocutor específico articula. Isto pode evitar mal-entendidos e pode centralizar o diálogo. O interlocutor sentir-se-á levado a sério e talvez até compreenda melhor o seu próprio argumento.
- O presidente/moderador pode tentar **sintetizar todas as ideias expressas**; isto pode acontecer talvez a cada 30 ou 45 minutos ou com menos frequência, dependendo do contexto. O presidente/moderador deve *resumir o progresso principal* no entendimento mútuo alcançado durante este período. Se as partes discordarem, e

se os pontos fortes, fracos e a relevância de alguns argumentos tiverem sido claramente expressos, ele/ela pode repeti-los para registo, mas de forma neutra. Sempre que for sensato, tal resumo deve procurar “terminar” alguns itens em discussão. No entanto, não é prudente insistir muito em como um assunto foi discutido até a exaustão se mais tarde, durante a discussão, alguém desejar abri-lo novamente, pois pode haver boas razões para tal.

- Ao presidente/moderador serão feitas pessoalmente muitas perguntas diferentes sobre o tema da discussão, porque ela/ele é percebido como o centro do debate. Nem sempre é a melhor ideia dar respostas pessoalmente, porque assim o moderador estaria num duplo papel de moderador e especialista. Isto tornaria a discussão aberta mais difícil. Igualmente, qualquer resposta que não seja totalmente correta pode prejudicar a sua reputação como moderador experiente quanto imparcial. É sábio **ser assistido por um membro da equipa com conhecimentos sobre o assunto**. O moderador, mais tarde, ainda pode acrescentar mais informações. Se o melhor especialista num tópico for outra pessoa do grupo/audiência, isto não deve ser motivo de vergonha para o presidente ou para o pessoal – é uma oportunidade para melhorar o conhecimento de todos.



### Como priorizar as principais partes interessadas e líderes de opinião?

Introduzimos o termo “partes interessadas” nas secções 1 e 2, como um grupo ou um indivíduo que tem “participações” ou interesses que têm a ver com a Reserva da Biosfera. As partes interessadas típicas são “o chefe da associação de agricultores”, “o governador”, e “o presidente do conselho de turismo”, ou “o representante local da empresa mineira”. Considerar alguém como parte interessada assume que está *interessada no sucesso* de uma Reserva da Biosfera e que a sua atividade é importante para esse sucesso. Mas você também pode considerar especificamente o envolvimento com pessoas e grupos que parecem *interessados no fracasso* de uma Reserva da Biosfera. A lista das partes interessadas reais da sua Reserva da Biosfera muda com o tempo. Se a Reserva da Biosfera for bem sucedida (económica, ecológica e socioculturalmente), então a lista das partes interessadas tornar-se-á gradualmente mais longa.

As partes interessadas podem ser priorizadas

Todos os administradores de uma Reserva da Biosfera têm recursos limitados. Sobretudo, nunca há tempo suficiente. Portanto, você precisa de definir *prioridades para as suas intervenções*. Embora todas as pessoas que vivem na Reserva da Biosfera e todas as partes interessadas sejam importantes, alguns são e devem ser mais importantes do que outros. No entanto, nunca é fácil determinar que partes interessadas são mais importantes. Algumas partes interessadas parecem importantes porque são famosas, outras podem ter redes ocultas com pessoas poderosas, outras podem ter acesso a doadores estrangeiros e outras emitem a sua opinião de forma aberta publicamente; cp. também a “matriz das partes interessadas” na secção 2.

Mostre respeito total por todos, também por aqueles com “baixa” prioridade

A prioridade de uma parte interessada só pode ser avaliada localmente, por si. Você precisa de considerar quem tem influência direta ou indireta sobre a estrutura de gestão da Reserva da Biosfera. Em seguida, classifique todas as partes interessadas em categorias de importância (alta, média, baixa), em categorias de atividade e tome isso em consideração na tomada de decisões e na definição de prioridades da atenção da administração dada às diferentes partes interessadas. No entanto, *nunca ignore alguém com prioridade “baixa”* porque todos os seres humanos merecem respeito total. Tratar alguém de forma desrespeitosa criará adversários perigosos.

Respeite os representantes escolhidos

Quando se trabalha com um grupo de pessoas, elas geralmente terão escolhido um *líder do grupo para ser o seu representante*, líder ou porta-voz. O grupo espera que você trabalhe com essa representante, já que ela/ele foi escolhida para esse fim. Quase sempre seria muito insensato fazer outra coisa. O encurtamento da representação oficial é o primeiro passo para uma intriga.

## Estudo de caso: Três casos de diálogo moderador na Reserva da Biosfera de Pendjari, Benim

Na Reserva da Biosfera de Pendjari, surgiu em 2001 um desacordo entre os pescadores e a administração, que persistiu por dois anos porque as duas partes não tiveram um diálogo aberto. Os pescadores costumavam pescar no Rio Pendjari há pelo menos 60 anos. A pesca proporcionava o sustento de toda a sua comunidade. No entanto, as autoridades, incluindo a administração da Reserva da Biosfera, pediram aos pescadores que parassem a sua atividade de pesca porque não estava oficialmente legitimada. Eles fizeram esta abordagem sem se esforçar o suficiente para entender a comunidade e os seus costumes. Depois de dois anos de discussões e incompreensões, os administradores da Reserva da Biosfera finalmente organizaram uma reunião baseada na tentativa de se ouvirem verdadeiramente uns aos outros e de compreenderem as preocupações. O resultado foi um compromisso: os pescadores mantiveram o seu direito de pescar, mas a pesca restringia-se a certos momentos e lugares. A decisão foi aceite por todos e até hoje mantém-se válida. Hoje, a pesca é controlada, a fraude é denunciada e a cooperação em geral melhorou. Dado o seu sucesso, esta abordagem foi alargada a Arly no Burquina Faso, que partilha o rio com a Reserva da Biosfera de Pendjari.

Num caso diferente, houve o desafio de controlar melhor a caça furtiva, o que só era possível se alguns caçadores furtivos pudessem ser “convertidos” em guardas-florestais. Um moderador externo foi incumbido de estabelecer esse diálogo. Ele organizou reuniões de administradores e caçadores furtivos, tanto no escritório administrativo como nas casas dos caçadores furtivos. Ambas as locais revelaram-se inadequadas, as reuniões não tiveram sucesso. O moderador escolheu então um local de encontro neutro, o que de facto ajudou a estabelecer o diálogo. Após longas negociações e uma “escuta ativa” dos administradores às preocupações dos caçadores furtivos, surgiu a confiança e, mais tarde, o consenso. Hoje, muitos antigos caçadores furtivos tornaram-se defensores da Reserva da Biosfera e a sua contribuição para o trabalho conjunto tem melhorado constantemente. Um exemplo completamente diferente da mesma área: a Associação para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Reserva da Biosfera de Pendjari (ADEPT) é o resultado da cooperação público-privada que reúne operadores turísticos privados e organismos públicos, incluindo a gestão da Reserva da Biosfera. No início do processo da criação da ADEPT, os operadores turísticos e os organismos públicos eram adversários, concentrando-se nas fraquezas uns dos outros e até mesmo exagerando essas fraquezas. Esta situação mudou quando eles fizeram um diagnóstico “neutro” conjunto da situação num seminário. Isto levou-os a chegar a conclusão de que ambas as partes são mutuamente necessárias para o desenvolvimento do ecoturismo, o que permitiu a formulação de uma visão e de um plano de ação comuns. Como resultado, existe hoje tanta confiança que os atores públicos poderiam se retirar do esforço conjunto – a primeira estrutura deste tipo no país, de gestão puramente privada.

Mas também tenha cuidado. Algumas pessoas afirmam *falsamente que são representantes* de um grupo. Por exemplo, uma OSC (Organização de Serviços à Comunidade) pode afirmar que fala em nome de uma comunidade de aldeia. Mas isso pode não ser necessariamente verdade. Faça um esforço para trabalhar com organizações comunitárias que estejam mais próximas das suas verdadeiras participantes interessadas (e encarregadas do tópico em discussão). Também esteja ciente de que dentro de um grupo de partes interessadas pode haver *subgrupos importantes que discordam* do resto em alguns aspetos.

Esteja ciente de representantes errados

Também pode haver comunidades e *grupos que não estão organizados* e que não tenham representantes. Nesses casos, identificar um líder de opinião é eficiente e necessário, porque não é possível trabalhar individualmente com todos os membros de um grupo não organizado. Certifique-se de que o líder de opinião se comunica regularmente com o grupo e, de facto, procura o seu consenso e aprovação. Se ela/ele não o faz, considere a revisão da sua escolha.

O que fazer com grupos desorganizados

Certifique-se de que as *partes interessadas importantes* participam nas suas audiências e consultas públicas. Você pode facilmente cair na armadilha de convidar pessoas importantes apenas para pequenas reuniões dos comités de direção ou conselhos consultivos e de consultar “pessoas sem importância” nas audiências públicas. Nunca caia nessa armadilha; isso não ajuda no alcance do consenso nas audiências públicas e cria uma hierarquia que é negativa para todos. Além disso, levaria a que, em breve, mais ninguém aparecesse nas suas audiências.

Faça com que as partes interessadas importantes participem nas audiências públicas

### “Factos concretos” e como discuti-los

Uma Reserva da Biosfera é normalmente (mas nem sempre) regida pelo direito público e está sob a supervisão governamental. Nestes casos, há estratégias e objetivos pré-definidos que regem o trabalho da equipa de gestão, impostos por lei, por portaria administrativa ou por regra política. Muitas vezes há um orçamento pré-definido com itens orçamentários rígidos. Também nos casos de uma administração de acordo com o direito privado, há um acordo pré-definido sobre objetivos e orçamentos.

Orçamentos, leis... – Porquê a participação?

Por que, então, dialogar com as comunidades sobre os objetivos, sobre a estratégia, sobre um plano de gestão? E quando estiver em diálogo, como pode superar os conflitos entre os “factos concretos” e as expectativas do público?

Dialogue porque você precisa, porque a UNESCO o exige e porque é bom em si mesmo para a inovação e para menos estereótipos.

Para cada pergunta, há várias respostas. Em primeiro lugar, *porquê dialogar de todo?*

- Em primeiro lugar,  *você precisa* desse diálogo. Quase sempre, qualquer política ou estratégia governamental será bastante geral e não adaptada às necessidades específicas da Reserva da Biosfera. Pode igualmente estar ultrapassada e não adaptada às necessidades do presente. Para desenvolver mais políticas e estratégias específicas, você precisa de incluir a sabedoria coletiva das partes interessadas e do público. Precisa de entender as inquietações que realmente preocupam as pessoas. Se for bem sucedido na conceção de uma estratégia realmente boa que responda às necessidades reais, é susceptível de convencer os seus superiores a mudar a estratégia oficial. Com base em bons argumentos, mesmos as leis podem ser mudadas – mas você precisa primeiro de bons argumentos e precisa do apoio do público.
- Não se esqueça (cp. secção 3.3) que a *UNESCO exige que você* tenha um plano de gestão, baseado na participação e no envolvimento da comunidade; não baseado numa portaria administrativa.
- Uma Reserva da Biosfera tem a responsabilidade de agir como uma região modelo. Isto significa que têm de ser desenvolvidas e testadas novas ideias e novas abordagens. *A maioria das ideias terá origem na comunidade* em contextos práticos, não na sua secretária e não na portaria governamental. Para conhecer estas ideias, você precisa de diálogo. Se você tiver sucesso na recolha de ideias e assim criar um espaço de inovação, verá que pode haver disponibilidade de financiamento; e até mesmo as políticas nacionais podem mudar!
- O diálogo é fundamental para *superar os estereótipos*.

### Como gerir conflitos de expetativas com “factos concretos”?

“Gestão de Expetativas”

Quando você trabalha com as partes interessadas e o público em geral, encontrará muitas expetativas diferentes, incluindo expetativas irrealistas. Lidar adequadamente com as expetativas é essencial. A lição mais importante é, antes de mais, *evitar gerar expetativas erradas e irrealistas*. As empresas frequentemente falam em *gestão de expetativas*. Ao convidar pessoas para uma reunião, não prometa nada que não possa cumprir. Não afirme que uma reunião resultará numa nova estratégia se os seus superiores não lhe tiverem dado o mandato para desenhar uma nova estratégia. Ao mesmo tempo, não é prudente mencionar explicitamente todas as limitações e estreitar o espaço de lançamento de ideias e negociação desde o início porque pode matar a imaginação e novas ideias.

Não descarte ideias visionárias

Se forem mencionadas ideias irrealistas numa reunião, não as descarte de imediato. Se tiver um quadro negro ou um flip-chart disponível, tome nota positiva de tais ideias como *“ideias visionárias”* e inclua-as na ata da reunião como *“perspetiva”*. Se tiver que decidir entre várias ideias numa reunião, pode escrevê-las primeiro numa matriz com colunas intituladas, por exemplo, *“possível no orçamento atual”* e *“necessário angariação de fundos adicionais”* – evite criticar potenciais problemas de qualquer ideia.

Equilibre a aplicação das regras com a participação

Há um desafio muito importante do trabalho de muitos administradores de Reservas da Biosfera. Por um lado, muitos são empregados do governo com a tarefa de fazer cumprir as normas legais e administrativas, por exemplo, sobre o equilíbrio do uso da terra. Como tal, eles são *vistos como uma autoridade* que limita a liberdade dos habitantes de uma Reserva da Biosfera. Por outro lado, eles devem organizar plataformas neutras de participação e *inspirar o livre diálogo e a inovação*, ou seja, enriquecer a liberdade das comunidades da Reserva da Biosfera. Em geral, os administradores devem *equilibrar constantemente a aplicação das normas com a negociação e a participação* [[FISCHER]]. Neste diálogo sensível, eles têm que oferecer opções para os usuários locais, ao mesmo tempo que os impedem de actos negativos e destrutivos. O equilíbrio destes dois papéis é possível, mas requer muita compreensão mútua e confiança [[STOLL2005]]. Se necessário, pode ser uma boa ideia dividir as tarefas entre a equipa de gestão, talvez por algum período de tempo. O que é ainda melhor, como no caso da Reserva da Biosfera de Pendjari, é envolver a população no trabalho prático, como a monitorização.

### O caso dos ambientes multilingues

As línguas locais são vitais para a conservação

Os conhecimentos tradicionais, as instituições costumeiras e os nomes e usos das espécies e da biodiversidade estão interligados e são inseparáveis das línguas e dialectos locais. A vitalidade e a sobrevivência das línguas indígenas e locais é crucial não só para manter vivos os corpos do património e práticas culturais. É também importante para a conservação da biodiversidade, através do conhecimento biológico associado. A salvaguarda das línguas ameaçadas de extinção é, portanto, importante para a conservação.

Incentive o uso de línguas locais

Um administrador da Reservas da Biosfera pode ajudar encorajando o uso das línguas locais nas reuniões, nos documentos oficiais ou nos programas educacionais. Isto pressupõe que o administrador fale ou compreenda a língua local. Uma simples ação de grande valor para a conservação é respeitar, manter e até mesmo restaurar o uso de nomes locais de lugares e de espécies.

A tradução é difícil

Ao mesmo tempo, ter que trabalhar com várias línguas nas reuniões é uma complicação prática. A tradução formal é geralmente cara, muitas vezes envolve tecnologia especial que pode não estar disponível, e muitas sutilezas de declarações são perdidas.



Felizmente, em muitos ambientes multilíngues, as pessoas entendem-se bastante bem, mesmo que não falem ativamente a língua do outro. Fingir não se entenderem muitas vezes tem a ver com estruturas de poder: as pessoas fingem não entender, para exercerem poder. Investigue cuidadosamente as oportunidades e entenda sob que condições os seus parceiros estariam dispostos a discutir sem tradução num ambiente multilíngue. Tais ambientes não são ideais para criar confiança, mas a tradução também não ajuda muito no desenvolvimento da confiança.

Faça um esforço real para se entenderem uns aos outros

Se houver pessoas presentes numa reunião que sejam falantes nativas de diferentes línguas, permita pelo menos uma fase de trabalho em grupo e permita que os participantes trabalhem por um determinado período de tempo exclusivamente na sua língua nativa.

Em ambientes multilíngues, é importante ter na sua equipa funcionários competentes e confiáveis que falem todas as línguas faladas na área.

Refleta sobre as línguas locais em equipa

### Principais questões logísticas

**Tempo dedicado:** Se planeia organizar um diálogo numa Reserva da Biosfera, nunca pense apenas *numa* reunião. Uma cultura de diálogo e confiança, um “ambiente de diálogo” não pode ser criado em alguns dias ou semanas, o *diálogo é incompatível com a urgência*. Pode levar *meses ou mesmo anos* até que as partes comecem a dar ouvidos verdadeiramente umas às outras e a chegar, em conjunto, a soluções. O ambiente para um diálogo depende da questão e da metodologia para abordá-la. Mas parta sempre do pressuposto de que pode ser necessário uma série de reuniões. Depois continue a *planear cuidadosamente* cada reunião. Se a primeira reunião falhar, pode não haver oportunidade de uma segunda reunião. Cada reunião deve ter objetivos claros e deve produzir resultados claros; mas esteja ciente de um perigo. Mesmo se você entender que é preciso tempo para um diálogo acontecer, algumas partes interessadas podem exigir ação imediata por causa de um problema urgente. É importante não os desencorajar de continuarem a ser parte de um processo participativo mais longo (porque eles o apoiarão para chegar a uma solução), ao mesmo tempo que não se deixa levar pela urgência.

Não deixe que a urgência impeça o diálogo

**O cenário é importante:** Escolha cuidadosamente o local e o momento de qualquer reunião. O local é relevante para promover a cooperação, o envolvimento, a abertura e a transparência. As partes interessadas e as comunidades comportar-se-ão de forma diferente num local neutro do que num edifício que associem a uma determinada autoridade. Aqui está um exemplo: “Os pescadores não se sentem em casa no escritório do Conselho Administrativo Distrital. Portanto, abriremos um escritório neutro dedicado às atividades da Reserva da Biosfera que servirá como um espaço acolhedor para todos os interessados” [[JACKSON]]. Se a reunião tiver lugar numa sala, a acústica é importante (há muito tráfego rodoviário?); se há ar condicionado e se as pessoas estão habituadas a ele; se há condições adversas de luz na sala (por exemplo, evite um pódio em frente às janelas ou de uma parede muito iluminada pelo sol, porque o público não pode ver as caras das pessoas que estiverem no pódio). Evite também um pódio na parte escura de uma sala muito brilhante; evite temperaturas e humidade muito altas, se possível.

O lugar certo e o momento certo são cruciais

Ter uma reunião ao ar livre pode ser útil, pois o ambiente é bem conhecido por muitas pessoas e, portanto, ajuda a promover a confiança mútua ao invés de sentarem-se em torno de uma mesa numa sala de reuniões. Não repreenda quando os participantes chegam tarde ou saem cedo, sem protocolo. A melhor opção é fazer a reunião no mesmo local onde normalmente também são realizadas outras reuniões comunitárias. Em segundo lugar, é melhor escolher um local que pareça muito semelhante. Seja qual for o local escolhido, certifique-se de que ele oferece as melhores condições possíveis para a reunião (cadeiras? acesso livre? disponibilidade de bebidas e comida?).

A correta disposição dos assentos é também importante

Pense cuidadosamente sobre a disposição dos assentos. Normalmente, aceita-se ou mesmo espera-se que o moderador/presidente tenha um lugar de destaque, mas você pode escolher o contrário se achar que isso é bom para a reunião. Como presidente/moderador, nunca se sente num lugar de muito destaque ou muito longe do resto do grupo. Normalmente, é preferível sentar-se em círculos do que sentar-se em filas.

O horário também é importante

Pense também com cuidado sobre o horário em que as pessoas estão disponíveis para se reunirem. Leve em conta quando as pessoas estão ocupadas a trabalhar ou a cuidar das suas famílias ou a cumprir as suas tarefas religiosas. Por exemplo, não agende reuniões com agricultores em épocas de colheita. Se as pessoas precisarem de usar transporte público para comparecer à reunião, considere possíveis atrasos.

Como convidar as pessoas

**Duração e convite da reunião:** quanto tempo deve durar uma reunião? A regra “*tão curta quanto possível*” nem sempre é verdadeira. Se as pessoas se esforçaram para viajar por várias horas para chegar à sua reunião, elas podem ficar desapontadas se a reunião levar apenas uma hora. No entanto, além desses casos extremos, você deve ser o mais conciso possível. Você excluirá muitas pessoas se uma reunião for marcada de tal forma que elas tenham que passar uma noite fora de casa ou então terá que cobrir as suas despesas de acomodação. Pense em como melhor informar os participantes sobre a reunião (Telefone? Convite oral? Convites escritos? Cartazes? Jornais? Rádio? Folhetos? Mensagens de texto/SMS? Email? Mídias sociais?).

Trabalho com um moderador

O presidente/moderador deve ser apoiado por um especialista, seja para apoio em questões técnicas, em questões logísticas ou para questões de conteúdo. Duas pessoas como organizadores e pessoas de recurso permitem uma melhor divisão de papéis, uma partilha ou responsabilidade e, em geral, reduzem o perigo de reuniões caóticas e uma perda de direção. Um moderador externo pode ser útil por causa de sua neutralidade.

### 4.3 Realização do diálogo

Nesta secção, partimos do pressuposto de que você já envolveu comunidades e partes interessadas num diálogo; você estabeleceu confiança mútua. Agora vamos um passo a frente: discutimos *instrumentos para manter o interesse das partes interessadas e das comunidades a longo prazo*. Como reforçar as redes de apoio da sua Reserva da Biosfera? Como você pode estabelecer uma estrutura de colaboração mais institucionalizada?

#### Estudo de caso: A Piscicultura na Reserva da Biosfera do Monte Quénia, Quénia

A Reserva da Biosfera na segunda maior montanha africana foi designada pela UNESCO em 1978 e 1997 como Património Mundial. O Quénia Wildlife Service (KWS) e o Departamento Florestal partilham a gestão do ecossistema do Monte Quénia através de um plano conjunto de gestão integrada. No entanto, nas últimas décadas, o ecossistema sofreu degradação ambiental como resultado da má gestão dos recursos, pressão populacional, pobreza, e aumento da dependência das fontes florestais. Esses fatores levaram à diminuição das florestas, secagem dos córregos, erosão do solo, redução da diversidade de espécies e ao declínio geral da capacidade da floresta de fornecer serviços económicos e ambientais e, claro, do desenvolvimento humano. No entanto, a partir de 2004, o PNUD, com financiamento do GEF e da Fundação das Nações Unidas, introduziu uma iniciativa muito bem sucedida chamada COMPACT, para combater a degradação da Reserva da Biosfera. O COMPACT consiste essencialmente na criação de pisciculturas comunitárias (através de subsídios competitivos de até 50.000 dólares americanos durante 24 meses, bem como através do fornecimento de conhecimentos especializados), que envolveram as comunidades na conservação ambiental e, ao mesmo tempo, melhoraram os meios de subsistência. Uma vez que os cinco projetos-piloto foram bem sucedidos em todos os aspetos, outros doadores como o governo queniano e ONGs internacionais também têm apoiado empreendimentos comunitários similares dentro da Reserva da Biosfera – e além dela.

Enquanto as pisciculturas de empresas privadas existem em torno do Monte Quénia desde os anos 90, as pisciculturas comunitárias são algo completamente novo. Alguns dos projetos foram implementados por grupos de mulheres e grupos de jovens que não frequentavam escola. Como as pisciculturas podem evitar a degradação ambiental? Tanto a truta como a tilápia (a truta é criada em altitudes mais elevadas, a tilápia nos trechos mais baixos) requerem uma fonte consistente de água limpa. Isto implica que as comunidades devem proteger ativamente as fontes da água da poluição e evitar qualquer atividade que possa resultar na diminuição do caudal do rio. Isto levou as comunidades a estabelecerem quatro viveiros de árvores (mais de 200.000 mudas plantadas até agora), tais como plantar árvores dentro da área de captação para melhorar os fluxos de água e prevenir a erosão do solo. As comunidades também têm ajudado na monitorização de assentamentos ilegais e poluição. Em projetos semelhantes, as amoreiras foram criadas para fornecer alimentos para a criação de bichos-da-seda. As pisciculturas criaram rendimentos para cerca de 2.000 famílias na Reserva da Biosfera. A iniciativa também facilitou o diálogo e a troca de informações entre as partes interessadas [[UNES–CO2013-1]].



### Concentração nos benefícios

Começamos com um aviso. Claro que é apenas positivo investir tempo para manter um contacto próximo com as suas partes interessadas e comunidades em tempos “não problemáticos”, quando não há “nenhum problema urgente a resolver”. Mas, Qualquer atividade, para manter um diálogo e permanecer em contacto, deve ter valor acrescentado. Se não houver esse benefício direto, se você visitar as suas partes interessadas e comunidades “só para dizer olá”, elas pensarão, com razão, que “você tem muito tempo” e que você está a desperdiçar dinheiro público em “marketing” e networking sem nenhum resultado.

Não faça participação quando não há nada para participar

Planeie todas as suas atividades e intervenções com base no benefício e valor agregado que elas geram para a Reserva da Biosfera e para suas comunidades. Nunca as planeie só porque você leu sobre uma ideia neste Manual ou em outro livro!

Não crie uma audiência ou grupo de trabalho se não for realmente necessário. Não organize uma competição se ela não tiver um propósito ou benefício concreto.

### Envolvimento das partes interessadas e as comunidades no trabalho real

Como já foi dito repetidamente no presente Manual, participação significa várias coisas: Não significa apenas “fazer parte de discussões e decisões”, não significa também “compartilhar benefícios diretos e indiretos”, significa também envolvimento no trabalho real. Envolver as comunidades e as partes interessadas no trabalho real pode tomar várias formas: você pode envolver membros da comunidade em medidas de conservação, tais como patrulhas contra caça furtiva ou monitorização de espécies, na restauração de ecossistemas, tais como plantio de manais, no desenvolvimento de infra-estruturas comunitárias, tais como construção de escolas ou serviços de água ou saúde, na criação de redes de apoio/marketing, por exemplo, para produtos agrícolas ou para a pesca.

As Reservas da Biosfera podem ser distinguidas das áreas protegidas regulares, na medida em que o seu trabalho real e a sua carteira de projetos concentram-se realmente (ou mesmo exclusivamente) em tais intervenções que são iniciadas, planeadas, implementadas e avaliadas em conjunto com as partes interessadas e comunidades locais.

A organização do seu trabalho com e em torno das necessidades e interesses das comunidades garantir-lhe-á o interesse contínuo das comunidades – o diálogo é automático, se o seu trabalho for comprovadamente relevante.

## Reuniões anuais das partes interessadas

### Reuniões anuais como opção para atender a grupos maiores

Assumimos que a sua Reserva da Biosfera tem uma “configuração padrão”: isto significa um conselho de administração, um plano de gestão e um conselho consultivo das partes interessadas (“modelo ONG” ou “modelo de auto-riedade”, cp. secção 3.1). Tipicamente, talvez até 40 partes interessadas possam servir nesses conselhos; caso contrário, elas seriam muito grandes. Como se pode chegar a todas as outras partes interessadas? A escolha mais óbvia é organizar uma reunião anual, para a qual você pode convidar “todas” as partes interessadas, talvez mais de 100. Dependendo da situação local, tal reunião poderia ter lugar a cada meio ano ou a cada dois anos, mas é geralmente melhor que tenha uma frequência anual.

### Não crie expectativas erradas

Tal reunião anual pode ser chamada de “reunião”, “mesa redonda”, ou “conferência”. O título e o carácter não devem ser demasiado formais, mas também não devem ser demasiado informais. É importante não criar expectativas erradas: tais reuniões muitas vezes não envolvem a tomada de decisões. No entanto, isto poderia ser possível: uma resolução sobre algum assunto fundamental poderia ser adotada ou alguns membros do conselho administrativo ou consultivo poderiam ser eleitos.

### Uma boa reunião já é um benefício

Concentremo-nos nas reuniões sem tomar decisões. Uma reunião anual bem estruturada com “todas” as partes interessadas, que inclua relatórios transparentes, honestos e abrangentes, bem como *amplas oportunidades de discussão, normalmente trará benefícios suficientes* para os seus interessados. Os benefícios para as partes interessadas podem ser melhorados, se elas puderem propor parte da agenda e se for assegurado que os resultados da discussão sejam devidamente utilizados (isto não requer uma tomada de decisão formal).

No início, você deve informar honestamente e de forma abrangente as partes interessadas sobre o estado atual da Reserva da Biosfera e sobre os resultados do seu trabalho. No seu relatório, faça uma *distinção clara* entre a Reserva da Biosfera como um todo, o seu desenvolvimento ecológico, social e económico; e os resultados dos projetos e atividades da equipa de gestão e do trabalho do conselho de administração e do conselho consultivo. Se misturar as duas coisas (Reserva da Biosfera e unidade de gestão), você não apoiará o compromisso de todas as partes interessadas: as **partes interessadas precisam de ser recordadas de que “elas” são a Reserva da Biosfera tanto quanto você é**. A Reserva da Biosfera é toda a região e seus habitantes; não apenas vocês, como administradores.

### Resultados, não atividades

Nos seus relatórios sobre o seu trabalho, concentre-se nos *resultados* ou *produto* das suas atividades, não nas atividades em si. Não relate sobre as reuniões, os participantes de reuniões e as agendas, mas sobre as decisões; não sobre as atividades, mas sobre os seus resultados. Se puder, relate sobre o dinheiro gasto, as prioridades e como as prioridades foram decididas (cp. Anexo 14 para um modelo de estrutura de um relatório anual escrito).

### Promova discussões

Relatar só não é suficiente. Você precisa de *permitir e promover ativamente as discussões*. É aconselhável ter pelo menos duas rondas de discussão: primeiro, a discussão do seu relatório: acolha discussões controversas e perguntas críticas; esteja bem preparado para perguntas críticas. Segundo, a discussão de tema(s) principal(is) atual(is) no desenvolvimento da Reserva da Biosfera; ou você pode propor um tema anual variável (como “água”, “pobreza”, “mudanças climáticas”) ou pode perguntar antecipadamente aos seus interessados qual tema(s) eles sugerem. Assegure-se de que o seu pessoal toma as devidas notas e dê seguimento aos resultados relevantes da discussão. Se houver, por exemplo, uma clara maioria pedindo para lutar contra a caça furtiva, então tome isso como uma nova prioridade, na medida do possível.

## Grupos de trabalho ad-hoc

Assumimos novamente que a sua Reserva da Biosfera tem uma “configuração padrão”. Agora, vamos nos concentrar em situações em que tal “configuração padrão” pode não ser suficiente.

### Um exemplo ilustrativo: “eucalipto”

Imagine o seguinte caso: uma empresa investidora aborda-o com a ideia de uma plantação de eucaliptos na Reserva da Biosfera. Você sabe que plantar eucaliptos tem muitas consequências negativas e poucas positivas, mas talvez você não tenha certeza. O que você faz? Como você decide? Você pode ter sorte: pode haver um especialista em eucaliptos no conselho de administração ou no conselho consultivo. Ele/ela poderia também conhecer o seu impacto na economia local, nos corpos de água e na biodiversidade. Mas o mais provável é que não exista tal especialista na sua direção ou conselho consultivo.

### Use grupos de trabalho para chegar à comunidade

Aconselhamo-lo a usar tal situação **de uma forma duplamente benéfica: solucione o problema e chegue às suas partes interessadas**. Você poderia criar um grupo de trabalho ad-hoc que se reunirá talvez apenas 1 ou 2 vezes e poderia convidar 1 representante do seu conselho de gestão e/ou conselho consultivo, talvez 5 a 10 outros interessados e/ou pessoas ativas da comunidade que não são membros de nenhum conselho, 2 ou 3 especialistas de fora, talvez incluindo o Comité Nacional do MAB, a Comissão Nacional da UNESCO ou o Escritório Nacional da UNESCO.

## Estudo de caso: Grupos de trabalho de turismo na Reserva da Biosfera de Pendjari, Benim

A Reserva da Biosfera desenvolveu um código de conduta para o ecoturismo. O projeto preliminar tinha sido escrito por um consultor. Ele tinha uma estrutura correspondente aos principais grupos de parceiros de ecoturismo ativos na Reserva da Biosfera. A fim de melhorar o projeto inicial, foram formados três pequenos grupos de trabalho: um com representantes de hotéis e restaurantes, outro com guias, e outro ainda com os administradores da Reserva da Biosfera, representantes da câmara municipal e da associação de residentes locais. Todos os grupos de trabalho tiveram uma segunda tarefa, de chegar a todos os atores de um mesmo campo. Esta “disseminação” fortaleceu a cooperação, e os membros do grupo de trabalho tornaram-se parceiros na promoção e defesa do resultado consensual do código de conduta perante terceiros.

Esse grupo de trabalho ad-hoc não decidirá sobre o caso; as decisões são o mandato dos órgãos oficiais. Tal grupo de trabalho combinará, na medida do possível, conhecimentos externos e internos. O resultado esperado poderia ser uma breve declaração sobre as vantagens, desvantagens, oportunidades e riscos de todas as opções.

Discussão, não  
decisão

Assim que o grupo de trabalho tenha cumprido a sua tarefa, você deve apresentar o resultado ao órgão oficial responsável (provavelmente o conselho de administração; você também poderia envolver novamente o conselho consultivo). No caso dos eucaliptos, você poderia convidar o investidor para a mesma reunião. O órgão oficial poderia pesar os argumentos da análise do grupo de trabalho ad-hoc com os argumentos do investidor. A decisão final provavelmente seria tomada pelo conselho de administração.

Respeite os mandatos

Esse grupo de trabalho ad-hoc tem dois benefícios: primeiro, a melhoria do acesso ao conhecimento relevante. Segundo, o aumento do envolvimento adequado na tomada de decisões e da transparência.

A dimensão de um grupo de trabalho é crucial: traga tantos conhecimentos diferentes quanto forem necessário. Mas mantenha o grupo tão pequeno quanto possível para que todos possam participar da discussão; 15 membros é geralmente o máximo para uma discussão frutífera.

Crie grupos de  
trabalho pequenos

Defina claramente o objetivo de um grupo de trabalho, os resultados concretos esperados e o que vai acontecer com o resultado. Seja claro também sobre o prazo limitado. Evite criar expectativas erradas sobre o mandato e, especialmente, sobre a tomada de decisões. Esses grupos de trabalho devem ajudar a resolver problemas e a aprofundar a cooperação. Se houver interessados com posições totalmente incompatíveis, convide-os a chegar a um meio termo. Identifique alguém com boa capacidade de moderação como presidente. Defina o que acontece em caso de desacordo (você pode, por exemplo, tomar nota de “votos minoritários”). Repetindo: só crie grupos de trabalho quando eles forem necessários. Eles podem ser necessários por duas razões: ou porque várias competências diferentes precisam de ser combinadas ou porque parceiros especiais precisam de negociar longamente para chegar a uma solução legitimada. Se for necessário um grupo de trabalho, crie-o sempre para que *também* cumpra o seu *segundo benefício de servir a comunidade*.

Seja transparente  
sobre o mandato

### Visitas

As visitas a outras Reservas da Biosfera ou outras regiões relevantes também podem ter o duplo benefício de resolver um problema e servir as partes interessadas. Tanto pode convidar um representante de outra Reserva da Biosfera para o seu lugar, ou ir para lá com 4 ou 5 pessoas locais. Se você reunir uma delegação tão pequena, não convide apenas membros do conselho de administração ou do conselho consultivo. Convide 1 ou 2 participantes adicionais/membros da comunidade. Isto reforçará o seu compromisso com a Reserva da Biosfera e minimizará qualquer suspeita de que os benefícios (como uma viagem) estão abertos apenas a um pequeno “grupo de elite”.

Traga partes  
interessadas de fora

### Concursos e pesquisas rápidas

Podem organizar-se concursos para crianças e adultos. A forma mais conhecida de concurso para as Reservas da Biosfera será para crianças: concursos de pintura, música, de poesia ou de contos de histórias. Muitas vezes os administradores das Reservas da Biosfera convidam as escolas e as suas crianças a expressar os seus conhecimentos, as suas ideias e expectativas sobre a região, sobre a natureza ou sobre a Reserva da Biosfera propriamente dita. As melhores contribuições recebem então um prêmio numa cerimónia na escola ou num local público.

Concursos para  
crianças

Os concursos para crianças não são apenas um instrumento de “educação ambiental para crianças”. As crianças falam com os seus pais quando participam de um concurso. Portanto, os pais também são abrangidos, inclusive durante a cerimónia de atribuição de prémios. O importante é que um concurso para crianças não seja um

As crianças falam com  
os pais e precisam de

esforço isolado. As crianças devem ter acesso à informação adequada. Idealmente elas recebem uma apresentação sobre a Reserva da Biosfera; se estiverem informadas, elas podem desenhar um quadro da Reserva da Biosfera que retrata seres humanos e animais atrás de uma cerca – isso será contraproducente para comunicar seus objetivos.

#### Competições para adultos:

Os concursos para adultos devem ter objetivos mais tangíveis do que pinturas ou canções. Os concursos podem ser transformados em “concursos de ideias” organizados para recolher novas ideias sobre como resolver um problema típico de desenvolvimento. Os concursos de ideias podem ser muito específicos (“Como podemos financiar a melhoria do saneamento na aldeia X?”) ou gerais (“Como podemos diversificar o rendimento das nossas comunidades?”). Exemplos de grandes concursos internacionais de ideias são “Jovens Agricultores” ou “Segunda Oportunidade”, ambos centrados na África rural [[PCC]]. O vencedor de um concurso de ideias não precisa de receber um prémio financeiro. Um reconhecimento formal numa cerimónia de entrega de prémios é normalmente suficiente.

#### Flash surveys

As ideias também podem ser criadas através de “pesquisas rápidas”. Ao contrário das sondagens estatísticas oficiais formais, estas são mais informais. Apenas um número muito curto de perguntas é feito a uma pequena amostra de pessoas locais, seja de múltipla escolha ou em formatos abertos. O resultado de uma “pesquisa rápida” não é estatisticamente significativo com um “alto nível de confiança”, devido ao tamanho pequeno da amostra. Mas uma pesquisa rápida pode fornecer uma tendência sobre a opinião pública. O que é ainda mais importante é usar bem as “perguntas abertas”, para recolher novas ideias. Uma alternativa são as discussões em grupos de foco. Para uma rápida introdução, cp. Anexo 13.

Os concursos e as pesquisas rápidas têm ambos dois objetivos: ajudar a recolher novas ideias e envolver a comunidade a fim de apoiar o compromisso.

### Criação de uma associação de partes interessadas

#### Maiores responsabilidades requerem maior capacidade

O aumento dos direitos e responsabilidades pela gestão dos recursos naturais afeta os mecanismos de tomada de decisão dentro das comunidades ou entre elas. Assim, é importante reforçar a capacidade da comunidade para desenvolver e aplicar instituições locais eficazes e equitativas. Muitas vezes é necessário *desenvolver a capacidade* de análise de problemas e técnicas de construção de soluções, o que, por sua vez, também pode exigir literacia, numeracia e habilidades básicas de gestão. A capacitação das comunidades deve ser gradual, envolvendo também autoridades governamentais, ONGs e líderes comunitários dispostos a ajudar no processo.

#### Desenvolvimento institucional

Uma parte importante da capacitação é a “construção de instituições”. Uma Reserva da Biosfera é uma instituição, ou seja, um órgão de gestão e conselhos associados, regras e regulamentos associados e redes de pessoas que trabalham em conjunto para melhor atingir objetivos comuns. No entanto, a Reserva da Biosfera e os seus conselhos oficiais nunca devem ser instituições “exclusivas”. Ela deve apoiar a institucionalização adicional sempre que possível; isto inclui a institucionalização independente da Reserva da Biosfera.

#### Apoio à criação de associações e cooperativas económicas

Como exemplo temos as associações ou cooperativas de agricultores. Na maioria das Reservas da Biosfera, os agricultores são os mais importantes usuários da terra. É positivo que todos os agricultores de uma região discutam conjuntamente problemas, necessidades e interesses comuns, puramente entre si. Tais associações podem ter um objetivo económico (por exemplo, a comercialização conjunta dos seus produtos), um objetivo social (por exemplo, a assistência mútua após acidentes) e um objetivo político (por exemplo, a promoção conjunta dos seus interesses perante um presidente da câmara ou um governador). Nos lugares onde ainda não existe uma associação de agricultores, as Reservas da Biosfera podem equacionar apoiar a sua criação. Talvez exista uma associação a nível nacional ou provincial, e a Reserva da Biosfera pode ajudar a criar um “capítulo local”. O mesmo pode ser equacionado, por exemplo, para pescadores, caçadores, trabalhadores florestais, trabalhadores rurais, artesãos ou empregados do turismo. Uma vez criada tal associação, será muito mais simples interagir com eles como um grupo bem definido.

### Representantes da comunidade

#### Criação de instituições sociais

Não só as profissões individuais como os agricultores precisam de “instituições” de cooperação, apoio mútuo e de falar “a uma só voz”; o mesmo se aplica às tribos, comunidades, famílias e aldeias. No caso da maioria das comunidades, existem formas bem estabelecidas de representação formal ou informal, por lei e/ou tradição. Por exemplo, os representantes da comunidade podem ser eleitos democraticamente, ou então, os representantes da comunidade podem ser “reis”, “aristocratas” ou “anciãos”, designados pela grande experiência ou sabedoria, posição familiar ou idade, capacidades, ou linhagem nobre.

Se alguma forma de representação comunitária funciona bem, não há motivo para uma gestão de Reserva da Biosfera pensar mais sobre ela. No entanto, há também muitos casos, onde a representação comunitária não funciona bem. Pode haver conflitos entre as formas tradicionais de representação e a representação por padrões democráticos. Pode haver conflitos porque algumas partes de uma comunidade são excluídas da representação adequada, por exemplo, uma minoria nómada, uma minoria étnica ou mulheres.

Somente quando necessário

Certamente, uma gestão das Reservas da Biosfera não pode abordar conflitos demasiado complicados entre comunidades. Contudo, os administradores podem tentar incluir grupos marginalizados nos conselhos de administração, através de formas de representação mais apropriadas e, assim, facilitar soluções na comunidade em geral. Em situações complexas, a ajuda profissional do exterior, por exemplo, através de um moderador, poderia ser aconselhável.

Abstenha-se de conflitos demasiado profundos

O envolvimento efectivo da comunidade muitas vezes pressupõe o desenvolvimento de capacidades. Qualquer desenvolvimento de capacidades

Acompanhe com capacitação

- Requer uma avaliação completa e transparente das necessidades conjuntas e individuais, em particular para melhorar a resiliência e a resolução de conflitos;
- Deve acontecer no início do processo de envolvimento da comunidade;
- Deve usar métodos localmente apropriados;
- Deve ser acompanhado de papéis e responsabilidades reforçados, bem como de estruturas institucionais reforçadas; e
- Deve ser monitorizado.

### Criação de uma rede de “Amigos da Reserva da Biosfera”

Muitas Reservas da Biosfera em todo o mundo, do Brasil à Alemanha passando pelo Canadá, são apoiadas por organizações formais ou redes informais chamadas “Amigos da Reserva da Biosfera”. Em alguns casos, esta organização/rede consiste em pessoas locais importantes, por exemplo, detentores de mandatos políticos, ou empresários. Em outros casos, esta organização/rede consiste em “pessoas comuns locais” que demonstram seu compromisso com os objetivos da Reserva da Biosfera. Em outros casos, consiste em parceiros de fora da região, incluindo cidades próximas, parceiros internacionais, cientistas internacionais que trabalharam na Reserva da Biosfera e turistas que visitaram a Reserva da Biosfera.

As organizações “amigas” podem ter um carácter muito diversificado

### Estudo de caso: Associações na Reserva da Biosfera Sahamalaza-iles Radama, Madagáscar

A Reserva da Biosfera marinha e costeira de cerca de 150.000 hectares está situada na costa noroeste de Madagáscar e foi designada pela UNESCO em 2001. Está muito ameaçada pela destruição progressiva dos habitats. Esta é uma das razões pelas quais foi seleccionada pelos Parques Nacionais de Madagáscar, que gere o parque nacional de 26.000 hectares como a maior parte da área central da Reserva da Biosfera, como sítio piloto para a implementação de uma nova política nacional, envolvendo a população local na gestão das áreas protegidas. A Reserva da Biosfera é assim um sítio piloto para Madagáscar para abordar não só a conservação da biodiversidade, mas também o desenvolvimento socioeconómico das populações locais no contexto da Lei de Gestão das Áreas Protegidas. Cerca de 50.000 pessoas vivem na Reserva da Biosfera em cerca de 80 aldeias ou vilarejos. A região permaneceu bastante isolada por muito tempo. Um recente aumento súbito na colheita do pepino do mar atraiu imigrantes. Embora se presuma que o modo de vida tradicional da população permanente tenha pouco impacto no meio ambiente, o que também se deve a uma série de “tabus” (ou “fady”), as práticas de pesca dos recém-chegados têm um sério impacto em muitas espécies marinhas. Também a desflorestação leva ao aumento da sedimentação com efeitos adversos sobre os recifes centrais.

A Reserva da Biosfera escolheu quatro metodologias para envolver as populações, nomeadamente sensibilização, criação de associações, atribuição de responsabilidades e apoio ao desenvolvimento. Aqui, o foco está nas associações. Nas aldeias e grupos de aldeias menores, mais de 30 Comitês Locais de Base (CLB) foram formados desde 2006, compostos por pescadores, criadores, agricultores, professores e comerciantes (em média, 30 membros por CLB). Eles implementam “dina commun”, ou lei local, criada na assembleia-geral dos membros do CLB, e apoiam todas as atividades técnicas, incluindo a construção e manutenção de infra-estruturas, vigilância e monitorização. Como um elo de ligação conjunto com as autoridades superiores a nível comunitário e distrital, foram criadas 5 “Organizações Comuns de Diálogo” (OCM) compostas por oficiais dos diversos CLBs, que mais uma vez foram reunidos numa única federação. Além disso, foram fundadas cinco Associações de “Sábios Anciãos”, com a tarefa de gestão de conflitos em todas as associações existentes e mesmo entre as autoridades administrativas e de gestão. Por exemplo, em 2009, conseguiram acabar imediatamente com a pesca ilegal na área central. Como guardiões da tradição, elas asseguram que os locais sagrados dentro e fora da área protegida sejam respeitados. Ainda mais, para apoiar os administradores, foi criado um “Comité de Orientação e Apoio para a Área Protegida” entre as comunidades. As responsabilidades de todos os órgãos foram identificadas conjuntamente em 2008. Através de patrocinadores como o PNUD, o Banco Mundial ou a “Associação Lemurs”, mais de 1.000 micro-projetos foram apoiados. Em 2011, foi criada uma Associação de Guias de Ecoturismo a nível regional. Como resultado, a pressão humana sobre o ecossistema diminuiu significativamente, com o corte ilegal de mangues e a pesca ilegal sendo reduzida pela metade entre 2007 e 2011 [[UNESCO2013-1]].



#### Diversos objetivos

O propósito desta organização/rede pode ser múltiplo: pode ser apenas simbólico ou pode concentrar-se na angariação de fundos através de uma taxa de adesão (especialmente através de amigos externos e internacionais). Se tal organização/rede serve para angariar fundos, esteja ciente de que você tem que dar algo em troca “aos seus amigos”, pelo menos um boletim eletrónico regular e um relatório anual com o qual você declara o que você conseguiu com os fundos. Você pode permanecer em contacto com eles também através de rádios comunitárias ou mídias sociais como o twitter e o Facebook, para manter o diálogo vivo.

#### “Amigos” como braços operativas

Tal organização/rede também pode servir como um “braço operacional” da Reserva da Biosfera: muitas Reservas da Biosfera são entidades governamentais com muitas restrições administrativas. Em alguns casos, não lhes é permitido participar em convites à apresentação de propostas de projetos, não podem processar fundos de fontes externas e não lhes é permitido implementar certas atividades. Neste caso, uma organização formal “paralela” como “Amigos da Reserva da Biosfera” (que em muitos países pode ser sabiamente constituída como uma fundação sem fins lucrativos) pode servir para implementar todas as atividades adicionais. Estas organizações têm então que estar estreitamente associadas à Reserva da Biosfera, em termos dos seus objetivos e administrativamente, para evitar qualquer forma de conflito de objetivos, corrupção e desvio de fundos.

### 4.4 Organização do processo de formulação de um plano de gestão

#### O processo é decisivo

A Secção 3.3 deste Manual forneceu argumentos, acerca do porquê de uma Reserva da Biosfera precisa de um plano de gestão. Em geral, um plano de gestão é formulado para os próximos 10 anos, até que a próxima revisão periódica esteja prevista. A Secção 3.3 já tinha explicado que um plano de gestão deve ser um documento abrangente e ambicioso e que a sua elaboração deve ser um *processo*.

#### O processo tem benefícios duplos

Deve tomar-se cuidado especial para que o plano de gestão também seja *implementado*. É absolutamente necessário desenvolver um plano de gestão em conjunto com as partes interessadas e as comunidades. Tal processo nem sempre será fácil e curto, no entanto, o mesmo sempre proporcionará muitos benefícios adicionais, especialmente para o envolvimento e propriedade da comunidade, além de produzir um documento sofisticado.

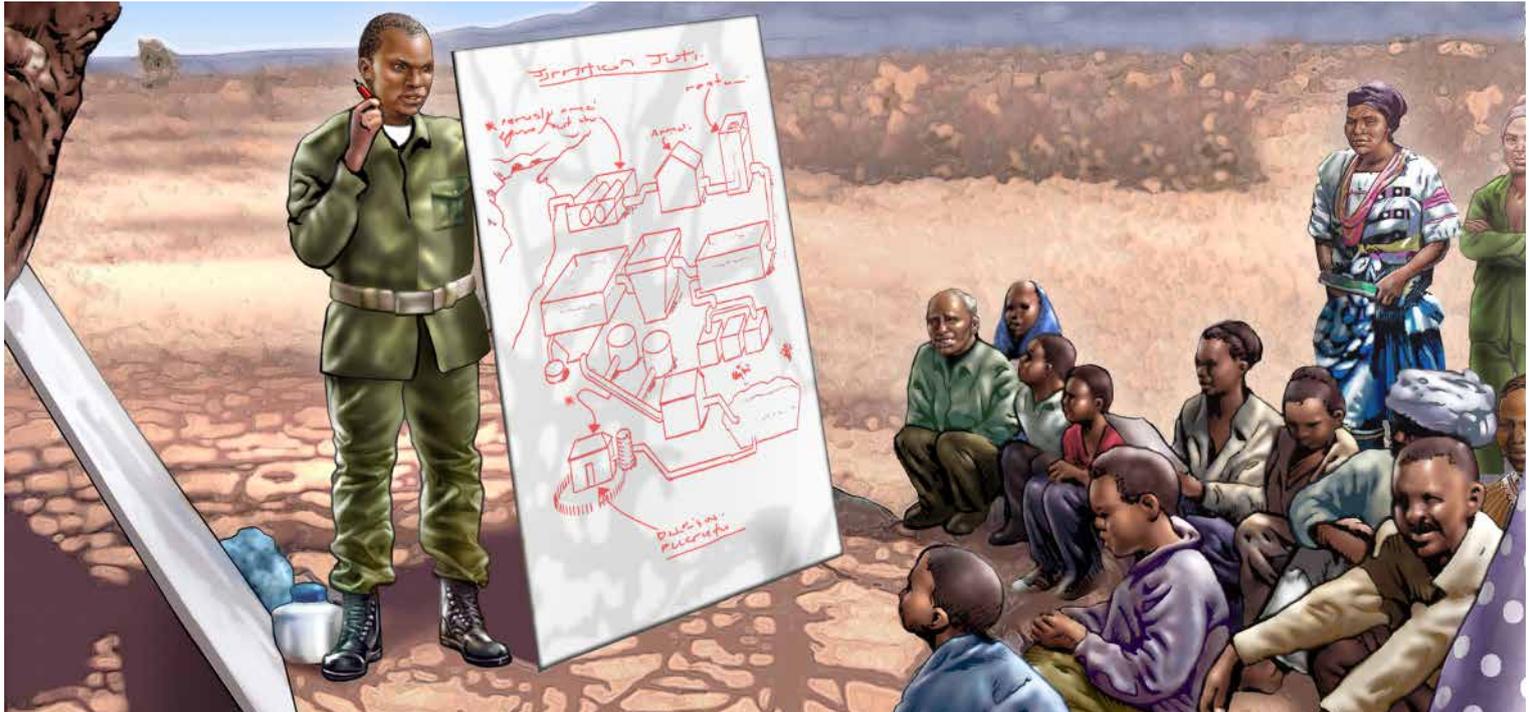
#### Garantia do mandato para o processo

#### A elaboração de um plano de gestão necessita de apoio total

Como o processo é longo e necessita de muitos recursos, a equipa de gestão de uma Reserva da Biosfera nunca deve decidir sozinha a formulação de um plano de gestão. É necessário o total apoio explícito de todos os conselhos de administração e consultivos, bem como o apoio explícito dos superiores das instituições governamentais, se aplicável. O apoio geral do grupo maior das partes interessadas pode ser testado durante uma reunião anual.

## Estudo de caso: “Associação de Amigos” na Reserva da Biosfera de Kogelberg, África do Sul

Kogelberg, nos arredores da Cidade do Cabo, foi designada em 1998 como a primeira Reserva da Biosfera da África do Sul, na sequência de uma nomeação por parte de diferentes partes interessadas. O estabelecimento da Reserva da Biosfera, estando sob alta pressão de urbanização, revelou conflitos setoriais latentes. Foi fundado um comité de gestão, que incluía quase todas as pessoas que tinham manifestado interesse, resultando em reuniões demasiado grandes e pouco frequentes e, portanto, ineficazes. As partes interessadas ativas logo fundaram uma empresa sem fins lucrativos para administrar a Reserva da Biosfera como um substituto. Em paralelo, foi fundada a “Associação da Biosfera de Kogelberg” como um lobby de proprietários de terras, no início rotulada como um “braço público da Reserva da Biosfera”. Eles, porém, logo desenvolveram uma vida própria e estavam em constante conflito com os diferentes mecanismos oficiais. [[HYMAN] explica em detalhes como este conflito evoluiu e como poderia ter sido evitado.



Antes de se iniciar um processo, é necessário assegurar fundos financeiros suficientes. Como o estabelecimento de um plano de gestão é um requisito exigido pela UNESCO e como o processo é “um grande esforço”, tal processo pode facilmente ser elegível para o financiamento da AOD. A exigência da UNESCO deriva da *Estratégia de Sevilha*: “Preparar, implementar e monitorizar um plano de gestão global, ou política que inclua todas as zonas de Reservas da Biosfera”. No momento da nomeação, pelo menos uma política de gestão deve estar em vigor. O *Quadro Estatutário* exige no parágrafo 7.b) um “plano ou política de gestão para a área como Reserva da Biosfera”.

Exigência inequívoca da UNESCO

No entanto, como mandato, não é suficiente que a UNESCO exija formalmente um plano. Os seus parceiros essenciais e os seus superiores devem *compreender plenamente* porque é que um *plano é realmente benéfico para todos*, a fim de implementar efetivamente os objetivos ambiciosos da Reserva da Biosfera, em domínios muito diversos, tais como a conservação da biodiversidade, as mudanças climáticas, a redução da pobreza, a investigação e a educação.

VOCÊ precisa de um plano deste tipo

Como administrador não se pode alcançar estes objetivos sozinho, é necessário que todos os interessados e comunidades sejam parceiros. Portanto, vocês precisam de formular *juntos* o que fazer, por que fazer e como fazer e em que prioridade. Se você fizer isso como um documento escrito com o qual todos concordam, você pode gerar alta aceitação e compromisso. Você torna tangível para todos o que a Reserva da Biosfera *realmente* é.

### Grupos de direção

Tal como os casos descritos na secção 4.1 acima (intervenções individuais de gestão), a formulação de um plano de gestão deve ser vista por si só como uma oportunidade de chegar às comunidades e partes interessadas. Também pode ser vista como uma oportunidade para experimentar novos métodos de trabalho, mais dinâmicos, mais participativos e mais eficientes.

Uma oportunidade para novos métodos

Um grupo de direção pode apoiar o processo

Pode ser sensato estabelecer um *grupo de direção* separado para toda a duração do processo de elaboração de um plano de gestão (em algumas Reservas da Biosfera, o processo levou de 1 a 2 anos). Este grupo de direção deve ser um grupo de tamanho médio (10–30) que inclua todos os conhecimentos e mandatos políticos relevantes. Devem ser incluídos outros interessados que não sejam membros do conselho de administração ou do conselho consultivo.

Se você criar um grupo de direção, então deixe que ele dirija. Como descrito abaixo, o processo é complexo, envolvendo talvez vários seminários, ou grupos de trabalho. O grupo de direção é necessário como supervisor. As suas tarefas incluiriam *controlar o progresso do processo, identificar lacunas, e rever e adotar textos*. É claro que a sua Reserva da Biosfera também tem os seus conselhos de administração ordinários, mas o trabalho no plano de administração normalmente excederá a capacidade desses conselhos, porque é preciso discutir tantos detalhes. Envolve os seus conselhos de administração ordinários apenas nas decisões finais.

Tudo depende das circunstâncias locais.

Todos os outros detalhes de um grupo de direção têm de ser decididos localmente, por si e pelos seus parceiros, dependendo das circunstâncias locais: quanto tempo todo o processo deve demorar, com que frequência o grupo de direção se reunirá, qual é o seu mandato e que comitês adicionais e formas de participação serão necessários. Aqui só podemos dar um exemplo de um *processo muito bom, mas muito ambicioso*.

Recentemente, uma Reserva da Biosfera alemã estabeleceu o seu primeiro plano de gestão. Ao todo, o processo demorou 2 anos.

- Foi estabelecido um grupo de direção de 23 membros que se reuniu 6 vezes.
- Além disso, um comitê de supervisão governamental de 13 pessoas reuniu-se 3 vezes.
- 2 administradores e 1 perito externo como coordenadores reuniram-se 22 vezes.
- Foram criados 12 grupos de trabalho sobre temas como educação, conservação da natureza, turismo, florestas, agricultura e património cultural. No total, estes grupos de trabalho reuniram mais de 200 pessoas e reuniram-se 46 vezes.
- Foram realizados vários concursos para crianças, foi criado um fórum de discussão na internet e organizadas 2 grandes audiências públicas com mais de 300 participantes.
- Foram realizadas mais 5 audiências públicas sobre temas específicos.
- Mais de 1.000 participantes participaram do processo.
- O resultado foi a formulação de 12 visões temáticas, adoção de 55 objetivos concretos e seleção de 350 ideias para projetos concretos, dos quais 28 foram dadas prioridade. O próprio plano de gestão é composto por 3 documentos abrangentes de várias centenas de páginas.

Os administradores apreciaram muito os resultados, mas agora também têm de trabalhar arduamente para cumprir as elevadas expectativas criadas durante o processo.

### Estudo de caso: Plano de gestão na Reserva da Biosfera de Waterberg, África do Sul

A Reserva da Biosfera na província do Limpopo, na parte norte da África do Sul, foi designada em 2001 e abrange hoje 1.750.000 hectares. A área é rica em vida selvagem, oferece uma certa qualidade de vida selvagem e é em grande parte desprovida de desenvolvimento humano. Cerca de 90% das terras escassamente povoadas estão em mãos privadas com título de propriedade livre, até 80% destas terras são utilizadas como fazendas de caça ou reservas de caça privadas. O campo de carvão remanescente mais rico da África do Sul, com uma das maiores minas de carvão do mundo e duas das maiores centrais elétricas, está mesmo ao lado da Reserva da Biosfera e num forte impacto, afetando também o abastecimento de água. Outro desafio é o desemprego e a fraca ligação da agricultura de caça orientada para o lazer com a economia local. Além disso, a fragmentação da paisagem, as consequências da reforma agrária e a caça de rinocerontes. Com o objetivo de enfrentar estes desafios e juntamente com a revisão periódica e uma considerável extensão, foi concluído um plano de gestão em 2011. Uma vez que as Reservas da Biosfera não têm estatuto legal na África do Sul, é da maior importância conseguir alavancagem e impacto nas práticas de uso da terra no terreno. Assim, no contexto do plano de gestão, foi previsto um melhor planeamento estratégico para acompanhar o envolvimento com todos os níveis competentes do governo, incluindo a formulação do plano de gestão, que se destinava a abordar o planeamento espacial, as diretrizes de desenvolvimento e os objetivos de conservação a longo prazo. O plano de gestão apresenta uma visão e uma declaração de missão, uma análise detalhada das lições aprendidas e dos desafios presentes e futuros e projetos prioritários específicos (por exemplo, comunicação, formação de habilidades, desenvolvimento turístico, turismo comunitário, conservação de áreas húmidas, proteção de rinocerontes e educação ambiental). O plano também confirma a estrutura organizacional, incluindo um comitê das partes interessadas representando um equilíbrio de até 30 grupos de interesse local. O índice do plano é citado no Anexo 10 [[UNESCO2013-1]].

## O processo de formulação de um plano de gestão

Um plano de gestão descreve exaustivamente os objetivos e prioridades da Reserva da Biosfera em *todos os seus campos de atividade* durante os próximos anos, *normalmente 10 anos*. Para formular o plano, você precisa de consultar “todos” sobre “tudo”? Como combinar isso com a voz da ciência para a previsão e construção de cenários, como envolver funcionários do governo, como você deve proceder? cp. Anexo 9 para uma “lista de verificação” sobre como proceder quando se começa a esboçar um plano de gestão.

**Primeira etapa:** você não pode e não deve consultar “todos” sobre “tudo”, mas apenas sobre o que lhes interessa. Você deve começar com a auscultação e estruturação dos **interesses e problemas das partes interessadas e comunidades**. Isto poderia ter lugar numa série de 1–5 seminários. Primeiro tenha uma sessão de brainstorming aberta: qual é a situação hoje, o que é bom, o que é mau? O que deve mudar, o que deve mudar imediatamente? Pode chamar a isto uma “análise do status-quo”.

Primeira etapa: recolla e agrupe interesses e problemas

Em seguida você deve *agrupar* esses interesses e problemas de *acordo com os temas*, por exemplo, desenvolvimento de infra-estruturas, conservação, criação de empregos, turismo, florestas, agricultura, conflitos de interesses, identidade local, participação na tomada de decisões, melhor cooperação, ou desenvolvimento de capacidades. Os temas agrupados não devem ser impostos, mas devem ser resultado dos seminários. Se você repetir estes seminários, comece todos com um processo de busca aberto, mas você pode então tentar validar os temas agrupados identificados nos seminários anteriores. Registe bem todos os temas, preocupações e interesses, e concorde no grupo de direção sobre o agrupamento final dos temas.

**Segunda etapa:** os interesses e problemas são, por vezes, de curto prazo. Num plano de gestão, você precisa de **desenvolver uma visão de longo prazo de talvez 10 anos**. Isto deve se basear nos temas identificados no primeiro passo. Para formular uma visão, pode ser útil cooperar com cientistas e consultores externos que podem apoiá-lo na previsão e construção de cenários.

Segunda etapa: desenvolva uma visão

A visão não deve ser desenvolvida sozinha por você nem por consultores externos, mas de forma participativa por toda a comunidade. Você e os consultores externos estão lá para facilitar o processo.

O processo visionário de longo prazo não deve ser conduzido apenas por uma análise de problemas, vulnerabilidades, ameaças e riscos, mas também por uma análise de oportunidades e pontos fortes. As visões poderosas não emergem de uma análise defensiva.

Em termos práticos, a formulação da visão pode ser feita numa grande consulta, através de um convite público à apresentação de propostas ou uma série de consultas menores. Como um texto, a visão pode consistir, por exemplo, de uma breve “declaração sumária” (1 a 10 frases), e/ou de visões mais específicas para cada grupo temático (algumas frases, até 1 página). A visão geral poderia expressar como a comunidade e a equipa de gestão desejariam ver uma melhoria do ambiente natural e socioeconómico em dez anos. A decisão final sobre a formulação da(s) visão(ões) deve ser tomada pelo grupo de direção.

**Terceira etapa:** você pode especificar melhor a visão, formulando e concordando com **sub-objetivos ou objetivos a médio prazo**. Isto é necessário se a sua visão for formulada de uma forma abstrata, puramente a longo prazo. Neste caso, você precisa de formular alguns outros objetivos de médio prazo com os correspondentes *resultados esperados* (resultados tangíveis) e *impactos desejados* (resultados intangíveis). Estes são os objetivos que você precisa de alcançar em 3, 5 ou 7 anos, *de modo que* em 10 anos você possa alcançar o que está formulado na sua visão. Também deve haver uma ligação causal clara e credível entre os sub-objetivos e os objetivos principais da visão. Na terceira etapa, você deve formular os *indicadores de sucesso* que lhe digam se você atingiu os seus diferentes objetivos. Você também pode anotar as suas suposições subjacentes.

Terceira etapa, se necessário: Sub-objetivos, indicadores, etc.

Há muitas maneiras diferentes de chamar tais sub-objetivos de acordo com as muitas teorias de gestão diferentes existentes e claramente não há “apenas uma teoria verdadeira”. Encontre algo que lhe pareça bem. Um exemplo: talvez um dos seus objetivos de 10 anos se chame “Tornar-se a região turística mais atrativa do país”. Então você precisa de várias sub-objetivos credíveis a médio prazo, por exemplo, no marketing turístico, no desenvolvimento de instalações turísticas, ou em rede com operadores turísticos. Caso contrário, o seu objetivo a longo prazo é apenas um “pensamento ilusório”.

**Quarta etapa:** as etapas 1, 2 e 3 dizem o que é importante para as suas partes interessadas e comunidades e como deve ser o futuro daqui a 5 a 10 anos, dos vossos diversos pontos de vista. Agora, como você chega lá, a esse futuro? O que deve ser feito a seguir? A etapa final do desenvolvimento do seu plano de gestão é **identificar os projetos e intervenções cuja implementação o ajudará a alcançar os seus objetivos**. Um projeto ou uma intervenção é algo realmente concreto, sem desejos, como “apresentar a sua região na feira nacional de turismo” ou “contratar um consultor de turismo”.

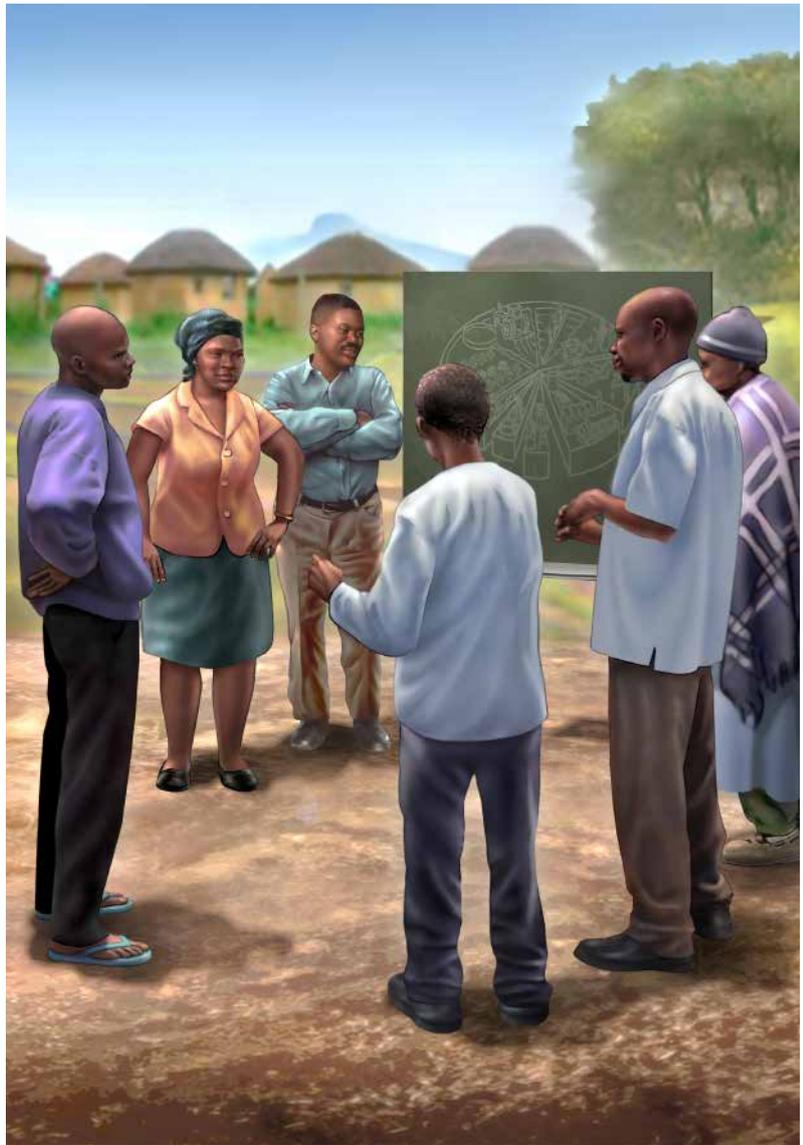
Quarta etapa: recolla e priorize ideias de projetos

Trabalhe com as partes interessadas e comunidades também para recolher ideias para projetos e intervenções, e para mais tarde agrupá-las e priorizá-las. Isto novamente poderia ser feito através de reuniões de consulta, mas também através de concursos ou convites à apresentação de propostas. A tarefa de agrupar projetos, de priorizá-los e de assegurar uma conexão causal de projetos bem-sucedidos para alcançar seus objetivos só pode ser feita através de reuniões de consulta, e normalmente requer o apoio externo de um moderador.

#### Aprovação e adoção

Uma vez formulado um plano de gestão, é necessário haver um *processo de aprovação e adoção*. Como descrito anteriormente nesta secção, se houver um grupo de orientação separado para o processo de formulação do plano de gestão, então o documento final precisa de ser adotado primeiro por este grupo de direção.

Os órgãos sociais ordinários (conselho de gestão, por exemplo) da Reserva da Biosfera também devem, naturalmente, ser envolvidos. Se o mandato do grupo de direção estiver bem formulado, então o conselho de gestão *só deve apoiar* a sua decisão, sem mais debates sobre o conteúdo detalhado do plano. Se não houver um grupo de direção, então provavelmente será necessário apresentar o plano a todas as autoridades relevantes e às principais partes interessadas. Este pode ser um processo confuso, pois não será realmente claro qual será o status das mudanças adicionais propostas pelas autoridades/partes interessadas.



Se você precisar de apresentar o plano aos ministérios e/ou autoridades, faça-o antes da aprovação final pelo conselho de gestão (modelo de ONG de uma Reserva da Biosfera). A data a partir da qual o plano de gestão está em vigor deve ser claramente reconhecida por todos os parceiros (através de um comunicado de imprensa após uma reunião, por exemplo).

#### Ideias sobre como organizar um seminário de planificação interativo condensado

Uma audiência pública ou reunião de consulta (cp. secção 4.2) é um diálogo oral com dezenas ou mesmo centenas de pessoas. Você pode usar tais audiências para a primeira etapa da proposta acima, também para a *segunda e/ou quarta etapa*.

Para planeie uma estrutura detalhada de objetivos e inter-relações causais, trabalhe em grupos menores

Um seminário de planificação para a *terceira etapa*, para formular sub-objetivos ou indicadores ou conexões causais entre projetos prioritizados e objetivos, precisa de ser de um tipo diferente, usando uma abordagem mais íntima com textos escritos em papel, num computador, num flip chart ou num quadro-negro. Para esta etapa, você pode *concentrar-se num grupo menor* e talvez selecionar os 15–30 participantes de uma audiência pública que tenham sido muito ativos. Inclua também decisores e especialistas.

Um seminário técnico de planeamento interativo não pode ser feito em 1 dia, dependendo do tamanho da Reserva da Biosfera que pode levar até uma semana. Sempre que possível, procure o apoio de um consultor técnico e/ou moderador que tenha experiência em tais processos de planeamento.

Abaixo mencionamos um programa provisório para um seminário muito condensado de 4 dias para um cenário em que o dinheiro e o tempo são escassos, ou seja, um seminário num grupo menor que implementaria juntas as etapas 2, 3 e 4 da lista acima. Isto inclui até algumas decisões que, num processo mais longo, seriam tomadas pelo grupo de direção. Um tal seminário de 4 dias seria:

- Recapitular interesses, problemas, soluções e oportunidades recolhidas na audiência pública.
- Agrupar e priorizar questões e (se apropriado) localizá-las num mapa
- Prever e formular cenários
- Formular uma visão, sub-objetivos, indicadores e conexões causais
- Recapitular ideias de projetos recolhidas na audiência pública
- Ideias de projetos de grupos e priorizá-las

No entanto, o que é indispensável em termos de ampla participação é ter a etapa 1 e a primeira parte da etapa 4 como audiência(ões) pública(s), para recolher os interesses e problemas das comunidades e das partes interessadas, bem como propostas de soluções. Um seminário para as etapas (a) a (d), ou seja, até a formulação de uma visão, deve ser realizado antes da nomeação de uma Reserva da Biosfera.

### a) Recapitular interesses, problemas e oportunidades (1/4 dia)

#### Porquê?

Talvez a audiência pública já tenha acontecido há algum tempo, talvez nem todos tenham participado. De qualquer forma, *leve todos ao mesmo nível de informação*, apresentando todos os resultados da(s) audiência(s) pública(s).

#### Que resultado?

Lista complementada dos interesses, problemas e oportunidades que as partes interessadas e comunidades apresentaram na(s) audiência(s) pública(s).

#### Como fazê-lo?

O moderador apresenta o relatório da audiência pública como base de todas as discussões posteriores. Tente identificar as lacunas. Somente se for realmente necessário, os participantes do seminário podem acrescentar interesses e problemas adicionais que não tenham sido mencionados na audiência. Formule e exiba cada assunto separadamente, por exemplo, num cartão de papel “caça furtiva na área central”. Esclareça o significado de cada questão. Decida em conjunto sobre colocar de lado questões que claramente não têm relação com a Reserva da Biosfera. Não há limite superior para o número de questões que podem ser levantadas.

### b) Agrupar e priorizar as questões (1 dia)

#### Porquê?

O agrupamento e classificação ajuda não só a uma melhor análise do problema, mas é a etapa fundamental para a formulação de uma visão.

#### Que resultado?

*Lista agrupada de problemas*, incluindo suas relações causais, potencialmente uma visualização num mapa.

#### Como fazê-lo?

- Juntos, os participantes do seminário trabalham para encontrar “temas de agrupamento” apropriados de um número limitado (15 temas de agrupamento parece ser demais, o número pode até ser pequeno como 5); a lógica de agrupamento não deve ser comunicada, ela será diferente em cada Reserva da Biosfera. Por exemplo, você poderia agrupar uma questão como “caça furtiva” juntamente com “queimadas” e “erosão” sob “*redução da pressão sobre os recursos naturais*”. Mas você também poderia agrupar “caça furtiva” juntamente com “falta de base legal” e “falta de instituições comunitárias” sob “*melhoria da governança*”. Identificar os temas certos de agrupamento muitas vezes será um processo iterativo durante o qual os participantes do seminário começam com um esboço de agrupamento que é posteriormente alterado.
- Isso normalmente envolve uma análise mais profunda das questões individuais – porquê elas são um “problema” ou um “interesse”? Você deveria pensar na “caça furtiva” como um fenómeno ou do ponto de vista de como preveni-lo? Tente acompanhar as discussões, em particular os argumentos de conexões causais entre as questões individuais. Tente repensar o agrupamento a partir de diferentes perspectivas: a “perda de tradições locais” é uma questão sem importância, nostálgica ou é a causa raiz de um uso insustentável da terra?
- Se for sensato, *visualize* a teia de interligações causais entre as questões: *como causa e efeito*, como *fenómeno e origem* de um problema, como *motor* de mudança ou como uma *proposta de solução*. Se você visualizar causas e efeitos, faça-o de forma coerente, coloque as causas raiz em cima da visualização (ou à esquerda), e os efeitos em baixo (ou à direita) e exiba também as redes causais. Temas como “pobreza”, “mudanças climáticas” ou “corrupção” têm uma interligação causal com muitas outras questões. Analise repetidamente todo o gráfico juntamente com todos os participantes.
- Nem todos os problemas têm a mesma importância e/ou urgência. Nem todos os problemas podem ser resolvidos localmente. Também não se pode encontrar soluções imediatas para todos os problemas. É necessário que os participantes concordem com as prioridades para um próximo etapa. Dê a cada participante *cartões de pontuação* com valores de 1 a 4 e peça-lhes que identifiquem os problemas com prioridades altas.
- Tente concentrar-se em questões que *realmente podem ser alteradas*, especialmente questões que podem ser remediadas localmente. Se você não vê soluções no primeiro momento, isto não é um problema, mas não descarte tais questões.

- Se a maioria dos problemas ou interesses só afetam uma determinada parte da Reserva da Biosfera, pode tentar visualizar a sua *localização num mapa* (certifique-se de que cada participante está familiarizado com os principais elementos do mapa e pode identificar nele pelo menos o seu local de origem e os principais pontos de referência). Use cores diferentes para os marcadores de problemas, para as suas causas e para as soluções propostas. Mas uma visualização do mapa só pode ajudar às vezes para uma melhor análise, às vezes impede uma compreensão das verdadeiras relações de causa-e-efeito. Um mapa pode ajudar a associar papéis e responsabilidades às soluções propostas (por exemplo, câmara municipal, administrações provinciais).
- Uma vez terminada a visualização de um esboço de conexões causais e/ou um esboço de mapa, você deve começar a *prioritizar* os grupos temáticos e as questões individuais. Não utilize uma classificação absoluta; em vez disso, atribua prioridade “alta”, “média” e “baixa” às questões, e/ou rótulos “urgentes” mais “a longo prazo”. O número de prioridades altas não deve ser muito grande (talvez até 5). Chegue a um acordo sobre critérios conjuntos de acordo com os quais você associa prioridade. As “altas prioridades” devem ser associadas a questões e grupos para os quais as soluções são possíveis, inclusive localmente. Não faz sentido priorizar algo sobre o qual ninguém na Reserva da Biosfera possa fazer nada. As prioridades devem ser também aquelas questões para as quais são necessários esforços fortes e coletivos. Os problemas que um membro do pessoal poderia resolver no prazo de um mês não deveriam estar entre as prioridades.

### c) Prever e construir cenários (1/2 – 1 dia)

#### Porquê?

Os problemas e interesses dizem respeito ao futuro próximo, a médio prazo. Eles também dão uma indicação do que deve ser feito no futuro a longo prazo. Mas, ao mesmo tempo, várias questões podem surgir em poucos anos (por exemplo, a liberalização do comércio global e as mudanças nos preços das mercadorias), que não podem ser deduzidas dos interesses e problemas atuais e imediatos. Para isso, é necessário construir cenários e análises de vulnerabilidade (cp. acima).

#### Qual o resultado?

Um quadro mais completo do futuro a longo prazo; uma lista adaptada e complementada de prioridades agrupadas com as suas ligações causais; com aditamentos como ameaças externas, motores de mudança e vulnerabilidades.

#### Como fazê-lo?

Dependendo do tempo e recursos financeiros disponíveis, convide um cientista ou consultor externo com experiência em análise de vulnerabilidades e técnicas de previsão.

### d) Formular uma visão, sub-objetivos e indicadores (1 dia)

#### Porquê?

Sem um objetivo ou visão global consensual e de longo prazo, as questões individuais, os projetos e as soluções carecem de uma orientação coerente para que tudo isto seja feito. Os recursos limitados serão utilizados de forma ineficaz.

#### Qual o resultado?

Por exemplo, uma pequena “declaração sumária” (1 a 10 frases), e/ou visões mais específicas para cada grupo temático (algumas frases, até 1 página).

#### Como fazê-lo?

- Comece pelos grupos temáticos prioritários e reformule os interesses e problemas de hoje a partir de uma perspectiva como se eles já estivessem resolvidos. *Estas são declarações de objetivos*. Um exemplo: “A nossa governação será eficaz (e inibirá práticas adversas como a caça furtiva)”.
- Veja todas essas declarações de objetivos juntos – quais são importantes, quais podem ser compreendidas por todos, quais são “inspiradoras”, quais motivam a ação? Tente formular um objetivo global mais abrangente ou uma visão a longo prazo que inclua todos os objetivos individuais. Talvez isto funcione, talvez não.
- Escolha os objetivos temáticos que lhe pareçam mais apropriados como uma estrutura coerente de objetivos a longo prazo e especifique-as em sub-objetivos (que podem ser alcançados em 3, 5 ou 7 anos), que são mais tangíveis e concretas. Associe, sempre que possível, indicadores de sucesso (por exemplo, “número de caçadas furtivas por ano”) a indicadores de referência (por exemplo, “máximo 10 em 2020”). Certifique-se de que os seus sub-objetivos estão formulados de tal forma que, ao atingir todos os sub-objetivos, você irá realmente atingir os objetivos principais. Esta tarefa pode ser feita em pequenos grupos.

### e) Recapitular ideias de projetos levantados na audiência pública (1/4 dia)

#### Porquê?

Talvez a audiência pública já tenha sido realizada há algum tempo, talvez nem todos tenham participado; de qualquer forma, *leve todos ao mesmo nível de informação*, apresentando todos os resultados da(s) audiência(s) pública(s).

#### Que resultado?

Lista complementada de *ideias do projetos* que as partes interessadas e comunidades apresentaram na(s) audiência(s) pública(s).

#### Como fazê-lo?

Um administrador deve apresentar o relatório da audiência pública como base de todas as discussões posteriores. Adicione todas as soluções propostas levantadas durante o seminário até o momento e identifique lacunas. Formule e exiba cada ideia de projeto separadamente, por exemplo, num cartão de papel. Esclareça o significado de cada ideia. Decida em conjunto sobre colocar de lado ideias que claramente não têm qualquer relação com a Reserva da Biosfera. Não há limite superior para o número de ideias que podem ser recolhidas.

## f) Agrupar as ideias do projetos e priorizá-las (1/2 dia)

### Porquê?

Os recursos têm de estar concentrados em ideias de projetos que ajudem a atingir objetivos prioritários, que sejam rentáveis, que ajudem a resolver problemas prioritários e que possam contribuir eficazmente para uma solução.

### Que resultado?

Uma lista agrupada de ideias de projetos, incluindo suas relações causais com objetivos e problemas, potencialmente uma visualização num mapa.

### Como fazê-lo?

- Associe ideias do projeto aos grupos de problemas e/ou objetivos previamente estabelecidos. Concorde com os critérios de prioridade adequados (prioridade dos objetivos, prioridade dos problemas, adequação para contribuir com soluções, acessibilidade económica, aceitação política...).
- Você pode organizar ideias do projeto numa matriz cujas colunas são os critérios para priorização e cujas linhas são os objetivos prioritários e/ou grupos de problemas prioritários. Preencha as lacunas através de uma nova ronda de brainstorming.
- Publique os resultados num formato compreensível. Torne o processo transparente. Apresente os resultados através de reuniões de informação e consultas.

## Limites de participação, incluindo restrições de gestão

Como foi dito repetidamente, nem todas as questões de uma Reserva da Biosfera têm de ser resolvidas através da participação. Algumas decisões precisam de ser tomadas rapidamente (embora a urgência também seja muitas vezes mal utilizada como pretexto para evitar consultas). Algumas decisões não têm alternativa porque uma decisão democrática, tomada legitimamente a nível nacional, precisa de ser implementada. O envolvimento das comunidades em cada decisão também leva ao esgotamento e à perda do interesse na participação entre as comunidades. Levanta-se também a questão da necessidade de uma equipa de gestão. É necessária uma “participação ótima”, não uma “participação máxima”. Igualmente, nem todos os argumentos e detalhes precisam de ser discutidos com total transparência; mas para quase todas as autoridades “demasiada transparência” certamente não é o problema, mas a muito pouca transparência.

Participação ótima,  
não máxima

Há também muitos “problemas” e “constrangimentos” para que a participação não ocorra, mesmo que deva ocorrer. Alguns constrangimentos são reais e intransponíveis. Outros problemas são apenas pretextos. Outros problemas resultam da falta de participação anterior e do envolvimento real da comunidade.

Alguns constrangi-  
mentos são apenas  
pretextos

Os constrangimentos típicos da gestão incluem:

- Falta de recursos financeiros,
- Falta de pessoal e tempo,
- Falta de apoio político dos ministérios, e falta de instrumentos legais,
- Falta de clareza de propósito e de visão.

Tempo, dinheiro,  
apoio político e clareza  
de visão

A **falta de recursos financeiros** é talvez o obstáculo mais tangível à participação. Mesmo que algumas formas de participação sejam muito baratas. Se você não tem 5 dólares, então você não pode apanhar o autocarro para uma vila. Se você tem apenas algumas centenas de dólares, você não pode organizar os eventos participativos necessários para um plano de gestão. Contudo, seja honesto: não há realmente um orçamento? Você pode mudar a especificação do orçamento? Você pode escrever uma proposta de projeto para o seu ministério ou para um parceiro externo? Você já pensou em todos os potenciais doadores?

Se a **falta de pessoal e de tempo** é o problema: esteja ciente de que o seu trabalho é encontrar boas soluções para os problemas. Muitas vezes é melhor investir tempo para encontrar a melhor solução do que implementar uma solução pior e depois resolvê-la mais tarde. A participação ajuda a encontrar a melhor solução, uma vez que será apoiada pelas partes interessadas afetadas.

Se a **falta de apoio político** é o problema: não apresente a participação como algo que se opõe às decisões do governo. Num sistema de autoridade pública, o governo precisa de tomar a decisão final, mas a participação ajuda a chegar a soluções que sejam viáveis e legítimas; tais soluções melhoram o prestígio do governo.

Se há **falta de propósito e de visão**: o seu trabalho é servir as comunidades e a conservação dos ecossistemas. Reunir as duas coisas proporciona bons compromissos e soluções; uma visão real emerge apenas através do diálogo.

Há muitas outras barreiras comuns, cp. [[JACKSON]], para uma cooperação eficaz com as comunidades locais, todas as quais podem ser facilmente ultrapassadas *exatamente através do diálogo e da interação*

- conceitos errados sobre o que é realmente uma Reserva da Biosfera, falta de interesse na designação da Reserva da Biosfera e conceitos errados sobre o que é o “desenvolvimento sustentável”;
- mal-entendidos baseados nas diferenças de vocabulário e terminologia utilizados por cada grupo de partes interessadas;
- consequências ocultas de conflitos e atitudes passadas que inibem alguns grupos de colaboração;

Outras barreiras  
generalizadas

- falta de uma cultura de planeamento a longo prazo;
- processos decisórios demasiado concentrados nas autoridades, aliados a uma desconfiança inerente ao governo;
- falta de continuidade na liderança e uma dependência excessiva dos voluntários como um obstáculo para o envolvimento contínuo com as comunidades.

#### 4.5 Educação e relações públicas como formas de envolvimento comunitário

O que é educação ambiental?

**A educação ambiental** deve ter o seguinte resultado: crianças, jovens e adultos devem entender como os ecossistemas e o meio ambiente funcionam. E, mais importante ainda, devem adotar comportamentos adequados de modo a minimizar o impacto negativo no ambiente. A educação ambiental claramente não se limita ao sistema escolar; de fato, as áreas protegidas e as *Reservas da Biosfera são lugares ideais para a educação ambiental*. A educação ambiental claramente não se limita a materiais como livros e brochuras; na verdade, a educação ao ar livre e a educação experiencial são uma forma ideal de educação ambiental.

Conhecimento, motivação, atitudes, habilidades

A educação ambiental tem uma componente de transmissão de conhecimento: sobre espécies animais e vegetais individuais; sobre ecossistemas inteiros e ameaças aos ecossistemas; sobre desafios globais como a perda de biodiversidade, poluição, escassez de água, mudanças climáticas; sobre o papel do ser humano na causa e prevenção desses desafios. Além de transmitir conhecimentos, a educação ambiental deve ajudar a construir motivação, habilidades, atitudes e valores necessários para tomar melhores decisões e tomar ações mais responsáveis para reduzir o impacto humano negativo sobre o meio ambiente. Desde o final dos anos 60, a UNESCO e o PNUMA organizaram quatro conferências globais sobre educação ambiental em 1977, 1987, 1997 e 2007. A educação ambiental é claramente uma alta prioridade para a África, embora o contexto, o conteúdo e os métodos sejam diferentes dos de outros continentes. Mas o desafio é semelhante: aproximar os jovens da natureza e das questões ambientais, embora a “natureza” seja talvez uma prioridade muito baixa no seu dia-a-dia. E em nenhum lugar do mundo existe uma disciplina escolar “natureza” – a educação ambiental tem que ser sempre abordada em outras disciplinas, como biologia ou geografia. Para material sobre educação ambiental, cp. por exemplo o projeto PACE ([www.paceproject.net/pace-packs](http://www.paceproject.net/pace-packs)) ou as escolas ECO ([www.eco-schools.org](http://www.eco-schools.org)) ou o kit de ferramentas da CBD [[HESSELINK]].

O que é Educação para o Desenvolvimento Sustentável?

**A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)** inclui a educação ambiental mas constitui uma abordagem mais holística para além dos tópicos ambientais. O principal objetivo da EDS é permitir que crianças, jovens e adultos se tornem cidadãos globais, críticos das práticas insustentáveis e capacitá-los e capacitá-los a contribuir para moldar de forma responsável um futuro mais sustentável. A EDS é “antes um guarda-chuva para muitas formas de educação que já existem, e para as novas que ainda estão por criar”.



Alunos apresentando uma peça de teatro ambiental na reserva da biosfera Mare aux hippopotames, Burkina Faso, Foto: Thomas Schaaf

A EDS promove esforços para repensar programas e sistemas educativos (tanto métodos como conteúdos) que atualmente apoiam sociedades insustentáveis” [[ESDWEB]]. Em comparação com a educação ambiental moderna e de boa qualidade, a EDS alarga o foco noutras domínios, como a geografia, o ensino da economia ou a educação para a saúde – mas também na aprendizagem informal. A EDS muda a tónica do ambiente para as nossas atitudes, ações e inações que são prejudiciais para o ambiente. A EDS dá ênfase a temas sociais e económicos (como a pobreza ou o comércio mundial), centra-se na aprendizagem ao longo da vida e promove a adaptação cultural às necessidades e condições locais.

A UNESCO, de 2005 a 2014, liderou a década da ONU sobre EDS. A partir de 2015, a UNESCO irá coordenar o Programa de Ação Global sobre a EDS. Em 2009, houve uma primeira conferência mundial sobre a EDS em Bona, Alemanha; em 2014, realizou-se a conferência final em Nagoya, Japão. Ambas as conferências tiveram seminários sobre Reservas da Biosfera e EDS.

### Educação nas Reservas da Biosfera

A educação é uma tarefa integral e insubstituível das Reservas da Biosfera. A UNESCO utiliza o termo **lugares de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável** já há muitos anos, como sinónimo de Reservas da Biosfera. Eles podem, idealmente, tornar compreensíveis os impactos da atividade económica humana e dos estilos de vida sobre o meio ambiente. O objetivo é promover comportamentos que fomentem o uso sustentável dos recursos naturais. Numa perspetiva de EDS, a atividade do indivíduo é inserida no contexto dos valores culturais e sociais da sociedade e da economia.

As Reservas da Biosfera devem conduzir a educação ambiental e a EDS para:

- Os seus habitantes, incluindo crianças e jovens,
- Os seus visitantes, incluindo turistas.

Mas isso *não* significa que os administradores de Reservas da Biosfera devam ser principalmente “professores”, como os de uma instituição de ensino formal. De facto, a instituição de gestão deve ter *alguma capacidade* para proporcionar formação, excursões e sessões de informação e para trabalhar com os jovens. Dependendo da Reserva da Biosfera, entre 10% e 50% do pessoal deve trabalhar na *educação num sentido mais amplo* (por exemplo, através de centros de visitantes). Contudo, o principal trabalho de uma Reserva da Biosfera na educação deveria ser o de *catalisar as atividades educativas dos parceiros*, utilizando e melhorando também as infra-estruturas, cursos e sistemas existentes. Isto implica também a cooperação com professores e profissionais da educação na criação de abordagens e materiais didáticos profissionais; para dois estudos de caso, cp. KRIESEL]. Quando os próprios administradores de Reservas da Biosfera trabalham ativamente com grupos de jovens e adultos, devem ser sérios na avaliação das suas atividades educativas; com demasiada frequência, o sucesso da educação é apenas reivindicado e não medido.

A educação é uma tarefa integral das Reservas da Biosfera

Locais de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável

Catalisadores para uma educação de qualidade



Cinco maneiras diferentes de pensar sobre a educação

As Reservas da Biosfera devem pensar na educação ambiental e na EDS de pelo menos as cinco seguintes formas diferentes [[UNESCO2009]]:

- A educação como uma oferta de “programas formais” pré-definida, “baseada em formatos” ou seja, como formatos pré-definidos para transmitir conhecimentos, apoiar a consciencialização e desenvolver atitudes e competências. Tais formatos poderiam ser visitas de administradores de Reservas da Biosfera a escolas, excursões escolares, itinerários turísticos ou exposições num centro de visitantes. Alguns formatos são estabelecidos a fim de satisfazer uma demanda externa (por exemplo, por agências de viagens ou por escolas), alguns formatos são estabelecidos proativamente pelos administradores de Reservas da Biosfera.
- A educação como processo de aprendizagem dinâmico e orientado às necessidades, em que os formatos não são pré-determinados, mas seguem as necessidades educativas do grupo-alvo (crianças, jovens, turistas, etc.). Muitas vezes esses processos de aprendizagem mais dinâmicos requerem vários dias, semanas ou meses. Organizar tais processos de aprendizagem abertos requer muita experiência e perícia; os educadores ou administradores de Reservas da Biosfera são por vezes apenas os organizadores e não os “transmissores de conhecimento” – por exemplo, tem havido excelentes exemplos de aprendizagem intergeracional organizada entre os mais velhos e as crianças.
- A educação como um processo de aprendizagem informal dirigido a partes interessadas importantes numa Reserva da Biosfera, incluindo a administração pública e os funcionários eleitos, sobre a importância do desenvolvimento sustentável.
- A educação como aprendizagem mútua contínua na qual os próprios administradores da Reserva da Biosfera participam como alunos. Este entendimento aberto e participativo é o verdadeiro significado de “lugares de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável” – integrando participação, investigação, implementação e monitorização como um processo de procura conjunta pelo desenvolvimento sustentável. Também os administradores de Reservas da Biosfera só saberão o que significa “desenvolvimento insustentável” na sua região, muito menos “desenvolvimento sustentável” (cp. secção 2). O que isso significa tem de se tornar evidente num processo de conscientemente viver e trabalhar em conjunto.
- A educação como a sua própria aprendizagem a partir do intercâmbio de práticas, métodos e conhecimentos com a Rede Mundial das Reservas da Biosfera, inclusive através de parcerias.

Três objetivos diferentes da educação numa Reserva da Biosfera

Objetivos da educação nas Reservas da Biosfera [[KRUSE2013]]:

- Proporcionar o entendimento da Reserva da Biosfera, seu ambiente natural e cultural e as peculiaridades locais (paisagem, história humana e natural, água, flora, fauna, património cultural, práticas culturais modernas, métodos de cultivo, relações económicas e sociais, ou interconexões com o país e o mundo em geral);
- Criar identificação, sensibilidade, valores e respeito, em particular pelo valor dos ecossistemas e dos seus serviços para a sobrevivência dos seres humanos;
- Identificar formas insustentáveis de vida e de trabalho e abrir modos alternativos de ação sobre o exemplo da Reserva da Biosfera, ou seja, de uma região em particular. Isto requer o desenvolvimento de competências, motivação e atitudes e apoia um pensamento inovador, orientado para o futuro, que possa lidar melhor com as incertezas.

Trabalhe no seu próprio comportamento, mas não seja prescritivo.

Uma Reserva da Biosfera pode apresentar, de forma exemplar, desafios e soluções de desenvolvimento sustentável na sua complexidade. Uma abordagem poderia ser o estudo do comportamento e do estilo de vida daqueles que participam num processo educativo – a fim de avaliar a sua sustentabilidade, do ponto de vista ambiental (por exemplo, pegada ecológica), mas também de um ponto de vista económico, social e cultural. Tais avaliações podem levar a ideias conjuntas sobre como mudar comportamentos e estilos de vida; qualquer processo desse tipo nunca deve ser prescritivo ou denunciatório. Um diálogo pode resultar em opções alternativas, em motivação e compromisso. Não pode resultar em prescrições normativas sobre como se comportar. Se um processo de educação sobre mudança de comportamento é orientado para a liberdade, leva a uma maior abertura para o diálogo sobre questões ambientais e em disposições para se tornar um parceiro na divulgação da mensagem e dos conhecimentos adquiridos. Os melhores professores que podem ensinar os pais a poupar água podem ser crianças que tenham compreendido o valor da água.

### Trabalho com grupos de jovens e com escolas

Um grupo-alvo óbvio quando os recursos são limitados

Em princípio, todos os habitantes e visitantes de uma Reserva da Biosfera devem ser envolvidos na aprendizagem. Quando se trata de ofertas educacionais formais e seus grupos-alvo, o administrador da Reserva da Biosfera tem que estabelecer prioridades devido aos poucos meios disponíveis. Uma vez que as crianças e os jovens são também usados como “destinatários da educação”, é aceitável considerá-los como o grupo-alvo principal dos programas educacionais formais. Tente alcançar os adultos principalmente através de métodos de aprendizagem informal. Em termos de grupos etários, pense de forma abrangente sobre os jovens: desde as creches até à universidade.

Ofertas típicas para crianças e jovens

Possíveis ofertas para crianças e jovens:

- Visitas individuais de curto prazo dos administradores de Reservas da Biosfera às escolas (dentro da Reserva da Biosfera ou na área circundante), a fim de apresentar algum conhecimento sobre a Reserva da Biosfera ou

algum conteúdo de educação ambiental. As visitas de curto prazo não são muitas vezes muito eficazes, porque não criam nenhuma interação e compromisso reais; contudo, tais visitas de curto prazo podem ser úteis para preparar uma interação e um trabalho em rede mais sérios.

- **Visitas de curta duração de grupos de escolares ou de jovens** a um determinado lugar na Reserva da Biosfera, guiadas por um administrador ou guarda-florestal, a fim de obter alguma experiência prática e conhecimento. Na maioria das vezes, tais visitas têm um conteúdo puramente de educação ambiental. As crianças frequentemente experimentam estas visitas de curto prazo como “aventuras de grupo” e o seu valor para aprender sobre o desenvolvimento sustentável não pode ser facilmente previsto; também estas visitas devem ser consideradas como um ponto de entrada para uma interação mais intensiva;
- **Concursos de alunos** (cp. secção 4.1)
- Sessões de informação e **formação para professores** como multiplicadores
- **Projetos de longo prazo** com grupos locais de crianças. Um exemplo de uma Reserva da Biosfera alemã é um projeto no qual crianças (a partir dos 8 anos de idade) aprendem sobre os alimentos que comem, como são produzidos, qual o impacto ambiental da produção (local e global) e qual o valor nutricional dos alimentos. O projeto envolve também a família para enfatizar o valor social de preparar refeições e comer juntos. Outro exemplo da Alemanha envolve as crianças na tomada de decisão municipal, inclusive através de jogos de papéis [[KRUSE2007]].
- Trabalho com grupos de jovens em **visita por até uma semana**. Um exemplo é a “escola da biosfera” na Reserva da Biosfera suíça de Entlebuch ou o Rhöniversum, um internato temporário estatal na Reserva da Biosfera alemã do Rhön, com o seu programa de uma semana que proporciona uma experiência real às crianças da cidade de profissões tradicionais, como talhante, padeiro ou pastor.

Ao trabalhar com jovens e crianças, não apresente todos os detalhes administrativos e “chatos” da Reserva da Biosfera (zoneamento, funções, questão legal, Nações Unidas). Também não utilize todos os conceitos e ideias abstratas que são utilizados neste Manual (biodiversidade, serviços ecossistêmicos, etc.). Enfoque o que é compreensível na sua respetiva idade e o que ilustra esses conceitos. Use questionários e jogos. Conte histórias ou convide pessoas locais a contar histórias (por exemplo, anciãos). **Seja animado. Seja simples. Seja excitante.**

Seja ilustrativo e emocionante

O mesmo se aplica a materiais didáticos que não devem se concentrar em definições e conceitos abstratos, como mapas de zoneamento. Ter o cuidado de preparar módulos de aprendizagem (para escolas e/ou universidades) apropriados para o grupo etário e apropriados para programas de ensino contextuais. De preferência, faça-o em estreita colaboração com os professores ou o pessoal universitário. O ideal é que os tópicos sejam incluídos também no currículo. Não considere apenas material impresso: ferramentas eletrônicas também podem ser utilizadas, dependendo da disponibilidade da Internet. Quando disponível, a Internet acrescenta o enorme benefício de conectar recursos locais com recursos globais, muitas vezes já prontos, bem como com oportunidades de comunicação com outros grupos da mesma idade, por exemplo, escolas em outras Reservas da Biosfera. O material de ensino tem de ser profissional em termos de didática, não necessário em termos de design; portanto, o multimídia caseiro (vídeo, áudio e Internet) também pode ser útil.

O material didático precisa de ser profissional em pedagogia

Com demasiada frequência, apenas a área central com o seu alto valor de biodiversidade é o lugar para onde os administradores das Reservas da Biosfera pensam em ir com grupos de crianças e jovens. De fato, a área central é importante para comunicar algumas mensagens: o que é biodiversidade, por que precisamos dela, ou como um ecossistema funciona. Mas como já foi explicado acima, esta é apenas uma parte da mensagem de desenvolvimento sustentável. A fim de comunicar todas as outras mensagens, grupos de crianças e jovens precisam de ir para a zona tampão ou para a área de transição.

A educação pode ter lugar em qualquer parte de uma Reserva da Biosfera

Esta é uma regra geral: os administradores precisam de comunicar toda a Reserva da Biosfera e todo o desenvolvimento sustentável – mas, claro, não todos ao mesmo tempo. Os conteúdos e métodos educacionais devem ser escolhidos de acordo com:

Seja seletivo e focado nos interesses do seu público

- **Quanto tempo** está disponível (se apenas algumas horas ou ainda menos, escolher um formato pré-definido; se for mais longo, combinar formatos e permitir processos interativos)?
- **Quem** deve ser formado (idade, conhecimentos prévios, idioma, necessidades especiais)?
- **Qual é o tamanho** do grupo?
- Se o administrador pode escolher o **objetivo educacional** ou se ele é imposto externamente (por exemplo, porque um grupo de estudantes visita a Reserva da Biosfera no contexto de uma disciplina).

Não espere que, mesmo que ofereça programas estimulantes de EDS para jovens, isso conduza imediatamente a uma grande procura por parte das escolas. Em praticamente todos os países, a cooperação entre o sistema educativo formal e as Reservas da Biosfera precisa de melhorar consideravelmente.

Um guia extensivo recente intitulado “Envolvendo os Jovens na Conservação e Educação”: A Toolkit for Site Support Groups” fornece orientação prática sobre como fazer visitas de campo ou jogos com os jovens [[BIRDLIFE2014]]. A UNESCO publicou em 2013 um extenso livro de recursos para educadores no Sudeste da Europa e no Mediterrâneo, que também pode ser usado na África Subsaariana [[UNESCO2013C]].

## Intervenções de aprendizagem para adultos

- Porque é que a educação de adultos é mais difícil** Os habitantes adultos (permanentes, sazonais e ocasionais), bem como os visitantes da Reserva da Biosfera, também devem aprender sobre onde vivem e o que torna este lugar tão especial. Como descrito acima, normalmente não é tão fácil chegar aos adultos, devido a vários motivos:
- Eles já não estão habituados a “receber” educação.
  - Eles têm pouco tempo.
  - Com recursos limitados de administradores de Reservas da Biosfera, os adultos são geralmente uma prioridade menor do que os jovens.
- Quando se pode ter um bom acesso a adultos** Assim, “educar adultos” não deve ser considerado sob a perspectiva de “programas de aprendizagem formal”. Acima já foi descrito que os processos de aprendizagem informal são tão importantes como a educação formal nas Reservas da Biosfera. Ainda assim, os “programas de educação formal” para adultos, sob a *forma de sessões de informação*, podem ser oferecidos com sucesso, orientados pela procura ou de forma pró-ativa:
- Em ligação com um encontro comunitário, por exemplo, após uma cerimónia religiosa (por exemplo, Ação de Graças, ofertas tradicionais)
  - Em conexão com uma reunião profissional, por exemplo, da associação de agricultores
  - Em conexão com um dos muitos “eventos participativos” descritos neste Manual
- Não dê palestra** Portanto, não “educar” adultos, mas interagir com eles num processo de aprendizagem mútua no qual você, como administrador, aprende com eles – e tentar capacitá-los.
- Promova boas práticas na aprendizagem informal** Também quando trabalhar com adultos, não dê lições; não use a linguagem administrativa e abstrata usada neste Manual. Mais uma vez focalize o que é compreensível e o que ilustra os seus conceitos. Conte histórias. Seja animado. Seja simples. Seja excitante.
- Cursos de formação específica** Quanto à aprendizagem informal, tente trabalhar com grupos profissionais relevantes a fim de promover práticas compatíveis com a Reserva da Biosfera. Estes incluem agricultores, silvicultores, profissionais de turismo ou pescadores. Por exemplo, você pode ser convidado como especialista para aconselhar sobre como melhorar a resistência à seca das culturas na agricultura local: não use mal esse convite dando palestras sobre o conceito abstrato da Reserva da Biosfera e teoricamente sobre as mudanças climáticas, mas ajude os agricultores a entender algumas conexões causais – o mais importante de tudo, ajude-os a encontrar soluções, suas próprias soluções. Tente oferecer formação específico e/ou sessões de informação para grupos-alvo específicos, por exemplo, para agricultores sobre temas específicos, como o cultivo de plantas para produção de energia, ou novas tecnologias de colheita. Se existem instituições de formação, por exemplo, escolas de formação rural, tente cooperar com elas como “multiplicadores” da sua mensagem.
- Como “educar” as partes interessadas** Também as partes interessadas, incluindo a administração pública e os funcionários eleitos, devem ser “educados” por você sobre a importância do desenvolvimento sustentável. É claro que quase nenhum funcionário eleito participará de uma sessão de formação formal organizada por você. Você também não deve usar indevidamente as discussões e negociações com as partes interessadas para “dar-lhes lições”. Em vez disso, você deve usar e interpretar ativamente qualquer reunião de discussão e negociação como uma *oportunidade para a aprendizagem mútua*. Tomemos um exemplo: uma negociação com o presidente da associação de pescadores. Você pode aprender muito sobre quais peixes podem ser vendidos bem no mercado e por quê, quando eles migram rio acima e qual predador é um problema para os pescadores. O presidente pode aprender muito com você, por exemplo, sobre os equilíbrios ecológicos e a pesca excessiva, ou sobre novas leis nacionais. Mesmo que uma negociação seja antes de tudo uma negociação em que cada parte quer maximizar os resultados – trabalhar em conjunto para entender os interesses uns dos outros e encontrar soluções criativas e justas também pode levar à compreensão de algo maior: sobre o desenvolvimento sustentável.

## As relações com a mídia como forma de envolvimento comunitário

- De que forma as relações públicas são “educação”?** O administrador da Reserva da Biosfera deve também trabalhar com a mídia, a imprensa e outros parceiros em “relações públicas” para dar a conhecer melhor a Reserva da Biosfera e seu conceito. O objetivo é a educação, mas mais uma vez não “dar lições” – os meios de comunicação social de interesse público não são adequados para comunicar o complexo conceito de Reserva da Biosfera em todos os pormenores. Portanto, trabalhar com os meios de comunicação é uma atividade e uma forma de comunicação que requer as suas próprias competências.
- Por que precisa de relações públicas** Todos sabem que “os meios de comunicação social” são importantes. Mas não é tão claro o que são “os meios de comunicação”, que tipo de informação eles querem, como você deve trabalhar com eles e o que você poderia realisticamente esperar de se envolver com os meios de comunicação.

## Estudo de caso: Rádio comunitária na Reserva da Biosfera de Songor, Gana

Na Reserva da Biosfera Songor a oeste de Acra, a rádio Ada é a primeira rádio comunitária do Gana que começou formalmente a emitir em 1998. Os seus sinais cobrem um raio de 60 km com uma população estimada de 600.000 habitantes. Ela transmite por 17 horas diárias exclusivamente em Dangme, a língua indígena do povo Dangme. A rádio comunitária mantém uma cooperação muito estreita com os administradores da Reserva da Biosfera e difunde as suas principais mensagens.

É importante distinguir entre isso:

- Os jornais e estações de rádio locais que estão situados na Reserva da Biosfera ou numa cidade próxima.
- Jornais nacionais, estações de rádio, emissoras de televisão e agências noticiosas sediadas na capital nacional ou provincial.
- Meios de comunicação internacionais, através de correspondentes no seu país ou em missões em países específicos
- Formatos de notícias baseadas na Internet (incluindo websites de meios de comunicação tradicionais, únicos canais de notícias na Internet, ou jornalistas cidadãos das redes sociais).
- Jornalistas interessados em “notícias de última hora” versus jornalistas que trabalham em formatos longos que requerem uma investigação aprofundada, incluindo jornalistas que trabalham em livros.

Diferencie as diferentes formas de média

A média (especialmente a média local e nacional) é importante para comunicar às comunidades locais e às partes interessadas: o que é realmente a Reserva da Biosfera; também para superar preconceitos e equívocos, para gerar interesse em atividades em andamento, para motivar o envolvimento, para esclarecer benefícios e para construir confiança. As pessoas locais também podem estar interessadas em aprender sobre oportunidades de emprego. A nível nacional, os média são importantes para gerar apoio político e financeiro nas capitais, assim como para informar os turistas domésticos. Todas as suas histórias verdadeiramente interessantes serão retomadas pela média local. Se você as empacotar corretamente, várias das suas histórias devem ser retomadas pelos meios de comunicação social nacionais.

Concentre-se na média local e nacional

O seu trabalho nas relações com a média deve, portanto, focar na construção de bons contactos, especialmente com a média local – e sempre que possível também com a média nacional. Identifique um membro do pessoal ou um membro do conselho de administração como “ponto focal da média”, e anuncie os seus detalhes de contacto. Tarefa um membro do pessoal para estabelecer contactos pessoais com os meios de comunicação social; estes são muito mais eficazes do que a distribuição aleatória de comunicados de imprensa (cp. secção 4.5), embora você precise de formular as suas mensagens também por escrito – numa linguagem concisa e compreensível. As suas histórias devem ser publicadas num site. Restrinja o número de mensagens na sua história àquelas que são realmente cruciais e simplifique-as tanto quanto possível. Repita estas mensagens as vezes que for necessário. Adapte as mensagens de acordo com o público-alvo (por exemplo, jornal político vs. tablóide).

O que fazer em cooperação com a média local

A questão mais importante é esclarecer *porque* é que a comunicação social deve fazer reportagens sobre a Reserva da Biosfera. Algumas razões típicas *para si* podiam ser:

- Para assegurar visibilidade geral e, portanto, apoio político e financeiro geral.
- Para explicar melhor o que é realmente a Reserva da Biosfera, superando preconceitos e equívocos
- Para assegurar visibilidade para um projeto ou atividade específica (talvez porque o doador do projeto solicita visibilidade)
- Construir reputação, prestígio e “imagem” como um “lugar de qualidade”, reconhecido por uma organização internacional
- Para atrair turistas

As razões *para a imprensa* relatar sobre você podem ser muito mais frequentes do que você pensa – mas também é provável que você não seja “política de topo”, exceto em tempos de escândalos. Esteja ciente de que se você apresentar um novo projeto excitante, ele será globalmente muito mais digno de notícia se *numa Reserva da Biosfera da UNESCO*, do que se num lugar “sem um selo internacional”.

Você é interessante para a imprensa

A razão *pela qual* você se comunica implica *com quem* você se comunica (grupo alvo – local, nacional, internacional? interesse geral ou potencial turístico?), *em que média* (jornal, TV, rádio, website, média social?) e *com quais mensagens*. O mais importante: não explique conceitos abstratos, conte histórias excitantes. Seja claro sobre a razão concreta e o benefício de cada atividade de imprensa; não envie comunicados de imprensa apenas de forma aleatória – os jornalistas logo param para ouvir. Em alguns casos, trabalhar com a imprensa equivale a convidar os jornalistas certos para um evento. Em outros casos, significa escrever comunicados de imprensa, dossiês de imprensa ou oferecer parceiros para entrevistas.

Seja específico para o seu grupo alvo



**Trabalho através de mensagens-chave**

Mesmo que este último não seja habitual no seu caso, planeie o seu envolvimento com os média sob a forma de “mensagens chave”. Trabalhar com a imprensa só pode ser eficaz se tiver “simplificado” a sua mensagem e história para que seja compreensível para o seu público-alvo. Simplificar não significa falsificar; mas “nós temos a maioria dos rinocerontes” é fácil de entender para todos, enquanto “a concentração de rinoceronte é maior em comparação com todas as outras áreas protegidas” não é. E não comunique todos os detalhes; concentre-se em alguns tópicos-chave.

**Use linguagem e exemplos concretos**

Se você explicar a complexidade de uma Reserva da Biosfera, seja concreto e tangível: diga “Nossos agricultores combinam métodos modernos e tradicionais; eles evitam pesticidas e ainda têm uma colheita muito boa”, não diga “A agricultura numa Reserva da Biosfera combina o pilar económico e ecológico do desenvolvimento sustentável”. Evite gírias e chavões.

**Dossiers**

Pode ser sensato produzir dossiers curtos (2 páginas) sobre tópicos específicos para a média, por exemplo, sobre o seu trabalho na conservação da biodiversidade, na melhoria dos meios de subsistência ou na prevenção de catástrofes.

**Website**

Mantenha um *website atualizado, projetado profissionalmente*, que forneça informações em *formatos específicos para o grupo alvo*: para a média, para decisores políticos, para turistas, assim como para as partes interessadas e comunidades locais. Para os políticos, descrever num breve panorama os benefícios tangíveis que a Reserva da Biosfera traz para as comunidades locais a visitar e operadores turísticos certificados, uma lista atualizada de hotéis e instalações turísticas (sempre que apropriado, com horários e orientações de escritório) e propor itinerários que incluam interações respeitadas com as comunidades locais. Para os interessados locais, informe-os sobre novos desenvolvimentos, pontos de contacto, oportunidades de envolvimento, planeamento, etc. Em termos de design do site, use poucas, grandes (não grandes dados) e boas fotos – evite muitas fotos e animações pequenas. Você também poderia considerar o estabelecimento de um artigo sobre sua Reserva da Biosfera no [www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org) – ou melhorar o artigo existente; isto é mais simples do que parece. Estabelecer um perfil no Facebook ou em sites de média social similares também não é muito difícil, mas o perfil deve ser atualizado muito regularmente e deve ser monitorizado todos os dias. Você talvez já use outras mídias sociais, como o Twitter, para a sua Reserva da Biosfera, que pode alcançar um público amplo; se você usar tais mídias, considere cuidadosamente a sua *aparência geral*: Suas mensagens nas mídias sociais, lidas em combinação, devem dar uma ideia adequada do seu trabalho e da Reserva da Biosfera; não apenas de um projeto específico e também não sobre você como um indivíduo.

**Use material fotográfico e cinematográfico**

Produza material informativo como brochuras, folhetos, banners e folhetos – mas apenas na medida em que este material tenha objetivos e públicos-alvo bem definidos. Sempre que você tiver a oportunidade de ter acesso a fotos e filmes de boa qualidade sobre a biosfera (incluindo todos os direitos de propriedade intelectual), use-o; fotos e filmes de boa qualidade são raros e caros – e o poder comunicativo de tal material é particularmente forte. Você pode tentar obter fotos de boa qualidade de turistas, que podem oferecê-las gratuitamente. Mas tenha cuidado: Se uma fotografia ou filme mostra principalmente “animais selvagens”, então este filme não o ajudará a comunicar os verdadeiros objetivos de uma Reserva da Biosfera. Também é importante especialmente que o filme e o material fotográfico respeitem plenamente as comunidades, seus membros, seus valores e tradições.

Crie boas relações com jornalistas, mas enviar comunicados de imprensa anonimamente a todos os meios de comunicação geralmente não é muito eficaz. Organizar conferências de imprensa e “visitas ao terreno”, especialmente por ocasião de eventos importantes, por exemplo, a designação pela UNESCO, a revisão periódica, a finalização do plano de gestão ou ainda o início de um novo projeto.

Crie relacionamentos

Se trabalhar com jornalistas internacionais, poderá procurar aconselhamento externo, porque as expectativas e necessidades dos jornalistas de outros países podem ser muito diferentes das dos seus jornalistas locais; poderá também ler [[IUCN2004-1]].

As relações públicas não se referem apenas aos “meios de comunicação social”. Significa também tornar a Reserva da Biosfera conhecida entre os potenciais parceiros, cada um com os seus interesses específicos:

Trabalhe de forma semelhante com outros grupos importantes

- Investidores (por exemplo, da agricultura, manufactura, ou mineração)
- Investigadores e académicos (a nível nacional e internacional)
- Agências, instituições de caridade, fundações e ONGs ativas na cooperação para o desenvolvimento e na conservação da natureza internacional
- Agências de Turismo
- Órgãos administrativos do governo.

Todos estes parceiros têm interesses diferentes e você deve ser capaz de formular algumas mensagens chave sobre a atratividade e os benefícios da sua Reserva da Biosfera para cada um destes potenciais parceiros.



## SECÇÃO 5 CASOS ESPECIAIS DE RESERVAS DA BIOSFERA



© Lee Cohen (Flickr CC), Andrea Moroni (Flickr CC), foto das Nações Unidas (Flickr CC), Reserva da Biosfera do Príncipe

## SECÇÃO 5

### CASOS ESPECIAIS DE RESERVAS DA BIOSFERA

Esta secção apresenta o conceito e a realidade das Reservas da Biosfera Transfronteiriças e as oportunidades específicas que apresentam. Esta secção também discute as necessidades e abordagens especiais das cidades nas Reservas da Biosfera, bem como as Reservas da Biosfera insulares e costeiras. Certamente, muitos outros casos especiais poderiam ser propostos, como “Reservas da Biosfera da primeira geração”, situações pós-conflito ou pós-desastre ou a combinação de uma Reserva da Biosfera com outras designações como Património Mundial. No entanto, estes casos especiais foram discutidos suficientemente bem em outras partes deste manual. Ao ler este capítulo, você deve entender:

- Que as Reservas da Biosfera transfronteiriças, urbanas e costeiras são casos especiais com desafios e oportunidades adicionais, mas que tudo o mais neste manual se aplica igualmente a elas

#### 5.1 Reservas da Biosfera Transfronteiriças (RBTs)

As RBTs são reservas “ideais” da biosfera

As RBTs são um instrumento útil para a conservação de *ecossistemas partilhados* que atravessam fronteiras nacionais. As RBTs são baseadas no acordo dos governos envolvidos sobre a necessidade de uma gestão mais integrativa dessas áreas. A UNESCO, a organização que designa as Reservas da Biosfera, é uma *organização intergovernamental*; este é um motivo particularmente forte para designar estes *ecossistemas partilhados* como Reservas da Biosfera da UNESCO.

A UNESCO fornece apoio específico

Desde por volta do ano 2000, a UNESCO apoia especificamente as RBTs [[UNESCO2001]] em particular para promover a paz e a segurança internacionais. Este tópico já foi discutido em profundidade em 1999 para a África francófona [[UNESCO1999]]. As RBTs facilitam o desenvolvimento de políticas conjuntas para o uso da terra além-fronteiras, o desenvolvimento de projetos conjuntos, a troca de experiências e o envolvimento conjunto das comunidades locais e das partes interessadas. É claro que elas também envolvem desafios, por exemplo, [[GHABBOUR]] e [[LANGE]]. Por meio de todos estes instrumentos, as RBTs reúnem pessoas que vão além das fronteiras e fazem sensibilização para o ecossistema como um todo. Em 2014, havia 14 RBTs a nível global e 3 RBTs em África (uma delas intercontinental com a Europa), com muitas outras em preparação.

Desafios adicionais e benefícios adicionais

As oportunidades e desafios apresentados abaixo são apenas os que são *específicos* para a RBT. Tudo mais dito neste Manual sobre Reservas da Biosfera também se aplica. Não é de surpreender que haja desafios adicionais, uma vez que a necessidade de cooperação internacional acrescenta nova complexidade à tarefa já difícil de gerir uma Reserva da Biosfera, exigindo habilidades adicionais, incluindo habilidades “diplomáticas”. Mas há também muitos novos benefícios.

#### Benefício: Reintegração de ecossistemas particionados

Ultrapassagem de fronteiras artificiais

Nos séculos 19 e 20, as potências coloniais estabeleceram fronteiras artificialmente em todo o continente africano. Desta forma, eles dividiram artificialmente grandes ecossistemas contíguos, que às vezes dependem criticamente de serem grandes e ininterruptos (por exemplo, circulação migratória de gnus na África Oriental ou de elefantes na África Ocidental). Com a criação de estados soberanos, estes ecossistemas partilhados receberam nomes diferentes e foram geridos de acordo com diferentes objetivos, estruturas legais e instrumentos. Esta é a razão mais forte para se estabelecer uma RBT: reintroduzir uma estrutura de cooperação e reajustar as leis, instrumentos e abordagens para gerir um ecossistema que já havia sido particionado anteriormente. O estabelecimento de uma RBT deve resultar em:

- Uma visão abrangente e estrutura política para a região,
- Desenvolvimento e uso de ferramentas de gestão conjunta,
- Combinação de todo o conhecimento técnico, conhecimento, capacidade e recursos financeiros disponíveis para resolver problemas partilhados.

Embora a situação em África seja especialmente aguda em termos de ecossistemas divididos, a situação no resto do mundo não é muito diferente. Quase em nenhum lugar as fronteiras seguem os ecossistemas.

## Estudo de caso: Reserva da Biosfera Intercontinental do Mediterrâneo, Marrocos – Espanha

Esta primeira Reserva da Biosfera intercontinental e até agora única em todo o mundo foi designada pela UNESCO em 2006. Nos dois lados do Estreito de Gibraltar, na Andaluzia, na Espanha e em Marrocos, há uma grande riqueza em termos de ecossistemas. O local transfronteiriço tem um significado particularmente alto para as aves migratórias, das quais existem 117 espécies. Nos dois países, os esforços de conservação já haviam sido iniciados muito antes do estabelecimento da Reserva da Biosfera; é por isso que os parques nacionais dos dois países são integrados como áreas centrais. A Reserva da Biosfera integra tradições e abordagens de conservação de ambos os lados, mas também aborda a diversidade de estilos de vida tradicionais e expressões artísticas por meio de projetos de intercâmbio e cooperação. Deste modo, as relações históricas são restabelecidas e institucionalizadas e as semelhanças culturais redescobertas. Um elemento focal de preocupação e cooperação é também a água doce – tanto a sua gestão integrada para a irrigação quanto a sua importância para os ecossistemas, para evitar a desertificação. A água doce, nas suas diferentes manifestações, é considerada um elemento de identidade local partilhada na Reserva da Biosfera – a Reserva da Biosfera sendo considerada como um reservatório de água entre o Sahara e a península Ibérica, que luta contra a desertificação. A água é o denominador partilhado perfeito para a Reserva da Biosfera, pois vincula a natureza à cultura e a fatores socioeconómicos. Este contexto visionário provou ser muito útil para inspirar o diálogo e a troca de experiências entre os vizinhos. As comunidades também estão envolvidas na formação, gestão e monitorização da reserva. A Reserva da Biosfera possui um nível de governança de várias camadas em ambos os lados, além de uma hierarquia de comités que organizam a colaboração no Estreito de Gibraltar.

Se uma RBT for eficaz, ela aumenta o *espaço disponível para espécies migratórias*, por exemplo, através do alinhamento de medidas de conservação em ambos os lados da fronteira. Se uma RBT for eficaz, ele garante um melhor tratamento de problemas de grande impacto, como pragas e incêndios florestais. A razão para esta última é óbvia: os incêndios podem ser mais rapidamente contidos se todas as capacidades, de ambos os lados de uma fronteira, estiverem agrupadas. Se um incêndio não puder ser extinto, bons canais de comunicação através das fronteiras permitem que as autoridades dos países vizinhos tomem medidas de precaução. O mesmo aplica-se a pragas e desastres naturais, como inundações repentinas. Já existem evidências consideráveis que a RBT pode satisfazer a esta alta expectativa: a gestão conjunta realmente melhora o estado de conservação dos ecossistemas partilhados.

Migração de animais,  
combate a pragas e  
incêndios

### Benefício: União de culturas

Aumentar os contactos através das fronteiras é sempre benéfico. Os resultados concretos dependem do contexto: se a população de ambos os lados de uma fronteira for idêntica na língua e cultura, uma RBT pode reconstruir comunidades divididas e resultar numa nova identidade regional. Isto não é em detrimento da afiliação e identidade nacionais. Se a população de ambos os lados de uma fronteira diferir na língua e cultura, uma RBT pode ajudar a superar estereótipos, reduzir tensões, promover a liberdade de movimento e fortalecer a paz. Para as equipas de gestão, o intercâmbio através da fronteira será de alguma forma enriquecedor, melhorará o moral da equipa e reduzirá os sentimentos de “isolamento”.

Superação de  
estereótipos e redução  
de tensões

### Benefício: Estruturas de cooperação de longo prazo para a paz e a integração

As RBTs ajudam a fortalecer o relacionamento entre os administradores, autoridades administrativas, outras partes interessadas e as comunidades locais – dentro de um país e também com o país vizinho. Elas são um trampolim para aumentar a cooperação com as autoridades do país vizinho também em outras áreas da política, porque permitem identificar interesses comuns que os países têm, não apenas de maneira abstrata, mas em termos muito concretos.

Ponto de partida  
para uma maior  
cooperação

Obviamente, os governos podem e cooperam de muitas outras maneiras através da fronteira. No entanto, as RBTs são especiais: as RBTs estão estabelecidas pelo menos há décadas. Ao contrário de um projeto com prazo limitado e seus âmbito e efeito limitados, a RBT permite uma verdadeira cooperação e a construção de instituições conjuntas. Ao contrário de outros acordos entre países, as RBTs são especiais através da designação da UNESCO: uma RBT não é apenas um acordo entre governos, é um acordo “com um advogado neutro”. Se ocorrerem problemas numa RBT, a comunidade internacional notará. Não apenas dentro do setor, investidores internacionais, parceiros da ODA ou ONGs internacionais ficarão alarmados, mas também a comunidade internacional será informada por meio de canais diplomáticos e de mídia. A designação da UNESCO fornece uma “garantia” adicional a um acordo – não apenas para a RBT. Essa “garantia” adicional pode não ser evidente imediatamente, pode se tornar evidente em momentos de desacordos e momentos de conflito.

Uma estrutura de  
longo prazo, não um  
projeto da

UNESCO como  
facilitador

### Benefício: Superar as desvantagens da periferia

#### Da periferia ao palco mundial

Uma RBT, por sua própria natureza, estará tipicamente localizada na “periferia”, nas regiões mais marginais e desfavorecidas dos países envolvidos, pelo menos da perspectiva das capitais nacionais. Através da designação da UNESCO, uma RBT coloca uma região periférica mais próxima do centro; na verdade, coloca a região no cenário mundial. Isto vai melhorar o desenvolvimento socioeconómico, por exemplo, através do aumento do turismo. Este, por sua vez, aumentará a atenção política para a região, o que também poderá resultar no desenvolvimento de infra-estruturas, como novas estradas ou eletricidade (alguns exemplos anteriores já foram analisados em [[UNESCO2003]]).

#### Acesso a fundos específicos

A RBT também pode gerar novas oportunidades de financiamento: a gestão de RBTs requer financiamento adicional; a cooperação transfronteiriça exige ainda mais coordenação e estruturas, em comparação com uma Reserva da Biosfera em apenas um estado. Mas há boas notícias: as abordagens transfronteiriças são muito atraentes para doadores internacionais. Devido ao aspeto específico de paz e integração internacional das RBTs e com o seu aspeto do gestão de todo o ecossistema, a RBT pode ter acesso a fundos que não são acessíveis às Reservas da Biosfera comuns. Como as áreas rurais remotas e escassamente povoadas ao longo da fronteira geralmente têm baixa prioridade para os governos das capitais, um acesso prioritário a fundos internacionais pode ser um verdadeiro “divisor de águas”. Além disso, você tenta aproveitar os fundos bilaterais e multilaterais de conservação da natureza, trocas da “dívida por natureza”, mitigação de carbono (incluindo REDD +, a “Iniciativa Internacional do Clima” da Alemanha, etc.), taxas turísticas voluntárias ou obrigatórias e ONGs internacionais, bem como fundações filantrópicas.

#### O financiamento especial precisa de implementação conjunta

Mas esteja ciente de que os financiadores internacionais exigirão que as propostas do projeto sejam totalmente preparadas, acordadas, coordenadas e submetidas aos doadores em conjunto. A gestão cooperativa de um programa financiado externamente é um fator adicional para uma integração e cooperação bem-sucedidas.

### Estudo de caso: Cooperação transfronteiriça na Reserva da Biosfera da região W da RBT W, Benin, Burkina Faso e Níger

De 2001 a 2008, a Comissão Europeia financiou o ECOPAS, um programa de conservação e uso sustentável na “região W” da RBT, na Reserva da Biosfera de Pendjari e no parque nacional do Arly (W-A-P). Para apoiar estas medidas ao longo das fronteiras do Benim, Burkina Faso e Níger, a UE investiu aproximadamente 24 milhões de Euros. Estes fundos permitiram abordar muitas questões, mas os resultados alcançados não são ótimos em termos de viabilidade a longo prazo. Investiu-se muito dinheiro num período muito curto, a colaboração com as partes interessadas locais foi insuficiente e algumas partes interessadas oportunistas tiveram muita influência na implementação. Melhores resultados poderiam ter sido alcançados através da criação de um fundo fiduciário que poderia ter investido o dinheiro com menos pressão de tempo. O impacto a longo prazo de qualquer intervenção deve receber maior prioridade. Exatamente por esse motivo, foi criada no Benim a “West African Savannah Foundation” (FSOA) com o apoio da IUCN, KfW e GEF. A FSOA tem também a tarefa de financiar reservas adjacentes de Burkina Faso, Níger e Togo. O trabalho da FSOA a nível supranacional resulta numa abordagem mais complexa, mas muito mais interessante, visando todo um ecossistema [[MICHELOT]].

### Benefício: Agregar conhecimento e reduzir custos

#### Partilhe as suas instalações

Os agricultores costumam comprar máquinas em associações porque é mais económico partilhar custos, otimizar o uso das máquinas e ajudar-se mutuamente. Os Estados e autoridades podem aprender esta abordagem com os agricultores. Nas RBTs, existem muitas instalações que também podem ser partilhadas entre os países.

Exemplos de instalações que são mais baratas de operar e reparar quando partilhadas entre as autoridades são: estações de monitorização (para dados meteorológicos), laboratórios de investigação máquinas, equipamentos, bancos de dados, bancos de genes e sementes e viveiros de árvores. Se a língua nos dois lados da fronteira for idêntica, os materiais educacionais e os documentos de capacitação poderão ser produzidos de maneira mais económica, imprimindo quantidades maiores. Roteiros turísticos conjuntos podem ser promovidos; o marketing turístico conjunto pode ser iniciado, bem como a interpretação conjunta dos recursos naturais e culturais. Além disso, a formação conjunta do pessoal da equipa de gestão é rentável e também mutuamente instrutiva.

#### Aprendizagem recíproca

Aprenda com as habilidades uns dos outros (por exemplo, como operar um banco de sementes, como configurar um banco de dados, como reparar um motor de tração) e com as melhores práticas ajuda a melhorar (e harmonizar) as abordagens de gestão. As abordagens harmonizadas para a recolha de dados, metodologias e protocolos são fundamentais para replicação e comparação através da fronteira, especialmente se praticadas a longo prazo. A implementação conjunta de programas em larga escala também se beneficia de economias consideráveis, através da agregação de capacidades quando necessárias. Os exemplos são a restauração dos ecossistemas (ver secção 5.2) ou reintrodução de espécies, controlo de pragas e espécies exóticas invasoras.

### Benefício: Detetores de qualidade da boa vizinhança

No nosso mundo globalizado e estreitamente conectado, os países vizinhos dificilmente podem se dar ao luxo de não cooperar. A cooperação transfronteiriça é baseada em acordos bilaterais ou em acordos e convenções multilaterais. As RBTs são uma ferramenta ideal para detetar os pontos fortes e fracos das parcerias internacionais em todos os níveis da administração.

### Como proceder: Nomeação

Há dois cenários diferentes de como uma RBT pode surgir: através da extensão uma ou duas Reservas da Biosfera existentes através de uma fronteira; ou por um acordo do governo sobre uma RBT numa etapa. Para ambos os cenários, houve precedentes de muito sucesso nos anos anteriores, o primeiro cenário é fortemente recomendado pela UNESCO hoje, na verdade não é aconselhável estabelecer uma RBT “de uma só vez”.

A designação de uma RBT pela UNESCO é baseada numa nomeação conjunta de todos os governos envolvidos. As informações são apresentadas num formulário de nomeação especial, baseado nas “**recomendações de Pamplona**” (formuladas em 2000) – um documento baseado na “estratégia de Sevilha”, mas especificamente dedicado às oportunidades e desafios da cooperação transfronteiriça.

Formulário especial de nomeação

Especificamente, a nomeação deve incluir um acordo oficial entre as autoridades governamentais e um plano de trabalho comum. É necessário fornecer uma estimativa para um orçamento para atividades e iniciativas transfronteiriças, incluindo as principais fontes de financiamento. As atividades planeadas e em andamento em todos os setores e em todas as funções da Reserva da Biosfera devem ser descritas para cada país e no nível transfronteiriço abrangente.

É necessário um acordo oficial do governo

### Como proceder: Mecanismos de coordenação

As *Recomendações de Pamplona* propõem-se a estabelecer um grupo de trabalho de parceiros locais e nacionais “para definir as bases e identificar os principais problemas de cooperação”. Este grupo de trabalho deve ser a base de uma estrutura de *coordenação conjunta* que pode ser chamada de “comissão bilateral” ou “comité de direção conjunta”.

Estrutura de coordenação conjunta

Esta necessária estrutura de coordenação conjunta deve incluir representantes das diferentes equipas de gestão, conselhos de administração e conselhos consultivos, bem como autoridades responsáveis pelas áreas protegidas, representantes das comunidades locais e outras partes interessadas. Esta estrutura de coordenação conjunta deve reunir-se regularmente e pode ser complementada por grupos de trabalho temáticos ad-hoc. Recomenda-se vivamente que se estabeleça um secretariado conjunto permanente para esta estrutura de coordenação e um orçamento separado para a sua operação.

Ser representativo e estar devidamente equipado



Condições sobre o acordo governamental

O acordo oficial do governo, cuja assinatura é necessária como base para a RBT e a indicação da UNESCO, também deve fornecer legitimidade à estrutura de coordenação conjunta e descrever o seu mandato e tarefas. Este acordo governamental também deve estabelecer disposições que incentivem as diferentes autoridades e equipas de gestão a *trocar além da fronteira todos os dados e informações* necessárias para uma gestão bem-sucedida. Para ser totalmente válido, pode ser necessário “ratificar” este acordo internacional e, assim, torná-lo totalmente válido legalmente na legislação nacional. Se não estiver prevista nenhuma “ratificação”, é necessário muito cuidado para garantir que o acordo internacional esteja totalmente alinhado com todas as disposições legais nacionais.

Mecanismos de cooperação entre o pessoal

Em quase todos os casos de RBTs existentes, cada país mantém a sua própria equipa de gestão separada para sua parte nacional da RBT. É muito importante que cada equipa separada designe uma pessoa como ponto focal para a cooperação. As equipas de gestão podem criar pessoal de equipa conjunta para tarefas específicas. As diferentes equipas de gestão também devem definir meios regulares de comunicação, por exemplo por correio eletrónico, conferências telefónicas ou “patrulhas conjuntas”. Atividades de campo conjuntas são realmente importantes para promover abordagens conceptuais conjuntas, partilhar experiências, promover confiança e cooperação. São especialmente adequados para essas atividades os programas conjuntos de educação e capacitação, uma vez que, por meio da sensibilização, os educadores entendem-se melhor, incluindo acordos e desacordos. As atividades conjuntas podem incluir investigação, planeamento do uso da terra, marketing de destinos turísticos e controlo de fronteiras.

Outras iniciativas entre comunidades

Outros exemplos de mecanismos de cooperação transfronteiriça incluem associações (por exemplo, dos “amigos da RBT”) que podem ser criadas com o objetivo de promover a RBT. Mesmo em situações de tensão política, os países devem abrir as suas fronteiras por pelo menos um dia, uma vez por ano, para permitir o intercâmbio entre as populações locais. Exemplos são “mercados de agricultores transfronteiriços” regulares e educação ambiental anual conjunta para intercâmbio entre alunos e estudantes.

A diretriz da IUCN “Áreas protegidas transfronteiriças para paz e cooperação” de 2001 não cobre todas as responsabilidades das Reservas da Biosfera da UNESCO, mas pode fornecer inspiração adicional. Uma diretriz revista a ser publicada no final de 2014 abordará a RBT.

**Como proceder: Superar abordagens segmentadas**

Zoneamento conjunto para apoiar os objetivos da conservação

A designação da UNESCO estipula uma *zoneamento conjunto para o ecossistema em sua totalidade*. Vincular as abordagens de gestão de um ecossistema partilhado através de fronteiras políticas em muitos casos é a única maneira eficaz de conservar a biodiversidade – especialmente se o ecossistema a ser conservado depender de um determinado tamanho mínimo. Um tamanho mínimo pode ser o resultado de animais que precisam de um grande território para perambular por presas ou forragens de sementes, de animais migratórios ou de espécies de polinização. Como foi demonstrado pelo biólogo Thomas Lovejoy já nos anos 1970 e reconfirmado mais tarde, a biodiversidade aumenta com a área, porque uma parcela maior provavelmente terá habitats e nichos mais diversos e, portanto, mais espécies.

Conceito conjunto de zoneamento

Isto significa que os decisores, administradores e partes interessadas *de ambos os países* precisam de encontrar um *entendimento e um acordo conjuntos sobre o que exatamente é uma “área central”, uma “zona tampão” e uma “área de transição”*. O que é permitido numa área central, o que é proibido? Que instrumentos de proteção legal serão usados para a área central? Como as violações da lei serão sancionadas?

É também preciso responder às perguntas: Terão um zoneamento geral (*fortemente* recomendada) ou cada país decidirá a seu zoneamento que serão depois combinadas? Se este for o caso: onde estão as áreas centrais dos dois lados da fronteira – elas são contíguas (do outro lado da fronteira) e estão posicionadas em conjunto de maneira que as áreas centrais possam *realmente* apoiar os objetivos de conservação pretendidos? Chegar a um entendimento tão comum das características de cada zona entre os governos envolvidos não é fácil. Um exemplo: a RBT franco-alemã “Palatinate-North Vosges” criou uma área central transfronteiriça conjunta, enquanto, em geral, a zoneamento ainda não está suficientemente harmonizada.

São necessários objetivos e ações conjuntas

A necessidade de harmonização não termina com a zoneamento; Antes, apoiará as autoridades de ambos os lados de uma fronteira que precisam de chegar a acordo sobre *objetivos conjuntos, uma visão conjunta e prioridades conjuntas*. Elas precisam de harmonizar as ferramentas de gestão e as lógicas de intervenção implementadas nos dois lados da fronteira. Por exemplo, não seria eficaz se as autoridades de um lado da fronteira decidissem erradicar espécies invasoras, mas as autoridades do outro lado permanecessem inativas. As abordagens para incêndios florestais, reintrodução ou recolonização de espécies, combate à caça furtiva e ao comércio ilegal através das fronteiras também precisam de ser harmonizadas. Metodologias de monitorização conjuntas e programas conjuntos de investigação economizam dinheiro, levam a uma melhor qualidade dos dados, ampliam a perspetiva e agregam habilidades.

Benefícios além da RBT

Todas estas medidas, se efetivamente implementadas na cooperação transfronteiriça, também terão um efeito importante além da RBT. Por exemplo, uma estrutura de investigação conjunta bem-sucedida levará a uma abordagem harmonizada nos métodos de investigação e protocolos de dados, que provavelmente poderão ser adotados por outros atores em todos os países envolvidos.

## Estudo de caso: Monitorização da Reserva da Biosfera de Pendjari, Benim

Na Reserva da Biosfera de Pendjari, a monitorização no local dos resultados da conservação da biodiversidade depende criticamente do envolvimento da população local da aldeia, incluindo caçadores profissionais, em equipas de patrulha mistas. Através deste envolvimento, os caçadores contribuem com o seu conhecimento e seus campos de ação aumentados – e é muito menos provável que sejam cúmplices dos caçadores. No quadro de iniciativas de cooperação regional, a abordagem de patrulhas conjuntas foi estendida ao parque nacional contíguo de Arly, em Burquina Faso. Lá, foram obtidos os mesmos resultados positivos. Um acordo regional contra a caça furtiva entre os estados de Benim, Burquina Faso e Níger permite que os guardas florestais prendam caçadores no território de outros estados sem o risco de criar incidentes diplomáticos.

Normalmente, toda gestão de uma área protegida (já) existente formulou visões, objetivos, prioridades e planos de ação, com base na estrutura política nacional relevante desenvolvida pelas autoridades ambientais. Como as RBTs (como conceito e realidade) surgiram apenas recentemente, os *administradores da RBT não podem começar do zero no desenvolvimento de visões e objetivos*. Na maioria dos casos de novas RBTs, os administradores são confrontados com visões e objetivos já existentes das áreas protegidas existentes em seu território – talvez algumas delas já desenvolvidas de maneira participativa. No entanto, espera-se que os administradores da RBT apoiem a formulação de uma visão e objetivos comuns, de maneira participativa.

O que fazer quando tudo já existe a nível nacional

Isto será difícil de explicar para as partes interessadas e comunidades que participaram da formulação da visão para uma área protegida local (que era muito próxima deles, geográfica e mentalmente). Mas é igualmente difícil tentar integrar as visões e objetivos divergentes existentes de ambos os lados de uma fronteira – que talvez estejam muito estritamente alinhadas com as políticas nacionais (como a conservação de listas nacionais de espécies vermelhas). No entanto, não há alternativa para alcançar esse objetivo de concordar com uma visão comum, objetivos, prioridades e planos de ação comuns – tudo isto deve ser implementado por meio de um órgão de administração ou comité diretor.

A harmonização dos quadros legais é uma oportunidade – abstratamente. Mas, na perspetiva de um administrador, que está longe dos parlamentos, a harmonização pode ser um grande desafio. As diferenças constitucionais dos estados envolvidos podem ser enormes – no que se refere à RBT franco-alemã, por exemplo, a França é um estado muito centralista, enquanto a Alemanha é um estado federal. O desafio torna-se ainda mais difícil nos casos em que as partes constituintes da RBT foram criadas em diferentes momentos no tempo (a diferença de tempo pode ser décadas). Essa é uma das principais razões pelas quais a UNESCO recomenda fortemente o estabelecimento de um acordo de cooperação governamental entre as autoridades públicas envolvidas, no nível político apropriado. Este acordo pode ser um memorando de entendimento bastante informal e pode se transformar num tratado interestadual a médio prazo. Se houver uma diferença legal considerável entre os países, pode ser sensato *começar com um tratado interestadual*. Como exemplo, temos o projeto de Memorando de Entendimento para a RBT da Mount Elgon proposta [[KENNC]]. Os governos (nacionais ou provinciais) de ambos os lados da fronteira também podem acordar adotar conjuntamente documentos legais para solucionar deficiências e facilitar a cooperação transfronteiriça.

É necessário um acordo governamental para garantir que a harmonização realmente ocorra.

Nenhuma RBT deve tentar perseguir o objetivo ilusório de uma harmonização completa da base jurídica e administrativa. Objetivos realistas devem ser perseguidos, como a coordenação de políticas para espécies e ecossistemas ameaçados, espécies migratórias e controlo de espécies exóticas invasoras; políticas de reabilitação de áreas degradadas; a luta contra a caça furtiva e a exploração não autorizada de madeira; bem como monitorização do sucesso das intervenções.

Persiga objetivos realistas

### Abordagem a diversidade de línguas e de conhecimento

Se as regiões vizinhas não possuem uma língua comum, não fica claro sob que regime linguístico a “estrutura de coordenação conjunta” deve funcionar. Várias opções estão disponíveis:

Deve acordar numa língua ou deve traduzir?

- Adoção de língua de uma região, com a qual todos estejam familiarizados, como língua de trabalho, concordando claramente que essa escolha é puramente pragmática e não desvaloriza a outra língua
- Adoção de uma língua estrangeira, com a qual todos estejam familiarizados, como língua de trabalho
- Adoção de uma língua como língua de trabalho para discussão, mas traduzir todos documentos (ou os mais relevantes)
- Interpretação de todas as reuniões e tradução de todos os documentos

Não há “melhor opção”; a escolha mais adequada depende do contexto concreto da RBT específica. Como exemplo, as reuniões entre os representantes da proposta Reserva da Biosfera de Niimi (Gâmbia, anglófona) e do Delta do Saloum (Senegal, francófono) são realizadas na língua local comum Wolof. No entanto, há argumentos particularmente fortes para a opção “trabalhar numa língua em reuniões e traduzir documentos importantes”: se uma “estrutura de coordenação” não puder ser tão pragmática quanto usar uma língua, com a qual todos estejam familiarizados, será difícil alcançar consenso pragmático em questões práticas. Os documentos importantes não devem estar disponíveis apenas para a “estrutura de coordenação”, mas distribuídos amplamente – isso requer o uso de línguas locais.

Eduque, dialogue, alcance consensos e estabeleça padrões

A diversidade do conhecimento pode existir em vários níveis:

- Diferentes níveis de educação e alfabetização podem ser superados por meio da capacitação e da aprendizagem ao longo da vida.
- Diferentes abordagens para a valorização de diferentes formas de conhecimento (conhecimento científico, incluindo diversas disciplinas, conhecimento tradicional, conhecimento de “senso comum”) precisam de diálogo, construção de consenso e desenvolvimento de um padrão conjunto (ver também secção 2).
- Diferentes padrões para lidar com dados: é essencial para uma RBT alcançar um padrão conjunto de recolha de dados, metodologias e protocolos de investigação e monitorização. A tomada de decisão conjunta é impossível se dois países usarem dados totalmente diferentes (exemplo: se uma autoridade conta o número de 50 antílopes anualmente no Outono em poços de água, a outra autoridade conta o número de 30 antílopes a cada dois anos na primavera no cruzamento de um caminho migratório com uma estrada).

## 5.2 Cidades nas Reservas da Biosfera

RB nas cidades –  
cidades nas RB

Como as Reservas da Biosfera devem ser representativas para todos os principais ecossistemas, não surpreende que muitos especialistas tenham proposto “Reservas da Biosfera urbana”, ou seja, *Reservas da Biosfera nas cidades*. Esta secção discute brevemente este tópico e o tópico diferente das *cidades* ou áreas urbanas nas Reservas da Biosfera.

“RB nas cidades” – uma  
ideia abstrata

As *Reservas da Biosfera nas cidades* já são discutidas há mais de 10 anos. No entanto, a maioria das discussões ocorreu a um nível bastante abstrato: estudos de caso como a cidade de Nova York, nos EUA, Seul, na República da Coreia ou a região de Ruhr, na Alemanha, na verdade não são muito mais do que re-exprimir iniciativas valiosas da “ecologia urbana” no conceito de zoneamento das Reservas da Biosfera. Algumas cidades aplicaram “princípios” muito abstractos das Reservas da Biosfera dentro das suas jurisdições como uma ferramenta para melhor planificar e gerir o desenvolvimento urbano sustentável. Isso tem o seu próprio interesse conceitual alto, mas política e praticamente as diferenças em relação às Reservas da Biosfera “propriamente ditas”, seguindo os princípios da Estratégia de Sevilha, são bastante grandes. Para orientações sobre áreas urbanas protegidas, cp. [[IUCN2014]]; um excelente Manual é [[VOIGT]].

“Cidades nas RB” –  
quase a norma hoje

Em 2004, o CIC do MAB discutiu as Reservas da Biosfera urbana usando uma definição de trabalho bastante diferente, como “caracterizada por uma importante *área urbana dentro ou adjacente aos seus limites*, onde os ambientes naturais, socioeconómico e cultural são moldados por influências e pressões urbanas, e estabelecidos e geridos ara mitigar estas pressões para melhorar a sustentabilidade urbana e regional.” *Este* conceito de Reservas da Biosfera urbana refere-se a situações que hoje são quase normais na Rede Mundial das Reservas da Biosfera. Por exemplo, o Cinturão Verde de São Paulo no Brasil, a Península de Mornington na Austrália e Bliessgau na Alemanha são todas regiões com habitats que *também* estão consideravelmente moldados por importantes assentamentos humanos urbanos (não: vilas) dentro dos limites da Reserva da Biosfera.

Reservas da Biosfera  
como estruturas de  
planeamento valiosas

Ainda hoje, um grande número de Reservas da Biosfera é muito rural, inclusive em África. Mundialmente, porém, a existência de cidades nas Reservas da Biosfera deve ser considerada a norma, não a exceção. É preciso lembrar que o Quadro Estatutário em 1995 (cp. Anexo 2) definiu que existe uma “área de transição onde são promovidas e desenvolvidas práticas sustentáveis de gestão de recursos”. Tais práticas sustentáveis também podem e devem ser promovidas nas cidades. As Reservas da Biosfera são lugares para envolver pessoas – pessoas, incluindo urbanistas e habitantes, que precisam de aprender como podem viver bem sem destruir o meio ambiente. Isso também inclui a necessidade de parar a expansão urbana. As Reservas da Biosfera próximas às cidades ilustram como as pessoas (moradores das vilas e urbanos) podem viver dos recursos e serviços ecossistémicos dos habitats naturais; isso inclui desfrutar de áreas naturais durante férias e recreação. O conceito de Reserva da Biosfera pode ser um espaço de planeamento e estrutura de gestão muito valioso também para as cidades e suas áreas naturais adjacentes.

A urbanização como um  
desafio global chave

Isso parece ainda mais óbvio desde a adoção do “Plano de Ação de Madrid” (MAP, 2008–2013, cp. Anexo 4), que definiu a urbanização como um dos três processos multidimensionais globais aos quais as Reservas da Biosfera deveriam responder. De acordo com o MAP, a urbanização manifesta-se através da densidade populacional que muda rapidamente e muda espacialmente, incluindo a migração das zonas rurais para as urbanas. A urbanização também aumenta a vulnerabilidade a desastres naturais. As paisagens urbanas podem ser entendidas como o mosaico mais complexo de cobertura do solo. Ainda existem grandes lacunas de conhecimento sobre ecologia urbana e sobre os efeitos das mudanças globais. No entanto, as cidades também podem ser percebidas como lugares que oferecem soluções para seres humanos e para o meio ambiente, como principais centros de conhecimento, capital e inovações. Esta é uma das razões pelas quais a cidade de Tanguieta, no Benim, depois de longas discussões, foi incluída na Reserva da Biosfera de Pendjari; ou pelas quais cidades como Bad Kissingen querem fazer parte da Reserva da Biosfera alemã de Rhön.

### 5.3 Reservas da Biosfera costeiras e insulares

As Reservas da Biosfera costeiras e insulares na maioria dos aspetos são totalmente idênticas às “Reservas da Biosfera do interior” em relação à maioria dos aspetos apresentados neste manual. Esta pequena secção destaca apenas algumas características especiais.

Os ecossistemas marinhos estão sob enorme pressão, por exemplo, da poluição, aumento da temperatura do oceano, acidificação do oceano, pesca excessiva, incluindo arrasto de fundo, espécies invasoras, turismo insustentável e extração marinha de minerais e combustíveis fósseis. Os recifes de coral já são fortemente afetados [[REEF]]. Várias dessas pressões são devidas a mudanças globais e não podem ser interrompidas no curto prazo, enquanto outras pressões, como a pesca excessiva e o excesso de turismo, podem ser controlados. Portanto, as áreas marinhas protegidas são discutidas e implementadas cada vez mais, tanto ao longo da costa nas águas territoriais quanto no mar aberto.

Enorme pressão sobre os ecossistemas costeiros

As partes da Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica concordaram que até 2020, “10% das áreas costeiras e marinhas, especialmente áreas de particular importância para a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, são conservadas por meio de sistemas ecologicamente representativos e bem conectados de áreas protegidas e outras medidas eficazes de conservação com base na área geridos de maneira eficaz e equitativa e integradas à paisagem e à paisagem marítima mais amplas.” Até 2012, este objetivo (chamado objetivo 11 de Aichi) já foi quase atingida nas águas costeiras, mas para o oceano global, as áreas protegidas devem tornar-se quatro vezes maior até 2020. Os países usam muitos tipos diferentes de áreas protegidas, incluindo parques nacionais, parques marinhos ou Reservas Marinhas. Muitas, mas nem todas as áreas marinhas protegidas, são proibidas para a pesca, indústrias extrativas e turismo.

São necessárias áreas marinhas protegidas

No caso das áreas marinhas protegidas, é mais difícil determinar limites contra invasores [[AGARDY]], porque não é possível ‘cercar’ organismos vivos ou processos ecológicos que os apoiam. Além disso, é impossível ‘cercar’ a degradação dos ambientes oceânicos causada por fontes terrestres de poluição ou derramamentos de óleo por navios-tanque. As ligações de longa distância entre habitats nos ecossistemas marinhos exigem uma gestão ainda mais abrangente do que em terra [[SINCLAIR]].

Desafios especiais das áreas marinhas protegidas

O que é uma Reserva da Biosfera costeira da UNESCO? Em princípio, o mesmo que uma Reserva da Biosfera terrestre: uma área para proteger habitats ecologicamente ricos, resolver conflitos de usuários e ajudar a restaurar os stocks excessivamente explorados e áreas degradadas pelo uso sustentável. Uma Reserva da Biosfera costeira também possui zoneamento, e a área central pode ser novamente uma área estritamente protegida, como um parque nacional, por exemplo, a Reserva da Biosfera de Malindi-Watamu, no Quênia. Na zona tampão e na área de transição, promove-se o uso sustentável dos recursos de acordo com os objetivos gerais da conservação. Elas podem basear-se nos princípios de “Gestão Integrada das Áreas Marinhas e Costeiras”, conforme estabelecido pela CDB [[IMCAM]].

As Reservas da Biosfera costeira também precisam de habitantes



Em geral, não pode existir uma Reserva da Biosfera “puramente marinha” – que seria uma Reserva da Biosfera sem ilhas, costa e habitantes. A maioria das Reservas da Biosfera “puramente marinhas”, que tinham sido criadas até o início dos anos 90 fora da África, estão numa fase de extensão em direção ao continente ou ilhas. A Reserva da Biosfera do “Golfo de Mannar”, no extremo sul da Índia, designada em 2001, tem uma vasta área marinha, mas também 47 aldeias. A Reserva da Biosfera de “Schleswig-Holstein Wadden Sea”, na costa alemã, foi ampliada para incluir pequenas ilhas povoadas. A Reserva da Biosfera de Marawah nos Emirados Árabes Unidos, designada em 2007, tem cidades e assentamentos ao longo da costa, além de várias ilhas.

#### O que considerar para as Reservas da Biosfera costeira

A UNESCO não tem um formulário de indicação especial para Reservas da Biosfera costeira. Em princípio, as mesmas informações devem ser compiladas como uma justificativa para a selecção de locais. Mas, no caso de Reservas da Biosfera costeira, é mais difícil formular estratégias convincentes sobre como preservar efetivamente áreas oceânicas ou ‘selvagens’ costeiras sob a água intocadas, sobre como resolver conflitos entre usuários (atuais ou futuros) e sobre como restaurar áreas degradadas ou excessivamente exploradas. São recomendadas várias etapas (segundo Agardy, 1997):

- Definir um zoneamento e limites que reflectam a localização real dos ecossistemas, território das espécies e processos dos ecossistemas, bem como os direitos legais para uso
- Definir claramente os objetivos das respetivas zonas, juntamente com as partes interessadas e as comunidades
- Definir um regime de proteção realista e aplicável para a área central e, se necessário, para a zona tampão
- Definir um plano de gestão (viável), juntamente com as partes interessadas e comunidades, e criar um conselho de administração que também inclua todas as partes interessadas que possuam o conhecimento necessário para proteger e gerir a área central marinha
- Desenvolver métodos de monitorização e avaliação adequados aos objetivos
- Divulgar as lições aprendidas da Reserva da Biosfera e da sua área central protegida para outras áreas marinhas protegidas, para contribuir para uma política geral de conservação marinha mais eficaz.

**Reservas da Biosfera insulares:** O que há de especial nas ilhas (ilhas num lago de água doce ou no mar)? Se forem incluídos territórios marinhos, é uma Reserva da Biosfera marinha ou costeira/terrestre; se estiver exclusivamente em terra, é “apenas uma Reserva da Biosfera”.

#### Estudo de caso: Reserva da Biosfera da Ilha do Príncipe, São Tomé e Príncipe

A Reserva da Biosfera cobre toda a superfície da menor das duas principais ilhas que compõem o estado de São Tomé e Príncipe, além de áreas marinhas e pequenas ilhas vizinhas. A ilha, com os seus 7.500 habitantes, foi designada pela UNESCO em 2012. A Ilha do Príncipe é política e administrativamente uma região autónoma, com governo e parlamento próprios – e uma clara estratégia de desenvolvimento sustentável em torno dos impulsionadores de desenvolvimento de acessibilidade/transporte, turismo, agricultura, educação/formação profissional e conservação da natureza. A ilha não é apenas parte do ponto crucial da biodiversidade das florestas tropicais da África Ocidental, mas o seu isolamento no oceano aumenta o elevado número de espécies endémicas. Devido à localização na convergência de duas correntes oceânicas, a fauna marinha da ilha possui uma enorme riqueza e diversidade. Apesar de uma longa história de assentamentos, a influência humana tem sido surpreendentemente baixa. O crescimento da população deve-se principalmente a melhores padrões de saúde. A pesca e a agricultura são praticadas em subsistência; há apenas pequenas atividades turísticas. A Reserva da Biosfera será usada para diversificar e reestruturar o desenvolvimento económico da ilha, de acordo com os princípios de sustentabilidade. Foram organizadas várias campanhas de informação sobre a legislação ambiental. A campanha de recolha de garrafas de plástico “No plastic” já alcançou fama internacional, com 24.000 garrafas recolhidas apenas no primeiro dia – e trocadas por garrafas de aço reutilizáveis. [[UNESCO2013-1]].

#### Estudo de caso: Reserva da Biosfera de Boloma-Bijagós, Guiné-Bissau

A Reserva da Biosfera costeira de Boloma-Bijagós tem 88 ilhas e ilhotas, além de extensos trechos da costa com vastos planos intertidais e mangais intertidais. A maior parte de Boloma-Bijagós é escassamente povoada: cerca de 25.000 pessoas vivem numa área de 90.000 hectares. Apesar das rápidas mudanças, os Bijagós mantêm muitas de suas crenças tradicionais e suas vidas são governadas por vários tabus e regras. Um tabu bastante rigoroso envolve a remota ilhota de Poilao, que é visitada apenas durante raras cerimónias sociais e religiosas. Este e outros tabus sociais têm apoiado bastante a conservação da biodiversidade. No ano seguinte à designação da UNESCO em 1997, o parque nacional de Orango foi criado como sua área central legalmente protegida, mais tarde seguida pelo Parque Nacional João Vieira-Poilao e várias áreas marinhas comunitárias protegidas, Formosa, Nago e Chedia, em 2005.



### Estudo de caso: Desafios na Reserva da Biosfera de Mananara Nord, Madagáscar

A Reserva da Biosfera, designada em 1990 pela UNESCO, está localizada na costa nordeste da ilha e cobre uma área de 140.000 hectares, incluindo uma parte marinha. Já há muito tempo, ganhou reconhecimento internacional como um projeto-piloto que mescla a conservação da natureza, o desenvolvimento de zonas tampão e a participação das comunidades locais na gestão. Gerida pela Associação das Áreas Protegidas de Madagáscar (ANGAP) desde 2002, também foi financiado pela UE. Foram criadas operações de desenvolvimento sustentável em setores como agricultura, infra-estrutura rural, saúde, educação, pesca, pecuária, organizações de mulheres, pesquisa, conservação e turismo de aventura. Uma equipa de investigação da Universidade Greiswald, na Alemanha, introduziu o método do "Balanced Scorecard" para melhorar a eficácia da gestão em 2008. [[FRITZ]]. Em 1999, foram organizadas mesas redondas na 35 fokontany (nível de gestão local) da Reserva da Biosfera, para identificar e definir prioridades as expectativas das comunidades locais. O resultado foi que a educação foi a questão prioritária, seguida pela auto-suficiência e comercialização de alimentos. Os problemas de conservação estiveram praticamente ausentes [[UNESCO2008]]. A Baía de Antongil fica ao lado da Reserva da Biosfera no Norte, o mais importante local de reprodução de baleias jubarte no Hemisfério Oriental e lar de 13 espécies de tubarões. Hoje, os principais desafios para o ambiente marinho são a erosão e sedimentação do solo devido ao uso excessivo humano, operações de pesca industrial não regulamentada e negócios irresponsáveis de observação de baleias. Os sintomas das mudanças climáticas – aquecimento da temperatura da água, aumento do nível do das águas do mar e aumento de ciclones – também ameaçam a baía, ameaçando o habitat natural e as comunidades. O Programa Marinho da Sociedade de Conservação da Vida Selvagem ajudou a criar uma série de "Áreas Marinhas Geridas Localmente" (LMMA) contra os efeitos das mudanças climáticas, aumentando a resiliência dos recifes e fortalecendo a responsabilidade e a participação da comunidade na Reserva da Biosfera. No início de 2015, isso resultou na fundação de um "parque de tubarões", ao mesmo tempo em que concedia às comunidades costeiras direitos exclusivos de uso e gestão das áreas de pesca locais. [[WCS]].

O que torna as Reservas da Biosfera insulares especiais é que elas têm um limite externo natural, a costa. De certa forma, uma Reserva da Biosfera insular é mais empolgante do que uma em terra, porque é um excelente objeto de investigação. Um cientista pode muito bem investigar o efeito de uma designação de Reserva da Biosfera no ecossistema. Mas, vista de outra maneira, uma Reserva da Biosfera insular é menos empolgante, porque não tem uma área circundante diretamente onde possa disseminar sua boa experiência.

As ilhas são frequentemente auto-suficientes

Alguns exemplos de Reservas da Biosfera que estão totalmente localizadas nas ilhas: Príncipe, a pequena ilha do estado de São Tomé e Príncipe; Jeju, uma grande ilha sul-coreana ao sul da península coreana, um destino turístico muito popular; seis Reservas da Biosfera espanholas que cobrem ilhas inteiras (Menorca, Fuerteventura, Gran Canaria, Lanzarote, La Palma, El Hierro) ou a ilha da Palawan, nas Filipinas. Até agora, 20 destas Reservas da Biosfera juntas constituem a "Rede Mundial de Reservas da Biosfera Insulares e Costeiras". As melhores práticas desta rede foram publicadas em 2012 [[UNESCO2012]].



## REFERÊNCIAS E APÊNDICES



## LISTA DE REFERÊNCIAS

### **ABIDJAN**

Convention for the Co-operation in the Protection and Development of the Marine and Coastal Environment of the West and Central African Region (1981). <http://abidjanconvention.org/>

### **ACTIONAID**

ActionAid (2000). Participatory vulnerability analysis – A step by step guide for field staff, ActionAid International. [www.actionaid.org.uk/sites/default/files/doc\\_lib/108\\_1\\_participatory\\_vulnerability\\_analysis\\_guide.pdf](http://www.actionaid.org.uk/sites/default/files/doc_lib/108_1_participatory_vulnerability_analysis_guide.pdf)

### **AFRIMAB**

AfriMAB (2010). Statutes ([www.unesco.org/mab/doc/regions/e\\_AfriMAB\\_statutes.pdf](http://www.unesco.org/mab/doc/regions/e_AfriMAB_statutes.pdf)) **AND** Charter. ([www.unesco.org/mab/doc/regions/e\\_AfriMABcharter.pdf](http://www.unesco.org/mab/doc/regions/e_AfriMABcharter.pdf))

### **AFRIMABWEB**

UNESCO. Website of AfriMAB. [www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/man-and-biosphere-programme/networks/afrimab/](http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/man-and-biosphere-programme/networks/afrimab/)

### **AGARDY**

Agardy, T.S. (1997). Marine Protected Areas and Ocean Conservation. (available online only through Google ebooks)

### **AGENDA**

United Nations (1992). Agenda 21. <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>

### **AJUONU**

Ajuonu O., Tamo M., Neuenschwander P., Toko M., Beed F., Hounkpe C. (2010). Invasive floating water weeds – killing life and commerce. [www.sipm.cgiar.org/c/document\\_library/get\\_file?p\\_l\\_id=17830&folderId=18484&name=DLEFE-765.pdf](http://www.sipm.cgiar.org/c/document_library/get_file?p_l_id=17830&folderId=18484&name=DLEFE-765.pdf)

### **ALEXANDER**

Alexander, M. (2008). Management planning for nature conservation – A theoretical basis and practical guide. Springer. (not available online)

### **ALGIERS**

African Convention on the Conservation of Nature and Natural Resources (1968). <http://sedac.ciesin.org/entri/texts/african.conv.conserva.1969.html>

### **ALPARC**

Alpine network of protected areas (2011). Catalogue of indicators of management effectiveness. [www.alparc.org](http://www.alparc.org).

### **AMEND**

Amend, S., Giraldo, A., Oltremanni, J., Sánchez, R., Valarezo, V., Yerena, E. (2003). Management plans – Concepts and proposals. [www.conservation-development.net](http://www.conservation-development.net)

### **ANSELL**

Ansell, C., Gash, A. (2007). Collaborative governance in theory and practice. Journal of Public Administration Research and Theory, Vol. 13, pp. 1–28. (not available online)

### **ARUSHA**

Arusha Declaration (2014). [http://iccfoundation.us/publications/Arusha\\_Declaration\\_Regional\\_Conservation\\_Combating\\_Wildlife\\_Environmental\\_Crime.pdf](http://iccfoundation.us/publications/Arusha_Declaration_Regional_Conservation_Combating_Wildlife_Environmental_Crime.pdf)

### **AU**

African Union (2009). Strategic Plan 2009-2012. [www.au.int/fr/sites/default/files/StrategicPlan2009\\_2012\\_EN.pdf](http://www.au.int/fr/sites/default/files/StrategicPlan2009_2012_EN.pdf)

### **AUSGOV**

Australian Government (2002). Public participation in protected area management: Best practice. <http://www.environment.gov.au/parks/publications/best-practice/pubs/public-participation.pdf>

### **BATISSE**

Batisse, M. (1986). Developing and focusing the biosphere reserve concept. Nature and resource, Vol. 22.3, pp.1–12 (not available online)

### **BELL**

Bell, A., Bolomey, N., Ivins, C. (2013). Nominating UNESCO biosphere reserves in Tanzania, A guide for biosphere reserve project developers. [www.academia.edu/6153000/Accounting\\_for\\_Gender\\_and\\_Culture\\_in\\_Nominating\\_UNESCO\\_Biosphere\\_Reserves\\_in\\_Tanzania](http://www.academia.edu/6153000/Accounting_for_Gender_and_Culture_in_Nominating_UNESCO_Biosphere_Reserves_in_Tanzania)

### **BERGHÖFER**

Berghöfer, A., Stadler C., Langdale, G. (2013). ‘Sustaining Life: The Cloud Forests of Kafa’. Marketing Concept for the Kafa Biosphere Reserve, Ethiopia. Report to NABU. [http://imperiamd.net/content/nabude/international/marketing\\_concept\\_for\\_kafa\\_br\\_ethiopia\\_03-2013\\_oberghoefet\\_et.pdf](http://imperiamd.net/content/nabude/international/marketing_concept_for_kafa_br_ethiopia_03-2013_oberghoefet_et.pdf)

**BIOPAMA2013**

BIOPAMA (2013). Protected Areas as a legitimate land use. [www.biopama.org/learn\\_more/?13513/Protected-Areas-as-a-legitimate-land-use](http://www.biopama.org/learn_more/?13513/Protected-Areas-as-a-legitimate-land-use)

**BIOPAMA2014**

BIOPAMA (2014). Developing negotiation skills to support protected areas decision making in Eastern and Southern Africa. [www.biopama.org/learn\\_more/?16082/Developing-negotiation-skills-to-support-protected-areas-decision-making-in-Eastern-and-Southern-Africa](http://www.biopama.org/learn_more/?16082/Developing-negotiation-skills-to-support-protected-areas-decision-making-in-Eastern-and-Southern-Africa)

**BIORET**

Bioret, F., Cibien, C., Genot, J.-C., Lecomte, J. (1998). A guide to biosphere reserve management: A methodology applied for French biosphere reserves. <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001126/112674eo.pdf>

**BIOVERSITY**

UNU-IAS, Bioversity International, IGES, UNDP (2014). Toolkit for the Indicators of Resilience in Socio-ecological Production Landscapes and Seascapes (SEPLS). [www.bioversityinternational.org/uploads/tx\\_news/Toolkit\\_for\\_the\\_indicators\\_of\\_resilience\\_in\\_socio-ecological\\_production\\_landscapes\\_and\\_seascapes\\_1844\\_01.pdf](http://www.bioversityinternational.org/uploads/tx_news/Toolkit_for_the_indicators_of_resilience_in_socio-ecological_production_landscapes_and_seascapes_1844_01.pdf)

**BIRDLIFE2012**

BirdLife (2012). Effective IBA monitoring is vital and Africa is leading the way. [www.birdlife.org/datazone/sowb/casestudy/503](http://www.birdlife.org/datazone/sowb/casestudy/503)

**BIRDLIFE2014**

BirdLife Africa Partnership Secretariat (2014). Engaging Young People in Conservation and Education: A Toolkit for Site Support Groups. [www.birdlife.org/sites/default/files/BL\\_Education-toolkit.pdf](http://www.birdlife.org/sites/default/files/BL_Education-toolkit.pdf)

**BONNIN2009-1**

Bonnin, M., Jardin, M. (2009). Legal interpretation of the biosphere reserve concept in the framework of national legislation, [www.unesco.org/mab/doc/icc/2009/e\\_legal.pdf](http://www.unesco.org/mab/doc/icc/2009/e_legal.pdf)

**BONNIN2009-2**

Bonnin, M., Jardin, M. (2009). Legal interpretation of the biosphere reserve concept. Proposition for a model law, [www.unesco.org/mab/doc/brs/lawModel.pdf](http://www.unesco.org/mab/doc/brs/lawModel.pdf)

**BORRINI**

Borrini-Feyerabend, G., Farvar, M.T., Nguingui, J.C., Ndangang, V.A. (2000) Co-management of natural resources: organising, negotiating and learning-by-doing. GTZ and IUCN, <http://learningforsustainability.net/pubs/cmnr/cmnr.html>

**BRIDGE**

Bridgewater, P., Phillips, A., Green, M., Amos, B. (1996). Biosphere reserves and the IUCN system of protected area management categories. UNESCO. <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/1996-081.pdf>

**BRODY**

Brody, S.D. (2003). Measuring the effects of stakeholder participation on the quality of local plans based on the principles of collaborative ecosystem management. *Journal of Planning Education and Research*, 22(4), 407–419. <http://research.arch.tamu.edu/epsru/pdf/03-02A.pdf>

**BUSHELL**

Bushell, R., Eagles, P. (2007). *Tourism and protected areas: Benefits beyond boundaries*. CAB International.

**ICEM**

ICEM. (2003). *Regional Report on Protected Areas and Development in the Lower Mekong region*. [www.mekong-protected-areas.org/mekong/docs/regional%20report.pdf](http://www.mekong-protected-areas.org/mekong/docs/regional%20report.pdf)

**CARLSSON**

Carlsson, L., Berkes, F. (2005). Co-management: concepts and methodological implications. *Journal of Environmental Management*, 75(1), 65–76. <http://xa.yimg.com/kq/groups/16603571/775444746/name/Carlsson%2526Berkes.paper.05.pdf>

**CBD**

UN (1992). *Convention on Biological Diversity (with annexes)*, Concluded at Rio de Janeiro on 5 June 1992. [www.cbd.int/doc/legal/cbd-un-en.pdf](http://www.cbd.int/doc/legal/cbd-un-en.pdf)

**CELLINI**

Cellini, S.R., Kee, J.E. (2009). Cost-effectiveness and cost-benefit analysis. <http://home.gwu.edu/~scellini/CelliniKee21.pdf>

**CEPF**

Critical Ecosystem Partnership Fund. *Biodiversity Hotspots*. [www.cepf.net/resources/maps/](http://www.cepf.net/resources/maps/)

**CFA**

Conservation Finance Alliance (2010). *Conservation Finance Guide*. [www.conservationfinance.org](http://www.conservationfinance.org)

**CITES2009**

CITES (2009). *Text of the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild fauna and Flora*. <http://www.cites.org/eng/disc/E-Text.pdf>

**CITES2014**

CITES (2014). *Illegal wildlife trade – recent high-level events and initiatives*. [http://cites.org/sites/default/files/eng/news/pr/CITES\\_Jun\\_2014\\_illegal\\_wildlife\\_trade.pdf](http://cites.org/sites/default/files/eng/news/pr/CITES_Jun_2014_illegal_wildlife_trade.pdf)

**CMP**

Conservation Measures Partnership (2007). *Open Standards for the Practice of Conservation*. [www.conservationmeasures.org/wp-content/uploads/2010/04/CMP\\_Open\\_Standards\\_Version\\_2.0.pdf](http://www.conservationmeasures.org/wp-content/uploads/2010/04/CMP_Open_Standards_Version_2.0.pdf)

**CMS**

CMS (2009). *Text of the Convention on Migratory Species*. [http://www.cms.int/documents/convtxt/cms\\_convtxt\\_english.pdf](http://www.cms.int/documents/convtxt/cms_convtxt_english.pdf)

**COETZEE**

Coetzee, M., Biggs, H. (2012). Sharing the benefits of biodiversity: a regional action plan to nurture and sustain the contribution of biodiversity and ecosystem services to livelihoods and resilient economic development within the Kruger to Canyons Biosphere. <http://www.kruger2canyons.org/Consolidated%20technical%20report%20vfin.pdf>

**COETZER**

Coetzer, K.L., Witkowski, E.T.F., Erasmus, B.F.N. (2013). Reviewing Biosphere Reserves globally: Effective conservation action or bureaucratic label? *Biological Reviews*. [www.kruger2canyons.org/pdf%20documents/045%20-%20Reivewing%20Biosphere%20Reserves.pdf](http://www.kruger2canyons.org/pdf%20documents/045%20-%20Reivewing%20Biosphere%20Reserves.pdf)

**COOKE**

Cooke, B., Kothari, U. (2001). Participation – the new tyranny? (not available online)

**DEGROOT**

de Groot, r. et al. (2012). Global estimates of the value of ecosystems and their services in monetary units, *Ecosystem Services* Vol. 1, [www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212041612000101](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212041612000101)

**DIOP**

Diop, O., Hill, M.P. (2009). Quantitative post-release evaluation of biological control of floating fern, *Salvinia molesta* D.S. Mitchell (Salviniaceae) with *Cyrtobagous salviniae* Calder and Sands (Coleoptera, Curculionidae) on the Senegal River and Senegal River Delta. *African Entomology* 17: 67-70 (not available online) **AND** Diop, O., Hill, M.P. (2009). Quantitative post-release evaluation of biological control of *Pistia stratiotes* (Araceae) by the weevil *Neohydronomus affinis* Hustache (Coleoptera: Curculionidae) in Senegal. *African Journal of Aquatic Science* 30: 35-44.

**DOI**

US Department of the Interior (2008). Adaptive Management. [www.doi.gov/initiatives/AdaptiveManagement/](http://www.doi.gov/initiatives/AdaptiveManagement/)

**DOPA**

European Commission (2015). Digital Observatory for Protected Areas Explorer 1.0. [http://ehabitat-wps.jrc.ec.europa.eu/dopa\\_explorer/](http://ehabitat-wps.jrc.ec.europa.eu/dopa_explorer/)

**EGOH**

Egoh, B.N., et al. (2012). An African account of ecosystem service provision: Use, threats and policy options for sustainable livelihoods. *Ecosystem Services* Vol. 2, [www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212041612000307](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212041612000307)

**ECOPAG**

Newig, J., Fritsch, O. (2009). Environmental Governance: Participatory, Multi-level – and Effective? [www.researchgate.net/profile/Jens\\_Newig/publication/227673624\\_Environmental\\_governance\\_participatory\\_multilevel\\_and\\_effective/links/0912f50c757d5ced01000000.pdf](http://www.researchgate.net/profile/Jens_Newig/publication/227673624_Environmental_governance_participatory_multilevel_and_effective/links/0912f50c757d5ced01000000.pdf) and [www.edge-project.eu/ecopag/](http://www.edge-project.eu/ecopag/)

**ELBAKIDZE**

Elbakidze, M., Hahn, T., Mauerhofer, V., Angelstam, P., Axelsson, R. (2013). Legal Framework for Biosphere Reserves as Learning Sites for Sustainable Development: A Comparative Analysis of Ukraine and Sweden, *Ambio*. 2013 Mar; 42(2): 174–187. [www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3593038/](http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3593038/)

**ELIAS**

Elias, A.A. (2008). Towards a shared systems model of stakeholders in environmental conflict, *International Transactions in Operational Research*. Vol. 15. pp. 239-253. (not available online)

**EMST**

Ethiopian Ministry of Science and Technology, NABU, GTZ (2008). UNESCO biosphere reserves – a tool for conservation and development in Ethiopia. Proceedings of the stakeholders' workshop on legal aspects. <http://www.kafa-biosphere.com/assets/content-documents/UNESCOKafaCoffeeBRWorkshopreportFinal.pdf>

**ERVIN**

Ervin, J. (2007). Protected area system master planning. A quick guide for practitioners. The Nature Conservancy.

**ESDWEB**

UNESCO. Website on Education for Sustainable Development. <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-international-agenda/education-for-sustainable-development/education-for-sustainable-development/>

**EUROPARC**

Europarc Federation. European Charter for Sustainable Tourism in Protected Areas. [www.european-charter.org](http://www.european-charter.org)

**FAO2009**

FAO (2009). International Treaty on Plant Genetic Resources for Food and Agriculture. <http://www.fao.org/Legal/treaties/033s-e.htm>.

**FAO2010**

FAO (2010). 7th Global Forest Resources Assessment 2010; [www.fao.org/forestry/fra/24691/en/](http://www.fao.org/forestry/fra/24691/en/)

**FAO2014**

FAO (2014). Protected areas, people and food security. [www.fao.org/3/a-i4198e.pdf](http://www.fao.org/3/a-i4198e.pdf)

**FISCHER**

Fischer, F. (2008). The importance of law enforcement for protected areas – Don't step back! Be honest – protect! *GAIA* 17/S1: 101–103. [www.ingentaconnect.com/content/oekom/gaia/2008/00000017/A00101s1/art00006](http://www.ingentaconnect.com/content/oekom/gaia/2008/00000017/A00101s1/art00006)

**FISHAR**

Fishar, M.R. (2006). Biodiversity Monitoring and Assessment Project (BioMap), Nature Conservation Sector Egyptian Environmental Affairs Agency Ministry of State for Environmental Affairs. <http://www.biomapegypt.org>

**FOLKE2003**

Folke, C., Colding, J., Berkes, F. (2003). Synthesis: Building resilience and adaptive capacity in social–ecological systems. In F. Berkes, J. Colding, & C. Folke (Eds.), *Navigating social–ecological systems: Building resilience for complexity and change* (pp. 352–387). Cambridge, UK: Cambridge University Press. (not available online)

**FOLKE2005**

Folke, C., Hahn, T., Olsson, P., Norberg, J. (2005). Adaptive governance of social–ecological systems. *Annual Review of Environment and Resources*, 30, 441–473 (not available online)

**FRITZ**

Fritz-Vietta, N.V.M., Röttger, C., Stoll-Kleemann, S. (2009). Community-based management in two biosphere reserves in Madagascar – distinctions and similarities: What can be learned from different approaches? *Madagascar Conservation and Development*, 4 (2), 41-52. (not available online) AND Fritz-Vietta, N., Stoll-Kleemann, S. (2008). Enhancing Management Effectiveness in the Biosphere Reserve Mananara-Nord, [www.mnf.uni-greifswald.de/fileadmin/Geowissenschaften/geographie/angew\\_geo/Publikationen/Enhancing\\_Management\\_Effectiveness\\_GoBi\\_Paper2.pdf](http://www.mnf.uni-greifswald.de/fileadmin/Geowissenschaften/geographie/angew_geo/Publikationen/Enhancing_Management_Effectiveness_GoBi_Paper2.pdf)

**GABORONE**

African Elephant Summit (2013). [https://cmsdata.iucn.org/downloads/african\\_elephant\\_summit\\_final\\_urgent\\_measures\\_3\\_dec\\_2013.pdf](https://cmsdata.iucn.org/downloads/african_elephant_summit_final_urgent_measures_3_dec_2013.pdf)

**GEF2007-1**

GEF, UNEP, MAB, ETE (2007). Background Study on institutional and management frameworks in the biosphere reserves Aggtelek (Hungary), Babia Góra (Poland) and Šumava (Czech Republic) [http://www.oete.de/tourism4nature/results/backdocs/Background\\_Study%20on%20Institutional%20and%20Management%20Frameworks.pdf](http://www.oete.de/tourism4nature/results/backdocs/Background_Study%20on%20Institutional%20and%20Management%20Frameworks.pdf)

**GEF2007-2**

GEF, UNEP, MAB, ETE (2007). Sustainable Tourism Management Planning in Biosphere Reserves, A methodology guide. <http://www.oete.de/tourism4nature/results/backdocs/Sustainable%20Tourism%20Management%20Planning.pdf>

**GETZNER**

Getzner, M., Jungmeier, M., Lange, S (2010). People, Parks and Money: Stakeholder involvement and regional development: a manual for protected areas. <http://mpa.e-c-o.at/proceedings.html?file=data/downloads/proceedings/MPA-Proceedings-2007-2009-People-Parks-and-Money.pdf>

**GHABBOUR**

Ghabbour, S. (2010). Potential Negative Effects of Transboundary Nature Reserves, in Proceedings of the twin workshops on harmonization of African World Heritage Tentative Lists. Egyptian National UNESCO Commission, African World Heritage Fund. [http://openarchive.icomos.org/1502/1/Workshops\\_African\\_World\\_Heritage\\_Tentative\\_Lists\(2010\).pdf](http://openarchive.icomos.org/1502/1/Workshops_African_World_Heritage_Tentative_Lists(2010).pdf)

**GIZ2011**

German Agency for International Cooperation (2012). Biosphere reserves as model regions for a Green Economy. [www.bmz.de/en/publications/topics/business/Materialie212\\_Biosphere\\_Reserves.pdf](http://www.bmz.de/en/publications/topics/business/Materialie212_Biosphere_Reserves.pdf)

**GIZ2012**

German Agency for International Cooperation (2012). Vulnerability analysis and strategies for climate change adaptation in the El Sira Community Reserve, Peru. [www.centreforeconomics.org/app/download/5783287576/Vulnerability+analysis+and+strategies+for+climate+change+adaptation\\_ElSira\\_Peru.pdf](http://www.centreforeconomics.org/app/download/5783287576/Vulnerability+analysis+and+strategies+for+climate+change+adaptation_ElSira_Peru.pdf)

**GIZ2014-1**

GIZ (2014). The Vulnerability Sourcebook: Concept and guidelines for standardised vulnerability assessments. [www.adelphi.de/files/uploads/andere/pdf/application/pdf/vulnerability\\_sourcebook\\_-\\_guidelines\\_for\\_assessments\\_-\\_giz\\_2014.pdf](http://www.adelphi.de/files/uploads/andere/pdf/application/pdf/vulnerability_sourcebook_-_guidelines_for_assessments_-_giz_2014.pdf)

**GIZ2014-2**

GIZ (2014). Tourism Planning in Development Cooperation: A Handbook. [www.giz.de/fachexpertise/downloads/giz2014-en-tourism-handbook.pdf](http://www.giz.de/fachexpertise/downloads/giz2014-en-tourism-handbook.pdf)

**GMC**

German MAB National Committee. (2005). Full of life: UNESCO biosphere reserves, model regions for sustainable development. Bonn, Germany: Springer-Verlag (content not available online)

**GOEDEKE**

Goedeke, T. L. (1999). Community role, awareness, and involvement – Chapter 3 of The Ozark Highlands biosphere reserve: Study of a failed nomination effort. <http://prfamerica.org/ozarks/OzarksBioReserve-chapter3.html>

**GRAHAM**

Graham, J., Amos, B., Plumtre, T. (2003). Governance principles for protected areas in the 21st century. Paper at the 5th World Parks Congress. [http://iog.ca/wp-content/uploads/2012/12/2003\\_June\\_pa\\_governance2.pdf](http://iog.ca/wp-content/uploads/2012/12/2003_June_pa_governance2.pdf)

**GUC2007**

German Commission for UNESCO (2007). UNESCO Biosphere Reserves: Model Regions with a Global Reputation. [www.unesco.de/fileadmin/medien/Dokumente/unesco-heute/unesco-heute-2-07-engl.pdf](http://www.unesco.de/fileadmin/medien/Dokumente/unesco-heute/unesco-heute-2-07-engl.pdf)

**GUC2011**

German Commission for UNESCO (2011). For life, for the future: biosphere reserves and climate change; a collection of good practice case studies. [www.unesco.de/fileadmin/medien/Dokumente/Wissenschaft/Biosphere\\_reserves\\_climate\\_change\\_web\\_9MB.pdf](http://www.unesco.de/fileadmin/medien/Dokumente/Wissenschaft/Biosphere_reserves_climate_change_web_9MB.pdf)

**GUEDEGBE**

Guedegbe, B. (2008). Evaluation du cadre institutionnel et législatif de gestion des réserves de biosphère de la zone ouest africaine francophone. <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001818/181814f.pdf>

**GUEYE**

Gueye, B., Freudenberger, K.S. (1991). Introduction a la Méthode Accélérée de Recherche Participative (MARF). IIED. <http://pubs.iied.org/pdfs/6022IIED.pdf>

**GUTMAN**

Gutman, P., Davidson, S. (2007). A review of innovative international financial mechanisms for biodiversity conservation with special focus on the international financing of developing countries' protected areas. UNEP, CBD. [http://assets.panda.org/downloads/final\\_f.pdf](http://assets.panda.org/downloads/final_f.pdf)

**HAHN**

Hahn, T., Olsson, P., Folke, C., Johansson, K. (2006). Trust-building, knowledge generation and organizational innovations: The role of a bridging organization or adaptive co-management of a wetland landscape around Kristianstad, Sweden. *Human Ecology*, Vol. 34.4, pp. 573–592. [www.thefreelibrary.com/Trust-building,+knowledge+generation+and+organizational+innovations%3A...-a0154446059](http://www.thefreelibrary.com/Trust-building,+knowledge+generation+and+organizational+innovations%3A...-a0154446059)

**HARTLEY**

Hartley, A.J., Nelson, A., Mayaux, P., Grégoire, J.M. (2007). The Assessment of African Protected Areas. [http://bioval.jrc.ec.europa.eu/APAAT/AssessmentOfAfricanProtectedAreas\\_EUR22780.pdf](http://bioval.jrc.ec.europa.eu/APAAT/AssessmentOfAfricanProtectedAreas_EUR22780.pdf)

**HESELINK**

Hesselink, F.J. (2007). Communication, education and public awareness, a toolkit for the Convention on Biological Convention. <http://www.cbd.int/cepa/toolkit/2008/doc/CBD-Toolkit-Complete.pdf>

**HOLDER**

Holder, J. (2004). *Environmental Assessment: The Regulation of Decision Making*, Oxford University Press, New York

**HYMAN**

Hyman, M., G. (2006). How a Powerful Minority has Exploited UNESCO Biosphere Reserve Status: A case study of the Kogelberg Biosphere Reserve, South Africa

**IAIA**

IAIA (2009). What is Impact Assessment? International Association for Impact Assessment. [www.iaia.org](http://www.iaia.org)

**IAASTD**

IAASTD (2008). Agriculture at a crossroads, International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development [www.unep.org/dewa/agassessment/reports/IAASTD/EN/Agriculture%20at%20a%20Crossroads\\_Synthesis%20Report%20\(English\).pdf](http://www.unep.org/dewa/agassessment/reports/IAASTD/EN/Agriculture%20at%20a%20Crossroads_Synthesis%20Report%20(English).pdf)

**IBISCH**

Ibisch, P.L., Hobson, P.R. (2014). MARISCO. Adaptive Management of vulnerability and risk at conservation sites. A guidebook for risk-robust, adaptive and ecosystem-based conservation of biodiversity. [www.centreforeconomics.org/app/download/5796311613/MARISCO-guide\\_eng\\_02-2014.pdf](http://www.centreforeconomics.org/app/download/5796311613/MARISCO-guide_eng_02-2014.pdf)

**IISD**

IISD (2009). Conflict-Sensitive Conservation. Practitioners' Manual. [www.iisd.org/pdf/2009/csc\\_manual.pdf](http://www.iisd.org/pdf/2009/csc_manual.pdf)

**IMCAM**

UNEP and CBD (2004). Integrated Marine and Coastal Area Management approaches for implementing the Convention on Biological Diversity. [www.cbd.int/doc/publications/cbd-ts-14.pdf](http://www.cbd.int/doc/publications/cbd-ts-14.pdf)

**IMEF**

Indian Ministry Of Environment and Forests (2007). Protection, development, maintenance and research in biosphere reserves in India. [http://moef.nic.in/divisions/csurv/BR\\_Guidelines.pdf](http://moef.nic.in/divisions/csurv/BR_Guidelines.pdf)

**IPBES**

Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. [www.ipbes.net](http://www.ipbes.net)

**IPCC**

Intergovernmental Platform on Climate Change (2014). Fifth Assessment Report, Synthesis Report, Summary for Policymakers. [www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/AR5\\_SYR\\_FINAL\\_SPM.pdf](http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/AR5_SYR_FINAL_SPM.pdf)

**IREDALE**

Iredale, J., Pfahler, U. (2012). Community involvement in the nomination and management of SGang Gwaay world heritage site. <http://www.ahlp.org/pdfs/2012/AHLPPRESENTATIONS2012.pdf>

**ISH1994**

Ishwaran, N. (1994). Conserving Sinharaja: the evolution of a partnership between research and management, in D. Harmon (Ed). *Coordinating Research and Management to Enhance Protected Areas*, IUCN, pp.83–89 <http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/PAPS-005.pdf>

**ISH2008**

Ishwaran, N., Persic, A., Tri, N.H. (2008). Concept and practice: the case of UNESCO biosphere reserves, *Int. J. Environment and Sustainable Development*, Vol. 7.2, pp. 118-131 [www.unesco.org/uy/ci/fileadmin/ciencias%20naturales/mab/articulos\\_RB/01\\_Ishwaran.pdf](http://www.unesco.org/uy/ci/fileadmin/ciencias%20naturales/mab/articulos_RB/01_Ishwaran.pdf)

**ITPGRFA**

The International Treaty on Plan Genetic Resources for Food and Agriculture. [www.planttreaty.org](http://www.planttreaty.org)

**IUCN1997**

IUCN (1997). Declaration of Principles. [http://cmsdata.iucn.org/downloads/parks\\_oct97.pdf](http://cmsdata.iucn.org/downloads/parks_oct97.pdf)

**IUCN2000**

IUCN (2000). Protected areas: benefits beyond boundaries – WCPA in action. [cmsdata.iucn.org/downloads/wcpainaction.pdf](http://cmsdata.iucn.org/downloads/wcpainaction.pdf)

**IUCN2001**

IUCN (2001). Draft Code for transboundary protected areas in times of peace and armed conflict. [https://portals.iucn.org/library/efiles/html/BP7-transboundary\\_protected\\_areas/Draft%20Code%20For%20Transboundary%20Protected%20Areas%20In%20Times%20Of%20Peace%20And%20Armed%20Conflict.html](https://portals.iucn.org/library/efiles/html/BP7-transboundary_protected_areas/Draft%20Code%20For%20Transboundary%20Protected%20Areas%20In%20Times%20Of%20Peace%20And%20Armed%20Conflict.html)

**IUCN2002**

IUCN (2002). Sustainable tourism in protected areas: Guidelines for planning and management. [cmsdata.iucn.org/downloads/pag\\_008.pdf](https://cmsdata.iucn.org/downloads/pag_008.pdf)

**IUCN2003-1**

IUCN (2003). Financing Protected Areas. Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 5. [www.conservation.org/global/gcf/Documents/financing\\_protected\\_areas.pdf](http://www.conservation.org/global/gcf/Documents/financing_protected_areas.pdf)

**IUCN2003-2**

IUCN (2003). Guideline for management planning of protected areas: Best practice protected area guidelines series No. 10. <http://intranet.catie.ac.cr/intranet/posgrado/Manejo%20Areas%20Protegidas/Documentos/Guide%20line%20management%20planning.pdf>

**IUCN2004-1**

IUCN (2004). Communicating protected areas. <https://portals.iucn.org/library/efiles/edocs/2004-057.pdf>

**IUCN2004 -2**

Borrini-Feyerabend, et al. (2004). Indigenous and Local Communities and Protected Areas. WCPA Best Practice Guidelines Series 11. [http://cmsdata.iucn.org/downloads/pag\\_011.pdf](http://cmsdata.iucn.org/downloads/pag_011.pdf)

**IUCN2006**

IUCN (2006). Sustainable Financing of protected areas. A global review of challenges and options. [http://cmsdata.iucn.org/downloads/emerton\\_et\\_al\\_2006.pdf](http://cmsdata.iucn.org/downloads/emerton_et_al_2006.pdf)

**IUCN2008**

IUCN (2008). Guidelines for applying protected area management categories, <http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/paps-016.pdf>

**IUCN2010-1**

IUCN (2008). Management effectiveness evaluation in protected areas – a global study. <http://www.eci.ox.ac.uk/publications/downloads/coad11-protected-areas.pdf>

**IUCN2010-2**

IUCN (2010). Building climate change resilience for African livestock in sub-Saharan Africa. <https://cmsdata.iucn.org/downloads/resilience2.pdf>

**IUCN2011**

IUCN (2011). Guidelines for Protected Areas Legislation, <http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/eplp-081.pdf>

**IUCN2012**

IUCN (2012). Guidelines for Applying the IUCN Protected Area Management Categories to Marine Protected Areas [https://cmsdata.iucn.org/downloads/iucn\\_categoriesmpa\\_eng.pdf](https://cmsdata.iucn.org/downloads/iucn_categoriesmpa_eng.pdf)

**IUCN2014**

Trzyna, T., et al. (2014). Urban Protected Areas, Profiles and best practice guidelines, [http://cmsdata.iucn.org/downloads/bpg\\_urban\\_protected\\_areas.pdf](http://cmsdata.iucn.org/downloads/bpg_urban_protected_areas.pdf)

**IUCN2015**

Leung, Y.-F., et al. (2015). Tourism and Visitor Management in Protected Areas Guidelines for sustainability (review copy). [https://iucn.oscar.ncsu.edu/mediawiki/images/3/3a/Sustainable\\_Tourism\\_BPG\\_Full\\_Review\\_Copy\\_for\\_WPC14\\_v2.pdf](https://iucn.oscar.ncsu.edu/mediawiki/images/3/3a/Sustainable_Tourism_BPG_Full_Review_Copy_for_WPC14_v2.pdf)

**IUCNWEB**

IUCN Armed Conflict and the Environment Specialist Group. [www.iucn.org/about/union/commissions/cel/cel\\_working/cel\\_wt\\_sg/cel\\_sg\\_armed/](http://www.iucn.org/about/union/commissions/cel/cel_working/cel_wt_sg/cel_sg_armed/)

**JACKSON**

Jackson, K., Johnson, P., Jolley, M. (2011). Strategic Methods in Community Engagement for UNESCO Biosphere Reserves. [http://media.vanerkulle.org/2013/09/306\\_Strategic-methods-in-community-engagement.pdf](http://media.vanerkulle.org/2013/09/306_Strategic-methods-in-community-engagement.pdf)

**JOB**

Job, H. (2008). Estimating the regional impacts of tourism to national parks – two case studies from Germany. *Gaia* 17.S1, pp. 134-142

**JUNGHO**

Jungho, S. (2002) Estimation of Non-market Forest Benefits Using Choice Modelling. In Harrison, S. R. A. H., et al. (Ed.) *Socio-Economic Research Methods in Forestry: A Training Manual*. [www.jcu.edu.au/rainforest/publications/forestry\\_manual.pdf](http://www.jcu.edu.au/rainforest/publications/forestry_manual.pdf)

**KASANE**

Declaration of the Kasane conference on the illegal wildlife trade (2015). [www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/417231/kasane-statement-150325.pdf](http://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/417231/kasane-statement-150325.pdf)

**KATES**

Kates, W. (2010). Readings in Sustainability Science and Technology. [www.hks.harvard.edu/var/ezp\\_site/storage/fckeditor/file/pdfs/centers-programs/centers/cid/publications/faculty/wp/213.pdf](http://www.hks.harvard.edu/var/ezp_site/storage/fckeditor/file/pdfs/centers-programs/centers/cid/publications/faculty/wp/213.pdf)

**KRIESEL**

Kriesel, J. (2011). Education for sustainable development in the biosphere reserves Schaalsee, Germany, and Kristianstads Vattenrike, Sweden. Diploma thesis at University of Greifswald, [http://www.mnf.uni-greifswald.de/fileadmin/Geowissenschaften/geographie/angew\\_geo/Diplomarbeiten/Janin\\_Kriesel\\_Diplomarbeit\\_BNE.pdf](http://www.mnf.uni-greifswald.de/fileadmin/Geowissenschaften/geographie/angew_geo/Diplomarbeiten/Janin_Kriesel_Diplomarbeit_BNE.pdf)

**KRUSE2007**

Kruse-Graumann, L. (2007). Education for Sustainable Development in German Biosphere Reserves (UNESCO today 2007) [www.unesco.de/fileadmin/medien/Dokumente/unesco-heute/uh2-07-p22-26.pdf](http://www.unesco.de/fileadmin/medien/Dokumente/unesco-heute/uh2-07-p22-26.pdf)

**KRUSE**

Kruse-Graumann, L., Stoltenberg, U. (2013). Bildung für nachhaltige Entwicklung in UNESCO-Biosphärenreservaten. (in German only) [http://www.unesco.de/fileadmin/medien/Dokumente/Wissenschaft/BNE\\_Positionspapier\\_NK\\_MAB.pdf](http://www.unesco.de/fileadmin/medien/Dokumente/Wissenschaft/BNE_Positionspapier_NK_MAB.pdf)

**K2CCHECKLIST**

Kruger to Canyons biosphere reserve (2010). K2C Sustainability Checklist. [www.kruger2canyons.org/pdf%20documents/024%20-%20K2c%20Sustainability%20Checklist.pdf](http://www.kruger2canyons.org/pdf%20documents/024%20-%20K2c%20Sustainability%20Checklist.pdf)

**K2CCHECKLIST**

Kruger to Canyons biosphere reserve (2010). Guidelines for Development [www.kruger2canyons.org/pdf%20documents/020%20-%20Development%20Guidelines.pdf](http://www.kruger2canyons.org/pdf%20documents/020%20-%20Development%20Guidelines.pdf)

**K2CLESSONS**

Deutscher Entwicklungsdienst (2010). Lessons Learnt Report, Organisational Development in the Kruger2Canyons Biosphere Region Project. [www.kruger2canyons.org/pdf%20documents/021%20-%20K2C%20Lessons%20Learnt%202010.pdf](http://www.kruger2canyons.org/pdf%20documents/021%20-%20K2C%20Lessons%20Learnt%202010.pdf)

**K2C**

Kruger to Canyons biosphere reserve, Biosphärenreservat Rhön (2008). [biosphaerenreservat-rhoen.de/\\_pdf-upl/Kooperationserklaerung\\_2008.pdf](http://biosphaerenreservat-rhoen.de/_pdf-upl/Kooperationserklaerung_2008.pdf)

**KULLMANN**

Kullmann, A. (2011). Bio International!? – Marketing potentials of organic products from UNESCO biosphere reserves. [http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/pub\\_bio\\_international\\_organic\\_workshop\\_mab.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/pub_bio_international_organic_workshop_mab.pdf)

**LANGE**

Lange, S. (2009). Transboundary cooperation in protected area's management – Factors for success or failure. Master Thesis, University of Klagenfurt. [http://www.e-c-o-deutschland.de/downloads/20091120\\_mpa\\_thesis\\_TB\\_cooperation\\_Lange\\_final.pdf](http://www.e-c-o-deutschland.de/downloads/20091120_mpa_thesis_TB_cooperation_Lange_final.pdf)

**LARSEN**

Larsen, P.B., Gaspar, A. (2012): Biosphere reserves and extractive industries. [www.academia.edu/4543604/Biosphere\\_reserves\\_and\\_extractive\\_industries\\_towards\\_a\\_new\\_sustainability\\_agenda\\_2012](http://www.academia.edu/4543604/Biosphere_reserves_and_extractive_industries_towards_a_new_sustainability_agenda_2012)

**LOCKWOOD**

Lockwood, M., Worboys, G.L. Kothari, A. (2006). Managing protected areas – A global guide. Earthscan.

**LONDON**

London conference on the illegal wildlife trade, Declaration (2014). [www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/281289/london-wildlife-conference-declaration-140213.pdf](http://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/281289/london-wildlife-conference-declaration-140213.pdf)

**LYBBERT**

Lybbert, T.J., Aboudrare, A., Chaloud, D., Magnan, N., Nash, M., (2011). Booming markets for Moroccan argan oil appear to benefit some rural households while threatening the endemic argan forest. Proceedings of the National Academy of Sciences of the USA, vo. 108.34. [www.pnas.org/content/108/34/13963.full](http://www.pnas.org/content/108/34/13963.full)

**MA**

The Millennium Ecosystem Assessment (2005). [www.millenniumassessment.org/en/index.html](http://www.millenniumassessment.org/en/index.html)

**MANDAKINI**

Mandakini, P. (2006). UNESCO. Participatory evaluation. [www.unesco.org/education/aladin/paldin/pdf/course\\_0/unit\\_09.pdf](http://www.unesco.org/education/aladin/paldin/pdf/course_0/unit_09.pdf)

**MARRAKECH**

African Development Bank (2013). The Marrakech Declaration. [www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/The%20Marrakech%20Declaration%20-%2020A%2010-Point%20Action%20Plan%20to%20Combat%20Illicit%20Wildlife%20Trafficking.pdf](http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/The%20Marrakech%20Declaration%20-%2020A%2010-Point%20Action%20Plan%20to%20Combat%20Illicit%20Wildlife%20Trafficking.pdf)

**MEDWET**

Medwet Outlook (2011). Mediterranean Wetlands Outlook. 2nd report of the Mediterranean Wetlands Observatory. General report 2011. [www.medwetlands-obs.org](http://www.medwetlands-obs.org)

**MEHRING**

Mehring, M., & Stoll-Kleemann, S. (2011). How effective is the Buffer Zone? Linking Institutional Processes with Satellite Images from a Case Study in the Forest Biosphere Reserve Lore Lindu, Indonesia. Ecology and Society 16 (4): [www.ecologyandsociety.org/vol16/iss4/art3/](http://www.ecologyandsociety.org/vol16/iss4/art3/)

**MENDOZA**

Mendoza, A. (2004). Environmental Impact Assessment as management tool for protected areas in Canada and Mexico. Proceedings of the 24th annual IAIA conference

**MICHELOT**

Michelot, A., Oedrago, B. (2009). Transboundary Protected Areas: Legal Framework for the W Transboundary Biosphere Reserve (Benin, Burkina Faso, Niger). IUCN-EPLP No. 81. [cmsdata.iucn.org/downloads/w\\_biosphere\\_\\_en.pdf](http://cmsdata.iucn.org/downloads/w_biosphere__en.pdf)

**MEA**

Millennium Ecosystems Assessment Report (2005). Ecosystems and Human Well-being. [www.unep.org/maweb/en/Global.aspx](http://www.unep.org/maweb/en/Global.aspx)

**MOSE**

Mose, I. (ed.) (2007). Protected areas and regional development in Europe: Towards a new model for the 21st century. Ashgate. (not available online)

**MWITUR**

Mwiturubani, D.A., van Wyk, J.A., (2010) Climate change and natural resources conflicts in Africa, Institute for Security Studies Monograph, <http://www.issafrica.org/uploads/Mono170.pdf>

**MYERS**

Myers, N. et al. (2000) Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature* 403, 853-858. [www.nature.com/nature/journal/v403/n6772/full/403853a0.html](http://www.nature.com/nature/journal/v403/n6772/full/403853a0.html)

**NAIROBI**

Amended Nairobi Convention for the Protection, Management and Development of the Marine and Coastal Environment of the Western Indian Ocean (2010). [www.unep.org/nairobiconvention/](http://www.unep.org/nairobiconvention/)

**NATJUS**

Natural Justice (2012) Biocultural Community Protocols: A Toolkit for Community Facilitators. [http://naturaljustice.org/wp-content/uploads/pdf/BCP-Toolkit--final-online-version-\(1\).pdf](http://naturaljustice.org/wp-content/uploads/pdf/BCP-Toolkit--final-online-version-(1).pdf) and <http://www.unep.org/communityprotocols/PDF/communityprotocols.pdf>

**NATSOL**

Natural Solutions (2013). Manual for Climate Change Vulnerability Assessment of Coastal and marine protected areas. [http://awsasets.panda.org/downloads/va\\_manual\\_for\\_cmpa.pdf](http://awsasets.panda.org/downloads/va_manual_for_cmpa.pdf)

**NCC**

Nature Conservancy Council (1991). Site management plans for nature conservation – a working guide.

**NEPAD**

NEPAD (2010). Action Plan for the Environment Initiative. <http://www.nepad.org/system/files/Environment%20Action%20Plan.pdf>

**NEWMARK**

Newmark, W.D. (2008), Isolation of African protected areas, *Frontiers in Ecology and the Environment*, Vol. 6.6, pp. 321-328, <http://www.esajournals.org/doi/abs/10.1890/070003>

**NGUYEN1**

Nguyen, N.C., Bosch, O.J.H., Maani, K.E. (2009) The importance of Systems Thinking and practice for creating biosphere reserves as “learning laboratories for sustainable development” Proceedings of the 53rd Annual Meeting of the ISSS. <http://journals.iss.org/index.php/proceedings53rd/article/viewFile/1161/398>

**NGUYEN2**

Nguyen, N.C., Bosch, O.J.H., (2013) A Systems Thinking approach to identify leverage points for sustainability: A case study in the Cat Ba biosphere reserve, Vietnam; *Journal of Systems Research and Behavioral Science*, Volume 30.2, pp. 104–115, [onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/sres.2145/pdf](http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/sres.2145/pdf)

**NSDS**

United Nations Sustainable Development Platform. Overview of NSDS <http://sustainabledevelopment.un.org/index.php?menu=973>

**ONTARIO**

Ontario Ministry of Natural Resources. 2009. Ontario Protected Areas Planning Manual. [http://www.ontarioparks.com/english/planning\\_pdf/papm/papm\\_approved.pdf](http://www.ontarioparks.com/english/planning_pdf/papm/papm_approved.pdf)

**ORGANIC**

Organic Africa (2011). African Organic Agriculture Training Manual. <http://www.organic-africa.net/training-manual.html?&L=0>

**PCC**

Africa Rural Connect website. [arc.peacecorpsconnect.org/ContestWinners](http://arc.peacecorpsconnect.org/ContestWinners)

**POLLOCK**

Pollock, R. M. (2004). Identifying principles for place-based governance in biosphere reserves. *Environments*, Vol. 32.3, pp. 27-42. <http://www.biosphere-research.ca/Files/Research%20papers/Environments%20BR/Pollock%202004.pdf>

**PRACTICAL**

Practical Action (2004). Tana River District: a showcase of conflict over natural resources. [http://practicalaction.org/peace5\\_tana](http://practicalaction.org/peace5_tana)

**PRICE**

Price, M.F., Park J.J., Bouamrane, M. (2010). Reporting progress on internationally designated sites: The periodic review of biosphere reserves. *Environmental Science and Policy* 13 pp. 549-557, [http://www.unesco.org/uy/ci/fileadmin/ciencias%20naturales/mab/articulos\\_RB/BR\\_periodic\\_review\\_-\\_price\\_park\\_bouamrane.pdf](http://www.unesco.org/uy/ci/fileadmin/ciencias%20naturales/mab/articulos_RB/BR_periodic_review_-_price_park_bouamrane.pdf)

**QUINCY**

Quincy, R., Lu, S., Huang C.-C., SWOT Analysis. Huamin Philanthropy Brochure Series – 2. [http://socialwork.rutgers.edu/Libraries/Huamin/Brochure\\_2.sflb](http://socialwork.rutgers.edu/Libraries/Huamin/Brochure_2.sflb)

**RAMSAR**

Ramsar Convention Secretariat. The Convention on Wetlands text, as amended in 1982 and 1987, [www.ramsar.org/cda/en/ramsar--documents-texts-convention-on/main/ramsar/1-31-38%5E20671\\_4000\\_0\\_\\_](http://www.ramsar.org/cda/en/ramsar--documents-texts-convention-on/main/ramsar/1-31-38%5E20671_4000_0__)

**RAMSAR2012**

Ramsar Secretariat (2012). Wetland Tourism: Tunisia – Lake Ichkeul; A Ramsar Case Study on Tourism and Wetlands. [www.ramsar.org/sites/default/files/documents/pdf/case\\_studies\\_tourism/Tunisia/Tunisia\\_Ichkeul\\_EN.pdf](http://www.ramsar.org/sites/default/files/documents/pdf/case_studies_tourism/Tunisia/Tunisia_Ichkeul_EN.pdf)

**REDCLIFT**

Redclift, M. (1991) The multiple dimensions of sustainable development, *Geography*, Vol. 76, No. 1, pp.36–42. (not available online)

**REDD**

United Nations collaborative initiative on Reducing Emissions from Deforestation and forest Degradation. Website of UN-REDD. [www.un-redd.org](http://www.un-redd.org)

**REEF**

Reef Base (2007). Reef base: A global information system for coral reefs. <http://www.reefbase.org>

**ROCKSTRÖM**

Rockström, J., et al. (2009). Planetary boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. *Ecology and Society* Vol 14.2.32, [www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/](http://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/)

**ROE**

Roe, D. et al. (2015). Beyond enforcement: engaging communities in tackling wildlife crime. IIED briefing. <http://pubs.iied.org/17293IIED.html> and <http://pubs.iied.org/G03903.html>

**RUZZIER**

Ruzzier, M., Zujo, J., Marinsek, M., Sosic, S. (2010). Guidelines for preparation of a PA business plan. [www.zrsvn.si/dokumenti/64/2/2010/Guidelines\\_business\\_plan\\_for\\_PAs\\_IRSNC\\_2058.pdf](http://www.zrsvn.si/dokumenti/64/2/2010/Guidelines_business_plan_for_PAs_IRSNC_2058.pdf)

**RWANC**

Rwanda National Commission for UNESCO, UNESCO/MAB (2008). Final report of the international workshop on the relevance of biosphere reserves to testing sustainable development approach. <http://www.unesco.org/mab/doc/news/KigaliReport.pdf>

**SANDSTRÖM**

Sandström, E., Olsson, A. (2013). The process of creating biosphere reserves, An evaluation of experiences from implementation processes in five Swedish biosphere reserves. <http://www.naturvardsverket.se/Documents/publikationer6400/978-91-620-6563-8.pdf>

**SARKISSIAN**

Sarkissian, W., Bunjamin-Mau, W. (2009). SpeakOut: The Step-by-Step Guide to SpeakOuts and Community Workshops. Earthscan (not available online)

**SCHULTZ2007**

Schultz, L., Folke, C., & Olsson, P. (2007). Enhancing ecosystem management through social– ecological inventories: Lessons from Kristianstads Vattenrike, Sweden. *Environmental Conservation*, 34(2), 140–152. (not available online)

**SCHULTZ2010**

Schultz, L., Duit, Folke, A (2010). Participation, Adaptive Co-management, and Management Performance in the World Network of Biosphere Reserves. [www.stockholmresiliencecenter.org/download/18.52012ccf12dfed3d5b4800017750/schultz-participation-biosphere-reserves.pdf](http://www.stockholmresiliencecenter.org/download/18.52012ccf12dfed3d5b4800017750/schultz-participation-biosphere-reserves.pdf)

**SIDE**

UN General Assembly High-level Panel Discussion: “Poaching and Illicit Wildlife Trafficking – A multidimensional crime and a growing challenge to the international community” (2013). [www.cites.org/eng/news/sg/2013/20130926\\_unga\\_side-event.php](http://www.cites.org/eng/news/sg/2013/20130926_unga_side-event.php)

**SINCLAIR**

Sinclair, M., Valdimarsson, G. (2003). Responsible Fisheries in the Marine Ecosystem FAO (available online only through Google ebooks)

**SOFA**

FAO (2013). The State of Food and Agriculture 1947-2013. [www.fao.org/economic/es-home/sofa/en](http://www.fao.org/economic/es-home/sofa/en)

**SOFA**

FAO (2014). The State of World Fisheries and Aquaculture. [www.fao.org/fishery/sofia/en](http://www.fao.org/fishery/sofia/en)

**SPERGEL**

Spergel B., Moye M. (2004), Financing Marine Conservation. A Menu of Options – Center for Conservation Finance – Building Conservation Capital for the Future – WWF. [www.panda.org/downloads/marine/fmcnewfinal.pdf](http://www.panda.org/downloads/marine/fmcnewfinal.pdf)

**STEFFEN**

Steffen, W., et al. (2015). Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. *Science* Vol 347. 6223, [www.sciencemag.org/content/347/6223/1259855.abstract](http://www.sciencemag.org/content/347/6223/1259855.abstract)

**STOLL2005**

Stoll-Kleemann, S.; Bender, S., Berghöfer, A., Bertzky, M., Fritz-Vietta, N., Schliep, R. Thierfelder, B. (2006). Linking Governance and Management Perspectives with Conservation Success in Protected Areas and Biosphere Reserves. [www.mnf.uni-greifswald.de/fileadmin/](http://www.mnf.uni-greifswald.de/fileadmin/)

[Geowissenschaften/geographie/angew\\_geo/Publikationen/Linking\\_Governance\\_and\\_Management\\_GoBi\\_Paper1.pdf](http://www.mnf.uni-greifswald.de/fileadmin/Geowissenschaften/geographie/angew_geo/Publikationen/Linking_Governance_and_Management_GoBi_Paper1.pdf)

**STOLL2008**

Stoll-Kleemann, S.; Welp, M. (2008). Participatory and Integrated Management of Biosphere Reserves – Lessons from Case Studies and a Global Survey. *GAIA* 17/S1: 161 – 168. [www.mnf.uni-greifswald.de/fileadmin/Geowissenschaften/geographie/angew\\_geo/Publikationen/Participatory\\_and\\_Integrated\\_GAIA1\\_2008.pdf](http://www.mnf.uni-greifswald.de/fileadmin/Geowissenschaften/geographie/angew_geo/Publikationen/Participatory_and_Integrated_GAIA1_2008.pdf)

**STOLL2010**

Stoll-Kleemann, S.; De la Vega-Leinert, A. C. & Schultz, L. (2010). The role of community participation in the effectiveness of UNESCO Biosphere Reserve management: Evidence and reflections from two parallel global surveys. *Environmental Conservation* 37 (3), 227-238. <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=7911253>

**STOLL2011**

Stoll-Kleemann, S., Buer, C., & Solbrig, F. (2011). Socio-economic monitoring in protected areas in Germany – what do local people and their mayors think about their biosphere reserve? in: Wesemüller, H.; Kuschniok, N.; Schünemann, J.; Kreft, V. (eds.) (2011): Progress Report 2009–2011. National Nature Landscapes. EUROPARC Germany, 30-33. (not available online)

**STRINGER**

Stringer, L. C., Dougill, A. J., Fraser, E., Hubacek, K., Prell, C., & Reed, M. S. (2006). Unpacking “Participation” in the adaptive management of social–ecological systems: A critical review. *Ecology and Society*, 11(2), 39. (not available online)

**SWETNAM**

Swetnam, R.D., Reyers, B. (2011). Meeting the challenge of conserving Africa’s biodiversity: The role of GIS, now and in the future. *Landscape and Urban Planning*. Vol.100.4., pp. 411. <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0169204611000600> (only abstract available online)

**TEEB**

The Economics of Ecosystems and Biodiversity. [www.teebweb.org](http://www.teebweb.org)

**THANH**

Thanh, V.M., Maani, K.E. (2010), Systems Thinking for Sustainable Tourism in the Cat Ba Biosphere Reserve of Viet Nam; [www.systemdynamics.org/conferences/2010/proceed/papers/P1312.pdf](http://www.systemdynamics.org/conferences/2010/proceed/papers/P1312.pdf)

**TRI**

Tri, N.H. (2009), Lessons Learnt from using system thinking for development of biosphere reserves, Vietnam, The 11th Meeting of the East Asian Biosphere Reserve Network, [http://mabvietnam.net/A-updated2011/HoangTriBaiBaokhoahoc/lessonlearnt\\_biosphere-reservesinVietnam.pdf](http://mabvietnam.net/A-updated2011/HoangTriBaiBaokhoahoc/lessonlearnt_biosphere-reservesinVietnam.pdf)

**UDHR**

United Nations (1948). Universal Declaration of Human Right, [www.un.org/en/documents/udhr](http://www.un.org/en/documents/udhr)

**UKEOF**

UK Environmental Observation Framework (2012). Guide to citizen science. [www.ukeof.org.uk](http://www.ukeof.org.uk)

**UNAR**

UN Africa Renewal (2012). Tourism in Africa is slowly coming of age [www.un.org/africarenewal/magazine/august-2012/tourism-africa-slowly-coming-age](http://www.un.org/africarenewal/magazine/august-2012/tourism-africa-slowly-coming-age)

**UNCCD**

UN (1992). Convention to Combat Desertification. Text of the Convention including all Annexes. [www.unccd.int/en/about-the-convention/Pages/Text-overview.aspx](http://www.unccd.int/en/about-the-convention/Pages/Text-overview.aspx)

**UN2002**

UN (2002). Johannesburg Summit 2002: Key outcomes of the summit. [http://www.unesco.org/education/tlsf/mods/theme\\_a/img/02\\_WSSDOutcomes.pdf](http://www.unesco.org/education/tlsf/mods/theme_a/img/02_WSSDOutcomes.pdf)

**UN2012**

UN (2012). Report of the United Nations Conference on Sustainable Development A/CONF.216/16, [www.uncsd2012.org/content/documents/814UNCSD%20REPORT%20final%20revs.pdf](http://www.uncsd2012.org/content/documents/814UNCSD%20REPORT%20final%20revs.pdf)

**UNDG**

United Nations Development Group (2015). Resident Coordinators List – April 2015. <https://undg.org/wp-content/uploads/2015/05/RC-lists-April-2015.pdf>

**UNDP**

United Nations Development Programme (1997). Who are the question-makers? A Participatory Evaluation Handbook. <http://web.undp.org/evaluation/documents/who.htm>

**UNECA**

United Nations Economic Commission for Africa (2012). Sustainable Development Report on Africa. [www.uneca.org/publications/sustainable-development-report-africa](http://www.uneca.org/publications/sustainable-development-report-africa)

**UNEP2006**

UNEP (2006). Integrated Environmental Assessment and Reporting (including its Training Manual for Africa) [http://www.unep.org/geo/pdfs/IEA\\_Africa\\_training\\_manual.pdf](http://www.unep.org/geo/pdfs/IEA_Africa_training_manual.pdf)

**UNEP2007**

UNEP (2007): Indigenous Disaster Early Warning, Preparedness, and Response: [http://www.unep.org/training/programmes/Instructor%20Version/Part\\_2/Activities/Interest\\_Groups/Culture/Strategies/Indigenous\\_Disaster\\_Early\\_Warning\\_Preparedness\\_and\\_Response.pdf](http://www.unep.org/training/programmes/Instructor%20Version/Part_2/Activities/Interest_Groups/Culture/Strategies/Indigenous_Disaster_Early_Warning_Preparedness_and_Response.pdf)

**UNEP2008**

UNEP (2008), AFRICA Atlas of Our Changing Environment, <http://www.unep.org/dewa/africa/africaAtlas/>

**UNEP2009**

UNEP (2009): From Conflict to Peacebuilding. The role of natural resources and the environment: [http://www.unep.org/Themes/Freshwater/PDF/FromConflict\\_to\\_Peacbuilding.pdf](http://www.unep.org/Themes/Freshwater/PDF/FromConflict_to_Peacbuilding.pdf)

**UNEP2012-1**

UNEP (2012). African Environment Outlook 3. <http://www.unep.org/dewa/africa/publications/publications.asp>

**UNEP2012-2**

UNEP (2012). Global Environment Outlook 5 Assessment Report. [www.unep.org/geo/pdfs/geo5/GEO5\\_report\\_full\\_en.pdf](http://www.unep.org/geo/pdfs/geo5/GEO5_report_full_en.pdf)

**UNEP2015**

UNEP World Conservation Monitoring Centre (2015). Supporting planning for multiple benefits from REDD+ in Uganda. [www.unep-wcmc.org/system/dataset\\_file\\_fields/files/000/000/244/original/Uganda\\_multiple\\_benefits\\_web\\_view.pdf?1410951948](http://www.unep-wcmc.org/system/dataset_file_fields/files/000/000/244/original/Uganda_multiple_benefits_web_view.pdf?1410951948)

**UNESCO1992**

World Heritage Fund (1992). Managing protected areas in Africa, <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001447/144728eo.pdf>

**UNESCO1999**

UNESCO (1999). First AfriMAB Technical Workshop for Francophone African Countries. Proceedings <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001204/120461eo.pdf>

**UNESCO2000**

UNESCO (2000). Solving the puzzle: The ecosystem approach and biosphere reserves. <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001197/119790eb.pdf>

**UNESCO2001**

UNESCO (2001). Seville+5, International Meeting of Experts at Pamplona on Transboundary Biosphere Reserve. <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001236/123605m.pdf>

**UNESCO2003**

UNESCO (2003). Five transboundary biosphere reserves in Europe. <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001321/132140eb.pdf>

**UNESCO2005**

UNESCO and COMEST (2005). The Precautionary Principle. [unesdoc.unesco.org/images/0013/001395/139578e.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001395/139578e.pdf)

**UNESCO2006**

UNESCO (2006). Biodiversity and stakeholders. <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001465/146566e.pdf>

**UNESCO2007**

UNESCO (2007). Links between biological and cultural diversity. <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001592/159255e.pdf>

**UNESCO2008**

UNESCO (2008). Dialogue in biosphere reserves: references, practices and experiences. <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001591/159164e.pdf>

**UNESCO2009**

UNESCO (2009). Bonn Declaration of the World Conference on Education for Sustainable Development. [www.esd-world-conference-2009.org](http://www.esd-world-conference-2009.org)

**UNESCO2010**

UNESCO (2010). Lessons from biosphere reserves in the Asia-Pacific Region. <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001883/188345e.pdf>

**UNESCO2011**

UNESCO (2011). World Network of Biosphere Reserves: sites for sustainable development. <http://unesdoc.unesco.org/images/0020/002070/207049e.pdf>

**UNESCO2012**

UNESCO (2012). Best Practices of Island and Coastal Biosphere Reserves [www.unesco.org/science/doc/mab/2013/casebook2012\\_revised21june.pdf](http://www.unesco.org/science/doc/mab/2013/casebook2012_revised21june.pdf)

**UNESCO2013-1**

UNESCO (2013). AfriMAB. Biosphere reserves in Sub-Saharan Africa: Showcasing sustainable development, edited by R. Pool-Santvliet and M. Clüsener-Godt

<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002269/226919E.pdf>

**UNESCO2013-2**

UNESCO (2013) Report of AfriMAB General Assembly. [www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/AfriMAB\\_2013\\_meeting\\_report\\_en.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/AfriMAB_2013_meeting_report_en.pdf)

**UNESCO-ESDWEB**

UNESCO. Education for Sustainable Development. [www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-international-agenda/education-for-sustainable-development/education-for-sustainable-development/](http://www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-international-agenda/education-for-sustainable-development/education-for-sustainable-development/)

**UNESCOWEB**

UNESCO. Biodiversity Conservation in Regions of Armed Conflict: <http://whc.unesco.org/en/congobiodiversity/>

**UNWTO**

UNWTO (2009). Overview of tourism to Africa. [www.ticad.net/resource/pdf/Overview\\_of\\_Tourismto\\_Africa\\_with\\_reference\\_to\\_the\\_Asian\\_and\\_Japanese\\_outbound\\_markets.pdf](http://www.ticad.net/resource/pdf/Overview_of_Tourismto_Africa_with_reference_to_the_Asian_and_Japanese_outbound_markets.pdf)

**USDA**

U.S. Department of Agriculture (2005). Adaptive Management of Natural Resources: Theory, Concepts, and Management Institutions. [www.fs.fed.us/pnw/pubs/pnw\\_gtr654.pdf](http://www.fs.fed.us/pnw/pubs/pnw_gtr654.pdf)

**VLIET**

van Vliet, N. (2010). Participatory Vulnerability Assessment in the Context of Conservation and Development Projects. *Ecology & Society*. [www.ecologyandsociety.org/vol15/iss2/art6/](http://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss2/art6/)

**VOIGT**

Voigt Moritz, C. (1997). Programme Municipal D'Actions Environnementales (UNDP, World Bank, GTZ)

**WALTERS**

Walters, C.J., Holling, C.S. (1990). Large-scale management experiments and learning by doing. *Ecology*, 71(6), 2060-2068. [http://training.fws.gov/courses/ALC/ALC3159/resources/Walters\\_and\\_Hollings\\_1990.pdf](http://training.fws.gov/courses/ALC/ALC3159/resources/Walters_and_Hollings_1990.pdf)

**WALLNER**

Wallner, A., Bauer, N., Hunziker, M. (2007). Perceptions and evaluations of biosphere reserves by local residents in Switzerland and Ukraine. *Landscape and Urban Planning*. vol. 83.1 pp. 104-114.

**WCS**

Wildlife Conservation Society. (2015). Madagascar creates shark park. [www.sciencedaily.com/releases/2015/02/150204125556.htm](http://www.sciencedaily.com/releases/2015/02/150204125556.htm)

**WCED**

World Commission on Environment and Development (WCED, 1997). Our common future (“Brundtland report”). Oxford University Press. [www.un-documents.net/our-common-future.pdf](http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf)

**WDPA**

UNEP, WCMC, IUCN (2015) World Database on Protected Areas. [www.protectedplanet.net/about](http://www.protectedplanet.net/about).

**WEFORUM**

World Economic Forum (2013). The Travel & Tourism Competitiveness Report 2013 [www.weforum.org/reports/travel-tourism-competitiveness-report-2013](http://www.weforum.org/reports/travel-tourism-competitiveness-report-2013)

**WELLS**

Wells, M.P., McShane, T.O. (2004). Integrating protected area management with local needs and aspirations. *Ambio* vol. 33.8, pp.513-519.

**WHCWEB**

UNESCO. The World Heritage Convention. <http://whc.unesco.org/en/convention/>

**WOOD**

Wood, A., Dixon, A., McCartney, M. (2013), *Wetland Management and Sustainable Livelihoods in Africa*. [www.routledge.com/9781849714129](http://www.routledge.com/9781849714129)

**WORBOYS**

Worboys, G.L., Lockwood, M., De Lacy, T. (2005). *Protected area management* (2nd edition) Oxford University Press.

**WWF2008**

WWF and Equilibrium (2008). *Natural Security. Protected areas and hazard mitigation*. [http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/natural\\_security\\_final.pdf](http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/natural_security_final.pdf)

**WWF2012**

WWF (2012). *Global 200*. [www.worldwildlife.org/publications/global-200](http://www.worldwildlife.org/publications/global-200)

**YAOUNDE**

CEEAC (2013). Yaoundé Déclaration sur la Lutte Anti-Braconnage en Afrique central. [http://cmsdata.iucn.org/downloads/declaration\\_ccac\\_reunion\\_d\\_urgence\\_de\\_la\\_ceeac\\_sur\\_la\\_lab\\_version\\_finale.pdf](http://cmsdata.iucn.org/downloads/declaration_ccac_reunion_d_urgence_de_la_ceeac_sur_la_lab_version_finale.pdf)

**YASUNI**

National Government of Ecuador. Website of the Yasuni ITT Initiative. <http://yasuni-itt.gob.ec>

## Anexos

### Anexo 1: Definições e acrónimos (glossário)

| Definições e acrónimos                      | Significado   |
|---|---|
| BS  | Acesso e partilha de benefícios (definição cp. em 2.3)  |
| Gestão adaptativa                           | (cp. definição em 2.4)  |
| AfriMAB                                     | A rede de Reservas da Biosfera e profissionais relacionados em África (3.2)   |
| ArabMAB                                     | A rede de Reservas da Biosfera e profissionais relacionados na região árabe (3.2)   |
| UA  | União Africana  |
| Partilha de benefícios                      | (cp. significados múltiplos em 2.3)   |
| BfN   | Agência Federal Alemã para a Conservação da Natureza  |
| Diversidade Biocultural                     | (cp. definição em 2.1)  |
| Biodiversidade                              | (cp. definição em 2.1)  |
| Reserva da Biosfera                         | (cp. definição em 1.5)  |
| BMUB  | Ministério Federal Alemão do Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear  |
| Zona tampão                                 | Uma das três zonas de uma Reserva da Biosfera (cp. definição em 1.5)  |
| CBD   | Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (3.4)   |
| CITES                                       | Convenção das Nações Unidas sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção                         |
| Co-gestão                                   | (cp. definição em 2.3)  |
| Área principal                              | Uma das três zonas de uma Reserva da Biosfera (cp. definição em 1.5)  |
| OSC   | Organização da Sociedade Civil (equivalente a ONG)  |
| DUK   | Comissão Alemã para a UNESCO  |
| Restauração de Ecossistemas                 | (cp. definição em 2.1)  |
| Serviços de Ecossistema                     | (cp. definição em 2.1)  |
| Educação para o desenvolvimento sustentável | (cp. definição em 4.5)  |
| AIA   | Avaliação de Impacto Ambiental (definição cp. em 3.4)   |
| EDS   | Educação para o Desenvolvimento Sustentável   |
| Estratégia de Saída                         | Um procedimento da UNESCO definido em 2013 para melhorar o controlo de qualidade das Reservas da Biosfera (cp. Anexo 6)                             |
| FAO   | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura  |
| Reserva da biosfera da primeira geração     | Um termo não oficial para Reservas da Biosfera que foram designadas antes da adoção do Plano de Ação para as Reservas da Biosfera de Minsk de 1984. |
| GEF   | Global Environmental Facility, um organismo de financiamento do Banco Mundial   |
| GIS   | Sistema de Informação Geográfica, qualquer sistema padronizado para capturar, armazenar, manipular e analisar dados geográficos                     |
| GIZ   | Empresa Federal Alemã para a Cooperação Internacional (antiga GTZ)  |
| Economia Verde                              | (cp. 3.4)   |
| CCI   | Conselho Coordenador Internacional do programa MAB  |
| IUCN  | União Internacional para a Conservação da Natureza, ONG global com laços estreitos com a UNESCO   |
| Intergovernamental                          | Característica de uma organização, se for exclusivamente governada por vários governos  |

| Definições e acrónimos                 | Significado   |
|--|---|
| Kfw                                    | Kreditanstalt für Wiederaufbau, uma instituição financeira do setor público alemão  |
| Subsistência                           | Os meios necessários para assegurar as necessidades básicas da vida – alimentação, água, abrigo e vestuário   |
| Apoio logístico                        | Uma das três funções de uma Reserva da Biosfera (cp. definição em 1.5)  |
| M&A                                    | Monitorização e avaliação (definição cp. em 2.4)  |
| MAB                                    | O Homem e a Biosfera, um programa da UNESCO   |
| Comissão nacional do MAB               | (cp. 3.2)   |
| Gestão                                 | (cp. 2.2)   |
| MAP                                    | Plano de Ação de Madrid   |
| Monitorização                          | (cp. definição em 2.4)  |
| Memorando de Entendimento              | Memorando de Entendimento   |
| ODA                                    | Ajuda Pública ao Desenvolvimento  |
| OCDE                                   | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico   |
| Comissão Nacional para UNESCO          | (cp. 3.2)   |
| NEPAD                                  | Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, programa de desenvolvimento da União Africana   |
| ONG                                    | Organização Não Governamental (equivalente a OSC)   |
| Participação                           | (cp. 2.2)   |
| Revisão periódica                      | (cp. 4.1)   |
| SPE                                    | Pagamento por Serviços Ecosistémicos (cp. definição em 2.3)   |
| PRSP                                   | Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (cp. 3.4)  |
| REDBIOS                                | Rede de Reserva da Biosfera do Atlântico Este   |
| REDD(+)                                | (cp. 3.5)   |
| Reserva da biosfera da segunda geração | Um termo não oficial para as Reservas da Biosfera que foram designadas durante o período do Plano de Ação de Minsk para as Reservas da Biosfera (1984) e a adoção da Estratégia de Sevilha de 1995 (aviso: frequentemente utilizado como referência às Reservas da Biosfera designadas apenas após a adoção da Estratégia de Sevilha) |
| SMART                                  | Acrónimo de “Specific Measurable Accepted Realistic Timely”   |
| Parte interessada                      | (cp. definição em 2.2)  |
| SUMAMAD                                | Gestão Sustentável de Áreas Secas Marginais, um projeto da UNESCO   |
| Desenvolvimento Sustentável            | (cp. definição em 2.1)  |
| SWOT                                   | Acrónimo de “Pontos fortes, Pontos fracos, Oportunidades, Ameaças”  |
| RBT                                    | Reserva da biosfera transfronteiriça (5.1)  |
| Conhecimento tradicional               | (cp. definição em 2.4)  |
| Zona de transição                      | Uma das três zonas de uma Reserva da Biosfera (cp. definição em 1.5)  |
| UNCCD                                  | Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (cp. 3.4)   |
| UNDAF                                  | Quadro de Ajuda ao Desenvolvimento das Nações Unidas (cp. 3.4)  |
| PNUD                                   | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (cp. 3.4)   |
| PNUA                                   | Programa das Nações Unidas para o Ambiente (cp. 3.4)  |
| UNESCO                                 | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (cp. 3.2)  |
| UNFCCC                                 | Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (cp. 3.4)  |
| UNECA                                  | Comissão Económica das Nações Unidas para África  |
| ACNUR                                  | Nações Unidas   |
| WCED                                   | Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento   |
| WNBR                                   | Rede Mundial de Reservas da Biosfera (1.4)  |
| WWF                                    | Fundo Mundial para a Natureza, uma ONG internacional  |

## Anexo 2: Quadro Estatutário da Rede Mundial

Fonte: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001038/103849Eb.pdf>

No âmbito do programa Homem e Biosfera (MAB) da UNESCO, as Reservas da Biosfera são estabelecidas para promover e demonstrar uma relação equilibrada entre os seres humanos e a biosfera. As Reservas da Biosfera são designadas pelo Conselho Coordenador Internacional do Programa MAB, a pedido do Estado interessado. As Reservas da Biosfera, cada uma das quais permanece sob a soberania exclusiva do Estado onde se situa e, por conseguinte, submetida apenas à legislação do Estado, formam uma Rede Mundial em que a participação dos Estados é voluntária. O presente Quadro Estatutário da Rede Mundial de Reservas da Biosfera foi formulado com os objetivos de aumentar a eficácia das Reservas da Biosfera individuais e reforçar a compreensão, comunicação e cooperação comuns a nível regional e internacional. Este Quadro Estatutário destina-se a contribuir para o reconhecimento generalizado das Reservas da Biosfera e a encorajar e promover bons exemplos de trabalho. O procedimento de exclusão previsto deve ser considerado como uma exceção a esta abordagem basicamente positiva e deve ser aplicado apenas após uma análise cuidadosa, tendo em devida conta a situação cultural e socioeconómica do país e após consulta ao governo interessado. O texto prevê a designação, o apoio e a promoção das Reservas da Biosfera, tendo em conta a diversidade das situações nacionais e locais. Os Estados são encorajados a elaborar e implementar critérios nacionais para as Reservas da Biosfera que tenham em conta as condições especiais do Estado em causa.

### Artigo 1º – Definição

As Reservas da Biosfera são áreas de ecossistemas terrestres e costeiros/marinhos ou uma combinação destes, reconhecidas internacionalmente no âmbito do Programa da UNESCO sobre o Homem e a Biosfera (MAB), de acordo com o presente Quadro Estatutário.

### Artigo 2º – Rede Mundial das Reservas da Biosfera

1. As Reservas da Biosfera formam uma rede mundial, conhecida como Rede Mundial de Reservas da Biosfera, doravante designada por Rede.
2. A Rede constitui um instrumento para a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável dos seus componentes, contribuindo assim para os objetivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica e de outras convenções e instrumentos pertinentes.
3. As Reservas da Biosfera individuais permanecem sob a jurisdição soberana dos Estados em que se situam. Ao abrigo do presente Quadro Estatutário, os Estados tomam as medidas que considerem necessárias de acordo com a sua legislação nacional.

### Artigo 3º – Funções

Ao combinar as três funções abaixo, as Reservas da Biosfera devem procurar ser locais de excelência para explorar e demonstrar abordagens de conservação e desenvolvimento sustentável à escala regional:

- i. conservação – contribuir para a conservação das paisagens, ecossistemas, espécies e variabilidade genética;
- ii. desenvolvimento – promover o desenvolvimento económico e humano que seja socioculturalmente e ecologicamente sustentável;
- iii. apoio logístico – apoio a projetos de demonstração, educação e formação ambiental, investigação e monitorização relacionadas com questões locais, regionais, nacionais e globais de conservação e desenvolvimento sustentável.

### Artigo 4º – Critérios

Critérios gerais Critérios gerais para a classificação de uma área como Reserva da Biosfera:

1. Deve abranger um mosaico de sistemas ecológicos representativos das principais regiões biogeográficas, incluindo uma graduação das intervenções humanas.
2. Deve ser significativo para a conservação da diversidade biológica.
3. Deve constituir uma oportunidade para explorar e demonstrar abordagens do desenvolvimento sustentável à escala regional.
4. Deve ter uma dimensão adequada para servir as três funções das Reservas da Biosfera, conforme estabelecido no artigo 3.o .
5. Deve incluir estas funções, através de zoneamento apropriado, reconhecendo:
6. uma área ou áreas centrais legalmente constituídas dedicadas à proteção a longo prazo, de acordo com os objetivos de conservação da Reserva da Biosfera, e de dimensão suficiente para cumprir estes objetivos;
7. uma zona ou zonas tampão claramente identificadas e circundantes ou contíguas à área ou áreas centrais, onde apenas podem ter lugar atividades compatíveis com os objetivos de conservação;
8. uma área externa de transição onde são promovidas e desenvolvidas práticas de gestão sustentável dos recursos.
9. Devem ser previstas disposições organizativas para o envolvimento e a participação de um leque adequado de autoridades públicas, comunidades locais e interesses privados, nomeadamente, na conceção e execução das funções de uma Reserva da Biosfera.
10. Além disso, devem ser previstas disposições para: a. mecanismos de gestão do uso humano e atividades na zona ou zonas tampão; b. uma política ou plano de gestão para a área como Reserva da Biosfera; c. uma autoridade ou mecanismo designado para implementar esta política ou plano; d. programas de investigação, monitorização, educação e formação.

### Artigo 5º – Procedimento de designação

1. As Reservas da Biosfera são designadas para inclusão na rede pelo Conselho Coordenador Internacional (CIC) do Programa MAB, em conformidade com o seguinte procedimento:
  - a. Os Estados, através dos comités nacionais do MAB, se for caso disso, enviam as propostas de inscrição, acompanhadas da documentação de apoio, ao secretariado, após terem examinado os sítios potenciais, tendo em conta os critérios definidos no artigo 4;
  - b. o secretariado verifica o conteúdo e a documentação de apoio: em caso de proposta de inscrição incompleta, o secretariado

solicita ao Estado proponente as informações em falta;

c. As propostas de inscrição serão consideradas pelo Comitê Consultivo para as Reservas da Biosfera para recomendação à ICC;

d. O CIC do programa do MAB toma uma decisão sobre as nomeações para designação. O Diretor-geral da UNESCO notifica o Estado interessado da decisão do CIC.

2. Os Estados são encorajados a examinar e melhorar a adequação de qualquer Reserva da Biosfera existente e a propor a sua extensão, conforme adequado, para que esta possa funcionar plenamente no âmbito da rede. As propostas de extensão seguem o mesmo procedimento descrito acima para novas designações.
3. As Reservas de Biosfera que tenham sido designadas antes da adoção do presente quadro estatutário são consideradas como já fazendo parte da Rede. As disposições do quadro regulamentar são-lhes, por conseguinte, aplicáveis.

#### Artigo 6º – Publicidade

1. A designação de uma zona como Reserva da Biosfera deve ser devidamente publicitada pelo Estado e pelas autoridades competentes, incluindo placas comemorativas e material de informação.
2. As Reservas da Biosfera no âmbito da rede, bem como os objetivos, devem ser objeto de uma promoção adequada e contínua

#### Artigo 7º – Participação na rede

1. Os Estados participam ou facilitam as atividades de cooperação da Rede, incluindo a investigação científica e a monitorização, a nível mundial, regional e sub-regional.
2. As autoridades competentes deverão disponibilizar os resultados da investigação, as publicações associadas e outros dados, tendo em conta os direitos de propriedade intelectual, a fim de assegurar o bom funcionamento da Rede e maximizar os benefícios do intercâmbio de informações.
3. Os Estados e as autoridades competentes devem promover a educação e a formação no domínio do ambiente, bem como o desenvolvimento dos recursos humanos, em cooperação com outras Reservas da Biosfera da rede

#### Artigo 8º – Sub-redes regionais e temáticas

Os Estados devem incentivar a constituição e a exploração em cooperação de sub-redes regionais e/ou temáticas de Reservas da Biosfera e promover o desenvolvimento do intercâmbio de informações, incluindo informações eletrónicas, no âmbito dessas sub-redes.

#### Artigo 9º – Revisão periódica

1. O estado de cada Reserva da Biosfera deve ser sujeito a uma revisão periódica de dez em dez anos, com base num relatório elaborado pela autoridade competente, com base nos critérios do artigo 4.o , e enviado ao secretariado pelo Estado interessado.
2. O relatório será considerado pelo Comitê Consultivo para as Reservas da Biosfera para recomendação à ICC.
3. O CIC examinará os relatórios periódicos dos Estados interessados.
4. Se a ICC considerar que o estatuto ou a gestão da Reserva da Biosfera é satisfatório ou melhorou desde a designação ou a última revisão, tal será formalmente reconhecido pela ICC.
5. Se a ICC considerar que a Reserva da Biosfera deixou de satisfazer os critérios previstos no artigo 4.o , pode recomendar que o Estado em causa tome medidas para assegurar a conformidade com as disposições do artigo 4.o , tendo em conta o contexto cultural e socioeconómico do Estado em causa. A CIC indica ao secretariado as medidas que deve tomar para assistir o Estado em causa na implementação de tais medidas.
6. Caso o CIC considere que a Reserva da Biosfera em questão continua a não satisfazer os critérios previstos no artigo 4º num prazo razoável, a zona deixará de ser referida como uma Reserva da Biosfera que faz parte da rede.
7. O Diretor-Geral da UNESCO notifica o Estado em causa da decisão da ICC.
8. Se um Estado pretender retirar da Rede uma Reserva da Biosfera sob a sua jurisdição, notifica o secretariado. Esta notificação será transmitida à ICC para informação. A área deixará então de ser referida como Reserva da Biosfera que faz parte da Rede.

#### Artigo 10º – Secretariado

1. A UNESCO assegura o secretariado da Rede e é responsável pelo seu funcionamento e promoção. O secretariado facilita a comunicação e a interação entre as Reservas da Biosfera individuais e entre peritos. A UNESCO também desenvolverá e manterá um sistema de informação sobre Reservas da Biosfera acessível em todo o mundo, a ser ligado a outras iniciativas relevantes.
2. A fim de reforçar as Reservas da Biosfera individuais e o funcionamento da rede e das sub-redes, a UNESCO procurará o apoio financeiro de fontes bilaterais e multilaterais.
3. A lista das Reservas da Biosfera que fazem parte da rede, os seus objetivos e pormenores descritivos, será atualizada, publicada e distribuída periodicamente pelo secretariado.

### Anexo 3: Estratégia de Sevilha

Fonte: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001038/103849Eb.pdf>

A Estratégia seguinte apresenta recomendações para o desenvolvimento de Reservas da Biosfera eficazes e para o estabelecimento de condições para o funcionamento adequado da Rede Mundial das Reservas da Biosfera. Não repete os princípios gerais da Convenção sobre a Diversidade Biológica nem da Agenda 21, mas identifica o papel específico das Reservas da Biosfera no desenvolvimento de uma nova visão da relação entre conservação e desenvolvimento. Assim, o documento está deliberadamente focado em algumas prioridades. A Estratégia sugere o nível (internacional, nacional, Reserva da Biosfera individual) em que cada recomendação será mais eficaz. No

entanto, dada a grande variedade de diferentes situações de gestão nacionais e locais, estes níveis recomendados de ações devem ser vistos apenas como diretrizes e adaptados à situação em questão. Especialmente notar que o nível ‘nacional’ deve ser interpretado de modo a incluir outros níveis governamentais mais elevados do que a reserva individual (por exemplo, provincial, estadual, distrital, etc.). Em alguns países, as ONGs nacionais ou locais também podem ser substitutos apropriados para este nível. Do mesmo modo, o nível “internacional” inclui frequentemente atividades regionais e inter-regionais.

A Estratégia também inclui Indicadores de Implementação recomendados, ou seja, uma lista de verificação de ações que permitirão a todos os envolvidos acompanhar e avaliar a implementação da Estratégia. Os critérios utilizados no desenvolvimento dos indicadores foram: disponibilidade (a informação pode ser recolhida com relativa facilidade?), simplicidade (os dados são inequívocos?) e utilidade (a informação será útil para administradores de reservas, Comitês Nacionais, e/ou para a Rede em geral?). Uma das funções dos indicadores de implementação é reunir uma base de dados de mecanismos de implementação bem sucedidos e trocar esta informação entre todos os membros da Rede..

## **OBJETIVO I: UTILIZAR AS RESERVAS DA BIOSFERA PARA CONSERVAR O OBJETIVO DE DIVERSIDADE NATURAL E CULTURAL**

### **OBJETIVO I.1: Melhorar a cobertura da biodiversidade natural e cultural por meio da Rede Mundial de Reservas da Biosfera.**

Recomendado a nível internacional:

1. Promover as Reservas da Biosfera como meio de implementação dos objetivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica.
2. Promover uma abordagem integral da classificação biogeográfica que leve em conta ideias como a análise de vulnerabilidades, a fim de desenvolver um sistema que englobe fatores socioecológicos.

Recomendado em nível nacional:

3. Prepare a análise biogeográfica do país como base, entre outros, para avaliar a cobertura da Rede Mundial das Reservas da Biosfera.
4. À luz dessa análise, e tendo em conta as zonas protegidas existentes, estabelecer, reforçar ou alargar as Reservas da Biosfera conforme necessário, dando especial atenção aos habitats fragmentados, aos ecossistemas ameaçados e aos ambientes frágeis e vulneráveis, tanto naturais como culturais.

### **OBJETIVO I.2: Integrar as Reservas da Biosfera no planeamento da conservação**

Recomendado a nível internacional:

1. Incentivar o estabelecimento de Reservas da Biosferatransfronteiriças como meio de lidar com a conservação de organismos, ecossistemas e recursos genéticos que atravessam fronteiras nacionais.

Recomendado a nível nacional:

2. Integrar as Reservas da Biosfera nas estratégias de conservação e uso sustentável da biodiversidade, nos planos para áreas protegidas e nas estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade previstos no artigo 6 da Convenção sobre Diversidade Biológica.
3. Quando aplicável, incluir projetos para fortalecer e desenvolver Reservas da Biosfera em programas a serem iniciados e financiados no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica e de outras convenções multilaterais.
4. Ligar as Reservas da Biosfera entre si e com outras áreas protegidas, através de corredores verdes e de outras formas que reforcem a conservação da biodiversidade, e assegurar que essas ligações sejam mantidas.
5. Utilizar as Reservas da Biosfera para a conservação in situ dos recursos genéticos, incluindo espécies selvagens aparentadas de espécies cultivadas e domesticadas, e considerar a utilização das reservas como locais de reabilitação/reintrodução, ligando-as, conforme apropriado, a programas de conservação e utilização ex situ.

## **OBJETIVO II: UTILIZAR AS RESERVAS DA BIOSFERA COMO MODELOS DE GESTÃO DOS SOLOS E DE ABORDAGENS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

### **OBJETIVO II.1: Garantir o apoio e o envolvimento da população local**

Recomendado a nível internacional:

1. Preparar diretrizes para aspetos chave da gestão das Reservas da Biosfera, incluindo a resolução de conflitos, a provisão de benefícios locais e o envolvimento das partes interessadas na tomada de decisões e na responsabilidade pela gestão.

Recomendado a nível nacional:

2. Incorporar as Reservas da Biosfera nos planos de implementação dos objetivos de uso sustentável da Agenda 21 e da Convenção sobre Diversidade Biológica.
3. Estabelecer, fortalecer ou ampliar as Reservas da Biosfera para incluir áreas onde estilos de vida tradicionais e usos indígenas da biodiversidade são praticados (incluindo locais sagrados), e/ou onde há interações críticas entre as pessoas e seu ambiente (por exemplo, áreas peri-urbanas, áreas rurais degradadas, áreas costeiras, ambientes de água doce e zonas húmidas).
4. Identificar e promover o estabelecimento de atividades compatíveis com os objetivos de conservação, através da transferência de tecnologias adequadas que incluam conhecimentos tradicionais e que promovam o desenvolvimento sustentável nas zonas tampão e de transição.

Recomendado ao nível da reserva individual:

5. Fazer o levantamento dos interesses dos vários intervenientes e envolvê-los plenamente no planeamento e tomada de decisões relativas à gestão e utilização da reserva.
6. Identificar e abordar os fatores que conduzem à degradação ambiental e à utilização insustentável dos recursos biológicos.
7. Avaliar os produtos e serviços naturais da reserva e utilizar essas avaliações para promover oportunidades de rendimento am-

bientalmente corretas e economicamente sustentáveis para a população local.

8. Desenvolver incentivos para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais e desenvolver meios alternativos de subsistência para as populações locais, quando as atividades existentes forem limitadas ou proibidas dentro da Reserva da Biosfera.
9. Assegurar que os benefícios derivados do uso de recursos naturais sejam equitativamente compartilhados com as partes interessadas, através de meios como a partilha das taxas de entrada, venda de produtos naturais ou artesanato, uso de técnicas de construção e mão-de-obra locais e desenvolvimento de atividades sustentáveis (por exemplo, agricultura, silvicultura, etc.).

### **OBJETIVO II.2: Assegurar uma melhor harmonização e interação entre as diferentes zonas de Reserva da Biosfera**

#### **Recomendado a nível nacional:**

1. Garantir que cada Reserva da Biosfera tenha uma política ou plano de gestão eficaz e uma autoridade ou mecanismo apropriado para a sua implementação.
2. Desenvolver meios para identificar incompatibilidades entre as funções de conservação e uso sustentável das Reservas da Biosfera e tomar medidas para assegurar que seja mantido um equilíbrio adequado entre as funções.

#### **Recomendado ao nível da reserva individual:**

3. Desenvolver e estabelecer mecanismos institucionais para gerir, coordenar e integrar os programas e atividades da Reserva da Biosfera.
4. Estabelecer um quadro consultivo local em que os agentes económicos e sociais da reserva estejam representados, incluindo toda a gama de interesses (por exemplo, agricultura, silvicultura, caça e extração, abastecimento de água e energia, pesca, turismo, lazer, investigação).

### **OBJETIVO II.3: Integrar as Reservas da Biosfera no planeamento regional**

#### **Recomendado a nível nacional:**

1. Incluir as Reservas da Biosfera nas políticas de desenvolvimento regional e nos projetos regionais de ordenamento do território.
2. Incentivar os principais setores de uso da terra próximos a cada Reserva da Biosfera a adotar práticas que favoreçam o uso sustentável da terra.

#### **Recomendado ao nível da reserva individual:**

3. Organizar fóruns e criar locais de demonstração para a análise dos problemas socioeconómicos e ambientais da região e para a utilização sustentável dos recursos biológicos importantes para a região.

## **OBJETIVO III: USAR AS RESERVAS DA BIOSFERA PARA INVESTIGAÇÃO, MONITORIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO**

### **OBJETIVO III.1: Melhorar o conhecimento das interações entre os seres humanos e a biosfera**

#### **Recomendado a nível internacional:**

1. Utilizar a Rede Mundial de Reservas da Biosfera para realizar investigação ambiental e socioeconómica comparativa, incluindo investigação a longo prazo que exigirá décadas para ser concluída.
2. Utilizar a Rede Mundial de Reservas da Biosfera para programas de investigação internacionais que tratem de temas como a diversidade biológica, a desertificação, os ciclos da água, a etnobiologia e as mudanças globais.
3. Utilizar a Rede Mundial de Reservas da Biosfera para programas de investigação cooperativa a nível regional e inter-regional, tais como os existentes para o Hemisfério Sul, Ásia Oriental e América Latina.
4. Incentivar o desenvolvimento de ferramentas de investigação interdisciplinares inovadoras para as Reservas da Biosfera, incluindo sistemas de modelização flexíveis para a integração de dados sociais, económicos e ecológicos.
5. Desenvolver uma câmara de compensação para ferramentas e metodologias de investigação em Reservas da Biosfera.
6. Incentivar as interações entre a Rede Mundial de Reservas da Biosfera e outras redes de investigação e educação. Facilitar a utilização das Reservas da Biosfera em projetos de investigação em colaboração entre consórcios de universidades e outras instituições de ensino superior e de investigação, tanto no setor privado como no setor público e a nível não governamental e governamental.

#### **Recomendado a nível nacional:**

7. Integrar as Reservas da Biosfera nos programas de investigação científica nacionais e regionais e ligar estas atividades de investigação às políticas nacionais e regionais de conservação e desenvolvimento sustentável.

#### **Recomendado ao nível da reserva individual:**

8. Utilizar as Reservas da Biosfera para a investigação fundamental e aplicada, nomeadamente projetos com incidência nas questões locais, projetos interdisciplinares que integrem as ciências naturais e sociais, projetos de reabilitação de ecossistemas degradados, de conservação dos solos e da água e de utilização sustentável dos recursos naturais.
9. Desenvolver um sistema funcional de gestão de dados para a utilização racional dos resultados da investigação e monitorização na gestão da Reserva da Biosfera.

### **OBJETIVO III.2: Melhorar as atividades de monitorização**

#### **Recomendado a nível internacional:**

1. Utilizar a Rede Mundial de Reservas da Biosfera, a nível internacional, regional, nacional e local, como locais prioritários de monitorização a longo prazo para programas internacionais, centrados em tópicos como sistemas de observação terrestres e marinhos, mudanças globais, biodiversidade e saúde florestal.
2. Incentivar a adoção de protocolos normalizados de metadados relativos à descrição da flora e da fauna, para facilitar o intercâmbio, a acessibilidade e a utilização da informação científica gerada nas Reservas da Biosfera.

**Recomendado a nível nacional:**

3. Incentivar a participação das Reservas da Biosfera em programas nacionais de monitorização ecológica e ambiental e o desenvolvimento de ligações entre as Reservas da Biosfera e outros sítios e redes de monitorização.

**Recomendado ao nível da reserva individual:**

4. Utilizar a reserva para inventariar a fauna e a flora, recolher dados ecológicos e socioeconómicos, efetuar observações meteorológicas e hidrológicas, estudar os efeitos da poluição, etc., para fins científicos e como base para uma boa gestão dos sítios.
5. Utilizar a reserva como área experimental para o desenvolvimento e ensaio de métodos e abordagens para a avaliação e monitorização da biodiversidade, sustentabilidade e qualidade de vida dos seus habitantes.
6. Utilizar a reserva para desenvolver indicadores de sustentabilidade (em termos ecológicos, económicos, sociais e institucionais) para as diferentes atividades produtivas desenvolvidas nas zonas tampão e zonas de transição.
7. Desenvolver um sistema funcional de gestão de dados para o uso racional dos resultados da investigação e monitorização na gestão da Reserva da Biosfera.

**OBJETIVO III.3: Melhorar a educação, a sensibilização e o envolvimento do público****Recomendado a nível internacional:**

1. Facilitar a troca de experiências e informações entre as Reservas da Biosfera, com vista a reforçar o envolvimento de voluntários e da população local nas atividades das Reservas da Biosfera.
2. Promover o desenvolvimento de sistemas de comunicação para a difusão de informação sobre as Reservas da Biosfera e sobre as experiências a nível de campo.

**Recomendado a nível nacional:**

3. Incluir informação sobre conservação e uso sustentável, conforme praticado nas Reservas da Biosfera, nos programas escolares e manuais de ensino e nos esforços dos meios de comunicação.
4. Incentivar a participação das Reservas da Biosfera em redes e programas internacionais, para promover ligações transversais na educação e sensibilização do público.
5. Recomendado ao nível da reserva individual:
6. Incentivar o envolvimento das comunidades locais, das crianças em idade escolar e de outras partes interessadas em programas de educação e formação e em atividades de investigação e monitorização dentro das Reservas da Biosfera.
7. Produzir informação dos visitantes sobre a reserva, a sua importância para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, os seus aspetos socioculturais e os seus programas e recursos recreativos e educativos.
8. Promover o desenvolvimento de centros educativos de campo de ecologia, dentro de reservas individuais, como instalações que contribuam para a educação das crianças em idade escolar e de outros grupos.

**OBJETIVO III.4: Melhorar a formação de especialistas e administradores****Recomendado a nível internacional:**

1. Utilizar a Rede Mundial de Reservas da Biosfera para apoiar e incentivar oportunidades e programas de formação internacionais.
2. Identificar Reservas da Biosfera representativas para servir como centros regionais de formação.

**Recomendado a nível nacional:**

3. Definir a formação necessária aos administradores de Reservas da Biosfera no século XXI e desenvolver programas de formação modelo sobre temas como a forma de conceber e implementar programas de inventário e monitorização em Reservas da Biosfera, como analisar e estudar as condições socioculturais, como resolver conflitos e como gerir os recursos de forma cooperativa num contexto de ecossistema ou paisagem.

**Recomendado ao nível da reserva individual:**

4. Utilizar a reserva para formação presencial e para seminários nacionais, regionais e locais.
5. Encorajar a formação adequada e o emprego da população local e de outras partes interessadas para permitir a sua plena participação no inventário, monitorização e investigação em programas de Reservas da Biosfera.
6. Incentivar programas de formação para as comunidades locais e outros agentes locais (tais como decisores, líderes e agentes locais que trabalham na produção, transferência de tecnologia e programas de desenvolvimento comunitário) a fim de permitir a sua plena participação nos processos de planeamento, gestão e monitorização das Reservas da Biosfera.

**OBJETIVO IV: IMPLEMENTAR O CONCEITO DE RESERVA DA BIOSFERA****OBJETIVO IV.1: Integrar as funções das Reservas da Biosfera****Recomendado a nível internacional:**

1. Identificar e divulgar a demonstração (modelo ou exemplos ilustrativos) das Reservas da Biosfera, cujas experiências serão benéficas para outros a nível nacional, regional e internacional.
2. Orientar e aconselhar sobre a elaboração e revisão periódica de estratégias e planos de ação nacionais para as Reservas da Biosfera.
3. Organizar fóruns e outros mecanismos de intercâmbio de informações para administradores de Reservas da Biosfera.
4. Preparar e disseminar informação sobre como desenvolver planos ou políticas de gestão das Reservas da Biosfera.
5. Preparar orientações sobre questões de gestão em locais de Reservas da Biosfera, incluindo, entre outros, métodos para assegurar a participação local, estudos de caso de várias opções de gestão e técnicas de resolução de conflitos.

**Recomendado a nível nacional:**

6. Garantir que cada Reserva da Biosfera tenha uma política ou plano de gestão eficaz e uma autoridade ou mecanismo apropriado.
7. Incentivar as iniciativas do setor privado para estabelecer e manter atividades ambiental e socialmente sustentáveis em zonas apropriadas das Reservas da Biosfera e nas áreas circundantes, a fim de estimular o desenvolvimento da comunidade.

8. Desenvolver e rever periodicamente estratégias e planos de ação nacionais para as Reservas da Biosfera; estas estratégias devem visar a complementaridade e o valor acrescentado das Reservas da Biosfera, em relação a outros instrumentos nacionais de conservação.
9. Organizar fóruns e outros mecanismos de troca de informações para administradores de Reservas da Biosfera.

#### Recomendado ao nível da reserva individual:

10. Identificar e mapear as diferentes zonas de Reservas da Biosfera e definir o seu respetivo estatuto.
11. Preparar, implementar e monitorizar um plano de gestão global, ou política, que inclua todas as zonas de Reservas da Biosfera.
12. Quando necessário, a fim de preservar a área central, replanear as zonas tampão e de transição, de acordo com critérios de desenvolvimento sustentável.
13. Definir e estabelecer mecanismos institucionais para gerir, coordenar e integrar os programas e atividades da reserva.
14. Assegurar que a comunidade local participe no planeamento e gestão das Reservas da Biosfera.
15. Encorajar iniciativas do setor privado para estabelecer e manter atividades ambiental e socialmente sustentáveis na reserva e áreas circundantes.

### OBJETIVO IV.2: Fortalecer a Rede Mundial de Reservas da Biosfera

#### Recomendado a nível internacional:

1. Facilitar a disponibilização de recursos adequados à implementação do Quadro Estatutário da Rede Mundial de Reservas da Biosfera.
2. Facilitar a revisão periódica, por cada país, das suas Reservas da Biosfera, conforme exigido no Quadro Estatutário da Rede Mundial de Reservas da Biosfera, e ajudar os países a tomar medidas para tornar as suas Reservas da Biosfera funcionais.
3. Apoiar o funcionamento do Comité Consultivo para as Reservas da Biosfera e considerar e utilizar plenamente as suas recomendações e orientações.
4. Liderar o desenvolvimento da comunicação entre as Reservas da Biosfera, tendo em conta as suas capacidades técnicas e de comunicação, e reforçar as redes regionais ou temáticas existentes e planeadas.
5. Desenvolver ligações e parcerias criativas com outras redes de áreas geridas semelhantes e com organizações internacionais governamentais e não governamentais com objetivos congruentes com os das Reservas da Biosfera.
6. Promover e facilitar a geminação entre locais de Reservas da Biosfera e fomentar as Reservas Transfronteiriças.
7. Dar maior visibilidade às Reservas da Biosfera, divulgando materiais informativos, desenvolvendo políticas de comunicação e destacando o seu papel como membros da Rede Mundial de Reservas da Biosfera.
8. Sempre que possível, defender a inclusão das Reservas da Biosfera em projetos financiados por organizações de ajuda bilaterais e multilaterais.
9. Mobilizar fundos privados, de empresas, ONGs e fundações, em benefício das Reservas da Biosfera.
10. Desenvolver normas e metodologias para a recolha e intercâmbio de vários tipos de dados e apoiar a sua aplicação através da Rede de Reservas da Biosfera.
11. Monitorizar, avaliar e acompanhar a implementação da Estratégia de Sevilha, utilizando os Indicadores de Implementação e analisar os fatores que auxiliam no alcance dos indicadores, bem como aqueles que dificultam esse alcance.

#### Recomendados em nível nacional:

12. Facilitar a disponibilização de recursos adequados para a implementação do Marco Normativo da Rede Mundial de Reservas da Biosfera.
13. Desenvolver um mecanismo a nível nacional para aconselhar e coordenar as Reservas da Biosfera; e considerar e utilizar plenamente as suas recomendações e orientações
14. Preparar uma avaliação da situação e das operações de cada uma das Reservas da Biosfera do país, conforme exigido no Quadro Estatutário, e fornecer os recursos adequados para resolver quaisquer deficiências.
15. Desenvolver ligações e parcerias criativas com outras redes de áreas geridas semelhantes e com organizações governamentais e não governamentais internacionais, com objetivos congruentes com os das Reservas da Biosfera.
16. Procurar oportunidades de geminação entre as Reservas da Biosfera e estabelecer Reservas da Biosfera Transfronteiriças, quando apropriado.
17. Dar mais visibilidade às Reservas da Biosfera através da divulgação de materiais informativos, do desenvolvimento de políticas de comunicação e da valorização do seu papel como membros da Rede.
18. Incluir as Reservas da Biosfera nas propostas de financiamento de mecanismos de financiamento internacionais e bilaterais, incluindo o Fundo para o Ambiente Global.
19. Mobilizar fundos privados, de empresas, ONGs e fundações, para o benefício das Reservas da Biosfera.
20. Monitorizar, avaliar e acompanhar a implementação da Estratégia de Sevilha, utilizando os Indicadores de Implementação e analisar os fatores que contribuem para o alcance dos indicadores, bem como aqueles que dificultam esse alcance.

#### Recomendados ao nível da reserva individual:

21. Dar mais visibilidade às Reservas da Biosfera, divulgando materiais informativos, desenvolvendo políticas de comunicação e destacando o seu papel como membros da Rede.
22. Mobilizar fundos privados, de empresas, ONGs e fundações, em benefício das Reservas da Biosfera.
23. Monitorizar, avaliar e acompanhar a implementação da Estratégia de Sevilha, utilizando os Indicadores de Implementação e analisar os factores que contribuem para o alcance dos indicadores, bem como aqueles que dificultam esse alcance.

## Anexo 4: Plano de Ação de Madrid (abreviado)

Fonte: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001633/163301e.pdf>

### DESAFIOS EMERGENTES E O POTENCIAL E PAPEL DAS RESERVAS DA BIOSFERA NA RESPOSTA A ESSES DESAFIOS

Durante os treze (13) anos decorridos desde a adoção da Estratégia de Sevilha, surgiram ou intensificaram-se questões e problemas globais, tornando imperativo que o programa MAB se adapte e mude para responder eficazmente a estes desafios emergentes. Estes grandes desafios agravam ainda mais a pobreza e a desigualdade e incluem:

- Aceleração das mudanças climáticas com consequências para as sociedades e os ecossistemas;
- Perda acelerada da diversidade biológica e cultural com consequências inesperadas que afetam a capacidade dos ecossistemas de continuar a fornecer serviços críticos para o bem-estar humano;
- A urbanização rápida como motor da mudança ambiental.

A partir destes desafios, surgem várias oportunidades de mudança, através de uma maior consciencialização a todos os níveis da necessidade de manter e garantir o acesso aos serviços ecossistêmicos para o bem-estar humano, incluindo saúde, segurança e justiça/equidade.

Compreendendo as questões destacadas nos principais desafios, durante o período 2008-2013, o Programa MAB irá abordar estrategicamente os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) relevantes através do seguinte:

- Desenvolver mecanismos para incentivar o desenvolvimento sustentável das Reservas da Biosfera em parceria com todos os setores da sociedade (ou seja, instituições públicas e privadas, ONG, comunidades de partes interessadas, decisores, cientistas, comunidades locais e indígenas, proprietários de terras e utilizadores de recursos naturais, centros de investigação e educação, meios de comunicação social) para garantir o bem-estar das pessoas e do seu ambiente;
- Testar e aplicar políticas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas em coordenação com outros programas intergovernamentais;
- Usar a experiência do WNBR, do MAB Redes Temáticas e abordagens interdisciplinares para desenvolver e testar políticas e práticas para abordar as questões que afetam os principais tipos de ecossistemas, nomeadamente zonas costeiras, ilhas, oceanos, montanhas, zonas secas, florestas tropicais, ecossistemas de água doce e áreas de crescente urbanização;
- Desenvolver programas científicos de investigação no seguimento da Avaliação Ecossistêmica do Milénio (MA) para definir abordagens que garantam serviços ecossistêmicos no futuro.

O Plano de Ação de Madrid (a seguir designado por MAP ou o MAP) articula ações, objetivos e indicadores de sucesso, parcerias e outras estratégias de implementação, e um quadro de avaliação para o WNBR para o período de 2008 a 2013. Ele leva plenamente em consideração as recomendações do Comité de Revisão que avaliou os Programas de Ciências Naturais e Ciências Sociais e Humanas da UNESCO durante 2006-2007, e fará contribuições específicas para a implementação dessas recomendações, conforme proposto pelo Diretor Geral da UNESCO e aprovado pela 34ª sessão da Conferência Geral da UNESCO em outubro – novembro de 2007.

#### Os objetivos gerais do MAP são:

- a. ancorar as agendas de investigação, formação, capacitação e demonstração do MAB na interface entre as questões interligadas de conservação e uso sustentável da biodiversidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas e bem-estar socioeconómico e cultural das comunidades humanas;
- b. permitir o uso ativo dos lugares incluídos no WNBR como locais de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável, ou seja, demonstrando abordagens para melhorar a cooperação entre comunidades epistémicas (académicas), políticas, profissionais e atores para abordar e resolver problemas específicos de contexto para melhorar as condições ambientais, económicas e sociais para o bem-estar humano e dos ecossistemas;
- c. Recolher, comparar, sintetizar e disseminar as lições aprendidas com mais de 30 anos de trabalho do Programa MAB e do WNBR, bem como suas ações planeadas durante 2008-2013 para beneficiar os esforços internacionais, nacionais e locais para atingir os objetivos globais, como os ODM, reduzindo significativamente a taxa atual de perda de biodiversidade até 2010 (também conhecida como “objetivo da CDB 2010”) e outros que fazem parte dos processos da UNFCCC e Kyoto ligados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas globais; e
- d. contribuir para a emergência de uma nova geração de profissionais e profissionais que possam servir de embaixadores e gestores/coordenadores para ligar as agendas ambientais globais às aspirações de desenvolvimento nacional e local.

O MAP baseia-se na experiência passada na rede e nas Reservas da Biosfera individuais, e alcança todos os setores da sociedade para criar uma nova parceria entre as agendas ambiental e de desenvolvimento. Para esta ampla comunidade, as Reservas da Biosfera devem ser vistas tanto como um processo como um instrumento para compreender e adaptar-se à mudança, bem como um catalisador de novas ideias e territórios para testar abordagens de desenvolvimento inovadoras. A evolução do Programa MAB será orientada não só pela comunidade mais diretamente envolvida na gestão das Reservas da Biosfera, mas também pela comunidade em geral, inspirada pelo conceito e experimentação do mesmo. O MAP é informado por um processo de consulta dos Estados-Membros que envolve órgãos diretivos como a Mesa do MAB em junho e setembro de 2007; o Comité Consultivo Internacional para as Reservas da Biosfera em junho de 2007; cartas circulares emitidas pelo Secretariado do MAB em julho e dezembro de 2007 e reuniões da rede realizadas em todas as regiões do mundo em 2007. O MAP baseia-se nos documentos de trabalho que abordam os cinco (5) temas definidos pela 19ª sessão do ICC em 2006 para a preparação do 3º Congresso Mundial de Reservas da Biosfera e a 20ª sessão do Conselho de Coordenação Internacional do Programa MAB (MAB-ICC), realizada em Madrid, Espanha, de 4 a 8 de fevereiro de 2008.

## A.1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As mudanças climáticas representam um dos desafios mais sérios e globalmente significativos para a sociedade e os ecossistemas em todo o mundo. Tendo filtrado a gama de causas naturais das mudanças climáticas, a UNFCCC e o seu painel científico IPCC estabeleceram inequivocamente que as mudanças aceleradas do nosso clima são antropogênicas. O volume de CO<sub>2</sub> e outros gases de efeito estufa emitidos principalmente pelas nações industrializadas e agora, juntamente com a demanda de partes menos industrializadas do mundo, incluindo economias de mercado emergentes, significa que, se não forem controlados, os problemas se multiplicarão. Além disso, a taxa de desflorestação em áreas tropicais também está contribuindo para o aumento do CO<sub>2</sub> na atmosfera, bem como para a perda das funções dos ecossistemas.

O aumento da temperatura média global significará que milhares de milhões de pessoas em todo o mundo enfrentarão a escassez de água e milhões de outras pessoas serão expostas à malária. Eventos climáticos como secas e inundações serão mais extremos, levando a uma maior variedade e frequência de desastres naturais. Isto, por sua vez, levará as pessoas a deslocarem-se de áreas inóspitas para regiões mais amenas. As mudanças na distribuição da precipitação provocarão mudanças nos sistemas agrícolas.

A maioria dos serviços ecossistêmicos ficará sob pressão. Por exemplo, 30% das espécies serão colocadas em risco de extinção, a desertificação aumentará; mecanismos de feedback positivo no clima reduzirão ainda mais as florestas tropicais. A subida do nível do mar e o aquecimento do mar terão impacto na capacidade de resposta dos sistemas costeiros, como os mangais e os pântanos salgados, e a distribuição dos peixes mudará, aumentando a fragilidade dos ecossistemas costeiros e a sua utilização humana.

As respostas societais às mudanças climáticas centram-se na adaptação e atenuação, que têm ambas as suas próprias consequências para as gerações atuais e futuras. A sociedade deve praticar a adaptação para acomodar as mudanças que são inevitáveis devido aos gases com efeito de estufa já emitidos e que permanecerão ativos até à sua decomposição natural. Com base em conhecimentos científicos, as medidas de adaptação podem incluir a alteração da utilização dos solos para salvaguardar os serviços e funções dos ecossistemas, como o realinhamento costeiro e a gestão das bacias hidrográficas. A mitigação é exigida por todas as nações, em diferentes graus, num esforço para evitar que o equivalente de CO<sub>2</sub> no ar exceda 450 partes por milhão. Estes incluirão o sequestro de carbono, a redução das emissões, a eficiência energética e a produção de energias renováveis de uma forma sustentável combinada com estilos de vida mais respeitadores do clima. Os obstáculos à sua implementação podem ser a falta de sensibilização política para as soluções e/ou de vontade de as aplicar, a inadequação ou falta de capacidade técnica, a incerteza económica e a ausência de uma abordagem integrada do planeamento do desenvolvimento.

O MAB e o WNBTR trazem valor acrescentado através da abordagem integrada que geralmente está ausente noutros locais. O papel das Reservas da Biosfera é essencial para procurar e testar rapidamente soluções para os desafios das mudanças climáticas, bem como monitorizar as mudanças como parte de uma rede global. Para as Ciências Naturais, bem como para outros Setores Programáticos da UNESCO, as Reservas da Biosfera podem ser áreas para demonstrar medidas de adaptação para sistemas naturais e humanos, ajudando no desenvolvimento de estratégias e práticas de resiliência. Zonas tampão e áreas de transição das Reservas da Biosfera também podem ser usadas para testar muitas táticas e estratégias de mitigação. Em numerosas Reservas da Biosfera, o carbono pode ser sequestrado como em sistemas florestais e de zonas húmidas. Em todas elas, a capacidade pode ser construída para economias de baixo carbono usando uma combinação de tecnologia e mão-de-obra baseada em socorro. Do ponto de vista das ciências sociais, as dimensões políticas da mudança dos estilos de vida podem ser exploradas. A gama de Reservas da Biosfera e os sistemas que representam fornecerão lições valiosas para o resto do mundo.

## A.2 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS

A Avaliação Ecossistêmica do Milénio (MA) articulou e descreveu os serviços ecossistêmicos de uma forma que ganhou aceitação generalizada entre o setor público e privado e as organizações da sociedade civil. A nova tipologia do MA reconhece quatro categorias distintas de serviços: apoio (ciclagem de nutrientes, formação do solo e produção primária); provisão (alimentos, água doce, madeira e fibra e combustível); regulação (clima, regulação de cheias e doenças e purificação da água) e cultural (estética, espiritual, educacional e recreativa).

Os serviços ecossistêmicos podem ser um quadro conceptual útil para sobrepor-se às múltiplas funções das Reservas da Biosfera, desde a proteção à produção em terra/mar. A essência das Reservas da Biosfera como locais de desenvolvimento sustentável pode ser vista como o esforço para conceber e desenvolver combinações específicas de serviços ecossistêmicos de apoio, provisão, regulação e cultura que permitam o bem-estar ambiental, económico e social das comunidades residentes e interessadas. Por exemplo, as várias zonas de Reservas da Biosfera podem servir como locais para atrair novos investimentos para serviços até agora negligenciados (regulação climática, purificação da água, conservação da biodiversidade) e melhorar o desempenho ambiental e social dos serviços de provisão (agricultura, silvicultura, pescas) e culturais (turismo) que podem ter sido os principais destinatários dos investimentos até à data. Consultas ativas e contínuas entre as comunidades científicas e de investigação, decisores políticos e decisores, administradores de recursos e populações residentes numa Reserva da Biosfera são fundamentais para encontrar a melhor combinação de serviços ecossistêmicos que ilustre o papel das Reservas da Biosfera como modelos para o desenvolvimento sustentável ao nível da terra/mar, a nível nacional, regional e global.

## A.3 A URBANIZAÇÃO COMO PRINCIPAL IMPULSIONADOR DAS PRESSÕES SOBRE O ECOSISTEMA COMO UM TODO

A urbanização é um processo multidimensional global que se manifesta através de densidades populacionais em rápida mutação e em mutação espacial, em particular a migração de zonas rurais para zonas urbanas, a cobertura do solo e os regimes de uso de recursos e uma diversidade de práticas culturais associadas. Metade da população mundial vive hoje em dia em paisagens urbanas, uma proporção projetada para aumentar para 66-67% nos próximos 50 anos. A maior parte desse crescimento ocorrerá em países que constituem as

economias de mercado menos industrializadas e emergentes do mundo. Estima-se que até 2030 mais de dois bilhões de pessoas estarão vivendo em favelas urbanas com acesso limitado a serviços básicos, enfrentando extrema vulnerabilidade a desastres naturais. O rápido crescimento das grandes cidades e a transformação contínua das paisagens urbanas representam grandes desafios para garantir o bem-estar humano básico e um ambiente habitável.

As paisagens urbanas representam provavelmente o mosaico mais complexo de cobertura do solo e usos múltiplos de qualquer paisagem. A urbanização e as paisagens urbanas foram recentemente identificadas pelo MA como áreas prioritárias onde existem grandes lacunas de conhecimento. As paisagens urbanas proporcionam importantes experiências em larga escala dos efeitos das mudanças globais nos ecossistemas; o aquecimento significativo e o aumento da deposição de azoto são já evidentes e fornecem exemplos extremos, visíveis e mensuráveis da dominação humana dos processos “naturais” dos ecossistemas. No entanto, as cidades também são vistas como lugares que oferecem soluções para os seres humanos e o ambiente como principais pólos de conhecimento, capital e inovações.

Várias áreas urbanas estão considerando, ou já aplicaram, os princípios de Reserva da Biosfera em suas jurisdições, com a intenção de usar o conceito como uma ferramenta para o planeamento e gestão do desenvolvimento urbano sustentável.

## **B. DECLARAÇÃO DE VISÃO PARA A REDE MUNDIAL DE RESERVAS DA BIOSFERA (WNBR) DENTRO DO PROGRAMA DO HOMEM E DA BIOSFERA (MAB)**

A Rede Mundial de Reservas da Biosfera do Homem e o Programa Biosfera consiste numa rede dinâmica e interativa de sítios de excelência. Promove a integração harmoniosa das pessoas e da natureza para o desenvolvimento sustentável através do diálogo participativo, da partilha de conhecimentos, da redução da pobreza e da melhoria do bem-estar humano, do respeito pelos valores culturais e da capacidade da sociedade para enfrentar a mudança, contribuindo assim para a realização dos ODM. Assim, o WNBR é uma das principais ferramentas internacionais para desenvolver e implementar abordagens de desenvolvimento sustentável numa ampla gama de contextos.

## **C. DECLARAÇÃO DE MISSÃO PARA A REDE MUNDIAL DE RESERVAS DA BIOSFERA (WNBR) DENTRO DO PROGRAMA DO HOMEM E DA BIOSFERA (MAB)**

Garantir a sustentabilidade ambiental, económica, social (incluindo cultural e espiritual) através de:

- desenvolvimento e coordenação de uma rede mundial de locais que funcionem como áreas de demonstração e locais de aprendizagem com o objetivo de manter e desenvolver a diversidade ecológica e cultural e assegurar serviços ecossistémicos para o bem-estar humano;
- desenvolvimento e integração dos conhecimentos, incluindo a ciência, a fim de melhorar a nossa compreensão das interações entre as pessoas e o resto da natureza;
- criação de capacidades globais para a gestão de sistemas sócio-ecológicos complexos, nomeadamente incentivando um maior diálogo na interface ciência – política, na educação ambiental e na divulgação multimédia junto da comunidade em geral.

## **D. PROGRESSO DESDE SEVILHA....**

## **E. AS AÇÕES DE MADRID – A REDE MUNDIAL DE RESERVAS DA BIOSFERA.....**

### **E.1 COOPERAÇÃO, GESTÃO E COMUNICAÇÃO....**

### **E.2 ZONEAMENTO – LIGAÇÃO DE FUNÇÕES AO ESPAÇO.....**

### **E.3 CIÊNCIA E REFORÇO DA CAPACIDADE...**

### **E.4 PARCERIAS....**

## **F. APROVAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO..**

## **Anexo 5 A: Declaração de Dresden**

*Fonte: [www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/DRESDEN\\_DECLARATION\\_MAB.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/DRESDEN_DECLARATION_MAB.pdf)*

Nós, os participantes da conferência internacional “Pela vida, pelo futuro”: Reservas da Biosfera e mudanças climáticas”, realizada em Dresden a 27 e 28 de junho de 2011, emitimos a seguinte declaração:

A mitigação das mudanças climáticas, a adaptação às mudanças climáticas e a conservação da diversidade biológica estão entre os principais desafios ambientais actuais. A resposta a estes desafios exige um forte empenhamento político e uma ação decisiva a nível mundial. Em muitos casos, já dispomos do conhecimento e da tecnologia necessários para mudar o nosso percurso de desenvolvimento. Temos agora de mobilizar os nossos recursos e criatividade a fim de intensificar ainda mais a ação em prol do desenvolvimento sustentável – incluindo mudanças no nosso comportamento.

O Conselho Coordenador Internacional do Programa “O Homem e a Biosfera” (MAB) da UNESCO reuniu-se pela primeira vez em 1971 e lançou as bases para um novo tipo de área de conservação – as Reservas da Biosfera. Declarou que o desenvolvimento harmonioso do homem e da natureza era o seu objetivo principal. A ideia de Reservas da Biosfera tem merecido uma aprovação crescente em todo o mundo e ao longo das últimas quatro décadas tornou-se um grande sucesso. As Reservas da Biosfera representam uma rede global de regiões – modelo em que podem ser testadas formas sustentáveis de utilização e opções de adaptação a condições ecológicas, económicas e sociais variáveis, envolvendo todas as partes interessadas.

A rede mundial de mais de 560 Reservas da Biosfera em mais de 100 países, estabelecida no âmbito do Programa MAB da UNESCO, acrescenta a riqueza de experiência adquirida ao longo de 40 anos em e com regiões modelo para o desenvolvimento sustentável à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e visa contribuir substancialmente para estes processos, bem como para a conservação da diversidade biológica. Esperamos que as atuais medidas globais de proteção do clima também satisfaçam as necessidades urgentes de conservação da biodiversidade e seu uso sustentável.

Desde a sua criação, o Programa MAB tem seguido abordagens inovadoras em investigação, monitorização, educação e capacitação, gestão e implementação de projetos modelo. Estas abordagens vão muito além da conservação da natureza e são adequadas como modelos para um modo de vida sustentável. As Reservas da Biosfera são, portanto, um elemento importante para salvaguardar uma terra habitável para o futuro das gerações vindouras.

As Reservas da Biosfera são um instrumento eficaz para mitigar as mudanças climáticas e servem de modelo para a adaptação aos impactos dessas mudanças. Isto aplica-se especialmente nos domínios da utilização sustentável dos solos, das economias verdes, da salvaguarda dos serviços ecossistêmicos, da eficiência energética e da utilização de energias renováveis. As Reservas da Biosfera são locais de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável.

Relativamente aos objetivos da Estratégia de Sevilha (1995) e do Plano de Ação de Madrid (2008), os participantes na conferência apelam aos Estados representados no Programa MAB para que atribuam maior peso às Reservas da Biosfera nas suas estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e para que transfiram para outras regiões as abordagens desenvolvidas nas Reservas da Biosfera.

Nesta base, consideramos que são necessárias as seguintes medidas:

### A nível político nos Estados-Membros

- (1) Dar maior ênfase às capacidades do Programa MAB e das Reservas da Biosfera para mitigar e adaptar-se aos impactos das mudanças climáticas e melhorar a integração de suas contribuições nas estratégias e políticas climáticas nacionais e internacionais,
- (2) Incorporar em maior grau a ideia de Reservas da Biosfera na cooperação para o desenvolvimento e apoiar projetos correspondentes que associem a erradicação da pobreza, a conservação da biodiversidade e a proteção do clima nos países em desenvolvimento,
- (3) Estabelecer quadros legislativos, administrativos e institucionais adequados a nível nacional e/ou local para as Reservas da Biosfera, dotá-las das competências apropriadas e fornecer financiamento e pessoal adequados para a administração das Reservas da Biosfera e das suas funções,
- (4) Continuar a desenvolver as Reservas da Biosfera como regiões modelo para o desenvolvimento sustentável e implantar as boas práticas e a experiência adquirida o mais amplamente possível,
- (5) Apoiar a investigação, monitorização e avaliação orientadas para problemas, interdisciplinares e aplicadas, incluindo conhecimentos tradicionais, em relação às mudanças climáticas e aos seus impactos nas Reservas da Biosfera, e incorporar os resultados destas atividades em programas e projetos de investigação nacionais e internacionais,
- (6) Apoiar atividades e instrumentos económicos inovadores que combinem a atenuação das mudanças climáticas e a adaptação às mesmas, com a manutenção da integridade dos ecossistemas e da biodiversidade, bem como o desenvolvimento social, incluindo as necessidades das comunidades locais e indígenas, em especial no contexto da extração de recursos naturais e da produção de energia,
- (7) Promover o papel do uso do solo na fixação do carbono, em especial nas florestas, através da implementação e avaliação do programa voluntário REDD+ em Reservas da Biosfera, a fim de melhorar a aprendizagem sobre impactos, mercados e práticas, bem como de desenvolver melhores metodologias e divulgar as lições aprendidas,
- (8) Promover uma comunicação mais compreensível do conceito de Reservas da Biosfera e dos processos necessários para esse fim.

### A nível prático nas Reservas da Biosfera

- (9) Intensificar os esforços para desenvolver abordagens inovadoras de atenuação das mudanças climáticas e de adaptação às mesmas (incluindo modelos de financiamento), aplicar essas abordagens, adaptar os planos de gestão em conformidade e integrá-los nas abordagens de desenvolvimento sustentável existentes, e utilizá-los para reforçar as regiões,
- (10) Elaborar e aplicar planos de gestão para a adaptação às mudanças climáticas, com base numa análise da vulnerabilidade, tendo em conta a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica e envolvendo a população local,
- (11) Integrar os conhecimentos tradicionais, indígenas e locais e as descobertas científicas modernas para reforçar a investigação sobre as mudanças climáticas,
- (12) Intensificar os esforços para utilizar as Reservas da Biosfera como locais de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável, que comuniquem como a conservação da biodiversidade sustenta o fluxo de serviços ecossistêmicos e apoiem a criação de oportunidades económicas,
- (13) Continuar a desenvolver e reforçar a cooperação internacional em matéria de partilha de experiências, métodos eficazes e projetos conjuntos – incluindo no âmbito de parcerias,
- (14) Desenvolver e reforçar parcerias com o setor privado a fim de identificar, desenvolver e promover os mercados locais, nacionais e internacionais de produtos e serviços produzidos de forma sustentável e de promover práticas económicas respeitadoras do clima nessas áreas.

### Em nível da UNESCO

- (15) Apoiar e utilizar de forma abrangente o programa MAB e as Reservas da Biosfera, em conformidade com a estratégia de ação da UNESCO em matéria de mudanças climáticas e a iniciativa da UNESCO neste domínio, não apenas como locais de referência para uma melhor compreensão dos impactos das mudanças climáticas, em especial nas regiões especificamente visadas pela UNESCO, na África prioritária e nos PEID,

- (16) Continuar a desenvolver a Rede Mundial de Reservas da Biosfera como um dos principais trunfos da UNESCO: como regiões de referência para uma melhor compreensão dos impactos das mudanças climáticas nas sociedades humanas, na diversidade cultural e biológica, nos serviços ecossistêmicos e no patrimônio natural e cultural mundial, e considerar a inclusão das Reservas da Biosfera em programas de investigação interdisciplinares coordenados e globais sobre as mudanças climáticas,
- (18) Cooperar com outros programas e convenções intergovernamentais da UNESCO e das Nações Unidas, em especial as três convenções do Rio, a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20 e outras organizações e agências internacionais e nacionais relevantes, para que estas utilizem mais estas Reservas da Biosfera como regiões de investigação, aprendizagem e regiões – piloto para os processos de sustentabilidade,
- (19) Apoiar os Estados-Membros, política e financeiramente, na designação e gestão bem sucedida das novas Reservas da Biosfera, em especial das Reservas Transfronteiriças.

### Conclusão

Os participantes da conferência apelam à disponibilização de capacidades financeiras, organizacionais e de pessoal adequadas para implementar as recomendações contidas nesta Declaração.

Os participantes da conferência convidam o Conselho Coordenador Internacional do Programa MAB a endossar esta Declaração na sua 23ª sessão e a apresentá-la à 36ª sessão da Conferência Geral da UNESCO no Outono de 2011.

## Anexo 5 B: Rhön Communiqué

[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/DRESDEN\\_DECLARATION\\_MAB.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/DRESDEN_DECLARATION_MAB.pdf)

Nós, participantes do Seminário Internacional de Peritos sobre “Gestão dos Desafios das Reservas da Biosfera em África”, realizado em Dresden e na Reserva da Biosfera de Rhön (Alemanha) de 27 de junho a 2 de julho de 2011, emitimos o seguinte comunicado:

Reconhecimento à Agência Federal Alemã para a Conservação da Natureza (BfN) pela conceção, lançamento e organização deste workshop para administradores de Reservas da Biosfera em África com financiamento do Ministério Federal Alemão para o Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU);

Reconhecendo o papel da Comissão Nacional Alemã para a UNESCO, AfriMAB e o apoio da Secretaria UNESCO-MAB na facilitação e organização do workshop;

Reconhecendo os esforços que estão sendo feitos pelos governos africanos no estabelecimento e gestão das Reservas da Biosfera em seus respetivos países;

Notamos com apreço o importante papel desempenhado pela Reserva da Biosfera de Rhön em acolher os participantes durante a sua viagem de estudo e facilitar a exposição de campo dos participantes e partilhar experiências práticas de uma Reserva da Biosfera bem gerida e funcional;

Estamos convencidos de que as Reservas da Biosfera, como unidades modelo para o desenvolvimento sustentável, podem desempenhar um papel importante na facilitação do desenvolvimento socioeconómico e na conservação dos ecossistemas na África;

Até à data, ao abrigo do programa MAB da UNESCO existem 75 Reservas da Biosfera localizadas em 33 países em África, duas das quais foram aprovadas durante a 23ª sessão do Conselho de Coordenação Internacional (ICC) da reunião do Programa MAB realizada em Dresden de 28 de junho a 1 de julho de 2011;

Além disso, estamos convencidos de que a experiência adquirida com o seminário e a exposição de campo na Reserva da Biosfera do Rhön impulsionarão os administradores das Reservas da Biosfera Africana a enfrentar alguns dos desafios enfrentados por essas Reservas na África.

Com referência aos objetivos da Estratégia de Sevilha, do Plano de Ação de Madrid e da Declaração de Dresden, nós, os participantes no seminário, apelamos aos membros do MAB da UNESCO para que prestem especial atenção ao seguinte:

1. Notamos que alguns estados membros da UNESCO em África não criaram Comitês Nacionais do MAB e exortamo-los a acelerar o processo de criação de Comitês Nacionais do MAB e para aqueles com Comitês Nacionais do MAB existentes para facilitar o seu funcionamento eficaz.
2. Instamos os Estados africanos com Reservas da Biosfera designadas antes do estabelecimento da Estratégia de Sevilha em 1995 a rever o zoneamento e o funcionamento, bem como a participação efetiva das comunidades locais de acordo com a Estratégia. A esse respeito, solicitamos ao Secretariado UNESCO-MAB que apoie esse processo para que essas reservas não sejam retiradas da Rede Mundial de Reservas da Biosfera.
3. Instamos os Estados membros da UNESCO a facilitarem e acelerarem o processo de nomeação das Reservas Transfronteiriças da Biosfera propostas em África.
4. Tendo notado como, no Ródano, a parceria com empresas privadas pode melhorar o funcionamento das Reservas da Biosfera, instamos os administradores das Reservas da Biosfera em África a explorarem formas de se envolverem em parcerias público –

- privadas dentro das suas Reservas da Biosfera.
5. Solicitamos aos Estados membros da UNESCO que mobilizem e estabeleçam mecanismos de financiamento sustentáveis para a gestão sustentável das Reservas da Biosfera em África.
  6. Observamos a necessidade de capacitação em todos os setores da gestão das Reservas da Biosfera em África e apelamos a um esforço concertado de todos os interessados para assegurar capacidades reforçadas na gestão das Reservas da Biosfera.
  7. Registamos o importante papel desempenhado pelo AfriMAB na promoção da cooperação e da comunicação entre as Reservas da Biosfera em África e solicitamos que a rede seja apoiada para desempenhar esse papel de forma mais eficaz.
  8. Registamos com apreço a participação do Egito neste seminário e apelamos à criação de parcerias e de redes não só com os países árabes de África, mas também com países de outras regiões.
  9. Registamos a nossa preocupação com os impactos das mudanças climáticas em África e apelamos à comunidade internacional para que se associe ao AfriMAB no desenvolvimento de um sistema de monitorização dos efeitos das mudanças climáticas nas Reservas da Biosfera e na implementação de um programa de ação concreto para atenuar esses efeitos.

## Anexo 6: Estratégia de saída da Reserva da Biosfera

A 25ª sessão do MAB ICC tomou decisões momentâneas em maio de 2013 em Paris. Entre as decisões mais importantes estava a estratégia de saída, que é citada na íntegra a seguir do relatório final da sessão (parágrafo 65):

a) Uma Reserva da Biosfera do Programa MAB é uma designação atraente que serve não só para melhorar a conservação, mas também para o desenvolvimento sustentável e a investigação em todo o mundo. Como consequência, o número de Reservas da Biosfera aumentou de 391 sítios em 94 países no ano 2000 para 621 Reservas da Biosfera em 117 países (incluindo 12 sítios transfronteiriços) em 2013. O Programa MAB, enquanto programa científico, também evoluiu desde o seu início em 1971, tendo-se desenvolvido métodos, competências, experiências e conhecimentos sobre como aplicar na prática o conceito de Reserva da Biosfera. Neste contexto, o Programa MAB iniciou um processo para assegurar a contínua adesão dos locais estabelecidos como Reservas da Biosfera aos objetivos do seu estabelecimento e para assegurar a credibilidade e coerência da Rede Mundial de Reservas da Biosfera, bem como para cumprir os objetivos 9 e 10 do Plano de Ação de Madrid.

b) Por conseguinte, o Conselho decidiu um processo em três etapas para gerir o processo de revisão periódica como instrumento para avaliar, monitorizar e melhorar a qualidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera:

**1ª etapa:** O Secretariado do MAB envia uma carta aos Comitês Nacionais MAB relevantes, com cópia para cada uma das Reservas da Biosfera em questão, à Comissão Nacional da UNESCO e à Delegação Permanente, solicitando a apresentação de relatórios de revisão periódica para os sítios que ainda não tenham apresentado um relatório de revisão periódica. De forma semelhante, o Secretariado do MAB envia uma carta relativa aos sítios que ainda não submeteram informações sobre as medidas tomadas, conforme recomendado pelo MAB-ICC, sobre os relatórios de revisão periódica submetidos anteriormente;

**2ª etapa:** Se não forem recebidos relatórios de revisão periódica nem relatórios abrangentes sobre a implementação das recomendações após três meses, o Secretariado do MAB envia uma carta de advertência aos Comitês Nacionais MAB relevantes, com cópia para as Reservas da Biosfera individuais, à Comissão Nacional da UNESCO e à Delegação Permanente do país em questão, declarando as consequências da não-ação. Se apropriado, o Secretariado do MAB envia a carta de advertência diretamente à Delegação Permanente e ao Ministério em questão;

**3ª etapa:** Se ainda não tiver sido recebida uma resposta após um período adicional de três meses pelo Secretariado do MAB, o Secretariado recomendará ao Secretariado do MAB-ICC que o seu Presidente envie um último “aviso” ao Comité Nacional do MAB e à Reserva da Biosfera em questão, com cópias para a Comissão Nacional da UNESCO, ministérios interessados e Delegação Permanente do país em questão, consistindo num pedido de declaração oficial se a Reserva da Biosfera deseja permanecer na Rede Mundial de Reservas da Biosfera e, em caso afirmativo, acompanhado de uma declaração clara sobre as ações, incluindo o calendário, que serão tomadas.

c) Caso ainda não receba resposta do Comité Nacional MAB ou da Comissão Nacional da UNESCO em causa num prazo adicional de três meses, o Gabinete MAB-ICC recomendará ao MAB ICC que a Reserva da Biosfera em questão seja retirada da Rede Mundial de Reservas da Biosfera. O MAB-ICC poderá então decidir retirar o sítio da Rede Mundial de Reservas da Biosfera.

d) Caso seja recebida uma resposta do Comité Nacional MAB ou da Comissão Nacional da UNESCO, o Secretariado MAB coloca a Reserva da Biosfera em questão numa lista interna pendente de “Reservas da Biosfera que não preenchem os critérios” e prevê um novo prazo de um ano para a apresentação de um relatório de revisão periódica, e/ou informação adicional.

e) Se as respetivas autoridades nacionais desejarem manter o sítio como membro da Rede Mundial de Reservas da Biosfera mas o sítio não preencher os critérios da Estratégia de Sevilha para as Reservas da Biosfera e do seu Quadro Estatutário, ou se o sítio preencher apenas parcialmente os critérios, o Secretariado do MAB, os gabinetes de campo da UNESCO e as redes regionais do MAB devem oferecer orientação e ajuda (por exemplo, fornecendo exemplos de “modelos de relatórios de revisão periódica” no sítio do MAB na Internet).

f) Um ano após um site ter sido colocado na lista mencionada no parágrafo (d) acima e depois todos os anos, o Secretariado do MAB deve identificar e recompensar a disponibilidade das Reservas da Biosfera para cumprir os critérios da Estratégia de Sevilha e do Quadro Estatutário, de modo a que as Reservas da Biosfera em questão sejam removidas desta lista.

g) Caso uma Reserva da Biosfera não seja capaz de cumprir plenamente os critérios num período de trinta meses desde o início do processo de revisão periódica (ou seja, primeiro etapa – primeira exigência de relatório de revisão periódica), o MAB-ICC deverá considerar que a área deixará então de ser referida como uma Reserva da Biosfera que faz parte da Rede (de acordo com o Artigo 9º, nº 6 do Quadro Estatutário da Rede Mundial de Reservas da Biosfera).

h) Para os sítios que tenham fornecido relatórios de revisão periódica e/ou informação de acompanhamento da recomendação sobre o relatório do MAB-ICC antes desta estratégia de saída e que não cumpram os critérios, o Secretariado envia uma carta aos Comitês

Nacionais MAB relevantes com cópia para a Reservas da Biosfera em questão, a Comissão Nacional da UNESCO e a Delegação Permanente, indicando que deve ser apresentado um relatório até ao final de 2015, indicando claramente como o sítio está a cumprir os critérios. Caso o sítio ainda não cumpra os critérios após o exame do relatório pelo Comité Consultivo, o Bureau recomendará ao MAB-ICC que a Reserva da Biosfera em questão seja retirada da Rede Mundial de Reservas da Biosfera. O MAB-ICC poderá então decidir que a área deixará então de ser referida como Reserva da Biosfera que faz parte da Rede (de acordo com o Artigo 9, parágrafo 6 do Quadro Estatutário da Rede Mundial de Reservas da Biosfera).

i) O Conselho recomenda igualmente que o Secretariado do MAB, os escritórios de campo da UNESCO e as redes regionais do MAB forneçam orientações

## Anexo 7: Formulário de nomeação de Reserva da Biosfera (abreviado)

Ao longo de vários anos, o formulário oficial de nomeação da “Reserva da Biosfera” foi revisto e atualizado em 2013. O documento WORD completo está disponível em [www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/related-info/publications/mab-official-documents/](http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/related-info/publications/mab-official-documents/) O excerto subsequente destaca questões de particular importância para este Manual.

### PARTE I: RESUMO

#### 1. NOME PROPOSTO PARA A RESERVA DA BIOSFERA:

#### 2. NOME DO PAÍS:

#### 3. CUMPRIMENTO DAS TRÊS FUNÇÕES DAS RESERVAS DA BIOSFERA:

3.1 “Conservação – contribuir para a conservação das paisagens, ecossistemas, espécies e variação genética”.

3.2 “Desenvolvimento – promover o desenvolvimento económico e humano que seja sociocultural e ecologicamente sustentável”.

3.3 “Apoio logístico – apoio a projetos de demonstração, educação e formação ambiental, investigação e monitorização relacionadas com questões locais, regionais, nacionais e globais de conservação e desenvolvimento sustentável”.

#### 4. CRITÉRIOS DE DESIGNAÇÃO COMO RESERVA DA BIOSFERA:

[7 critérios gerais de acordo com o artigo 4]

4.1 “Abranger um mosaico de sistemas ecológicos representativos das principais regiões biogeográficas, incluindo uma gradação das intervenções humanas”. (O termo “região biogeográfica principal” não é estritamente definido, mas seria útil referir-se ao sistema de classificação de Udvardy ([http://www.unep-wcmc.org/udvardys-biogeographical-provinces-1975\\_745.html](http://www.unep-wcmc.org/udvardys-biogeographical-provinces-1975_745.html))).

4.2 “Ter significado para a conservação da diversidade biológica”.

4.3 “Oferecer uma oportunidade para explorar e demonstrar abordagens de desenvolvimento sustentável em escala regional”.

4.4 “Ter um tamanho apropriado para servir as três funções das Reservas da Biosfera”.

4.5 Através de zoneamento apropriado:

“(a) uma área central legalmente constituída ou áreas dedicadas à proteção a longo prazo, de acordo com os objetivos de conservação da Reserva da Biosfera, e de dimensão suficiente para cumprir esses objetivos.

“(b) uma zona ou zonas tampão claramente identificadas e circundantes ou contíguas à área ou áreas centrais, onde apenas atividades compatíveis com os objetivos de conservação podem ter lugar”.

(c) uma zona de transição externa onde sejam promovidas e desenvolvidas práticas de gestão sustentável dos recursos”.

(d) Forneça algumas informações adicionais sobre a interação entre as três áreas.

4.6 “Devem ser previstas disposições organizacionais para o envolvimento e a participação de um leque adequado de autoridades públicas, comunidades locais e interesses privados, nomeadamente, na conceção e execução das funções de uma Reserva da Biosfera”.

4.6.1 Descreva as disposições em vigor ou previstas. (Descrever o envolvimento das partes interessadas públicas e/ou privadas no apoio às atividades da Reserva da Biosfera nas zonas núcleo, tampão e zonas de transição (tais como acordos, protocolos, cartas de intenções, planos para zonas protegidas).

4.6.2 Foram realizadas avaliações de impacto cultural e social, ou foram utilizadas ferramentas e diretrizes similares?

4.7 Mecanismos de implementação:

A Reserva da Biosfera proposta tem:

“(a) mecanismos para gerir o uso humano e as atividades na zona ou zonas tampão”?

“(b) uma política ou plano de gestão para a área como Reserva da Biosfera?

“(c) uma autoridade ou um mecanismo designado para aplicar essa política ou esse plano?

“(d) programas de investigação, acompanhamento, educação e formação”?

#### 5. ENDOSSOS:

### PARTE II: DESCRIÇÃO

#### 6. LOCALIZAÇÃO (COORDENADAS E MAPA(S)): ...

#### 7. ÁREA (ver mapa): ...

#### 8. REGIÃO BIOGEOGRÁFICA: ...

#### 9. TERRA DE UTILIZAÇÃO: ...

#### 10. POPULAÇÃO HUMANA DA RESERVA DA BIOSFERA PROPOSTA: ...

#### 11. CARACTERÍSTICAS BIOFÍSICAS: ...

#### 12. SERVIÇOS ECOSSISTÉMICOS: ...

#### 13. PRINCIPAIS OBJETIVOS PARA A DESIGNAÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA:

13.1 Descrever os principais objetivos da Reserva da Biosfera proposta, integrando as três funções (conservação, desenvolvimento e logística), apresentadas a seguir (secções 14 a 16), incluindo componentes da diversidade biológica e cultural. Favor especificar as

pressões indiretas e/ou questões organizacionais.

13.2 Descrever os objetivos de desenvolvimento sustentável da Reserva da Biosfera.

(Se apropriado, consulte a Agenda 21, Rio+20 e ODS pós-2015).

13.3 Indique as principais partes interessadas envolvidas na gestão da Reserva da Biosfera.

13.4 Que procedimento de consulta foi utilizado para projetar a Reserva da Biosfera?

13.5 Como será fomentada a participação dos interessados diretos na implementação e gestão da Reserva da Biosfera?

13.6 Quais são as principais fontes de recursos (financeiros, materiais e humanos) previstas para implementar os objetivos da Reserva da Biosfera e os projetos nela realizados?

#### **14. FUNÇÃO DE CONSERVAÇÃO:**

#### **15. FUNÇÃO DE DESENVOLVIMENTO:**

15.1. Potencial de promoção do desenvolvimento econômico e humano que seja sociocultural e ecologicamente sustentável:

15.1.1.1 Descrever como e porque a área tem potencial para servir como um local de excelência/região modelo para promover o desenvolvimento sustentável.

15.1.2 Como você avalia mudanças e sucessos (quais objetivos e por qual indicador)?

15.2. Se o turismo é uma atividade importante:

15.2.1 Descreva o(s) tipo(s) de turismo e as instalações turísticas disponíveis. Resumir as principais atrações turísticas na Reserva da Biosfera proposta e sua(s) localização(ões).

15.2.2 Quantos visitantes chegam à Reserva da Biosfera proposta a cada ano? (Distinguir entre visitantes de um só dia e visitantes que pernoitam, visitantes que apenas visitam a Reserva da Biosfera proposta ou que apenas passam a caminho de outro local). Existe uma tendência ascendente ou descendente, ou uma objetivo específica?

15.2.3 Como são atualmente geridas as atividades turísticas?

15.2.4 Indicar possíveis impactos positivos e/ou negativos do turismo no presente ou previsto e como serão avaliados (relacionados com a seção 14)?

15.2.5 Como serão geridos esses impactos e por quem?

15.3. Atividades agrícolas (incluindo pastagem) e outras atividades (incluindo tradicionais e costumeiras):

15.3.1 Descrever o tipo de atividade agrícola (incluindo pastagem) e outras atividades, área em questão e pessoas envolvidas (incluindo homens e mulheres).

15.3.2 Indicar os possíveis impactos positivos e/ou negativos destas atividades nos objetivos das Reservas da Biosfera (seção 14).

15.3.3.3 Que indicadores são, ou serão utilizados para avaliar o estado e suas tendências?

15.3.4 Que ações são atualmente realizadas e que medidas serão aplicadas para reforçar os impactos positivos ou reduzir os impactos negativos sobre os objetivos da Reserva da Biosfera?

15.4 Outros tipos de atividades que contribuem positiva ou negativamente para o desenvolvimento sustentável local, incluindo o impacto/influência da Reserva da Biosfera fora dos seus limites.

15.4.1 Descreva o tipo de atividades, área em questão e pessoas envolvidas (incluindo homens e mulheres).

15.4.2 Indicar os possíveis impactos positivos e/ou negativos destas atividades nos objetivos da Reserva da Biosfera (seção 14). Alguns resultados já foram alcançados?

15.4.3 Que indicadores são, ou serão usados para avaliar o estado e suas tendências?

15.4.4.4 Que ações são atualmente realizadas e que medidas serão aplicadas para reforçar os impactos positivos ou reduzir os negativos sobre os objetivos da Reserva da Biosfera?

15.5 Benefícios das atividades econômicas para as populações locais:

15.5.1 Para as atividades descritas acima, que rendimentos ou benefícios obtêm as comunidades locais (incluindo homens e mulheres) diretamente do local proposto como Reserva da Biosfera e como?

15.5.2 Que indicadores são usados para medir tal rendimento ou outros benefícios?

15.6 Valores espirituais e culturais e práticas costumeiras:

15.6.1 Descrever quaisquer valores culturais e espirituais e práticas costumeiras, incluindo idiomas, rituais e meios de subsistência tradicionais. Alguma dessas práticas está em perigo ou em declínio?

15.6.2 Indique as atividades destinadas a identificar, salvaguardar, promover e/ou revitalizar tais valores e práticas.

15.6.3 Como os valores culturais devem ser integrados no processo de desenvolvimento: elementos de identidade, conhecimento tradicional, organizações sociais, etc.?

15.6.4 Especificar se são utilizados indicadores para avaliar essas atividades. Em caso afirmativo, quais são e quais detalhes.

#### **16. FUNÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO: ...**

#### **17. GOVERNAÇÃO, GESTÃO E COORDENAÇÃO DAS RESERVAS DA BIOSFERA:**

17.1 Estrutura de gestão e coordenação:

17.1.1 Qual é o estatuto jurídico da Reserva da Biosfera?

17.1.2 Qual é o estatuto jurídico da(s) área(s) central(is) e da(s) zona(s) tampão?

17.1.3 Que autoridades administrativas têm competência para cada zona da Reserva da Biosfera (zona(s) central(is), zona(s) tampão, zona(s) de transição)?

17.1.4. 17.1.4. Clarificar as competências respectivas de cada uma destas autoridades. Fazer uma distinção entre cada zona, se necessário, e mencionar qualquer autoridade descentralizada.

17.1.5 Indicar a posse principal da terra (propriedade) para cada zona.

17.1.6 Existe um único administrador/coordenador da Reserva da Biosfera ou há várias pessoas encarregadas de a gerir? Se um administrador/coordenador, que o designa e emprega (autoridades nacionais, agência administrativa ambiental, autoridades locais)?

17.1.7 Existem órgãos consultivos ou de decisão (por exemplo, conselho científico, assembleia geral de habitantes da reserva) para cada zona ou para toda a Reserva da Biosfera? ...

- 17.1.8 Foi criada uma estrutura de coordenação especificamente para a Reserva da Biosfera? ...
- 17.1.9 Como a gestão/coordenação é adaptada à situação local?
- 17.1.10 Existe um procedimento para avaliar e monitorizar a eficácia da gestão?
- 17.2 Conflitos dentro da Reserva da Biosfera:
- 17.2.1 Descrever quaisquer conflitos importantes em relação ao acesso ou uso de recursos naturais na área considerada (e período preciso se exato). Se a Reserva da Biosfera contribuiu para prevenir ou resolver alguns desses conflitos, explicar o que foi resolvido ou evitado e como isso foi conseguido para cada zona.
- 17.2.2 Se houver conflitos de competência entre as diferentes autoridades administrativas na gestão da Reserva da Biosfera, descreva-os.
- 17.2.3 Explique os meios utilizados para resolver estes conflitos e a sua eficácia.
- 17.3 Representação, participação e consulta das comunidades locais:
- 17.3.1 Em que fases da existência de uma Reserva da Biosfera estiveram envolvidas as populações locais: conceção da Reserva da Biosfera, elaboração do plano de gestão/cooperação, implementação do plano, gestão quotidiana da Reserva da Biosfera? Dê alguns exemplos concretos.
- 17.3.2 Descrever como as populações locais (incluindo mulheres e comunidades indígenas) têm sido, e/ou estão representadas no planeamento e gestão da Reserva da Biosfera (por exemplo, assembleia de representantes, grupos consultivos).
- 17.3.3.3 Descrever a situação específica dos jovens na Reserva da Biosfera proposta (por exemplo, potenciais impactos da Reserva da Biosfera sobre os jovens, consideração dos seus interesses e necessidades, incentivos para os encorajar a participar ativamente no sistema de governação da Reserva da Biosfera).
- 17.3.4 Que forma assume esta representação (por exemplo, empresas, associações, associações ambientais, sindicatos)?
- 17.3.5 Existem procedimentos para integrar o órgão representativo das comunidades locais (por exemplo, financeiro, eleição de representantes, autoridades tradicionais)?
- 17.3.6 Qual a duração dos mecanismos de consulta (assembleia permanente, consulta sobre projetos específicos)? Faça uma descrição completa desta consulta. Quais são os papéis das partes interessadas envolvidas em comparação com o papel da Reserva da Biosfera?
- 17.3.7 Que mecanismos de consulta foram utilizados e quem foi envolvido? São para fins específicos ou de longo prazo? Que impactos tiveram sobre os processos de tomada de decisão (decisório, consultivo ou simplesmente para informar a população)?
- 17.3.8 As mulheres participam de organizações comunitárias e processos de tomada de decisão? Os seus interesses e necessidades são tidos em igual consideração? Que incentivos ou programas existem para incentivar sua representação e participação (por exemplo: foi realizada uma “avaliação de impacto de género”)?
- 17.4. O plano/política de gestão/cooperação:
- 17.4.1 Existe um plano/política de gestão/cooperação para a Reserva da Biosfera como um todo?
- 17.4.2 Que atores estão envolvidos na preparação do plano de gestão/cooperação? Como é que eles estão envolvidos?
- 17.4.3 As autoridades locais adotam formalmente o plano de gestão/cooperação? As autoridades locais fazem referência a ele em outras políticas e/ou planos? Em caso afirmativo, fornecer pormenores.
- 17.4.4 Qual é a duração do plano de gestão/cooperação? Com que frequência é revisto ou renegociado?
- 17.4.5 Descreva o conteúdo do plano de gestão/cooperação. Consiste em medidas detalhadas ou orientações detalhadas? Dar alguns exemplos de medidas ou diretrizes defendidas pelo plano?
- 17.4.6 Indique como esta gestão/cooperação aborda os objetivos da Reserva da Biosfera proposta (conforme descrito na secção 13.1).
- 17.4.7 O plano é vinculativo? Baseia-se num consenso?
- 17.4.8 Que autoridades são responsáveis pela implementação do plano, especialmente na(s) zona(s) tampão(ões) e na(s) área(s) de transição? Queira apresentar provas do papel dessas autoridades.
- 17.4.9 Quais fatores impedem ou ajudam sua implementação (ex.: relutância da população local, conflitos entre diferentes níveis de decisão).
- 17.4.10 A Reserva da Biosfera está integrada em estratégias regionais/nacionais? Por outro lado, como estão os planos locais/municipais integrados no planeamento da Reserva da Biosfera?
- 17.4.11 Indicar a principal fonte de financiamento e o orçamento anual estimado.
- 17.5 Conclusões:
- 17.5.1 Na sua opinião, o que garantirá que tanto o funcionamento da Reserva da Biosfera como as estruturas existentes serão satisfatórios? Explique porquê e como, especialmente no que diz respeito ao cumprimento das três funções das Reservas da Biosfera (conservação, desenvolvimento, logística) e à participação das comunidades locais.
- 18. DESIGNAÇÕES ESPECIAIS: ...**
- 19. DOCUMENTOS COMPROVATIVOS: ...**
- 20. ENDEREÇOS: ...**

## Anexo 8: Formulários de revisão periódica da Reserva da Biosfera (abreviados)

Ao longo de vários anos, o formulário oficial de revisão periódica da “Reserva da Biosfera” foi revisto e finalmente atualizado em 2013. O documento WORD completo está disponível em [www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/related-info/publications/mab-official-documents/](http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/related-info/publications/mab-official-documents/) O excerto subsequente destaca questões de particular importância para este Manual.

### PARTE I: RESUMO: ...

### PARTE II: RELATÓRIO DE REVISÃO PERIÓDICA

#### 1. RESERVA DA BIOSFERA:

1.1 Ano designado:

- 1.2 Ano da primeira revisão periódica e de qualquer revisão periódica seguinte (quando apropriado):
- 1.3 Ações de acompanhamento tomadas em resposta a cada recomendação da(s) revisão(ões) periódica(s) anterior(es) (se aplicável) e, se não completadas/iniciadas, forneça justificativas.
- 1.4 Outras observações ou comentários sobre o acima exposto.
- 1.5 Descreva em detalhe o processo pelo qual a revisão periódica atual foi conduzida:
- 1.5.1 Que partes interessadas estiveram envolvidas?
- 1.5.2 Que metodologia foi utilizada para envolver as partes interessadas no processo (por exemplo, seminários, reuniões, consultas com peritos)?
- 1.5.3 Quantas reuniões, seminários, etc. ocorreram durante o processo de realização desta revisão?
- 1.5.4 Eles foram bem atendidos, com representação completa e equilibrada?

## 2. 2. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NA RESERVA DA BIOSFERA DURANTE OS ÚLTIMOS DEZ ANOS:

2.1 Breve resumo geral: Relato narrativo de mudanças importantes na economia local, paisagens ou uso de habitat, e outras questões relacionadas. Observe mudanças importantes nas disposições institucionais para governança da área de Reserva da Biosfera, e mudanças (se houver) nos arranjos de coordenação (incluindo a organização/coordenador/administrador da Reserva da Biosfera) que fornecem direção para a Reserva da Biosfera. Identificar o papel da organização/coordenador/administrador da Reserva da Biosfera na iniciação ou resposta a estas alterações.

2.2 Informações básicas atualizadas sobre a Reserva da Biosfera: ...

2.3 A autoridade ou autoridades responsáveis pela coordenação/gestão da Reserva da Biosfera: (Comente os seguintes tópicos na medida do necessário).

2.3.1 Atualizações da política/plano de cooperação/gestão, incluindo declaração de visão e objetivos, atuais ou para os próximos 5-10 anos

2.3.2 Apoio orçamental e pessoal, incluindo montantes médios anuais aproximados (ou intervalo de variação de ano para ano); principais fontes de financiamento (incluindo parcerias financeiras estabelecidas (privadas/públicas), regimes financeiros inovadores); fundos de capital especial (se aplicável); número de trabalhadores a tempo inteiro e/ou parcial; contribuição em espécie do pessoal; contribuições voluntárias de tempo ou outro tipo de apoio.

2.3.3.3 Estratégia de comunicação para a Reserva da Biosfera, incluindo diferentes abordagens e ferramentas orientadas para a comunidade e/ou para a solicitação de apoio externo.

2.3.4 Estratégias para promover redes de cooperação na Reserva da Biosfera que sirvam de ligação (“ponte”) entre diversos grupos em diferentes setores da comunidade (por exemplo, grupos dedicados a questões agrícolas, desenvolvimento económico local, turismo, conservação dos ecossistemas, investigação e monitorização).

2.3.5 Visão e abordagens específicas adotadas para abordar o contexto sociocultural e o papel da Reserva da Biosfera (por exemplo, promoção dos recursos patrimoniais locais, história, oportunidades de aprendizagem cultural e transcultural, cooperação com a população local, contatos com grupos de imigrantes recentes, populações indígenas, etc.).

2.3.6 Utilização dos conhecimentos tradicionais e locais na gestão da Reserva da Biosfera.

2.3.7 Iniciativas comunitárias de desenvolvimento cultural. Programas e ações de promoção da língua comunitária e do património cultural material e imaterial. Os valores espirituais e culturais e as práticas costumeiras são promovidos e transmitidos?

2.3.8 Especificar o número de línguas faladas e escritas (incluindo línguas étnicas, minoritárias e ameaçadas) na Reserva da Biosfera. Houve uma mudança no número de línguas faladas e escritas? Houve um programa de revitalização para línguas ameaçadas de extinção?

2.3.9 Eficácia da gestão. Obstáculos encontrados na gestão/coordenação da Reserva da Biosfera ou desafios ao seu funcionamento eficaz.

2.4 Comente sobre os seguintes assuntos de especial interesse em relação a esta Reserva da Biosfera:

2.4.1 A Reserva da Biosfera é abordada especificamente em qualquer plano de desenvolvimento local, regional e/ou nacional? Em caso afirmativo, que plano(s)? Descreva sucintamente os planos que foram concluídos ou revistos nos últimos 10 anos.

2.4.2 Resultados dos planos de gestão/cooperação de agências governamentais e outras organizações na Reserva da Biosfera.

2.4.3 Envolvimento contínuo da população local no trabalho da Reserva da Biosfera. Que comunidades, grupos, etc. Como é que eles estão envolvidos?

2.4.4.4 Papéis das mulheres. As mulheres participam em organizações comunitárias e processos de tomada de decisão? Os seus interesses e necessidades são tidos em igual consideração dentro da Reserva da Biosfera? Que incentivos ou programas existem para encorajar a sua representação e participação? (por exemplo, foi realizada uma “avaliação de impacto de género”?) Existem estudos que examinem a) se homens e mulheres têm acesso e controlo diferentes sobre as fontes de rendimento e b) que fontes de rendimento controlam as mulheres? Em caso afirmativo, forneça referências desses estudos e/ou uma cópia impressa em anexo.

2.4.5 Há mudanças no regime principal de proteção da(s) área(s) central(is) e da(s) zona(s) tampão?

2.4.6 Que atividades de investigação e monitorização foram realizadas na Reserva da Biosfera por universidades locais, agências governamentais, partes interessadas e/ou vinculadas a programas nacionais e internacionais?

2.4.7 Como foram reforçadas as capacidades coletivas para a governação global da Reserva da Biosfera (por exemplo, organização de novas redes de cooperação, parcerias)?

2.4.8. 2.4.8. Forneça algumas informações adicionais sobre a interação entre as três zonas.

2.4.9 Participação dos jovens. Como é que os jovens foram envolvidos nas organizações e nos processos de tomada de decisão da comunidade? Como foram considerados os seus interesses e necessidades dentro da Reserva da Biosfera? Quais são os incentivos ou programas existentes para encorajar a sua participação?

## 3. SERVIÇOS ECOSISTÉMICOS: ...

## 4. A FUNÇÃO DE CONSERVAÇÃO: ...

## 5. A FUNÇÃO DE DESENVOLVIMENTO:

**6. A FUNÇÃO LOGÍSTICA:...****7. GOVERNAÇÃO, GESTÃO E COORDENAÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA:**

7.1 Quais são os recursos técnicos e logísticos para a coordenação da Reserva da Biosfera?

7.2 Qual é o quadro geral de governação na área da Reserva da Biosfera? Identificar os principais componentes e suas contribuições para a Reserva da Biosfera.

7.3 Descrever avaliações de impacto social ou ferramentas e diretrizes similares usadas para apoiar os direitos indígenas e locais e iniciativas culturais (por exemplo, diretrizes da CDB Akwé:K on, Programa/política de Consentimento Livre, Prévio e Informado, arranjos institucionais de acesso e partilha de benefícios, etc.).

7.4 Quais (se houver) são os principais conflitos relacionados com a Reserva da Biosfera e que soluções foram implementadas?

7.4.1 Descreva os principais conflitos relacionados com o acesso ou o uso de recursos na área e o calendário relevante. Se a Reserva da Biosfera contribuiu para prevenir ou resolver alguns destes conflitos, explique o que foi resolvido ou evitado e como foi alcançado para cada zona?

7.4.2 Descreva quaisquer conflitos de competência entre as diferentes autoridades administrativas envolvidas na gestão da área que constitui a Reserva da Biosfera.

7.4.3 Explicar os meios utilizados para resolver estes conflitos e a sua eficácia. Descrever a sua composição e funcionamento, resolução caso a caso. Existem mediadores locais; em caso afirmativo, são aprovados pela Reserva da Biosfera ou por outra autoridade?

7.5 Informação atualizada sobre a representação e consulta das comunidades locais e a sua participação na vida da Reserva da Biosfera:

7.5.1 Descrever como as populações locais (incluindo mulheres e povos indígenas) estão representadas no planeamento e gestão da Reserva da Biosfera (por exemplo, assembleia de representantes, consulta de associações, grupos de mulheres).

7.5.2 Que forma assume esta representação: empresas, associações, associações ambientais, sindicatos (enumerar os diferentes grupos)?

7.5.3 Indicar se existem procedimentos de integração do órgão representativo das comunidades locais (por exemplo, financeiro, eleição de representantes, autoridades tradicionais).

7.5.4 Qual a duração do mecanismo de consulta (por exemplo, assembleia permanente, consulta sobre projetos específicos)?

7.5.5 Qual é o impacto desta consulta no processo de decisão (decisório, consultivo ou apenas para informar a população)?

7.5.6 Em que fase da existência de uma Reserva da Biosfera se encontra a população envolvida: criação da Reserva da Biosfera, elaboração do plano de gestão, execução do plano, gestão quotidiana da Reserva da Biosfera? Dê alguns exemplos práticos.

7.6 Atualização da estrutura de gestão e coordenação:

7.6.1 Descrever quaisquer alterações relativamente às autoridades administrativas com competência para cada zona da Reserva da Biosfera (zona(s) central(is), zona(s) tampão e zona(s) de transição)? Se houver alterações desde o formulário de nomeação/último relatório de revisão periódica, envie os endossos originais para cada área.

7.6.2 Atualize as informações sobre o(s) administrador(s)/coordenador(es) da Reserva da Biosfera, incluindo os procedimentos de designação.

7.6.3 Existem quaisquer alterações em relação à estrutura de coordenação da Reserva da Biosfera?

7.6.4 Como é que a gestão/coordenação foi adaptada à situação local?

7.6.5 A eficácia da gestão/coordenação foi avaliada? Em caso afirmativo, foi avaliada de acordo com um procedimento?

7.7 Atualização do plano/política de gestão/cooperação:

7.7.1 Há mudanças em relação ao plano/política de gestão/cooperação e às partes interessadas envolvidas? Se sim, forneça informações detalhadas sobre o processo de envolvimento das partes interessadas, adoção e revisão do plano.

7.7.2 Descrever o conteúdo do plano de gestão/cooperação (fornecer alguns exemplos de medidas e diretrizes). O plano é vinculativo? É baseado em consenso?

7.7.3 Descrever o papel das autoridades responsáveis pela execução do plano. Descrever as mudanças institucionais desde o formulário de nomeação/último relatório de revisão periódica. Queira apresentar provas do papel destas autoridades.

7.7.4 Indique como o plano de gestão aborda os objetivos da Reserva da Biosfera.

7.7.5 Quais são os progressos em relação às diretrizes do plano de gestão/cooperação/política?

7.7.6 Houve fatores e/ou mudanças que impediram ou ajudaram na implementação do plano/política de gestão/coordenação? (Relutância das pessoas locais, conflitos entre diferentes níveis de tomada de decisão).

7.7.7 Se aplicável, como é que a biosfera está integrada nas estratégias regionais/nacionais? Vice-versa, como é que os planos locais/municipais estão integrados no planeamento da Reserva da Biosfera?

**6. FUNÇÃO LOGÍSTICA:****8. CRITÉRIOS E PROGRESSOS REALIZADOS: ...****9. DOCUMENTOS COMPROVATIVOS: ...****10. ENDEREÇOS: ...**

## Anexo 9: Exemplo de estrutura de um plano de gestão

Abaixo temos o Índice real do Plano de Gestão da Reserva da Biosfera de Waterberg na África do Sul, publicado em 2010 (compare cp. <http://www.waterbergmeander.co.za/Management+Plan+%2526+Maps.html>).

### SUMÁRIO EXECUTIVO

#### 1. objetivo da Reserva da Biosfera de Waterberg

- 1.1 características únicas
- 1.2 visão
- 1.3 missão
- 1.4 valores centrais
- 1.5 objetivos
- 1.6 desafios

#### 2. Estratégias de gestão de reservas

- 2.1 desenvolvimento organizacional
  - 2.1.1 antecedentes & contexto
  - 2.1.2 estado desejado
    - 2.1.2.1 financiamento
    - 2.1.2.2 estruturas organizacionais
    - 2.1.2.3 pessoal
    - 2.1.2.4 iniciativas
  - 2.1.3 estratégias
    - 2.1.3.1 financiamento
    - 2.1.3.2 estruturas e relações institucionais
    - 2.1.3.3 pessoal
    - 2.1.3.4 iniciativas
- 2.2 procedimento organizacional
  - 2.2.1 antecedentes & contexto
  - 2.2.2 estado desejado
  - 2.2.3 políticas
  - 2.2.4 diretrizes
    - 2.2.4.1 presidente
    - 2.2.4.2 secretária
    - 2.2.4.3 tesoureiro
    - 2.2.4.4 portadores não oficiais como membros das comissões

#### 3. estratégias e instrumentos de proteção de recursos

- 3.1 avaliação ambiental estratégica
  - 3.1.1 antecedentes & contexto
    - 3.1.1.1 a estratégia de sevilha e zoneamento da biosfera
    - 3.1.1.2 limites da Reserva da Biosfera de Waterberg
  - 3.1.2 estado desejado
  - 3.1.3 metodologia
    - 3.1.3.1 critérios de avaliação
    - 3.1.3.2 estado da ecologia
    - 3.1.3.3 prioridades de conservação
    - 3.1.3.4 pressões de desenvolvimento
    - 3.1.3.5 processo de zoneamento
  - 3.1.4 zonação da biosfera
    - 3.1.4.1 zoneamento proposto
      - 3.1.4.2 área central
        - 3.1.4.2.1 definição
        - 3.1.4.2.2 descrição
        - 3.1.4.2.3 Uso do solo
      - 3.1.4.3 zona tampão
        - 3.1.4.3.1 definição
        - 3.1.4.3.2 descrição
        - 3.1.4.3.3 Uso do solo
    - 3.1.4.4 zona de transição
      - 3.1.4.4.1 definição
      - 3.1.4.4.2 descrições
      - 3.1.4.4.3 Uso do solo
    - 3.1.4.5 potenciais futuras zonas centrais
- 3.2 quadro de desenvolvimento espacial e orientações de desenvolvimento

- 3.2.1 antecedentes & contexto
  - 3.2.1.1 Regulamento provincial para a Reserva da Biosfera de Waterberg
  - 3.2.1.2 gestão do uso do solo distrital e municipal local
- 3.2.2 estado desejado
- 3.2.3 objetivos
- 3.2.4 estratégias
  - 3.2.4.1 regulamentos provinciais para a Reserva da Biosfera de Waterberg
  - 3.2.4.2 gestão do uso do solo distrital e municipal local
- 3.2.5 diretrizes

#### 4. estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável e equitativo

- 4.1 estratégias de desenvolvimento
  - 4.1.1 antecedentes e contexto
  - 4.1.2 estado desejado
  - 4.1.3 estratégias
    - 4.1.3.1 estratégia integrada de conservação
      - 4.1.3.1.1 diretrizes da estratégia de conservação
      - 4.1.3.1.2 estratégia de desenvolvimento turístico
        - 4.1.3.1.2.1 orientações para o desenvolvimento do turismo
      - 4.1.3.1.3 estratégia de desenvolvimento socioeconómico
        - 4.1.3.1.3.1 estratégia de empoderamento em apoio a proprietários de terras emergentes
        - 4.1.3.1.3.2 estratégia de desenvolvimento do turismo comunitário
      - 4.1.3.1.4 estratégia alternativa de rendimento
        - 4.1.3.1.4.1 estratégia
        - 4.1.3.1.4.2 diretrizes
    - 4.1.3.2 estratégia de promoção de investimentos
      - 4.2.1 antecedentes & contexto
      - 4.2.2 estado desejado
      - 4.2.3 estratégias
        - 4.2.3.1 branding e marketing
        - 4.2.3.2 endosso do quadro de desenvolvimento espacial
        - 4.2.3.3 implementação do quadro de desenvolvimento espacial
        - 4.2.3.4 kit de ferramentas
        - 4.2.3.5 promoção de áreas de foco prioritário
        - 4.2.3.6 integração
      - 4.2.4 diretrizes
    - 4.1.3.3 estratégia de marketing
      - 4.3.1 antecedentes e contexto
      - 4.3.2 estado desejado
      - 4.3.3 estratégias
        - 4.3.3.1 programa de pesquisa de mercado
        - 4.3.3.2 plano de marketing
        - 4.3.3.3 comercialização do destino
        - 4.3.3.4 promoção de oportunidades de investimento
        - 4.3.3.5 promoção e facilitação de parcerias
        - 4.3.3.6 estabelecimento de um programa de parceria
        - 4.3.3.7 posicionamento e marca
        - 4.3.3.8 marketing cooperativo
        - 4.3.3.9 Eventos
        - 4.3.3.10 comunicação e divulgação de informação
      - 4.3.4 diretrizes
  - 4.1.3.4 estratégia de benefícios sociais
    - 4.4.1 antecedentes e contexto
    - 4.4.2 estado desejado
    - 4.4.3 estratégias
    - 4.4.4 diretrizes

## 5. educação, formação e estratégias de promoção da investigação

- 5.1 educação ambiental
  - 5.1.1 antecedentes & contexto
  - 5.1.2 estado desejado
- 5.1.3 estratégias
- 5.1.4 diretrizes
- 5.2 treinamento de habilidades
  - 5.2.1 antecedentes & contexto
  - 5.2.2 estado desejado
  - 5.2.3 estratégias
  - 5.2.4 diretrizes
    - 5.2.4.1 utilização ótima da infra-estrutura local
    - 5.2.4.2 máximo uso do conhecimento e das redes locais
    - 5.2.4.3 uso expedito de conhecimentos profissionais externos
- 5.3 investigação
  - 5.3.1 antecedentes & contexto
  - 5.3.2 estado desejado
  - 5.3.3 estratégias
  - 5.3.4 diretrizes

## 6. Desenvolvimento do sistema de endosso

- 6.1 antecedentes e contexto
- 6.2 estado desejado
- 6.3 objetivos
- 6.4 estratégias
  - 6.4.1 endosso internacional
  - 6.4.2 endosso nacional
  - 6.4.3 endosso provincial
  - 6.4.4 endosso local
  - 6.4.5 sistema de endosso para membros, partes interessadas e prestadores de serviços
- 6.5 diretrizes

## 7. implementação e monitorização

- 7.1 plano de implementação
  - 7.1.1 plano de ação de nove pontos
    - 7.1.1.1 plano de ação de endosso
      - 7.1.1.1.1 fundo
      - 7.1.1.1.2 objetivo específico
      - 7.1.1.1.3 normas específicas
      - 7.1.1.1.4 entidade responsável
      - 7.1.1.1.5 fatores críticos de sucesso
      - 7.1.1.1.6 datas de início e conclusão recomendadas
      - 7.1.1.1.7 caminho a seguir
      - 7.1.1.1.8 atividades
      - 7.1.1.1.9 orçamento
    - 7.1.1.2 plano de ação das estruturas organizacionais
      - 7.1.1.2.1 fundo
      - 7.1.1.2.2 objetivo específico
      - 7.1.1.2.3 normas específicas
      - 7.1.1.2.4 entidade responsável
      - 7.1.1.2.5 fatores críticos de sucesso
      - 7.1.1.2.6 datas de início e conclusão recomendadas
      - 7.1.1.2.7 caminho a seguir
      - 7.1.1.2.8 orçamento
    - 7.1.1.3 plano de ação para as nomeações de pessoal
      - 7.1.1.3.1 fundo
      - 7.1.1.3.2 objetivo específico
      - 7.1.1.3.3 normas específicas
        - 7.1.1.3.3.4 entidade responsável
        - 7.1.1.3.3.5 fatores críticos de sucesso
        - 7.1.1.3.3.6 datas de início e conclusão recomendadas
        - 7.1.1.3.3.7 caminho a seguir
      - 7.1.1.3.8 orçamento

- 7.1.1.4 plano de ação de procedimentos organizacionais
  - 7.1.1.4.1 fundo
  - 7.1.1.4.2 objetivo específico
  - 7.1.1.4.3 normas específicas
  - 7.1.1.4.4 entidade responsável
  - 7.1.1.4.5 fatores críticos de sucesso
  - 7.1.1.4.6 datas de início e conclusão recomendadas
  - 7.1.1.4.7 caminho a seguir
  - 7.1.1.4.8 orçamento
- 7.1.1.5 plano de ação de financiamento
  - 7.1.1.5.1 fundo
  - 7.1.1.5.2 objetivo específico
  - 7.1.1.5.3 normas específicas
  - 7.1.1.5.4 entidade responsável
  - 7.1.1.5.5 fatores críticos de sucesso
  - 7.1.1.5.6 datas de início e conclusão recomendadas
  - 7.1.1.5.7 caminho a seguir
  - 7.1.1.5.8 orçamento
- 7.1.1.6 incorporação do plano de ação dos sistemas jurídicos
  - 7.1.1.6.1 fundo
  - 7.1.1.6.2 objetivo específico
  - 7.1.1.6.3 normas específicas
  - 7.1.1.6.4 entidade responsável
  - 7.1.1.6.5 fatores críticos de sucesso
  - 7.1.1.6.6 datas de início e conclusão recomendadas
  - 7.1.1.6.7 caminho a seguir
  - 7.1.1.6.8 orçamento
- 7.1.1.7 plano de das iniciativas do projeto
  - 7.1.1.7.1 fundo
  - 7.1.1.7.2 objetivo específico
  - 7.1.1.7.3 normas específicas
  - 7.1.1.7.4 entidade responsável
  - 7.1.1.7.5 fatores críticos de sucesso
  - 7.1.1.7.6 datas de início e conclusão recomendadas
  - 7.1.1.7.7 orçamento
- 7.1.1.8 plano de ação do programa de benefícios sociais
  - 7.1.1.8.1 fundo
  - 7.1.1.8.2 objetivo específico
  - 7.1.1.8.3 normas específicas
  - 7.1.1.8.4 entidade responsável
  - 7.1.1.8.5 fatores críticos de sucesso.
  - 7.1.1.8.6 datas de início e conclusão recomendadas
  - 7.1.1.8.7 caminho a seguir
  - 7.1.1.8.8 orçamento
- 7.1.1.9 marketing e comunicação
  - 7.1.1.9.1 fundo
  - 7.1.1.9.2 objetivos específicos
  - 7.1.1.9.3 normas específicas
  - 7.1.1.9.4 entidade responsável
  - 7.1.1.9.5 fatores críticos de sucesso
  - 7.1.1.9.6 atividades
  - 7.1.1.9.7 datas de início e conclusão recomendadas
  - 7.1.1.9.8 orçamento
- 7.1.2 programa de implementação
- 7.1.3 orçamento de implementação e potenciais fontes de financiamento
- 7.1.4 roteiros wbr de implementação do plano de gestão
  - 7.1.4.1 roteiro do comité de gestão
  - 7.1.4.2 a incorporação nos instrumentos de planeamento
- 7.2 normas e sistemas de avaliação e informação
  - 7.2.1 normas
  - 7.2.2 sistemas

## Anexo 10: Lista de verificação exemplar para a elaboração de planos de gestão

- Que planos e estratégias já abordam a nossa Reserva da Biosfera (por exemplo, planos de gestão anteriores, planos provinciais ou planos de uso da terra)? O que podemos aprender com eles?
  - Quem nos pede para elaborar um plano de gestão, com que legitimidade e urgência? Somos nós, como administradores, capazes de desenhar um plano? As partes interessadas, as comunidades querem um plano de gestão?
  - Identificamos os benefícios e o valor agregado de um plano de gestão?
  - Que mandato temos para nós, como administradores, elaboramos um plano de gestão? O governo local, provincial, nacional apoia-nos? As assembleias ou parlamentos apoiam-no?
  - Qual é o prazo disponível? Quais são os prazos exigidos pela UNESCO, pelo nosso governo e/ou pelas nossas comunidades? Existem pressões externas que implicam prazos?
  - Que recursos financeiros estão disponíveis para a elaboração de um plano de gestão?
  - Que recursos financeiros poderiam ser disponibilizados; de quais agências/doadores?
  - Temos a experiência e o tempo para nós mesmo elaborarmos um plano de gestão? Precisamos de terceirizar a elaboração do plano, parcial ou totalmente?
  - Como podemos otimizar a participação das partes interessadas e das comunidades? Dado o tempo disponível e os recursos financeiros, quantos seminários, consultas, audiências, etc., podemos organizar? Podemos cobrir toda a área da Reserva da Biosfera? Podemos encontrar formas mais baratas de participação para aumentar ainda mais a participação? Podemos especificamente alcançar grupos vulneráveis, como por exemplo, otimizar a sua participação?
  - Qual deve ser a estrutura fundamental do plano de gestão (visão, objetivos, indicadores, atividades, etc.)? Qual deve ser o seu horizonte temporal (por exemplo, de modo a coincidir com os ciclos de planificação e orçamentação nacionais ou provinciais relevantes)?
  - De que “governança” precisamos para o processo de elaboração do plano? Um grupo de direção separado?
  - Através de que formatos podemos trazer conhecimento científico e outros conhecimentos relevantes para o processo, de modo a podermos analisar adequadamente os desafios, oportunidades, riscos, ameaças e pressões externas e desenvolver cenários apropriados, dos quais deduzir a nossa visão e objetivos?
  - Como podemos assegurar um pensamento criativo e visionário no processo – enquanto cuidamos da consistência adequada com as estratégias e planos relevantes existentes?
  - Quem fará a moderação de seminários, consultas, audiências? Consultores externos, administradores ou terceiros?
- O plano resultante é relevante para a nossa Reserva da Biosfera? Está claramente formulado? É SMART (específico, mensurável, realizável, realista e oportuno) e orientado para os resultados? Os objetivos e atividades coincidem com o orçamento proposto?

## Anexo 11: Exemplo de agenda para uma audiência pública

No texto principal deste Manual, introduzimos a “audição pública” como um formato muito aberto para obter sugestões da comunidade, como uma forma de participação plena. Um formato muito aberto não implica, naturalmente, que uma audiência não deve ter uma estrutura ou agenda – deve ter uma agenda formal para permitir este tipo de interação aberta e participativa. Naturalmente, não deve ter uma agenda política através da qual você, como administrador ou outro participante de “alto nível”, imponha qualquer conteúdo ou decisão.

- Propõe-se que a agenda contenha os seguintes itens:
- Boas-vindas curtas por uma pessoa local com certa autoridade, demonstrando que esta reunião será levada a sério (compare as recomendações da secção 4.2 sobre como inspirar um diálogo aberto).
- Explicando brevemente o contexto: por que estamos aqui, o que vai acontecer hoje, o que vai acontecer com o acompanhamento; gerir expectativas: gerar compromisso evitando promessas irrealistas; permitir perguntas para esclarecimentos
- Explicar os objetivos concretos da audição e as “regras da audição”; permitir perguntas para esclarecimento.
- Se você escolher uma discussão de “brainstorming” totalmente aberta (por exemplo, “quais são os nossos principais desafios?”), um moderador e facilitador, ou uma pessoa capacitada externa, ainda pode interferir se houver perguntas, ou se houver necessidade de alguma estruturação, como esclarecer se uma contribuição é um “desafio”, uma “causa” ou uma “solução”. Mas evite qualquer interferência que venha muito rapidamente – em geral, há mais sabedoria no público do que você pensa.
- Se você escolher uma discussão estruturada (por exemplo, passar da identificação de problemas para possíveis soluções), tente evitar qualquer orientação implícita. Deixe que o próprio público forneça contribuições.
- Se uma estrutura ainda não estiver visível na segunda metade de uma audiência, convide a audiência a propor uma estruturação. Você também pode propor um esquema de priorização.
- Se a sua audição for sobre problemas e desafios, gaste sempre um tempo considerável também na segunda metade, concentrando-se em soluções.
- Em algum momento (não no início, não no final), pode ser sábio apresentar “fatos concretos” (compare as recomendações na secção 4.2).
- No final, investir tempo suficiente para um resumo completo. Resumir os principais resultados e os principais progressos alcançados. Se for sensato ou necessário, procure o acordo explícito dos participantes nesta síntese. Relembrar as decisões tomadas e as ações adotadas para sua implementação. Termine comunicando 2 a 5 mensagens chave e deseje a todos uma boa viagem de regresso a casa. Agradecer ao pessoal técnico, como tradutores ou serviços de catering. Encerre a reunião agradecendo de forma credível ao público.

## Anexo 12: Técnicas de investigação

Desde os anos 70 que têm vindo a ser desenvolvidas técnicas de investigação “rápida e suja” com uma boa relação custo-eficácia. A “Avaliação Rural Rápida” alegou fornecer melhores evidências do que as técnicas clássicas de pesquisa quantitativa em larga escala de ciências sociais, uma vez que se acreditava que as pessoas no campo (por exemplo, administradores ou investigadores) têm melhor conhecimento situacional local e, portanto, poderiam entender mais rapidamente os aspetos realmente importantes do que pessoas de fora ou profissionais urbanos. A “Avaliação Rural Rápida” foi um estilo de pesquisa de escuta e uma combinação criativa de métodos iterativos e verificação, incluindo a “triangulação” de dados de diferentes fontes – usando dois métodos diferentes para visualizar a mesma informação, conduzida por uma equipa multidisciplinar. A combinação de técnicas incluiu, por exemplo, entrevistas com informantes chave, entrevistas em grupo, seminários, participação em atividades, mapeamento, estudos de caso, questionários curtos e simples, elaboração rápida de relatórios no terreno. A “Avaliação Rural Rápida” pode ser eficaz, mas continua a ser fundamentalmente um processo extrativo, conduzido externamente. A “Participação” é muitas vezes reivindicada, mas não feita, e restrita ao fornecimento de informação ao investigador.

A “Avaliação Rural Participativa”, que surgiu na década de 1980, retoma a Avaliação Rural Rápida e, acima de tudo, exige uma mudança de perspetiva do investigador. Se ela/ele é mais humilde, aprendendo de fora e tenta capacitar as partes interessadas e as comunidades, então é a “Avaliação Rural Participativa”. Um resultado típico são as representações gráficas locais criadas pela comunidade que legitimam o conhecimento local e promovem a capacitação. A questão essencial de saber se uma abordagem realmente é participativa é: há valor agregado para a comunidade ou para as partes interessadas, e elas têm direitos de propriedade intelectual sobre o produto? Se a comunidade desenha um mapa porque você pede, é “Avaliação Rural Rápida”. Se eles perceberem que o mapa lhes pertence, e quiserem mantê-lo para seu próprio uso, então é “Avaliação Rural Participativa”. Em tais contextos participativos, o “sequestro” de tópicos tem que ser evitado, bem como abordagens excessivamente formalistas, ou criar expectativas demasiado altas. A “Pesquisa de Ação Participativa” é muito semelhante, ainda mais voltada para a capacitação. [[IISD]]

Nesta linha, você como administrador deve promover fortemente que qualquer forma de pesquisa comunitária, como pesquisas domiciliares, não deve ser feita de cima para baixo e apenas para obter conhecimento, mas que ela siga uma agenda diferenciada, incluindo capacitação e também “relações públicas” para a Reserva da Biosfera.

O formato tem de responder à finalidade do inquérito. Há razões para fazer amostras aleatórias ou para cobrir comunidades inteiras. Há razões para fazer estudos científicos completos, ou para fazer mais técnicas de entrevista em grupo. No entanto: se você decidir fazer uma pesquisa com pelo menos uma ambição mínima, certifique-se de que ela seja feita de forma que os resultados sejam realmente significativos e que você respeite as regras processuais básicas. Respeite a privacidade dos dados. Não dê respostas implicitamente. Respeite a “aleatoriedade” das amostras. Esteja ciente de que o momento da pesquisa pode distorcer a amostra (mulheres ou homens podem estar fora do trabalho). Certifique-se de que utiliza qualquer inquérito na medida do possível para vários fins (combinar dados sobre educação, saúde, fertilidade, resultados do mercado de trabalho, poupanças, ativos, choques, capital social, opiniões, atitudes e bem-estar percebido). Considere se você configurou uma pesquisa de tal forma que você anote dados de localização para permitir uma fácil revisão, e considere se você também deve recolher dados que você possa precisar para uma análise aprofundada posterior, incluindo idioma, religião, seita, estruturas de parentesco, composição demográfica das famílias, género, status migratório, sustento da família e rendimento exterior ao emprego, participação atual e passada da força de trabalho, desemprego, auto-emprego, ocupação, indústria e ganhos, gastos de consumo, posse de ativos (terra e animais), empréstimos e poupança, educação, saúde, deficiência, bem-estar e atitudes, participação em redes.

## Anexo 13: Discussões em grupos focais

Um grupo focal é um método para obter rapidamente uma impressão do que um grupo de pessoas pensa sobre um conceito ou problema. O método tem uma história de muitas décadas. As perguntas são feitas no contexto de um grupo com até dez participantes que são livres para conversar com outros membros do grupo. O facilitador ou moderador inicia a conversa, mantém-na viva e toma notas. O pequeno número de participantes dá a todos a oportunidade de oferecer uma diversidade de percepções. Para ser o mais representativo possível, o grupo focal deve ser heterogêneo, por exemplo, em termos de género e idade (Jungho, 2002) [[JUNGHO]].

O facilitador ou moderador deve usar perguntas abertas para iniciar as conversas, não para impor respostas aos participantes e manter as conversas (por exemplo, “Quais são os maiores desafios na sua comunidade?”). Em contraste, perguntas fechadas impõem respostas e limitam a expressão – elas seriam úteis se você quisesse saber, por exemplo, “Quantas pessoas em sua comunidade concordam com uma certa medida? – Mas isso não é sensato para os grupos focais. Como facilitador ou moderador, você deve começar com uma pergunta aberta, ouvir a discussão, depois acompanhar (“Qual é a gravidade do problema?”, “Qual é a sua causa?”), perguntar se o significado das afirmações é realmente compreendido (“O que isso significa?”, “Por favor, me dê um exemplo”, “Por favor, me diga mais”) e aprofundar em respostas relevantes, sondando certas crenças e opiniões, perguntando sobre causas e consequências. Colete algumas perguntas típicas de acompanhamento com antecedência (seu “questionário” ou melhor, seu “guia”), mas improvise na própria discussão. Tome notas.

## Anexo 14: Amostra de formato de um relatório anual

A maioria das organizações é legalmente obrigada a apresentar relatórios anuais, em particular se recebem financiamento “institucional” plurianual ou se implementam projetos plurianuais. A formulação de um relatório anual é muitas vezes considerada uma tarefa esmagadora, especialmente quando se faz isso pela primeira vez, ou uma rotina inconveniente de listar as atividades (muitas vezes “departamento” por “departamento” ou “setor” por “setor”).

Na verdade, você deve considerar o seu relatório anual como um exercício de comunicação. Deve estruturá-lo de modo a que até mesmo um leitor superficial possa compreender que o seu trabalho faz a diferença, que o dinheiro dos contribuintes ou doadores é bem investido. Não use linguagem abstrata, concentre-se em resultados concretos e tangíveis. Se não for necessário um determinado formato: quanto mais curto melhor. Mesmo que cada um dos seus funcionários ou partes interessadas gostassem de ver as suas contribuições reportadas – procure outras formas de fazer com que estas contribuições sejam reconhecidas – o relatório anual é para a organização como um todo. Isso implica que o relatório também não deve ser sobre o diretor da equipa e as suas realizações pessoais. Leia o relatório “da perspectiva de uma pessoa de fora”.

A seguir, uma sugestão:

- Se for sensato: Mensagem de saudação do ministro ou presidente (1 página)
- Resumo dos principais resultados e realizações tangíveis, com foco em benefícios para a comunidade (2 páginas)
- Se for sensato: Índice (1 página)
- Em suma, o contexto: a Reserva da Biosfera e a UNESCO; as principais tendências internacionais/nacionais (e.g. desenvolvimento económico e turismo no país, tendências ecológicas, desastres,...) e como elas impactaram a Reserva da Biosfera (1 ou 2 páginas)
- Principais alterações em termos de estrutura da Reserva da Biosfera ou de políticas, em comparação com o ano anterior (1 página)
- Contribuições da Reserva da Biosfera para a implementação de políticas internacionais e/ou nacionais (1 ou 2 páginas)
- Lista de atividades e seus resultados, em particular atividades com e para as comunidades e partes interessadas, talvez com uma explicação da razão pela qual estas atividades foram escolhidas (prioritização)
- Relações públicas e seu efeito (quão bem conhecida é a Reserva da Biosfera entre as suas comunidades, entre turistas, entre políticos, etc.) (1 ou 2 páginas)
- Questões financeiras, se aplicável, incluindo receitas e despesas, incluindo gráficos
- Organograma atualizado, incluindo tabela de pessoal

Se tiver más notícias para comunicar, dirija-se diretamente a elas, mas rodeado de boas notícias. Você pode endereçá-lo diretamente na Mensagem de saudação ou Resumo. Como alternativa aos documentos de várias páginas impressos, se legalmente permitido, você pode considerar apenas PDF ou website.

## Anexo 15: Textos legais sobre Reservas da Biosfera

Há cerca de 20 anos, [[BONNIN2009-2]] propuseram uma lei modelo sobre as Reservas da Biosfera. A situação atual é hoje muito diversa. Alguns países referem-se às Reservas da Biosfera nas suas leis, sem qualquer outra especificação. Outros dedicam um artigo de uma lei de conservação da natureza abrangente a este esquema particular. O artigo 25º da lei alemã de conservação da natureza é um exemplo típico (a Alemanha é um estado federal, os estados federais têm autoridade sobre questões de conservação da natureza):

„Reservas da Biosfera

- (1) As Reservas da Biosfera são áreas que devem ser protegidas e desenvolvidas de uma forma coerente e que
  1. são grandes e são representantes típicos de certos tipos de paisagens,
  2. Cumprir os requisitos aplicáveis às zonas de conservação da natureza em partes essenciais do seu território e os requisitos aplicáveis às zonas de proteção paisagística na maior parte do resto do seu território,
  3. Servir o objetivo principal de conservar, desenvolver ou restaurar paisagens moldadas por formas tradicionais e diversas de utilização, juntamente com a sua diversidade de espécies e biótopos, tal como evoluíram ao longo do tempo, incluindo variedades selvagens e variedades anteriormente cultivadas de espécies animais e vegetais utilizadas ou utilizáveis comercialmente, e
  4. ilustrar formas de desenvolver e testar formas de atividade económica que sejam especialmente conservadoras dos recursos naturais.
- (2) Na medida em que o seu objetivo de proteção o permita, as Reservas da Biosfera também servem para fins de investigação, observação da natureza e da paisagem e de educação para o desenvolvimento sustentável.
- (3) As Reservas da Biosfera devem ser desenvolvidas através de um sistema de zonas centrais, zonas de manutenção e zonas de desenvolvimento, com a devida consideração pelas exceções exigidas em resultado da grande dimensão das biosferas e da inclusão de áreas povoadas, e devem ser protegidas da mesma forma que as áreas de conservação da natureza ou de proteção da paisagem.
- (4) As Reservas da Biosfera podem também ser referidas como “zonas da biosfera” ou “regiões da biosfera”.

Noutros casos, é aprovada uma lei individual para criar uma Reserva da Biosfera. A [[ELBAKIDZE]] comparou os quadros jurídicos das Reservas da Biosfera da Suécia e da Ucrânia.

## Anexo 16: Principais mensagens dos cinco seminários que levaram a este Manual

### 18–20 de fevereiro de 2013, Mombassa, Quênia

26 peritos de 13 países de África e Alemanha concordaram que o grupo-alvo do Manual deveria ser principalmente administradores de Reservas da Biosfera e principais interessados – mas ao mesmo tempo tendo em conta especificamente as perspetivas de todos os grupos de interessados relevantes e sendo também relevante para a comunidade em geral. Os peritos concordaram unanimemente que o Manual deve ser dirigido a um público não académico e que o estilo de apresentação deve ser animado e legível. Houve também um amplo consenso sobre as questões mais importantes a serem tratadas a nível temático, que serão ilustradas por estudos de caso de África a serem selecionados de acordo com a replicabilidade. Duas das questões mais importantes devem ser que a gestão das Reservas da Biosfera deve tornar-se muito mais inclusiva e o “valor acrescentado” das Reservas da Biosfera deve ser claramente elaborado, face a outros tipos de áreas protegidas.

### 13–16 de maio de 2014, Acra, Gana

30 peritos de 9 países de África e da Alemanha discutiram quase todas as secções do esboço do Manual em grande detalhe e sugeriram mudanças consideráveis na estrutura e nos conteúdos. Em particular, observou-se que o atual esboço parecia mais um manual do que um manual. A sua orientação para o grupo-alvo, a sua atratividade visual e usabilidade precisam de ser melhoradas. No entanto, os participantes congratularam-se com o facto de a linguagem do projeto já ser bastante apropriada para o seu grupo-alvo não académico. Sugeriu-se que fossem acrescentadas várias questões, enquanto outros tópicos deveriam ser apresentados de forma mais condensada e menos duplicada. Mais estudos de caso ilustrativos da África seriam necessários. O tema da gestão de conflitos deve ser abordado de forma mais equilibrada, diferenciando entre conflitos internos e pressões externas.

### 29–31 de julho de 2014, Dar-Es-Salam, Tanzânia

32 especialistas de 8 países da África e da Alemanha, após extensas discussões, propuseram os seguintes aditamentos, entre muitos outros itens: como reduzir os conflitos entre humanos e animais selvagens e como compensar as perdas inevitáveis, como melhor diferenciar entre a partilha de benefícios diretos e indiretos, como assegurar o financiamento não doador, como abordar as espécies invasoras, as razões para conservar a natureza, as re-zoneamentos devido às mudanças climáticas, o processo de aprovação de um Plano de Gestão e se este deve ou não ser um plano integrado, como abordar as diferentes zonas devido às diferentes designações, bem como a monitorização e avaliação como uma subsecção separada do Manual. Os anexos devem conter um glossário, as principais mensagens e as listas de participantes dos quatro seminários. Tal como no seminário anterior em Acra, foi novamente sugerido produzir uma “versão de campo” muito curta do Manual. Seriam necessários mais estudos de caso de África. Os participantes concordaram em partilhar mais estudos de caso e exemplos de planos de gestão.

### 6–10 de outubro de 2014, Tunis, Tunísia, Tunísia

26 peritos de 10 países de África e da Alemanha discutiram exaustivamente a estratégia de saída do MAB, incluindo a perspetiva de possivelmente focar apenas a manutenção de Reservas da Biosfera viáveis em África – e a revisão de todas as Reservas da Biosfera existentes, em termos de gestão sustentável e zoneamento. Entre os pontos mais salientes discutidos estavam: como integrar diferentes esquemas de gestão para as diferentes zonas; como reconceitualizar o desenvolvimento sustentável e as áreas protegidas em termos de ideias compreendidas localmente; como legitimar, também financeiramente, a preparação de um plano de gestão antes da designação de um local como Reserva da Biosfera; como lidar com a mineração; como abordar o crescimento populacional; como abordar a resistência ao conceito de Reserva da Biosfera de um grupo pequeno mas poderoso como os proprietários de terras; como superar a impressão de que uma área protegida empobreceu uma comunidade quando o oposto é o caso.

### 3–7 de novembro de 2014, Tunis, Tunísia, Tunísia

17 peritos de 8 países de África e da Alemanha, discutiram todo o Manual e acrescentaram apenas alguns pormenores. Entre os pontos mais importantes estavam os seguintes: a definição de “conflito” e “solução de conflitos”; como traduzir os planos de gestão em planos anuais; como abordar o rezoneamento como uma oportunidade; melhor refletir que as Reservas da Biosfera têm residentes, não “comunidades ribeirinhas”; como lidar efetivamente com a transumância/pastoreio, incluindo a participação de pastores; como reunir diferentes ministérios setoriais, como o de florestas e conservação da natureza; como criar legitimidade para zonas tampão decretadas apenas nos tempos coloniais; como convencer Presidentes da Câmara locais que defendem um progresso insustentável; como escolher representantes comunitários “apropriados”; se aumentar as taxas de entrada; como diferenciar PSA com o estado como receptor e comunidades locais como receptor; onde e como armazenar dados de pesquisa e monitorização; como abordar o crime organizado. Também foi proposto que a UNESCO deveria permitir melhor a comunicação direta com as Reservas da Biosfera individuais, e que a UNESCO formulasse um “protocolo padrão para governar a investigação em Reservas da Biosfera”.

## Anexo 17: Lista dos participantes dos cinco seminários

| Nome                        | Instituição                              |
|-----------------------------|--|
| Sr. Abadir Abagisa ABAJOBIR | Reserva da Biosfera de Kafa, Etiópia     |
| Sr. Nassirou ABDON          | Reserva da Biosfera Air et Ténéré, Níger |
| Sra. Florence AGYEI-MARTEY  | Agência de Proteção Ambiental, Gana      |
| Sr. Dickson Yaw AGYEMAN     | Reserva da Biosfera de Songor, Gana      |
| Sr. Olukayode AKINYEMI      | Reserva da Biosfera de Omo, Nigéria      |

| Nome                             | Instituição  |
|----------------------------------|--|
| Prof. Gabriel AMEKA              | Universidade de Gana, Gana   |
| Prof. Dr. Wafaa AMER             | Autor do Manual de Gestão, Universidade do Cairo, Egito                        |
| Sr. William AMONOO               | Escritório da UNESCO em Acra, Gana   |
| Sr. Ebenezer APPAH SAMPONG       | Agência de Proteção Ambiental, Gana  |
| Sr. Apollonius ASARE             | Comissão Nacional do Gana para a UNESCO  |
| Sra. Sheila ASHONG               | Autor do Manual de Gestão, Secretariado do AfriMAB, Gana                       |
| Prof. William ASOMANIN           | Universidade de Gana   |
| Sr. Tchagou AWITAZI              | Reserva da Biosfera Oti-Keran/Oti-Mandouri, Togo                               |
| Sr. Slimane AZIKI                | Reserva da Biosfera de Arganeraie, Marrocos                                    |
| Sr. Rubert BABER                 | Reserva da Biosfera de Waterberg, África do Sul                                |
| Sr. Alkaly BANGOURA              | Reserva da Biosfera do Massif du, Guiné  |
| Sr. Bonaventure T. BAYA          | Presidente Comité Nacional do MAB e Diretor-Geral do NEMC, Tanzânia            |
| Sra. Nabiha BEN M'BAREK          | Reserva da Biosfera de Ichkeul, Agência de Proteção Ambiental, Tunísia         |
| M. El Moncef BENDJEDID           | Reserva da Biosfera El Kala, Argélia   |
| Sr. Dereje Jenbere BEYENE        | Reserva da Biosfera de Yayu, Etiópia   |
| Sr. Jocelyn BEZARA               | Reserva da Biosfera de Mananara Nord, Madagascar                               |
| Dr. Kamukasa Adonia BINTOORA     | Reserva da Biosfera do Mount Elgon, Uganda                                     |
| Sr. Kaïs BLOUZA                  | Diretor, Agência de Proteção Ambiental, Tunísia                                |
| Sr. Carl BRUESSOW                | Reserva da Biosfera do Mount Mulanje, Malawi                                   |
| Sr. Wilson BUSIENEI              | Autoridade Nacional de Gestão do Ambiente, Quênia                              |
| Sr. Ali SMABwana BWANA           | Reserva da Biosfera do Kiunga, Quênia  |
| Sr. Florian CARIUS               | Agência Federal para a Conservação da Natureza, Alemanha                       |
| Sra. Nancy CHEGE                 | PNUD-GEF SGP, Coordenador Nacional, Quênia                                     |
| Sr. Cécé Papa CONDE              | Reserva da Biosfera do Monts Nimba, Guiné                                      |
| Sr. Saidou CONDE                 | Reserva da Biosfera do Haut Niger, Guiné                                       |
| Sr. Ramdane DAHEL                | Reserva da Biosfera do Chréa, Argélia  |
| Sr. Adisalem DAKITO              | Reserva da Biosfera de Sheka, Etiópia  |
| Sr. Ibrahima DIALLO              | Reserva da Biosfera de Badiar, Guiné   |
| Sr. Abdoulaye DIARRASSOUBA       | Reserva da Biosfera de Taï, Costa do Marfim                                    |
| Sr. Ibrahima DIOP                | Reserva da Biosfera do Delta du Fleuve Sénégal, Senegal                        |
| Sr. Modou DIOUF                  | Biosphere Reserve da Samba Di, Senegal   |
| Sr. Nutefe DRA                   | Agência de Proteção Ambiental, Gana  |
| Sra. Muanalo DYER                | Reserva da Biosfera de Vhembe, África do Sul                                   |
| Sr. Ekramy EL-ABASSERY           | Reserva da Biosfera de Wadi Allaqi, Egito                                      |
| Sr. Driss FASSI                  | Institut Agronomique et Vétérinaire Hassan, Membro do ArabMAB Bureau, Marrocos |
| Sr. Carl FIATI                   | Agência de Proteção Ambiental, Gana  |
| Sr. Yasser Galal EL SAMAN        | Reserva da Biosfera de Omayed, Egito   |
| Dr. Alan GARDINER                | Kruger à Reserva da Biosfera de Canyons, África do Sul                         |
| Sra. Peace GBECKOR-KOVE          | Agência de Proteção Ambiental, Gana  |
| Sra. Aradhna GOURY               | Macchabee/Bel Ombre, Maurícias   |
| Sr. Nelson GUMA                  | Reserva da Biosfera da Rainha Elizabeth, Uganda                                |
| Sr. Mark HEISTEIN                | Reserva da Biosfera de Cape Winelands, África do Sul                           |
| Sr. Albert INGATI                | Comissão Nacional do Quênia para a UNESCO                                      |
| Sr. Raymond ISAlA                | Reserva da Biosfera de Sahamalaza, Madagascar                                  |
| Sr. Abdalla Khalifa Haroun ISHAG | Reserva da Biosfera de Dinder, Sudão   |
| Sr. Ousmane KANE                 | Reserva da Biosfera de Niokolo-Koba, Senegal                                   |
| Sr. Justin Kitsao KENGA          | Reserva da Biosfera de Malindi-Watamu, Quênia                                  |
| Sr. Tayeb KERRIS                 | Reserva da Biosfera de Gouraya, Argélia  |
| Sra. Amina KIBOLA                | Conselho Nacional de Gestão do Ambiente, Tanzânia                              |
| Sra. Mwanaidi KIJAZI             | Reserva da Biosfera de East Usambara, Tanzânia                                 |
| Dr. Moshi KIMIZI                 | Comissão Nacional para a UNESCO, Tanzânia                                      |
| H.E. Sr. Egon KOCHANKE           | Embaixada da Alemanha, Tanzânia  |
| Sr. Yao Roger KOUADIO            | Reserva da Biosfera de Comoé, Costa do Marfim                                  |
| Sr. Méryas Dègbémabou KOUTON     | Reserva da Biosfera de Pendjari, Benim   |
| Sr. Noman Abdl Kirrem KPOORE     | Reserva da Biosfera de Radom, Sudão  |
| Sr. Janvier KWIZERA              | Reserva da Biosfera dos de Volcans, Ruanda                                     |
| Dr. Mostafa LAMRANI-ALAOUI       | Reserva Intercontinental da Biosfera do Mediterrâneo, Marrocos                 |
| SRA. Sigrun LANGE                | ECO.nslt (anteriormente E.C.O. Alemanha), Alemanha                             |
| Sr. Titus LEOKOE                 | Reserva da Biosfera do Monte Kulal, Quênia                                     |

| <b>Nome</b>                       | <b>Instituição</b>   |
|-----------------------------------|--|
| Sr. Kwilasa LUSHANGA              | Conselho Nacional de Gestão do Ambiente, Tanzânia  |
| Prof. Christopher MAGADZA         | Zimbabwe Academy of Science, Reserva da Biosfera de Middle Zambezi, ex AfriMAB Bureau até 2013, Zimbabué                 |
| Dr. Paul Mutua MAKENZI            | Egerton University, Presidente da Comissão do MAB do Quênia, Gabinete AfriMAB e até 2013 (ex Presidente)                 |
| Sra. Claudia MARGGRAF             | Comissão Alemã para a UNESCO   |
| Sr. Ben Naibei MASIBO             | Reserva da Biosfera de Mount Elgon, Quênia   |
| Sra. Estrela MATILDE              | Reserva da Biosfera da Ilha do Príncipe, São Tomé e Príncipe   |
| Sra. Chimwemwe MAWAYA             | Reserva da Biosfera de Lake Chilwa Wetland, Malawi   |
| Sr. Jean Paul Kevin MBAMBA MBAMBA | Reserva da Biosfera de Benoué, Camarões  |
| Dr. Mohamed Elhacene MEKIYOUN     | Reserva da Biosfera de Delta du Fleuve Sénégal, Mauritânia   |
| Sr. Achile MENGAMENYA             | Reserva da Biosfera de Dja, Camarões   |
| Sr. Youcef MERIBAI                | Reserva da Biosfera de Djurdjura, Argélia  |
| Dr. Lutz MÖLLER                   | Comissão Alemã para a UNESCO   |
| Sr. Izumbe MSINDAI                | Reserva da Biosfera de Ngorongoro-Serengeti, Tanzânia  |
| Sra. Rose Sallem MTUI             | Conselho Nacional de Gestão Ambiental, Ponto Focal do MAB, Tanzânia  |
| Sr. Isaac MUGO                    | Reserva da Biosfera de Malindi-Watamu, Quênia  |
| Sr. Julius Oldapash MUNKE         | Reserva da Biosfera de Amboseli, Quênia  |
| Sr. Edward Waweru MUTITU          | Reserva da Biosfera do Mount Kenya, Quênia   |
| Sr. James MWANG'OMBE MWAMODENYI   | Chefe de Gestão da Biodiversidade, Serviço Florestal, Quênia   |
| Sr. Joshua MWANKUNDA              | Reserva da Biosfera de Ngorongoro-Serengeti, Tanzânia  |
| Sra. Angela MWATUJOBE             | Conselho Nacional de Gestão do Ambiente, Tanzânia  |
| Sr. Ali A. MWINYI                 | Parque Nacional Jozani Chwaka Bay (prospectivo BR), Tanzânia   |
| Sr. André NDJIDDA                 | Reserva da Biosfera de Waza, Camarões  |
| Sr. Assane NDOYE                  | Reserva da Biosfera de Delta du Saloum, Senegal  |
| Dr. Daouda NGOM                   | Universidade de Ziguinchor, Senegal, antigo ponto focal do MAB e coordenador do projeto UNESCO/UNEP/GEF África Ocidental |
| Sr. Pierre NGOEMBE                | Reserva da Biosfera de Odzala Kokuoua, Congo   |
| Sr. Bourama NIAGATÉ               | Reserva da Biosfera de , Mali  |
| Sr. Domician NJAU                 | Reserva da Biosfera do Lago Manyara, Tanzânia  |
| Dr. James NJOGU                   | Chefe de Convenções, Biotecnologia e Gestão da Informação, Serviço de Vida Selvagem do Quênia                            |
| Sr. Laurent NSENGA                | Reserva da Biosfera de Luki, AfriMAB Bureau até 2013, República Democrática do Congo                                     |
| Sra. Beatrice Yawingi NTAMBI      | Parque Nacional do Saadani (prospectivo BR), Tanzânia  |
| Sr. Richard OFORI-AMANFO          | Reserva da Biosfera da Bia, Gana   |
| Prof. K OFORI DANSON              | Universidade de Gana   |
| Sra. Noeline RAONDRY-RAKOTOARISOA | UNESCO   |
| Sr. Moctar Bocar SALL             | Reserva da Biosfera de Ferlo, le Sénégal   |
| Sr. Joel SAMUEL                   | Comissão Nacional para a UNESCO, Tanzânia  |
| Sr. Youssouf SANOU                | Reserva da Biosfera de Région du W, le Burkina Faso  |
| Dr. Thomas SCHAAF                 | Terra-Sana environmental consulting, Alemanha  |
| M. Théophile Abaro SINADOUWIROU   | Reserva da Biosfera de Région du W, Benim  |
| Sr. Mesfin TEKLE                  | Reserva da Biosfera de Kafa, Etiópia   |
| Dr. Djafarou TIOMOKO              | Autor do Manual de Gestão, Benim   |
| SRA. Marié-Tinka UYS              | Reserva da Biosfera de Kruger to Canyons, África do Sul  |
| Sr. Boniface WEKESA WANYAMA       | Comissão Nacional do Quênia para a UNESCO  |
| Sr. Riche-Mike WELLINGTON         | Comissão Nacional do Gana para a UNESCO  |
| Sr. Adam Johannes WEST            | Reserva da Biosfera de Kogelberg, África do Sul  |
| Sr. Souleymane YAMEOGO            | Reserva da Biosfera de Mare aux Hippopototames, Burkina Faso   |
| Sr. Salifou ZOU MARI              | Reserva da Biosfera dw Région du W, Níger  |



## Anexo 18: Os autores

### Prof. Dr. Wafaa Mahrous AMER

É Professora de Taxonomia Vegetal e Flora na Faculdade de Ciências da Universidade do Cairo, desde 2005, trabalhando lá desde 1982 e onde obteve os seus mestrado e doutoramento. Paralelamente, e durante seis anos até 2014, foi Diretora do Centro do Património Científico, Universidade do Cairo, e vice-presidente da Federação Árabe para a Proteção da Vida Selvagem, Liga Árabe. Ela tem ampla experiência tanto como especialista em biodiversidade académica com mais de 60 artigos científicos publicados e mais de 20 teses de mestrado e doutoramento supervisionadas, bem como trabalhar em projetos de campo e com associações profissionais. Trabalhou para o Ministério do Meio Ambiente do Egito, para organizações da ONU e para a Liga dos Estados Árabes. Preparou arquivos de nomeações para três áreas protegidas no Egito, participou em 35 Avaliações de Impacto Ambiental e é membro do grupo relativo às culturas silvestres da IUCN. Recebeu diversos prémios na área de estudos ambientais.

### Sheila ASHONG

É Secretário do AfriMAB desde setembro de 2013. Ela também é secretária do Comité Nacional do MAB de Gana desde 2005. Trabalha na Agência de Proteção Ambiental do Gana desde 2004, desde 2012 como Principal Oficial de Programas. Estudou Gestão de Recursos Naturais na Kwame Nkrumah University of Science and Technology, Kumasi, e depois obteve um mestrado em gestão pesqueira na Universidade de Tromsø, Noruega, em 2003. Seus interesses científicos incluem a Avaliação de Impacto Ambiental, biodiversidade e gestão de ecossistemas aquáticos. Ela tem sido fundamental para alcançar a designação bem sucedida pela UNESCO da Reserva da Biosfera de Songor e está atualmente envolvida na nomeação do Lago Bosomtwe como uma Reserva da Biosfera.

### Dr. Djafarou TIOMOKO ALI

É o ponto focal do MAB National Nommittee of Benin. De 1999 a 2011, foi diretor da Reserva da Biosfera de Pendjari; neste cargo, implementou um projeto de vários doadores financiado pela Alemanha, França e GEF, bem como um projeto de capacitação regional UNESCO/UNEP. Em Pendjari, ele iniciou e implementou um sistema de co-gestão, uma estratégia de comunicação e também um projeto de investigação e educação BIOTA com Burquina Faso, Costa do Marfim e Alemanha. Trabalhou repetidamente como formador. Ele obteve seu mestrado em 1983 na Academia Técnica e Florestal de Leningrado, com estudos subsequentes na Universidade de Abomey Calavi no Benin, onde também recebeu seu PhD em 2014.

### Coordenador do projeto: Dr. Lutz MÖLLER

É Secretário-Geral Adjunto da Comissão Alemã para a UNESCO. Desde 2004, coordena a divisão de ciências da Comissão Alemã para a UNESCO, entre as quais o MAB é de particular importância. Foi coordenador da conferência global sobre o 40º aniversário do MAB em 2011, bem como de mais de 10 conferências internacionais ou seminários sobre o MAB; editou cerca de 10 publicações sobre o MAB em alemão, inglês e francês, incluindo as duas edições mais recentes do mapa mundial das Reservas da Biosfera. Em 2014, ele também coordenou a sessão inaugural do Conselho Científico Consultivo do Secretário-Geral da ONU. 3–7 de novembro de 2014, Tunis, Tunísia



As Reservas da Biosfera da UNESCO equilibram a conservação da natureza com o desenvolvimento socioeconómico e o alívio da pobreza, em particular através do envolvimento com as comunidades locais e da utilização de uma abordagem baseada no conhecimento. As Reservas da Biosfera são regiões modelo para o desenvolvimento sustentável, designadas pela UNESCO de acordo com critérios globais vinculativos. Pelo menos a cada 10 anos, as Reservas da Biosfera têm de realizar uma revisão periódica obrigatória. Através deste sistema de designação e avaliação, elas podem ser desenvolvidas em instituições muito estáveis e globalmente visíveis.

Este Manual dá orientação aos administradores, seus principais parceiros e partes interessadas, com foco no tema do porquê e como trabalhar com as comunidades locais. Este Manual concentra-se em aspetos práticos, tais como a forma de abordar e gerir conflitos, como partilhar benefícios ou como elaborar um plano de gestão. Apresenta opções para quadros legais e administrativos e como organizar consultas e audiências.

Os administradores podem usar este Manual para apresentar aos novos funcionários o conceito e o trabalho numa Reserva da Biosfera da UNESCO. Eles também podem usá-lo para tornar seu trabalho mais bem compreendido pelas partes interessadas e superiores, políticos e outros decisores. O Manual também fornece argumentos para potenciais doadores e outros apoiantes e decisores.

Este Manual foi elaborado por especialistas e administradores africanos das Reservas da Biosfera da UNESCO numa série de cinco seminários 2013/2014. Os autores são o Professor Dr. Wafaa Amer, Sheila Ashong e Dr. Djafarou Tiomoko. Este Manual é editado pela Comissão Alemã para a UNESCO em colaboração com AfriMAB, ArabMAB e o Secretariado do MAB da UNESCO. É apoiado pela Agência Federal Alemã para a Conservação da Natureza, com fundos do Ministério Federal Alemão para o Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear.